

Patrícia Ramos Braick
Myriam Becho Mota

História

das cavernas ao terceiro milênio

1

Ensino Médio

Componente curricular: HISTÓRIA

MANUAL DO
PROFESSOR



MODERNA

Patrícia Ramos Braick

Mestre em História (área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG.

Myriam Becho Mota

Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, MG.
Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA.
Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG.

História

das cavernas ao terceiro milênio

1

Ensino Médio

Componente curricular: HISTÓRIA

MANUAL DO PROFESSOR

4ª edição

São Paulo, 2016



Coordenação editorial: Ana Claudia Fernandes

Edição de texto: Maria Clara Antonelli, Letícia de Oliveira Raymundo, Edmar Ricardo Franco, Thais Videira

Assistência editorial: Rosa Chadu Dalbem, Mônica Reis

Preparação de texto: Sandra Lia Farah

Assessoria didático-pedagógica: Maria Lúcia Vicentin Aguilar, Elaine Cristina Senko, Gabriel Lohner Grof

Gerência de design e produção gráfica: Sandra Botelho de Carvalho Homma

Coordenação de produção: Everson de Paula

Suporte administrativo editorial: Maria de Lourdes Rodrigues (Coord.)

Coordenação de design e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite

Projeto gráfico: Mariza de Souza Porto, Adriano Moreno Barbosa

Capa: Douglas Rodrigues José

Foto: Turista fotografa pintura rupestre no Parque Nacional Serra da Capivara. São Raimundo Nonato (PI), foto de 2010.
© Tiago Queiroz/Estadão Conteúdo

Coordenação de arte: Patrícia Costa, Rodrigo Carraro Moutinho, Wilson Gazzoni Agostinho

Edição de arte: Renata Susana Rechberger

Editoração eletrônica: Apis

Edição de infografias: Luiz Iria, Priscilla Boffo, Otávio Cohen

Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero

Revisão: Bárbara Arruda, Cárita Negromonte, Denise Cerón, Luicy de Oliveira, Rita de Cássia Gorgati, Willians Callazans

Coordenação de pesquisa iconográfica: Luciano Baneza Gabarron

Pesquisa iconográfica: Aline Chiarelli, Etoile Shaw, Odete Ernestina, Vanessa Manna

Coordenação de bureau: Américo Jesus

Tratamento de imagens: Denise Feitoza Maciel, Marina M. Buzzinaro, Rubens M. Rodrigues

Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira, Fabio N. Precendo, Hélio P. de Souza Filho, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa

Coordenação de produção industrial: Viviane Pavani

Impressão e acabamento:

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Braick, Patrícia Ramos
História : das cavernas ao terceiro milênio / Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. -- 4. ed. -- São Paulo : Moderna, 2016.

Obra em 3 v.
"Componente curricular: História"
Bibliografia.

1. História (Ensino médio) I. Mota, Myriam Becho. II. Título.

16-00530

DD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino Médio 907

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0__11) 2602-5510
Fax (0__11) 2790-1501
www.moderna.com.br

2016

Impresso no Brasil

Apresentação

“A compreensão do mundo que nos rodeia e suas características, a procura de uma resposta às perguntas que a época nos apresenta, levam-nos sempre ao passado, à origem do processo que estamos observando e vivendo [...]. Não existe maneira de responder sem apelar para a história. Sua contribuição é insubstituível.”

NIDELCOFF, Maria Teresa. *A escola e a compreensão da realidade*.
São Paulo: Brasiliense, 1987.

Durante o ensino médio, etapa final da educação básica, espera-se que os alunos consolidem o aprendizado dos anos anteriores e tenham condições de exercer a cidadania conscientemente, ou seja, que desenvolvam autonomia intelectual para refletir sobre a realidade complexa que os cerca.

Para os alunos, este desafio é potencializado por outros apresentados durante a adolescência, fase da vida de grandes transformações físicas e psicológicas: as mudanças do corpo, as relações afetivas, dúvidas sobre uma futura carreira (eventualmente com alguma pressão familiar), para aqueles que já trabalham há a dificuldade em conciliar os estudos com a atividade profissional e muitos outros motivos geradores de conflitos internos às vezes incompreendidos por quem está ao redor.

Para os professores, a difícil missão de estabelecer uma estratégia de trabalho sustentável que garanta o diálogo com alunos de perfis tão diferentes se torna mais árdua pelas cobranças de resultados, a dificuldade de manter-se atualizado devido aos inúmeros afazeres exigidos pelo ofício (dentro e fora das salas de aula), a necessidade de acompanhar as políticas educacionais em constante transformação, condições inadequadas de trabalho (muitas vezes sem perspectiva de melhoras), remuneração incompatível, o desprestígio progressivo da profissão etc.

Por tudo isso, mantemos o propósito de construir uma obra que contribua com alunos e professores para que o processo de ensino-aprendizagem seja uma experiência significativa e prazerosa. Para tanto, partimos de referenciais contemporâneos capazes de provocar o interesse do aluno em compreender, estabelecer relações e problematizar o conhecimento histórico; e procuramos fornecer subsídio ao professor para desenvolver uma estratégia de aula que lhe seja adequada.

Com esta obra, esperamos colaborar significativamente para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para o ensino médio e contribuir para a formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo, tolerante e sustentável.

Desejamos a todos um excelente ano letivo.

Organização do livro

O conteúdo deste livro está dividido em 12 capítulos. Veja como ele está organizado.



Abertura de capítulo
É composta de imagem, texto citado e questões que relacionam o presente ao tema estudado no capítulo.

Conversando sobre
Traz questões que relacionam texto e imagem e propõe uma primeira conversa a respeito do tema do capítulo.



Glossário
Esclarece o significado de termos importantes para a compreensão do texto.

Você vai gostar de ler/assistir/navegar
Boxes com indicação de livros, filmes ou sites da internet relacionados ao tema do capítulo.



Boxes complementares
Textos que complementam ou ampliam o conhecimento do tema estudado.



Trabalhando com fontes
A seção propõe a análise de um documento histórico relacionado ao assunto estudado no capítulo. Ao longo do livro, são apresentados diferentes tipos de documentos.



Texto complementar
Organizados em três grandes eixos: "trabalho, tecnologia e cultura", "cidadania e poder" e "identidade e diversidade", os textos complementares, ao final do capítulo, ampliam ou aprofundam o estudo do tema trabalhado.

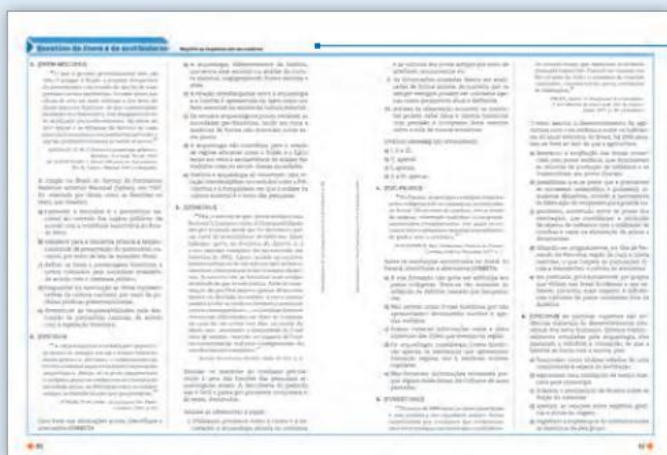
Aprenda mais
Os infográficos desta seção ampliam o estudo de assuntos relevantes para o capítulo, ao mesmo tempo que exercitam a leitura de outra forma de linguagem.



Atividades
No final de cada capítulo, as questões estão organizadas em níveis progressivos de dificuldade, com o objetivo de avaliar o aprendizado e desenvolver diferentes habilidades.



Decifrando o Enem
Presente em todos os capítulos, a seção apresenta a resolução detalhada de uma questão do Enem relacionada ao tema tratado, auxiliando o aluno a desenvolver as habilidades avaliadas nas provas desse exame.



Questões do Enem e de vestibulares
Questões selecionadas do Enem e dos principais vestibulares do país relacionadas aos temas trabalhados nos capítulos.

Sumário

◆ Início de conversa – 8

CAPÍTULO 1 A construção da história, 10

O que é história?	11
Fontes históricas	11
O trabalho com as fontes históricas, 12 / Patrimônio cultural, 13	
Lidando com o tempo	14
Calendários cristão, muçulmano e judaico, 14 / Cálculo do tempo, 15 / Diferenças que coexistem no tempo, 16	
Divisão da história ocidental	17
Texto complementar: Eu sou filha da mata e nada vai me acontecer	18
Atividades	20
Decifrando o Enem	21

CAPÍTULO 2 Os primeiros passos da humanidade, 22

A origem do ser humano	23
O gênero <i>Homo</i> , 24 / Uma periodização questionável, 25	
A origem do homem americano	31
Descobertas e estudos no Brasil, 32 / A Pré-história americana, 34	
Trabalhando com fontes: Um artefato	37
Atividades	38
Decifrando o Enem	39
Questões do Enem e de vestibulares	40

CAPÍTULO 3 Mesopotâmia, 42

Terra entre rios	43
Povos da Mesopotâmia	44
Cidades-Estado sumérias, 44 / Império Acádio, 45 / Primeiro Império Babilônico, 46 / Império Assírio, 47 / Segundo Império Babilônico, 47	
Sociedade mesopotâmica	48
Reis, sacerdotes e escribas, 48 / Classes populares: artesãos, camponeses e escravos, 49	
Economia	50
Religião	51
Conhecimentos mesopotâmicos	52
Texto complementar: A criação do homem para os mesopotâmicos	53
Atividades	54
Decifrando o Enem	55

CAPÍTULO 4 A África na Antiguidade: Egito e Núbia, 56

Às margens do Nilo: o Egito	57
Os três impérios, 58 / Sociedade e economia, 59 / A religião no Egito antigo, 61	
Trabalhando com fontes: Uma imagem do <i>Livro dos mortos</i>	63
O conhecimento desenvolvido pelos egípcios, 64	
Núbia	65
Cuxe: Reino de Kerma, 65 / Período meroíta, 66	
Atividades	68
Decifrando o Enem	69

CAPÍTULO 5 Hebreus, fenícios e persas, 70

Hebreus	71
O monoteísmo dos hebreus, 71 / O Êxodo, 72 / Das doze tribos ao reino unificado, 72 / Do Cisma à Diáspora, 73	
Fenícios	74
As cidades-Estado fenícias, 75 / O desenvolvimento do alfabeto, 75	
Aprenda mais: A descoberta do Uluburun	76
Império Persa	78
Intercâmbio cultural, 79 / O fim do Império, 79	
Texto complementar: Persépolis	80
Atividades	82
Decifrando o Enem	83
Questões do Enem e de vestibulares	84

CAPÍTULO 6 Grécia antiga, 86

O mundo grego	87
Período minoico: primórdios da civilização grega	87
Período micênico	88
Declínio da civilização micênica, 89	
Período arcaico	89
Atenas, 90	
Trabalhando com fontes: Hierarquia familiar em Atenas	92
Esparta, 93	
Período clássico: a Grécia em guerra	94
Guerras Médicas, 94 / A Guerra do Peloponeso e a conquista macedônica, 96	
Cultura grega	97
Religião, 97 / Arte grega, 98 / Pensamento filosófico e científico, 99	
Atividades	100
Decifrando o Enem	101

CAPÍTULO 7 O esplendor de Roma e a civilização bizantina, 102

Roma antiga	103
Monarquia (753-509 a.C.), 104 / República (509-27 a.C.), 105 / Ascensão e queda do Império (27 a.C.-476 d.C.), 110 / Cultura romana, 113	
Civilização bizantina	115
Constantinopla, cidade grandiosa, 116 / Esplendor e decadência do Império Bizantino, 116 / Igreja Ortodoxa, 117	
Texto complementar: O Império Bizantino e a Igreja Ortodoxa	118
Atividades	120
Decifrando o Enem	121
Questões do Enem e de vestibulares	122

CAPÍTULO 8 A Europa medieval e a civilização islâmica, 124

Idade Média	125
Os povos germânicos, 125 / Feudalismo, 128	
Surgimento do islã	133
O estabelecimento do islã, 134 / Doutrina islâmica, 134 / Sucessão do profeta e expansão do islã, 135 / Desenvolvimento científico e cultural islâmico, 136 / O fim do Império Islâmico e a ascensão otomana, 137	
Baixa Idade Média: transformações do feudalismo	138
Aumento da produção agrícola e crescimento demográfico, 138 / Crescimento urbano, especialização do trabalho e expansão comercial, 139 / As Cruzadas, 140	
Trabalhando com fontes: Iluminura medieval: o saque de Jerusalém	141
O pensamento e a arte europeia na Baixa Idade Média, 143 / Crise do sistema feudal, 144	
Atividades	146
Decifrando o Enem	147

CAPÍTULO 9 Consolidação das monarquias na Europa moderna, 148

Por que estudar as monarquias europeias?	149
Conceitos de nação e de Estado	149
Formação dos Estados modernos	150
Formação de Portugal e da Espanha, 151 / Monarquia na Inglaterra, 152 / Unificação na França, 152 /	
Absolutismo monárquico	153
Teóricos do absolutismo, 153	
Texto complementar: O poder no Estado absolutista	156
Atividades	157
Decifrando o Enem	158
Questões do Enem e de vestibulares	159

CAPÍTULO 10 Renascimento e as reformas religiosas, 162

Renascimento	163
O pioneirismo da Península Itálica, 164 / Características gerais do Renascimento, 165 / O desenvolvimento científico, 166	
As reformas religiosas	167
Martinho Lutero: a justificação pela fé, 168 / O calvinismo, 170 / A Igreja Anglicana, 170	
Trabalhando com fontes: Calvino e a predestinação	171
A contraofensiva católica, 172 / O preço da fé, 173	
Atividades	174
Decifrando o Enem	175

CAPÍTULO 11 A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo, 176

Expansão ultramarina	177
Expansionismo ibérico, 178 / Encontro entre europeus e americanos, 181	
Mercantilismo	183
Aprenda mais: Uma história da moeda	184
Práticas mercantilistas em diferentes Estados, 186	
Texto complementar: As navegações: fruto do trabalho, do conhecimento e do emprego da tecnologia	189
Atividades	190
Decifrando o Enem	191

CAPÍTULO 12 A África dos grandes reinos e impérios, 192

Conhecendo a África, conhecendo o Brasil	193
O olhar europeu sobre a África	194
A África antes dos europeus	195
Reinos sudaneses, 195	
Trabalhando com fontes: Leitura de um mapa histórico: a África Ocidental no <i>Atlas catalão</i>	197
Reinos iorubás, 198 / Povos bantos, 199	
Família e sociedade	201
Escravidão africana	201
Comércio árabe de escravos, 202 / Comércio europeu de escravos, 202	
Atividades	203
Decifrando o Enem	204
Questões do Enem e de vestibulares	205
Técnicas de trabalho	208
Análise de matéria jornalística	
Pesquisa	
Elaboração de esquemas para estudo	
Seminário	
Elaboração de uma dissertação	
Análise de um filme	
Bibliografia	218
Mapas	221

Início de conversa



THIAGO GASPAR/PREFEITURA DE FORTALEZA

Alunos lotam o Ginásio Esportivo Paulo Sarasate para aula do cursinho preparatório Academia do Enem. Fortaleza (CE), foto de 2014. O número de inscritos no Enem dos últimos anos é, em média, superior a 8 milhões de pessoas, mais do que a população de países como Uruguai e Irlanda, entre outros.

Por que estudar história?

Para que serve o estudo de história? Qual é o lugar do passado no presente?

Essas questões certamente já ocorreram aos estudantes. Isso é inevitável; afinal, os cursos de história parecem, muitas vezes, distantes da realidade em que vivemos.

Além disso, quem inicia o ensino médio tende a olhar prioritariamente para o futuro. Às portas da vida adulta, surgem expectativas e dúvidas sobre o Enem, os vestibulares e, sobretudo, os caminhos profissionais que serão trilhados.

Nesse momento de tantas dúvidas, insegurança e decisões, o presente parece oscilar rapidamente. Tal impressão ganha ainda mais força nos dias atuais, diante das incríveis inovações tecnológicas e da cobrança de se inserir no mundo do trabalho e obter sucesso. Assim o ingresso no ensino médio está, na maioria das vezes, cercado por uma aura de expectativa e ansiedade.

“Espero que o ensino médio me prepare como cidadã responsável e conhecedora dos direitos e deveres e me forme para o mercado de trabalho, certamente. Esses próximos três anos de estudo vão alterar minha vida, pois o ensino médio irá me capacitar para o mercado de trabalho e também me ensinar os conteúdos necessários para ingressar em um bom estabelecimento de ensino superior.”

Victoria Carolina da Costa Santos, 15 anos. Aluna do 9º ano do ensino fundamental no Colégio Militar de Curitiba (PR), 2015.

A tarefa do ensino médio vai muito além da preparação para os exames vestibulares. Esse segmento complementa a educação básica; por isso, deve ter como objetivo consolidar e aprofundar conhecimentos necessários para a promoção da autonomia intelectual, favorecer o desenvolvimento da autoestima, da afetividade e da sociabilidade e contribuir para a plena formação cidadã dos estudantes.

Como entender, nesse cenário de cobranças relativas ao futuro, em um mundo que se apresenta cada vez mais dinâmico e acelerado, a necessidade de estudar o passado? Por que se preocupar com as civilizações da Antiguidade, a relação entre senhores e servos na Idade Média, a colonização do Brasil, a Revolução Francesa e tantos outros temas?

Muitas vezes, o que ocorre é que o passado alimenta o presente. Entender os caminhos tortuosos que outras pessoas trilharam antes de nós é também uma maneira de compreender as opções que devemos fazer na vida pessoal e nas relações sociais presentes ou futuras. Um fato específico que ocorreu há cinco, dez ou vinte séculos dificilmente parece importante para a vida de hoje, mas o contexto em que ele se insere, as lutas e os sonhos que ele revela nos ajudam a perceber quão complexa e instigante é (e foi) a ação humana, além de contribuir para que façamos nossas próprias escolhas.

E não apenas os indivíduos vão e voltam no tempo; o mesmo movimento é feito de forma coletiva.

A sociedade em que vivemos, com seus hábitos e costumes, suas possibilidades e perigos, formou-se aos poucos, às vezes de forma mais linear, às vezes com alterações súbitas e bruscas. Também as exigências que atualmente nos são feitas (de que tenhamos sucesso no vestibular, na carreira profissional, entre outras) fazem parte de uma mentalidade, de um conjunto de relações que se desenharam aos poucos, ao longo do tempo; conhecer sua origem histórica, seus vínculos econômicos e ideológicos contribui bastante para que lidemos com a pressão e as angústias dessa fase da vida.

“As aulas de história são muito importantes para compreender a sociedade atual e também para conhecer civilizações passadas para entender as evoluções socioeconômicas que ocorreram com o passar do tempo.”

Victoria Carolina da Costa Santos, 15 anos. Aluna do 9º ano do ensino fundamental no Colégio Militar de Curitiba (PR), 2015.

“Gosto muito de aulas de história, pois, conforme estudamos, conseguimos entender o momento. Queria aprender mais sobre a história do Brasil durante a ditadura, pois sei muito pouco [...], tenho curiosidade em saber mais.”

Matheus Thimóteo da Silva, 16 anos. Aluno do 1º ano do ensino médio na Escola Estadual Cidade de Hiroshima, em São Paulo (SP), 2015.

FERNANDO FAVORITTO



Alunos do ensino médio da Escola Municipal 28 de Julho, de São Caetano do Sul (SP). Foto de 2016. Desfrutar do ambiente escolar e dividir medos e expectativas com os colegas é importante para grande parte dos estudantes do ensino médio, pois pode ajudar a diminuir sua ansiedade em relação ao futuro.

◆ Conversando sobre

1. Sua expectativa em relação ao ensino médio coincide com as da estudante Victoria? Justifique.
2. Você compartilha das opiniões de Victoria e Matheus sobre as aulas de história?
3. No seu entendimento, quais são as ideias mais importantes apresentadas nesse texto? Você concorda com elas? Reflita e depois discuta com os colegas sobre o assunto.

A construção da história



ALFREDO MAFFEI

Alfredo Maffei é um jovem artista plástico brasileiro. Na série *Inconstâncias: olhares invisíveis*, ele compôs murais que retratam os olhares de moradores de rua. Nesse trabalho, procurou dar visibilidade a essas pessoas e resgatar suas identidades. Sugerimos ao professor iniciar o trabalho desta abertura analisando a imagem. Pode-se conversar com os alunos sobre o objetivo do artista em chamar a atenção da sociedade para pessoas marginalizadas e, muitas vezes, esquecidas. Lembre-os de que a pessoa cujo rosto foi pintado na parede possui, como todos nós, uma história de vida. Durante a conversa, incentive os alunos a perceber que não é preciso se tornar objeto de uma obra de arte nem realizar nenhuma façanha para “entrar para a história”, já que todos temos e fazemos história.

Nômade (2011), intervenção urbana produzida por Alfredo Maffei, São Carlos (SP). Essa obra integra a série *Inconstâncias: olhares invisíveis*, na qual o artista utiliza paredes e construções abandonadas para retratar moradores de rua.

O sujeito e a história

“A história busca compreender as diversas maneiras como homens e mulheres viveram e pensaram suas vidas e a de suas sociedades, através do tempo e do espaço. Ela permite que as experiências sociais sejam vistas como um constante processo de transformação; um processo que assume formas muito diferenciadas e que é produto das ações dos próprios homens.

[...] todos os homens e mulheres, ricos e pobres, pretos, índios, brancos, governantes e governados, patrões e empregados são sujeitos da história. [...] A história nova preocupa-se também com os acontecimentos do cotidiano da vida humana, ligados à vida das famílias, às festas, às formas de ensinar e aprender. A história nova ocupa-se de tudo aquilo que homens e mulheres fizeram no passado e também fazem no tempo presente.”

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e práticas de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papyrus, 2008. p. 40-42. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)

◆ Conversando sobre

1. Que personagem foi representado na imagem? Que relação é possível estabelecer entre a imagem e o texto?
2. Em sua opinião, quem constrói a história? Justifique.

O que é história?

A palavra **história** é um vocábulo de origem grega. Ela deriva de *istor*: “aquele que viu”, “testemunhou”. Muitas foram as definições atribuídas a essa ciência: o historiador francês Marc Bloch (1886-1944) a definiu como “a ciência dos homens no tempo”; o francês Lucien Febvre (1878-1956), também historiador, destacou que a história é “o processo de mudança contínua da sociedade humana”.

Segundo o brasileiro Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1910-1989), escritor e **lexicógrafo**, história é “a narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral”. Já para o historiador e sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), a história é “o estudo do que os homens do passado fizeram, da maneira pela qual viviam, das ideias que tinham”.

De acordo com essas conceituações, concluímos que **história** é o estudo que os pesquisadores fazem dos seres humanos em diferentes épocas. É importante esclarecer que a história não é a soma dos acontecimentos do passado, mas o resultado das várias pesquisas feitas sobre esse passado. Em outras palavras, podemos dizer que história é o esforço intelectual para compreender e explicar como era a vida em outros tempos.

Lexicógrafo:
dicionarista;
pessoa que elabora
dicionários.

Fontes históricas

As fontes históricas são todos os registros que podem fornecer informações sobre o passado: escritos, orais, sonoros e iconográficos. As fontes podem ser **materiais** (documentos oficiais e particulares, livros, revistas, jornais impressos e digitais, pinturas, construções, esculturas, filmes, roupas, utensílios domésticos, joias, moedas etc.) ou **imateriais** (relatos orais, festas, línguas, lendas, músicas, danças, entre outros).

As fontes históricas não são autoexplicativas nem necessariamente produzidas com o objetivo de deixar testemunhos para as próximas gerações. São os pesquisadores, ao estudarem determinado documento ou fonte histórica, que atribuem um sentido a esses documentos. Cada pesquisador ou grupo de estudiosos elege, com base em estudos, em suas experiências pessoais e em seus objetivos de trabalho, um conjunto de critérios científicos para definir a relevância e o sentido do material histórico disponível. Dessa maneira, o presente influencia o modo como vemos e entendemos o passado.

Obras no porto do Rio de Janeiro revelam importantes fontes históricas

Para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, a cidade do Rio de Janeiro passou por muitas reformas. As obras de revitalização da zona portuária revelaram relíquias, principalmente do século XIX, que nos ajudam a conhecer um pouco mais da história da cidade. O antigo Cais do Valongo, um dos principais portos de desembarque de africanos escravizados nas primeiras décadas do século XIX, foi redescoberto na região do Cais da Imperatriz. Os objetos encontrados nessa região, como contas, miçangas, anéis de piaçava e cachimbos africanos, são fontes históricas que ajudam a conhecer um pouco mais da cultura e do cotidiano dessas pessoas e a estudar a história da diáspora africana e da escravidão no Brasil.



Brinco de ouro e cachimbo com imagem africana (século XIX) encontrados em 2011, durante as obras de revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Qualquer vestígio que possa trazer informações sobre a ação do homem no passado pode ser considerado uma fonte histórica.

LÉO RAMOS/PESQUISA FAPESP

Ágrafo: que não tem escrita.

Arqueologia: ciência que estuda a vida e a cultura dos povos antigos, principalmente pela análise e interpretação de vestígios materiais.

Você vai gostar de navegar

Museu da Pessoa

www.museuda.pessoa.net

O Museu da Pessoa é um espaço de preservação da memória que se dedica a registrar a história de vida das pessoas, reconhecendo a importância de cada uma delas na sociedade. Ao acessá-lo, você encontrará milhares de depoimentos e, ainda, poderá compartilhar sua história.

◆ O trabalho com as fontes históricas

A ausência da escrita no período denominado Pré-história dificulta os estudos sobre a organização social dos povos que viveram naquele tempo. Por isso, os historiadores, ao estudarem os povos **ágrafos**, recorrem ao auxílio de outros pesquisadores, como os arqueólogos. A **arqueologia** busca informações nos vestígios materiais, como armamentos, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho.

O aparecimento da escrita contribuiu para ampliar a forma como podemos analisar o passado. Documentos escritos podem fornecer valiosas informações sobre os costumes, as relações de trabalho e outras características de uma época. Quando articulados com outras fontes, documentos desse tipo ajudam a montar um panorama mais completo do período estudado.

Assim, o saber histórico também é produto da ação humana e, por isso, também se transforma no decorrer do tempo. As fontes são selecionadas e interpretadas conforme as condições de cada época.

Tradição oral como fonte histórica

Em muitas sociedades, a fala cumpre o papel de transmitir e preservar a memória sobre o passado. A **tradição oral**, ou seja, o conhecimento transmitido verbalmente de geração a geração, está presente no cotidiano dessas comunidades, revelando aspectos importantes de sua organização social, de sua visão de mundo e da sabedoria de seus ancestrais. Por isso, ela constitui uma fonte histórica primordial para a análise dessas sociedades. O texto a seguir discute a importância da tradição oral para o estudo da história da África.

“Se a *Iliada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. [...]”

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método.”

M'BOW, Amadou Mahtar. Prefácio. In: EL FASI, Mohammed (Ed.). *História geral da África: África do século VII ao XI*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. XIX-XX. v. 3.

Griô toca tambor em cerimônia de casamento tradicional em Nouakchott, Mauritânia. Foto de 2012.

Muito respeitados em sociedades do Oeste africano, os griôs são responsáveis por guardar e transmitir as histórias de seu povo. Também costumam exercer as funções de músico, poeta e sacerdote.



JOE PENNEY/REUTERSLATINSTOCK

◆ Patrimônio cultural

Grande parte das fontes históricas materiais é encontrada em instituições públicas e privadas, como museus, arquivos, universidades, igrejas, galerias de arte e outros espaços. O conjunto das fontes materiais e imateriais compõe o **patrimônio cultural** de um povo. Esses bens (materiais ou imateriais) são referenciais coletivos que contribuem para construir uma relação de identidade entre os membros de um grupo ou de um país e para produzir um conhecimento histórico sobre eles. Por isso, a preservação do patrimônio cultural de um povo é tão importante. Devemos considerá-lo um legado recebido das gerações anteriores que deve ser transmitido às gerações futuras.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é um organismo internacional que apoia governos em todo o mundo na identificação, na proteção e na preservação do patrimônio cultural de seus países. A Unesco criou um catálogo de bens considerados patrimônios da humanidade, o que significa que, independentemente do país de origem, os patrimônios nele inscritos são considerados universais e, por isso, toda a comunidade internacional tem o dever de cooperar para sua preservação.

No Brasil, de acordo com o capítulo III do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio cultural nacional, órgãos públicos são responsáveis pelo **tombamento** e pela conservação do patrimônio. Entre eles destaca-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão federal ligado ao Ministério da Cultura. Entretanto, nem sempre os investimentos públicos são suficientes para a preservação do patrimônio do país. Muitos projetos de conservação contam com o apoio financeiro de instituições privadas, que em troca recebem incentivos fiscais, como a redução ou a isenção de certos impostos.

Grafia dos nomes dos povos indígenas

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas do Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a grafia dos nomes tribais, aprovada em 1953, na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia:

- Sem flexão de número ou gênero.
- Com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, sendo opcional quando usados como adjetivo.

Tombamento: iniciativa do poder público de conservar, catalogar e proteger bens culturais como produto e testemunho de tradição artística e/ou histórica de um povo ou de uma região.

Desde 2015, o Iphan passou a utilizar a designação **Patrimônio Cultural Brasileiro** para se referir aos bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade, à ação e/ou à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. "A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial." Texto disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em 18 jan. 2015.



Mulher Karajá faz escultura em argila na aldeia Fontoura, Ilha do Bananal, Tocantins, 2001. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira fazem parte do patrimônio imaterial do país.



Pedra do Sol, conhecida como calendário asteca (c. 1250-1521). Museu Nacional de Antropologia, Cidade do México.

O calendário asteca combinava dois ciclos de durações diferentes: um de 365 dias, divididos em dezoito grupos de vinte dias, mais cinco dias finais; outro de 260 dias, divididos em vinte grupos de treze dias. A coincidência do início dos dois ciclos demorava 52 anos para acontecer e significava uma espécie de século para os astecas. Na Pedra do Sol, é possível observar a divindade solar, ao centro, rodeada pelos símbolos dos dias, e, a seguir, pela representação dos anos do calendário asteca.

Lidando com o tempo

“A história é a ciência do homem no tempo.” Essa conceituação revela a importância do tempo para os estudos de história.

Geralmente entendemos o tempo como referente aos dias, meses e anos, unidades de tempo que correspondem à duração dos movimentos de rotação e de translação da Terra. No entanto, o tempo também pode estar relacionado aos acontecimentos ou modos de vida que marcam determinados períodos ou sociedades e que podem perdurar ao longo dos anos, formando os chamados tempos históricos.

Os primeiros povos marcavam o tempo seguindo os ciclos da natureza, como a alternância entre o dia e a noite, as diferentes fases da Lua, o movimento das águas (rios e mares), a posição dos astros e das estrelas no céu e a posição do Sol. Observando continuamente a natureza, começaram a marcar as horas e os dias e a definir as melhores épocas para a semeadura, para a colheita e para as cerimônias religiosas, práticas que originaram os **calendários**. Existiam e existem calendários diferentes, pois cada povo quantifica o tempo e estabelece os marcos temporais de acordo com seus costumes e suas tradições.

As culturas tradicionais, como a dos povos indígenas do Brasil, consideram os ciclos da natureza como referenciais para a medição do tempo. É o que ocorre, por exemplo, com os povos indígenas do entorno do Rio Negro, na Região Amazônica. Apesar de viverem no território brasileiro, no século XXI, eles possuem um calendário específico, criado com base no movimento das constelações e em seu impacto na natureza: as variações de temperatura, as mudanças no nível de água dos rios, o comportamento dos animais e os ciclos da flora. A observação dessas mudanças na natureza levou esses povos a elaborar um calendário que prevê o tempo ideal para a semeadura, a colheita, a caça e a celebração de rituais.

Calendários cristão, muçulmano e judaico

Os calendários mais conhecidos atualmente possuem, como marcos iniciais, acontecimentos relacionados às crenças dos povos que os instituíram. Os cristãos datam a história da humanidade tendo como referência o **nascimento de Cristo**; assim, o ano de 2016 representa o número de anos que se passaram desde o nascimento de Jesus. No mundo ocidental, quando se estuda algum fato histórico, é comum utilizar as siglas a.C. e d.C., que significam, respectivamente, “antes de Cristo” e “depois de Cristo”.

Os muçulmanos datam a história da sua civilização a partir da **Hégira**, evento que marca a fuga do profeta Maomé, fundador da religião islâmica, de Meca para Medina, cidades situadas na Península Arábica. O início do calendário muçulmano ocorreu no ano 622 do calendário cristão.

No caso dos judeus, a história é datada com base na **criação do mundo**, episódio bíblico narrado na *Torá*, que teria ocorrido numa data equivalente ao dia 7 de outubro de 3760 a.C. do calendário cristão, ao pôr do sol.

Para organizar nosso cotidiano, utilizamos medidas de tempo, como hora, dia, mês e ano. Em suas pesquisas, os historiadores precisam situar os acontecimentos em longos períodos de tempo e, para isso, utilizam também outros referenciais de tempo. No quadro ao lado, apresentamos as principais formas de datação utilizadas pelos historiadores.

Milênio	Século
Período de 1.000 anos.	Período de 100 anos.
Quartel	Década
Período de 25 anos.	Período de 10 anos.

◆ Cálculo do tempo

Quando você considera uma data qualquer, pode identificar o século a que ela pertence por meio de operações matemáticas simples.

Se a data que você estiver examinando terminar em dois zeros, o século corresponde ao(s) primeiro(s) algarismo(s) que está(ão) à esquerda do número analisado. Observe os exemplos:

Ano 200 a.C.: o ano 200 a.C. faz parte do século II a.C.

Ano 1600: o ano 1600 faz parte do século XVI.

Quando o ano não termina em dois zeros, basta eliminar a unidade e a dezena que o compõem e somar 1 ao restante do número. Veja os exemplos:

Ano 450 a.C.: século V a.C. ($4 + 1 = 5$).

Ano 80: século I d.C. ($0 + 1 = 1$).

Ano 2016: século XXI ($20 + 1 = 21$).

Para saber há quanto tempo determinado evento ocorreu, a operação é realizada utilizando-se o ano em que estamos e o ano do evento em questão. Se o fato ocorreu após o nascimento de Cristo, subtraia do ano corrente o ano em que o fato aconteceu. Veja:

Em 2016, quantos anos haviam se passado desde a independência política do Brasil?

$$2016 - 1822 = 194$$

Em 2016, portanto, fazia 194 anos que o Brasil tinha se tornado independente de Portugal.

Se o fato aconteceu antes do nascimento de Cristo, somam-se as duas datas. Observe:

Em 539 a.C., o Segundo Império Babilônico foi conquistado pelos persas. Quantos anos se passaram desde a conquista desse Império?

$$539 + 2016 = 2.555$$

Portanto, faz 2.555 anos que o Segundo Império Babilônico foi conquistado pelos persas.

Essas regras são fundamentais para o estudo e a compreensão da história, pois essa ciência estuda sociedades humanas inseridas em determinado tempo e espaço.

▶ Livro das horas

Criado no final da Idade Média, o *Livro das horas* reunia calendários e orações que deveriam ser proferidas pelos católicos em cada momento do dia. Nesse período, era comum a ilustração dos calendários com cenas de atividades características de cada mês do ano. Na iluminura ao lado podemos observar, na parte inferior da imagem, a representação da colheita da uva por camponeses. Na parte superior, além do calendário com dias e meses, também é possível observar representações dos signos do zodíaco.

Iluminura dos irmãos Limbourg para a página do mês de setembro do livro *As riquíssimas horas do duque de Berry*. Museu Condé, Chantilly, França. A produção desse livro, iniciada em 1412, só foi concluída em 1489, após a morte dos irmãos Limbourg.

▶ Você sabe dizer em que século esse livro foi produzido?





Índigena Kalapalo realizando a dança Angene com flautas Atanga durante o Kuarup. Parque Indígena do Xingu (MT). Foto de 2011. O Kuarup é um ritual tradicional dos indígenas do Alto Xingu, que presta homenagem aos mortos.

Segundo o Decreto n. 6.040, de 7 fevereiro de 2007, compreende-se por povos e comunidades tradicionais "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 9 out. 2015.

Congada de Santa Ifigênia, de Mogi das Cruzes (SP), se apresenta no município paulista de Iguape, em junho de 2013. A congada é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira, existente desde o século XVII, que constitui um importante exemplo de tradição perpetuada através das gerações.

Os povos tradicionais tendem a preservar a língua, as técnicas, as crenças e outras tradições de seus antepassados e transmiti-las a seus descendentes por meio da oralidade. Os povos indígenas, os remanescentes quilombolas, os pescadores artesanais e as populações ribeirinhas são exemplos de comunidades tradicionais no Brasil.

Atualmente, as culturas tradicionais coexistem com o modo de vida urbano e industrial, no qual a produção está voltada para o mercado e o lucro, as relações de trabalho predominantes são assalariadas e o cotidiano das pessoas transforma-se continuamente com os avanços da ciência e da tecnologia. Ou seja, em uma mesma época – no caso, o século XXI – podem existir **tempos históricos** diferentes.



CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

◆ Diferenças que coexistem no tempo

Até agora, analisamos as distintas formas pelas quais o ser humano conta o tempo e como essa contagem se relaciona com o modo de vida de cada povo. Porém, o tempo é muito mais do que as horas marcadas por um relógio, os dias de um calendário ou os anos de um século; ele é também tradição, mentalidade e ritmo de mudança.

Na sociedade ocidental, por exemplo, há várias festas e cerimônias, como o carnaval e a Páscoa (cristã e judaica), entre inúmeras outras com centenas de anos de existência. Essas festas rituais fazem parte da **tradição**, ou seja, uma prática cultural que chegou até nós pelo convívio entre as antigas e as novas gerações, pelas relações na família, na escola e na igreja, entre outras formas.

Há sociedades que mantêm uma relação intensa com o território, a cultura e as tradições dos seus ancestrais, por isso são chamadas populações ou comunidades tradicionais. Culturas que apresentam essas características manejam os recursos naturais visando principalmente à sobrevivência do grupo e não ao acúmulo de bens ou ao lucro. A terra para elas não é um imóvel de valor comercial, mas um espaço da natureza que deve ser compartilhado pelo grupo para atender às necessidades de toda a comunidade.

Divisão da história ocidental

Podemos elaborar a linha do tempo de uma sociedade ou do mundo de várias maneiras. Isso porque, como vimos, o historiador determina os marcos cronológicos que considera mais relevantes para os fatos sociais, políticos e econômicos que pretende destacar.

No mundo ocidental, por exemplo, convencionou-se adotar a periodização que tem como base marcos cronológicos relacionados à história da Europa. Essa periodização divide a história em **Idade Antiga**, **Idade Média**, **Idade Moderna** e **Idade Contemporânea**.

O marco inicial corresponde à invenção da escrita, por volta de 3300 a.C. Toda a trajetória anterior dos homens, desde o aparecimento do gênero *Homo* na Terra, tem sido tradicionalmente denominada **Pré-história**. O gênero *Homo* foi escolhido como marco inicial da Pré-história porque teria sido a primeira espécie capaz de produzir instrumentos necessários à sua sobrevivência. No entanto, esse marco não é consenso entre especialistas; muitos defendem que a Pré-história teve início com o surgimento dos primeiros hominídeos, há cerca de 7 milhões de anos.

O conceito de Pré-história, para muitos, expressa certo preconceito ao excluir da história os povos que não conheciam a escrita. Ainda hoje existem culturas que desconhecem a escrita e, apesar disso, são agentes de sua própria história. E isso também ocorreu no passado. Assim, se acreditarmos que o **sujeito** da história é o **ser humano**, então ele fez história desde que surgiu no planeta.

Gênero *Homo*: surgiu há cerca de 2 milhões de anos. Fazem parte desse gênero as espécies *Homo habilis*, *Homo erectus*, *Homo neanderthalensis* e *Homo sapiens*, ou seja, o homem moderno.

A Tábua do rei Ur-Nanshe é uma listagem dos templos fundados por ele.



OTHER IMAGES - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Tábua do rei Ur-Nanshe, da antiga cidade suméria de Lagash, c. 2500-2400 a.C. Museu do Louvre, Paris, França.

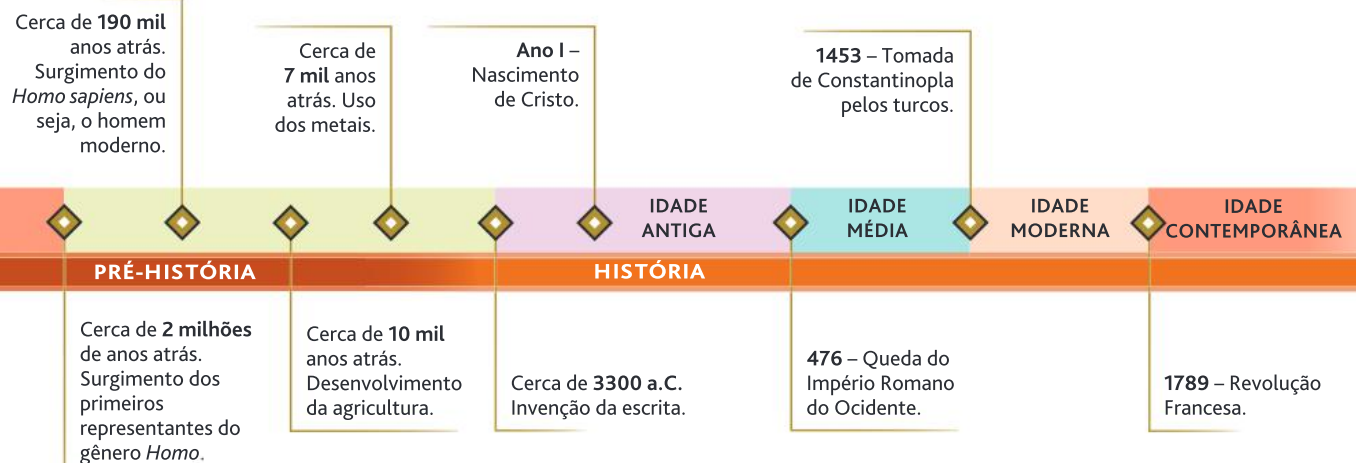
Você vai gostar de ler



BOSCHI, Caio César. Por que estudar história?
São Paulo: Ática, 2007.

Nesta obra, o autor analisa o processo de construção da história, estabelecendo relações com a atualidade. Ele também trata do ofício do historiador, mostrando que o objeto de estudo da história e a própria historiografia estão em constante transformação.

Periodização da história ocidental



Linha do tempo ilustrativa. Os acontecimentos não foram representados em escala temporal.

Eu sou filha da mata e nada vai me acontecer

O texto a seguir foi publicado no site do Museu da Pessoa. Nele, uma indígena narra sua história, lembrando aspectos de sua infância e sua luta pela sobrevivência.



“Sou Raimunda Rodrigues Teixeira e nasci em 24 de novembro de 1944, no município de Caucaia (CE). Sou pajé dos índios Tapeba que vivem na margem do Rio Ceará, também no município de Caucaia. Sou bisneta do nosso antigo cacique que já morreu, o Zé Isabel Alves dos Reis, conhecido por Perna de Pau. O meu pai era Francisco Alves dos Reis e morreu há cinco anos. A minha mãe, Julieta Pereira da Silva, não era índia.

Eu nasci e me criei na comunidade do Trilho [...]. Lá só era mata – aqueles paus brancos, com aquelas ocas dentro da mata. Era uma aldeia com as ocas redondas de palha, só com uma portinha para entrar e sair. [...] Eles faziam uma esteira da palha da bananeira que estendiam para que todos os índios dormissem. Roupas não existia, eram só os penachos. Eu me criei nessa cultura, nessa tradição [...]. O cacique Perna de Pau [...] levava adultos e crianças para pescar. Iam todos juntos pescar e caçar com aqueles **embornais** nas costas. As índias dentro de uma rede, com uma tipoia atrás. Ele levava nas costas. Passávamos o dia na mata caçando, pescando, tirando as raízes de pau e pegando passarinhos [...]. Passávamos o dia na mata e, quando era noite, de cinco para seis horas, retornávamos às aldeias, às ocas, para colocar aquelas caças no fogo para comer. Eles faziam um buraco fundo no chão e colocava as lenhas lá dentro. Ele pegava uma lata, colocava no fogo cheia d’água e trabalhávamos com aqueles **alguidares** grandes de barro. Ele colocava a farinha. Tínhamos um roçado em que plantávamos mandioca. Ele tirava a mandioca, ralava, fazia farinha no caco e torrava. Ele colocava dentro do alguidar, fazia aquele pirão escaldado com aquela água sem sal. Ele não colocava sal nem na farinha. Fazia o pirão e, quando acabava, pegava aquelas caças salgadas e as colocava na brasa para assar. [...] E comíamos. Depois que acabava, bebíamos água, estirava a esteirinha e íamos dormir. Quando não, ia dançar o Toré a noite toda, com as maracas ao pé duma fogueira.

Eu sinto muita falta dessa época, porque eu acho que não vai voltar mais. Fui criada numa cultura tão bela, tão maravilhosa, tão pura, com tanta honestidade e com todos respeitando uns aos outros. O meu avô dizia: ‘O que eu posso ensinar pra vocês é a história: não sei ler, não sei escrever, mas a história eu vou ensinar, vocês têm que aprender. Algum dia eu não estarei mais no meio de vocês, que vão contar o que para as pessoas que vierem fazer uma pergunta? Vocês têm que colocar na cabeça, na memória e prestar atenção no que eu digo a vocês’. Eu prestava atenção e escutava muito bem tudo aquilo. [...] Fui criada nessa cultura. Lembro-me das cumбуquinhas de barro. Trabalhávamos juntos no artesanato, na pesca, na caça e em tudo que se ia fazer era desse jeito. [...]

A nossa vida era desse jeito, dentro dessa aldeia, na Comunidade do Trilho, lá dentro da mata. Hoje em dia eu moro aqui [à beira do Rio Ceará]. Saí da comunidade do Trilho. Casei-me com 17 anos. [...] Quando eu me casei eu não tinha nenhum canto para morar, pois estávamos sendo expulsos da terra. Os antigos estavam morrendo e apareceram os fazendeiros dizendo que eram os donos, trazendo os arames para cercar a nossa terra e expulsar a nossa gente. Ficamos na beira do trilho de ferro, onde passa o trem, com as nossas ocas abandonadas dentro da mata, porque não podíamos entrar. Aí, eu disse: ‘O que eu faço é ir para a beira do rio’. Chegamos aqui e colocamos o nome de

Para obter mais informações sobre o povo Tapeba, sua cultura e sua luta pela terra, recomendamos a consulta ao site <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapeba>> do Instituto Socioambiental. Acesso em 9 out. 2015.

Embornal:
pequena bolsa utilizada para o transporte de alimentos.

Alguidar:
recipiente de barro semelhante a uma bacia, utilizado nas tarefas domésticas.



NIGERIA: PRODUÇÕES E MUSEU DA PESSOA

Roda de histórias com indígenas da etnia Tapeba, no município de Caucaia (CE). Foto de 2014.

Rio Ceará, porque ele se chamava Rio do Picu. Quando eu vim morar aqui, eu trouxe três filhos [...] Depois que chegamos, limpamos um canto na beira do rio, debaixo do manguezal e eu coloquei um pedaço de lona e de papelão para colocar os meninos para dormir em cima. ‘Como é que a senhora vai dormir com esses meninos aqui?’. Eu disse: ‘Minha senhora, eu sou índia, eu sou filha da natureza, sou filha da mata. Vou dormir aqui com os meus filhos e nada vai me acontecer’. [...] E dormi. Pela manhã, pegamos a foice, fomos tirar pau do manguê e fizemos uma cabana, onde coloquei os meus filhos debaixo. Na continuação, arrumei palha para ir arrodando ela. Os outros parentes também vieram e começaram a fazer também: ‘Raimunda foi para a beira do rio, eu vou também’. E veio um bocado de gente para a beira

do rio. Todos os índios Tapeba que moram aqui vieram de lá. O restante dos meus filhos eu tive aqui [...] porque nós fomos expulsos e obrigados a sair da mata, da terra de onde vivíamos, onde eu nasci e me criei, numa cultura, numa tradição junto ao meu povo.

Hoje em dia eu tenho esse trauma dentro de mim: ser obrigada a sair de onde eu nasci. Lembro-me de como foi que eu saí expulsa, de lá para cá, ainda bem jovencinha. Hoje, já estou com 70 anos, mas eu nunca me esqueci disso. [...]”

TEIXEIRA, Raimunda Rodrigues. Eu sou filha da mata e nada vai me acontecer. Depoimento ao Museu da Pessoa publicado em 11 dez. 2014. Disponível em <www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/eu-sou-filha-da-mata-e-nada-vai-me-acontecer-97853/colecao/99830>. Acesso em 9 out. 2015.

Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique a fonte do texto.
2. Que informações o texto fornece?
3. Qual a importância do texto para o estudo da história?
4. Segundo o texto, como a história era transmitida na comunidade do povo Tapeba? Em sua opinião, essa forma de transmissão do conhecimento é importante? Justifique.

Explorando o conhecimento

1. Defina o que são fontes históricas. Cite exemplos de fontes que poderiam ser utilizadas para contar sua história.
2. Leia estas afirmativas. Em seguida, identifique a(s) incorreta(s) e, em seu caderno, reescreva-a(s) corretamente.
 - a) Patrimônio é um conjunto de bens materiais que possuem valor histórico e cultural em razão de sua relação com o estudo da história e com a memória de um povo.
 - b) Um bem tombado como patrimônio cultural deve ser preservado e protegido pelo Estado, não podendo ser destruído ou modificado em suas características originais.
 - c) O tempo histórico refere-se ao tempo dos ciclos da natureza, especialmente o movimento dos astros, mensurados por medidas como dia, mês e ano.
3. É possível afirmar que todos os povos marcam a passagem do tempo da mesma maneira? Justifique.

Pensando criticamente

4. Releia o texto de Amadou Mahtar M'Bow, reproduzido na página 12, e responda: qual a crítica realizada pelo autor? O que ele propõe? Você concorda? Justifique.
5. Leia a tirinha abaixo e, em seguida, responda.



Frank & Ernest (2015), tirinha de Bob Thaves.

- a) Qual é a ideia expressa nessa tirinha?
- b) A personagem parece ter compreendido o comentário do pai a respeito da escrita da história? Justifique.

Investigando

6. Você estudou que é importante preservar o patrimônio cultural dos povos. Sabendo que o tombamento é um procedimento com tal objetivo, pesquise, em grupo, bens tombados no seu estado. Seleccionem um deles e montem uma ficha com as seguintes informações:

a) localização do patrimônio tombado;	c) data do tombamento;
b) descrição do patrimônio, identificando-o como material ou imaterial;	d) justificativa para o tombamento;
	e) situação do patrimônio hoje.
7. A entrevista é um dos métodos utilizados para conhecer a história de vida das pessoas. Entreviste um idoso de sua família ou de sua comunidade e investigue como foi a adolescência dele. Procure descobrir onde e quando ele nasceu, em que local viveu, como as pessoas se vestiam, o que faziam para divertir-se e quais os hábitos da juventude naquela época. Apresente os resultados para a turma e procure identificar o que mudou nos hábitos dos jovens em relação aos dias de hoje.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

Para responder corretamente à questão, observe os seguintes procedimentos:

- **Leia a questão inteira** com muita atenção.
- **Identifique o tema** abordado e o **problema** a ser resolvido.
- **Examine todas as alternativas relacionando-as com o texto**, até chegar à opção correta. Nesse diálogo você vai mobilizar os conhecimentos e as habilidades que desenvolveu ao longo de sua trajetória escolar. Vamos treinar?

(ENEM-MEC/2014)

“A Praça da Concórdia, antiga Praça Luís XV, é a maior praça pública de Paris. Inaugurada em 1763, tinha em seu centro uma estátua do rei. Situada ao longo do Sena, ela é a intersecção de dois eixos monumentais. Bem nesse cruzamento está o Obelisco de Luxor, decorado com hieróglifos que contam os reinados dos faraós Ramsés II e Ramsés III. Em 1829, foi oferecido pelo vice-rei do Egito ao povo francês e, em 1836, instalado na praça diante de mais de 200 mil espectadores da família real.”

NOBLAT, R. Disponível em <www.oglobo.com>. Acesso em 12 dez. 2012.

A constituição do espaço público da Praça da Concórdia ao longo dos anos manifesta o(a)

- a) lugar da memória na história nacional.
- b) caráter espontâneo das festas populares.
- c) lembrança da antiguidade da cultura local.
- d) triunfo da nação sobre os países africanos.
- e) declínio do regime de monarquia absolutista.

Analizando

O trecho escolhido para introduzir a questão narra aspectos da história da atual Praça da Concórdia, um espaço central e muito movimentado na cidade de Paris. O texto informa que no século XVIII esse local chamava-se Praça Luís XV e abrigava a estátua do rei. Algumas décadas depois, a praça, já com outro nome, recebeu o Obelisco de Luxor, um monumento em pedra com 23 metros de altura, construído há mais de 3 mil anos pelos antigos egípcios.

Qual é o sentido dessas mudanças e sua relação com a história da cidade de Paris e da França? Esta é a reflexão proposta pelo enunciado.

Vamos analisar cada uma das alternativas.

- **Alternativa a:** Na época da inauguração da Praça Luís XV, a França vivia sob o absolutismo. Com a Revolução Francesa, os símbolos do Antigo Regime foram destruídos e a praça recebeu um novo nome: Praça da Revolução. Ali foi instalada a guilhotina e foram executados os inimigos da República, inclusive membros da família real francesa. Com a restauração da monarquia, em 1815, era necessário apagar a memória dos tempos revolucionários e fazer as pazes com a família real. Daí o novo nome da praça: Concórdia.
- **Alternativa b:** A festa organizada em Paris para reinaugar a praça com um novo nome e um novo monumento (Obelisco de Luxor) foi iniciativa oficial do governo, que procurava assim garantir legitimidade e popularidade para a dinastia reinante. Não pode ser considerada um evento da cultura popular francesa.
- **Alternativa c:** O texto introdutório é claro ao informar que o Obelisco de Luxor relaciona-se à antiga civilização egípcia, guardando a memória dos faraós Ramsés II e Ramsés III. Por ser um presente do vice-rei do Egito aos franceses, não representa, portanto, um objeto de memória da cultura francesa (ou mesmo europeia).
- **Alternativa d:** Napoleão havia avançado sobre o Egito, como estratégia para enfraquecer o poderio inglês na região do Oriente Próximo, mas as tropas francesas foram derrotadas e o Egito continuou integrando o Império Otomano. O avanço imperialista europeu sobre a África data da segunda metade do século XIX.
- **Alternativa e:** As mudanças observadas na praça relacionam-se às configurações do poder em diferentes momentos da história francesa: a monarquia absolutista no século XVIII, o tempo da Revolução Francesa e, depois de 1815, a restauração da monarquia.

Agora é com você!

Identifique a alternativa que completa corretamente a frase do enunciado. **A alternativa correta é a letra a.**

Os primeiros passos da humanidade

O objetivo desta abertura é provocar a reflexão sobre a diversidade de explicações a respeito da origem da vida humana, algumas relacionadas à tradição mitico-religiosa e outras derivadas da pesquisa científica. Na tirinha estão representadas diferentes explicações para o tema. De acordo com a mitologia maia, após várias tentativas, o milho foi a matéria-prima utilizada pelos deuses para criar os seres humanos. Na mitologia nórdica, os primeiros seres humanos foram entalhados na madeira. Segundo a tradição judaico-cristã, os seres humanos foram modelados de barro. Já o cientista Charles Darwin desenvolveu uma teoria para explicar a origem dos seres humanos, o Evolucionismo. O texto apresenta mais elementos sobre o mito de criação dos maias, descrevendo algumas das etapas percorridas pelos deuses até encontrar o material adequado para a criação. Após a análise da tirinha, a leitura do texto e a discussão das questões, sugerimos perguntar aos alunos se eles conhecem outras explicações sobre a origem dos seres humanos. Segundo a mitologia dos indígenas Guarani, por exemplo, o deus Tupã foi o responsável por criar os primeiros seres humanos: Rupave e Sypave, considerados pai e mãe dos povos. Na mitologia africana iorubá, o mundo foi criado por Olorum, que encarregou Oxalá da missão de criar os seres humanos.



De onde viemos? (2011), trecho da tirinha de Carlos Ruas.

Um mito maia sobre a criação dos seres humanos

“Os deuses [...] não sabem como fazer, como produzir uma criatura tal como ela mesma se exige.

Começam por utilizar terra e água para moldar a carne. O resultado é ruim: [...] desmancham-se na água e suas carnes sem consistência não se mantêm juntas.

[...] Empreendem esculpir o homem na madeira. [...] Mas faltava-lhes o espírito, ou, melhor dizendo, o entendimento. [...]

E eles buscam, e apalpm, e tateiam. Refletem acerca daquilo que devia entrar na carne do homem. Descobrem finalmente: é o milho. Aquilo que é o alimento do homem deve ser o material de sua carne. Assim fazem os deuses. [...]

Assim o homem começa a fazer seu mundo [...].”

COMTE, Fernand. *Os heróis míticos e o homem de hoje*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 116-117.

◆ Conversando sobre

1. Que personagens você reconhece na tirinha?
2. Que relação é possível estabelecer entre o texto e a imagem?

A origem do ser humano

Qual é nossa origem? Por que somos diferentes de outros animais? As respostas para essas perguntas são diversas e existem muitas dúvidas sobre a origem da humanidade.

As explicações com base na crença de que a humanidade foi criada por um ser supremo correspondem a uma linha de pensamento chamada **criacionismo**. No Ocidente, o criacionismo tem como base a tradição judaico-cristã. Os criacionistas sustentam a ideia de que o homem foi criado por Deus à sua imagem e semelhança, tal como relatado no Gênesis, o primeiro livro da *Bíblia*. Ele narra a criação do mundo e de Adão e Eva, considerados os primeiros seres humanos. De acordo com essa explicação, não apenas o ser humano, mas todos os seres vivos teriam sido criados da maneira como são hoje. As três religiões monoteístas que predominam na atualidade – o judaísmo, o cristianismo e o islamismo – têm sua doutrina baseada no criacionismo.

Em oposição ao criacionismo, o **evolucionismo** ou **darwinismo** afirma que o ser humano e os demais seres vivos originaram-se de organismos mais simples, que sofreram transformações ao longo do tempo. Formulado no século XIX com base em estudos realizados pelos naturalistas Charles Darwin e Alfred Russel Wallace, o evolucionismo baseia-se na análise e na observação de **fósseis** e de seres vivos. Segundo essa teoria, os indivíduos de uma mesma espécie apresentam grande variação. Em uma população, indivíduos que apresentam determinadas características podem ser considerados mais adaptados ao ambiente do que outros da mesma espécie. Essas características conferem vantagens que aumentam as chances de sobrevivência e de geração de descendentes, os quais herdarão as mesmas características. Esse processo ficou conhecido como **seleção natural**.

O evolucionismo é a teoria mais aceita pela comunidade científica atualmente, embora enfrente resistência, sobretudo por parte dos criacionistas. No entanto, também existem defensores do criacionismo que tentam combinar sua teoria com explicações evolucionistas. É o caso do **Design Inteligente**. Os defensores dessa corrente criacionista aceitam o processo evolutivo das espécies, mas afirmam que ele foi projetado por um ser inteligente, responsável por ordenar a evolução da vida na Terra.

CONECTANDO COM A BIOLOGIA

A origem, o desenvolvimento e a classificação dos seres vivos, particularmente dos seres humanos, são temas estudados na biologia e permitem a realização de um trabalho interdisciplinar.

Embora sua teoria tenha ficado conhecida como evolucionismo, Darwin evitava, sempre que possível, o uso do termo “evolução”, preferindo utilizar a palavra “transformismo”. Segundo ele, o processo que originou os seres humanos não foi linear; ocorreram diversas ramificações.

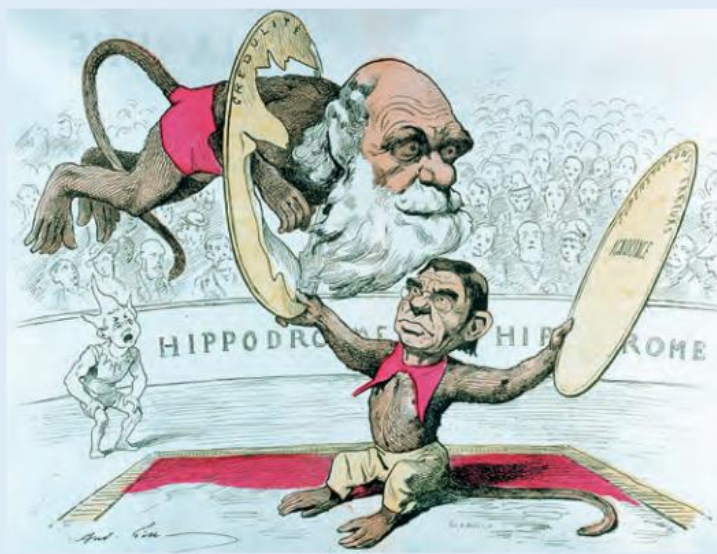
Fóssil: “Qualquer vestígio de vida que remonta a uma época muito antiga. Podem se tornar fósseis não só os organismos ou parte deles – ossos, pólen, madeira, conchas –, mas também certas marcas de sua existência – pegadas, pedras trabalhadas, partes de habitações”.

FACCHINI, Fiorenzo. *O homem*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 6. (Coleção Origem e evolução)

As reações à teoria de Darwin

Quando foi divulgada, na segunda metade do século XIX, a teoria de Darwin sobre a origem das espécies causou muita polêmica. Assim como ocorreu com várias outras teorias científicas, demorou algum tempo para que ela fosse avaliada, criticada cientificamente e aprimorada. Antes de serem aceitas pela comunidade científica, as ideias de Darwin foram bastante satirizadas.

O homem descende do macaco, caricatura de 1878 que mostra Charles Darwin representado como um macaco. Ele atravessa um aro, onde se lê a palavra “credulidade”, para atingir outro, onde está escrito “superstições”, “erros” e “ignorância”. Museu Carnavalet, Paris, França.



Segundo pesquisadores, a diversidade dos *habitat* encontrados na África contribuiu para o desenvolvimento dos seres humanos no continente, pois, quando a sobrevivência se tornava difícil em uma região, era possível migrar para outra com clima e vegetação mais propícios.

◆ O gênero *Homo*

CONECTANDO COM A
BIOLOGIA

Segundo a teoria evolucionista, os seres humanos e os grandes primatas possuem um ancestral comum.

Pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas, nos campos da antropologia, da biologia e da arqueologia, sugerem que a separação entre a linhagem dos seres humanos e a dos grandes primatas, como gorilas e chimpanzés, ocorreu provavelmente entre 10 e 7 milhões de anos atrás. Essa linha de estudos baseia-se em pesquisas fósseis e genéticas. A maior quantidade de fósseis e também os fósseis mais antigos foram descobertos na África, o que levou os pesquisadores a concluir que os primeiros ancestrais dos seres humanos e o homem moderno surgiram nesse continente.

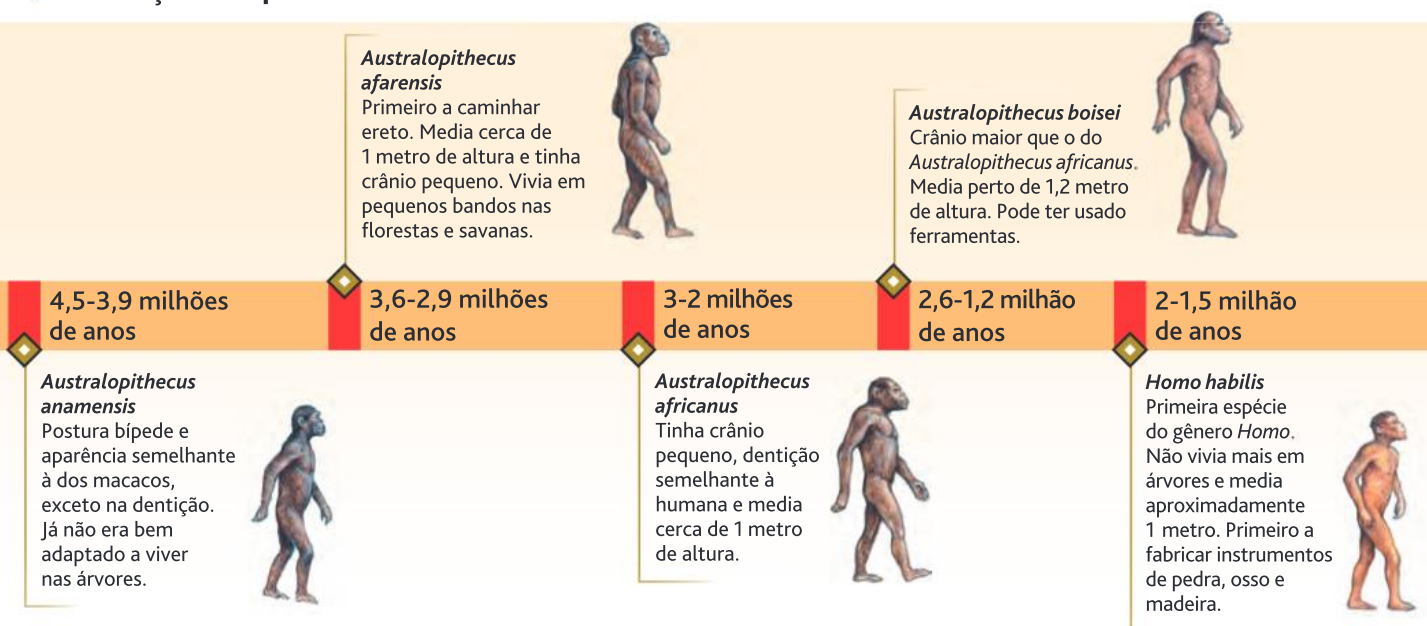
Os seres originados de grupos de primatas, mas com algumas características semelhantes às do homem moderno, foram chamados de **hominídeos**. Os primeiros hominídeos de que temos notícias viveram nas savanas africanas há cerca de 4,5 milhões de anos e pertencem ao gênero *Australopithecus*. No período compreendido entre 4 e 1 milhão de anos atrás, diversas espécies de australopitecos teriam coexistido e, eventualmente, competido entre si. Estudos indicam que esses hominídeos se alimentavam de folhas, grãos e frutos e caminhavam em postura ereta.

É possível que mudanças ambientais nas savanas africanas tenham provocado a extinção de grande parte das espécies de australopitecos. No entanto, algumas linhagens, por apresentarem características que facilitavam a adaptação ao ambiente, sobreviveram e geraram descendentes. Estamos falando do gênero *Homo*, que surgiu por volta de 2 milhões de anos atrás (observe a linha do tempo abaixo).

Acredita-se que o *Homo sapiens*, espécie à qual pertencemos e é única sobrevivente do gênero *Homo*, tenha surgido no continente africano há aproximadamente 190 mil anos.

Partes de um esqueleto da espécie *Australopithecus afarensis* encontradas na Etiópia, em 2005. Museu de História Natural de Cleveland, Estados Unidos. Estudos divulgados em 2010 demonstraram que esse esqueleto, chamado Kadanuumuu pelos pesquisadores, tem aproximadamente 3,6 milhões de anos. A descoberta foi muito importante, pois revelou que a existência dessa espécie é 400 mil anos mais antiga do que se supunha.

A evolução da espécie humana



Linha do tempo ilustrativa. Os acontecimentos não foram representados em escala temporal.

1. Machados de pedra (1,5 milhão-500 mil a.C.). Museu das Antiguidades Nacionais, St. Germain-en-Laye, França; 2. Vaso antropomórfico (c. século VII a.C.), encontrado em Gradetsnica, na Macedônia. Museu Arqueológico Nacional, Sófia, Bulgária; 3. Punhal e lâmina de bronze (c. 2000-1700 a.C.). Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

Uma periodização questionável

Tradicionalmente se divide a história em **Pré-história** e **História**. Segundo essa divisão, a Pré-história corresponde ao período anterior à invenção da escrita e a história, ao período posterior. Contudo, como vimos no capítulo anterior, a história não se faz apenas de documentos escritos. Todos os vestígios deixados pelos seres humanos são fontes que nos ajudam a conhecer a vida das pessoas em outros tempos.

Assim, se os sujeitos da história são todos os homens e mulheres que, com sua experiência, transformam a natureza para poder sobreviver, então a história existe desde o momento em que as primeiras espécies do gênero *Homo* surgiram no planeta, há cerca de 2 milhões de anos.

A humanidade sempre procurou garantir e ampliar suas condições de sobrevivência por meio do desenvolvimento de seu raciocínio e de sua cultura e da produção de recursos materiais e tecnológicos que aperfeiçoaram cada vez mais seu modo de vida e sua adaptação ao ambiente.

A fase da história da humanidade anterior à invenção da escrita pode ser dividida em três períodos: o **Paleolítico**, ou período da pedra lascada, que teve início com o surgimento do *Homo habilis*, há cerca de 2 milhões de anos, e se estendeu até aproximadamente 12 mil anos atrás; o **Neolítico**, ou período da pedra polida, que teve início por volta de 12 mil anos atrás; e a **Idade dos Metais**, que se estendeu de aproximadamente 8 mil anos atrás até o século III a.C.

Contudo, essa periodização, assim como outras, é um recurso didático. As transformações pelas quais passaram os grupos humanos não aconteceram da mesma maneira nem ao mesmo tempo. Além disso, as inovações de determinada época conviveram com tecnologias desenvolvidas em períodos anteriores. Instrumentos ou utensílios de pedra, por exemplo, continuaram sendo utilizados por grupos humanos que já produziam artefatos de cerâmica ou de metal.

A periodização da Pré-história

Paleolítico
2 milhões de anos atrás



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE IMAGES - MUSEU DAS ANTIGUIDADES NACIONAIS, ST. GERMAIN-EN-LAYE

Neolítico
12 mil anos atrás



A. DAGLI ORTIDE/AGOSTINI PICTURE LIBRARY/ALBUM/LATINSTOCK - MUSEU ARQUEOLOGICO NACIONAL, SOFIA

Idade dos Metais
8 mil anos atrás



PRISMA/ALBUM/LATINSTOCK - MUSEU NACIONAL DA DINAMARCA, COPENHAGUE

Homo erectus

Maior que o *Homo habilis* (1,3-1,7 metro). Andava completamente ereto, começou a dominar o fogo e a lascar a pedra; utilizava cavernas como habitação. Primeira espécie a sair da África.



1,8 milhão-300 mil anos

600 mil-130 mil anos

Homo floresiensis

Média cerca de 1,3-1,5 metro. Vivia isolado na Indonésia. Produzia instrumentos de pedra lascada, caçava e preparava alimentos assados no fogo.



350 mil-130 mil anos

190 mil anos-atualidade

Com base na análise de fósseis encontrados em uma caverna nas proximidades de Johannesburgo, na África do Sul, pesquisadores anunciaram, no ano de 2015, a descoberta de uma nova espécie do gênero *Homo*, batizada de *Homo naledi*. Essa espécie possui algumas características muito próximas às do homem moderno, como o formato das mãos, punhos e pés, e outras mais próximas às do *Australopithecus*, como o tamanho do cérebro e o formato da parte superior do corpo.

Homo neanderthalensis

Ramo que conviveu com o do *Homo sapiens*. Vivia em bandos. Fabricava instrumentos de pedra, vestia-se com peles de animais e enterrava seus mortos. Comunicava-se por meio de sons articulados.



Homo sapiens

Espécie à qual pertencemos. Desenvolveu a técnica da cerâmica e da metalurgia. Construiu cidades e desenvolveu a agricultura e a criação de animais. Elaborou a linguagem falada e, depois, a escrita.



ILUSTRAÇÕES: RODVAL MATIAS

Fontes: FACCHINI, Fiorenzo. *L'Uomo: origine ed evoluzione*. Milão: Jaca Book, 1993. p. 8-9; BAILEY, Jill; SEDDON, Tony. *Prehistoric World*. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 150-151. (Coleção Young Oxford Books); HAILE-SELASSIE, Yohannes e outros. An early *Australopithecus afarensis* postcranium from Woranso-Mille, Ethiopia. *PNAS*, Washington, v. 107, n. 27, 6 jul. 2010. Disponível em <www.pnas.org/content/107/27/12121.full.pdf>. Acesso em 20 jan. 2016.

Em abril de 2012, cientistas encontraram cinzas de plantas e de ossos queimados datados de cerca de 1 milhão de anos na caverna Wonderwerk, na África do Sul. Apesar de ainda não ter mostrado evidências do modo como o fogo foi produzido, a pesquisa é uma indicação de que esse recurso pode ter sido utilizado pelos seres humanos há mais de 500 mil anos, data que até então era aceita pela comunidade científica para o início do domínio do fogo.

Início da longa marcha humana: o Paleolítico

Os humanos do Paleolítico viviam em grupos e garantiam sua subsistência por meio da caça, da pesca e da coleta de frutos e raízes. Utilizavam objetos feitos com pedra lascada, madeira, ossos e dentes de animais.

Os grupos humanos desse período eram **nômades**. Castigados pelas condições climáticas, eles mudavam constantemente de lugar em busca de alimentos.

O domínio da produção do fogo mudou completamente a vida desses grupos. O fogo permitiu a iluminação de caminhos e das moradias à noite, o aquecimento durante o frio, a defesa contra animais e o cozimento de alimentos. Ao cozinhar alimentos, o homem ampliou sua dieta, melhorando sua qualidade de vida, pois passou a consumir maior variedade de raízes e frutos mais duros, que não poderiam ser ingeridos crus.

Há cerca de 40 mil anos, início da última fase do Paleolítico, ocorreram transformações importantes, como o aperfeiçoamento dos artefatos e a introdução do arco e da flecha. Além disso, as modificações no ambiente terrestre se refletiram nos hábitos dos seres humanos, contribuindo para a sedentarização de alguns grupos, isto é, sua fixação em determinadas regiões. Algumas sociedades iniciaram o cultivo de espécies comestíveis.

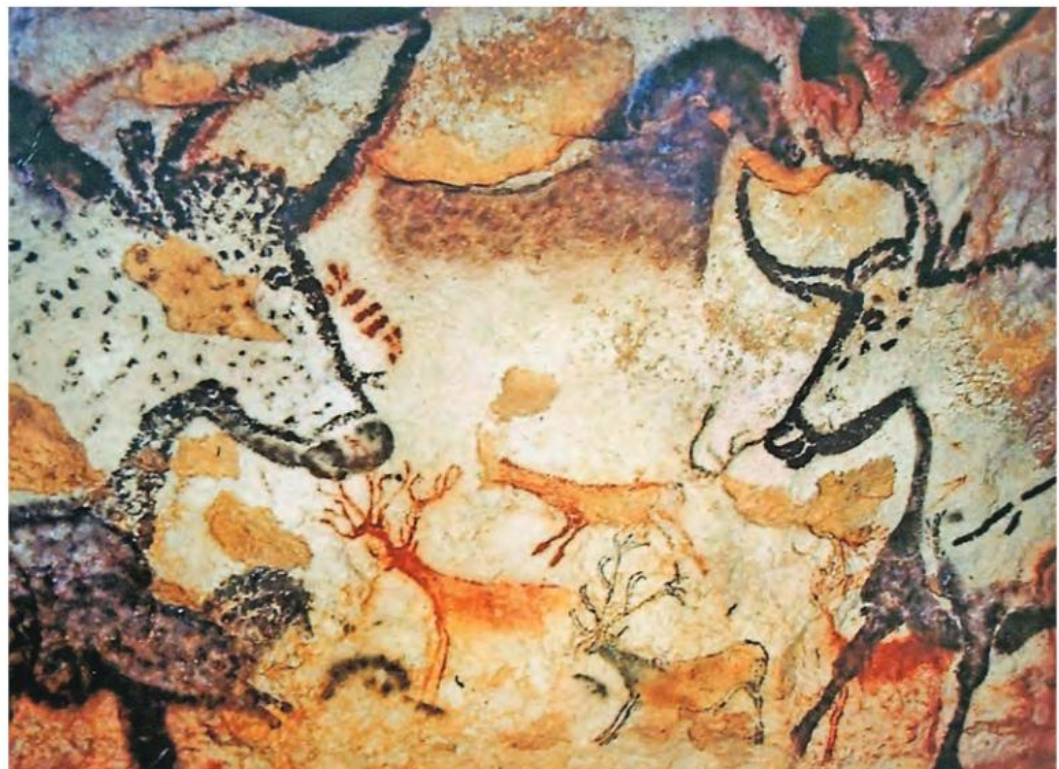
Também são desse período as primeiras **pinturas rupestres**, registros feitos em rochas ao ar livre e nas paredes das cavernas. As pinturas rupestres podem ser não figurativas – grafismos e representações geométricas – ou figurativas – representações de animais, seres humanos e plantas. É provável que essas pinturas tenham sido utilizadas como um tipo de linguagem que auxiliava a comunicação entre os diferentes grupos humanos.

Entretanto, alguns estudiosos defendem a ideia de que as pinturas rupestres também tinham caráter ritual, ou seja, os homens pré-históricos acreditavam ser possível retirar o espírito vital desses animais ao pintá-los nas paredes, garantindo uma boa caçada.



Vênus de Laussel (c. 25 mil anos), escultura talhada em bloco de pedra calcária. Museu da Aquitânia, Bordeaux, França.

A escultura possui cerca de 40 centímetros de altura. A figura feminina é representada segurando um chifre de bisão na mão direita. Uma das interpretações sugere que a *Vênus de Laussel* seria símbolo de fertilidade e abundância.



Pintura rupestre (c. 17300 a.C.) encontrada no complexo de grutas de Lascaux, na França. Além de cenas com animais como essa, cenas de caça, cerimônias e lutas foram registradas em pinturas rupestres.

▶ Que animais você consegue identificar na imagem? Para que esses animais eram utilizados?

Em primeiro plano foram representados dois bisões; em segundo plano, é possível identificar dois cavalos selvagens e três cervos. Esses animais eram caçados e utilizados na alimentação. A pele, os chifres e os ossos eram empregados na fabricação de vestimentas, armas e outros utensílios.

A Revolução Neolítica

No início do Período Neolítico, por volta de 12 mil anos atrás, os grupos de caçadores e coletores haviam acumulado uma razoável bagagem cultural. A experiência lhes ensinara a identificar quais animais podiam caçar e as plantas que eram comestíveis ou úteis no tratamento de doenças.

Em seu esforço para compreender os fenômenos da natureza, os homens desse período também haviam desenvolvido crenças religiosas. A ausência da escrita no Período Neolítico impede que tenhamos mais conhecimentos sobre a experiência religiosa dos povos pré-históricos. Contudo, a análise de estatuetas, pinturas em cavernas, sepulturas e peças funerárias, entre outros achados arqueológicos, indica a existência de rituais e entidades religiosas ligados à natureza e à agricultura.

Durante o Neolítico, o ser humano ampliou sua intervenção na natureza. Além de caçar e coletar frutos e sementes, ele começou a cultivar plantas necessárias para sua subsistência e a domesticar animais. A atividade agropastoril forneceu aos indivíduos uma fonte estável de alimento, contribuindo para que eles se fixassem nas áreas mais férteis e construíssem casas de madeira, pedra, barro ou adobe (tijolo de barro).

A agricultura desenvolveu-se em maior ou menor grau, em períodos relativamente próximos, em diversas regiões, mas com grande importância e impacto cultural e socioeconômico na China, na América Central, no Peru e no Oriente Próximo, em especial na região do **Crescente Fértil**. Essa região estende-se desde o Vale do Rio Nilo, no Egito, até a Mesopotâmia, área cortada pelos rios Tigre e Eufrates e hoje correspondente aos territórios do Iraque e da Síria.

Conhecidas como **Revolução Neolítica** ou **Revolução Agrícola**, as mudanças relacionadas ao início da agricultura ampliaram o domínio do homem sobre a natureza, resultando na maior produção de alimentos e no conseqüente crescimento populacional.

Acredita-se que foi também nesse período que as comunidades tenham começado a desenvolver a técnica da cerâmica, endurecendo o barro no fogo. Os utensílios de cerâmica eram utilizados para preparar e armazenar alimentos e bebidas, o que permitiu às comunidades produzir excedentes e estocá-los, descoberta que impulsionou o desenvolvimento da agricultura. Além de caráter utilitário, as peças de cerâmica tinham funções decorativas e rituais, servindo também de urnas funerárias.

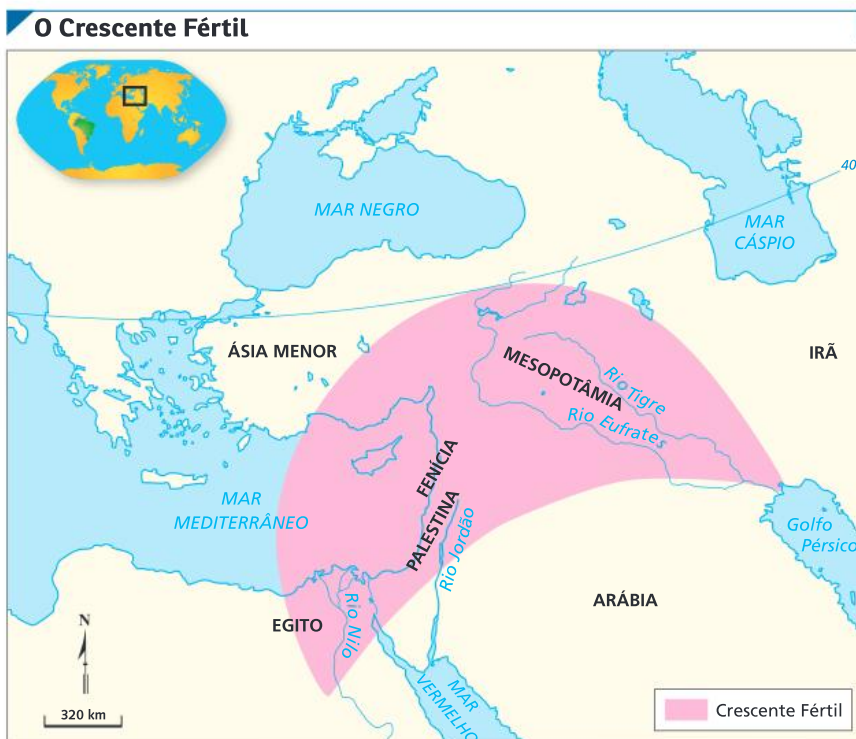


ERICH LESSING/ALBUM/ LATINSTOCK - MUSEU NACIONAL, BELGRADO

Escultura de terracota (c. 5000 a.C.) representando mulher segurando recipiente cerâmico. Museu Nacional, Belgrado, Sérvia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FERNANDO JOSÉ FERREIRA



A região é chamada Crescente Fértil porque no mapa a representação da área à qual corresponde tem um formato que lembra a Lua em seu quarto crescente.

Fonte: VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. *Atlas histórico: da Pré-história aos nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990. p. 39.

Clã: conjunto de famílias que descendem ou supõem descender de um ancestral comum.

A vida nas aldeias neolíticas

As primeiras comunidades estabelecidas na região do Crescente Fértil eram constituídas de poucas famílias extensas, conhecidas como famílias clânicas ou **clãs**. A reunião de diferentes clãs formava uma tribo, que se distribuía por várias aldeias.

O poder político como conhecemos hoje ainda não existia. O papel do líder era administrar eventuais conflitos. Os homens que realizavam essa função eram escolhidos entre os chefes das famílias por suas habilidades. Com o tempo, surgiu a figura do **patriarca**, escolhido entre os mais valentes e sábios chefes de família. Líder religioso e político, o patriarca tinha como uma das principais tarefas proteger a comunidade contra os ataques dos grupos rivais, que investiam contra as aldeias em busca de alimentos e de animais domesticados.

A economia de uma comunidade neolítica era de subsistência, gerando poucos excedentes. Além da agricultura, criavam-se cabras, porcos e bois. O cão, já domesticado, era um valioso auxiliar no pastoreio. Entre as plantas cultivadas estavam o trigo e a cevada, produtos essenciais para a alimentação dos habitantes das aldeias. Além disso, os homens do Neolítico passaram a utilizar fibras vegetais (linho) e lã para fazer vestimentas, reduzindo, assim, o uso de peles de animais.

Nas aldeias, o cultivo dos campos, o pastoreio e as atividades de tecelagem e cerâmica eram exercidos por todos os grupos familiares, que dividiam entre si os frutos do trabalho. A divisão de trabalho reduzia-se às diferenças na distribuição de tarefas por sexo e por idade.



Fonte: *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Times/Folha de S.Paulo, 1995. p. 38-39.

Note, neste mapa, que muitos produtos essenciais na culinária brasileira, como o arroz e a carne de boi, foram cultivados e domesticados em locais bem distantes daqui.

A formação das cidades

Com o tempo, as aldeias foram cercadas com muros de proteção. Observando a natureza, seus habitantes aprenderam a desenvolver novas tecnologias. Por exemplo, conhecendo o regime das chuvas e das estiagens, os grupos humanos passaram a drenar os pântanos para ampliar as áreas de cultivo, a construir diques para conter as enchentes e a abrir canais de irrigação. Com a invenção do arado, por volta de 5000 a.C., foi possível agregar nutrientes naturais ao solo e torná-lo mais produtivo. Técnicas de irrigação, inovações no cultivo da terra e mudanças nos métodos de trabalho possibilitaram um aumento considerável na produção de alimentos, gerando um volume maior de excedentes.

O aumento das colheitas teve consequências importantes. Com mais alimentos disponíveis, foi possível melhorar as condições de sobrevivência, o que resultou num acentuado crescimento populacional. Além disso, os camponeses puderam trocar excedentes agrícolas por arados e outros objetos. Surgia, assim, o comércio, inicialmente com base no escambo, isto é, na troca de produtos, sem o uso de dinheiro.

O crescimento das aldeias deu origem às primeiras cidades. Contudo, as cidades não eram apenas aldeias maiores com uma população numerosa. Enquanto as aldeias possuíam uma estrutura simples de sobrevivência, baseada em relações igualitárias, nas cidades surgiram chefes políticos, com autoridade para administrar a vida social. Além disso, muitas atividades foram criadas para atender às necessidades geradas pelo cotidiano dos centros urbanos, como as de artesãos, guerreiros e comerciantes.

“A cidade [...] nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma [...] quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total.

Nasce, assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos: mas [...] as indústrias e os serviços já podem se desenvolver através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando esses serviços e esses instrumentos.”

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 23.

A criação das cidades é geralmente atribuída aos **sumérios**, que viviam no sul da Mesopotâmia. No entanto, núcleos urbanos também surgiram em todo o Crescente Fértil, na Índia e na China. Entre as cidades mais antigas, podemos citar Jericó, na Palestina (núcleo urbano habitado há 11 mil anos, nas proximidades do Rio Jordão), e Çatal Hüyük, na Turquia, fundada há aproximadamente 10 mil anos.



Escultura neolítica (c. 8000-7000 a.C.) encontrada na antiga cidade de Çatal Hüyük, na atual Turquia.

SONIA HALLIDAY PHOTO LIBRARY/ALAMY/LATINSTOCK

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: PARKER, Geoffrey (Ed). *Atlas Verbo de história universal*. Lisboa: Verbo, 1997. p. 18-19.



Ponta de lança feita de bronze e molde de pedra (c. século I a.C.). Museu Britânico, Londres. O molde possui quatro faces, e cada face constitui metade de uma ponta de lança.

A descoberta do uso do ferro não significou que os metais utilizados até então deixaram de ser usados. Até hoje, esses metais são empregados simultaneamente para vários fins. Experimentos e estudos feitos com metais em diferentes épocas e lugares permitiram que o ser humano desenvolvesse técnicas e procedimentos para extração, fundição e tratamento dos metais e suas ligas, empregados na produção de vários artigos.

A Idade dos Metais

No último período da Pré-história, os instrumentos de pedra foram substituídos aos poucos pelos de metal: o cobre foi o primeiro metal a ser explorado (5000 a.C.), seguido do bronze, resultado da mistura do cobre com estanho (3000 a.C.), e mais tarde do ferro (1500 a.C.).

A princípio, o cobre, por ser muito maleável, era moldado a frio, trabalhado a marteladas. Tempos depois, o metal passou a ser aquecido, despejando-se o material derretido em moldes de cerâmica ou pedra.

Entre os metais, o ferro foi o mais difícil de manusear, pois sua moldagem requeria enorme habilidade e um forno de alta temperatura (1.100 graus). Em razão de sua durabilidade e flexibilidade, o ferro foi utilizado na confecção de ferramentas, armas, utensílios domésticos e outros artigos. Porém, não substituiu completamente a utilização de outros metais, como explica o texto a seguir:

“Um exame aos primeiros objetos de ferro mostra-nos [...] objetos feitos com uma combinação dos dois metais (por exemplo, uma espada com a lâmina de ferro e o punho de bronze). A grande precisão tornada possível pelas técnicas de fusão encorajou a utilização do bronze para tudo o que fosse ornamental. Passou assim a existir um grau de especialização, em que os diferentes metais eram utilizados para objetivos diferentes. A espada foi mais beneficiada do que as outras armas pela utilização do ferro, uma vez que as lâminas feitas de bronze tinham resistência limitada. No entanto, as armas de bronze não desapareceram totalmente: por exemplo, os **elmos** de bronze, mais leves, continuaram a ser utilizados alternadamente com os elmos de ferro, que ofereciam melhor proteção.”

VILLARD, Pierre. O início da idade do ferro: invenção dos trabalhos em ferro e suas consequências. In: UNESCO. *História da humanidade: do terceiro milênio ao século VII a.C.* Lisboa: Verbo, 1996. p. 60.

O surgimento do Estado

Durante a Idade dos Metais, a tradicional autoridade dos chefes de família, adequada para as pequenas comunidades agropastoris, mostrou-se insuficiente para gerir uma sociedade mais complexa, marcada pelo crescimento do comércio e da população.

O surgimento de um excedente agrícola e a diversificação das atividades econômicas levaram à criação de uma estrutura de poder centralizada, ou seja, o **Estado**. Os governantes administravam a riqueza, organizavam a construção de diques, canais de irrigação e outras obras públicas, criavam leis e instituíam tributos. Eles eram apoiados por diversos grupos de funcionários, que cuidavam da administração pública, por sacerdotes, que se encarregavam das práticas religiosas, e por guerreiros, responsáveis pela defesa das cidades e pela manutenção da ordem.

Outra mudança fundamental ligada à formação do Estado foi o aparecimento da **propriedade privada**. Nas comunidades clânicas, a terra, as águas e os produtos do trabalho pertenciam à coletividade. O fortalecimento dos templos e do poder político, com seus funcionários, introduziu novos elementos de desigualdade. Uma elite ligada aos reis e aos sacerdotes passou a se apropriar de parte das colheitas, assim como das terras produtivas.

A união de algumas cidades ou Estados, que podiam ou não fazer parte da mesma civilização, deu origem a impérios que dominaram muitos povos e se estenderam por vastos territórios.

Elmo: espécie de capacete, utilizado para proteger a cabeça e, em alguns modelos, o rosto.

Estado: “[...] conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas, policiais, administrativas econômicas etc., sob um governo autônomo e ocupando um território próprio e independente”.

JAPIASSÚ, Hilton;
MARCONDES, Danilo.
Dicionário básico de filosofia.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar,
1996. p. 67.

A origem do homem americano

Os estudos sobre a origem do homem americano são marcados por debates acalorados entre membros da comunidade científica internacional. Inicialmente, especulava-se que o homem americano era autóctone, ou seja, teria surgido no próprio continente, tese que acabou sendo refutada porque até agora não se encontrou na América nenhum fóssil do gênero *Homo* anterior ao *Homo sapiens*.

A partir de meados do século XX, foi difundida a **teoria de Clóvis**, baseada no estudo de artefatos encontrados no sítio arqueológico de Clóvis, no estado do Novo México, no sul dos Estados Unidos, com cerca de 11.500 anos de idade. Segundo os defensores dessa teoria, os artefatos de Clóvis seriam os vestígios mais antigos da presença humana na América. Para esses estudiosos, ao final da última **glaciação**, o baixo nível da água dos mares e seu congelamento formaram uma passagem natural no Estreito de Bering, que liga a Ásia e a América. Grupos humanos originários da Mongólia e da Sibéria, na Ásia, teriam cruzado o estreito e entrado na região do Alasca, iniciando o povoamento do continente americano.

No entanto, na década de 1990, com a análise de descobertas arqueológicas na América do Sul, a teoria de Clóvis passou a ser muito questionada. Em Monte Verde, no sul do Chile, foram encontrados vestígios que indicam a presença humana na região há pelo menos 12 mil anos. Em sítios arqueológicos no sul da Argentina, foram descobertas pinturas rupestres e instrumentos de caça com aproximadamente 13 mil anos. Mais recentemente, em 2011, a descoberta de 16 mil artefatos no Texas, nos Estados Unidos, revelou a presença humana na região há pelo menos 15.500 anos.

Com base no estudo desses vestígios, alguns especialistas passaram a defender a ideia de que teria havido dois fluxos migratórios para a América através do Estreito de Bering: o primeiro, ocorrido há aproximadamente 15.500 mil anos, seria composto de indivíduos com morfologia craniana **paleoamericana**; o segundo, ocorrido por volta de 11.500 anos atrás, seria constituído por indivíduos com morfologia craniana **ameríndia**.

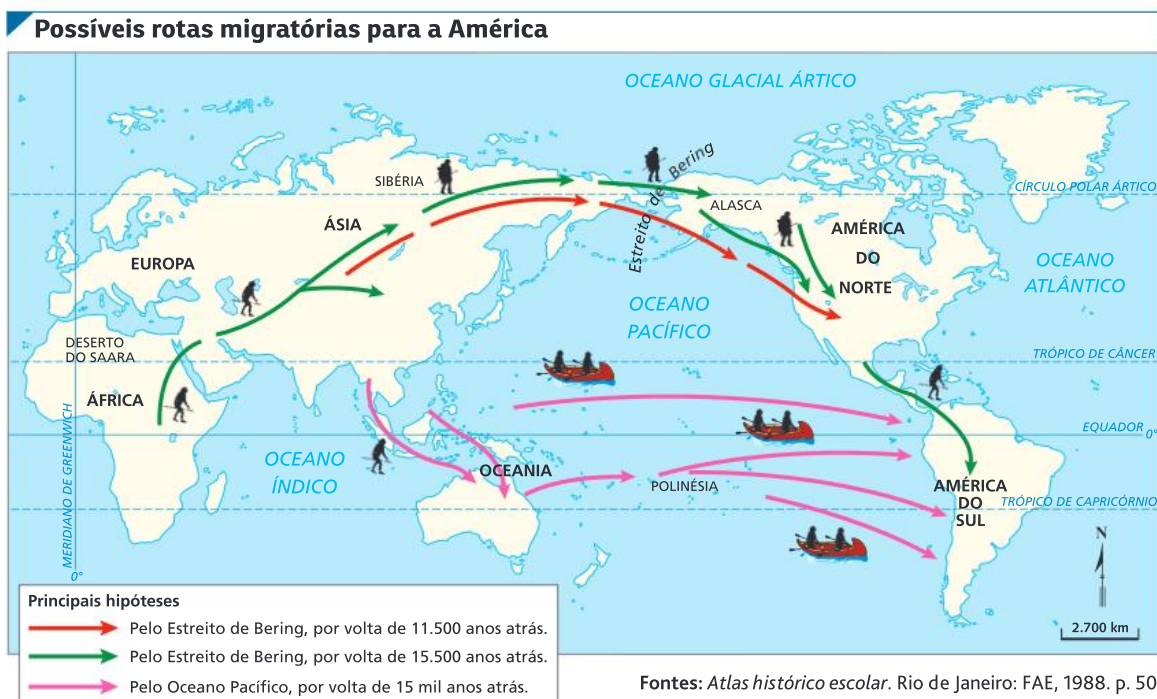
Existe ainda outra teoria, de acordo com a qual os primeiros habitantes da América teriam chegado ao continente pelo Oceano Pacífico. Essa travessia teria sido feita há cerca de 15 mil anos por indivíduos vindos da Oceania.

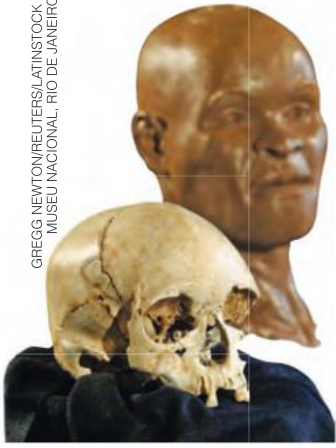
Glaciação:

fenômeno climático de longa duração na história do nosso planeta quando a neve e o gelo acumulam-se em terras emersas e em oceanos, cobrindo uma vasta área. A última glaciação teria se estendido de 100 mil anos a 10 mil anos atrás.

Paleoamericano: ou paleoameríndio, é o termo que denomina o primeiro grupo humano a migrar e se fixar no continente americano.

Ameríndio: termo que designa o último grupo humano a migrar e a se estabelecer na América, além dos seus descendentes, os indígenas.





Crânio de Luzia e a reconstrução de seu rosto, apresentados pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), em setembro de 1999.

É importante lembrar que as discussões sobre o tema sofrem constantes reviravoltas, já que o aparecimento de novas evidências arqueológicas, associadas a estudos genéticos, acrescenta dados importantes ao que se sabe sobre a origem do homem americano.

Em artigo publicado em setembro de 2014 na revista especializada *Antiquity*, Niède Guidon e outros pesquisadores do Brasil, França, Espanha e Chile afirmaram, com base em dois métodos diferentes de datação, que os restos de fogueira e de instrumentos de pedra encontrados em sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, foram produzidos há aproximadamente 20 mil anos. A comunidade internacional tem examinado com cautela os resultados do estudo e o tema ainda permanece controverso.

Fonte: HETZEL, Bia; NEGREIROS, Sílvia (Org.). *Pré-história do Brasil*. Rio de Janeiro: Manati, 2007. p. 22.

◆ Descobertas e estudos no Brasil

Entre 1834 e 1844, o naturalista dinamarquês Peter Lund descobriu na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, cerca de 12 mil peças fósseis e ossadas humanas muito antigas. Datadas em cerca de 11 mil anos, as ossadas ficaram conhecidas como esqueletos do homem de Lagoa Santa.

Em 1975, nessa mesma região, pesquisadores desenterraram restos de um esqueleto humano, posteriormente guardados no Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1999, o arqueólogo Walter Neves estudou o material e concluiu que o crânio, de aproximadamente 11.500 anos, era de uma mulher.

Com o auxílio de especialistas da Universidade de Manchester (Grã-Bretanha), o rosto do crânio, batizado de Luzia, foi reconstituído. As feições de Luzia revelaram semelhanças com as de africanos e aborígenes australianos, diferentes dos atuais indígenas brasileiros, que se assemelham mais aos asiáticos. Assim, os estudiosos concluíram que o grupo humano ao qual Luzia pertencia não era antepassado dos indígenas encontrados pelos portugueses em 1500, e que os ancestrais de Luzia teriam chegado ao continente americano há mais de 11.500 anos, contrariando a teoria de Clóvis.

Também na década de 1970, a arqueóloga brasileira Niède Guidon iniciou suas pesquisas na zona da Serra da Capivara, no município de São Raimundo Nonato, no Piauí. Lá, a pesquisadora encontrou artefatos e restos de fogueiras que teriam mais de 33 mil anos. Com base na análise dessas peças, Niède Guidon concluiu que o homem chegou à América há pelo menos 50 mil anos, vindo da África pelo Oceano Atlântico. No entanto, ainda não foram encontrados esqueletos humanos com essa idade.

Os principais críticos à teoria de Guidon afirmam que os restos de fogueira poderiam ser consequência de fogo causado por fatores naturais, como raios. Assim, não representariam vestígios da ação humana.



FERNANDO JOSÉ FERREIRA



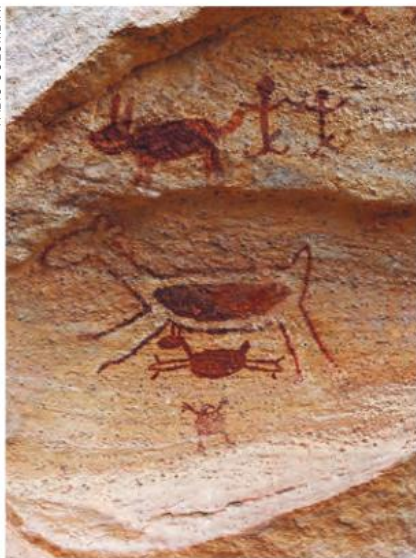
Arqueólogos trabalhando no sítio arqueológico de Toca da Rancharia do Baixão do Macário, no Parque Nacional Serra da Capivara (PI). Foto de 2015. Vestígios encontrados nos sítios arqueológicos, como ossos, fragmentos de cerâmica, objetos líticos e pinturas rupestres, são importantes fontes históricas para o estudo dos primeiros habitantes do Brasil.

A maior parte dos pesquisadores ainda aguarda a conclusão de estudos que estão sendo feitos com os materiais da Serra da Capivara para estabelecer uma nova datação para a chegada do homem à América. Entre os materiais encontrados, há um esqueleto humano que pode ter mais de 20 mil anos.

A Amazônia também é uma área muito rica em vestígios arqueológicos. Na década de 1990, a arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt descobriu pinturas rupestres na caverna da Pedra Pintada, no Pará, com mais de 11 mil anos, e sítios com peças de cerâmica que datam de aproximadamente 9 mil anos. Em 2003, a arqueóloga Edithe Pereira apresentou o resultado de um amplo mapeamento da Região Amazônica, apontando a existência de 111 sítios arqueológicos, que abrigam um vasto patrimônio de arte rupestre.

O Parque Nacional Serra da Capivara é administrado pela Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm) em cogestão com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A manutenção do parque depende do repasse de verbas do Governo Federal, de parcerias com instituições públicas e privadas e de doações. Atualmente, o parque enfrenta grave crise financeira e, segundo Niède Guidon, corre o risco de encerrar suas atividades.

Você vai gostar de navegar



Fundação Museu do Homem Americano – Fumdhm

www.fumdhm.org.br

As pesquisas realizadas na Serra da Capivara identificaram mais de mil sítios arqueológicos, contendo aproximadamente 30 mil pinturas rupestres. Para proteger o patrimônio ambiental e arqueológico da região, foi criado, em 1979, o Parque Nacional Serra da Capivara. Em 1991 esse parque foi declarado patrimônio mundial da humanidade pela Unesco.

A Fumdhm tem por objetivo preservar o parque nacional e seu acervo cultural e natural. No *site* da instituição é possível conhecer a história, o trabalho e a importância da instituição para a preservação do nosso patrimônio e para a pesquisa de nossa história.

Pintura rupestre localizada no Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional Serra da Capivara (PI). Foto de 2015.



Vaso da cultura chavín (c. 200 a.C.) com a representação de um animal com cabeça de jaguar e corpo de serpente. Museu do Banco Central de Reserva, Lima, Peru.

É importante lembrar que a Pré-história americana abrange milhares de anos e se estende por uma vasta área. A categorização da Pré-história em três fases distintas é apenas uma ferramenta facilitadora dos estudos a respeito do período.

Os primeiros animais domesticados na América foram a lhama, a alpaca e a vicunha, na região dos Andes.

◆ A Pré-história americana

A periodização adotada para o estudo da Pré-história americana é diferente da empregada na Europa. Para facilitar a compreensão desse período na América, adotamos a divisão utilizada por alguns especialistas em arqueologia americana: Período Lítico, Período Arcaico e Período Formativo. Essa divisão considera características cronológicas e tecnológicas.

O **Período Lítico** (até 8000 a.C.) é caracterizado pela existência de grupos de caçadores-coletores. Os vestígios deixados por esses homens mostram que viviam em pequenos grupos, em grandes espaços abertos, e se dedicavam à caça de grandes mamíferos e à coleta de sementes, frutas e raízes. Restos de fogueira encontrados por pesquisadores indicam que utilizavam fogo para cozinhar alimentos e para proteger-se do frio e de outros animais.

O **Período Arcaico** (8000-1000 a.C.) iniciou-se com a domesticação de algumas espécies vegetais. Com o fim da era glacial, a elevação das temperaturas possibilitou o cultivo agrícola, que no território americano ocorreu por volta de 8 mil anos atrás. Nesse período desenvolveram-se culturas mais sofisticadas de caçadores-coletores, com destaque para a exploração de recursos aquáticos, como atestam os depósitos de conchas encontrados em vários pontos da costa brasileira.

O **Período Formativo** (1000 a.C.-500 d.C.) é caracterizado pelo aperfeiçoamento de práticas que se iniciaram no Período Arcaico, como a passagem do cultivo incipiente de algumas espécies vegetais para uma forma de agricultura organizada. A agricultura na América, consolidada entre 3000 e 1000 a.C., caracterizou-se especialmente pelo aproveitamento de espécies vegetais autóctones (milho, batata, abóbora, cacau, mandioca e outras), possibilitado por importantes inovações técnicas, como a construção de canais de irrigação e o uso de fertilizantes orgânicos.

Entretanto, somente com o cultivo regular do milho e do algodão, por volta de 3000 a.C., a agricultura tornou-se predominante em algumas áreas do continente. Nas regiões correspondentes aos atuais México e Peru, pioneiras nessa mudança, a consolidação da agricultura impulsionou o processo de sedentarização e de urbanização.



Detalhe de urna asteca em terracota (séculos XIV a XVI) que representa a deusa Chicomecoatl segurando espigas de milho. Museu Nacional de Antropologia, Cidade do México. O cultivo do milho foi muito importante para a sedentarização dos povos americanos. Referências a este alimento são comuns na mitologia e na religiosidade desses povos.

Gigantes da América

Durante curto período da Pré-história americana, os seres humanos conviveram com animais gigantes, hoje chamados de megafauna do **Quaternário**, em referência ao período geológico em que viveram, ou simplesmente de megafauna.

Esses animais eram mamíferos de grande porte. As preguiças-gigantes, por exemplo, podiam medir mais de 5 metros de comprimento. Os toxodontes, animais parecidos com os hipopótamos, tinham até 3 metros de comprimento. Já os gliptodontes, cuja aparência lembrava a dos tatus, mediam até 3 metros de altura. Eles surgiram na Terra há aproximadamente 2,6 milhões de anos, e foram extintos por volta de 10 mil anos.

Não há consenso entre os cientistas sobre as causas que levaram ao desaparecimento desses animais. Alguns especialistas atribuem a extinção a mudanças no clima, que teriam acabado com os ecossistemas a que eles pertenciam. Outros acreditam que as caçadas promovidas pelos seres humanos foram responsáveis por exterminá-los. Há também os que defendem a ideia de que a combinação entre as mudanças climáticas e as ações dos seres humanos levou à extinção da megafauna americana.

Quaternário: último dos períodos na escala de tempo geológico, no qual ocorreram as últimas glaciações e o surgimento dos seres humanos. Esse período pode ser dividido em duas épocas: Pleistoceno e Holoceno.

A cidade mais antiga da América

A cidade de Caral, no Peru, é considerada a cidade mais antiga do continente americano. Sua construção, iniciada há aproximadamente 5 mil anos, provavelmente estava associada ao desenvolvimento da agricultura e do sistema de irrigação no Vale do Supe, situado cerca de 200 quilômetros ao norte de Lima, a capital do Peru.

O sítio arqueológico de Caral não se destaca apenas por sua antiguidade. A cidade apresenta uma complexa estrutura arquitetônica composta de sete pirâmides monumentais, grandes praças circulares, anfiteatros, muralhas e muitas outras construções, ocupando uma área de mais de 6 mil quilômetros quadrados.

As pesquisas realizadas em Caral são coordenadas pela arqueóloga e antropóloga peruana Ruth Shady, que estuda o local desde 1992. Apesar de as ruínas da antiga cidade terem sido reconhecidas como patrimônio da humanidade pela Unesco em 2009, as pesquisas e a preservação do local, atualmente, dependem principalmente da iniciativa privada.



Imagem de anfiteatro da antiga cidade de Caral, localizada a cerca de 200 quilômetros de Lima, no Peru. Foto de 2015. Desenvolvida entre 3000 e 1800 a.C., a cidade de Caral tem sido apontada pelos pesquisadores como o mais antigo núcleo urbano da América, contemporâneo ao primeiro período imperial egípcio.

Os povos dos sambaquis

Aculturação: processo de modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos.

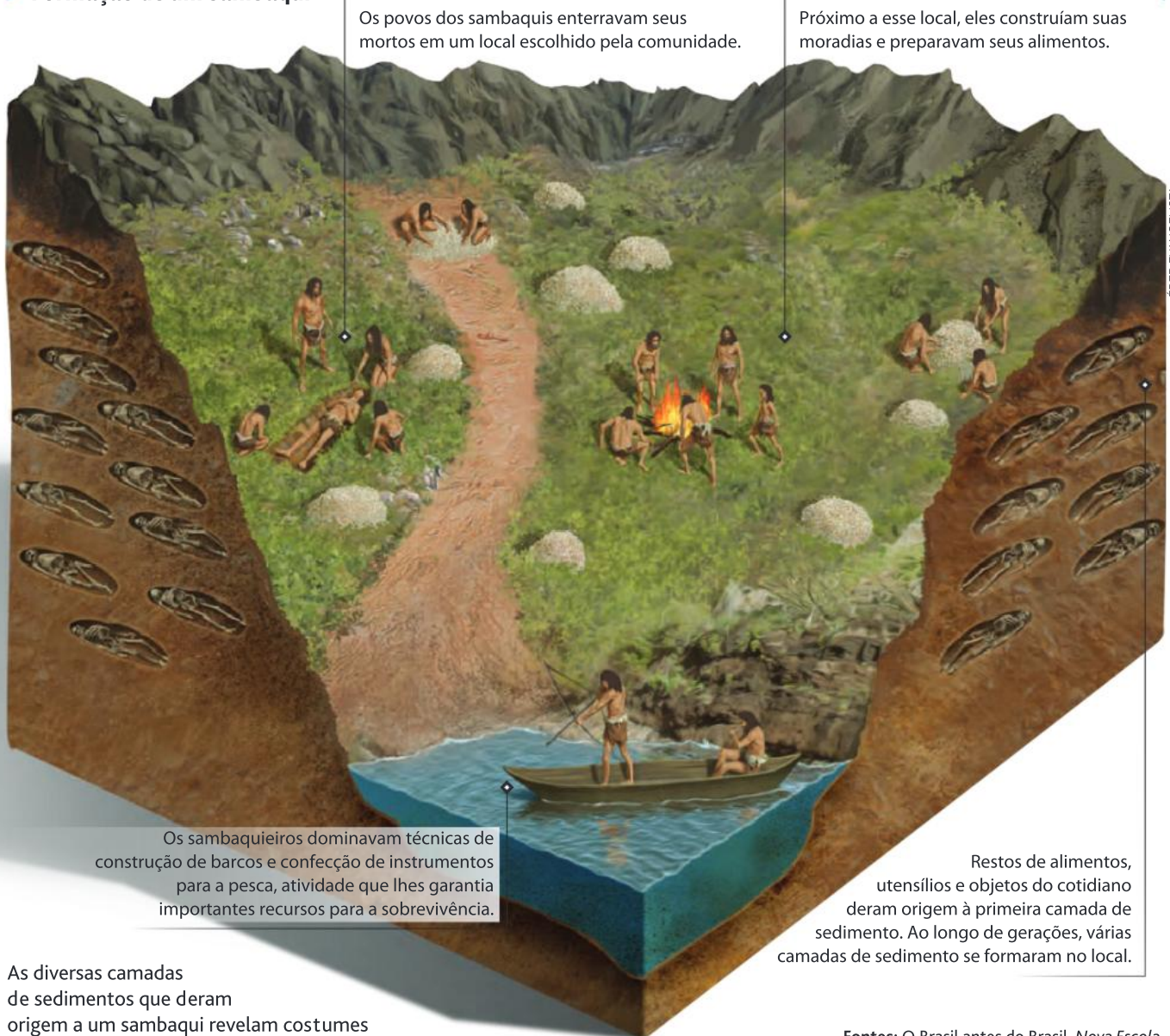
Há cerca de 9 mil anos, com a elevação da temperatura e do nível dos oceanos, os antigos habitantes da América mudaram-se para o litoral em busca de alimentação abundante. Mantiveram as atividades de caça e de coleta de frutos silvestres, raízes e sementes, mas passaram a consumir especialmente moluscos e crustáceos. No Brasil, esses povos habitaram a região costeira até cerca de 2 mil anos atrás, quando teriam sido **aculturados** por povos Tupi. Um dos registros mais impressionantes da existência desses homens são os **sambaquis**.

Os sambaquis são elevações arredondadas, formadas de conchas e ossos de peixes, que foram se acumulando ao longo de várias gerações.

Arqueólogos encontraram importantes vestígios de presença humana nos sambaquis, como esculturas de pedra, colares, marcas de fogueiras, restos de alimentos e recipientes de barro não cozido, além de ossos e marcas de moradias e de sepultamentos.

Existem sambaquis em uma longa faixa do litoral brasileiro desde o Rio Grande do Sul até o Pará. Os maiores encontram-se no estado de Santa Catarina.

Formação de um sambaqui



Os povos dos sambaquis enterravam seus mortos em um local escolhido pela comunidade.

Próximo a esse local, eles construíam suas moradias e preparavam seus alimentos.

Os sambaqueiros dominavam técnicas de construção de barcos e confecção de instrumentos para a pesca, atividade que lhes garantia importantes recursos para a sobrevivência.

Restos de alimentos, utensílios e objetos do cotidiano deram origem à primeira camada de sedimento. Ao longo de gerações, várias camadas de sedimento se formaram no local.

As diversas camadas de sedimentos que deram origem a um sambaqui revelam costumes alimentares, práticas funerárias, tipos de moradia e outros aspectos da vida cotidiana dos povos dos sambaquis.

Fontes: O Brasil antes do Brasil. *Nova Escola*, n. 212. São Paulo: Abril, maio 2008. p. 47; PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1992. p. 208.

EBER EVANGELISTA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Um artefato

Ao longo do tempo, as sociedades humanas adaptaram-se ao meio e produziram vários artefatos para garantir sua sobrevivência. Ferramentas, objetos e utensílios de vários tipos e materiais foram desenvolvidos para construir moradias, confeccionar vestimentas, obter e armazenar alimentos, brincar, realizar cerimônias religiosas, guerrear ou manter a paz, entre muitas outras atividades.

Esses registros da cultura material constituem as principais fontes de pesquisa para construir um saber histórico sobre os mais antigos habitantes da América. Atualmente, muitos desses objetos encontram-se sob a guarda de universidades e museus, onde são catalogados, estudados e, em alguns casos, expostos para a visitação pública.

A imagem a seguir mostra um utensílio do Brasil pré-histórico, encontrado em um sambaqui, que hoje pertence ao acervo do Museu do Homem do Sambaqui, situado no município de Florianópolis, em Santa Catarina. Observe-o com muita atenção e depois responda às questões.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.



SÉRGIO VIGNES/TEMPO EDITORIAL - MUSEU DO HOMEM DO SAMBAQUI, FLORIANÓPOLIS

Pequeno machado encontrado em um sambaqui, utensílio pertencente ao acervo do Museu do Homem do Sambaqui, em Florianópolis (SC). Foto de maio de 2005.

Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. De que material o objeto da foto parece ter sido feito? De que forma, provavelmente, foi produzido?
2. Quais seriam as prováveis utilidades desse artefato? E hoje, as utilidades dele são as mesmas? Justifique.
3. Em sua opinião, o objeto está completo? Se não, o que estaria faltando nele? Justifique.
4. Com base no estudo do capítulo e considerando o local onde o artefato foi encontrado, elabore uma hipótese a respeito da idade dessa peça.
5. Atualmente, quais objetos são utilizados para realizar as tarefas que provavelmente eram feitas com esse artefato? De que materiais eles são feitos?

Você vai gostar de navegar

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE
www.mae.usp.br

No *site* do MAE, além de saber notícias sobre pesquisas e exposições, você pode conhecer uma parte do acervo da instituição. Vale a pena conferir as coleções de arqueologia brasileira, pré-colombiana, mediterrânea e médio oriental.

Explorando o conhecimento

1. Leia as afirmativas abaixo sobre a evolução do ser humano. Em seguida, identifique as afirmativas corretas e some o valor correspondente a elas em seu caderno.
 - (1) O *Homo habilis* foi o primeiro a fabricar instrumentos de pedra, osso e madeira.
 - (2) Acredita-se que o gênero *Homo* tenha surgido na África, há aproximadamente 2 milhões de anos.
 - (4) O *Homo neanderthalensis* desenvolveu a técnica da cerâmica, a metalurgia, a agricultura e a criação de animais.
 - (8) A espécie à qual pertencemos é a do *Homo erectus*, que, além de ser a primeira a caminhar completamente ereta, desenvolveu a linguagem falada e a escrita.
2. Reescreva a(s) afirmativa(s) incorreta(s) da questão anterior em seu caderno, corrigindo-a(s).
3. O que significa dizer que o homem americano não é autóctone? Como os cientistas chegaram a essa conclusão?
4. O que afirma a teoria de Clóvis? Qual é a relação das descobertas arqueológicas feitas na América do Sul com essa teoria?

Pensando criticamente

5. Leia o texto e responda às questões.

“Charles Darwin foi o primeiro cientista a publicar uma teoria importante sobre a origem e a evolução do homem. Foi também o primeiro a apontar a África como o lugar de origem do homem. Pesquisas realizadas nos últimos cem anos vieram em abono da teoria de Darwin.”

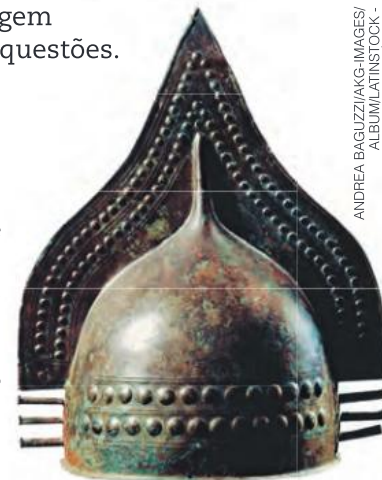
LEAKEY, R. Os homens fósseis africanos. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 491. v. 1.

 - a) Explique a teoria desenvolvida por Darwin.
 - b) Justifique a afirmativa de Darwin a respeito da África.
6. Durante sua trajetória evolutiva, os seres humanos desenvolveram habilidades e tecnologias essenciais para sua sobrevivência e a melhoria da sua condição de vida. Escreva um pequeno texto sobre cada item abaixo, explicando a sua importância para a vida do homem.
 - a) O controle da produção do fogo.
 - b) A cerâmica.
 - c) A agricultura.

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA

7. Observe o mapa da página 28, referente às origens de algumas culturas agrícolas e da criação de animais, e, com a ajuda de um mapa-múndi político atual (no final do livro), responda.
 - a) Em quais regiões do mundo as primeiras culturas agrícolas e a criação de animais foram desenvolvidas?
 - b) Em quais regiões a prática da agricultura se iniciou mais tardiamente? O que isso pode significar?
 - c) Alguma cultura agrícola foi desenvolvida, na Pré-história, no território que corresponde ao nosso país? Qual?
 - d) Faça uma breve pesquisa e relacione os três principais produtos agrícolas produzidos no Brasil atualmente, indicando os principais estados produtores e a finalidade do cultivo.
8. Observe a imagem e responda às questões.

Elmo de bronze (século XIII a.C.) encontrado na região da Etrúria, atual Itália. Museu Arqueológico Nacional, Tarquinia, Itália.



ANDREA BAGUZZI/AG-IMAGES/ALBUMLATINSTOCK - MUSEU ARQUEOLÓGICO NACIONAL, TARQUINIA

- a) De que material o objeto foi feito? Em que período o ser humano começou a produzir objetos feitos com esse material?
- b) Qual teria sido a utilidade dessa peça?
- c) Esse objeto pode ser relacionado ao texto de Pierre Villard, citado na página 30? Justifique.

Debatendo

9. Uma das características da transição do Paleolítico para o Neolítico foi a formação de cidades e a transformação das relações sociais. Com base no que você estudou sobre o tema, discuta as seguintes questões com a turma:
 - a) Quais foram as consequências sociais da organização humana em cidades?
 - b) Que semelhanças e diferenças havia entre as primeiras cidades e as grandes cidades atuais?

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

A questão a seguir discute as relações entre as sociedades humanas e o ambiente no período da Revolução Neolítica.

(ENEM-MEC/2009)

“O efeito estufa não é fenômeno recente e, muito menos, naturalmente maléfico. Alguns dos gases que o provocam funcionam como uma capa protetora que impede a dispersão total do calor e garante o equilíbrio da temperatura na Terra. Cientistas americanos da Universidade da Virgínia alegam ter descoberto um dos primeiros registros da ação humana sobre o efeito estufa. Há oito mil anos, houve uma súbita elevação da quantidade de CO² na atmosfera terrestre. Nesse mesmo período, agricultores da Europa e da China já dominavam o fogo e haviam domesticado cães e ovelhas. A atividade humana da época com maior impacto sobre a organização social e sobre o ambiente foi o começo do plantio de trigo, cevada, ervilha e outros vegetais. Esse plantio passou a exigir áreas de terreno livre de sua vegetação original, providenciadas pelos inúmeros grupos humanos nessas regiões com métodos elementares de preparo do solo, ainda hoje usados e condenados em razão dos problemas ambientais decorrentes.”

EMBRAPA. *Aquecimento global e a nova geografia de produção agrícola no Brasil*. Disponível em <www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/aquecimentoglobal.pdf>. Acesso em 23 jun. 2009. (Adaptado)

Segundo a hipótese levantada pela pesquisa sobre as primeiras atividades humanas organizadas, o impacto ambiental mencionado foi decorrente

- a) da manipulação de alimentos cujo cozimento e consumo liberavam grandes quantidades de calor e gás carbônico.
- b) da queima ou da deterioração das árvores derrubadas para o plantio, que contribuíram para a liberação de gás carbônico e poluentes em proporções significativas.
- c) do início da domesticação de animais no período mencionado, a qual contribuiu para uma forte elevação das emissões de gás metano.
- d) da derrubada de árvores para a fabricação de casas e móveis, que representou o principal fator de liberação de gás carbônico na atmosfera naquele período.

- e) do incremento na fabricação de cerâmicas que, naquele período, contribuiu para a liberação de material particulado na atmosfera.

Analizando

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

A questão tem por objetivo relacionar alterações ambientais, como o efeito estufa, às atividades desenvolvidas pelos seres humanos no Período Neolítico. Há cerca de oito mil anos (portanto, por volta de 6000 a.C.), os seres humanos já praticavam a agricultura. O aumento da produção de alimentos teve como consequência o crescimento da população. Esse crescimento, por sua vez, trouxe a necessidade de aumentar as áreas cultivadas. Considerando esses fatores, vamos analisar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: O processo de cozimento de alimentos e seu consumo eram praticados desde o Período Paleolítico. Será que essas práticas podem ser associadas à liberação de gás carbônico na atmosfera em quantidade suficiente para provocar o efeito estufa?
- Alternativa **b**: A prática da agricultura implicava a derrubada da vegetação nativa. O método comumente utilizado era a queimada.
- Alternativa **c**: Durante a digestão, o gado bovino produz gás metano. Na atualidade, os rebanhos bovinos atingem milhões de cabeças, em vários países, e são apontados como um dos fatores para a maior liberação desse gás na atmosfera.
- Alternativa **d**: A derrubada intensiva de florestas para a exploração comercial da madeira em grande escala e as alterações ambientais daí decorrentes são fenômenos mais recentes na história, associados às sociedades mercantis e industriais.
- Alternativa **e**: Os primeiros agricultores fabricavam vasilhas de cerâmica para armazenar grãos e preparar alimentos, entre outras finalidades. A liberação de calor e gás carbônico decorrentes da fabricação da cerâmica seria suficiente para provocar o efeito estufa?

Agora é com você!

Que alternativa completa corretamente a frase do enunciado? *A alternativa correta é a letra b.*

1. (ENEM-MEC/2012)

“O que o projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte até mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, tem desaparecido ou se arruinado irremediavelmente. As obras de arte típicas e as relíquias da história de cada país não constituem o seu patrimônio privado, e sim um patrimônio comum de todos os povos.”

ANDRADE, R. M. F. Defesa do patrimônio artístico e histórico. *O Jornal*, 30 out. 1936.

In: ALVES FILHO, I. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. (Adaptado).

A criação no Brasil do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan), em 1937, foi orientada por ideias como as descritas no texto, que visavam

- submeter a memória e o patrimônio nacional ao controle dos órgãos públicos, de acordo com a tendência autoritária do Estado Novo.
- transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de preservação do patrimônio nacional, por meio de leis de incentivo fiscal.
- definir os fatos e personagens históricos a serem cultuados pela sociedade brasileira, de acordo com o interesse público.
- resguardar da destruição as obras representativas da cultura nacional, por meio de políticas públicas preservacionistas.
- determinar as responsabilidades pela destruição do patrimônio nacional, de acordo com a legislação brasileira.

2. (UPE/2014)

“A cultura material estudada pelo arqueólogo insere-se, sempre, em um contexto histórico muito preciso e, portanto, o conhecimento da história constitui aspecto inelutável da pesquisa arqueológica. Assim, só se pode compreender a cerâmica grega se conhecermos a história da sociedade grega, as diferenças entre as cidades antigas, as transformações por que passaram.”

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85.

Com base nas afirmações acima, identifique a alternativa **CORRETA**.

- A arqueologia, diferentemente da história, concentra seus estudos na análise da cultura material, negligenciando fontes escritas e orais.
- A relação interdisciplinar entre a arqueologia e a história é apresentada no texto como um fator essencial na análise da cultura material.
- Os estudos arqueológicos pouco retratam as sociedades pré-históricas, tendo em vista a ausência de fontes não materiais sobre esses povos.
- A arqueologia não contribuiu para o estudo de regiões africanas como o Sudão e o Egito, tendo em vista a exclusividade da análise das tradições orais no estudo dessas sociedades.
- História e arqueologia só constroem uma relação interdisciplinar nos estudos sobre a Pré-história e a Antiguidade, em que a análise da cultura material é o cerne das pesquisas.

3. (UERN/2013)

“Ötzi, o homem do gelo, morto devido a uma flechada 5,3 mil anos atrás, já foi esquadrinhado dos pés à cabeça desde que foi descoberto por um casal de montanhistas alemães nos Alpes italianos, perto da fronteira da Áustria. [...] o seu genoma completo foi apresentado em fevereiro de 2012. Agora, usando os recursos nanotecnológicos de um microscópio atômico, cientistas conseguiram isolar o sangue da múmia. A amostra tem as hemácias mais antigas do mundo de que se tem notícia. Além da constatação de que Ötzi morreu apenas 30 minutos depois da flechada no ombro, a nova técnica poderá ajudar os médicos forenses a pesquisar crimes contemporâneos... os cientistas forenses encontram dificuldades em dizer se o sangue da cena de um crime tem dias ou meses de idade, mas, estudando a elasticidade de 5 mil anos de sangue, esperam ser capazes de fazer uma contribuição real para a compreensão do envelhecimento sanguíneo.”

Revista *Aventuras na História*. Junho de 2012. p. 8.

Elucidar os mistérios do cotidiano pré-histórico é uma das funções das pesquisas arqueológicas atuais. A descoberta do passado não é fácil e passa por processos complexos e, às vezes, demorados.

Analise as afirmativas a seguir.

- Utilizando processos como a coleta e a escavação, a arqueologia estuda os costumes

e as culturas dos povos antigos por meio de artefatos, monumentos etc.

- II. As informações coletadas devem ser analisadas de forma isolada, de maneira que os antigos vestígios possam ser utilizados apenas numa perspectiva atual e definitiva.
- III. Através da observação somente, os cientistas podem datar fatos e objetos históricos com precisão e interpretar fatos remotos sobre a vida de nossos ancestrais.

Está(ão) **correta(s)** a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II e III, apenas.

4. (PUC-PR/2013)

“No Paraná, os principais vestígios deixados pelos indígenas são os sambaquis, encontrados no litoral. São montes de conchas, ostras, ossos de animais, sobretudo marinhos, e carapaças, amontoados irregularmente, nos quais se encontra farto e abundante material arqueológico, de pedra, osso e cerâmica.”

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Editora Vicentina, 1977. p. 7.

Sobre os sambaquis encontrados no litoral do Paraná, identifique a alternativa **CORRETA**:

- a) A sua formação não pode ser atribuída aos povos indígenas. Trata-se tão somente do acúmulo de detritos causado por tempestades.
- b) Não servem como fontes históricas por não apresentarem documentos escritos e apenas vestígios.
- c) Podem fornecer informações sobre a dieta alimentar das tribos que viveram na região.
- d) Os arqueólogos consideram fontes históricas apenas os sambaquis que apresentam formação regular, isto é, lembram montes regulares.
- e) Não fornecem informações relevantes porque alguns deles datam de milhares de anos passados.

5. (FUVEST/2012)

“Há cerca de 2000 anos, os sítios superficiais e sem cerâmica dos caçadores antigos foram substituídos por conjuntos que evidenciam uma forte mudança na tecnologia e nos hábitos.

Ao mesmo tempo que aparecem a cerâmica chamada itararé (no Paraná) ou taquara (no Rio Grande do Sul) e o consumo de vegetais cultivados, encontram-se novas estruturas de habitações.”

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros*. A pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 49. (Adaptado)

O texto associa o desenvolvimento da agricultura com o da cerâmica entre os habitantes do atual território do Brasil, há 2000 anos. Isso se deve ao fato de que a agricultura

- a) favoreceu a ampliação das trocas comerciais com povos andinos, que dominavam as técnicas de produção de cerâmica e as transmitiram aos povos Guarani.
- b) possibilitou que os povos que a praticavam se tornassem sedentários e pudessem armazenar alimentos, criando a necessidade de fabricação de recipientes para guardá-los.
- c) proliferou, sobretudo, entre os povos dos sambaquis, que conciliaram a produção de objetos de cerâmica com a utilização de conchas e ossos na elaboração de armas e ferramentas.
- d) difundiu-se, originalmente, na ilha de Fernando de Noronha, região de caça e coleta restritas, o que forçava as populações locais a desenvolver o cultivo de alimentos.
- e) era praticada, prioritariamente, por grupos que viviam nas áreas litorâneas e que estavam, portanto, mais sujeitos a influências culturais de povos residentes fora da América.

6. (UFG/2010) As pinturas rupestres são evidências materiais do desenvolvimento intelectual dos seres humanos. Embora tradicionalmente estudadas pela arqueologia, elas ajudaram a redefinir a concepção de que a história se inicia com a escrita, pois

- a) funcionam como códices velados de uma comunidade à espera de decifração.
- b) expressam uma concepção de tempo marcada pela cronologia.
- c) indicam o predomínio da técnica sobre as forças da natureza.
- d) atestam as relações entre registros gráficos e mitos de origem.
- e) registram a supremacia do indivíduo sobre os membros de seu grupo.

Mesopotâmia



MILITANT VIDEO/AF PHOTO/GLOW IMAGES

Militante do Estado Islâmico destrói relevos assírios do século XIII a.C. na antiga cidade de Nimrud, atual Iraque, em imagem feita a partir de vídeo divulgado pelo grupo em abril de 2015.

Sugerimos explicar aos alunos que o Estado Islâmico (EI) é um grupo extremista sunita criado em 2003, durante a ocupação norte-americana no Iraque. Em junho de 2014, seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi, autoproclamou-se califa – líder espiritual e político, sucessor do profeta Maomé – das regiões controladas pela milícia. Desde então, o EI passou a destruir monumentos históricos e sítios arqueológicos e a comercializar relíquias existentes em cidades dominadas pela milícia. Diversos sítios, como os das antigas cidades de Dur Sharrukin (onde estavam os palácios dos reis assírios Sargão II e Senaqueribe), foram destruídos.

◆ Conversando sobre

1. Você acha que é possível, como afirma o texto, “apagar o passado de um país” e “destruir sua identidade”? Justifique.
2. Qual é a relação do patrimônio cultural descrito no texto com a nossa história?

Apagando o passado

“Depois das ruínas da antiga cidade de Hatra, Patrimônio Mundial da Humanidade, e das obras do Museu de Mossul, o Estado Islâmico divulgou este fim de semana mais um vídeo em que se vê a destruição de relíquias que fazem parte da história do Iraque.

Desta vez, o alvo foram os vestígios arqueológicos de Nimrud, uma antiga cidade assíria do século XIII antes de Cristo. [...]

O rasto de destruição que deixam atrás de si funcionaria [...] como uma borracha, capaz de apagar o passado de um país e impor os valores da organização que domina já uma boa parte da Síria e do Iraque.

Eliminado o patrimônio cultural, histórico e artístico, os radicais do Estado Islâmico destroem, também, a identidade do povo iraquiano.

Num dos vídeos difundidos, um *jihadista* diz não se importar com os bilhões de dólares que possam valer as relíquias em questão.

Mas o aspecto econômico é, também, visto como uma das razões para estes atentados terroristas. Pensa-se que algumas obras (ou o que resta delas) são vendidas pelo grupo extremista no mercado negro, servindo, assim, como uma forma alternativa de financiamento para a organização.”

O que leva o Estado Islâmico a destruir o patrimônio histórico do Iraque? *Jornalíssimo*, 13 abr. 2015. Disponível em <www.jornalissimo.com/atualidade/182-o-que-leva-o-estado-islamico-a-destruir-o-patrimonio-historico-do-iraque>. Acesso em 9 jan. 2016.

Vale lembrar que as antigas civilizações que se desenvolveram às margens dos rios e dependiam da construção de obras hidráulicas para a prática da agricultura ficaram também conhecidas como "civilizações fluviais".

Terra entre rios

A região conhecida como **Mesopotâmia** corresponde às áreas próximas aos rios Tigre e Eufrates, nos atuais territórios do Irã, Iraque, Síria, Turquia e Kuwait. A palavra Mesopotâmia vem do grego e significa "terra entre rios" (*mesos*: meio, entre; *potamos*: água, rio). O clima e o relevo da região não são homogêneos, ocasionando grande diversidade de paisagens compostas de áreas de pântanos, estepes, planícies férteis e planaltos com clima ameno.

Ao sul, o território apresenta um clima hostil para a produção agrícola, com chuvas escassas e temperaturas altas, o que exige um intenso trabalho de irrigação para garantir as colheitas. Já ao norte, as chuvas são mais frequentes e as temperaturas mais amenas, permitindo que a agricultura se desenvolva mais facilmente.

Além disso, o derretimento da neve nas montanhas localizadas ao norte provocava, entre os meses de abril e maio, as cheias dos rios, o que obrigava as populações mesopotâmicas a construir uma complexa rede de diques, barragens e canais para conter a força das águas e permitir seu aproveitamento para a irrigação das lavouras. No entanto, apesar da potencial força destrutiva, essas cheias traziam materiais orgânicos das regiões mais altas, o que tornava o solo mais fértil, favorecendo o cultivo de cereais, raízes, legumes e árvores frutíferas.

Foi neste cenário que se instalaram povos das mais variadas culturas e modos de organização social, que nos legaram duas das suas mais importantes criações: o **Estado**, a base de nossa organização social, e a **escrita**, que surgiu por volta de 3300 a.C. e, de acordo com uma visão tradicional, marca a transição entre a Pré-história e a história.

“Essa transição foi, e ainda é, interpretada de várias formas. Aqueles pesquisadores acadêmicos que observam prioritariamente os aspectos do assentamento urbano, chamam a transição de ‘Revolução Urbana’. Os que colocam ênfase nos aspectos sociopolíticos se referem à emergência do ‘estado arcaico’. Aqueles que privilegiam a estrutura socioeconômica [...] falam sobre ‘a origem da complexidade social’. E, finalmente, aqueles que levam em conta a origem da escrita [...] e a veem como um instrumento sem precedentes para nos prover de conhecimento sobre as sociedades do passado chamam de ‘o início da história’.”

LIVERANI, Mario. *Uruk: the first city*. Londres: Equinox, 2006. p. 1. (Tradução nossa)

Outras importantes realizações culturais dos povos mesopotâmicos foram a invenção dos logaritmos, dos problemas matemáticos, as descrições anatômicas, os códigos legais, como o Código de Hamurábi, e as peças literárias de grande importância, como a *Epopéia de Gilgamesh*.

Por isso, o estudo das sociedades mesopotâmicas é necessário para compreendermos a origem de elementos importantes da nossa civilização e também para ampliar nossa percepção da aventura humana na história.

Fontes: REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 7; DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate. p. 7.

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA

O fim das cheias no Eufrates

Visando transformar o sudeste da Turquia em área de produção agrícola e de geração de energia elétrica, o governo turco elaborou, no início dos anos 1980, um projeto de construção de barragens e de canais de irrigação ao longo do curso do Rio Eufrates no trecho em que o rio atravessa o território turco. As barragens e represas diminuíram sensivelmente o volume de água no leito do rio nos trechos que atravessam os territórios da Síria e do Iraque, cessando os regimes de cheia do Eufrates.

A ação humana foi um grande fator de transformação do meio ambiente médio-oriental. Apesar das mudanças consideradas "positivas", como a expansão do cultivo de cereais, temos exemplos de mudanças "negativas", como a abertura de poços para a extração de betume (um derivado do petróleo), o extrativismo vegetal nas encostas montanhosas e a extinção de muitas espécies, como o leão da Mesopotâmia. Existem documentos que sugerem, por exemplo, que as encostas dos Montes Zagros, no atual Irã, eram repletas de coníferas há milênios e hoje estão completamente nuas.

Localização da Mesopotâmia



Não se sabe ao certo se os fundadores de Uruk foram de fato os sumérios. Por muito tempo, os historiadores acreditaram que a cidade seria uma espécie de "metrópole" que possuía "colônias" politicamente subordinadas. No entanto, esta é uma visão muito criticada atualmente, e os historiadores recentes têm-se dedicado a compreender a natureza das relações entre Uruk e suas supostas "colônias". O que se sabe ao certo é que a influência cultural de Uruk atingiu regiões mais longínquas, como o Planalto Iraniano e o norte da Mesopotâmia, na atual Turquia.

ERICH LESSING/ALBUM/LATINSTOCK - MUSEU NACIONAL DO IRAQUE, BAGDÁ



Vaso real de Uruk (c. 3200 a.C.), produzido em alabastro, encontrado em escavações na antiga cidade suméria de Uruk. Museu Nacional do Iraque, Bagdá. Segundo pesquisadores, o vaso, que possui em seu exterior relevos representando uma cena ritual, era utilizado nos cultos à deusa Inanna.

Existiam outros grandes adensamentos populacionais antes de Uruk, como Çatal Hüyük, na região da atual Turquia (ver mapa "As primeiras cidades", na página 29), cujo número de habitantes pode ter chegado a 10 mil. No entanto, para alguns especialistas, Çatal Hüyük não demonstrava os principais aspectos que definem uma cidade: a especialização do trabalho e a estratificação social.

◆ Povos da Mesopotâmia

A história da Mesopotâmia é muito longa, abarcando milhares de anos. A única civilização comparável em termos de bases culturais é a chinesa, que possui idade aproximada. Tanto tempo assim pressupõe muitas mudanças, e como a Mesopotâmia era uma região muito disputada, em termos políticos, passou por muitas instabilidades.

As primeiras comunidades mesopotâmicas surgiram entre 12000 e 6000 a.C. e se instalaram em locais em que havia matérias-primas abundantes para sua sobrevivência. Com o desenvolvimento de técnicas de plantio e irrigação das plantações, essas populações passaram a ocupar as planícies fluviais, onde a agricultura poderia desenvolver-se mais facilmente.

O início da metalurgia e o surgimento de novas ferramentas, como o arado, permitiram um incremento da produção agrícola, que passou a gerar excedentes, favorecendo o crescimento demográfico, a troca de produtos entre as comunidades e a especialização do trabalho. Dessa forma, começaram a se organizar as primeiras cidades, centros especializados de produção e troca, administradas por governantes cuja autoridade estava vinculada a um poder religioso. Assim, surge um novo tipo de organização social estratificada, que podemos identificar como as primeiras formas de organização do Estado.

◆ Cidades-Estado sumérias

De origem desconhecida, os sumérios foram um dos primeiros grupos humanos a chegar à região de Súmer, próximo ao Golfo Pérsico, ao sul da Mesopotâmia. Entre 3500 e 3100 a.C., construíram cidades muradas de onde passaram a controlar as terras férteis e irrigadas das áreas vizinhas. Embora os sumérios falassem a mesma língua e tivessem tradições culturais comuns, as cidades eram independentes, com organização, governo e leis próprias, razão da denominação **cidades-Estado**.

A primeira cidade-Estado desenvolvida na região foi Uruk, que muitos historiadores acreditam ter sido um grande polo de difusão cultural suméria. O surgimento e o desenvolvimento de Uruk são considerados marcos da **Revolução Urbana**, pois seus vestígios apresentam as características fundamentais do processo de urbanização: grande adensamento populacional, grandes construções, indícios de especialização do trabalho, produção de vasos de cerâmica em larga escala e o surgimento da escrita cuneiforme.

O rápido crescimento populacional e a necessidade de ampliar as zonas de cultivo levaram as cidades-Estado sumérias a constantes disputas por territórios. Ur, Uruk, Umma, Larsa, Kish, Nippur e Lagash eram as maiores cidades. Entre 2500 e 2350 a.C., Umma e Kish exerceram breve hegemonia sobre as demais.



Relevo sumério em argila (século IV a.C.) com representação de um rebanho. Museu Nacional do Iraque, Bagdá.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A. DE GREGORIO/DE AGOSTINI/PICTURE LIBRARY/GLOW IMAGES - MUSEU NACIONAL DO IRAQUE, BAGDÁ

Desenvolvimento da escrita

Há muitas hipóteses sobre a origem da escrita, e por muito tempo discutiu-se a respeito de onde ela teria surgido. Até hoje, as inscrições mais antigas já encontradas foram as sumérias, efetuadas por volta de 3300 a.C. Em razão de seu formato de **cunha**, a escrita suméria recebeu o nome de **cuneiforme**.

Inicialmente, a escrita era um sistema de contabilidade utilizado para controlar a circulação de produtos entre as comunidades e as quantidades armazenadas. Os registros mais antigos já encontrados foram chamados de "protocuneiformes" e possuíam desenhos que indicavam um bem qualquer – cereais, bois etc. – seguido de sinais que indicavam quantidade.

Acompanhando o desenvolvimento da sociedade, o sistema foi ganhando sinais que, em vez de representar objetos ou seres, eram representações fonéticas, ou seja, reproduziam os sons da fala. Por volta de 2800 a.C., o sistema cuneiforme de escrita já estava bastante desenvolvido, com mais de mil sinais diferentes e sendo utilizado para os mais variados registros, como mitos, adivinhações, contratos, cartas, listas etc. Posteriormente, esse sistema passou a ser utilizado para representar fonemas dos idiomas de outros povos da Mesopotâmia.

O domínio total da escrita era muito difícil. Foram identificados erros dos escribas em alguns tabletes encontrados em escavações arqueológicas. Os equívocos em geral eram matemáticos, mas não é difícil encontrar erros gramaticais, o que dificulta bastante a vida dos tradutores e pesquisadores.

◆ Império Acádio

Por volta de 2500 a.C., povos de origem **semita** migraram para o interior da Mesopotâmia, o que causou consideráveis transformações sociais e culturais na região. Esses povos, genericamente chamados "acadianos", coabitavam a região com os sumérios, mesmo sem pertencer ao grupo dominante. Por volta de 2350 a.C., o acadiano Sargão dominou e unificou as cidades sumérias e criou o primeiro império conhecido da história, o **Império Sargônico**, ou **Império Acádio**.

Os descendentes de Sargão seguiram com a ampliação territorial do Império, combateram as revoltas internas e substituíram antigos governantes locais por governadores fiéis aos imperadores acadianos. Sob o governo de Naram-Sin, neto de Sargão, o Império atingiu seus limites máximos: do Golfo Pérsico à região que hoje corresponde à Turquia. Após sua morte, no entanto, o Império Sargônico entrou em declínio, até ser conquistado por povos vindos do Planalto Iraniano por volta de 2150 a.C.

Os acadianos incorporaram muitos dos costumes e das práticas dos sumérios, criando o que se chamou de **cultura sumero-acadiana**. Dela temos as primeiras evidências do uso de rodas em veículos, da produção de cerveja e do emprego regular do torno na produção de cerâmica. Com base em estudos astronômicos, os sumérios-acadianos criaram um calendário lunar de doze meses, divididos em semanas de sete dias. Também desenvolveram a álgebra, dividiram o círculo em 360 graus e instituíram o ensino da matemática e da escrita.

Maquete de casa encontrada em Salamiyya, próximo a Hama (2900-2290 a.C.). Museu Nacional de Alepo, Síria. Nas cidades acadianas, as habitações dividiam espaço com lojas e oficinas.



Tablete com inscrições protocuneiformes indicando quantidade de ração diária destinada à população (c. 3300 a.C.). Museu do Louvre, Paris, França.

Cunha: ferramenta de metal ou madeira com uma das extremidades em ângulo agudo utilizada para fender ou marcar algum material (no caso, placas de argila).

Semita: termo que designa um grupo étnico e linguístico que seria descendente de Sem, personagem bíblico filho de Noé. Esse grupo compreende os acadianos, os amoritas, os assírios, os hebreus, os fenícios, entre outros povos do Oriente Médio.



A localização exata da cidade da Acádia (ou Akkad), capital do Império, ainda é incerta.

Quando o Código de Hamurábi foi encontrado, muitos pesquisadores imaginaram estar diante da obra de um brilhante legislador, autor de leis necessárias à ordenação da vida na antiga Mesopotâmia. Entretanto, verificou-se posteriormente que as leis apenas organizavam práticas sociais comuns, encontradas em documentos jurídicos sumérios anteriores a Hamurábi, como os elaborados por ordem de Ur-Nammu, rei de Ur (c. 2100 a.C.), e as leis de Lipit-Ishtar, rei de Isin (c. 1930 a.C.), encontradas posteriormente. O Código de Ur-Nammu, por exemplo, versa sobre a aplicação de multas e reparações a diversas infrações, como danos morais.

Diorito: tipo de rocha magmática, ou seja, oriunda do resfriamento do magma terrestre, de grande durabilidade.

ERICH LESSING/ALBUM/LATINSTOCK - MUSEU DO LOUVRE, PARIS



Estela do Código de Hamurábi, século XVIII a.C. Museu do Louvre, Paris, França. Na parte superior da estela, Hamurábi foi representado recebendo o poder de Shamash, o deus Sol, divindade relacionada à justiça. Na parte inferior está o texto, reproduzido em escrita cuneiforme.

◆ Primeiro Império Babilônico

Os amoritas, povo originário do deserto da Síria, conseguiram expulsar os povos invasores, dominar as cidades sumério-acadianas e unificar o centro-sul da Mesopotâmia. Fundaram sua capital na cidade de Babilônia, que significa "Porta dos Deuses".

Entre os reis amoritas destacou-se Hamurábi (século XVIII a.C.). Durante seu governo, muitas obras de reconstrução foram realizadas, além de novas construções, como templos, jardins, diques e canais de irrigação. Seus exércitos anexaram vários territórios, formando o chamado **Primeiro Império Babilônico**.

Por conta do tamanho de seu Império, Hamurábi realizou uma série de reformas políticas e sociais e ordenou a organização de um código jurídico que reunia as leis criadas por ele e por seus antecessores, conhecido como **Código de Hamurábi**. Após a morte de Hamurábi, seus descendentes não evitaram o declínio político e militar do Império, que passou a ser invadido e dominado por outros povos.

Código de Hamurábi

Pesquisas indicam que as primeiras leis da história foram elaboradas na Mesopotâmia. O código jurídico mais completo da Antiguidade de que se tem conhecimento é o Código de Hamurábi. Registrado em uma estela de **diorito** de 2,25 metros de altura, o Código foi encontrado na cidade de Susa, atual Irã, em 1901.

Hamurábi havia estendido seus domínios para regiões distantes, e o estabelecimento do Código foi fundamental para disciplinar a vida econômica e social em um contexto de ampliação de suas posses e de integração de novas populações ao seu governo. O Código contém 282 artigos e está dividido em três partes: a apresentação do rei Hamurábi e de seus relevantes feitos; o resumo do trabalho com as leis e sua importância; e os artigos da lei, escritos em uma linguagem simples para que todos pudessem compreendê-los.

O Código versa sobre praticamente todos os aspectos da vida, passando pela regulação da família, o estabelecimento de preços e de juros, o formato dos julgamentos e a institucionalização da desigualdade social, já que as leis foram produzidas de acordo com o reconhecimento da existência de três classes sociais distintas: os *awilum* (homens livres proprietários de terra), os *mushkenum* (homens livres de poucas posses, geralmente camponeses e artesãos) e os *wardum* (escravos).

Acreditava-se que a desigualdade social era reflexo da hierarquia existente entre os próprios deuses, por isso vista como algo normal. Os *awilum*, mais ricos, possuíam mais obrigações e mais privilégios: pagavam mais impostos, mas os crimes cometidos contra eles eram punidos de forma mais severa. A seguir, um trecho do Código de Hamurábi exemplifica a distinção social na punição dos crimes:

“Se um homem cegou o olho de um homem livre, o seu próprio olho será cego.

Se um homem cegou o olho de um plebeu, ou quebrou-lhe o osso, pagará uma mina de prata.

Se um homem cegou o olho de um escravo, ou quebrou-lhe um osso, pagará metade de seu valor.

Se um homem tiver arrancado os dentes de um homem da sua categoria, os seus próprios dentes serão arrancados.”

Código de Hamurábi [1792-1750 a.C.]. In: *Coletânea de documentos históricos para o 1º grau: 5ª a 8ª séries*. São Paulo: Secretaria de Educação/Cenp, 1980. p. 57.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

◆ Império Assírio

Enquanto o Primeiro Império Babilônico se enfraquecia, os assírios fortaleciam-se na região de Assur, ao norte da Mesopotâmia. Possuíam um poderoso Exército, constituído de tropas de arqueiros e lanceiros, carros de combate e cavalaria. Esse poderio militar permitiu aos assírios criar um dos maiores impérios da Mesopotâmia.

No início do século XIV a.C., os soberanos assírios iniciaram uma série de campanhas para expandir seus domínios em direção à Ásia Menor, ao Egito e à Babilônia. Essas campanhas foram marcadas por massacres, destruição de cidades e deportação de povos conquistados, o que deu aos assírios a fama de guerreiros fortes, violentos e impiedosos.

Após atingir seu auge durante o reinado de Assurbanipal, o Império começou a entrar em declínio devido aos ataques dos caldeus, povo semita de origem incerta que, com o auxílio de outros povos, conseguiu tomar e destruir a capital assíria, Ninive, em 612 a.C.

◆ Segundo Império Babilônico

O **Segundo Império Babilônico** ou **Neobabilônico** surge ainda durante a dominação assíria. Após a morte do rei Assurbanipal, os caldeus, liderados por Nabopolassar, conseguem tomar a cidade da Babilônia em 626 a.C. No entanto, foi durante o governo de Nabucodonosor II, filho de Nabopolassar, que o Império Neobabilônico atingiu seu apogeu. Seus domínios abrangeram a maior parte da Mesopotâmia, a Palestina e a Fenícia e chegaram até as fronteiras do Egito.

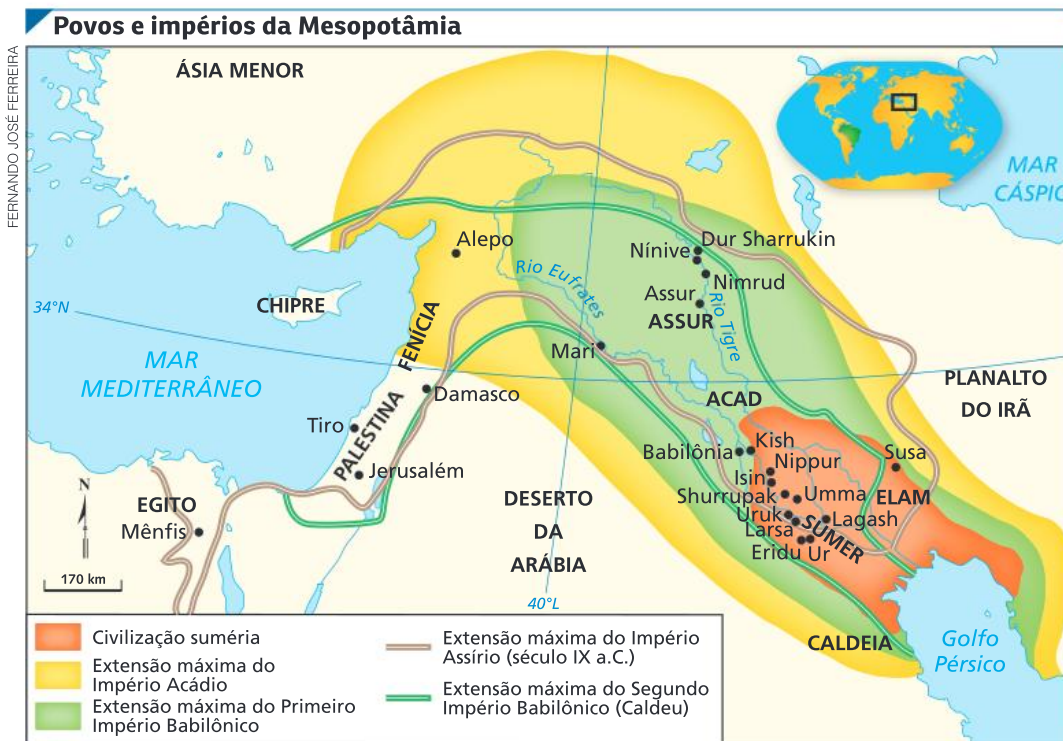
A expansão dos domínios babilônicos foi realizada por meio de um regime de governo ao modo assírio, de pesadas tributações, intimidação pela força das armas e migrações forçadas. Nabucodonosor II foi, também, o responsável pelo remodelamento da cidade da Babilônia, quando foram construídos o zigurate de Marduk, também conhecido como Torre de Babel, e os Jardins Suspensos da Babilônia, obra considerada uma das sete maravilhas do mundo antigo. Após sua morte, o Império entrou em lenta decadência. Nabonido, último rei babilônico, foi derrotado às margens do Rio Eufrates pelas tropas de Ciro, imperador da Pérsia, em 539 a.C., pondo fim à independência política da Mesopotâmia.

BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - MUSEU NACIONAL DO IRAQUE, BAGDÁ



Relievo em marfim (século IX a.C.) representando um guerreiro, encontrado no palácio de Salmanasar III em Nimrud. Museu Nacional do Iraque, Bagdá.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Durante o reinado de Nabucodonosor II ocorreu o episódio bíblico conhecido como Cativeiro da Babilônia, quando os judeus, habitantes do antigo Reino de Judá, foram levados como escravos para a região.

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2010. p. 25, 27 e 32.



Escultura em diorito de Gudea, príncipe de Lagash (c. 2100 a.C.). Museu do Louvre, Paris, França.

Como os registros arqueológicos ainda não permitiram diferenciar claramente as atribuições dos templos e dos palácios, a diferenciação entre eles é definida por critérios atuais. Assim, o poder palaciano é classificado como temporal, ligado ao militarismo, e o poder dos templos é classificado como atemporal ou espiritual, assentado na religião.

◆ Sociedade mesopotâmica

A Mesopotâmia viu florescer vários tipos de organização social, produzidos por povos das mais variadas etnias. No entanto, os estudos sobre as sociedades mesopotâmicas ainda são muito incipientes. Sobre os sumérios, um dos primeiros povos que habitaram a região, há poucas informações, e até o século XIX, quando foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas na Mesopotâmia, nem sequer se sabia que haviam existido.

Contudo, é possível encontrar alguns elementos em comum em todas as formas de organização social da Mesopotâmia, como uma rígida hierarquização, ou seja, uma divisão da sociedade em grupos bastante distintos entre si e na qual a mobilidade social (a capacidade de um indivíduo mover-se de um grupo a outro) era praticamente inexistente. No geral, as sociedades mesopotâmicas estavam divididas entre rei e nobreza; sacerdotes; militares, funcionários públicos e escribas; artesãos e camponeses; escravos.

◆ Reis, sacerdotes e escribas

No início, o poder dos governantes emanava de sua autoridade religiosa. Com o passar do tempo, os reis tornaram-se supremos comandantes militares e passaram a se apresentar como guerreiros capazes de realizar grandes conquistas, proteger a cidade dos invasores, aumentar os campos de cultivo e realizar a vontade dos deuses protetores da cidade; ou seja, o poder dos reis passou a ser mais bélico e administrativo do que religioso. No entanto, ele não era incontestável, já que os reis eram avaliados em rituais periódicos pelos sacerdotes, que afirmavam obedecer à vontade dos deuses, e questionados por assembleias populares, com as quais tinham que negociar para manter-se no poder.

Os sacerdotes, por sua vez, obtinham seu poder por monopolizarem os cultos às divindades, canais de comunicação com o "outro mundo". Além disso, segundo a religião mesopotâmica, os deuses seriam os "donos" das terras e, na impossibilidade de administrá-las, os sacerdotes estariam encarregados de exercer tal função. Isso garantia à classe sacerdotal importante estratégia de dominação e a posse de enormes riquezas.

Abaixo dos reis e sacerdotes estavam os escribas, que ocupavam, entre outras funções, a de administradores, professores, adivinhos e astrólogos. A arte da escrita, monopolizada por eles, era ensinada nas *edubba*, as escolas escribais. Nelas, inicialmente, aprendiam-se os sinais cuneiformes básicos e, posteriormente, as regras do idioma, construção de frases e operações matemáticas. Os escribas estudavam muito durante toda a vida.



MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

◆ Classes populares: artesãos, camponeses e escravos

Graças à divisão social do trabalho estabelecida nos primeiros núcleos urbanos, parte dos trabalhadores se converteu em artesãos, trabalhadores especializados na produção de utensílios de cerâmica, ferramentas, tecidos, armas, joias, instrumentos musicais etc. Muitos desses artesãos tornaram-se prestigiados por causa do elevado nível técnico de seus trabalhos. A maioria dos produtos era consumida internamente, e o excedente era vendido ou trocado por comerciantes por produtos e matérias-primas vindos de regiões distantes.

Os camponeses constituíam a classe social mais numerosa. Habitavam as regiões próximas às muralhas que protegiam a cidade. Pagavam pesados impostos entregando parte considerável de sua produção ou na forma de trabalho. Infelizmente há poucas informações sobre essa classe, pois os vestígios arqueológicos referentes à vida fora das cidades ou foram pouco estudados ou são muito raros, já que as casas, muito simples, eram feitas de materiais que não resistiram à ação do tempo.

Nas sociedades mesopotâmicas, os escravos não eram numerosos. As pessoas escravizadas eram, em sua maioria, prisioneiras de guerra, mas também existia a escravidão por dívida: os devedores vendiam familiares ou a si mesmos. Em geral, a duração desse tipo de cativo tinha tempo limitado. As tarefas desempenhadas pelos escravos eram muito variadas, mas, em geral, eles eram empregados na construção pública, no Exército e em trabalhos domésticos. Nas obras públicas, era muito comum haver escravos trabalhando junto aos camponeses, sobretudo quando estes eram convocados para o trabalho em períodos de entressafra, ou seja, quando o plantio já tinha sido realizado e a colheita ocorreria meses depois.



Fragmento de relevo do palácio da cidade assíria de Nimrud representando o preparo de um banquete, século IX a.C. Museu Britânico, Londres. Com o desenvolvimento das sociedades mesopotâmicas surgiram inúmeras profissões especializadas, responsáveis por atender às mais variadas necessidades.



Estandarte de Ur, mosaico sumério produzido por volta do ano 2500 a.C. Museu Britânico, Londres. Conhecida como *Guerra e Paz*, a obra é composta de dois painéis, com 49 cm x 20 cm, pintados nas laterais de uma caixa. De um lado há representações de cenas bélicas: ataque com carros de combate, captura e entrega de prisioneiros ao rei; do outro, a representação é, supostamente, a da celebração da vitória, com o banquete de comemoração e a distribuição do butim de guerra.

Ambas as faces da peça estão dispostas em três faixas horizontais. O rei é sempre representado nas faixas superiores e se destaca por seu tamanho maior do que o restante das personagens. No quadro da paz, tanto o rei quanto seus convidados aparecem sentados e segurando taças em uma das mãos, o que nos faz supor que essas pessoas pertencem à classe dominante da sociedade suméria. Nas faixas inferiores aparecem as "classes inferiores": soldados e prisioneiros de guerra do lado bélico; pessoas conduzindo animais e carregando produtos (provavelmente o butim de guerra) do lado da paz.

▶ De que maneira o Estandarte de Ur reproduz as divisões da sociedade suméria?

Economia



PHILIPPE MAILLARD/AGG-
IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK
- MUSEU NACIONAL DA SÍRIA,
DAMASCO

Peitoral sumério de lápis-lazúli (c. 2500 a.C.) representando uma águia com cabeça de leão. Museu Nacional da Síria, Damasco.

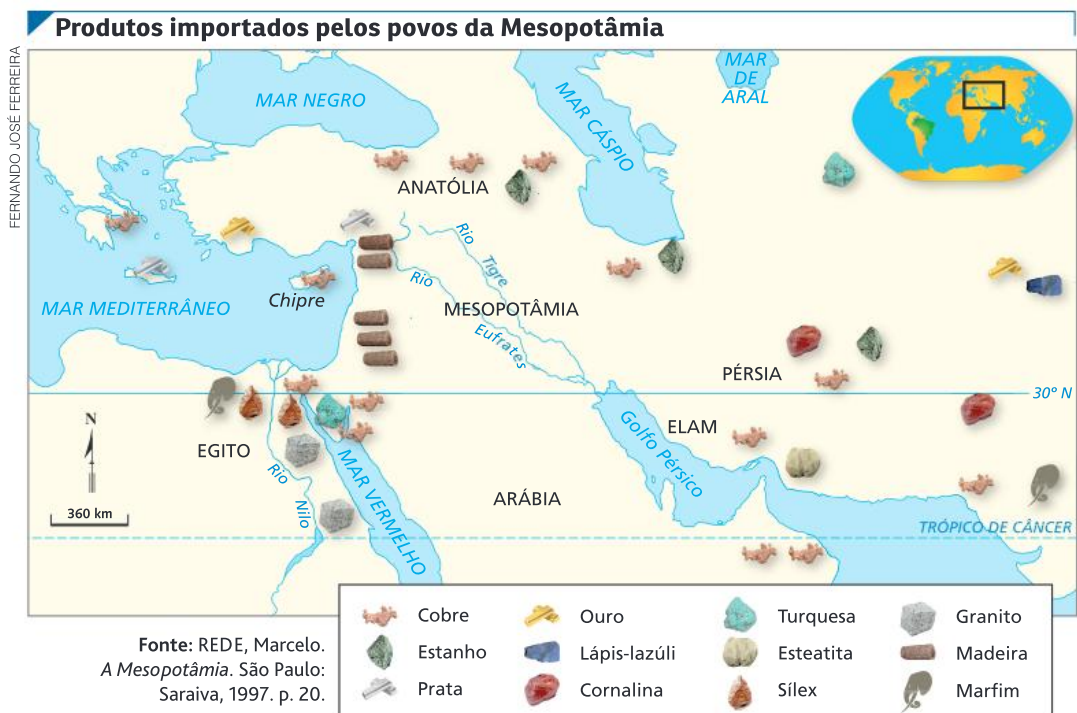
A agricultura foi a principal atividade econômica praticada entre os povos mesopotâmicos, em especial o cultivo de cereais. Com o tempo, o homem passou a desenvolver técnicas de plantio e de irrigação cada vez mais sofisticadas e a selecionar as melhores sementes, o que levou ao surgimento de novas variedades de plantas, mais resistentes e nutritivas. Com isso, a quantidade de cereais obtida nas colheitas passou a superar a quantidade necessária para a sobrevivência. Esse excedente passou a ser armazenado e utilizado tanto para garantir a alimentação no caso de colheitas ruins nos anos seguintes quanto em trocas comerciais.

Os produtos derivados dos cereais eram diversos, destacando-se pães e cervejas. Cada habitante da cidade recebia determinada quantidade de alimento, suficiente para três ou quatro dias. Além dos cereais, a agricultura mesopotâmica também se destacava pelo cultivo de pomares, muito comuns nos jardins dos palácios e em áreas comunitárias dentro das cidades. As frutas mais cultivadas eram o damasco e a tâmara, assim como algumas espécies de figo e ameixa. O extrativismo vegetal também era uma atividade importante, por meio da qual os mesopotâmicos obtinham óleo de palmeiras e madeira para combustível.

Além da agricultura, a pecuária também tinha sua importância. Os animais eram pastoreados nas planícies ou em locais mais altos, e os pastores eram encarregados de cuidar da reprodução desses animais, manter a saúde deles e protegê-los do ataque de predadores ou de povos nômades. Criavam-se ovelhas, cabras, porcos e aves, utilizados na alimentação ou como fornecedores de leite, ovos, lã, gordura animal e couro. O consumo de carne bovina era muito restrito, ocorrendo geralmente em festivais sagrados. Por isso, os bovinos eram mais utilizados para tração.

Apesar da relativa abundância de produtos agropecuários, a Mesopotâmia era uma região muito carente de matérias-primas. Por isso, a importância do comércio de longa distância para a chegada de produtos como madeira, marfim, pedras preciosas e, sobretudo, metais – fundamentais para o desenvolvimento de ferramentas para a agricultura e a fabricação de armas, em um período de guerras frequentes.

Os metais eram utilizados para fabricar espadas, lanças, estruturas de carros de guerra, armaduras etc. Além disso, metais como ouro e prata e pedras preciosas tinham a função de satisfazer a demanda por produtos de luxo utilizados pela elite para demonstrar poder.



Religião

Caracterizados pelo **politeísmo**, os povos mesopotâmicos não separavam a religião da vida cotidiana. Embora possamos enumerar diversos deuses, mitos e heróis ao longo dos mais de 3 mil anos de história, é possível afirmar que a religião mesopotâmica manteve como características centrais a **cosmogonia** suméria, com algumas variações ao longo do tempo.

A concepção religiosa básica era a eterna luta entre as forças da ordem e do caos. A ordem era representada pelo bom funcionamento das instituições, reflexo da ordem cósmica representada pelas relações entre os deuses. O caos manifestava-se no rompimento do equilíbrio social: péssimas colheitas, ausência de governo, epidemias e invasões.

Segundo a mitologia suméria, o mundo foi criado quando os deuses An e Ki deram origem ao céu e à terra a partir de um grande oceano onde antes havia o caos. A união entre An e Ki deu origem a vários deuses, como Nanna, Enki, Enlil e Ereshkigal. Enlil separou o céu da terra e passou a governá-la; An ficou responsável pelo céu, o mundo dos deuses; e Ereshkigal passou a controlar o submundo, ou mundo dos mortos.

Enki, então, criou a humanidade com o intuito de que ela trabalhasse para os deuses. Assim, a função do homem na terra seria produzir bens para sustentar os deuses e honrá-los com cultos e com um comportamento adequado, sem questionar a ordem estabelecida, evitando, dessa forma, as forças do caos, sempre à espreita para punir a humanidade.

Ao longo do tempo, é possível observar algumas mudanças na mitologia suméria. Muitos deuses mudaram de nome, mas preservaram suas atribuições; outros foram introduzidos, como é o caso de Marduk, deus patrono da Babilônia, e Ashur, patrono da Assíria; outros, ainda, foram esquecidos ou até mesmo derrotados em passagens mitológicas que atendiam a interesses determinados. Assim como os humanos, os deuses mesopotâmicos eram temperamentais, suscetíveis a sentimentos e, por vezes, tinham relações conflituosas entre si.

Cosmogonia: neste caso, corpo de doutrinas e princípios religiosos que busca explicar a origem do homem e do Universo.

O mundo dos mortos era muito temido, pois se acreditava que no reino de Ereshkigal os prazeres da vida dariam lugar a uma eternidade tediosa e sofrida, onde os espíritos dos homens seriam atormentados pela impossibilidade de satisfazer seus desejos mundanos e obrigados a se alimentar de todo o tipo de imundície que encontrassem. A imortalidade e os prazeres da vida eterna estavam reservados apenas aos deuses. Diferentemente da religião egípcia, não se pensava que uma boa conduta pudesse levar a algum tipo de salvação eterna. A boa conduta das pessoas serviria apenas para evitar o sofrimento ainda em vida, mas nada poderia ser feito em relação à morte. Os familiares e amigos do morto poderiam enviar alimentos a seu ente querido na forma de oferendas, pois, caso o esquecessem, a alma desesperada poderia voltar e se apossar de algum corpo.

Zigurates

Os zigurates eram edifícios característicos das sociedades mesopotâmicas, construídos na forma de pirâmides com vários andares, com plataformas construídas umas sobre as outras e acessadas por meio de grandes escadarias. Eles funcionavam como templos religiosos, depósitos de cereais e local de observação de astros.

Na língua suméria, zigurate (*etemenanki*) significava "as bases do céu (An) e da terra (Ki)", também podendo significar "da união entre An e Ki", deuses sumérios ligados à criação do mundo. Dessa forma, o zigurate era visto pelos mesopotâmicos como um polo de comunicação entre o céu e a terra. No alto dos zigurates, na última plataforma, eram construídos os templos, geralmente dedicados ao deus protetor da cidade.

BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR



Ilustração italiana do século XX representando o Zigurate de Ur.

Você vai gostar de ler



REPRODUÇÃO

A EPOPEIA DE GILGAMESH

ANÔNIMO

A Epopeia de Gilgamesh.

3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

A *Epopeia de Gilgamesh* é considerada a primeira obra literária da humanidade. Trata-se de um poema composto de doze cantos, com 300 versos cada um, escrito há cerca de 5 mil anos, em caracteres cuneiformes.

A obra conta a história de Gilgamesh, lendário rei de Uruk, que procura o segredo da imortalidade de Utnapishtim para trazer de volta à vida Enkidu, seu amigo morto por obra da deusa Ishtar.

Conhecimentos mesopotâmicos

Além da óbvia importância da escrita, os povos mesopotâmicos deixaram uma série de conhecimentos que, reformulados ao longo da história, atravessaram os séculos e chegaram até nós.

As primeiras operações matemáticas estavam totalmente ligadas a coisas concretas, como contagem de grãos, cerveja, animais etc. No entanto, por volta de 3000 a.C., a escrita cuneiforme e a matemática passaram a ser utilizadas para a contagem de algo abstrato: o tempo. Devemos aos sumérios, portanto, a divisão do tempo em 60 segundos, 60 minutos, 24 horas, 30 dias e 12 meses, que resultavam num conjunto de 360 dias, ou um ano. Sendo todos esses números divisíveis por 360, o formato circular dos relógios de ponteiro não é uma simples coincidência.

Durante o Primeiro Império Babilônico, a matemática alcançou um notável desenvolvimento. Com a possibilidade da realização de contas em um suporte físico (no caso, o tablete de argila), os conceitos matemáticos foram ampliados e, progressivamente, libertados de seu uso concreto. Esse período assistiu ao desenvolvimento de equações, álgebra, logaritmos, cálculos de triângulos e circunferências.

A astronomia se desenvolveu consideravelmente. No entanto, ela era ligada a aspectos divinatórios e mitológicos, não havendo uma distinção clara, como hoje, entre astronomia e astrologia. O grande legado da astronomia babilônica foi a observação e o registro da repetição de certos fenômenos celestes e a formulação de cálculos para prevê-los. O tablete *Vênus de Ammisaduqa*, por exemplo, mostra-nos um ciclo de aproximadamente 21 anos de movimentos do planeta Vênus, identificado pelos babilônicos com Ishtar, deusa do amor, da guerra e da fertilidade.

Os deuses eram considerados responsáveis pela saúde ou doença, e as enfermidades, entendidas como castigo divino. E, ainda que as esferas do sagrado e da ciência não fossem autônomas, os mesopotâmicos reuniam conhecimentos sobre o uso terapêutico de sementes, raízes e minerais em tratados médicos sobre o diagnóstico e o tratamento das doenças mais comuns.

Vênus de Ammisaduqa

A peça *Vênus de Ammisaduqa* é um tablete de argila com anotações em escrita cuneiforme, produzido no século VII a.C. O texto existente no tablete é a cópia de informações astronômicas obtidas através da observação do planeta Vênus ao longo de 21 anos, coletadas durante o reinado de Ammisaduqa, rei que governou a Babilônia entre 1646 e 1626 a.C.

As informações referentes ao caráter cíclico da posição do planeta na abóbada celeste e sua visibilidade antes e depois do nascer e do pôr do sol foram importantes para o estabelecimento da cronologia de eventos ocorridos na Mesopotâmia através da comparação com as posições do astro descritas em outros registros antigos. Com base nessa datação foi possível, por exemplo, compreender os calendários produzidos no período e estabelecer a cronologia de reis e a duração de seus reinados.

Vênus de Ammisaduqa (século VII a.C.), tablete de argila com informações do planeta Vênus coletadas cerca de mil anos antes de sua confecção. Museu Britânico, Londres.

O tablete foi encontrado em 1851, na Biblioteca de Assurbanipal, pelo arqueólogo inglês Austen Henry Layard na cidade assíria de Nínive, no atual Iraque.



ERICH LESSING/ALBUM/LATINSTOCK - MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

A criação do homem para os mesopotâmicos

A religião cumpria um importante papel social na Mesopotâmia, já que não existia, entre os mesopotâmicos, a separação entre vida material e vida religiosa. As práticas sociais eram disciplinadas pelos templos e pelos palácios e eram vitais para a manutenção da ordem e, conseqüentemente, a condição daqueles que detinham o poder.

“O deus Enki era considerado uma divindade inventiva e engenhosa e foi ele, segundo alguns relatos, que teve a ideia de criar a humanidade. Mas por quê?

Os mitos contam que, no início dos tempos, os deuses não tinham quem trabalhasse por eles e nunca conseguiam comer e beber o bastante [...].

Além disso, algumas divindades, que sustentavam as demais, consideravam-se exaustas de seus afazeres e revoltaram-se, exigindo uma solução para sua sofrida existência [...]. Foi, então, para substituir os deuses nos trabalhos que o homem foi criado [...].

O mito da criação do homem cumpria, assim, um papel importante na mentalidade e na vida social mesopotâmica. Em primeiro lugar, oferecia aos homens um modelo de comportamento a ser seguido e uma forma de relação com o meio ambiente: estimulava e justificava a intervenção humana na natureza para dominar suas forças e fazê-la produzir bens. Em segundo lugar, o mito apresentava como uma obrigação das pessoas doar parte de seu trabalho e de sua produção para o sustento dos deuses, isto é, de seus templos e de seus representantes na Terra: sacerdotes e reis.

[...] as várias formas obrigatórias de entrega dos bens e de trabalho forçado foram as bases do sistema econômico mesopotâmico e significaram a explo-

ração da população pelos templos e palácios. De certo modo, os mitos contribuíram para isso, ao mostrar que a principal função da humanidade era trabalhar para os deuses.

A mitologia também mostrou que tudo podia ser destruído pelos deuses se os homens não cumprissem seus deveres ou se as divindades, por qualquer motivo, fossem irritadas. Muitos séculos antes da *Bíblia*, os mesopotâmicos já se sentiam ameaçados pelo terrível mito do dilúvio, que contava como os deuses decidiram acabar com a humanidade através de uma inundação gigante. Os homens só escaparam da extinção completa porque o deus Enki resolveu alertar um escolhido (Ziusudra para os sumérios; Utnapishtim ou Atrahasis para os assírios e babilônios) para que fizesse um barco a fim de salvar-se [...]. É interessante notar que a história de Noé, narrada pela *Bíblia*, é muito parecida com a do dilúvio dos mitos mesopotâmicos. A lembrança de uma tão cruel destruição servia como um alerta para que os homens cuidassem, aqui na Terra, da obra criada pelos deuses.”

REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 24-25.



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone
BRASIL - MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

Escultura de argila representando o deus Lahmu (século VIII a.C.). Museu Britânico, Londres. Para os mesopotâmicos, cada aspecto da vida era regido por um deus específico.

Compreendendo o texto Registre as respostas em seu caderno.

1. Segundo a religião mesopotâmica, por que os deuses criaram os homens?
2. De que forma essa concepção religiosa interferia no cotidiano da população? Justifique sua resposta com trechos do texto.
3. Identifique no texto um ou mais trechos que exemplifiquem como a religião justificava a divisão social na Mesopotâmia.
4. Que tipo de punição os homens poderiam receber caso não cumprissem o papel para o qual haviam sido criados?
5. As concepções religiosas mesopotâmicas podem ser identificadas em outros credos antigos e atuais? Justifique.

Explorando o conhecimento

- Por que a Mesopotâmia é considerada o berço da civilização?
- Após identificar as sentenças incorretas, reescreva-as corretamente no caderno.
 - A escrita foi desenvolvida pelos sumérios e inicialmente era utilizada apenas para liturgia.
 - Nas sociedades mesopotâmicas havia uma rígida divisão social, na qual os escravos eram minoria.
 - Os povos mesopotâmicos eram monoteístas, e todos os aspectos da vida eram indissociáveis da religião.
 - Os caldeus eram um povo com grande poder militar e formaram o maior império mesopotâmico da Antiguidade em extensão territorial.
 - A Mesopotâmia é uma região próxima aos rios Tigre e Eufrates com condições favoráveis à produção agrícola, principal atividade econômica dos povos da região.
- O que eram os zigurates?

Pensando criticamente

- Leia o texto abaixo para, em seguida, responder às questões.

“Naqueles dias a terra fervilhava, os homens multiplicavam-se e o mundo bramava como um touro selvagem. Este tumulto despertou o grande deus. Enlil ouviu o alvoroço e disse aos deuses reunidos em conselho: ‘O alvoroço dos humanos é intolerável, e o sono já não é possível por causa da balbúrdia’. Os deuses então concordaram em exterminar a raça humana. Foi o que Enlil fez, mas Ea [...] me avisou num sonho. [...] ‘Oh, homem de Shurrukak, filho de Ubara-Tutu, põe abaixo tua casa e constrói um barco. Abandona tuas posses e busca tua vida preservar; despreza os bens materiais e busca tua alma salvar. [...] leva então para o barco a semente de todas as criaturas vivas.’”

A Epopeia de Gilgamesh. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 157.

- Por que os deuses decidiram destruir a humanidade? Como isso ocorreria?
- De que maneira essa história se manteve presente no cotidiano das pessoas?

- O relevo abaixo mostra um *lamassu*, guardião alado que era, geralmente, esculpido nas entradas de palácios e outras edificações importantes na Mesopotâmia. Observe-o atentamente para, em seguida, responder às questões.



Lamassu esculpido na entrada do palácio de Sargão II em Dur Sharrukin, atual Iraque (século VIII a.C.). Museu do Louvre, Paris, França.

PRISMA/ALBUM/ LATINSTOCK - MUSEU DO LOUVRE - PARIS

- Descreva a imagem, destacando os aspectos que mais lhe chamaram a atenção.
 - Qual seria a função dos *lamassu*? Por que eram esculpidos na entrada de palácios?
- Releia o trecho do Código de Hamurábi reproduzido na página 46 e responda às questões.
 - Que características da sociedade mesopotâmica o texto revela?
 - O que as leis representam para uma sociedade? Qual é a importância desses registros para o historiador?

Investigando

- Prevalecia no Código de Hamurábi o princípio da retaliação, ou seja, a determinação para que um crime fosse punido com uma pena proporcional ao prejuízo causado à vítima. No entanto, esse princípio não é mais aceito por muitas sociedades contemporâneas, que estabelecem outros tipos de pena. Realize uma pesquisa sobre as penas aplicadas nos dias de hoje que podem ser comparadas aos princípios da Lei de Talião. Apresente as seguintes informações:
 - As punições são aplicadas de acordo com as leis de um país ou de acordo com princípios religiosos?
 - Quem aplica as punições? Há casos em que as punições não são aplicadas por autoridades do Estado?
 - Há contestações a esse tipo de punição?

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura, e **H2**: Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas).

A questão abaixo propõe uma reflexão sobre o conhecimento histórico valendo-se do trecho de um poema escrito por Bertolt Brecht.

(ENEM-MEC/2010)

“Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída. Quem a
reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os
construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que
a Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os
césares?”

BRECHT, B. *Perguntas de um trabalhador que lê*.
Disponível em <<http://recantodasletras.uol.com.br>>.
Acesso em 28 abr. 2010.

Partindo das reflexões de um trabalhador que lê um livro de história, o autor censura a memória construída sobre determinados monumentos e acontecimentos históricos. A crítica refere-se ao fato de que

- os agentes históricos de uma determinada sociedade deveriam ser aqueles que realizaram feitos heroicos ou grandiosos e, por isso, ficaram na memória.
- a história deveria se preocupar em memorizar os nomes de reis ou dos governantes das civilizações que se desenvolveram ao longo do tempo.
- os grandes monumentos históricos foram construídos por trabalhadores, mas sua memória está vinculada aos governantes das sociedades que os construíram.
- os trabalhadores consideram que a história é uma ciência de difícil compreensão, pois trata de sociedades antigas e distantes no tempo.
- as civilizações citadas no texto, embora muito importantes, permanecem sem terem sido alvos de pesquisas históricas.

Analisando

O poema apresenta uma sequência de perguntas sobre informações comuns acerca do passado da humanidade: a memória dos poderosos, dos governantes e de suas realizações

(a construção de monumentos, as riquezas que acumularam, a extensão de seus impérios), entre as quais, a capital do Império Babilônico.

Essa concepção de história predominou até as primeiras décadas do século XX. Os historiadores privilegiavam as fontes escritas, principalmente aquelas originárias dos poderes instituídos: governantes e seus funcionários, sacerdotes, parcelas da nobreza, enfim, documentos produzidos pelo diminuto grupo de letrados existente nas sociedades do passado. Em parte por isso, as narrativas históricas limitaram-se, durante muito tempo, a reproduzir a memória dos poderosos. As classes trabalhadoras passaram a ser vistas como sujeitos da história a partir do século XX, com as pesquisas de historiadores marxistas. A “Escola dos Annales”, originária na França, também se preocupou em investigar a vida das pessoas comuns em todas as suas dimensões: das condições de sobrevivência material às crenças e representações.

O enunciado da questão apresenta a interpretação do poema, que critica a memória construída sobre o passado. O título *Perguntas de um trabalhador que lê* oferece uma pista importante sobre a perspectiva do poeta, que propõe uma leitura da história de um ponto de vista das classes trabalhadoras. Você deverá escolher a alternativa que expressa corretamente o pensamento do poeta. Vamos examinar cada uma delas:

- Alternativa **a**: Considera como sujeitos da história apenas as “grandes personagens”, como os reis e os generais citados no poema.
- Alternativa **b**: A visão de história apresentada defende a memória produzida pelo poder, numa sequência temporal.
- Alternativa **c**: Reconhece a atuação das classes trabalhadoras na história, apesar de sua memória ter permanecido anônima ou ter sido suplantada pela memória dos governantes.
- Alternativa **d**: A dificuldade apontada pela alternativa, ou seja, a distância temporal que nos separa das antigas civilizações, não é mencionada no poema.
- Alternativa **e**: Vale lembrar que existem numerosos estudos sobre as antigas civilizações, oferecendo variadas informações e perspectivas sobre o mundo antigo.

Agora é com você: qual alternativa corresponde à crítica feita por Brecht?

A África na Antiguidade: Egito e Núbia



DANIEL CYMBALISTA/PULSAR IMAGENS

Represa do Sistema Cantareira durante o período de estiagem. Piracaia (SP). Foto de julho de 2015. Segundo o relatório publicado em 2015 pelo Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos da Unesco, até 2030 o planeta enfrentará um déficit de água de 40%, a menos que seja melhorada drasticamente a gestão desse recurso.

Para mais informações sobre o *Relatório Hídrico* publicado pela Unesco em 2015, consulte a página <www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/urgent_need_to_manage_water_more_sustainably_says_un_report/#.VdSBKfViko>. Acesso em 13 out. 2015.

◆ Conversando sobre

1. O texto sobre o Egito antigo apresenta um exemplo de interferência humana no meio ambiente de forma positiva ou negativa? Justifique.
2. Comparando o segundo texto com o primeiro, quais são as principais diferenças e semelhanças entre cenários e avaliações apresentados?
3. Em sua opinião, quais são as principais ações que governos e sociedades deveriam tomar para utilizar os recursos hídricos de forma mais racional e sustentável? Dê exemplos.

A boa administração dos recursos hídricos como premissa para o desenvolvimento humano

“Sem o rio, o Egito não existiria. Isso foi dito e redito mil vezes desde Heródoto [...]. De fato, as condições rigorosas que o rio impunha às sociedades humanas que viviam às suas margens, e que a ele deviam sua subsistência, só foram reconhecidas pouco a pouco. [...] A nova ecologia, resultante da intervenção humana, [...] desempenhou um papel essencial na emergência e expansão da civilização no Vale do Nilo. O Egito não é apenas uma *dádiva do Nilo*: é, acima de tudo, uma criação do homem.”

MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África*: África antiga. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. XLIV-XLVI, XLVIII. v. 2.

“Percurso de desenvolvimento insustentável e falhas de governança têm afetado a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos [...]. A demanda de água doce continua aumentando. A não ser que o equilíbrio entre demanda e oferta seja restaurado, o mundo deverá enfrentar um déficit global de água cada vez mais grave. [...] Uma retirada excessiva é frequentemente o resultado de modelos antigos de uso de recursos naturais e de governança, onde a utilização de recursos para o crescimento econômico tem regulação deficiente e é realizada sem controle adequado.”

UNESCO. *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos*, 2015. Disponível em <www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf>. Acesso em 13 out. 2015.

A abertura do capítulo tem como proposta a percepção, por parte do aluno, da importância fundamental da água para o desenvolvimento humano. Egito e Núbia, duas grandes civilizações da Antiguidade tratadas neste capítulo, formaram-se às margens de um grande rio, o Nilo, do qual dependiam. Assim, apontar os problemas da má gestão dos recursos hídricos no mundo atual em oposição à gestão sustentável da água feita por sociedades antigas, como a egípcia, pode contribuir para sensibilizar os alunos para a conscientização ambiental a respeito desse tema.

◆ Às margens do Nilo: o Egito

Quem observar um mapa do Egito, como o do final desta página, provavelmente reconhecerá três elementos bem definidos: o Rio Nilo, as terras férteis ao longo de seu curso e o deserto, que contorna essas terras.

Existem evidências de que os vales férteis do Nilo foram ocupados por populações fixas desde 7000 a.C., aproximadamente. A necessidade de garantir alimento em um espaço pequeno e evitar os danos das inundações constantes ocasionadas pelo rio provavelmente levou esses grupos humanos não só a entender o sistema de cheias do Nilo, mas também a interferir e utilizar a ecologia do Vale do Rio Nilo em seu benefício.

Durante o período de cheia, entre julho e outubro, as águas do Rio Nilo inundavam as margens e deixavam nelas o **húmus**, uma grossa camada de limo que fertilizava o solo. Assim, por todo o curso do rio, o que se via eram terrenos cultivados com vários produtos.

Para melhor aproveitamento das águas e do húmus deixado na terra quando o rio voltava ao seu nível normal, os povos que viviam às margens do Nilo desenvolveram uma tecnologia que permitia transportar as águas para campos não atingidos pelas inundações e também drenar os terrenos encharcados e pantanosos, aumentando a área cultivável, além de construir barragens.

O Nilo era a principal rota de comunicação entre esses povos, que se organizavam em um sistema clânico, em confederações chamadas *spat* (ou *nomos*, em grego). Cada um desses povos era governado por um chefe (nomarca) e adorava um deus, em geral representado em forma de animal.

Esses *nomos* foram reunidos em dois reinos durante o quarto milênio a.C.: o **Baixo Egito**, no norte, e o **Alto Egito**, no centro e no sul do território. Essa divisão territorial não era apenas geográfica. Enquanto o Baixo Egito teve sua história marcada pelo contato com povos do Mediterrâneo, o Alto Egito desenvolveu relações regulares com os povos da Núbia e com eles estabeleceu trocas econômicas e culturais. Essas diferenças geográficas, econômicas e culturais entre o norte e o sul eram motivos para frequentes tentativas de controle de uma região por outra.

Acredita-se que por volta de 3200 a.C. um governante do Alto Egito, Narmer (ou Menés), unificou os reinos do Alto e do Baixo Egito, instituiu a capital em Tínis e tornou-se o único soberano do reino unificado. A unificação iniciou o período **dinástico** do Egito, quando os **farás**, como reis divinos, tornaram-se os líderes políticos e religiosos dessas terras.

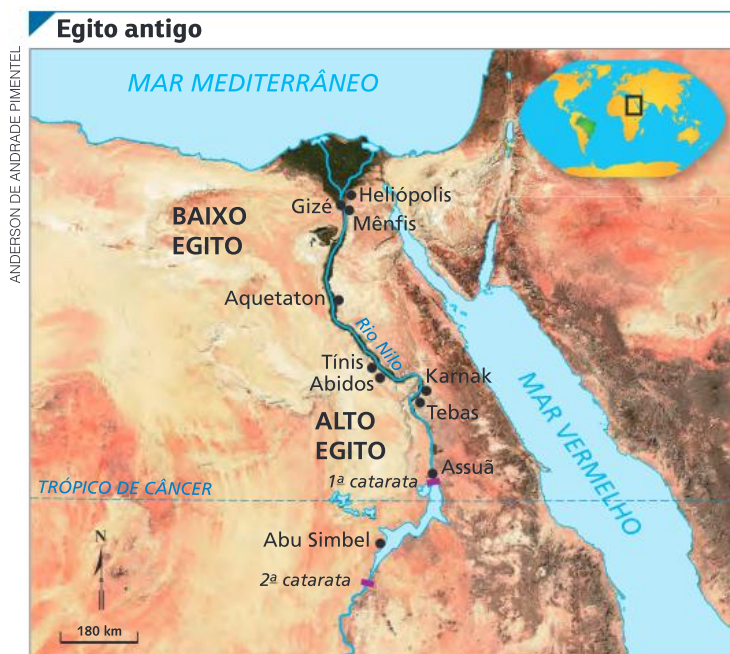
Até meados do século XX se pensava que a organização do trabalho e a realização de obras de drenagem e irrigação dos campos só foram implementadas após a criação de um poder unificado no Egito. Mais recentemente, porém, constatou-se que as obras de irrigação já eram realizadas pelas comunidades antes da formação de um Estado unificado.

Húmus: matéria de origem orgânica (principalmente vegetal), decomposta ou em decomposição, que torna o solo fértil.

Dinástico: relativo a dinastia, uma sucessão de soberanos da mesma linhagem ou família.

A palavra **farão** significa "grande residência" (*per-a'a*) e inicialmente era utilizada para designar o palácio onde residia o rei egípcio. Foi somente no período do Novo Império que o termo passou a ser utilizado para denominar o próprio governante.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



O mapa do Egito antigo foi aplicado sobre uma imagem captada por satélite. Vale citar que o acúmulo de água ao fim da 1ª catarata passou a existir após a construção da represa de Assuã, inaugurada em 1970, por iniciativa do governo egípcio de Gamal Abdel Nasser. O lago formado pela represa deveria comportar 163 milhões de metros cúbicos de água, suficientes para uma reserva de irrigação por vários anos de baixo fluxo do rio. Entretanto, a obra não alcançou tal feito e, além disso, perturbou seriamente o ambiente, cessando com os regimes de cheia do Rio Nilo.

Fonte: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 216. v. 2.

Foto: Goddard Space Flight Center/Nasa.

Apesar da concordância geral dos especialistas com essa divisão, existem variações cronológicas nas indicações desses períodos. As discrepâncias acontecem porque algumas dinastias foram parcialmente paralelas, dificultando o estabelecimento de uma linha cronológica contínua. Além disso, os egípcios iniciavam uma nova contagem dos anos a partir da data de nascimento dos faraós.

◆ Os três impérios

A história do Egito antigo unificado é dividida em três grandes fases, conhecidas como Antigo Império, Médio Império e Novo Império, separadas por períodos intermediários, nos quais ocorreram invasões e crises políticas.

- **Antigo Império (2700-2181 a.C.).** Teve início com a mudança da capital do Império para Mênfis, promovida pelo faraó Djoser. A paz interna e a prosperidade econômica do período foram importantes para a realização de grandes obras, como a construção das pirâmides de Gizé. Crises políticas e rebeliões camponesas enfraqueceram o Império e facilitaram as invasões de povos nômades.
- **Primeiro Período Intermediário (2181-2040 a.C.).** Os nomarcas assumiram o poder e criaram pequenos Estados independentes.
- **Médio Império (2040-1782 a.C.).** Iniciou-se com o restabelecimento da unidade política do Egito e a mudança da capital para Tebas. Os faraós desse período expandiram seus domínios em direção à Núbia e intensificaram suas relações comerciais com outros povos. Obras públicas de irrigação ampliaram as áreas agrícolas, e a vida cultural floresceu. Contudo, crises e disputas políticas criaram condições para a invasão dos **hicsos**, por volta de 1782 a.C.
- **Segundo Período Intermediário (1782-1570 a.C.).** Os hicsos dominaram e governaram o Egito, fundando suas próprias dinastias.
- **Novo Império (1570-1069 a.C.).** Começou com a expulsão dos hicsos. Os egípcios retomaram a Núbia e expandiram seus domínios conquistando a Palestina, a Síria e a Fenícia. Depois da morte do faraó Ramsés III, disputas internas e invasões levaram à dissolução do Império.
- **Terceiro Período Intermediário (1069-525 a.C.).** Marcado pela fragmentação política do Egito, que foi conquistado pelos núbios e depois pelos assírios.

Depois de um curto período de independência política, em 525 a.C., o Egito foi invadido e incorporado ao Império Persa, assim se mantendo até ser conquistado pelo macedônico Alexandre, o Grande, em 333 a.C.



Estátua do séc. XXVII a.C., representando o faraó Djoser, encontrada no sítio arqueológico de Sacara, Egito. Museu Egípcio, Cairo. Sob a dinastia iniciada com Djoser estabeleceu-se o dogma da realeza divina.

Hicso: povo nômade semita originário da Ásia.

Para construir as pirâmides, os egípcios colocavam toras de madeira besuntadas com limo do Rio Nilo embaixo dos blocos para movê-los com mais facilidade pelas rampas de madeira, que eram posicionadas ao redor da construção para transportar material para os níveis mais altos. Sabe-se que eles aproveitavam a enchente do rio para lançar barcas carregadas com blocos de pedra. Por causa das dificuldades de realização da obra e das frequentes invasões e saques, os egípcios deixaram de erguer esses tipos de construção no final do Médio Império e passaram a edificar hipogeus (construções subterrâneas geralmente escavadas nas encostas de grandes rochas).



Frank & Ernest (2005), charge de Bob Thaves. A charge satiriza a construção das pirâmides no Egito antigo. As maiores foram construídas durante o Antigo Império. Estima-se que cada bloco de pedra utilizado na construção pesasse, em média, 2,5 toneladas.

▶ Como você imagina que os antigos egípcios erguiam esses blocos sem usar guindastes ou tratores?

◆ Sociedade e economia

No topo da hierarquia social egípcia estavam o **faraó** e sua família. Assessorado pelos funcionários públicos, pelos altos militares e pelos escribas, o faraó tinha, em princípio, todos os poderes de decisão sobre a sociedade, e todos os recursos materiais do país lhe pertenciam. Entre suas atividades, as de maior destaque eram fiscalizar as obras públicas, comandar as tropas e, em razão do seu caráter divino, assegurar a ordem cósmica por meio de ritos e celebrações religiosas.

O grupo mais poderoso social e politicamente era o dos **sacerdotes**, que incluía mulheres e era dividido em diversas categorias. Os sacerdotes eram muito instruídos e respondiam pela administração dos templos, pelas festas e cerimônias religiosas. Eles não pagavam impostos e alguns enriqueciam com a realização de negócios particulares associados aos trabalhos nos templos.

Os **escribas** eram funcionários da administração do Estado e estavam entre os poucos que sabiam ler e escrever. Eram responsáveis pela arrecadação de taxas, pela fiscalização das construções, pela distribuição de recursos, pelos registros de contratos, testamentos e inventários, além de outras funções públicas.

O grupo dos **guerreiros** formava a tropa de elite do faraó, encarregados também pela guarda do monarca e de sua família.

Esses três grupos compunham a elite social egípcia e eram responsáveis pela administração estatal. Apesar de existir a possibilidade de ascensão social, ela era relativamente restrita, como mostra o texto a seguir:

“As listas de títulos e as genealogias mostram claramente que não havia uma casta de escribas distinta da casta de guerreiros ou dos sacerdotes. A classe dirigente era única e se confundia com os quadros administrativos. Em geral, todo bom estudante podia ocupar um cargo e ascender na carreira se sua competência e dedicação o distinguissem perante o rei, teoricamente o único árbitro em matéria de promoção social. Contudo era normal transmitir-se aos filhos pelo menos parte das funções, e não devemos dar muito crédito a uma retórica que se apressa em representar todo funcionário como alguém que o rei tirou do nada.”

YOYOTTE, J. O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 79. v. 2.

A mulher no Egito antigo

Na Antiguidade, o Egito era a única civilização na qual a mulher tinha um *status* igual ao do homem. Pesquisadores chegaram a essa conclusão ao encontrar evidências de que elas podiam ir e vir com liberdade, abrir processos, dispor livremente de seus bens, tomar a iniciativa do divórcio, além de possuir os mesmos direitos à herança que os homens. Apesar da grande desvantagem numérica em relação aos homens, algumas ocupavam cargos na administração do Estado e exerciam funções sacerdotais.

Até mesmo a função de faraó foi exercida por mulheres em diferentes dinastias: Sobekneferu (1806-1802 a.C.), Hatchepsut (1473-1458 a.C.) e Tausert (1193-1190 a.C.).

Estátua da faraó Hatchepsut, século XV a.C., encontrada em seu templo mortuário em Deir El Bahari. Museu Egípcio, Cairo. Observe que ela segura dois vasos de oferendas, os quais, provavelmente, continham vinho e leite. Acredita-se que essas oferendas serviam não só para garantir sua boa vida pós-morte, mas também para demonstrar que ela cumpriu sua função religiosa em vida.



Escribas egípcios representados em relevo produzido entre os séculos XXV e XXIV a.C., localizado no sítio arqueológico de Sacara, Egito. Observe a representação dos hieróglifos, acima da cabeça dos escribas. No Egito antigo, as funções com maior poder e prestígio eram realizadas por aqueles que sabiam ler e escrever; por isso, acabavam limitadas aos membros das elites locais.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE
BRASIL - MUSEU EGÍPCIO, CAIRO



GIRAUDON/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Cenas de trabalho agrícola representadas em pintura produzida entre os séculos XVI e XI a.C., encontrada na tumba de Unsu, em Tebas. Museu do Louvre, Paris, França.

Os dados numéricos relativos ao Egito antigo foram retirados da obra: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 2.

Você vai gostar de ler

TALLET, Pierre. **História da cozinha faraônica: a alimentação no Egito antigo**. São Paulo: Senac, 2005.

O livro do egiptólogo francês Pierre Tallet trata do modo como as refeições orientavam a vida dos antigos egípcios. Além da farta iconografia, o livro apresenta os principais alimentos consumidos pelos egípcios e descrições detalhadas dos processos de acondicionamento e preparação dos alimentos e bebidas, chegando a descrever em um dos capítulos o preparo de um banquete egípcio. Por meio da obra é possível compreender melhor o cotidiano e os hábitos desse povo.

A base social egípcia

A elite egípcia representava uma pequena parcela da sociedade. A maioria da população no Egito, cerca de 80%, era constituída pelos **camponeses**, que se dedicavam à agricultura e à criação de animais. O trabalho agrícola era realizado seguindo o regime regular de águas do Rio Nilo. Entre novembro e fevereiro, os camponeses semeavam a terra e, nos meses de abril e maio, realizavam a colheita. Na época das inundações, entre julho e outubro, e nos demais períodos do ano com menor atividade nos campos, os trabalhadores eram empregados em outras tarefas, como a construção e o reparo de templos, palácios e monumentos.

Os **artesãos** compunham uma categoria profissional numerosa, que incluía pedreiros, carpinteiros, construtores de barcos, oleiros, ceramistas, escultores e pintores, entre outros. Esses ofícios eram hereditários; por isso, havia famílias inteiras de artesãos dedicadas a uma atividade.

O trabalho dos **comerciantes** garantia aos egípcios produtos importados, como madeira da Fenícia, usada na construção de navios e móveis, e metais como cobre e estanho, originários da Núbia, importantes para a confecção de armas.

Os **escravos**, geralmente estrangeiros aprisionados nas guerras, constituíam a camada social mais explorada do Egito antigo.

A dieta egípcia

As pinturas em murais e os objetos encontrados em templos e sepulturas revelam que o pão e a cerveja eram elementos básicos da dieta egípcia na Antiguidade. Tanto o pão quanto a cerveja eram feitos com trigo e cevada, alimentos com grande teor nutricional obtidos por meio da agricultura, principal atividade econômica egípcia. Para a produção da cerveja, os cereais eram misturados com levedo e água e, após a fermentação, a bebida era finalizada com ervas ou tâmaras.

Os egípcios também consumiam rabanete, pepino, alho e cebola, leguminosas – fava, ervilha e grão-de-bico – e frutas, principalmente uva, tâmara, figo e melão. A carne de bovinos e caprinos era consumida principalmente pelos mais ricos. Para adoçar certos alimentos e bebidas, eles usavam mel, que era armazenado em recipientes de pedra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Outros aspectos do cotidiano

As casas eram construídas em locais elevados para não serem atingidas pelas inundações do Nilo. Os mais pobres moravam em casas pequenas feitas de barro, junco e madeira, praticamente sem mobília. As famílias ricas moravam em casas construídas com tijolos de barro, colunas de pedra e telhado de madeira, com vários cômodos e ricamente mobiliadas. Nas áreas urbanas, as casas eram próximas umas das outras, e as mais ricas tinham geralmente mais de um andar. No campo, os nobres mandavam construir residências amplas com jardins, pátios e várias dependências.

As roupas dos egípcios eram leves, a maioria feita de linho. Grande parte da população não utilizava peças tingidas, apenas decoradas com pregas. Somente os mais ricos usavam tecidos tingidos e se enfeitavam com joias. Os homens usavam um tipo de saia e as mulheres, vestidos longos. As crianças frequentemente ficavam nuas e tinham a cabeça raspada para facilitar a higiene.

A natação, a caça e a luta eram esportes populares no Egito antigo. Os jogos de tabuleiro também eram muito apreciados, e as crianças brincavam com bolas de couro, carrinhos, peões e bonecos.

◆ A religião no Egito antigo

As características principais da religião egípcia eram o **politeísmo** e a crença na vida após a morte. Para os egípcios, todos os elementos da natureza eram manifestações de divindades. Por exemplo, *Rá* era o Sol, *Geb* era a Terra, *Hapy*, as cheias do Nilo, *Shu*, o ar e *Nut*, o céu. Os deuses podiam ter forma humana (antropomórfica), animal (zoomórfica) ou a combinação das duas (antropozoomórfica). A religião influenciava praticamente todas as dimensões da vida egípcia: a arte, a medicina, a literatura e até mesmo o governo.

Durante todo o Antigo Império acreditava-se que apenas o faraó teria outra existência após a morte. Os ritos funerários serviam para preparar o morto para essa nova etapa no outro mundo, provendo-o de tudo o que fosse necessário. No período do Médio Império, o culto aos mortos e a crença na vida após a morte passaram a ser compartilhados por todos os egípcios. No entanto, eles deveriam ser fiéis à justiça e às leis divinas, pois seriam julgados pelos deuses antes de iniciar uma nova existência.

Pirâmides de Gizé é o nome dado ao complexo de monumentos que inclui três pirâmides (Quéops, Quéfren e Miquerinos), a esfinge e vários cemitérios. A maior das pirâmides de Gizé é a de Quéops, construída por volta de 2500 a.C., com 160 metros de altura.



WERNER FORMAN ARCHIVE/
GLOW IMAGES - MUSEU
EGÍPCIO, CAIRO



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL
- MUSEU FITZWILLIAM, UNIVERSIDADE
DE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE

Rato de madeira com mandíbula móvel, brinquedo egípcio produzido entre os séculos XVI e XI a.C. Museu Fitzwilliam, Universidade de Cambridge, Grã-Bretanha. No alto, o *senet*, jogo de tabuleiro egípcio, produzido no século XIII a.C., encontrado no sítio arqueológico de Sacara. Museu Egípcio, Cairo.

O *senet* foi o jogo de tabuleiro mais popular no Egito, praticado por todas as classes sociais. Foram encontrados vestígios de sua prática desde as primeiras dinastias e, apesar de não se saber exatamente suas regras, pesquisadores acreditam que ele foi precursor do gamão.

Pirâmides de Gizé, na cidade do Cairo, Egito. Foto de 2014. Consideradas uma das sete maravilhas do mundo antigo, as pirâmides eram grandes monumentos funerários que abrigavam a tumba do faraó que ordenou sua construção.



Natrão: nesse contexto, mistura de sais retirados do leito do Rio Nilo, entre os quais carbonato de cálcio, bicarbonato de sódio, sulfato de sódio e cloreto de sódio.

Goma-arábica: resina vegetal obtida da seiva de acácias provenientes da África subsaariana (espécies *Acacia senegal* e *Acacia seyal*).

Betume: líquido viscoso e escuro, popularmente denominado "piche". O betume tanto pode ser obtido de forma natural como pode ser produzido artificialmente com os resíduos do petróleo destilado.

A mumificação

Por acreditarem na existência pós-morte, os egípcios buscaram maneiras de preservar os corpos para essa nova etapa. Assim, eles desenvolveram a técnica da mumificação.

A técnica aplicada variava de acordo com os recursos e o estrato social do falecido. A forma mais elaborada de mumificação seguia, de maneira geral, o seguinte padrão: os sacerdotes lavavam o corpo do morto com água e essências aromáticas; retiravam o cérebro pelo nariz com finas pinças de ferro e o descartavam; depois, retiravam outros órgãos por um corte lateral na altura do abdômen e os colocavam em vasos chamados canopos, que seriam deixados ao lado do sarcófago.

O coração era considerado pelos egípcios o centro da inteligência e da força vital dos indivíduos e, por isso, ele geralmente permanecia no corpo. Após a retirada dos órgãos, o corpo era coberto por um sal conhecido como **natrão** e permanecia assim por cerca de 40 dias para desidratar.

Passado esse período, o corpo era lavado com óleos aromáticos, **goma-arábica** e cominho e, depois, coberto com **betumê**. Finalmente, o corpo era enrolado com bandagens de linho fino, entre as quais eram colocados joias e amuletos para protegê-lo. Depois disso, pronto, o corpo podia ser depositado em um sarcófago de madeira simples ou ornado com ouro.

Poucos egípcios podiam arcar com os altos custos da mumificação. Os mais pobres simplesmente eram envoltos em uma mortalha de linho e depositados nas areias do deserto para que a aridez do ambiente os conservasse.

Áton, o deus único

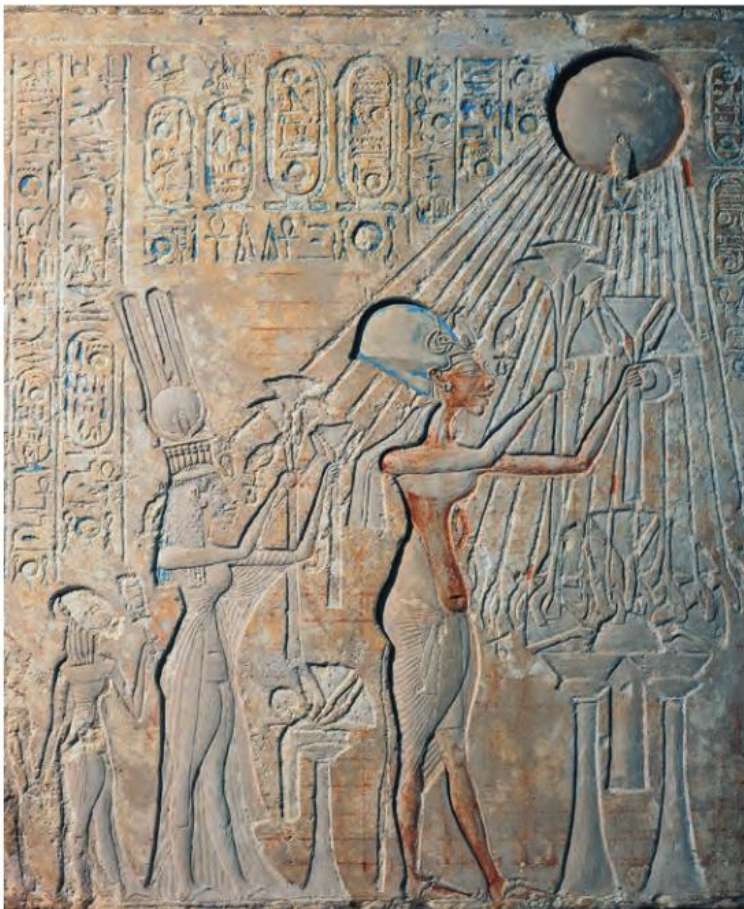
Por um breve período, instituiu-se no Egito antigo o monoteísmo, embora a religião fosse caracterizada pelo politeísmo. Durante o Novo Império, os sacerdotes exerciam muita influência nos negócios do Estado. Visando combater o poder dos sacerdotes de Amon, o faraó Amenófis IV (1388-1335 a.C.) promoveu uma reforma religiosa que estabeleceu o culto monoteísta ao deus Áton, e o faraó passou a ser considerado o único intermediário entre a divindade e os homens.

Após a reforma religiosa, Amenófis assumiu um novo nome, Aquenáton (que significa "o que está a serviço de Áton"), e ordenou a construção de uma nova cidade, Aquetáton (hoje Tell El-Amarna), para ser a nova capital do Império e o centro desse culto.

Entretanto, a construção da cidade e a implementação do culto a Áton desviaram os recursos do Império, que não conseguiu impedir novas invasões estrangeiras. Nesse contexto de invasões, revolta dos sacerdotes de Amon e perda de prestígio entre a população, o culto a Áton esvaziou-se.

Relevo representando o faraó Aquenáton (Amenófis IV), sua esposa, Nefertiti, e suas filhas carregando oferendas a Áton, o deus Sol, séc. XIV a.C. Museu Egípcio, Cairo.

CONECTANDO COM A QUÍMICA



Trabalhando com fontes

Uma imagem do *Livro dos mortos*

A concepção de um tempo cíclico, pautado pela natureza, estava inscrito na vida egípcia antiga. Na religião, por exemplo, eram fundamentais as ideias de regeneração e de vida após a morte, diretamente ligadas aos ciclos de cheia e vazante do Rio Nilo.

Para orientar as pessoas em seu percurso na existência após a morte, utilizavam-se textos conhecidos como **livros dos mortos**. Os mais antigos consistiam em inscrições feitas nas paredes de túmulos e sarcófagos, e também nos tecidos que envolviam o corpo dos falecidos. Mais tarde, passaram a ser escritos em extensos papiros, ricamente ilustrados. Esses textos eram produzidos por escribas especializados e podiam ser encomendados pelas pessoas ainda em vida.

Apesar do nome pelo qual ficaram conhecidos, muitos estudiosos consideram que esses textos eram de fato "livros da vida", pois apresentavam preces, hinos e encantamentos, cujo objetivo era conduzir o falecido no seu retorno à existência, tanto física quanto espiritual. Nesse percurso, um momento decisivo era o julgamento no **Tribunal de Osiris**, no qual o coração do morto era avaliado numa balança. O coração representava, na cultura egípcia, a memória e o intelecto, e ligava os elementos físicos e espirituais que compõem o ser humano. Ele não deveria pesar mais que **Maat**, deusa da verdade e da justiça. Vitorioso no julgamento, o morto seria admitido na vida eterna e capacitado a continuar sua existência, visitando sua casa e familiares, protegendo amigos e vingando-se de inimigos, homenageando os deuses e com eles convivendo. Caso contrário, seria condenado ao esquecimento no mundo dos mortos.



O peso do coração contra a pena da verdade de Maat, detalhe do *Livro dos mortos*, papiro produzido por volta de 1275 a.C. por Hunefer, escriba que viveu durante o reinado de Ramsés II, no Novo Império. Museu Britânico, Londres.

Questões

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor. Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor, o lugar e a época em que foi produzido.
2. Quais são as características da religião egípcia que podem ser verificadas nas imagens do papiro de Hunefer?
3. O documento narra, por meio de pinturas, o julgamento de Hunefer no Tribunal de Osiris. Observando as imagens da esquerda para a direita, podemos distinguir três cenas principais. Quais são? Identifique os deuses representados em cada uma. Se necessário, faça uma rápida pesquisa (em fontes impressas ou eletrônicas) para obter essa informação.
4. É possível fazer aproximações entre a religião dos antigos egípcios e as religiões da atualidade? A que religiões e em que aspectos? Justifique.



MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

◆ O conhecimento desenvolvido pelos egípcios

Até o século XIX, a escrita egípcia não havia sido decifrada e as únicas fontes escritas sobre as dinastias do Egito eram textos de autores gregos e romanos, como Heródoto e Maneto, que viveram muito tempo depois dos eventos narrados. Somente em 1821 o pesquisador francês Jean François Champollion (1790-1832) conseguiu descobrir a chave dessa língua e dessa escrita ao estudar a **Pedra de Roseta**, um bloco de pedra encontrado por soldados franceses numa expedição ao Egito liderada por Napoleão Bonaparte. Essa pedra continha inscrições gravadas em três sistemas de escrita diferentes: hieroglífico, demótico e grego. Conhecendo o conteúdo do texto em grego, Champollion pôde decifrar os nomes reais e entender a estrutura da língua egípcia.

A escrita egípcia apresentava três sistemas diferentes de notação. A **hieroglífica**, primeira forma de escrita desenvolvida, continha símbolos para representar sons ou palavras inteiras. Esse tipo de escrita era usado para textos sagrados. A escrita **hierática** – simplificação dos hieróglifos – era utilizada em documentos oficiais. Com o Novo Império, desenvolveu-se a escrita **demótica**, que, por ser menos complexa, tornou-se a mais utilizada no cotidiano.

Conforme apontado, a escrita tinha muita importância no Egito antigo, pois os registros dos escribas auxiliavam na administração do Estado. Esse trabalho foi facilitado pela invenção da folha de **papiro**. Os egípcios descobriram que ao cortar, trançar e prensar as fibras obtidas do caule dessa planta se obtinha uma folha lisa e resistente, que podia ser costurada em longos rolos, ideais para escrever. Até então, o material mais comum que se usava para escrever eram tabletes de argila, como os utilizados na Mesopotâmia.

Outras invenções egípcias foram o **relógio de água** e o **de sol**, usados para medir o tempo e calcular a época das enchentes do Nilo. Os egípcios dividiam o ano em doze meses de trinta dias, acrescentando cinco dias para ajustar o calendário no final de cada ano. Cada mês continha três semanas de dez dias e cada dia durava vinte e quatro horas. Esse calendário era tão bem organizado que foi utilizado mais tarde pelos romanos para elaborar o calendário deles, o qual serviu de base para o cristão.

A **aritmética** e a **geometria** foram amplamente desenvolvidas para os cálculos aplicados à logística e à administração do Império, sendo utilizadas para prever os recursos necessários à execução de uma obra: a quantidade de dias, de tijolos, de operários e provisões para esses operários; a medição dos campos cultivados e o cálculo de seus rendimentos etc.

Pedra de Roseta (196 a.C.). Museu Britânico, Londres. Ao analisar a estela, Champollion concluiu que sua inscrição em grego era um decreto do rei Ptolomeu V Epifânio, que foi repetido em hieroglífico e demótico. A comparação entre as línguas foi a chave para o entendimento da escrita egípcia.

Os egípcios não reuniam os anos em décadas ou séculos. Vale lembrar que eles iniciavam uma nova contagem dos anos a partir da data de nascimento de cada faraó. Por isso, o registro da duração das dinastias era tão importante.

Moradores de uma das ilhas do lago Tana que utilizam o papiro para produzir suas embarcações. Foto de 2014.

O lago, que fica próximo à cidade de Bahir Dar, na Etiópia, é a nascente do Nilo Azul. Nessa região, a planta do papiro ainda é bastante utilizada nas atividades cotidianas, assim como era na Antiguidade. A planta é a matéria-prima dos barcos usados para a pesca e a locomoção.



ETIOPIA/SIMANORIALAMY/LATINSTOCK

Núbia

Núbia é o nome dado à região que os antigos egípcios conheciam como Cuxe (Baixa Núbia) e Wawat (Alta Núbia). Os limites da região iam desde a primeira catarata do Nilo, ao norte, até a confluência dos rios Nilo Branco e Nilo Azul, ao sul. Diferente da planície fértil característica das terras mais ao norte, na região da Núbia os afloramentos rochosos predominavam, e as áreas atingidas pelas enchentes do Nilo eram esparsas e cercadas pelo deserto, limitando a produção agrícola.

A Núbia se localizava em uma área estratégica. O Vale do Nilo era a única rota segura que cruzava o Deserto do Saara e possibilitava que bens e produtos das regiões ao sul do deserto, como marfim, ouro e escravos, alcançassem o Mediterrâneo. Por isso, a Núbia prosperou como um grande centro de atividade comercial durante séculos.

As pesquisas arqueológicas mostraram que as populações da Núbia mantinham contato com o Egito desde o início do período dinástico (c. 3200 a.C.). Naquela época, a Núbia era habitada por comunidades agropastoris dispersas que negociavam regularmente com os egípcios. Mais tarde, durante o Novo Império, os egípcios invadiram a Núbia e lá instalaram fortalezas para proteger suas rotas comerciais para o sul. A região supria o Egito com **ébano**, marfim, incenso, óleos, gado, ovos e plumas de avestruz, peles de animais, cereais, artefatos como escudos e poltronas, escravos e ouro.

Cuxe: Reino de Kerma

A luta contra os hicsos, ao final do Médio Império, enfraqueceu o Egito, que perdeu o controle sobre a Núbia. Nesse período, o **Reino de Kerma** surgiu como uma grande potência da região.

Por volta de 1800 a.C., a cidade de Kerma, capital do reino, tornou-se o principal posto de embarque de bens e produtos de vários territórios africanos para o Egito e o Mediterrâneo, reunindo mercadores de várias partes do mundo antigo. A essa altura, Kerma já tinha as dimensões de capital real, formada por um conjunto crescente de habitações, oficinas, templos, celeiros e tumbas.

A cidade era dominada por um governo centralizado e aristocrático que se assemelhava ao dos faraós. Kerma era tão importante para a economia da região que abrigava uma pequena comunidade de egípcios composta de embaixadores, funcionários portuários e artesãos.

Ébano: árvore de origem africana que produz uma madeira nobre com coloração muito escura, quase preta.

O mapa da Núbia antiga foi aplicado sobre uma imagem captada por satélite. Observe as principais características físicas da região citadas no texto.

- ▶ **Identifique no mapa as características descritas no texto, relacionando-as às atividades econômicas desenvolvidas no Egito e na Núbia durante a Antiguidade.**

Fonte: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 216. v. 2.
Foto: Goddard Space Flight Center/Nasa.



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone
BRASIL - MUSEU EGÍPCIO, CAIRO

Núbio representado no cabo de uma bengala cerimonial encontrada no túmulo do faraó Tutancâmon. Peça em ébano e ouro, século XIV a.C. Museu Egípcio, Cairo.

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Espera-se que, por meio da comparação entre esse mapa e o do Egito antigo, reproduzido na página 57, os alunos verifiquem que os vales férteis dispostos ao longo do curso do Rio Nilo no Egito antigo contribuíram para que essa sociedade desenvolvesse a agricultura como principal atividade. Já a Núbia era localizada em uma região muito mais árida (não se visualiza no mapa nenhum ponto verde-escuro relevante na região), o que explica o comércio como atividade principal.

O estímulo à metalurgia

A mineração, por ser importante atividade cuxita, foi bastante estimulada durante a dominação egípcia. Pedras como a cornalina, a hematita, o feldspato verde, a turquesa, a malaquita, o granito e a ametista, além do ouro, abundante na região, foram enviadas para o Egito, dinamizando a economia egípcia. O estímulo à produção metalúrgica dado pelos egípcios contribuiu para desenvolver essa atividade na Núbia, que, mesmo após o fim da dominação egípcia, continuou a ter na mineração importante atividade econômica.

Período de dominação egípcia

Por volta de 1560 a.C., os egípcios conseguiram expulsar os hicsos e retomar o controle de seu território. Após a vitória, o faraó Amósis I inaugurou uma nova etapa de supremacia egípcia (o Novo Império) e passou a anexar reinos e territórios vizinhos. A Núbia tornou-se uma província administrada por um vizir egípcio denominado "filho do rei de Cuxe".

Por cerca de quinhentos anos o Reino de Cuxe recebeu forte influência egípcia na religião, nos costumes e na política. O faraó Ramsés II ordenou a construção dos templos de Abu Simbel, e Tutmés III ergueu uma nova capital em **Napata**, com um grande templo ao deus Amon, que se tornou o principal deus cuxita por séculos.

Os egípcios adotaram com os cuxitas uma política de assimilação cultural, promovendo a ida de chefes e de seus filhos para o Egito a fim de aprender costumes e crenças egípcios, construindo, dessa forma, uma relação de identidade e lealdade com o Estado faraônico.

Cuxe domina o Egito

A partir do século X a.C., o Egito passou por várias desordens internas, o que contribuiu para um novo período de fragmentação política. Nesse contexto, os egípcios abandonaram gradativamente o Reino de Cuxe.

Por volta de 800 a.C. instalou-se em Napata um regime monárquico apoiado pelos sacerdotes de Amon. Logo depois, os exércitos do governante cuxita Kashta invadiram o Alto Egito e Kashta proclamou-se faraó. Seu sucessor, Piye, dominou todo o Egito e se tornou o primeiro faraó da **dinastia etiópica** ou **dinastia cuxita**.

No século VII a.C., no entanto, a invasão assíria pôs fim ao domínio cuxita no Egito, e seus faraós voltaram para a região da Núbia. Os cuxitas, porém, mantiveram crenças e práticas funerárias egípcias, bem como o sistema hieroglífico de escrita para os documentos oficiais.

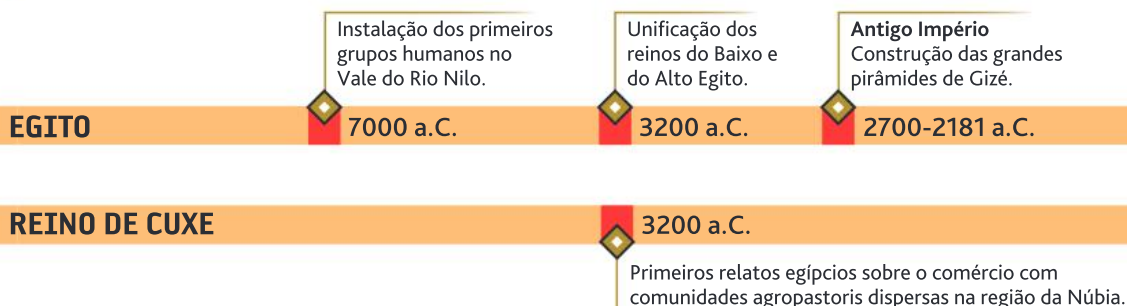
Período meroíta

No século VI a.C., com o avanço egípcio sobre Napata, os cuxitas transferiram sua capital para Méroe, ponto estratégico nas rotas comerciais que ligavam o Mar Vermelho, a África Central e o Oriente Médio. A cidade tornou-se o centro político de Cuxe e, por isso, esse período ficou conhecido como **meroíta**.

A maioria das informações obtidas sobre o período meroíta provém dos cemitérios reais, pois há poucos registros dessa fase da história de Cuxe. As pesquisas realizadas levam a crer que, durante esse período, os cuxitas afastaram-se da influência egípcia e recuperaram antigas práticas e tradições núbias.

O afastamento da influência egípcia promovido pela mudança da capital cuxita ocasionou mudanças na sociedade e na cultura núbias, o que pode ser visto, por exemplo, em sua arquitetura. Em Méroe, os templos, as pirâmides e os obeliscos de pedra foram construídos em estilo próprio, com ângulos mais agudos que os utilizados pelos construtores egípcios.

Cronologia política do Egito e de Cuxe



Linha do tempo ilustrativa. Os acontecimentos dessa linha do tempo não foram representados em escala temporal.



Sítio arqueológico de Méroe, localizado ao norte de Cartum, Sudão. Foto de 2012. Apesar da mudança da capital, os soberanos de Cuxe continuaram sendo enterrados em Napata até o fim do século IV a.C., quando, então, passaram a ser sepultados em Méroe.

A escrita meroíta

Outro fator de distinção entre as culturas meroíta e egípcia foi o uso de uma nova forma de escrita a partir do século V a.C.: a meroíta. Sua grafia era semelhante ao hieróglifo egípcio, mas existia também uma espécie de escrita cursiva utilizada em documentos. O alfabeto meroíta era composto de 23 caracteres, representando vogais e consoantes, e as palavras geralmente eram separadas por dois pontos. Alguns grupos de caracteres da escrita meroíta ainda não foram traduzidos, limitando o conhecimento sobre essa civilização.

Outros exemplos de distanciamento da cultura egípcia: religiosidade e regime matriarcal em Méroe

Assim como outros elementos socioculturais, o culto aos deuses meroítas ganhou importância com a diminuição da influência egípcia. Apesar de cultuarem muitas divindades egípcias (a mais importante delas era Amon, o deus Sol), os cuxitas também adoravam divindades meroítas, como Sebiumecker (deus antropomórfico da criação) e Apedemak (representado na forma de leão, protetor dos exércitos).

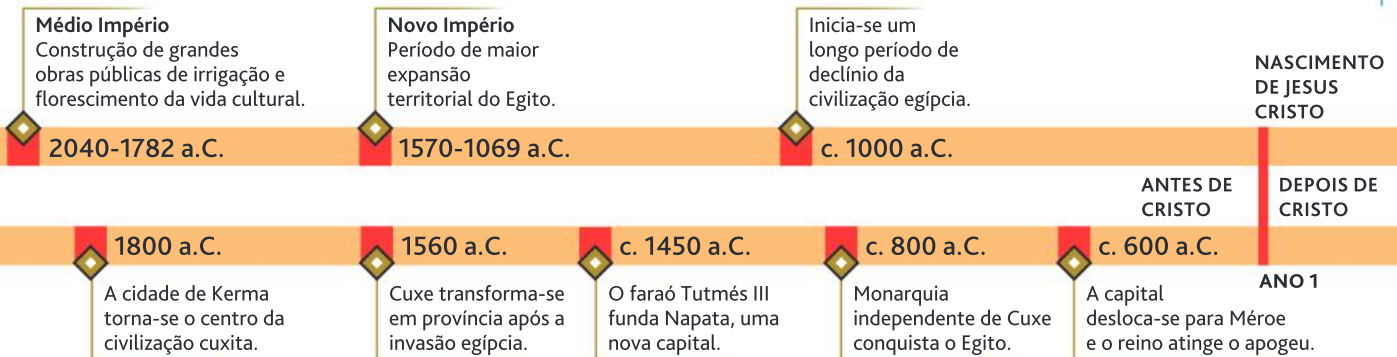
O elemento mais significativo, porém, parece ter ocorrido por volta do século II a.C., com o estabelecimento de um regime matriarcal:

“Méroe era conhecida por ter sido governada por uma linhagem de *Candaces*, *Kandake*, ou rainhas-mãe reinantes. [...] A rainha mais antiga de que se tem provas é Shanakdakhete, do início do século II antes da Era Cristã [...].

A certa altura, as rainhas devem ter superado em importância seus filhos ou maridos, e, num momento oportuno, assumido a totalidade do poder. A partir de Shanakdakhete, o governo é exercido por uma série de rainhas [...].”

ALI HAKEM, A. M. A civilização de Napata e Méroe. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 304-305. v. 2.

Com o declínio da atividade nas rotas comerciais e o empobrecimento progressivo nas construções de Méroe, no século IV d.C., esse território foi anexado ao Reino de Axum, da Etiópia, pondo fim à cultura de Cuxe.



Fonte: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 2.

Explorando o conhecimento

1. Descreva as principais semelhanças e diferenças entre Egito e Núbia antigos.
2. Monte uma tabela identificando os principais grupos sociais que formavam a sociedade egípcia e o papel de cada um deles.
3. De que maneira a centralização política e o caráter divino do poder do faraó contribuíram para o desenvolvimento do Egito antigo?

Pensando criticamente

4. Observe e responda.



Concisão (2008), charge de Guy Endore-Kaiser e Rodd Perry.

- a) Qual é o tipo de escrita do Egito antigo representada na charge? Que características dessa grafia podem ter levado os jovens a confundir-la com a técnica atual do grafite?
- b) Que outros tipos de escrita foram desenvolvidos no Egito antigo além da representada na charge? Quais eram suas aplicações?
- c) As sociedades contemporâneas ainda utilizam símbolos e desenhos para expressar ideias ou emoções ou essa prática caiu em desuso? Justifique sua resposta com exemplos.

5. Leia o texto a seguir e escolha a alternativa correta.

“A maioria dos deuses cultuados nos templos de Méroe correspondia às divindades egípcias [...]. Ao lado de divindades faraônicas [...] eram cultuados deuses puramente meroítas, como o deus-leão Apedemak ou o deus Sebiuameker [...] parece que anteriormente eram deuses locais [...] e que só adquiriram proeminência quando a influência egípcia começou a enfraquecer e foi substituída pelos traços culturais mais autenticamente meroítas.”

ALI HAKEM, A. M. A civilização de Napata e Méroe. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 326. v. 2.

O Reino de Cuxe ficou sob domínio egípcio por cerca de quinhentos anos. Por volta do século V a.C., a cultura meroíta passou a ocupar maior espaço no reino. Além da religião, é possível notar a ascendência dessa cultura autenticamente meroíta na

- a) matemática, com a invenção do conceito de número zero usado nas operações de adição e subtração.
- b) arquitetura, com a adoção de tetos abobadados e ângulos arredondados, principalmente nas construções de templos e palácios.
- c) escrita, com a invenção de uma espécie de grafia cursiva e do uso de um alfabeto composto de 23 caracteres representando vogais e consoantes.
- d) astronomia, com a adoção do calendário lunar, que dividia o ano em 12 meses de 29 ou de 30 dias, num total de 354 ou 355 dias no ano.
- e) prática funerária, com a instituição da cremação cerimonial como forma de homenagear o falecido e garantir rapidez no processo de entrada no pós-vida.

Investigando

6. Você aprendeu que os rios são importantes para a vida humana. Contudo, os recursos naturais, em geral, não garantem por si sós o bem-estar de uma população. Os egípcios, por exemplo, aprenderam a construir barragens, canais e sistemas de irrigação para aproveitar melhor as águas do Rio Nilo. Junte-se a alguns colegas e pesquisem projetos e obras que envolvam um importante rio do nosso país. Elaborem uma ficha com os principais dados: local, objetivos e possíveis impactos ambientais.

Vale lembrar aos alunos que na seção *Técnicas de trabalho*, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2009) O Egito é visitado anualmente por milhões de turistas de todos os quadrantes do planeta, desejosos de ver com os próprios olhos a grandiosidade do poder esculpida em pedra há milênios: as pirâmides de Gizé, as tumbas do Vale dos Reis e os numerosos templos construídos ao longo do Nilo.

O que hoje se transformou em atração turística era, no passado, interpretado de forma muito diferente, pois

- a) significava, entre outros aspectos, o poder que os faraós tinham para escravizar grandes contingentes populacionais que trabalhavam nesses monumentos.
- b) representava para as populações do Alto Egito a possibilidade de migrar para o sul e encontrar trabalho nos canteiros faraônicos.
- c) significava a solução para os problemas econômicos, uma vez que os faraós sacrificavam aos deuses suas riquezas, construindo templos.
- d) representava a possibilidade de o faraó ordenar a sociedade, obrigando os desocupados a trabalharem em obras públicas, que engrandeceram o próprio Egito.
- e) significava um peso para a população egípcia, que condenava o luxo faraônico e a religião baseada em crenças e superstições.

Analisando

As grandes construções de pedra erguidas pelos antigos egípcios, além de evidenciar o domínio técnico daquele povo para solucionar questões complexas de engenharia e arquitetura (utilizando conhecimentos aritméticos e geométricos complexos), revestiam-se também de um significado religioso e político. Esses monumentos, que resistiram durante milhares de anos e até hoje despertam admiração, podiam ser túmulos de faraós, nobres e sacerdotes, e deveriam abrigar os corpos até o momento esperado do retorno à vida (ressurreição). A grandiosidade e luxuosa ornamentação dessas construções visavam acentuar o caráter sagrado do poder do soberano, considerado um deus vivo (regime teocrático). Essas características também estavam presentes nos templos consagrados aos diferentes deuses do panteão egípcio. A religiosidade, marcante no Egito antigo, estava presente em todos os aspectos da vida: desde o poder do faraó até as atividades ligadas à subsistência cotidiana, como a agricultura, contrastando com a mentalidade predominante nas sociedades contemporâneas.

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que apresenta o significado correto dessas grandes obras para os antigos egípcios. Vamos examinar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A construção desses monumentos mobilizou grande quantidade de trabalhadores, escravizados ou homens livres recrutados para trabalhos temporários obrigatórios.
- Alternativa **b**: O trabalho nas grandes obras de arquitetura e mesmo na construção de canais de irrigação e redes de drenagem era compulsório.
- Alternativa **c**: A construção dos grandes templos estava associada à religiosidade da antiga civilização egípcia e ao poder dos faraós e da casta sacerdotal.
- Alternativa **d**: O poder dos faraós permitia-lhes ordenar a sociedade, distribuindo funções e tarefas obrigatórias para toda a população do Egito antigo.
- Alternativa **e**: Podemos supor que a população estava submetida a regimes de trabalho árduos, mas eles se revestiam de aspectos religiosos compartilhados pela sociedade.

Agora é com você: que alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **a**.

Hebreus, fenícios e persas



FERNANDO FAVORETTO

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O objetivo da abertura é apresentar aos alunos diferentes alfabetos e discutir a importância deles para a comunicação entre as pessoas. Sugerimos iniciar a atividade explorando a imagem e os dados da legenda. Os sinais do alfabeto braille são formados pela combinação de 6 pontos, dispostos em duas colunas de três pontos. Cada conjunto de 6 pontos é chamado de “cela braille”. Alguns especialistas afirmam que esse alfabeto é composto de 64 símbolos, já que a ausência de pontos em relevo em uma cela deve ser interpretada como um sinal. Para saber mais sobre o braille, recomendamos a consulta às seguintes publicações do Ministério da Educação: *Grafia braille para a língua portuguesa* (Brasília: SEESP, 2006) e *Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência visual* (Brasília: SEESP, SEED, MEC, 2007), disponíveis, respectivamente, em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>> e <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf>. Também vale a pena conferir o site <www.braillevirtual.fe.usp.br>, desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Acessos em 27 jan. 2016.

Após a análise da imagem, os alunos podem realizar a leitura do texto. Sugerimos também que comente com os alunos a adaptação do alfabeto fenício feita pelos gregos e, posteriormente, pelos romanos, o que deu origem ao alfabeto latino, utilizado atualmente na maior parte do Ocidente.

Deficiente visual lê placa em braille na Fundação Dorina Nowill, em São Paulo (SP). Foto de 2015. O alfabeto braille, criado em 1825 pelo francês Louis Braille, é um sistema de escrita em relevo, utilizado por deficientes visuais. Esse alfabeto é composto de 63 sinais, resultantes da combinação de 6 pontos em relevo que representam letras, números e outros símbolos gráficos.

Como surgiu o alfabeto

“Alfabeto é o conjunto de símbolos ou letras que representam sons. Para registrar suas transações comerciais, os fenícios inventaram um alfabeto simplificado. Tinha apenas 22 sinais, que indicavam sons (alfabeto fonético) no lugar de palavras, sílabas ou ideias, como outros povos faziam. [...] Esse alfabeto de 22 letras se desenvolveu [...] cerca de 2 mil anos após o advento da escrita.

Antes de terem seu alfabeto, os fenícios haviam trilhado o mesmo caminho de outros povos, escrevendo em hieróglifos semelhantes aos egípcios e, posteriormente, em escrita cuneiforme. O mais curioso sobre o alfabeto fenício é ele ser formado apenas por consoantes. Sendo assim, cabia aos leitores deduzir as vogais que compunham as palavras (“plvrs”).”

DUARTE, Marcelo. *O guia dos curiosos: língua portuguesa*. São Paulo: Panda, 2003. p. 41.

◆ Conversando sobre

1. Que relação podemos estabelecer entre o texto e a imagem?
2. Cite exemplos da importância da escrita na atualidade.

◆ Hebreus

Os hebreus, povo nômade semita originário da região da Mesopotâmia, chegaram à Palestina no segundo milênio a.C., provavelmente se deslocando em busca de melhores pastagens para seus rebanhos. A aridez e a carência de recursos naturais do território eram compensadas pela presença do Rio Jordão, que, graças ao uso de técnicas de irrigação, possibilitou o desenvolvimento da agricultura.

Uma das principais fontes de pesquisa para a história do povo hebreu é a *Torá*, que corresponde ao *Pentateuco*, os cinco primeiros livros do Antigo Testamento da *Bíblia*: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Segundo o livro do Gênesis, os hebreus, comandados por Abraão, migraram da Mesopotâmia para Canaã (Palestina), a terra que Deus teria prometido a Abraão e a seu povo. Ali, construíram as bases do **judáismo**, religião monoteísta que é considerada o berço das duas religiões com o maior número de adeptos atualmente: o cristianismo e o islamismo.

O termo Palestina é aqui utilizado para designar a área geográfica da Antiguidade localizada entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, ao sul do atual Líbano e a nordeste da Península do Sinai. "O nome 'Palestina' é uma forma grega do termo aramaico *Pelishtha'in* (em hebraico *Pelishtin*) e designava originalmente o território povoado pelos filisteus na planície litorânea." (DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal, 1997. p. 50. v. 1.)

◆ O monoteísmo dos hebreus

A primeira fase da história política dos hebreus é conhecida como **Período dos Patriarcas**. Abraão, seu filho Isaac e seu neto Jacó (também chamado Israel) foram os três primeiros **patriarcas** da história do povo hebreu. Por muitas gerações, os hebreus organizaram-se em clãs patriarcais que se dedicavam à agricultura e à criação de rebanhos. Além de exercer as funções de sacerdotes, juízes e chefes militares, os patriarcas detinham a autoridade política e moral do clã.

Ao contrário dos demais povos da Antiguidade, os hebreus eram **monoteístas**, ou seja, acreditavam em um único Deus, o qual chamavam de *Yahweh* (Javé) ou Jeová. Segundo a crença judaica, Deus escolheria determinados membros do grupo para comandar os demais e fazer os planos divinos se cumprirem. Abraão, Isaac, Jacó e Moisés seriam alguns desses escolhidos.

A sociedade hebraica era patriarcal, formada por famílias numerosas que seguiam com devoção uma das mensagens de Deus: "Crescei e multiplicai-vos". Muitas vezes, avaliava-se o valor de uma mulher pelo número de filhos que ela conseguia gerar.

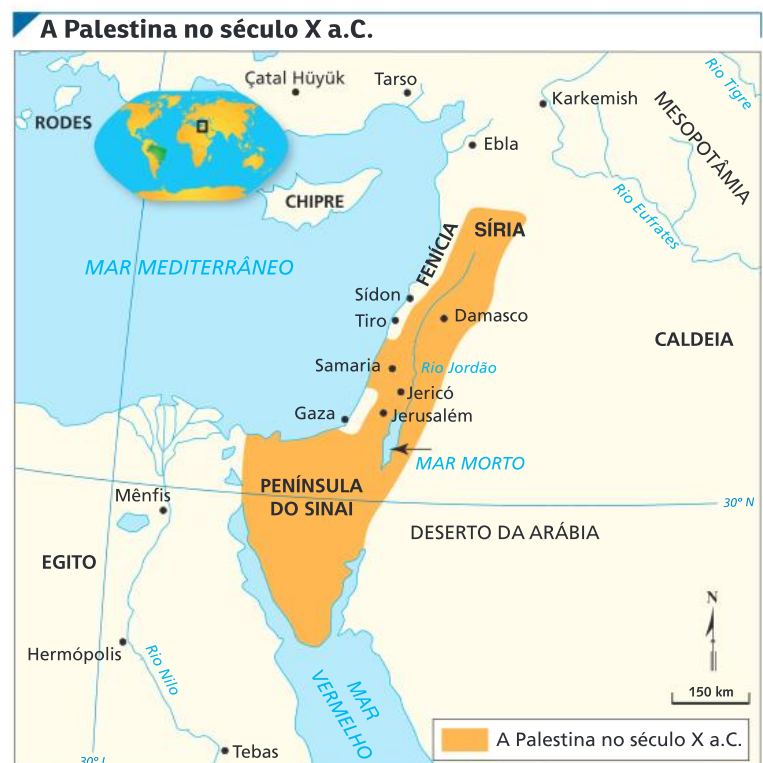
A partir dos 10 anos de idade, os meninos começavam a ser treinados pelo pai para assumir um papel de destaque. Já as meninas eram cercadas de cuidados e, desde cedo, preparadas para o casamento. Quando se casavam, tornavam-se propriedade dos maridos.

O **concubinato** era uma prática aceita entre os hebreus. A esposa tinha direitos que as concubinas não possuíam. A herança também não era partilhada de forma igual entre os filhos legítimos e ilegítimos.

Semelhante a outros povos do Oriente, a sociedade hebraica era escravista. Os escravos eram divididos em dois grupos: o dos hebreus e o dos estrangeiros, prisioneiros de guerra. Ambos detinham alguns direitos, os quais eram assegurados pela lei religiosa, como o de possuir bens materiais e o de se casar.

Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique*. Paris: Perrin, 1992. p. 32.

Concubinato: união estável entre um homem e uma mulher que não são casados um com o outro.





Placa de latão (século XX) na qual está representada a estrela de Davi, também chamada de escudo de Davi, um dos principais símbolos do judaísmo. Museu de Israel, Jerusalém. Segundo a tradição judaica, esse emblema era levado sobre os escudos dos guerreiros hebreus.

◆ O Êxodo

Segundo a tradição bíblica, por volta de 1750 a.C., um grande período de seca assolou a Palestina, e os hebreus migraram para o Egito. Naquela época, o Egito estava sob o domínio dos hicsos, que chegaram a contratar muitos hebreus para trabalhos diversos, confiando-lhes inclusive importantes cargos públicos. Depois que os hicsos foram expulsos pelos egípcios (no início do Novo Império), os hebreus passaram a sofrer perseguições e chegaram a ser escravizados.

Ainda segundo a *Bíblia*, liderados por Moisés, os hebreus deixaram o Egito e iniciaram o retorno à Palestina, em um episódio que ficou conhecido como **Êxodo**. De acordo com a tradição judaica, durante o retorno à Palestina, Moisés recebeu de *Yahweh*, no Monte Sinai, as **Tábuas da Lei** – duas placas de pedra nas quais foi escrito o Decálogo (os **Dez Mandamentos**). Também conhecido como Lei Mosaica, o Decálogo tornou-se a base das regras civis, morais e religiosas dos hebreus.

◆ Das doze tribos ao reino unificado

Moisés morreu antes de alcançar Canaã, e Josué assumiu a liderança do povo hebreu. Quando chegaram à Palestina, os hebreus encontraram outros povos vivendo na região. Então, sob o comando de Josué, iniciaram a luta pela conquista do território.

Vitoriosos, os hebreus dividiram a Palestina em **doze tribos** lideradas pelos **juizes**, chefes militares e políticos escolhidos pelo povo. Apesar de autônomas, as tribos mantinham uma unidade cultural representada principalmente pela língua e pela religião.

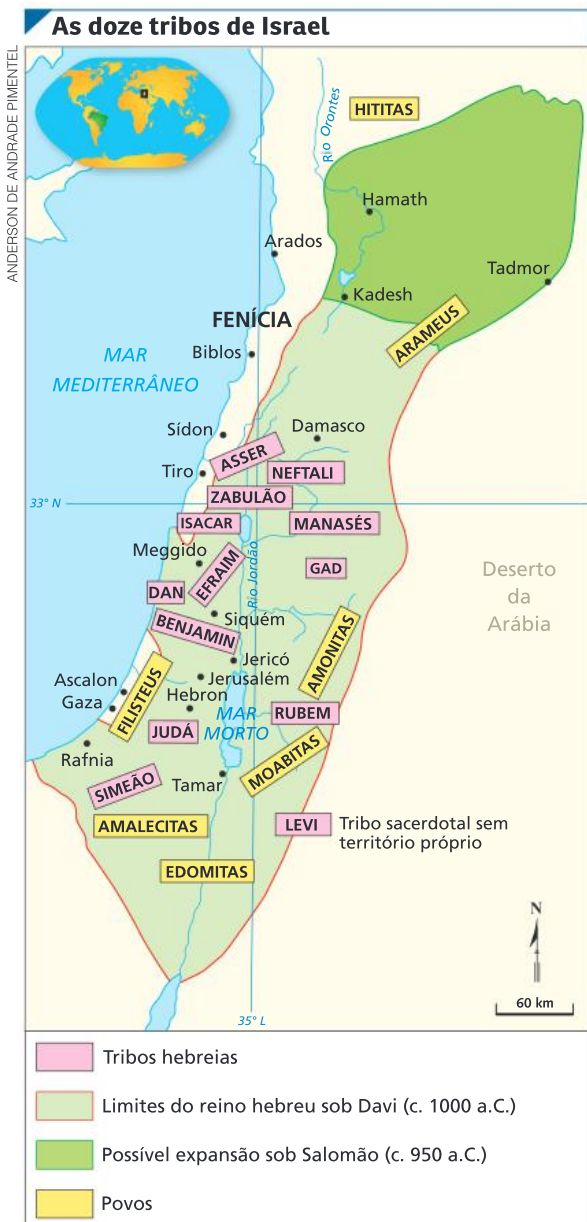
A ameaça representada pelos **filisteus** e por outros povos que habitavam a região pressionou as tribos de Israel a constituir um reino unificado. Assim, por volta do ano 1000 a.C., implantaram a monarquia, tendo Saul, um líder guerreiro, como o primeiro rei. Davi, seu sucessor, organizou o Estado e conquistou Jerusalém, escolhendo esse local para ser a capital política e religiosa do reino. Ele também estabeleceu relações comerciais com regiões distantes e manteve relações pacíficas com o Egito.

O governo de Salomão, filho de Davi, marcou o apogeu da monarquia. Salomão fortaleceu o poder, criou uma administração organizada e eficiente, promoveu a expansão do comércio com outros povos do Oriente e construiu palácios e templos, destacando-se, entre esses monumentos, o suntuoso **Templo de Jerusalém**.

Filisteu: povo nômade de origem incerta que, por volta do século XII a.C., ocupou a antiga Palestina.

O rei Hiram, de Tiro, colaborou na construção do Templo fornecendo especialistas fenícios para trabalhar na construção, além de madeira de cedro e de cipreste das florestas do Líbano. A estrutura do templo foi, assim, fortemente influenciada por modelos fenícios.

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 8.



◆ Do Cisma à Diáspora

Para sustentar a política de grandes construções e o luxo da corte, Salomão instituiu impostos opressivos e criou um corpo de funcionários encarregados da fiscalização e da cobrança dos tributos. Além disso, os camponeses eram recrutados à força para trabalhar nas obras públicas. Tais medidas geraram descontentamentos e revoltas sociais.

Após a morte de Salomão, em 935 a.C., instalou-se uma crise política que levou à divisão das tribos. As dez tribos do Norte uniram-se e formaram o **Reino de Israel**, com capital em Samaria, e as tribos do Sul formaram o **Reino de Judá**, tendo Jerusalém como capital. Esse episódio ficou conhecido como **Cisma**. Os habitantes de Israel passaram a ser chamados de israelitas ou samaritanos, e os de Judá tornaram-se conhecidos como judeus.

Crises frequentes enfraqueceram os dois reinos, que ficaram sujeitos às invasões de assírios, egípcios e babilônios. Em 721 a.C., os assírios conquistaram o Reino de Israel, que foi assimilado culturalmente por outros povos e perdeu sua identidade hebraica. Em 586 a.C., Nabucodonosor, rei do Segundo Império Babilônico, conquistou o Reino de Judá. O Templo de Jerusalém foi destruído e a maioria dos hebreus foi levada para a Babilônia. Esse episódio ficou conhecido como **Cativeiro da Babilônia** e durou até 539 a.C., quando os persas conquistaram o Império Babilônico e permitiram que os judeus retornassem à Palestina. De volta à terra de seus ancestrais, os judeus construíram o **Segundo Templo** em Jerusalém, em 516 a.C., mas sem a suntuosidade e as dimensões do Templo de Salomão.

Os judeus ficaram submetidos ao Império Persa até a conquista da Palestina por Alexandre da Macedônia, no século IV a.C. Uma nova invasão ocorreu em 63 a.C., quando a Palestina foi dominada por Roma. Durante a dominação romana, grupos judeus organizaram-se e incitaram revoltas, duramente reprimidas, até serem definitivamente esmagadas no ano 70 da era cristã. Os judeus foram, então, expulsos da Palestina (na época, chamada Judeia) e proibidos de retornar àquela região, tendo de se dispersar pelas províncias romanas. Esse episódio tornou-se conhecido como **Diáspora**, termo que significa "dispersão".



YADID LEVY/ROBERTHARDING/CORBIS/LATINSTOCK

Judeus rezando nas ruínas do muro do Segundo Templo de Jerusalém, local conhecido como Muro das Lamentações. Foto de 2013. Durante a dominação romana, o Segundo Templo de Jerusalém foi destruído e apenas o muro ocidental permaneceu em pé. Desde então, os judeus passaram a orar no local, lamentando a destruição de seu templo – daí o nome *Muro das Lamentações*. Atualmente, esse é um dos locais sagrados do judaísmo.

▶ O conflito entre judeus e árabes na atualidade

No final do século XIX o movimento sionista (ou nacionalismo judaico) passou a defender o retorno dos judeus para a região de seus ancestrais. No entanto, durante os quase 2 mil anos em que os judeus estiveram dispersos pelo mundo, vários povos estabeleceram-se na Palestina, principalmente árabes muçulmanos.

A partir de 1948, com a criação do Estado de Israel, os fluxos migratórios de judeus para a região da Palestina se intensificou, acirrando as disputas entre israelenses e árabes palestinos por territórios, dando origem a uma guerra que se estende até os dias de hoje e parece cada vez mais difícil de ser solucionada.



TARKER/BRIDGEMAN IMAGES/
KEYSTONE BRASIL - MUSEU EPISCOPAL
DE VIC - BARCELONA

Ânfora fenícia de vidro (c. séculos VI-IV a.C.). Museu Episcopal de Vic, Barcelona, Espanha. A técnica fenícia de produção de vidro era uma das mais valorizadas na Antiguidade.

► Qual poderia ser a finalidade de peças como essa?

Peças como essa, com a boca estreita, podem ter sido utilizadas para armazenar líquidos, como água, outras bebidas e azeite.

◆ Fenícios

Os fenícios estabeleceram-se na costa leste do Mar Mediterrâneo, em uma estreita faixa de terra entre o mar e as montanhas na região do atual Líbano, local de passagem de caravanas comerciais, por volta do quarto milênio a.C. Eles construíram vários portos no litoral, o que favoreceu o contato com diferentes culturas do Mediterrâneo.

Artesãos hábeis, empregavam metais, madeira e marfim na confecção de armas, joias, cerâmicas e objetos de vidro transparente e colorido. Os fenícios também fabricavam tecidos muito famosos na Antiguidade, tingidos com a cor púrpura. O produto era obtido de um molusco comum no litoral do Mediterrâneo, o múrice.

Os fenícios importavam tecidos, vestimentas e tapetes da Mesopotâmia; marfim, ébano, essências aromáticas e ouro da Arábia; cavalos da Ásia Menor; vinho da Grécia; e papiro do Egito. Navegadores exímios, eles foram para a Península Ibérica em busca de prata, ferro, estanho e chumbo, e chegaram às Ilhas Britânicas e à costa do Mar do Norte. Também realizaram viagens em torno do continente africano. No norte da África e no Oriente Médio, transportavam as cargas em caravanas de camelos, em carroças e navios. Os fenícios navegavam em mar aberto a grande distância da costa, inclusive durante a noite, quando se orientavam pela observação das estrelas.

Inicialmente, os mercadores praticavam o escambo, ou seja, trocavam mercadorias sem o uso de dinheiro. Por volta do século VII a.C. surgiram as primeiras moedas – cunhadas em ouro, prata ou bronze – e, em pouco tempo, tornaram-se eficientes instrumentos facilitadores do comércio e símbolo de riqueza.

O comércio e o artesanato propiciaram o crescimento de poderosas cidades, com destaque para Sídon, Biblos, Tiro, Beritos e Ugarit. Elas estenderam suas rotas comerciais por todo o Mediterrâneo, estabelecendo feitorias e colônias em pontos estratégicos, como Cartago, no norte da África, Sicília, ao sul da Península Itálica, e Cádiz, no sul da Espanha.

Fenícia: colônias e rotas comerciais (539 a.C.-133 d.C.).



Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique*. Paris: Perrin, 1992. p. 34.

◆ As cidades-Estado fenícias

Não existia na Fenícia um Estado unificado, nos moldes daquele que se desenvolveu no Egito. As cidades fenícias eram independentes, apesar de compartilharem a língua e a cultura e de adorarem alguns deuses em comum, como Astarte, divindade feminina. No entanto, cada cidade tinha seu deus principal, chamado Baal. Em geral, Baal representava o Sol, dono do Céu e da Terra, e Astarte representava a Lua, deusa do amor, da fertilidade e da guerra.

Os fenícios levaram seus deuses para toda a região do Mar Mediterrâneo, influenciando outros povos, mas também sendo influenciados por eles. Acredita-se, por exemplo, que Astarte fosse a versão fenícia de Afrodite, deusa dos gregos, assim como Melkart, o deus Baal da cidade de Tiro, representasse Hércules.

Cada cidade fenícia era governada por uma monarquia hereditária com funções religiosas. O rei era auxiliado por funcionários palacianos. Há referências a cargos nas cidades como o de “governador” e o de “comandante de campo”, respectivamente com funções administrativas e militares. Acredita-se também que existia um conselho em cada cidade, com funções deliberativas. Como os mercadores detinham muitas riquezas, é provável que também tivessem poder político, atuando nesse conselho.

Entre os séculos XII e IX a.C., as cidades fenícias alcançaram grande desenvolvimento, dominando o Mar Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Cáspio. Mas a partir do século VIII a.C. a Fenícia foi sucessivamente anexada aos impérios Assírio, Babilônico, Persa e Macedônico.

Com a conquista de Tiro pelos macedônios, em 332 a.C., a cidade de Cartago, no Norte da África, passou a ser o centro da civilização fenícia.

◆ O desenvolvimento do alfabeto

A necessidade de organizar e controlar melhor as atividades comerciais, como anotar entradas, saídas, encomendas e preços dos produtos, levou os fenícios a desenvolver símbolos para facilitar a comunicação. Se você é usuário de redes sociais ou de aplicativos de mensagens instantâneas, deve ter seus próprios códigos de comunicação. Pois bem, assim como você, os fenícios criaram códigos para facilitar e administrar os negócios.

A escrita desenvolvida pelos fenícios originou o **alfabeto**, que é a decomposição de palavras em sons, cada um deles representado por um signo ou letra. O alfabeto fenício tinha 22 signos que representavam as consoantes. As vogais, como em outras línguas semíticas, não eram representadas. Os gregos adotaram o alfabeto fenício e lhe acrescentaram as vogais. Mais tarde, ele foi adaptado pelos romanos na elaboração do alfabeto latino, que é atualmente o sistema de escrita alfabética mais utilizado no mundo ocidental.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

Você vai gostar de assistir

Em busca dos fenícios

National Geographic Channel.
Estados Unidos, 2004. 54 min

Os fenícios foram conquistados por outros povos da Antiguidade e sua história foi recontada por seus conquistadores. Com base em estudos científicos e utilizando recursos tecnológicos, o documentário procura desvendar as origens e o desenvolvimento do povo fenício.

Os comerciantes da cidade de Biblos ficaram conhecidos pela venda de papiro trazido do Egito. Esse comércio foi tão intenso que os gregos passaram a chamar o papiro de “biblos”. Com o tempo, a palavra biblos passou a designar também os escritos do papiro, dando origem a palavras como “biblioteca” e “Bíblia”.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LUISA PICCIARINIL/EEIMAGE/AFP



Ruínas da cidade-Estado de Biblos, no atual Líbano. Foto de 2015. Em 1984, essa herança dos povos fenícios foi declarada patrimônio da humanidade pela Unesco.

Apesar de terem desenvolvido e difundido o alfabeto, poucos textos fenícios chegaram até nós. O que conhecemos de sua história baseia-se principalmente em documentos escritos por outros povos e nas informações trazidas pelas pesquisas arqueológicas.

A descoberta do Uluburun

Em 1982, o mergulhador Mehmed Çakir encontrou vestígios de um naufrágio na costa da Turquia: o do navio Uluburun, nome da região onde foi encontrado, que havia naufragado no século XIV a.C. Os objetos encontrados na embarcação nos oferecem pistas sobre o comércio realizado entre os povos da Antiguidade, o que faz dessa descoberta uma das maiores proezas da arqueologia subaquática.



Murat Tilev, arqueólogo náutico turco, trabalhando na retirada das placas de cobre transportadas pelo Uluburun. Foto das escavações, realizadas entre 1984 e 1994.

Encomenda dos reis

Para a retirada dos 18 mil artefatos encontrados no Uluburun, foram necessários cerca de 23 mil mergulhos, realizados entre 1984 e 1994. Veja abaixo alguns desses objetos e seus prováveis locais de origem.

O comércio no Mediterrâneo

A formação de grandes impérios durante a Idade do Bronze (c. 3000 a 1100 a.C.) e a distribuição desigual de recursos, principalmente de metais, impulsionaram o fluxo de pessoas e mercadorias. Um dos resultados desse comércio de longa distância foi o intercâmbio cultural entre os povos do Mediterrâneo.

Muitos produtos transportados pelo Mar Mediterrâneo vinham de regiões distantes, como o Mar Báltico, a Ásia Central e a África tropical.

As rotas comerciais e a negociação de mercadorias serviam também como canais de trocas culturais e artísticas. No Uluburun havia objetos de doze culturas diferentes da Idade do Bronze, o que indica a intensidade das relações entre os povos do Mediterrâneo nesse período.



77 cm

Metais: preciosos para as guerras
No Uluburun foram encontradas onze toneladas de cobre e estanho, metais utilizados para obter o bronze. A descoberta do processo de fabricação do bronze permitiu a produção de armas e ferramentas mais resistentes. O metal encontrado pode ter sido fundido em Chipre ou Creta, os principais centros produtores e distribuidores, e transformado em placas, facilitando o transporte.

45 cm



Marfim e madeira
Madeira de ébano e marfim de elefante ou de hipopótamo, que chegavam a 25 centímetros (como o da foto), vinham da África tropical e eram transportados até o Egito. Presas de elefante também eram transportadas por caravanas vindas da Ásia Central até a Fenícia. O ébano era utilizado na fabricação de móveis e de instrumentos musicais. O marfim servia para fabricar peças de decoração e recipientes para cosméticos, entre outros artigos.

16 cm



Vidro
Para facilitar o transporte, o vidro era fabricado em forma de pastilhas. O uso do cobalto, que dá um tom azul, mostra a sofisticação da produção. As peças de vidro encontradas vieram possivelmente da Fenícia, o mais antigo produtor desse material.

1,4 cm



Selos diplomáticos
Ao lado, o selo de Nefertiti, esposa do faraó Aquenátom, feito em ouro, do século XIV a.C. Essa espécie de carimbo servia para validar acordos entre governantes, o que indica a possível presença de diplomatas na embarcação.

Provável rota do navio Uluburun
 Rota comercial marítima
 Rota comercial terrestre

Os círculos coloridos no mapa indicam regiões que produziam ou distribuíam itens como os encontrados no Uluburun, segundo o tipo de material:

Madeira e outros produtos	Metais	Pedras
Cerâmicas	Vidros	

Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Que tipos de artefatos foram encontrados no Uluburun? Qual é a origem desse material? Cite três exemplos.
2. O que a descoberta do Uluburun indica sobre os povos da Antiguidade? Justifique.
3. Em sua opinião, qual é a importância de descobertas como a do navio Uluburun para a história?



Cerâmica
 Vinho, grãos e terebentina, uma resina usada para fazer perfumes, eram armazenados em ânforas como esta, originária da Fenícia.



Nem mais, nem menos
 No Uluburun havia 149 pesos com três padrões de massa diferentes. Os comerciantes usavam pesos como este, em forma de esfinge, para transações de metais preciosos em balanças de pratos.

Durante o Novo Império no Egito, os faraós estenderam seus domínios até a Síria e a Fenícia, onde rotas comerciais marítimas e terrestres se encontravam. Os faraós ofereciam proteção contra o Reino de Mitani e o Império Hitita e, em troca, obtinham privilégios comerciais dos governantes locais.



Encomenda das elites
 O Uluburun transportava também mercadorias de altíssimo valor. Uma delas era o âmbar, uma resina de árvore solidificada, usada para fazer joias. Foram encontrados milhares de contas de âmbar como estas, que medem entre 0,2 e 2 centímetros e vinham da região do Báltico.

Fontes: ARUZ, Joan e outros. *Beyond Babylon: art, trade and diplomacy in the second millennium b.C.* Nova York: Museu Metropolitano de Arte, 2008; Instituto de Arqueologia Náutica. Disponível em <www.inadiscover.com>. Acesso em 5 nov. 2015; DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 7.



Dárico (c. 521-330 a.C.), moeda de ouro utilizada no Império Persa. Museu do Dinheiro, Teerã, Irã. Nessa moeda, Dario I é representado como um arqueiro real.

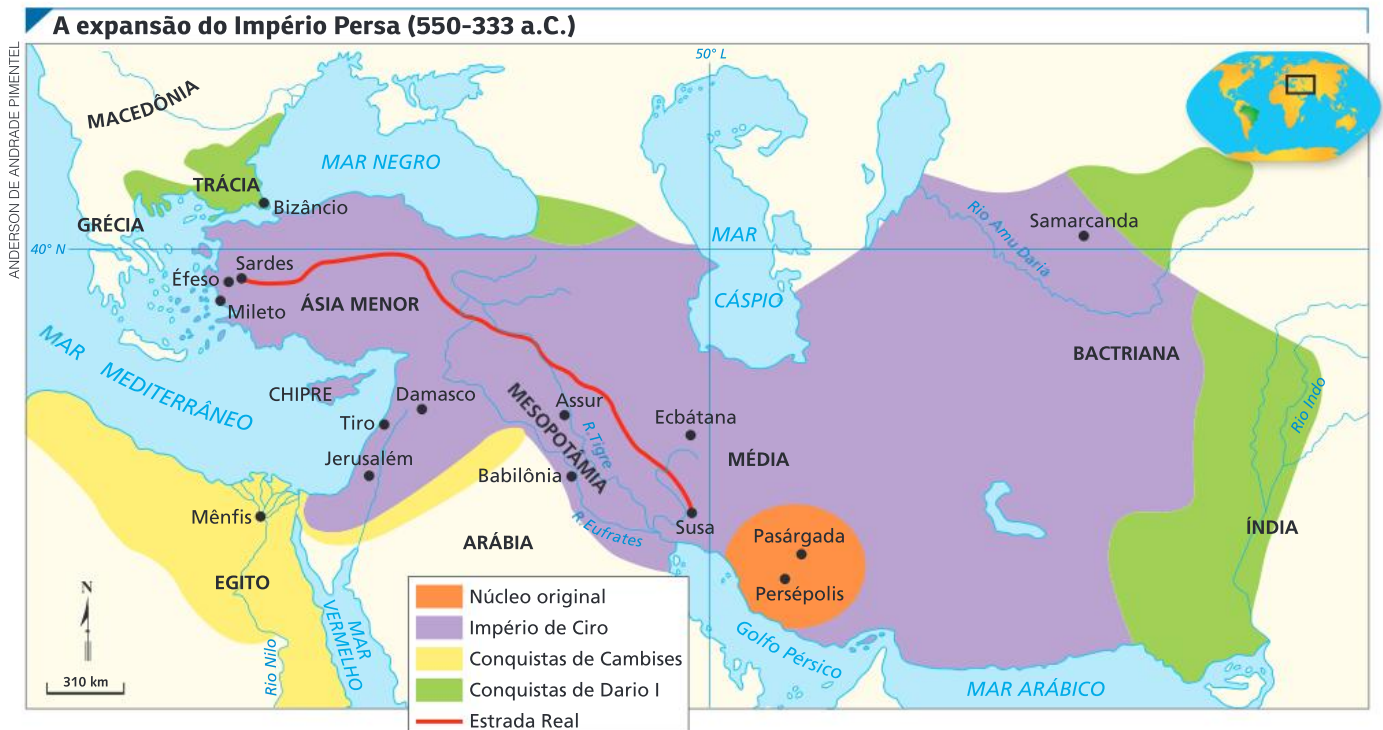
Império Persa

Localizado no Planalto Iraniano, o Império Persa surgiu da unificação dos reinos da Mídia e da Pérsia promovida pelo príncipe persa Ciro II, o Grande, por volta de 550 a.C. Após a unificação, Ciro II procurou ampliar as fronteiras dos seus domínios. Em 539 a.C., dominou a cidade da Babilônia, libertando os judeus do cativeiro imposto por Nabucodonosor II, e anexou a Fenícia, a Síria e a Palestina. Quando Ciro morreu, em 529 a.C., o Império Persa estendia-se da Ásia Menor, a oeste, às fronteiras da Índia, a leste.

O sucessor de Ciro, seu filho Cambises, herdou um Império rico e tropas poderosas. Ele deu continuidade ao expansionismo persa, conquistando o Egito em 525 a.C. Com sua morte, o trono foi entregue a Dario I, que conduziu o Império Persa ao apogeu.

Para governar domínios tão extensos, nos quais viviam populações das mais diversas origens, Dario I empreendeu uma ampla reorganização político-administrativa. O novo soberano dividiu o Império em províncias chamadas **satrapias** (dirigidas por governadores, os **sátrapas**), unificou a moeda com a criação do dárico, organizou um sistema de correios e ampla rede de estradas, facilitando a circulação de informações e o transporte de mercadorias.

As estradas persas contavam com entrepostos e estalagens em pontos estratégicos. Em cada entreposto havia um mensageiro e um cavalo descansados e preparados para levar mensagens. Dessa forma, o rei, instalado na capital do Império, era informado muito rapidamente pelos sátrapas de tudo o que acontecia nos seus domínios e, se necessário, podia tomar as providências cabíveis com rapidez. Isso explica por que os persas são conhecidos por criarem um eficiente sistema de correios. As estradas também eram essenciais para as intensas transações comerciais no interior do enorme Império Persa. Por elas circulavam mercadores de diversas civilizações, carregados com os mais diferentes produtos.



Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique*. Paris: Perrin, 1992. p. 40.

◆ Intercâmbio cultural

As conquistas realizadas pelos persas e o comércio promoveram um grande intercâmbio cultural com outros povos. Nos territórios conquistados, os persas costumavam adaptar-se às tradições regionais, respeitar as crenças religiosas e incorporar as elites locais nas atividades administrativas.

Ao implantar essa política de respeito às diferenças, os persas adotaram alguns hábitos de povos conquistados. Eles, porém, também mantiveram alguns de seus costumes, que atravessaram os séculos. O texto a seguir, escrito pelo historiador inglês James Laver (1899-1975), exemplifica essa questão por meio do estudo da moda:

“Os persas dominaram a civilização babilônica no século VI a.C. Como eram originários de uma região montanhosa de clima frio no atual **Turquestão**, usavam trajes mais quentes, mas logo os substituíram pelas túnicas franjadas e os mantos do povo conquistado. Além da lã e do linho, tinham também acesso à seda trazida da China pela longa rota das caravanas. No entanto, conservaram seu adorno de cabeça, o chapéu macio de feltro que os gregos chamavam de ‘frígio’ e que, cerca de 2 mil anos depois, seria adotado pelos revolucionários franceses como ‘o chapéu vermelho da liberdade’. Também conservaram seus sapatos característicos, uma bota fechada de couro flexível com ponta ligeiramente voltada para cima. A inovação mais importante foi o uso de calças, que passaram a ser consideradas o traje típico persa e, se pudermos confiar nos poucos registros disponíveis, também foram usadas pelas mulheres.”

LAVÉ, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 15.

◆ O fim do Império

Na tentativa de conquistar a Grécia, no início do século V a.C., os persas invadiram as colônias gregas da Ásia Menor, iniciando um período de guerras contínuas. No entanto, os enormes batalhões persas não conseguiram vencer os guerreiros gregos. Depois de sucessivas derrotas, em terra e no mar, os persas negociaram a paz com a Grécia. Em 333 a.C., enfraquecido, o Império Persa foi conquistado por Alexandre da Macedônia.

○ zoroastrismo

Fundado no século VI a.C. pelo profeta Zaratus-tra, o zoroastrismo foi a principal religião dos persas. Os zoroastrianos acreditavam que duas forças opostas (Ahura-Mazda, o criador benéfico, e Arimã, o destruidor) lutavam entre si, cabendo aos homens praticar boas ações para que a força do bem prevalecesse.

Turquestão: região da Ásia Central que hoje corresponde aos territórios do Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, além do Uiguristão, que pertence à China.



Arqueiros persas representados em mosaico do século VI a.C., proveniente do Palácio de Dario I, em Susa, no atual Irã. Museu do Louvre, Paris, França. Note que todos os arqueiros são idênticos, porém seus trajes são decorados de maneiras diferentes.

Persépolis

Uma das grandes realizações de Dario I foi a construção de uma cidade de proporções monumentais. Denominada Persépolis, a cidade foi projetada como símbolo do Império Persa e hoje constitui um importante sítio arqueológico. No ano de 1979 as ruínas de Persépolis foram declaradas patrimônio mundial pela Unesco.



“As ruínas de Persépolis, que hoje ainda sobrevivem apesar de serem tão maciças, dão apenas uma pálida ideia da riqueza desta antiga cidade onde tinha assento a governação. O historiador grego Plutarco faz alguma luz sobre este assunto ao dizer que Alexandre Magno, que conquistou Persépolis [...], precisou de 10.000 mulas e 5.000 camelos para transportar todos os seus tesouros. Estes tesouros pertenciam à dinastia real **aquemênida** e Persépolis era apenas uma das suas três capitais reais. A cidade foi fundada por Dario, o Grande, logo no início do seu reinado em 522 a.C., e só era ocupada na primavera e no outono de cada ano. Os verões eram passados nos montes em Ecbátana e os invernos em Susa. Sob o reinado de sucessivos governantes, Persépolis continuou a crescer até a sua destruição pelo fogo, pouco depois da chegada de Alexandre. Segundo uma das versões dos acontecimentos, Alexandre queimou o local como vingança pelo saque persa da Acrópole ateniense, mas não existe qualquer prova de que a destruição tenha sido deliberada.

BRIDGEMAN IMAGES/KE YSTONE BRASIL



As escavações científicas de Persépolis tiveram início em 1930 e revelaram um enorme enclave real sobre uma plataforma de pedra calcária, num contraforte da montanha. A plataforma mede 297 metros por 448 metros e contém um sofisticado sistema de canais de drenagem, uma rede subterrânea de água que sugere um plano cuidadosamente elaborado. As vastas escadarias que formam o acesso ao complexo também parecem resultar de um cálculo cuidadoso, pois podiam ser subidas a cavalo.

Uma inscrição no topo da escadaria mostra que esta sala de entrada foi obra do sucessor de Dario I, Xerxes I, sendo esta apenas uma entre várias inscrições escritas em três línguas: elamita, babilônio e persa antigo. [...]

Persépolis foi planejada para as cerimônias reais. O rei e a sua *entourage* familiar tinham aqui os seus aposentos privados, mas as salas mais importantes eram as de audiências, especialmente a Apadana, ou Sala de Audiências, de Dario, o Grande: um quadrado com 61 metros de lado, seis filas de colunas com 18 metros de altura e podendo abrigar

cerca de 10.000 pessoas. A Sala do Trono de Xerxes, conhecida como Sala das Cem Colunas, era ainda maior: um quadrado com 73 metros de lado. A pedra calcária é, atualmente, o material predominante mais em evidência, mas antigamente havia colunas e telhados de madeira e uma luxuosa decoração, realizada com tintas brilhantes, azulejos sofisticados, ouro, prata, marfim e mármore.

A escultura constitui a maior das glórias de Persépolis que sobreviveu. Extensos frisos em baixo-relevo mostram procissões de figuras ao longo das paredes e das escadas, representando as delegações nobres e estrangeiras que vinham pedir audiências ao rei ou frequentar festivais onde ofereciam os devidos tributos. No acesso à Sala de Audiências de Dario, podemos ver o lado direito e o lado esquerdo das mesmas figuras em paredes diferentes e uma das escadas tem 23 painéis nos quais podem ser identificados povos diferentes do Império [...]”.

CASTRO, Francisco Lyon (Ed.). *Maravilhas do mundo: um guia dos tesouros criados pelo homem*. Lisboa: Alfa, 1998. p. 80-81.

Aquemênida: família a que pertenciam os reis da Pérsia.

Entourage: palavra francesa utilizada para designar comitivas que acompanham os monarcas.

Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. Persépolis foi uma cidade minuciosamente planejada. Identifique elementos do texto que confirmam essa afirmação.
2. Qual é a relação entre as esculturas encontradas em Persépolis e o poder do rei da Pérsia?
3. Quando começaram as escavações arqueológicas em Persépolis? Em que ano esse sítio arqueológico foi declarado patrimônio mundial? Em sua opinião, qual é a importância dessa declaração?

Detalhe dos frisos em baixo-relevo encontrados na escadaria leste que dá acesso à Sala de Audiências de Dario I (c. 515 a.C.), Persépolis, Irã. Na imagem, é possível observar delegações de povos sujeitos ao Império Persa, carregando presentes, a caminho de audiência com o rei.



Explorando o conhecimento

- Identifique e anote no seu caderno o nome do povo que corresponde a cada sentença.
 - Povo nômade originário da Mesopotâmia que chegou à Palestina no segundo milênio a.C.
 - Formou um Império no Planalto Iraniano e ampliou suas fronteiras conquistando territórios na Ásia Menor, na Índia e no Egito.
 - Hábéis navegadores, percorriam grandes distâncias em mar aberto, inclusive à noite, quando se orientavam pela observação das estrelas.
- Inicialmente, o povo hebreu vivia em tribos, sem contar com um Estado politicamente organizado. Caracterize o poder político dos hebreus na primeira fase de sua história.
- Explique a origem do alfabeto fenício. Diferencie esse alfabeto do alfabeto grego.
- As afirmativas abaixo referem-se ao Império Persa. Em seu caderno, classifique-as como verdadeiras ou falsas.
 - O Império Persa contava com uma ampla rede de estradas e um eficiente sistema de correios, mas não possuía uma moeda unificada.
 - Ciro II fundou o Império Persa a partir da unificação dos reinos da Média e da Pérsia.
 - Cambises, sucessor de Ciro II, pôs fim à política expansionista do período anterior.
 - Dario I dividiu o Império em províncias administrativas, chamadas satrapias.

Pensando criticamente

- Leia o texto e responda às questões.

“Por volta do ano 1000 a.C., os fenícios começaram a se aventurar, saindo de suas cidades, que ficavam numa faixa estreita do litoral oriental do Mediterrâneo – onde hoje é o Líbano – para explorar e depois estabelecer postos comerciais e colônias nos pontos mais distantes do mundo conhecido.

[...] Os fenícios lucraram muito com essas longas aventuras mercantis.”

WOODHEAD, Henry (Dir.). *Marés bárbaras: 1500-600 a.C.* 4. ed. Rio de Janeiro: Abril/Time-Life, 1993. p. 99-104.

- Onde se localizavam as cidades fenícias?
- Explique de que forma a posição geográfica dos fenícios favoreceu o desenvolvimento do comércio.

- Observe a charge e responda às questões.



The Flying McCoys (2006), charge de Gary e Glenn McCoy.

- Identifique a personagem representada na charge e o povo a que ela pertence.
 - Explique a sátira expressa na charge.
 - Diferencie a religião do povo a que a charge se refere da religião dos demais povos da Antiguidade.
- Observe o mapa “A expansão do Império Persa (550-333 a.C.)”, na página 78, e faça o que se pede.
 - Com o auxílio de um mapa-múndi (no final do livro), identifique o país em que se localiza, nos dias de hoje, o núcleo original do Império Persa.
 - Explique o significado da linha vermelha do mapa.
 - Relacione a expansão do Império Persa à história do povo hebreu.

Investigando

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA

- Ao estudar a história do povo hebreu, você também pode conhecer alguns aspectos do conflito entre judeus israelenses e árabes palestinos na atualidade. Junte-se a um colega e façam uma pesquisa sobre esse tema em livros, jornais, revistas e na internet. Procurem descobrir as motivações de cada uma das partes envolvidas no conflito e o que tem sido feito para solucionar o problema.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

As três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo) têm vários aspectos em comum. A questão a seguir explora um hábito alimentar prescrito pelos antigos hebreus que foi incorporado pelos seguidores do islã.

(ENEM-MEC/2008) Existe uma regra religiosa, aceita pelos praticantes do judaísmo e do islamismo, que proíbe o consumo de carne de porco. Estabelecida na Antiguidade, quando os judeus viviam em regiões áridas, foi adotada, séculos depois, por árabes islamizados, que também eram povos do deserto.

Essa regra pode ser entendida como

- a) uma demonstração de que o islamismo é um ramo do judaísmo tradicional.
- b) um indício de que a carne de porco era rejeitada em toda a Ásia.
- c) uma certeza de que do judaísmo surgiu o islamismo.
- d) uma prova de que a carne do porco era largamente consumida fora das regiões áridas.
- e) uma crença antiga de que o porco é um animal impuro.

Analisando

Além de recomendações de ordem moral e ética, foram prescritas regras para a vida cotidiana dos antigos hebreus. A lei mosaica fez recomendações sobre a alimentação, identificando alguns animais impuros, cujo consumo deveria ser evitado: os répteis, os peixes sem escamas, os animais terrestres de quatro patas que não apresentassem o casco fendido e não fossem ruminantes. Entre eles estava o porco. Os animais impuros também não poderiam ser oferecidos em sacrifício nos rituais religiosos. Além disso, não era permitido o consumo de carnes que tivessem presença de sangue. Esses hábitos têm raízes religiosas e são considerados parte da aliança entre Deus e o povo escolhido. Não existem evidências de que essa prática estivesse relacionada a cuidados com a saúde.

A proibição do consumo de carne de porco é mantida por judeus e muçulmanos até o presente.

Vamos analisar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: Apesar dos pontos em comum, o islamismo é uma religião com identidade própria, não podendo, portanto, ser considerado um “ramo do judaísmo tradicional”.
- Alternativa **b**: A proibição do consumo de carne de porco, hábito cultivado pelas duas religiões que se formaram no Oriente Médio, pode ser generalizada para todo o continente asiático? Na China e no Sudeste Asiático, por exemplo, os suínos fazem parte das tradições culinárias e são bastante consumidos.
- Alternativa **c**: O islamismo foi fundado por Maomé na Península Arábica, no século VII. Em sua juventude, o profeta acompanhou caravanas de comerciantes pelo Oriente Médio, entrando, assim, em contato com as religiões judaica e cristã, o que explica a presença de elementos comuns entre as três religiões.
- Alternativa **d**: A proibição do consumo de carne de porco em algumas regiões áridas do Oriente Médio não pode ser considerada uma prova de seu grande consumo em outras regiões.
- Alternativa **e**: As tradições islâmicas e judaicas consideram o porco um animal impuro, o que justifica a proibição de seu consumo.

Agora é com você: que alternativa analisa corretamente a regra que proíbe o consumo de carne de porco por judeus e muçulmanos?

A alternativa correta é a letra **e**.
Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

Registre as respostas em seu caderno.

1. (UNESP/2015)

“A maior parte das regiões vizinhas [da antiga Mesopotâmia] caracteriza-se pela aridez e pela falta de água, o que desestimulou o povoamento e fez com que fosse ocupada por populações organizadas em pequenos grupos que circulavam pelo deserto. Já a Mesopotâmia apresenta uma grande diferença: embora marcada pela paisagem desértica, possui uma planície cortada por dois grandes rios e diversos afluentes e córregos.”

Marcelo Rede. *A Mesopotâmia*, 2002.

A partir do texto, é **correto** afirmar que

- os povos mesopotâmicos dependiam apenas da caça e do extrativismo vegetal para a obtenção de alimentos.
- a ocupação da planície mesopotâmica e das áreas vizinhas a ela, durante a Antiguidade, teve caráter sedentário e ininterrupto.
- a ocupação das áreas vizinhas da Mesopotâmia tinha características nômades e os povos mesopotâmicos praticavam a agricultura irrigada.
- a ocupação sedentária das regiões desérticas representava uma ameaça militar aos habitantes da Mesopotâmia.
- os povos mesopotâmicos jamais puderam se sedentarizar, devido às dificuldades de obtenção de alimentos na região.

- ## 2. (UEL/2015)
- O ser humano, no decorrer de seu processo histórico, desenvolveu noções de justiça em detrimento da prática da vingança. O primeiro código de leis, denominado de Código de Hamurábi, pouco rompia com a valorização da vingança, mantendo o princípio da Lei de Talião expresso na máxima “Olho por olho, dente por dente”.

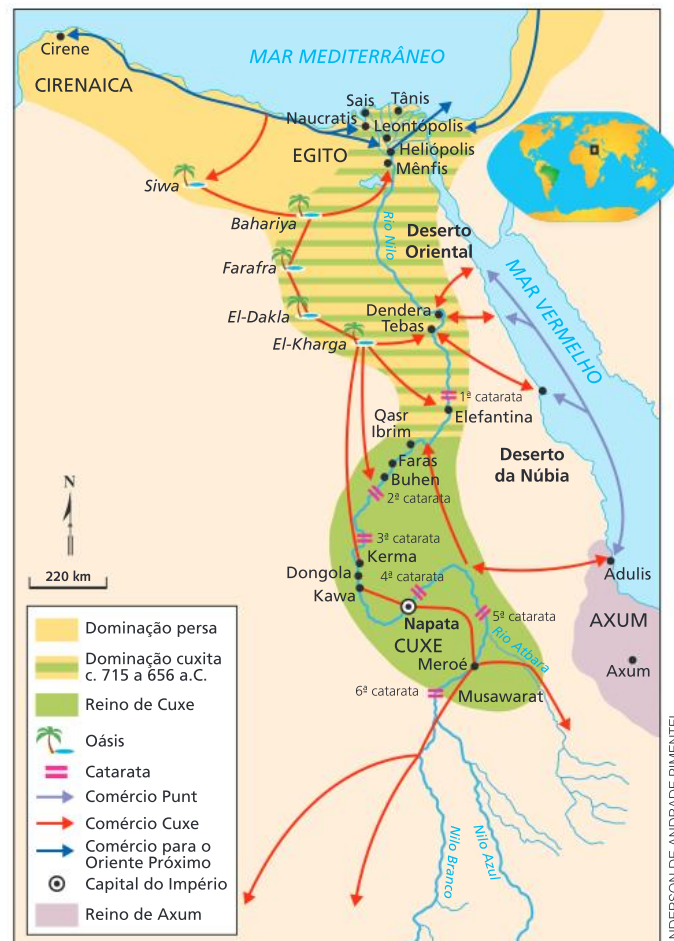
Identifique a alternativa que apresenta, **corretamente**, o povo que elaborou na Antiguidade o referido código e em que tipo de escrita ele foi impresso.

- Assírios – escrita árabe.
- Babilônios – escrita cuneiforme.
- Mesopotâmios – escrita alfabética.
- Persas – escrita farsi.
- Sumérios – escrita hieroglífica.

- ## 3. (IFG/2015)
- Na história dos diferentes povos e suas culturas, a religião mostra-se como um fenômeno presente na vida cotidiana, interferindo em diferentes dimensões da sociedade. As diferenças entre as várias religiões derivam da maneira como cada uma concebe o mundo superior e as relações entre ele e os homens.

Identifique a alternativa que contém a correlação mais **correta** entre cada um dos povos e o principal aspecto da sua religião na Antiguidade, a partir da seguinte sequência: Egito antigo, Reinos de Israel e de Judá (hebreus), povos Mesopotâmicos, Império Persa.

- Zoroastrismo, judaísmo, politeísmo antropomórfico, politeísmo antrozoomórfico.
 - Judaísmo, politeísmo antrozoomórfico, zoroastrismo, politeísmo antropomórfico.
 - Politeísmo antropomórfico, judaísmo, zoroastrismo, politeísmo antrozoomórfico.
 - Zoroastrismo, politeísmo antropomórfico, politeísmo antrozoomórfico, judaísmo.
 - Politeísmo antrozoomórfico, judaísmo, politeísmo, zoroastrismo.
- ## 4. (FGV/2014)
- Após um longo período de dominação egípcia, os cuxitas reorganizaram seus domínios a partir do século IX e estabeleceram Napata como a capital do seu Império. Analise o mapa abaixo com atenção e identifique a alternativa **correta**:



Fonte: Vestibular FGV, 8 dez. 2013. Disponível em <<http://vestibular.fgv.br/provas-gabaritos-e-editais>>. Acesso em 11 fev. 2016.

- a) O Império de Cuxe estabeleceu-se ao sul do Egito e caracterizou-se pela economia de subsistência.
- b) O Império de Cuxe estendeu seus domínios em direção ao deserto do Saara e controlou diversas rotas saarianas.
- c) Apesar da expansão cuxita, o Império não desenvolveu núcleos urbanos ou uma base administrativa.
- d) Os persas conquistaram todos os domínios cuxitas no século VII a.C.
- e) O Império de Cuxe conseguiu estender seus domínios até o norte do Egito nos séculos VIII e VII a.C.

5. (PUC-PR/2013) Leia o fragmento a seguir:

“Há ocasiões em que se permite que uma biblioteca desapareça. Em abril de 2003, o Exército anglo-americano preferiu não fazer nada enquanto os Arquivos Nacionais, o Museu Arqueológico e a Biblioteca Nacional de Bagdá eram saqueados e pilhados. Em poucas horas, boa parte dos primeiros registros escritos da história humana perdeu-se no esquecimento. Os primeiros exemplos de escrita, datando de seis mil anos atrás; crônicas medievais que haviam escapado à pilhagem dos capangas de Saddam Hussein; vários volumes da refinada coleção corânica do Ministério de Assuntos Religiosos – todos desapareceram, provavelmente para sempre. Perderam-se manuscritos amorosamente caligrafados por ilustres escribas árabes, para quem a beleza da escrita devia espelhar a beleza do conteúdo. Perderam-se as coleções de contos semelhantes aos das *Mil e uma noites*, que um livreiro iraquiano do século X, Ibn al-Nadim, chamava histórias noturnas, uma vez que não se devia desperdiçar as horas do dia lendo literatura trivial. [...]”

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 217-218.

Sobre a produção intelectual dos povos da Antiguidade e da Idade Média, identifique a alternativa **CORRETA**:

- a) O Iraque, país que atualmente ocupa o território da antiga Mesopotâmia, possuía grande acervo, que foi totalmente destruído em função dos saques que se seguiram à derrubada de Saddam Hussein.

- b) Podemos considerar que os museus e as bibliotecas do Iraque eram detentores de grande acervo apenas da história de povos que habitavam a Mesopotâmia na Antiguidade.
- c) Os manuscritos produzidos por copistas e ilustradores árabes foram preservados pelos invasores do Museu Arqueológico e da Biblioteca Nacional de Bagdá.
- d) Não dispomos de informações sobre as contribuições culturais dos povos da Antiguidade porque nenhum fragmento ou fonte desses povos chegou até os nossos dias.
- e) A perda ocorrida no Iraque é na realidade uma grande perda para toda a humanidade porque “algumas das pontes” que ligavam o nosso presente ao passado da humanidade foram destruídas.

6. (UFRR/2012) A Mesopotâmia e o Egito são exemplos de grandes sociedades da Antiguidade que se desenvolveram às margens de grandes rios. Leia com atenção as afirmativas sobre elas.

- I. Ambas formavam sociedades nas quais o Estado altamente centralizado exercia um forte controle sobre as atividades produtivas.
- II. Os mesopotâmicos e egípcios eram monoteístas e formavam uma sociedade onde não havia uma rígida diferenciação social.
- III. A arquitetura, as artes e as técnicas de controle hidráulico eram bastante desenvolvidas nas duas sociedades.
- IV. As duas sociedades se organizavam em cidades-Estado, as quais praticavam um intenso comércio fluvial e marítimo.

Sobre as alternativas acima, é **correto** afirmar:

- a) I e II estão corretas.
- b) III e IV estão corretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) II e IV estão corretas.
- e) II e III estão corretas.

Grécia antiga



SOE ZEYA TUN / REUTERS/LATINSTOCK

Apoiadores da Liga Nacional para a Democracia durante campanha para as eleições gerais em Mianmar. Yangon, novembro de 2015. O país asiático foi governado por uma ditadura militar por quase cinquenta anos, entre 1962 e 2011.

Sugerimos esclarecer aos alunos a diferença entre democracia direta e indireta antes de iniciar a conversa sobre as questões propostas (comentadas no Suplemento para o professor). Na democracia direta, os cidadãos discutem as questões de interesse do grupo do qual fazem parte e emitem seu voto sobre o assunto. Na indireta ou representativa, os cidadãos, por meio do voto, devem eleger seus representantes políticos e fiscalizar seu trabalho em prol da coletividade.

◆ Conversando sobre

1. Apesar de tratarem de épocas e assuntos tão distintos, a imagem e os textos desta abertura abordam o mesmo tema: a democracia. Que aspectos você consegue identificar em cada um deles?
2. Em sua opinião, quais são os principais problemas enfrentados pela democracia brasileira? Justifique.

Democracia

“O princípio fundamental do governo democrático é a liberdade; a liberdade, diz-se, é o objeto de toda democracia. Ora, um dos característicos essenciais da liberdade é que os cidadãos obedeçam e mandem alternativamente; porque o direito ou a justiça, em um Estado popular, consiste em observar a igualdade em relação ao número, e não a que se regula pelo mérito. Segundo essa ideia do justo, é preciso forçosamente que a soberania resida na massa do povo, e que aquilo que ele tenha decretado seja definitivamente firmado como o direito ou o justo por excelência, pois que se pretende que todos os cidadãos têm direitos iguais.”

ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 248-249.

“As mulheres sauditas poderão exercer o direito ao voto pela primeira vez. Será nas próximas eleições municipais na Arábia Saudita [...].

Há quatro anos, quando o então rei Abdullah concedeu por decreto o direito ao sufrágio feminino, a decisão foi manchete em todos os jornais do reino, mas desde então não houve ocasião para que essa novidade fosse implementada. [...]. As próprias interessadas, no entanto, se mostram menos entusiasmadas. Apesar da carga simbólica do voto feminino num país onde as mulheres ainda são proibidas de dirigir veículos e carecem de personalidade jurídica independente do pai ou do marido, a realidade é que nem as câmaras municipais nem o Conselho Consultivo [...] têm poder verdadeiro.”

ESPINOSA, Ángeles. As mulheres poderão votar pela primeira vez na Arábia Saudita. *El País Brasil*, 1º maio 2015. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/01/internacional/1430473784_207874.html>. Acesso em 20 out. 2015.

Pode-se destacar outra importante diferença entre a democracia da Grécia antiga e a praticada nos dias atuais: para os gregos da Antiguidade, somente filhos de pai e mãe atenienses eram considerados cidadãos; as mulheres, estrangeiros e escravos não tinham direito a participar da vida política.

O mundo grego

O território grego foi berço de uma grandiosa civilização, admirada e copiada pelos contemporâneos e por gerações subsequentes. Contudo, o mundo grego não correspondia a um território unificado, dirigido por um governo soberano, mas a uma cultura (língua, religião, costumes) compartilhada por uma coletividade dispersa por uma vasta região.

Habitando um território com relevo montanhoso e terras pouco férteis, com vegetação escassa e rios parcos, os gregos voltaram-se para o mar. O litoral recortado e a grande quantidade de ilhas (mais de 6 mil) facilitaram o contato comercial e cultural dos gregos com outros povos da Antiguidade.

Período minoico: primórdios da civilização grega

Por volta de 2500 a.C., populações pertencentes a tribos **indo-europeias** começaram a ocupar o sul dos Balcãs, a Península do Peloponeso e as ilhas do Mar Egeu. Seu primeiro grande polo cultural desenvolveu-se na Ilha de Creta, entre 2000 e 1400 a.C. Nesse período, a **civilização cretense** (ou minoica) dominou o comércio marítimo no Mediterrâneo e estendeu sua influência à Grécia continental.

O palácio era o centro da vida econômica e política em Creta. Era o local de residência do rei, que governava com o auxílio de funcionários e da nobreza. Ao contrário dos palácios encontrados no Oriente Próximo, os palácios cretenses não eram circundados por muralhas, indicando que a ameaça de invasões externas talvez não fosse uma preocupação constante para os cretenses.

Antropólogos e historiadores têm discutido as características da sociedade cretense, especialmente no que diz respeito ao *status* da mulher. Muitos elementos sugerem que a religião cretense tinha como base o culto à Grande-Mãe, deusa da fertilidade, considerada a mãe de todos os seres vivos. Segundo alguns especialistas, a preponderância feminina na religião estaria associada a uma organização social semelhante ao sistema matriarcal. Outros, porém, acreditam que os dados iconográficos — pinturas encontradas em cerâmicas e painéis — não são suficientes para fundamentar essa interpretação, uma vez que nem sempre é fácil distinguir as representações divinas das imagens de sacerdotes, sacerdotisas e adoradores.

O termo *indo-europeu* corresponde a uma classificação linguística, pois, ao que parece, as línguas desses povos tinham uma origem comum. Nos séculos XVIII e XIX, estudos indicaram que línguas tão diferentes como o sânscrito, o latim, o grego e o persa tinham estruturas

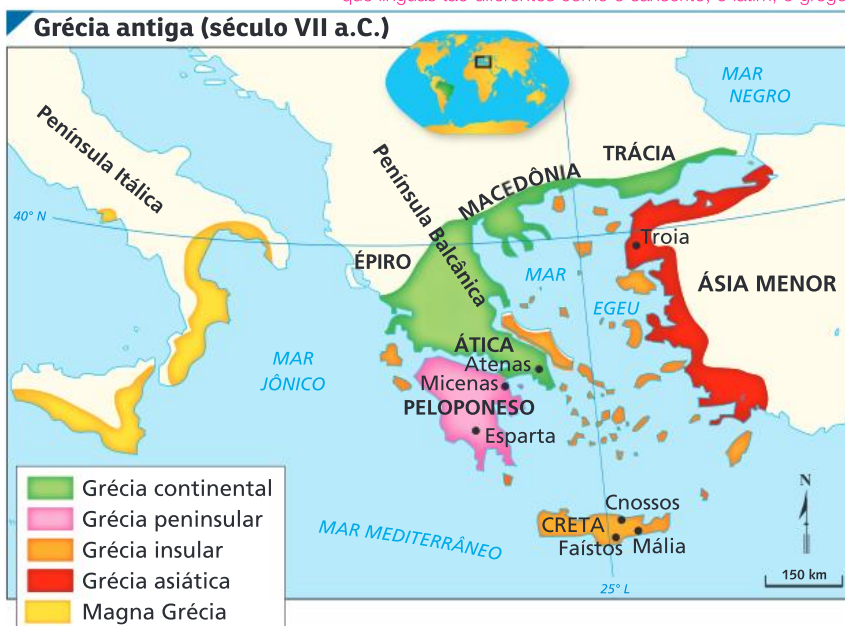
gramaticais semelhantes. Isso os levou a concluir que todas derivam de uma língua anterior comum, o indo-europeu. Com exceção do basco, todas as línguas oficiais dos países da Europa Ocidental pertencem a quatro ramos da família indo-europeia: o helênico (grego), o românico (português, italiano, francês, castelhano etc.), o germânico (inglês, alemão, entre outros) e o céltico (irlandês, gaélico).

A civilização cretense também é chamada de minoica, palavra que deriva de Minos, lendário soberano da Ilha de Creta.



TARKER/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASSH - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE HERAKLION, GRÉCIA

Escultura cretense representando a Grande-Mãe, também conhecida como Deusa das Serpentes (c. 1600 a.C.). Museu Arqueológico de Heraklion, Grécia.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: OVERY, Richard. *Atlas de l'histoire du monde: des origines de l'humanité au XXI^e siècle*. Bagnaux: Sélection du Reader's Digest, 2005. p. 76-77.

Indo-europeu: termo que designa um conjunto de povos originários das estepes da Ásia Central ou dos planaltos iranianos que, a partir do final do Neolítico, se expandiram pela Europa, Pérsia e Península da Índia. Alguns dos povos indo-europeus, como os aqueus, dórios, eólios e jônios, deram origem ao povo grego.

Período micênico

Por volta de 1450 a.C., a sociedade cretense entrou em crise. As causas não são muito claras: terremotos, revoltas das populações submetidas aos palácios e invasões de povos estrangeiros são algumas das causas apontadas. Muitos historiadores defendem a hipótese de que Creta foi subjugada pelo povo aqueu, de origem indo-europeia, que ocupou a Grécia continental por volta de 2000 a.C.

Micenas foi a principal cidade fundada pelos aqueus na Grécia. Com uma economia essencialmente agrícola, a sociedade micênica também tinha os palácios como centro de poder, chefiados por reis. Uma aristocracia guerreira possuía terras e controlava o trabalho de camponeses e escravos.

A cultura cretense teve continuidade com os micênicos, que absorveram elementos da arquitetura, das artes e da escrita de Creta. Examinando a escrita dos aqueus, os estudiosos reconheceram elementos de um dialeto do grego antigo. Assim, a escrita micênica é considerada a forma mais antiga da escrita grega.

De acordo com as narrativas míticas gregas, sob a hegemonia de Micenas os aqueus também conquistaram a cidade de Troia, na Ásia Menor. Segundo essas narrativas, o conflito resultou do rapto de Helena, esposa de Menelau, rei de Esparta, pelo príncipe troiano Páris. A arqueologia nos traz outra versão: fundada por volta de 3000 a.C., Troia era uma cidade rica, e os aqueus provavelmente empreenderam uma guerra com o objetivo de saqueá-la. Por volta de 1200 a.C., Troia teria sido conquistada.

As campanhas militares contra essa cidade foram cantadas por poetas ao longo de várias gerações até ganharem uma versão escrita, por volta do século VIII a.C., trabalho que a tradição atribui a Homero. O poema épico *Ilíada* (Troia era chamada de Ílion pelos gregos) narra os acontecimentos do último ano da guerra, enquanto a *Odisseia* conta as aventuras do herói grego Odisseu (Ulisses) em seu retorno para casa.

“A *Ilíada* [...] conta apenas o final da guerra. Acredita-se que esses fatos tenham acontecido trezentos anos antes do tempo de Homero.

Não se sabe até que ponto os fatos narrados foram inventados pelo poeta, e até que ponto ele usou em sua narrativa lendas e histórias que se contavam sobre a guerra.

Em algumas passagens do poema há contradições entre os fatos; o estilo da narrativa às vezes também parece diferente do estilo do todo da obra. Por isso, há estudiosos que põem em dúvida a autoria de Homero. E alguns deles chegam a duvidar de que ele tenha existido.”

ROCHA, Ruth. *Ruth Rocha conta a Ilíada*. São Paulo: Salamandra, 2010. p. 133.

No final do livro, na seção *Técnicas de trabalho*, há orientações para análise de filmes.

Você vai gostar de assistir



Troia

Direção: Wolfgang Petersen. Estados Unidos, 2004. 165 min

Com base na obra de Homero, o filme aborda a guerra entre gregos e troianos, desencadeada após a fuga de Helena, esposa de Menelau, rei de Esparta, para a cidade de Troia.

De acordo com a tradição mítica, Odisseu teria tido a ideia de construir um cavalo de madeira, para que os troianos o colocassem dentro da cidade de Troia, cercada por uma muralha intransponível. À noite, guerreiros gregos saíram de dentro do cavalo e destruíram a cidade.

Cena do filme *Troia* (2004), do diretor Wolfgang Petersen.

Armadura e elmo de soldado micênico, datados do século XV a.C. Museu Arqueológico de Nauplion, Grécia.

A Guerra de Troia se estendeu por dez anos.

Com o aumento da atividade comercial e artesanal da pólis, tornou-se necessária a cunhagem de moedas. No mundo grego, as moedas eram o símbolo da independência da pólis, uma vez que a própria comunidade de cidadãos as cunhava. As moedas que chegaram à Grécia surgiram na região da Lídia (atual Turquia) no século VII a.C. para facilitar as trocas comerciais.

◆ Declínio da civilização micênica

O florescimento cultural da civilização micênica foi interrompido com o declínio de Micenas, que ocorreu por volta do século XII a.C. Não se sabem ao certo as causas do seu colapso. O mais provável é que desastres naturais ou uma grave crise econômica tenham causado o fim da cultura micênica.

A maior transformação desse período foi o colapso do poder centralizado nos palácios e o surgimento de uma nova organização social, o **genos**, que substituiu a autoridade dos reis. O genos era uma extensa família aristocrática que alegava descender de um ancestral comum. Ela reunia a família e seus dependentes, além das terras, casas, rebanhos, escravos e bens preciosos.

◆ Período arcaico

Entre 800 e 500 a.C., as comunidades gentílicas tornaram-se essencialmente núcleos nos quais se concentravam proprietários rurais e lavradores, embora comerciantes e artesãos também estivessem presentes. Havia uma população estabelecida no campo, mas a maioria dos agricultores vivia nos limites urbanos e saía todos os dias para trabalhar a terra, regressando à noite.

Nas condições geográficas da Grécia, de relevos acidentados e solos áridos, as terras mais férteis pertenciam, em geral, às famílias aristocráticas. A transmissão dessas propriedades, do pai para cada filho homem, conduzia, com o passar do tempo, a uma situação de carência de terras e redução do tamanho dos lotes. Além disso, os aristocratas tendiam a arrebatar as terras dos camponeses pobres, que se tornavam empregados. Alguns camponeses se endividavam e eram escravizados, mas ainda representavam um setor pequeno da população.

A falta de terras, somada a um aumento populacional, gerou fortes tensões sociais e impulsionou os gregos a fundar colônias em outras regiões. Entre os séculos VIII e VI a.C., colônias gregas foram fundadas na orla do Mar Mediterrâneo e do Mar Negro, estendendo-se da Península Ibérica à Ásia Menor.

Cada comunidade e os campos a seu redor transformaram-se numa **cidade-Estado**, ou **pólis**, comunidade independente com organização socioeconômica e política próprias. Na pólis efetuavam-se negócios, fabricavam-se produtos e realizavam-se cerimônias e ritos religiosos. Uma de suas principais características era a existência de uma assembleia que discutia os assuntos de interesse na comunidade, que tinha como princípio a igualdade entre os aristocratas.

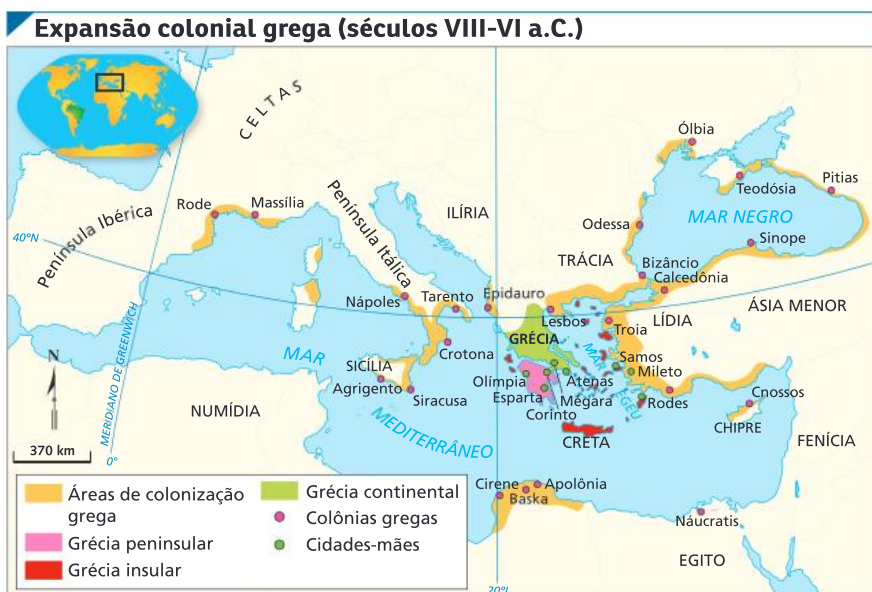


GIANNI DAGLI ORTI/
THE ART ARCHIVE/AFIP/
MUSEU ARQUEOLÓGICO
NACIONAL DE ATENAS

Broche micênico de ouro com figura feminina (século XVI a.C.). Museu Arqueológico Nacional de Atenas, Grécia. Com o declínio da civilização micênica, a agricultura e o artesanato decaíram, e as armas finamente trabalhadas foram substituídas por artefatos grosseiros feitos de ferro. A escrita e as formas artísticas ligadas à vida palaciana desapareceram.

A colonização grega do Mediterrâneo incentivou o comércio entre as cidades, reativou o comércio de longa distância com a Síria e o Oriente e também proporcionou a construção de uma identidade cultural entre os gregos. Esse sentimento de identidade cultural levou os habitantes dessa vasta região a se autodesignarem "helenos".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

A pólis não era apenas uma cidade-Estado. Esse significado foi, inclusive, atribuído posteriormente à pólis. Ela era, principalmente, o local de reunião dos cidadãos, ou seja, possuía um caráter essencialmente cívico. A pólis era o local de encontro dos cidadãos, encontro esse que ocorria efetivamente na ágora.

▶ Com um planisfério político atual (no final do livro), compare o território da Grécia atual aos domínios da Grécia antiga. Identifique os países atuais cujos territórios foram alcançados pela expansão colonial dos antigos gregos.

Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 87.

Os domínios da Grécia antiga correspondem, em sua maioria, ao território da Grécia atual. No entanto, os gregos fundaram colônias em territórios que hoje correspondem à Espanha, à França, à Itália, à Albânia, à Bulgária, à Romênia, à Ucrânia, à Rússia, à Geórgia, à Turquia, ao Chipre, ao Egito e à Líbia.

Tiranía: regime político em que uma pessoa ou um pequeno grupo exerce o poder independentemente da aprovação dos governados e à margem da legalidade.

Eclésia: assembleia popular que reunia os atenienses do sexo masculino com idade superior a 18 anos.

Boulé: conselho composto de quatrocentos membros escolhidos pela Eclésia que elaboravam as leis a serem votadas pela assembleia popular.

A Boulé passou a ter quinhentos membros após as reformas empreendidas por Clístenes.

◆ Atenas

Atual capital da Grécia, Atenas foi fundada pelos jônios na planície da Ática, próximo ao Mar Egeu. Por causa do relevo montanhoso e dos solos pouco férteis, os atenienses desenvolveram o comércio no Mediterrâneo e abriram sua cidade ao contato com o exterior pelo porto de Pireu, próximo ao núcleo urbano. Ao longo de sua história, Atenas conheceu diferentes formas de governo (oligarquia, **tiranía** e democracia) e presenciou desigualdades e tensos conflitos sociais. No entanto, produziu uma brilhante cultura, registrada em monumentos, esculturas, vasos e textos.

A partir de meados do século VIII a.C., o poder em Atenas começou a ser exercido por um grupo de magistrados chamados **arcontes**, os quais, entre outras funções, eram responsáveis pelo comando do Exército e pela aplicação da justiça. O critério para chegar ao arcontado era possuir terras e escravos e pertencer à nobreza (ou aristocracia). Ao deixar o arcontado, o nobre passava a integrar o **Areópago**, o principal conselho legislativo e judiciário da pólis, que se reunia no monte dedicado ao deus Ares.

À medida que a nobreza se apropriava das melhores terras, os pequenos proprietários empobreciam, endividavam-se, e alguns eram escravizados por não quitar suas dívidas, o que passou a gerar insatisfação popular. O descontentamento também atingiu os atenienses que não faziam parte da aristocracia, mas que podiam se armar à própria custa para integrar o Exército de Atenas. Os não aristocratas reivindicavam maior participação política na pólis.

As lutas populares e as reformas

Em meados do século VII a.C., o povo ateniense rebelou-se com o apoio de mercadores que enriqueceram no comércio marítimo. A cidade foi tomada por lutas entre o **demós** (povo) e os **eupátridas** (a camada social das famílias aristocráticas de Atenas). Os eupátridas recusaram-se a fazer concessões ao povo, que exigia o fim da escravidão por dívidas, a redistribuição das terras, leis escritas e maior participação no governo. Como resultado político dessa crise, surgiram os legisladores ou **reformadores**.

Com o objetivo de contornar a insatisfação popular, o arconte Sólon, em 594 a.C., tomou algumas medidas: decretou o fim da escravidão por dívidas e a libertação dos devedores escravizados; dividiu os cidadãos em grupos, de acordo com a riqueza; definiu, pelo critério de classificação dos cidadãos, a participação no Exército e o exercício de magistraturas; liberou o voto na **Eclésia** para indivíduos mais pobres, embora estes não pudessem ser magistrados; e criou outro conselho para a elaboração das leis, a **Boulé**.

As reformas implementadas por Sólon não foram suficientes para conter as agitações sociais. Em 546 a.C., Pisístrato, apoiado pelo povo, tornou-se o primeiro tirano de Atenas. Em seu governo, empreendeu uma reforma agrária, distribuindo terras e créditos aos camponeses pobres, realizou obras públicas geradoras de empregos, incentivou as artes e prestigiou festas esportivas e religiosas. Começou nesse período a projeção de Atenas como grande centro comercial e cultural da Grécia.

Busto de mármore de Sólon, cópia do original grego (século IV a.C.). Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália.

Democracia ateniense

A instabilidade política e social prosseguiu. Em 504 a.C., Clístenes liderou uma rebelião com o apoio do povo e, por meio de uma série de reformas políticas, instituiu o regime democrático em Atenas. Como forma de combater os regimes tirânicos, Clístenes criou a lei do **ostracismo**, que previa o banimento de pessoas que ameaçassem a democracia em Atenas. Os indivíduos banidos eram obrigados a abandonar a região da Ática por dez anos.

Durante o governo de Péricles (de 461 a 429 a.C.), a democracia ateniense consolidou-se e atingiu sua plenitude com o estabelecimento da **isonomia** (igualdade de todos perante a lei), da **isegoria** (igualdade de direito ao acesso à palavra na assembleia) e da **isocracia** (igualdade de participação no poder).

No tempo de Péricles, o comparecimento à assembleia soberana era aberto a todo **cidadão**. As decisões da assembleia representavam a palavra final da pólis em vários assuntos, como os relacionados à guerra e à paz, aos tratados, às finanças, à legislação, às obras públicas, ao julgamento dos casos mais importantes e à eleição dos administradores.

De acordo com o filósofo Aristóteles (a quem se atribui a obra *Constituição de Atenas*, escrita no século IV a.C.), a sociedade ateniense do período democrático estava dividida em: **eupátridas**, ou “bem-nascidos” (membros da aristocracia que afirmavam descender de um ancestral de prestígio), **georgói** (os camponeses) e **demiurgói** (os artesãos). Esses três grandes grupos compunham a classe dos cidadãos. Os **metecos** (estrangeiros) e os **escravos** não eram considerados cidadãos.

A sociedade ateniense foi organizada para o mundo masculino. As mulheres atenienses não podiam participar das assembleias, exercer cargos públicos, herdar bens e sair de casa desacompanhadas. Os pais se encarregavam de casar as filhas adolescentes, as quais, após as **núpcias**, ficavam sob a tutela do marido. As mulheres pobres tinham que trabalhar no preparo dos alimentos e cuidar dos filhos, atividades que as mais ricas podiam deixar a cargo de escravos ou escravas.

Cidadão: em Atenas era considerado cidadão todo homem livre, maior de 18 anos, filho de pai e mãe atenienses. Os cidadãos tinham o direito de adquirir terras e de participar do governo da cidade.

Núpcias: casamento; festejo após a cerimônia de casamento.

Em seu livro *A política*, Aristóteles desenvolveu sua hipótese sobre a origem do regime político em Atenas. Acreditando que um regime monárquico deveria estar na origem da história política da pólis ateniense, o filósofo foi buscar nas narrativas míticas as características dos primeiros reis. Com base nisso, ele concluiu que Atenas, no período de sua formação, era governada por um rei, escolhido por sua virtude guerreira, suas habilidades e boas ações em benefício do povo. Com o tempo, a aristocracia, formada por pessoas virtuosas, foi assumindo responsabilidades políticas até tornar-se a camada social que detinha todo o poder em Atenas, inaugurando assim a forma de governo aristocrática.

Na visão do filósofo, a oligarquia era uma degeneração da aristocracia. No regime aristocrático, segundo ele, o governo da cidade era exercido por pessoas escolhidas pelo mérito e pela virtude, e não pela riqueza. Em um regime oligárquico, o critério para o exercício do poder é unicamente a riqueza, mesmo sendo o magistrado mediocre e não virtuoso.

A classificação das mulheres em Atenas como não cidadãs, como aparece em muitas obras, é polêmico. De acordo com o historiador norte-americano Christopher W. Blackwell, especialista em Grécia antiga, as mulheres possuíam o *status* de cidadãs, porém elas não tinham direitos políticos.



Mulher cadeirante vota durante eleições na cidade de Santiago, México, em junho de 2015. Em seu sentido original, a palavra cidadania pode ser definida como o direito de uma pessoa em participar da vida política. No entanto, o conceito de cidadania utilizado atualmente é muito mais amplo. Ele abarca tanto direitos – como o direito à vida, à liberdade, à saúde e à educação – quanto deveres de um indivíduo – como cumprir as leis, preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural e tratar com respeito todos os cidadãos, principalmente idosos, crianças e pessoas com deficiência.

Hierarquia familiar em Atenas

Os filósofos gregos foram os primeiros a refletir, sistematicamente, sobre a organização da vida em sociedade. No trecho a seguir, o filósofo Aristóteles discorre sobre a família, suas características e o relacionamento entre as partes que a compõem, no contexto da sociedade ateniense do século IV a.C.

“Começemos examinando tudo em seus mínimos elementos. As primeiras e mínimas partes possíveis de uma família são senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos. Temos, por isso, que considerar o que cada uma dessas relações é, e o que poderia ser.

[...] a dominação do homem livre sobre o escravo, do homem sobre a mulher, do homem sobre o menino, são todas naturais, mas diferentes, porque, embora as partes da alma estejam presentes em todos os casos, a distribuição é outra. Assim, a faculdade de decisão, na alma, não está completamente presente num escravo; na mulher, é inoperante; numa criança, não desenvolvida. Devemos, portanto, concluir que as mesmas condições prevalecem em relação às virtudes éticas, isto é, todas elas participam da alma dos dominados, embora não na mesma extensão, mas apenas como deve ser exigido de cada um para sua função peculiar. O dirigente deve ter a virtude ética por inteiro, pois sua tarefa é liderar e a razão lidera. E os outros membros devem ter o montante apropriado a cada um. Assim, é evidente que cada classe mencionada deve ter virtude ética. Também está claro que existe alguma variação nas virtudes éticas; o respeito próprio não é o mesmo num homem e numa mulher, assim como acontece com o senso de justiça e a coragem, como Sócrates julgava; a primeira é a coragem daquele que comanda, a outra, do servo; e ocorre o mesmo com as outras virtudes.

[...] Melhores que aqueles que procuram definições generalistas são os que [...] enumeram as diferentes virtudes. Assim, o poeta Sófocles preferiu dizer que ‘o silêncio é a glória de uma mulher’, mas não do homem. Devemos sempre seguir com esse método, de avaliar a virtude de acordo com a função. Veja-se a criança: ainda não inteiramente desenvolvida, sua função é crescer; assim, não podemos falar de sua virtude como absoluta, mas apenas em relação ao progresso de seu desenvolvimento e a quem quer que seja o responsável por ela. Assim também quanto ao escravo e ao senhor; vimos que a função do primeiro é executar trabalhos inferiores; desse modo, a quantidade de virtude requerida não será muito grande, apenas o suficiente para garantir que ele não negligencie seus deveres com uma vida dissoluta ou por mera fraqueza.

[...] são todos assuntos pertinentes à administração da família e toda família é parte do Estado; e a virtude da parte precisa ser examinada em relação à virtude do todo. Isso significa que as crianças e as mulheres devem ser educadas com um olho na constituição do Estado – ao menos se é verdadeiro dizer que faz diferença, para a excelência do Estado, que suas crianças e mulheres devam ser boas. E realmente isso faz diferença, pois as mulheres compõem metade da população livre adulta, e das crianças surgirão aqueles que virão a ser cidadãos e a participar da vida política.”

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 147, 166-168.

Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor, o lugar e a época em que foi produzido.
2. De acordo com o autor, quem fazia parte da família ateniense? Quais eram os atributos de cada um?
3. Para o autor do texto, qual é a importância da educação das mulheres e das crianças?
4. Explique, no contexto da cidade de Atenas, a afirmação “o silêncio é a glória de uma mulher, mas não do homem”.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

A organização política de Esparta é atribuída a Licurgo, um lendário legislador.

◆ Esparta

A cidade de Esparta foi fundada na Lacônia, na Península do Peloponeso, por grupos dórios que dominaram os antigos habitantes. Para manter sua hegemonia na região, a aristocracia de origem dória criou uma estrutura voltada para uma ação militar contínua. A preocupação das instituições consistia em tornar cada membro dos setores dominantes um elemento permanente do Exército: Esparta encontrava na guerra o sentido de sua existência e sua vocação.

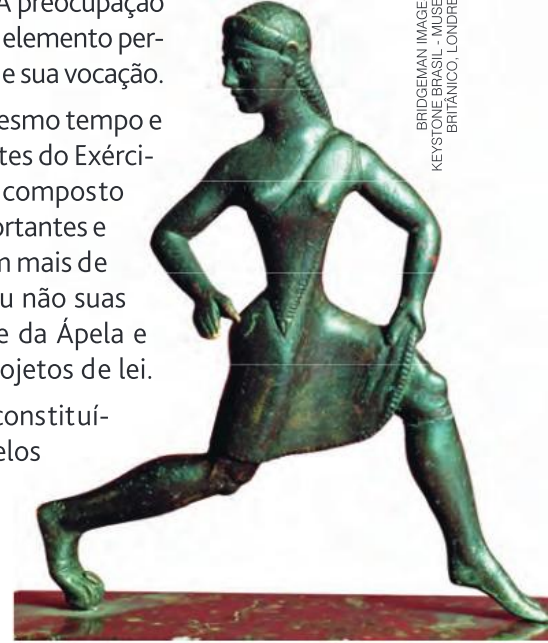
A cidade era dirigida por uma **diarquia**, isto é, dois reis governavam ao mesmo tempo e desempenhavam funções de caráter religioso e militar – além de comandantes do Exército, eram os sumos sacerdotes e os juízes supremos. À **Gerúsia**, um conselho composto de 28 anciãos (*gerontes*) com mais de 60 anos, cabiam as decisões mais importantes e a elaboração de leis. A **Ápela**, assembleia formada por todos os cidadãos com mais de 30 anos, tinha como função escolher os membros da Gerúsia e ratificar ou não suas decisões. Cinco **éforos** (vigilantes) comandavam as reuniões da Gerúsia e da Ápela e fiscalizavam a vida pública e econômica dos cidadãos. Podiam até vetar projetos de lei.

A essa estrutura política correspondia uma sociedade hierarquizada, constituída por três grupos distintos. A posição social mais elevada era ocupada pelos **esparciatas**, ou **espartanos**, descendentes dos dórios, que gozavam de todos os privilégios e viviam sob rígida disciplina militar. Seguiam-se os **periecos**, antigos habitantes da Lacônia, que se dedicavam ao artesanato e ao comércio. Eles não tinham direitos políticos, embora fossem livres e cultivassem as próprias terras. Havia ainda os **hilotas**, servos que trabalhavam nas terras dos esparciatas.

Educação voltada para a guerra

A educação espartana visava à formação de bons soldados e cidadãos leais, privilegiando a preparação física e militar. A partir dos 7 anos, os meninos eram entregues ao Estado, que procurava fazer deles soldados obedientes e capazes de resistir às fadigas. Nos acampamentos militares, para onde eram levados, os jovens eram submetidos à fome, ao frio e a castigos físicos, a fim de preparar-se, física e emocionalmente, para os sacrifícios da guerra.

As mulheres também recebiam, desde a infância, um rigoroso treinamento físico e psicológico, para que gerassem crianças robustas e saudáveis. As espartanas tinham liberdades inexistentes em outras cidades-Estado da Grécia. Elas podiam, por exemplo, comparecer às reuniões públicas e compartilhar com o marido a administração do lar. Em casa, tudo indica que tivessem uma relação de diálogo com o marido, encorajando-o, inclusive, em sua vocação guerreira. Mas, ainda que tivessem mais autonomia que as mulheres gregas de outras pólis, as espartanas não possuíam direitos políticos.



BRIDGEMAN IMAGES/
KEYSTONE BRASIL / MUSEU
BRITANICO, LONDRES

Garota correndo (c. VI a.C.), escultura de bronze encontrada próxima à cidade de Esparta, na Grécia. Museu Britânico, Londres. Ao contrário da maioria das mulheres na Grécia antiga, as espartanas praticavam ginástica, participavam de jogos e circulavam livremente pela cidade.



Detalhe de vaso de bronze (c. 500 a.C.) com relevo que mostra guerreiros espartanos a pé e em uma quadriga. Museu de Châtillon, Châtillon-sur-Seine, França.

Período clássico: a Grécia em guerra

As guerras eram parte do cotidiano das cidades-Estado gregas. Embora os gregos possuíssem uma identidade comum, falassem a mesma língua e adorassem os mesmos deuses, existia uma grande rivalidade entre as pólis. Cada uma delas possuía autonomia política e econômica e tinha os próprios governantes, cujos interesses muitas vezes divergiam dos interesses da cidade vizinha, o que podia levar a guerras.

Além dos conflitos entre os próprios gregos, havia combates aos inimigos externos. Fora do mundo grego existiam povos e impérios que empreendiam políticas de expansão territorial, algumas delas ameaçando a autonomia das cidades-Estado. Nessas situações as pólis podiam deixar de lado antigas rivalidades e se unir contra o inimigo externo comum, como aconteceu na guerra contra a Pérsia.

Guerras Médicas

Entre os séculos VI e V a.C., os persas já haviam dominado as colônias gregas da Ásia Menor e ameaçavam a Grécia continental. O confronto entre os dois povos se deu nas **Guerras Greco-Pérsicas**, ou **Guerras Médicas** (assim denominadas porque os gregos chamavam os persas de medos), e mudou a história de ambos.

Entre 500 e 494 a.C., as cidades da Ásia Menor rebelaram-se contra os persas. Depois de dominar a revolta, o rei persa Dario I decidiu castigar os atenienses, que haviam apoiado os núcleos gregos. Em 490 a.C., navios persas desembarcaram tropas na Planície de Maratona, a cerca de 40 quilômetros de Atenas. Apesar de inferiorizados numericamente, os atenienses derrotaram os persas e retornaram à cidade antes que a frota de Dario I a atacasse.

Dario passou, então, a preparar uma invasão em larga escala, mas morreu antes de concretizar seu projeto. Seu filho Xerxes foi responsável por uma nova ofensiva persa. Em 480 a.C. Xerxes mobilizou um poderoso Exército contra os gregos, derrotando os espartanos na Batalha das Termópilas e, posteriormente, atacando e incendiando Atenas.

Ao longo do tempo, criou-se um mito em torno da resistência de Leônidas e de seus trezentos guerreiros no desfiladeiro das Termópilas. Descritos pelo historiador grego Heródoto, tais eventos serviram de inspiração a peças de teatro, trabalhos de historiadores e vários livros. A resistência dos espartanos tornou-se símbolo de coragem e bravura.



Fonte: *Atlas histórico*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1989. p. 17.

“Os espartanos enviaram na frente Leônidas, com seus trezentos homens, a fim de encorajar com essa conduta o resto dos aliados e com receio de que eles abraçassem a causa dos persas, vendo a lentidão dos primeiros em socorrer a Grécia. [...] Os outros aliados [...], como não esperavam combater tão cedo nas Termópilas, tinham-se limitado a enviar um pequeno número de tropas de vanguarda. [...]

Xerxes [...], depois de haver esperado algum tempo, pôs-se em marcha [...]. Descendo a montanha, os bárbaros e o soberano aproximaram-se do ponto visado. Leônidas e os gregos, marchando como para uma morte certa, avançaram muito mais do que haviam feito antes, até o ponto mais largo do desfiladeiro, já sem a proteção da muralha. Nos encontros anteriores não haviam deixado os pontos mais estreitos, combatendo sempre ali; mas neste dia a luta travou-se num trecho mais amplo, ali perecendo grande número de bárbaros. Os oficiais destes últimos, colocando-se atrás das fileiras com o chicote na mão, impeliam-nos para a frente à força de chicotadas. Muitos caíram no mar, onde encontraram a morte, enquanto inúmeros outros pereceram sob os pés de seus próprios companheiros. Os gregos lançavam-se contra o inimigo com inteiro desprezo pela vida, mas vendendo-a a alto preço. A maioria deles já tinha as suas lanças partidas, servindo-se apenas das espadas contra os persas. [...]

Leônidas foi morto nesse encontro, depois de haver praticado os mais prodigiosos feitos. Com ele pereceram outros espartanos de grande valor [...]. Os persas perderam também muitos homens de primeira categoria [...].”

HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950. p. 597, 604. v. 2.

A Batalha de Salamina foi decisiva para o desfecho da guerra. Apesar de contar com uma esquadra muito menor (menos da metade de embarcações que as forças persas), os gregos saíram vitoriosos. A vitória em Salamina deu aos gregos o ânimo necessário para derrotar os persas em outras batalhas, obrigando a retirada de Xerxes e seus soldados.

Uma vez afastada a ameaça persa no continente, os espartanos retiraram-se da guerra, enquanto Atenas e outras cidades continuaram a luta para expulsar o inimigo do Mar Egeu e da costa asiática. As cidades mobilizadas contra os persas formaram a **Liga de Delos**, confederação presidida por Atenas. Cada cidade-membro contribuiu com homens, navios e dinheiro para o tesouro comum, que foi utilizado, em grande parte, para reconstruir e embelezar a pólis ateniense.

Ruínas da Acrópole de Atenas, na Grécia. Foto de 2015. Durante o governo de Péricles, o tesouro da Ilha de Delos foi transferido para Atenas, e passou a ser utilizado no embelezamento da cidade, destruída pelos persas. O Parthenon, templo dedicado à deusa Atena, foi construído nesse período.





BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - MUSEU ARQUEOLÓGICO NACIONAL DE NÁPOLES

Alexandre, o Grande (século I a.C.), mosaico romano. Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália. Alexandre foi grande promotor da cultura helenística. Sob sua proteção trabalharam escultores como Alexandros de Antioquia, autor da famosa *Vênus de Milo*.

Alguns dos monumentos que materializavam a vitalidade da cultura helenística produzida nos domínios macedônicos eram o Farol de Alexandria e o Grande Altar de Zeus, construído na cidade de Pérgamo, na Ásia Menor.

◆ A Guerra do Peloponeso e a conquista macedônica

A hegemonia política e econômica de Atenas incomodou outras cidades gregas. Mesmo com o fim das Guerras Médicas, as pólis da Liga de Delos continuaram enviando recursos para Atenas, que os utilizou para reconstruir a cidade e fortalecer seu poder econômico e político.

Insatisfeita, Esparta uniu-se às cidades de Corinto, Mégara e Tebas e formou a **Confederação do Peloponeso**. O confronto entre as cidades rivais acabou por levar à guerra conhecida como **Guerra do Peloponeso**, iniciada em 431 a.C. Foram 27 anos de lutas, que terminaram com a derrota ateniense.

No século IV a.C., as principais cidades gregas estavam esgotadas por décadas de guerras. Nenhuma delas tinha condições de impor um projeto político próprio. Divididas, eram alvos fáceis para um inimigo externo.

Foi o que aconteceu. Dessa vez, o adversário era um reino ao norte da Grécia: a Macedônia. Aproveitando o esgotamento e a desunião das cidades gregas, o rei da Macedônia, Filipe II, fomentou a rivalidade entre as pólis gregas ao mesmo tempo que preparava um poderoso Exército para conquistá-las. A invasão do território helênico se efetivou em 338 a.C., na Batalha de Queroneia.

A política expansionista de Filipe II continuou com seu filho e sucessor **Alexandre Magno**, que consolidou a dominação da Grécia e conquistou os territórios persas. Alexandre tornou-se o senhor do maior Império formado até então (veja o mapa).

Habilmente, Alexandre intitulou-se libertador dos territórios conquistados, procurando evitar rebeliões capazes de desgastar seu processo de expansão. Respeitou as instituições políticas e religiosas dos povos vencidos e promoveu casamentos entre seus oficiais e mulheres das populações locais. Ele próprio desposou uma princesa persa.

A fusão dos valores gregos com as tradições das várias regiões asiáticas conquistadas deu origem a uma nova manifestação cultural, o **helenismo**. Seus principais centros eram as cidades de Pérgamo, na Ásia, e Alexandria, no Egito, fundada pelo próprio Alexandre. Na cidade de Alexandria havia centenas de teatros, um museu e uma vasta biblioteca, a maior da Antiguidade.

O Império Macedônico no século IV a.C.



Fonte: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner; HERGT, Manfred. *Atlas histórico mundial: de los orígenes a nuestros días*. 22. ed. Madrid: Akal, 2007. p. 64.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

◆ Cultura grega

Algumas expressões do nosso vocabulário como “complexo de Édipo”, “presente de grego”, “calcanhar de Aquiles”, “caixa de Pandora” e muitas outras mostram que a cultura grega antiga atravessou os séculos e ainda sobrevive no mundo ocidental. Os mitos gregos e seus deuses e heróis habitam nosso imaginário e estão presentes no teatro, na pintura, na escultura, na literatura, nas marcas de diferentes produtos, nos símbolos identificados ao comércio e à medicina, em nomes de pessoas e nas expressões da nossa língua. Zeus, Afrodite, Atena, Poseidon, Hermes e outros deuses do panteão grego são por nós conhecidos.

No campo da filosofia, as ideias de Sócrates, Platão e Aristóteles, só para citar os mais conhecidos, influenciaram o pensamento de diferentes gerações de intelectuais com reflexões sobre a existência, as relações humanas e a natureza. Até mesmo as pessoas comuns, muitas vezes, ao refletir sobre si mesmas, ao tomar decisões ou assumir posições, sustentam-se, mesmo sem saber, no pensamento desses antigos filósofos.

◆ Religião

A religião teve grande importância na formação da cultura grega. Os deuses gregos eram dotados de poderes sobrenaturais e também de virtudes e defeitos humanos. A religião grega era essencialmente cívica, ou seja, ligada à cidade. Cada pólis tinha seu deus protetor, e os rituais e festas eram formas de estabelecer relação entre homens e deuses. Os deuses gregos podiam relacionar-se com os humanos e ter filhos com eles, que nasciam como heróis ou semideuses. Em geral, os heróis tinham poderes divinos, mas eram mortais como os humanos.

Os deuses e heróis eram personagens de narrativas míticas, criadas pela coletividade e transmitidas, de geração a geração, por meio da poesia oral. A função dos mitos era responder às indagações sobre a existência humana, a natureza e a origem de todas as coisas, ao mesmo tempo que serviam como modelo de conduta e de virtude para os cidadãos. Os mitos gregos se transformaram em uma das principais fontes de inspiração para a arte e a literatura ocidentais. Leia no quadro ao lado informações sobre alguns dos deuses gregos.

Panteão dos deuses gregos

Afrodite: deusa do amor, da beleza, da sexualidade e da fertilidade.

Apolo: deus das doenças e da cura, da beleza, da verdade e da razão.

Ares: deus da guerra.

Ártemis: irmã gêmea de Apolo; deusa da Lua, da caça, dos animais e do parto e protetora das mulheres.

Atena (ou Palas Atena): padroeira de Atenas, deusa da sabedoria, da guerra estratégica, da justiça e das artes.

Deméter: deusa da agricultura, das colheitas e das estações do ano.

Dionísio: deus do vinho, da loucura e das festas.

Hefesto: deus dos artífices, do fogo e dos vulcões.

Hera: protetora do casamento, da maternidade e das esposas.

Hermes: mensageiro dos deuses, patrono dos rebanhos, dos viajantes, da ginástica e dos ladrões.

Poseidon: deus do mar e dos terremotos.

Zeus: senhor dos deuses e do universo.



Frank & Ernest (2011), tirinha de Bob Thaves. Medusa era uma das três górgonas, criaturas de extrema beleza, mas sem escrúpulos. Como forma de punição, Atena deformou a aparência das górgonas, transformando seus cabelos em serpentes e dando-lhes a capacidade de transformar em pedra quem olhasse em seus olhos.



JOSÉ VICENTE RESINO RAMOS - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Vênus de Milo, escultura de mármore de cerca de 130 a.C. Museu do Louvre, Paris, França.

◆ Arte grega

Uma das principais expressões da arte grega, o teatro tem suas origens ligadas às Dionisiacas, festas em homenagem a Dionísio, deus do vinho. Essas festividades incluíam sacrifícios, danças, músicas e poesias. Delas originaram-se os dois gêneros clássicos do teatro grego: a **tragédia** e a **comédia**.

A tragédia abordava a vida de personagens elevados moralmente. Acreditava-se que, ao despertar pavor e piedade nos indivíduos, a tragédia corrigia seus vícios e orientava sua conduta. Entre os poetas trágicos destacaram-se:

- **Ésquilo** (c. 525-456 a.C.): exaltou a glória de Atenas em *Os persas*, *Os sete contra Tebas* e a trilogia *Oréstia*. O teatro de Ésquilo apresentou importantes inovações, como o uso de um segundo ator, além do protagonista e do coro, permitindo enredos mais complexos e conferindo maior veemência dramática à tragédia.
- **Sófocles** (c. 496-406 a.C.): autor de obras como *Antígona*, *Édipo rei* e *Electra*, mostrou a influência dos desígnios divinos na vida dos homens. A obra *Édipo rei* o consagrou como o maior poeta trágico da sua época. Sófocles inovou a técnica teatral ao inserir um terceiro ator no palco, ampliando o número de personagens.
- **Eurípides** (c. 480-406 a.C.): autor de *Medeia*, *Hipólito*, *Andrômaca* e *As troianas*, manifestou grande interesse pelas paixões e misérias humanas e, em especial, pelas personagens femininas. Eurípides foi o primeiro autor trágico a dar destaque às mulheres, por considerá-las mais sujeitas a emoções, como a ternura, o ódio e a paixão.

A comédia tratava da vida de personagens menos elevados e estava voltada para os costumes e os assuntos do cotidiano. Um dos autores mais expressivos foi **Aristófanes** (445-386 a.C.), que escreveu *A paz*, *As vespas* e *As nuvens*, entre outras obras. Aristófanes destacou-se por suas sátiras sociais e políticas. Em seus enredos não poupava figuras ilustres, instituições nem deuses.

No campo da **escultura**, o grande destaque foi Fídias (490-430 a.C.), que, no tempo de Péricles, embelezou Atenas com estátuas e monumentos.

Há relatos indicando que a **pintura** em painéis de madeira e paredes era muito frequente e apreciada pelos gregos. Mas os vestígios de material artístico mais comuns são os vasos e as taças de cerâmica. Neles, os gregos registraram cenas do cotidiano, celebrações, guerras e cenas míticas.

◆ CONECTANDO COM A ARTE

Encenação da tragédia *Antígona*, de Sófocles, em Bogotá, Colômbia. Foto de 2014.



FERNANDO VERGARA/AP PHOTO/GLOW IMAGES

◆ Pensamento filosófico e científico

Considerado um dos marcos da cultura grega, o pensamento filosófico desenvolveu-se no final da época arcaica e atingiu sua maior expressão no período clássico. O pensamento filosófico surgiu no início do século VI a.C., com as reflexões de **Tales de Mileto** (c. 640-548 a.C.). Um século depois, surgiram os **sofistas**, que negavam a existência de uma verdade absoluta e buscavam conhecimentos úteis para a vida por meio da retórica. O mais destacado dos sofistas foi **Protágoras** (c. 485-411 a.C.).

Contemporâneo de Protágoras, **Sócrates** (c. 470-399 a.C.), severo crítico dos sofistas, defendeu a ideia de que a reflexão e a virtude eram fundamentais à vida. Por criticar as instituições políticas e sociais de Atenas e negar os deuses da cidade, Sócrates foi condenado à morte em 399 a.C. Boa parte do que conhecemos do pensamento socrático devemos ao registro de seus discípulos, principalmente de **Platão** (c. 428-347 a.C.).

Fundador da Academia de Atenas, Platão afirmava que o real existia no plano das ideias, ao passo que as coisas concretas, perceptíveis aos sentidos, não passavam de cópias imperfeitas de uma realidade ideal. A tarefa dos filósofos, segundo Platão, seria libertar os homens das impressões sensoriais para que pudessem perceber a realidade das coisas. Platão deixou registros de seu pensamento nas obras *A república*, *Apologia de Sócrates*, *O banquete*, entre outras.

Discípulo de Platão, **Aristóteles** (c. 384-322 a.C.) é considerado o “pai” da lógica. Partindo de Sócrates e de Platão, Aristóteles sistematizou os princípios da lógica e denominou-os “analítica”. Em sua teologia, Aristóteles procurou demonstrar racionalmente a existência de Deus, o “primeiro motor imóvel”, o “ato puro”.

Os gregos foram os primeiros a tratar a **história** como objeto de pesquisa sistemática, procurando separar os relatos míticos dos fatos. **Heródoto** (c. 485-420 a.C.), conhecido como o “pai” da história, relatou, em sua obra *História*, as Guerras Greco-Pérsicas. Preocupado em investigar os acontecimentos e o modo de vida dos povos, visitou o Egito, a Península Itálica e a Ásia Menor. **Tucídides** (c. 460-400 a.C.), outro historiador, influenciou muitas gerações de historiadores ao escrever sua *História da Guerra do Peloponeso*.

Durante o período helenístico, merecem destaque estudos nas áreas de **geografia**, **matemática** e **física**. Na geografia, **Eratóstenes** (c. 275-195 a.C.) calculou a medida da circunferência da Terra; na matemática e na física, são fundamentais as contribuições de **Pitágoras** (c. 570-c. 495 a.C.), criador do teorema que descreve a relação das medidas de um triângulo retângulo, de **Euclides** (século III a.C.), criador das bases da geometria, e de **Arquimedes** (287-212 a.C.), que descobriu princípios como os da alavanca e da roldana, além de formular leis de flutuação dos corpos.

Estátua de Pitágoras localizada na Ilha de Samos, na Grécia. Foto de 2013. Na escultura, o matemático grego faz parte de um triângulo retângulo, formando um ângulo de 90° com a base da escultura.

CONECTANDO COM A FILOSOFIA

HERCULES MILAS/ALAMY/LATINSTOCK



Explorando o conhecimento

1. Caracterize as civilizações cretense e micênica.
2. Compare as características da sociedade ateniense com as de Esparta, e responda às questões a seguir.
 - a) Que grupo social tinha direitos políticos em Esparta e que grupos eram excluídos desses direitos?
 - b) Após a instalação da democracia em Atenas, no século V a.C., que camadas da sociedade tinham direito à cidadania? Que setores estavam excluídos desse direito?
3. Caracterize as reformas de Sólon, que representaram um importante avanço para a implantação da democracia.

Pensando criticamente

4. Leia este texto para, em seguida, responder às questões.

“Os escravos de Atenas eram em sua maioria prisioneiros de guerra [...] e seus descendentes, considerados [...] ‘instrumentos vivos’. Dos escravos, cerca de 30 mil trabalhavam nas minas de prata, [...] 25 mil eram escravos rurais e 73 mil eram escravos urbanos empregados nas mais variadas tarefas e ofícios, permitindo que seus donos se ocupassem dos assuntos públicos.”

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 39. (Coleção Repensando a história)

- a) Que visão os atenienses tinham dos escravos?
 - b) Por que os escravos eram vistos como essenciais para a democracia ateniense?
5. A formação da pólis grega teve muita importância para o surgimento da filosofia, que pode ser caracterizada como uma forma crítica, racional, sistematizada e autônoma de reflexão sobre os problemas que a realidade apresenta. Refletindo sobre essa afirmação, leia o seguinte texto e responda às questões.

“A pólis se fez pela autonomia da palavra, não mais a palavra mágica dos mitos, palavra dada pelos deuses [...] mas a palavra humana do conflito, da discussão, da argumentação. Expressar-se por meio do debate fez nascer a *política*, que permite ao indivíduo tecer seu destino na praça pública.”

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009. p. 39.

CONECTANDO COM A FILOSOFIA

- a) Qual é a relação entre a formação da pólis na Grécia e o surgimento da filosofia?
 - b) Podemos dizer que Esparta teve a mesma configuração de pólis que Atenas? Por que Atenas encaixa-se melhor na ideia de política expressa no texto?
6. Os mitos são relatos simbólicos que, transmitidos ao longo de várias gerações, são utilizados para explicar as origens de determinados fenômenos, instituições, costumes e tradições. Uma das histórias mais conhecidas da mitologia grega é a de Pandora, esposa do titã Epimeteu. Um dia, Pandora abre uma caixa pertencente a seu marido, deixando escapar de dentro dela todos os males do mundo. Leia este texto e, em seguida, responda: qual é a mensagem transmitida pelo mito de Pandora?

“– Pandora! Não se esqueça de mim! Ainda estou aqui. [...]”

Pandora e Epimeteu aproximaram-se da caixa e viram, no fundo dela, uma criatura brilhante, de asas douradas, que os olhava com um sorriso.

– Meu nome é Esperança – disse a criatura. [...] Não há por que me guardar numa caixa. Coloquem-me nos seus corações e ficarei com vocês para sempre. Enquanto tiverem esperança, não precisarão temer misérias nem desgraças, serão capazes de superar tristezas e desespero. [...]

Epimeteu e Pandora tiraram a esperança da caixa. Abriram lugar em seus corações, onde ela se instalou para sempre.”

KIMMEL, Eric A. *Mitos gregos*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 12.

Investigando

7. As Olimpíadas são uma das heranças mais importantes dos gregos antigos para o mundo contemporâneo. Realizados de quatro em quatro anos, os Jogos Olímpicos da era moderna são assistidos por bilhões de telespectadores ao redor do planeta. Realize uma pesquisa, em livros e na internet, sobre a origem dos Jogos Olímpicos da Antiguidade. Em sua pesquisa, explique os motivos que levavam os gregos a se reunir para disputar competições esportivas. Além disso, informe o local das competições, quais eram disputadas, quem podia participar, premiações etc. Depois, apresente seus resultados para a classe.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade).

(ENEM-MEC/2014)

TEXTO I

“Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.”

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*.
Brasília: Editora UnB, 1987. (Adaptado)

TEXTO II

“Um cidadão integral pode ser definido nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixado.”

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a)

- a) prestígio social.
- b) acúmulo de riqueza.
- c) participação política.
- d) local de nascimento.
- e) grupo de parentesco.

Analizando

A leitura atenta dos textos é fundamental para resolver a questão, pois no enunciado solicita-se que você considere seu conteúdo e identifique semelhanças para escolher a alternativa correta.

No primeiro texto, Tucídides afirma que o homem que não participa das atividades públicas é um inútil. Além disso, ele observa a necessidade de preparação para o debate entre cidadãos, que, em seu tempo (século V a.C.), ocorria principalmente na Eclésia, instância máxima da democracia ateniense.

No segundo texto, Aristóteles define o cidadão como aquele que exerce funções públicas e apresenta alguns limites para essa

participação, como a obrigatoriedade da alternância entre os ocupantes dos diferentes cargos.

Note que o enunciado oferece os marcos cronológicos necessários para situar o tema: está em discussão o conceito de cidadania entre os séculos V e IV a.C. Trata-se, portanto, da época em que a democracia vigorou em Atenas (onde viveram os dois autores) e em outras cidades gregas.

Vamos examinar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: De acordo com os textos, podemos inferir que, para ambos os autores, o prestígio social era uma decorrência da participação na vida pública.
 - Alternativa **b**: Entre os séculos VIII e VII a.C. a cidade de Atenas era governada pela elite, proprietária de terras e de escravos (os eupátridas). O legislador Sólon (início do século VI a.C.) dividiu os cidadãos em grupos de acordo com a riqueza, critério estabelecido para o acesso a algumas funções públicas, e garantiu o direito de voto na Eclésia aos cidadãos. Clístenes, no final do século VI a.C., estabeleceu nova divisão da sociedade ateniense pela base territorial (o demos), eliminando o critério anterior (censitário). Os cidadãos de cada demos eram eleitos ou sorteados periodicamente para ocupar funções em todos os órgãos do governo ateniense: tribunais, conselhos e magistraturas. Todos os cidadãos passaram a ter o direito à palavra na Eclésia.
 - Alternativa **c**: A palavra **política** é derivada de pólis, conceito grego antigo correspondente a cidade-Estado. Política era o conjunto de atividades exercidas pelos cidadãos para definir os rumos da vida pública em todos os aspectos, inclusive na política externa (declarações de guerra ou estabelecimento da paz).
 - Alternativa **d**: O local de nascimento era um dos fatores que definiam a cidadania na Grécia antiga, mas o tema não foi abordado em nenhum dos textos.
 - Alternativa **e**: A filiação também era um dos elementos definidores da cidadania. Contudo, esse aspecto não foi tratado pelos pensadores nos textos citados.
- Agora é com você:** que alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **c**.

O esplendor de Roma e a civilização bizantina

Pretende-se, com esta abertura, provocar a reflexão sobre a construção histórica e social de conceitos e instituições como, por exemplo, a família. A ideia do que é família transformou-se ao longo da história, como é possível observar por meio da leitura dos textos. Na Roma antiga, o conceito de família não estava ligado ao sangue, mas às relações construídas em torno e para proveito do cidadão romano, o homem. Segundo a maioria dos advogados do direito de família no Brasil, família significa, atualmente, menos uma relação de consanguinidade e mais uma relação socioafetiva entre indivíduos.

Família da comunidade quilombola de Muquém. Município de União dos Palmares (AL), fevereiro de 2015.



RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Um conceito amplo de família

“Em Roma a ‘voz do sangue’ falava muito pouco; o que falava mais alto era a voz do nome da família. [...] Havia escravos libertos, geralmente ricos e poderosos, [...] pois os libertos tinham o sobrenome do amo que os libertava da escravidão, continuavam seu nome. Assim se explica a frequência das adoções: a criança adotada tomava o nome do novo pai. [...] a frequência de adoções constitui outro exemplo do pouco naturalismo da ‘família’ romana [...]. Há dois meios de se ter filhos: gerando-os ou adotando-os; este podia ser um modo de [...] adquirir a condição de pai de família exigida por lei dos candidatos a honras públicas e aos governos das províncias.”

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 23, 25-26, 30. v. 1.

“A sociedade brasileira vive hoje o fenômeno das famílias [...] formadas, justamente, por pessoas que estão ligadas pelo amor [...]. Assim, a presença do afeto, [...] da disponibilidade, do cuidado, do alimento, é que são capazes de dar ensejo à presença de uma estrutura familiar propriamente dita, independentemente de quem são, e de quantos são, os indivíduos envolvidos. [...] Ainda, o dever de convivência valorizou o afeto nas relações familiares, uma vez que assumiu relevância jurídica e se expressa, por exemplo, [...] no reconhecimento da paternidade socioafetiva, na qual o vínculo sentimental entre pais e filhos pode, muitas vezes, se sobrepor às relações de consanguinidade.”

LEVY, Laura Affonso da Costa. Família constitucional, sob um olhar da afetividade. *Portal Âmbito Jurídico*. Disponível em <www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7438>. Acesso em 7 nov. 2015.

◆ Conversando sobre

1. Compare os textos e identifique a principal permanência e a principal diferença no conceito de família na Roma antiga e no Brasil atual. Justifique.
2. A imagem desta abertura exemplificaria a ideia de família apresentada em ambos os textos? Por quê?
3. Cite outras formações familiares na atualidade e discuta os fatores sociais que possibilitaram a transformação do conceito de família.

Roma antiga

Atualmente, a cidade de Roma é a capital da Itália. Na Antiguidade, Roma foi o centro econômico e político da região do Mediterrâneo e a capital de um vasto Império.

Roma está situada na região do Lácio, parte central da Península Itálica. Com base em evidências arqueológicas constatou-se que, no século VIII a.C., os povos latinos organizavam-se em uma pequena comunidade, formada por várias aldeias constituídas por cabanas com paredes de palha e ramos, que deram origem à cidade de Roma.

A formação dos povos latinos resultou do encontro cultural entre os invasores indo-europeus e os grupos mediterrânicos, que havia milênios habitavam a região. Além dos latinos, outros povos viviam na Península Itálica, como gregos e cartagineses (veja o mapa ao lado). Dessa formação, os etruscos foram os que mais se destacaram.

A origem dos etruscos é controversa. Os historiadores acreditam que tenham migrado da Ásia Menor em direção à Península Itálica pelo mar e, a partir do século VI a.C., começaram a se espalhar pela região, fundando várias cidades-Estado. Hábeis navegadores e mercadores, os etruscos foram os responsáveis por introduzir em Roma a cultura do comércio pelo Mediterrâneo.

O contato entre os diferentes povos que habitavam a Península Itálica, impulsionado principalmente pelas atividades comerciais, propiciou um intercâmbio cultural fundamental na formação e no desenvolvimento da cidade de Roma, cuja história costuma ser dividida em três grandes períodos: **Monarquia**, **República** e **Império**.



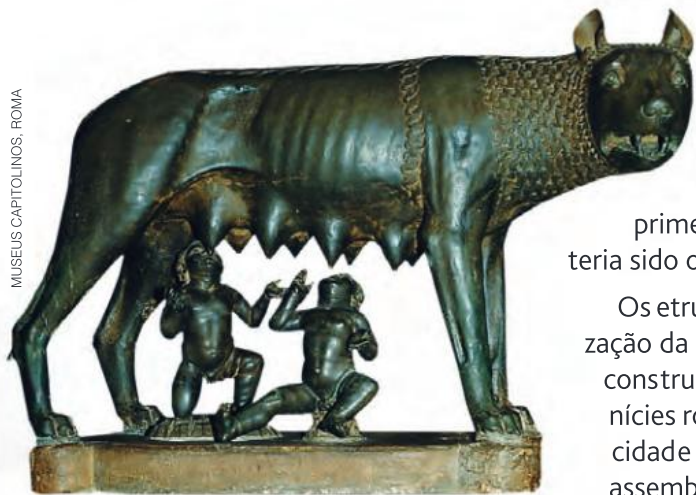
Fonte: HADA, Moses. *Roma imperial*. Rio de Janeiro: Time-Life Livros/José Olympio, 1969. p. 37.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MARCO BOTTIGELLI/AGF/CORBIS/ISTOCK



Coliseu em Roma, Itália. Foto de 2015. Construído entre 72 e 80 d.C. por ordem do imperador Flávio Vespasiano, o Coliseu foi reaberto ao público em julho de 2000. Atualmente é uma das principais atrações turísticas de Roma.



Lupa capitolina, escultura de bronze (séculos XI-XII). Museus Capitolinos, Roma, Itália. Segundo a lenda, os gêmeos Rômulo e Remo foram abandonados num cesto no Rio Tibre e encontrados por uma loba, que os amamentou. Recolhidos e criados por um pastor, cresceram e fundaram a cidade de Roma.

Até 2008, acreditava-se que essa peça exposta em um dos prédios dos Museus Capitolinos fosse uma escultura etrusca do século V a.C., mas a datação por radiocarbono indicou que a loba foi esculpida entre os séculos XI e XII, e os gêmeos foram acrescentados no século XV.

◆ Monarquia (753-509 a.C.)

Segundo a tradição mítica, a cidade de Roma foi fundada pelos irmãos gêmeos Rômulo e Remo em 753 a.C. Sete monarcas governaram a cidade: os quatro primeiros de origem latina e os três últimos, etruscos. Rômulo teria sido o primeiro rei de Roma.

Os etruscos foram responsáveis, em grande medida, pela urbanização da cidade de Roma. No período em que governaram, foram construídos canais de drenagem para secar os pântanos nas planícies romanas, e a área do Fórum foi transformada no centro da cidade – local estabelecido para o mercado e a organização das assembleias políticas.

No período monárquico, a sociedade romana era constituída basicamente por patrícios e plebeus. Os **patrícios** eram os ricos proprietários de terras e gado, e durante muito tempo apenas podiam lutar ou comandar o Exército. Formavam uma aristocracia de sangue, pois o poder e a riqueza eram transmitidos de pai para filho. Os **plebeus** compunham a camada social de pequenos agricultores, artesãos e comerciantes. Eles não tinham direito à participação política, ainda que constituíssem a maior parcela da população, o que gerava graves tensões sociais.

Havia também grupos sociais menores. O grupo dos **clientes** era formado por pessoas que buscavam proteção e apoio de um patrício rico. Entre os clientes figuravam escravos libertos, estrangeiros, filhos ilegítimos, pobres em geral e patrícios menos ricos que ambicionavam alguma herança. Em troca de terras para cultivo, gado, proteção e prestígio, os clientes prestavam ajuda política, judicial, financeira e até militar aos patrícios. Outro grupo era o dos **escravos**, que constituía, durante a monarquia, uma parcela muito pequena da população (leia boxe abaixo).

Durante a monarquia, o Senado era o conselho que reunia os chefes das famílias patrícias de Roma, e sua principal tarefa consistia em eleger o rei; contudo, o rei tinha poderes limitados, tanto que cabia aos **comícios** aceitar ou não o rei eleito.

Embora os etruscos tivessem se estabelecido em Roma e marcado intensamente a cultura romana, o povo da Etrúria era considerado estrangeiro na cidade. A oposição a eles se acirrou, e, no ano 509 a.C., o último rei, **Tarquínio, o Soberbo**, foi deposto por uma revolta dos patrícios, que expulsaram os etruscos da cidade e estabeleceram o regime republicano.

O escravismo na Roma monárquica

Durante o período monárquico a escravidão em Roma foi pouco usual. Já existia nesse período um intenso comércio de cativos na região do Mediterrâneo, porém Roma era um centro comercial pobre, sem condições de comprar escravos. Assim, a modalidade mais comum no período era a **escravidão por dívidas**, que ocorria, por exemplo, quando os plebeus eram convocados para a guerra no período de plantio e colheita e, ao retornar a suas terras, viam-se obrigados a contrair empréstimos para prover sua subsistência, usando sua propriedade como garantia. Aqueles que não quitavam suas dívidas perdiam suas terras e a liberdade, tornando-se escravos. Esse tipo de escravidão deixou de existir em 326 a.C., quando a **Lei Poetélia Papíria** entrou em vigor e aboliu essa prática.

Comício: na Roma antiga, comício ou *comitia* era a assembleia do povo, com poderes de ordem legislativa e eleitoral.

◆ República (509-27 a.C.)

No período republicano, a estrutura do poder em Roma esteve centralizada no Senado, nas assembleias (*comitia*) e nas magistraturas, instituições que abrangiam o conjunto de cargos do Poder Executivo.

O **Senado** compunha-se de 300 membros vitalícios, que até o século IV a.C. eram escolhidos entre os anciãos da aristocracia. A partir desse período, os plebeus enriquecidos conquistaram o direito de compor o Senado. Os senadores eram responsáveis por fiscalizar a ação dos magistrados e ratificar as decisões das assembleias populares.

A participação política dos cidadãos era exercida predominantemente nas **assembleias** (veja boxe ao lado), que eram vetadas às mulheres e aos escravos. Mesmo entre os homens livres, a forma republicana de governo não significava a igualdade, como mostra o texto a seguir:

“Embora o poder estivesse, em termos formais, dividido entre Senado e povo, a influência dos senadores predominava, pois as assembleias populares mais importantes eram aquelas que reuniam os homens em armas e nas quais os poderosos tinham muito mais votos do que os simples camponeses.”

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 103. (Coleção Repensando a história)

As **magistraturas** eram constituídas pelos mais altos funcionários da República. Eleitos pelas assembleias, os magistrados cumpriam mandato temporário como: **cônsules**, em número de dois, comandavam o Exército, dirigiam o Estado e convocavam o Senado; **pretores**, encarregados da justiça; **censores**, responsáveis pelo recenseamento dos cidadãos e pela vigilância dos costumes; **questores**, encarregados da arrecadação dos impostos e do tesouro público; **edis**, responsáveis pelos serviços públicos, pela organização de festas cívicas e religiosas, pela manutenção de edifícios e pelo policiamento. Havia ainda o cargo de **ditador**. Eleito em situações de crise e de guerra, o ditador tinha plenos poderes e mandato de seis meses, renovável se necessário.

Assembleias na Roma republicana

Durante o período republicano destacaram-se três tipos de assembleia: as centúrias, o sistema das tribos e o concílio da plebe.

Nas **centúrias** os cidadãos eram divididos em grupos conforme critérios de riqueza e posição social. Essas assembleias elegiam os magistrados superiores (cônsules, pretores e censores), votavam declarações de guerra ou tratados de paz e aprovavam leis.

O **sistema das tribos** dividia os cidadãos em tribos urbanas e tribos rurais. As tribos elegiam os magistrados inferiores (questores e edis).

O **concílio da plebe**, por sua vez, criado no início do século V a.C., elegia os tribunos da plebe e os edis da plebe.



Primeira sessão de 2015 do Senado e da Câmara Federal no plenário do Congresso Brasileiro, Brasília (DF). A constituição de um Poder Legislativo no Brasil, do qual faz parte, por exemplo, o Senado, expressa a presença de instituições criadas pelos romanos na sociedade atual.

▶ Quais são as principais diferenças entre o Senado brasileiro contemporâneo e o da Roma antiga?

Na Roma antiga, o Senado era composto de membros vitalícios, cidadãos de grande poder aristocrático e/ou financeiro. Os senadores romanos exerciam funções legislativas e executivas. Atualmente, o Senado brasileiro é composto de membros eleitos por sufrágio universal direto que exercem mandatos de tempo limitado. Além disso, os senadores possuem apenas a função legislativa. Se possível, vale comentar com os alunos que uma das principais distinções entre o sistema republicano na Roma antiga e o atual, praticado no Estado brasileiro, é a divisão do poder em Legislativo, Executivo e Judiciário, que tem como base as teorias iluministas do século XVIII.

Acre: unidade de medida para superfícies agrárias variável de acordo com a localidade. Um acre inglês equivale a, aproximadamente, 4047 m². Atualmente, essa medida é adotada em poucos países, como os Estados Unidos, a Austrália, a Índia e o Paquistão, por exemplo.

Conflitos entre patrícios e plebeus

As desigualdades políticas entre patrícios e plebeus geraram inúmeros conflitos sociais, pois, embora muitos plebeus tivessem riquezas e formassem grande parte das forças militares, estavam excluídos dos principais cargos públicos. As lutas dos plebeus por direitos políticos marcaram o período republicano.

Em 494 a.C., centenas de plebeus rebelados ameaçaram não lutar mais no Exército caso suas reivindicações não fossem atendidas. Entre as vitórias obtidas, os plebeus conquistaram o direito de eleger os próprios magistrados, os **tribunos da plebe**, com poder de veto, isto é, podiam impedir a aplicação de atos dos magistrados ou das decisões do Senado.

Outra importante conquista, ocorrida em 450 a.C., foi a publicação das **Leis das Doze Tábuas**, conjunto de leis escritas que asseguravam a igualdade jurídica entre patrícios e plebeus e constituíam um dos fundamentos do direito romano. Essas leis foram gravadas em placas de bronze e expostas no Fórum para conhecimento de toda a população. Antes dessa medida, muitas pessoas desconheciam as leis, que eram divulgadas apenas oralmente.

Inicialmente, o casamento entre patrícios e plebeus era proibido. No entanto, com a expansão comercial, muitos plebeus enriqueceram, enquanto diversas famílias patrícias empobreceram. Dessa forma, o casamento tornou-se interessante para ambos os grupos e passou a ser permitido pela **Lei Canuleia**, aprovada em 445 a.C. Dessas uniões se originou uma nova aristocracia, a dos **nobilitas** (os notáveis).

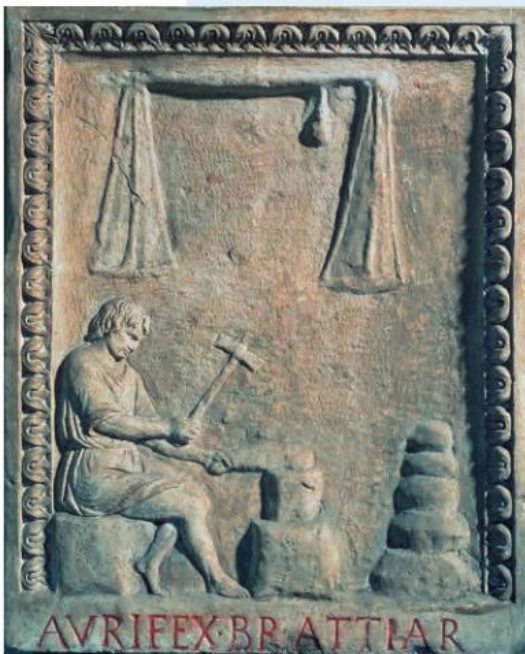
Finalmente, após longa luta política, os plebeus conquistaram, em 367 a.C., o direito de participar do consulado com a promulgação das **Leis Licínias**. Uma das leis determinou que, dos dois cônsules eleitos anualmente, um seria patrício e o outro plebeu.

Outra das Leis Licínias regulamentou a exploração do *ager publicus*, terras públicas administradas pelo Estado que podiam ser alugadas ou cedidas aos cidadãos romanos em troca de serviços prestados ao Estado. Muitos patrícios aproveitavam essa situação para apropriar-se das terras públicas, o que gerava indignação nos camponeses. Com a promulgação da lei, a posse de terras foi limitada a 500 *iugera* (cerca de 320 acres) por cidadão.

Os dados numéricos desta página foram retirados de: FERRAZ, Manuel de Figueiredo. *Do tribulado da plebe*. São Paulo: Edusp, 1989.

O trabalho e o ócio na Roma antiga

ROGER-VIOLLET/BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - MUSEU DA CIVILIZAÇÃO ROMANA, ROMA



Na Roma antiga, as atividades produtivas, principalmente as que demandavam o esforço físico, eram realizadas pela plebe e pelos escravos. Os patrícios, por sua vez, dedicavam-se ao ócio, à política e à administração de suas terras e escravos. Por considerarem os trabalhadores braçais seres inferiores, os patrícios e os *nobilitas* não disfarçavam o desdém por aqueles que trabalhavam. A ociosidade era vista como um mérito.

A mudança dessa visão, com a atribuição de um valor positivo ao ato de trabalhar, só passou a vigorar de forma mais abrangente muito tempo depois da dissolução da sociedade romana, com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII.

Ferreiro trabalhando representado em um relevo romano (século I d.C.). Museu da Civilização Romana, Roma, Itália.

República imperialista

Simultaneamente aos conflitos internos entre patrícios e plebeus, teve início o processo de expansão territorial romana. Essa política expansionista visava inicialmente proteger o território contra povos vizinhos rivais e obter terras necessárias à agricultura e ao pastoreio. No entanto, a expansão militar rapidamente se revelou uma fonte de riquezas em metais preciosos e escravos. Como resultado, em cinco séculos de guerras a dominação romana estendeu-se a boa parte da Europa e a algumas regiões da Ásia e do norte da África.

No decorrer dos séculos IV e III a.C., Roma enviou suas legiões para o norte, contra os etruscos, e para o sul da península, em guerras contra os samnitas e algumas cidades da Magna Grécia. A arrancada para o sul colocou os romanos em confronto com os cartagineses, que controlavam parte da Sicília. Antiga colônia fenícia no norte da África, Cartago dominava o comércio marítimo no Mediterrâneo. A rivalidade entre cartagineses e romanos resultou nas **Guerras Púnicas** (os romanos chamavam os cartagineses de *poeni*).

As Guerras Púnicas desenvolveram-se de 264 a 146 a.C. e terminaram com a destruição de Cartago. Os sobreviventes derrotados foram vendidos como escravos e o território cartaginês tornou-se província romana. Afastada a ameaça cartaginesa, Roma iniciou sua expansão pelo Mediterrâneo Oriental e, nos dois séculos seguintes, conquistou os reinos helenísticos da Macedônia, da Síria e do Egito. Desse modo, o Mediterrâneo transformou-se num lago romano, o *Mare nostrum* ("nosso mar").

A partir do século III a.C., as guerras de conquista contribuíram diretamente para a elevação do número de escravos, tendência que se manteria até o início do período imperial. Estima-se que entre 225 e 43 a.C., a população de escravos na Península Itálica passou de 600 mil para 3 milhões. Os capturados entre os vencidos eram vendidos e empregados em atividades rurais e urbanas.

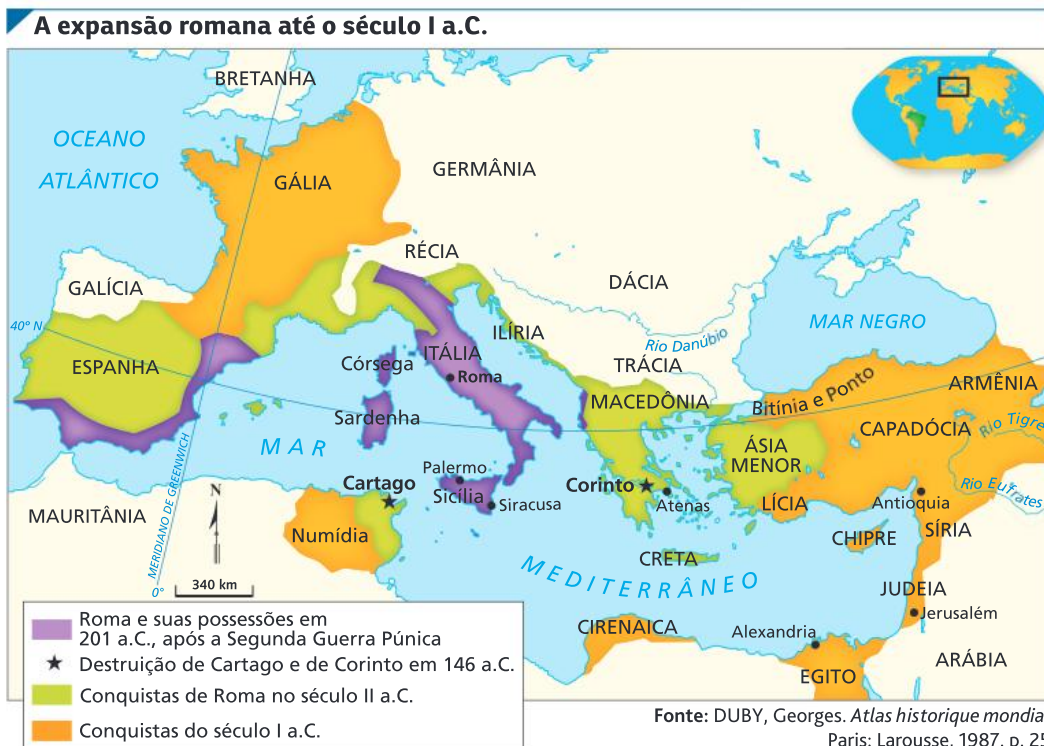
As guerras resultaram também em um grande fluxo de riquezas para Roma na forma de espólios de guerra e tributos. A *nobilitas* foi o principal grupo privilegiado por essa mudança, pois os senadores, além de controlar os principais cargos públicos e militares, assumiram a administração dos novos territórios. Consolidou-se ainda um novo grupo social: o dos **cavaleiros**, pertencentes à ordem equestre. Eles prestavam serviço na cavalaria durante as guerras, podiam cobrar impostos e atuar como jurados.



Estatueta romana representando um bárbaro celta cativo (século I a.C.). Museu Nacional de Antiquidades, St-Germain-en-Laye, França. O termo *bárbaro* teve origem na Grécia antiga e significava "estrangeiro, aquele que não falava grego". A palavra deriva de uma onomatopeia, pois os gregos diziam que os estrangeiros falavam de modo não compreensível ("bar-bar-bar"). Apropriado depois pelos romanos, o termo passou a ser utilizado com o sentido de não civilizado.

CONECTANDO COM A LÍNGUA PORTUGUESA

Os dados numéricos apresentados nesta página foram retirados da obra: ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.





Mosaico romano representando uma batalha entre gladiadores (século I a.C.). Museu Nacional Romano, Itália. Em sua maioria, os escravos trabalhavam no campo ou eram gladiadores, como Espártaco. Os gladiadores eram assim denominados porque utilizavam um tipo de espada curta chamada gládio (do latim *gladius*).

Atualmente, grande parte das legislações sobre a posse da terra reitera a necessidade de uma função social da propriedade da terra. Essa ideia, presente na Constituição brasileira em vigor, não exclui a possibilidade de uma pessoa física ou jurídica ser dona de uma área, mas normatiza a exploração racional e adequada desse local, favorecendo o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores e preservando o meio ambiente.

Rebeliões escravas

Entre os anos 136 e 132 a.C. ocorreu uma revolta de escravos na Sicília. Rebelados, os escravos, muitos deles pastores, tomaram uma cidade e proclamaram como seu rei um escravo sírio de nome Euno. Após longa guerra, as tropas romanas conseguiram debelar o movimento.

Décadas mais tarde, entre 73 e 71 a.C., ocorreu a mais famosa rebelião de escravos da história romana: a revolta de **Espártaco**, que teve lugar na Península Itálica e mobilizou mais de 90 mil escravos. Liderados pelo gladiador Espártaco, os escravos derrotaram várias tropas romanas, mas acabaram vencidos e castigados.

Essas revoltas não tinham como objetivo abolir ou negar a escravidão. Elas foram insurreições pelas quais os escravos buscavam obter a liberdade pessoal.

Questão agrária

Um dos problemas enfrentados pela sociedade romana foi a concentração de terras por parte da aristocracia, o que causava grande insatisfação entre os plebeus. Os irmãos **Tibério** e **Caio Graco**, tribunos da plebe, procuraram solucionar a crise propondo a realização de reformas que atendessem às reivindicações populares.

Em 133 a.C., Tibério Graco conseguiu aprovar a *Lex Sempronia Agraria* (Lei Agrária), que estabelecia a obediência rigorosa à lei que limitava o tamanho da posse do *ager publicus* por cidadão. Como as terras dos latifundiários ultrapassavam o limite, eles seriam obrigados a entregar parte delas ao Estado, para distribuí-las entre os camponeses. A lei desagradou esses proprietários, que se opuseram a ela. Em 132 a.C., Tibério Graco e outros partidários da lei foram assassinados.

O projeto de reforma agrária foi retomado em 123 a.C. por Caio Graco, que obteve o apoio dos plebeus ricos para aprovar uma lei que aumentava a participação da plebe na administração do Estado. Além disso, Caio Graco conseguiu aprovar a **Lei Frumentária**, que baixou o preço do trigo para os cidadãos pobres. O tribuno propôs ainda um projeto que estendia a cidadania romana a populações da Península Itálica, o que levaria a um aumento da participação política das províncias nas decisões romanas.

Temendo perder seus privilégios, os grandes proprietários rejeitaram as propostas. Os choques entre os partidários de Graco e o Senado resultaram na morte do tribuno e de seus seguidores.

A propriedade privada e a questão agrária

Em um primeiro momento da história romana, entendia-se propriedade privada como o direito que o *pater familias* (o patriarca, o chefe da família) possuía sobre a casa e a área que a circundava. Durante a República, a lei que regulamentou a exploração das terras públicas não relacionava a propriedade privada da terra a um indivíduo, mas à família.

A expansão militar na República contribuiu para transformar esse entendimento, pois as novas terras conquistadas foram adquiridas por meio da compra ou da força pelos mais ricos, que formaram latifúndios cultivados por mão de obra escrava. Essa mudança na configuração do espaço transformou a ideia sobre a posse de terra, que passou a ser relacionada de forma mais direta a um domínio individual.

Crise e fim da República

Diante dos conflitos sociais e políticos, o Estado passou a depender cada vez mais da força do Exército para controlar os territórios romanos e garantir a estabilidade da República. Os generais, vitoriosos nas campanhas militares, fortaleceram-se politicamente e, com isso, iniciou-se uma intensa disputa política entre eles e os comandantes plebeus do grupo dos cavaleiros. Assim, generais como **Mário** e **Sila** conseguiram ascender ao poder no século I a.C., governando de forma autoritária.

No entanto, as disputas pelo poder levaram Roma à guerra civil e à criação dos **triumviratos** (governo de três pessoas que estabeleciam entre si uma aliança político-militar).

Instituído em 59 a.C., o **Primeiro Triunvirato** era composto de três políticos de prestígio: **Pompeu**, **Crasso** e **Júlio César**. Os dois primeiros gozavam de reputação militar, enquanto César exercia o consulado e o cargo de **pontífice máximo**. César conquistou, entre 58 e 51 a.C., todo o território da Gália (atual França) e parte das ilhas britânicas, consagrando-se o maior general da época.

Em 53 a.C., com a morte de Crasso durante uma fracassada invasão da Mesopotâmia, os senadores aproximaram-se de Pompeu e afastaram César do governo, desencadeando uma guerra civil. Mobilizando suas legiões, César venceu a guerra em 46 a.C. e retomou o controle do governo, acumulando os poderes de cônsul, tribuno e supremo comandante do Exército.

Durante seu governo, César promoveu uma reforma político-administrativa, distribuiu terras entre os soldados, impulsionou a colonização das províncias, construiu obras públicas e reformulou o calendário (leia o boxe ao lado). No entanto, seus poderes despertaram a oposição de alguns senadores. Em 44 a.C., o ditador foi assassinado por uma conspiração liderada por Brutus e Cássio, que se diziam dispostos a salvar a República.

Todavia, os conspiradores não conseguiram restabelecer as instituições republicanas. Em vez disso, o poder passou a três partidários de César: o cônsul **Marco Antônio**, **Lépido**, chefe da ordem dos cavaleiros, e **Otávio**, sobrinho e filho adotivo de César. Estava formado o **Segundo Triunvirato**, que estabeleceu o comando de Marco Antônio no Oriente e de Otávio no Ocidente, enquanto Lépido ficava com o cargo de pontífice máximo. Intensas rivalidades pela supremacia política, porém, logo se manifestaram entre os triúmviros.

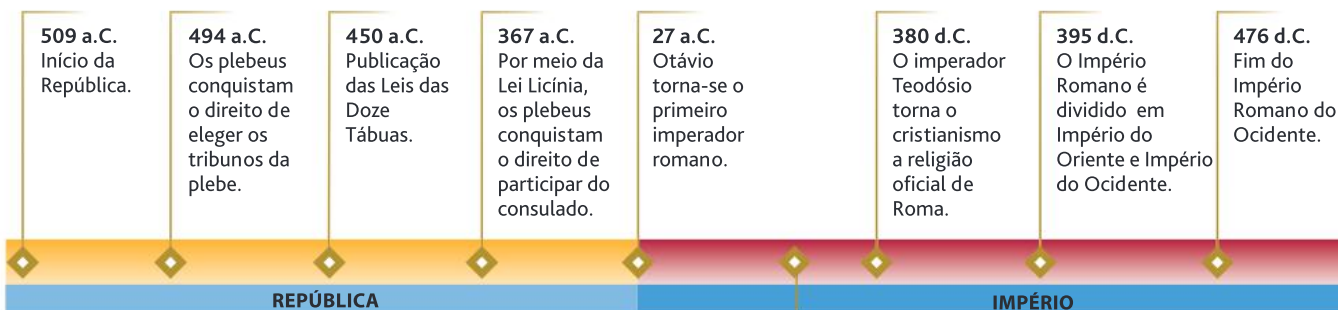
Marco Antônio aliou-se a Cleópatra, rainha do Egito, e rompeu com Otávio. Em 32 a.C., iniciou-se uma guerra entre eles. As forças de Otávio derrotaram Marco Antônio no ano seguinte e ocuparam o Egito, que se tornou uma província romana. Com a concentração do poder nas mãos de Otávio, terminava a República romana.

O calendário

Um exemplo da presença romana na sociedade atual pode ser notado na contagem do tempo. Os meses de julho e agosto têm esse nome em homenagem a Júlio César e Otávio Augusto. Além disso, César reajustou o calendário com base em pesquisas astronômicas e dividiu o ano em 12 meses, correspondentes a 365 dias e 6 horas. O **calendário juliano** foi modificado somente em 1582, pelo papa Gregório XIII.

Pontífice máximo: a mais alta autoridade da antiga religião romana.

A República e o Império em Roma



Fontes: Roman History & Mythology. *Musesreal*. Disponível em <www.musesrealm.net/rome/timeline.html>; RESENDE, Paulo Edgar Almeida. Igreja Católica na Ordem Internacional. *Revista Nures*, n. 7, set.-dez. 2007. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Disponível em <www.pucsp.br/nures/revista7/nures7_paulo.pdf>. Acessos em 6 mar. 2016.

Lépido permaneceu como pontífice máximo até sua morte, em 12 a.C., quando Otávio se autodenominou pontífice. A partir de então, o título passou a ser designado aos imperadores. Atualmente, o título é utilizado pelo papa, que também é chamado de Sumo Pontífice ou, simplesmente, Pontífice.

180 d.C. Período da *pax romana*, marcado pela trégua nas conquistas territoriais de Roma.

Linha do tempo ilustrativa. Os acontecimentos desta linha do tempo não foram representados em escala temporal.



Augusto de Prima Porta (século I d.C.), réplica em mármore do original em bronze produzido em c. 20 a.C. Museus do Vaticano. Nessa escultura, Otávio Augusto foi representado de forma jovial e imponente. O cupido aos seus pés foi incorporado à representação como elemento simbólico para reforçar o caráter divino do imperador.

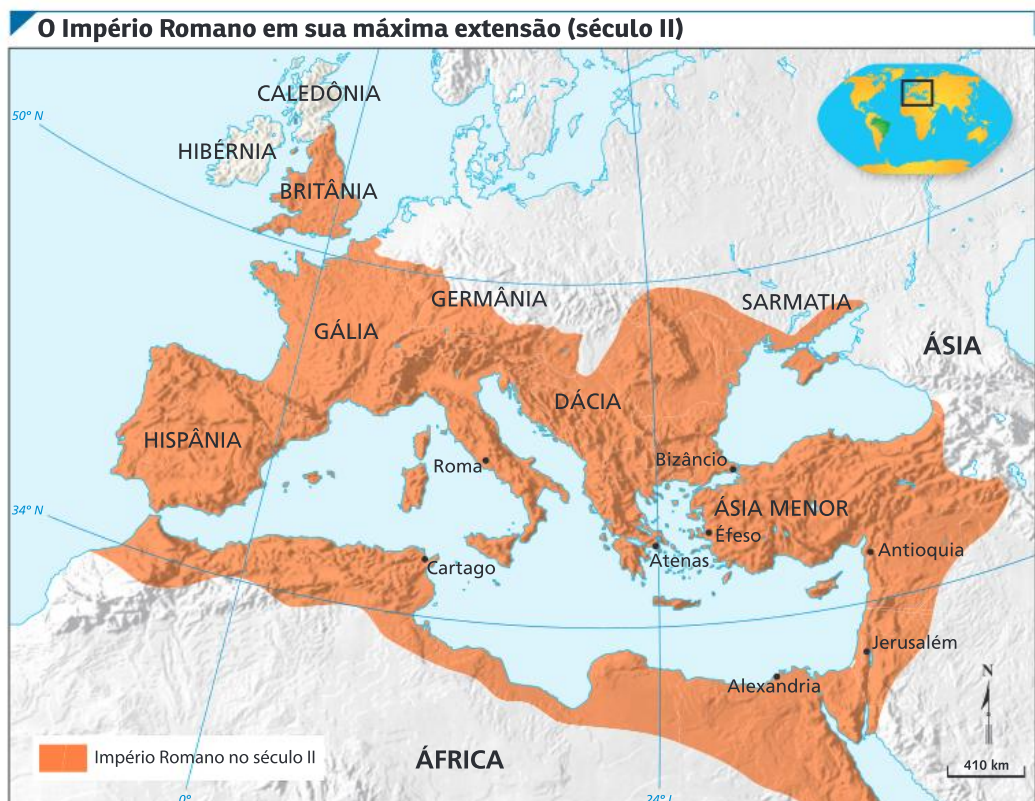
◆ Ascensão e queda do Império (27 a.C.-476 d.C.)

A sessão do Senado em que Otávio recebeu o título de **Augusto** ("venerado"), em 27 a.C., marcou o advento do regime imperial em Roma. Com esse título, Otávio passou a ser cultuado como um deus. Além do título de Augusto, Otávio acumulou o de imperador (comandante do Exército) e de líder do Senado.

O imperador adquiriu um poder político superior ao do Senado e ao dos demais magistrados. Os côsules, edis, questores e pretores passaram a ser indicados pelo imperador, deixando de ser eleitos pelas assembleias. Se por um lado o Senado como instituição política teve sua influência diminuída, por outro, os senadores foram beneficiados porque passaram a ocupar a maioria dos cargos criados pelo novo regime, como os de comando no Exército e postos administrativos criados por Augusto nas províncias. Assim, o acesso às magistraturas civis e militares passou, em grande parte, a depender de uma rede de relações particulares de amizade e clientelismo entre o imperador, os senadores, a ordem equestre e as elites provinciais.

Sob a orientação do imperador, abandonou-se a política agressiva de conquistas e a administração das províncias foi aperfeiçoada, impulsionando o intercâmbio cultural e comercial no Império. Esse novo curso contribuiu para a estabilidade interna romana, sem que isso significasse o enfraquecimento militar e o esmorecimento do controle das províncias. Esse período tornou-se conhecido como **pax romana** (paz romana) e se estendeu pelos dois primeiros séculos do período imperial.

Da morte de Augusto, em 14 d.C., até o ano 235 sucederam-se quatro dinastias de imperadores: os Júlio-Cláudios, os Flávios, os Antoninos e os Severos. Denominada **Alto Império**, essa fase conheceu governantes como Calígula, Nero e Cômodo, que exerciam forte apelo popular. Em linhas gerais, esse período caracterizou-se pela crescente integração política das aristocracias das várias regiões do Império, realizada principalmente por meio da concessão da cidadania romana às lideranças provinciais, o que lhes permitia ingressar nas instituições políticas de Roma, como o Senado.



Fontes: CURRY, Andrew. Império Romano: fronteiras do passado. *National Geographic Brasil*, 150. ed., set. 2012, p. 46-47; PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: The Times/Folha de S.Paulo, 1995. p. 89.



The Flying McCoy's (2011), charge de Gary e Glenn McCoy. A diminuição do número de escravos em Roma foi um dos fatores que contribuíram para a crise do Império. A charge satiriza a ideia de crise da elite romana dependente do trabalho escravo.

Desagregação do Império Romano

O **Baixo Império** foi um período de mudanças políticas em Roma. Desde o início do século III, uma crise generalizada se abateu sobre as instituições. Para guarnecer as fronteiras e conservar o controle das províncias habitadas por povos de origens diversas, os governos tiveram de manter grandes contingentes militares, o que gerou enormes despesas para o Estado. O desequilíbrio entre a receita e a despesa pública provocou a desvalorização da moeda e a alta dos preços.

A crise acentuou-se com a diminuição das guerras de conquista, que causou escassez de escravos, principalmente nas propriedades rurais da Península Itálica, e estimulou o desenvolvimento do **colonato**. A crise de mão de obra escrava aprofundou a queda da atividade econômica, reduzindo ainda mais a arrecadação de impostos. Todas essas mudanças tiveram impacto na vida urbana e explicam o processo de **ruralização** que marcou a sociedade romana a partir do século III: as cidades despovoavam-se, o comércio decaía e os metais preciosos escasseavam.

No plano político, as sucessivas lutas pelo poder entre os chefes militares e o Senado minaram a coesão político-militar do Exército. Desarticulado, o Exército já não conseguia conter a entrada dos povos germânicos no Império, que pressionavam as fronteiras desde o final do século II.

Em 284, para tentar facilitar a administração, o imperador Diocleciano introduziu um sistema de governo conhecido como **tetrarquia**. De acordo com o novo sistema, dois coimperadores, os **Augustos**, governariam as metades Oriental e Ocidental do Império Romano. Cada um contava com um auxiliar direto, que recebia o título de **César** e mais tarde se tornaria coimperador. Na prática, era a divisão do Império em duas porções diferenciadas: a Ocidental, cada vez mais pobre, e a Oriental, ainda próspera.

O imperador **Constantino**, sucessor de Diocleciano, restabeleceu a unidade do poder. Mas, consciente de que a força do Império dependia cada vez mais das províncias do Oriente, no ano 330 transferiu a capital do Império Romano para a antiga colônia grega de Bizâncio (atual Istambul, na Turquia), que recebeu o nome de Constantinopla, em homenagem ao imperador.

Menos de cinquenta anos depois, grupos germânicos passaram a invadir o Império, cruzando as fronteiras do Rio Danúbio e se estabelecendo em território romano. No início, as migrações ocorreram pacificamente. Porém, entre os séculos IV e V, as invasões se tornaram mais frequentes e agressivas.

Colonato: sistema de trabalho compulsório que se desenvolveu em Roma mediante o qual camponeses pobres aceitavam trabalhar nas grandes propriedades agrícolas em troca de um pedaço de terra, proteção e parte dos frutos do trabalho.



LATINSTOCK-BASILICA DE SÃO MARCOS, VENEZA

Os *tetrarcas* (século IV), estátua representando os dois Augustos e os dois Césares que governavam o Império na época de Diocleciano. Basílica de São Marcos, Veneza, Itália.

A escultura dos tetrarcas que se encontra atualmente na Itália foi saqueada de Constantinopla em 1204 por navegantes venezianos durante a Quarta Cruzada. Em 2005 a Unesco tentou devolver a escultura para a Turquia, mas o procedimento foi cancelado porque poderia danificar a estrutura da Basílica em Veneza. O pé que falta em um dos tetrarcas foi encontrado em Istambul na década de 1960 e hoje está exposto no Museu de Arqueologia dessa cidade.



Lamparina de cerâmica (século V) encontrada em túmulo cristão durante escavações em sítios arqueológicos na atual Tunísia. Museu Nacional do Bardo, Túnis, Tunísia.

Os dados estatísticos apresentados nessa página foram retirados da publicação *The Global Religious Landscape*, do Instituto Pew Research, de 2012. Disponível em <www.pewforum.org/2012/12/18/global-religious-landscape-exec/>. Acesso em 8 nov. 2015. Vale esclarecer que hoje o cristianismo não representa um bloco homogêneo, mas engloba várias denominações (católicos, protestantes e ortodoxos, entre outros).

Nascimento e expansão do cristianismo

Religião com o maior número de seguidores no mundo atualmente — pouco mais de 2 bilhões em 2010 —, o cristianismo fundamenta-se nos ensinamentos de Jesus Cristo, relatados nos Evangelhos. Jesus nasceu em Belém, província romana da Judeia, durante o governo de Otávio Augusto.

Segundo os relatos bíblicos, aos 30 anos, Jesus recrutou um grupo de seguidores, os apóstolos, e iniciou suas pregações. Embora afirmasse que o reino de Deus não era deste mundo, Jesus foi visto como um rebelde e condenado à morte na cruz. Após sua morte, o cristianismo difundiu-se pelo Império Romano graças ao trabalho dos apóstolos.

Por pregar a existência de uma vida após a morte, que libertaria os oprimidos do sofrimento, a nova religião teve forte penetração nas camadas populares, especialmente entre as mulheres e os escravos. Acusados de não cultuar o imperador, promover reuniões secretas e defender a igualdade entre as pessoas, os cristãos foram perseguidos durante o governo de Nero.

Até o início do século IV, os cristãos sofreram perseguições alternadas com longos períodos de paz. À medida que a crise do mundo romano se aprofundava, os valores pregados pelo cristianismo atraíam cada vez mais adeptos. No ano 313, o imperador Constantino publicou o **Edito de Milão**, que concedeu liberdade de culto e de crença, beneficiando principalmente os cristãos. Em 380, o imperador Teodósio tornou o cristianismo a religião oficial do Estado romano.

A conversão de Constantino ao cristianismo ainda é motivo de polêmica. Conta a tradição que, na véspera de uma batalha, Constantino teria visto uma cruz no céu ao lado das palavras *in hoc signo vinces* ("com este sinal vencerás"). Em razão disso, teria colocado o símbolo no escudo dos seus soldados, vencendo a batalha. Muitos historiadores, no entanto, questionam essa versão, afirmando que sua conversão foi apenas um ato político, em razão do crescimento do cristianismo.

Queda de Roma

Problemas econômicos, falta de mão de obra, crise militar, ameaça dos povos considerados bárbaros e crescimento do cristianismo, entre outros fatores, levaram o Império Romano a uma grave crise.

O Império conseguiu manter-se unificado até o ano 395, quando o imperador Teodósio o dividiu em **Império Romano do Oriente**, com capital em Constantinopla, e **Império Romano do Ocidente**, sediado em Ravena e, mais tarde, em Milão. Porém, a medida tomada pelo imperador não bastou para amenizar a crise.

Ruralizado, fragmentado e enfraquecido por sucessivas invasões, o Império do Ocidente recebeu o golpe fatal em 476, quando invasores germânicos depuseram Rômulo Augusto, o último soberano de Roma. O Império do Oriente manteve-se ainda, por centenas de anos, forte e centralizado, vivendo uma era de grande esplendor.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

Você vai gostar de assistir

Alexandria

Direção: Alejandro Amenábar. Espanha, 2009. 126 min

A narrativa, que se passa entre 380 e 415, trata da história de Hipátia de Alexandria, filósofa que se destacou nas áreas de matemática e astronomia. Hipátia viveu em Alexandria no período em que a cidade egípcia esteve sob controle do Império Romano.

Além de apresentar o pensamento de Hipátia, o filme retrata costumes cotidianos de uma grande cidade romana do período e destaca o choque cultural e político entre os adeptos da antiga cultura romana e os do cristianismo, em um cenário no qual a autoridade de Roma já estava enfraquecida.

CONECTANDO COM A MATEMÁTICA
E A FILOSOFIA



REPRODUÇÃO

Capa do filme *Alexandria* (2009), do diretor Alejandro Amenábar.

O Edito de Milão e a conversão de Constantino estão entre os temas mais controversos da história cristã. A grande discussão que envolve o decreto de Milão está centrada na sua inovação e no valor para a história do cristianismo, pois, segundo alguns especialistas, o Decreto de Tolerância, publicado dois anos antes, já teria abolido as perseguições religiosas.

◆ Cultura romana

A cultura romana absorveu conhecimentos, costumes e valores dos mais diversos povos. Por exemplo, a religião tradicional romana, de influência etrusca, era politeísta e baseava-se no culto aos antepassados e aos deuses da cidade. O Panteão romano também incorporou deuses e cultos de origem grega e oriental, ganhando maior diversidade. Durante o período imperial, os romanos também cultuavam a figura do imperador.

Os primeiros templos de Roma, como o de Júpiter Capitolino (século VI a.C.), mostram uma nítida influência etrusca. Entretanto, os romanos também desenvolveram elementos originais, em especial na arquitetura. A capacidade técnica de seus arquitetos manifestou-se na construção de estradas, pontes, represas e aquedutos. No urbanismo, a criatividade romana se fez sentir sobretudo nas termas públicas, nos monumentos e em construções ornamentais como arcos de triunfo, obeliscos, passeios e jardins.

O **latim**, a língua falada em Roma, difundiu-se pelo mundo. Levado para as províncias em sua versão vulgar, o latim misturou-se aos idiomas locais e deu origem, mais tarde, às línguas neolatinas, como o espanhol, o italiano, o português, o francês, o catalão e o romeno.

Aspectos do cotidiano em Roma

No século I, Roma era constituída por mais de 400 quarteirões, onde vivia aproximadamente 1 milhão de pessoas. A riqueza e a pobreza conviviam lado a lado na capital imperial. Ruas sinuosas, estreitas e sujas contrastavam com imponentes construções. O local mais importante de Roma era o **Fórum**, centro administrativo, religioso e comercial do Império. Ali estava a sede do Senado e um grande espaço aberto, o **Comício**, onde os cidadãos reuniam-se para eleger os magistrados.

As moradias romanas expressavam os contrastes sociais na cidade. As elites em geral moravam nas colinas, em casas amplas e confortáveis, que contavam com água encanada, rede de esgoto e sala de banhos. Os mais pobres costumavam viver em pequenos apartamentos em edifícios de até seis andares, que apresentavam riscos de desabamento e incêndio.

As produções literárias romanas contemplavam os mais variados assuntos. Os autores mais consagrados foram Tito Lívio, que registrou a *História de Roma* em 142 volumes, Horácio, poeta que exaltou as obras do imperador Augusto, e Ovídio, autor de *A arte de amar* e *Metamorfose*. A obra literária romana mais conhecida é *Eneida*, poema épico de Virgílio.

Ruínas do Fórum na cidade de Roma, Itália. Foto de 2015.

O Fórum era o centro da cidade, onde se concentravam edifícios destinados ao comércio, aos cultos religiosos e às atividades da administração pública.





Moeda de ouro romana representando uma quadriga (século I). Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália. As corridas eram a principal atração do Circo Máximo, local destinado ao entretenimento na capital romana.

Acredita-se que os combates de gladiadores surgiram com os etruscos. Segundo o historiador latino Tito Lívio, o primeiro combate realizado na cidade de Roma ocorreu em 264 a.C., em memória do falecido Júnio Bruto Pera, um aristocrata. Assim, inicialmente, as lutas tinham um caráter funerário, religioso e privado. Por volta de 100 a.C., os combates tornaram-se espetáculos públicos, e grandes anfiteatros começaram a ser construídos. As lutas dos gladiadores nem sempre terminavam em morte. A maioria deles era poupada para novos confrontos, pois formavam um grupo de profissionais valiosos. Os gladiadores mais velhos tornavam-se, muitas vezes, instrutores dos mais jovens.

Entretenimento

A cidade de Roma proporcionava uma variedade de opções de entretenimento para os moradores e visitantes, que podiam apreciar desde combates de gladiadores até espetáculos teatrais. O maior lugar de entretenimento era o **Circo Máximo**, destinado à corrida de bigas e quadrigas e com capacidade para receber 150 mil espectadores. O anfiteatro Flávio, mais conhecido como **Coliseu**, era palco de combates de gladiadores e de lutas com animais e comportava cerca de 50 mil pessoas.

Os combates de gladiadores eram, inicialmente, realizados durante cerimônias fúnebres, organizadas por um indivíduo para honrar a morte de seu pai. Com o passar do tempo, esses acontecimentos foram perdendo seu significado fúnebre e se transformaram em espetáculos públicos patrocinados pelos imperadores ou por representantes da nobreza.

Educação, mulher e família

A educação variava de acordo com a camada social e o sexo. Os meninos das camadas abastadas aprendiam a ler e a escrever em latim e grego, além de adquirirem conhecimentos de agricultura, astronomia, religião, geografia, matemática e arquitetura com seus preceptores. Em contrapartida, os garotos das camadas menos privilegiadas dedicavam-se ao trabalho agrícola ou aprendiam um ofício, como o de ferreiro ou o de marceneiro.

As mulheres, independentemente de sua camada social, eram educadas para ser esposas e mães e não podiam participar das decisões políticas. As mulheres das famílias privilegiadas podiam apenas administrar a casa, os escravos e a criação dos filhos. As das camadas menos favorecidas podiam trabalhar ao lado do marido e, se fossem solteiras, até mesmo administrar o próprio negócio.

O casamento era uma das instituições mais valorizadas na sociedade romana. Por meio do casamento, muitos cidadãos conseguiam ascender, por exemplo, na carreira política, militar etc. Diferentemente da ideia que se tem hoje, as uniões matrimoniais não dependiam do aspecto afetivo, como exemplifica o texto a seguir:

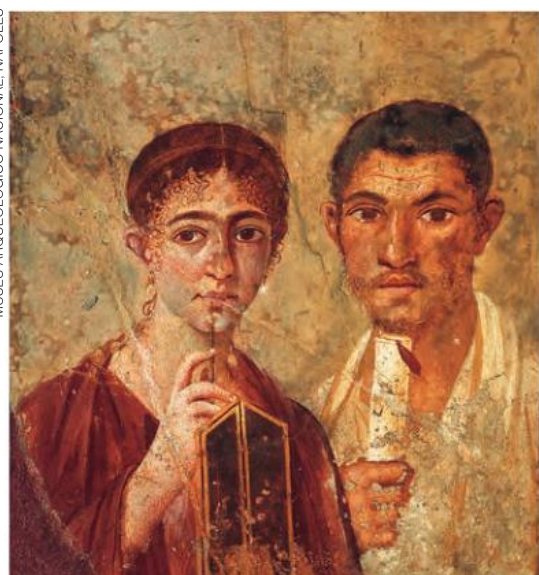
“O casamento [...] não é o ‘fundamento de um lar’, o eixo de uma vida, e sim uma das numerosas decisões dinásticas que um senhor deverá tomar [...]. A esposa será menos a companheira desse senhor que o objeto de uma de suas opções. Tanto será um objeto que dois senhores poderão repassá-la amigavelmente.”

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 50. v. 1.

Entre os 12 e 14 anos, as meninas eram casadas por meio de arranjos familiares. O divórcio era comum, especialmente na aristocracia. Os filhos do casal que se separava sempre ficavam com o pai, e, caso este se casasse novamente, cabia à madrasta a tarefa de cuidar das crianças.

As crianças nascidas da união entre um homem e uma mulher de origem social inferior, da infidelidade feminina e, algumas vezes, da infidelidade masculina, não eram reconhecidas. Portanto, o abandono infantil era habitual. A prática da adoção também era comum. Homens livres que não tinham descendentes geralmente adotavam, algumas vezes até mesmo escravos.

Retrato do padeiro Terentius Neo e sua esposa (c. 45-79 d.C), mural da cidade de Pompeia. Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália. O casamento na sociedade romana era visto quase como uma obrigação cívica, responsável por garantir a prole do Império, os futuros cidadãos romanos.



MUSEU ARQUEOLÓGICO NACIONAL, NÁPOLES

Civilização bizantina

A origem do **Império Bizantino** está ligada às mudanças ocorridas no centro do poder administrativo do Império Romano, a partir de meados do século III. Como vimos, uma crise profunda começou a abalar a organização social, política e econômica romana. Para tentar amenizar a crise, no ano 395, Teodósio dividiu o Império em duas partes: o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente.

Com o tempo, as diferenças entre as duas regiões tornaram-se cada vez mais evidentes. No Ocidente, a crise acelerou o processo de ruralização da sociedade, fortalecendo o poder dos proprietários de terra. Com a queda de Rômulo Augusto, em 476, o Império do Ocidente desfragmentou-se, dando origem a diversos reinos.

No Oriente, consolidou-se o Império Bizantino, onde o poder manteve-se centralizado na figura do imperador. No século V, o Império Bizantino englobava a Grécia, o Egito, a **Ásia Menor** e outras regiões de cultura helenística. Por essa razão, o helenismo predominou em Constantinopla e o grego transformou-se em língua oficial. As tradições da cultura greco-romana e o cristianismo tiveram forte presença no Império do Oriente.

Constantinopla logo superou Roma em importância e desenvolvimento, transformando-se no centro comercial e urbano da Europa. Comerciantes vindos de diversas localidades chegavam à cidade para ter acesso à variedade de produtos comercializados na região. O comércio bizantino era muito mais ativo que o do Ocidente. Os mercadores negociavam principalmente produtos de luxo, especiarias, joias e objetos de arte.

O governo bizantino era despótico e teocrático, pois o imperador, conhecido como **basileu**, automeava-se representante de Deus na Terra. Era considerado sagrado e tinha poderes ilimitados sobre quase todos os aspectos da vida social. O imperador bizantino acumulava diversas funções públicas e as desempenhava com o auxílio de burocratas. Chefiava o Exército, as relações diplomáticas e a Igreja, além de controlar as construções públicas e supervisionar a cobrança de impostos. Também exercia controle direto sobre a economia.

O modelo centralizado de poder no Império Bizantino contribuiu para desencadear várias conspirações contra o governo. Dos 88 imperadores que governaram o Império entre os anos 324 e 1453, 29 tiveram morte violenta e 13 fugiram ou refugiaram-se em mosteiros, temendo ser assassinados.



Moeda bizantina representando o imperador Teodósio (século IV). Museu do Dinheiro. Zurique, Suíça. As moedas de ouro cunhadas no Império Bizantino se tornaram a base do comércio praticado na região mediterrânea durante a Idade Média.

Ásia Menor: parte asiática da atual Turquia (veja mapa na página seguinte), região também conhecida como Anatólia.

Vista da cidade de Istambul (antiga Constantinopla), na Turquia.

Foto de 2014. A cidade de Bizâncio foi fundada pelos gregos no século VII a.C. O imperador Constantino transformou a cidade em capital do seu Império com o nome de Nova Roma, mas ela passou a ser chamada de Constantinopla, a cidade de Constantino.



A revisão do direito romano

O imperador Justiniano revisou e sistematizou o direito romano. Surgiram assim o **Código** (reunião de todas as constituições imperiais editadas desde o governo do imperador Adriano), as **Novelas** (constituições elaboradas depois de 534), o **Digesto** (síntese da jurisprudência romana) e as **Institutas** (manual para uso dos estudantes). Todo esse conjunto formava o **Corpus Juris Civilis** (Corpo do Direito Civil).

Constantinopla, cidade grandiosa

No início do século XI, a capital bizantina era a cidade mais próspera e populosa da Europa, com mercados, igrejas, aquedutos, o suntuoso Palácio Imperial e grandiosos edifícios públicos.

O desenvolvimento comercial, urbano e manufatureiro do Império Bizantino propiciou mais estabilidade econômica para a população. Mesmo as camadas mais humildes de Constantinopla tinham acesso à água canalizada e o esgoto era desviado para o mar por meio de um sofisticado sistema de drenagem subterrânea. A cidade dispunha de banhos públicos, acessíveis para homens e mulheres em horários diferentes, e o governo e a Igreja proporcionavam cuidados médicos e hospitalares para aqueles que não podiam pagar.

A Igreja desempenhava um papel importante na educação. Todas as crianças tinham a oportunidade de frequentar a escola, mas o acesso aos estudos avançados, que incluíam filosofia e conhecimentos gerais de matemática, geometria, música e astronomia, só era permitido aos filhos dos aristocratas.

Esplendor e decadência do Império Bizantino

O auge do Império ocorreu durante o governo de Justiniano (527-565), com a adoção de uma política externa expansionista, responsável pela reconquista do norte da África e das Penínsulas Ibérica e Itálica, antes em poder dos germânicos.

Justiniano também empreendeu uma monumental obra jurídica, com a revisão e a sistematização do direito romano (leia boxe ao lado). Assim, ao lado da religião, o direito romano era usado para garantir a unidade e o poder do imperador. O **Código de Justiniano** preservou grande parte do direito romano e influenciou diretamente o sistema de leis de muitos Estados modernos, incluindo o brasileiro.

As contínuas lutas pelo poder no Império e as despesas para apaziguar povos vizinhos contribuíram para o declínio bizantino após longos anos de glória. Outros aspectos também podem ser mencionados: a perda de ricas províncias, como o Egito, a Síria e a Palestina, conquistadas pelos árabes no século VII; a sucessão de conflitos entre a Igreja de Roma e a Igreja de Constantinopla; a competição comercial com o Ocidente; e, principalmente, a invasão do Império pelos turcos otomanos, que culminou com a conquista de Constantinopla em 1453.





MAHMUD HANSA/AF

Cristãs ortodoxas celebram o Natal em uma igreja em Gaza, na Palestina, em 7 de janeiro de 2015. Na tradição ortodoxa, o Natal é celebrado nesse dia, pois se aplica o calendário juliano em vez do calendário gregoriano, adotado por católicos e protestantes e comumente utilizado no Ocidente.

◆ Igreja Ortodoxa

Após a divisão do Império Romano ocorreu um distanciamento gradual entre a Igreja de Roma e a Igreja Oriental. O bispo de Roma, autoridade central da Igreja Romana, resistia à ideia de ficar sob domínio de um basileu, ou seja, o imperador de Constantinopla. Já os bizantinos recusavam-se a aceitar o bispo de Roma como chefe de todos os cristãos. Existia, ainda, a questão da língua. Em Roma, cada vez menos indivíduos conheciam o grego, idioma oficial do Império Bizantino, e poucos orientais sabiam falar o latim, utilizado nos documentos oficiais da Igreja de Roma. Além disso, havia diferenças na doutrina e nas práticas religiosas. As divergências aprofundaram-se e levaram ao surgimento de doutrinas declaradas **heréticas** pela Igreja de Roma.

Uma dessas heresias dizia respeito ao culto às imagens. Os monges do Império Bizantino ganhavam dinheiro e prestígio com a venda de imagens religiosas, às quais se atribuía o poder de operar milagres. O imperador de Constantinopla, Leão III, proibiu o uso das imagens por caracterizá-las como prática de **idolatria**. A **questão iconoclasta** dividiu a sociedade bizantina entre partidários e opositores do culto aos ícones durante os séculos VIII e IX. A Igreja Romana acusou a destruição dos ícones de heresia, aprofundando os conflitos entre os bizantinos e os cristãos de Roma.

As inúmeras crises envolvendo os dois centros da cristandade levaram à separação, em 1054, entre a Igreja sediada em Roma e a de Constantinopla. Essa divisão ficou conhecida como **Cisma do Oriente** e perdura até os dias de hoje.

A Igreja Ortodoxa, como ficou conhecida a Igreja do Oriente, adota os mesmos sacramentos da Igreja Católica. No entanto, seus rituais são cantados sem o acompanhamento de instrumentos musicais, e as imagens esculpidas de santos são proibidas, com exceção do crucifixo e dos ícones sagrados. Os ortodoxos não admitem os dogmas de infalibilidade do papa e do purgatório. Para a Igreja Ortodoxa, os bispos são continuadores do trabalho apostólico e somente eles devem se manter **celibatários**; os padres podem ser casados, desde que o casamento seja anterior à ordenação.

Herético: herege; aquele ou aquilo que vai contra a doutrina estabelecida pela Igreja.

Idolatria: adoração de ídolos; ato de prestar culto divino às imagens.

Celibatário: pessoa que não se casou ou não pode se casar por motivos religiosos.

O Império Bizantino e a Igreja Ortodoxa

A estreita relação entre o poder imperial bizantino e a Igreja Ortodoxa contribuiu para o fortalecimento das duas instituições. O texto a seguir, da historiadora Béatrice Caseau-Chevallier, apresenta exemplos de práticas que evidenciavam esse vínculo entre Império e Igreja. Além disso, mostra como essa relação permitiu, por exemplo, que territórios não cristianizados vizinhos ao Império, como a Bulgária e a Rússia, passassem a fazer parte da esfera de influência política, religiosa e cultural bizantina

“Tudo contribuía para dar à igreja de Santa Sofia uma riqueza sensorial que impressionava os visitantes: a luz descendo da cúpula, como se viesse do céu, que iluminava as cores e o dourado dos mosaicos; [...] o aroma de incenso e do perfume que queimava nas lamparinas a óleo.

Tamanho esplendor era fruto de uma estreita relação entre o poder religioso e o temporal em Bizâncio. Ainda hoje os mosaicos nas paredes do templo mostram cenas de imperadores como Constantino e Justiniano fazendo doações à cidade de Constantinopla e ao próprio clero.

A Igreja Bizantina era comandada por um patriarca, e, para o bom funcionamento da administração pública, era importante que ele se desse bem com o imperador. O entendimento mútuo [...] garantia ao soberano e ao próprio Império a proteção da benção divina.

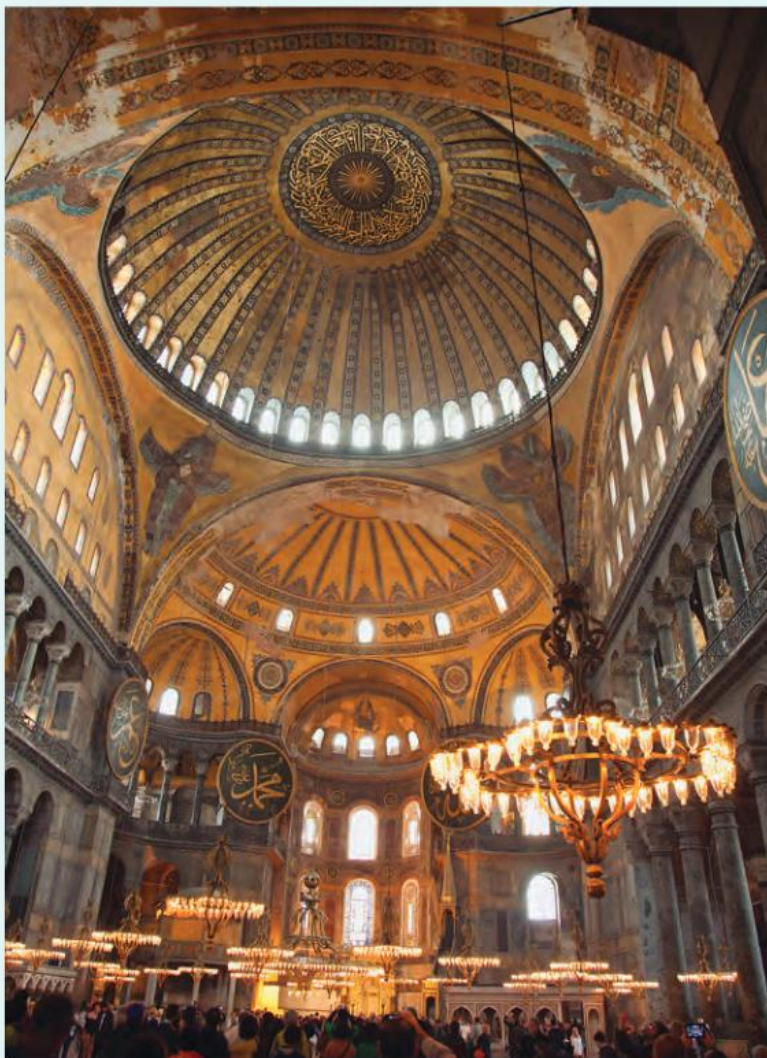
O imperador escolhia o patriarca a partir de uma lista de três nomes elaborada por um sínodo, espécie de conselho patriarcal. [...] Na época, entrar para o sacerdócio era o primeiro passo para uma carreira que oferecia ganhos regulares e respeitabilidade. Os clérigos gozavam de privilégios como a isenção de certos impostos e a possibilidade de serem julgados pelo tribunal do bispado. [...]

A Igreja se encarregava não só da liturgia, mas também das obras de caridade voltadas para os pobres e órfãos, como hospitais e distribuições de víveres aos necessitados. A gestão dessas obras era compartilhada com os mosteiros, que muitas vezes eram fundações aristocráticas, [...] recebia a fina flor da aristocracia, que mandava seus filhos para lá ou o escolhia como retiro ideal para sua aposentadoria. [...]

A Igreja Bizantina [...] buscou estender sua influência às populações

Vista do interior da Basílica de Santa Sofia, em Istambul, Turquia. Foto de 2014. A grande quantidade de janelas permite que a Basílica receba luz natural em todo o seu interior.

SCOTT S. WARREN/ALAMY/LATINSTOCK



vizinhas, ainda não cristianizadas. O patriarca favorecia a expansão da religião na Bulgária, cujo soberano Bóris foi batizado em 865.

Cirilo e Método, dois irmãos originários de Tessalônica que conheciam as línguas eslavas, lançaram-se na atividade missionária. Cirilo inventou um alfabeto capaz de transliterar os sons da língua eslava e começou um trabalho de tradução da Bíblia para aquele idioma.

Em Preslav, a nova capital búlgara, foi organizado um centro de estudos para traduzir novos textos gregos para o eslavo. O objetivo era difundir a cultura helênica na Bulgária e, posteriormente, em outras regiões de língua eslava, como a Rússia. O esforço missionário deu resultados já que os russos converteram-se ao cristianismo, motivados pelo batismo do príncipe Vladimir de Kiev, em 988. [...] A Rússia passou à esfera de influência de Bizâncio”.

CASEAU-CHEVALLIER, Béatrice. O esplendor da Igreja Ortodoxa. *Revista História Viva*, n. 74. São Paulo: Segmento, dez. 2009. p. 54-55.

Construída no século IV, Santa Sofia foi por quase mil anos uma basílica cristã e a grande representação da força do poder imperial e cristão bizantinos. No século XV, com o fim do Império, foi transformada em mesquita pelos turcos otomanos, e desde 1935 um museu funciona no local.

Sensorial: referente à sensação, aos sentidos (olfato, paladar, visão, tato e audição).

Liturgia: conjunto de elementos e de práticas do culto religioso, como missa, orações, sacramentos etc., instituídos por uma Igreja ou seita.

Viveres: provisão de comestíveis; alimentos, gêneros alimentícios.

Transliterar: nesse caso, transformar os sons da fala em caracteres.



Virgem Maria no trono segurando o menino Jesus, cercada pelos imperadores Constantino e Justiniano, que lhe oferecem de presente modelos da cidade de Constantinopla e da Basílica de Santa Sofia (século X), mosaico bizantino da Basílica de Santa Sofia, em Istambul, Turquia. Foto de 2012.

Compreendendo o texto Registre as respostas em seu caderno.

1. Qual era a relação entre o poder imperial e a Igreja Ortodoxa no Império Bizantino? Retire do texto exemplos que justificam sua resposta.
2. De que forma essa associação entre o Estado e a Igreja beneficiou ambas as instituições no Império Bizantino?
3. Como ocorreu a expansão da doutrina cristã ortodoxa para os povos de territórios vizinhos ao Império Bizantino? Cite pelo menos uma consequência dessa expansão.
4. Em grupo, façam uma pesquisa sobre as principais diferenças entre o cristianismo católico romano e o ortodoxo e montem um painel com as informações coletadas. Os tópicos poderão ser:
 - a) organização das igrejas e culto;
 - b) calendários e festas religiosas;
 - c) representações de santos;
 - d) porcentagem dos praticantes dessas religiões no mundo e no Brasil.

Explorando o conhecimento

1. Descreva as duas explicações para a origem de Roma: a mitológica e a histórica.
2. Em Roma, durante a república, ocorreram vários conflitos sociais.
 - a) Explique as razões dos conflitos entre plebeus e patrícios.
 - b) Descreva as principais conquistas da plebe.
3. Elabore um texto explicando a estrutura da sociedade romana por volta do século I a.C.

Pensando criticamente

4. Analise a charge abaixo para responder às questões a seguir:



Non Sequitur (1992), charge de Wiley Miller.

- a) Qual era a condição social dos homens que iam para as arenas na Roma antiga?
- b) Analise os elementos da charge que não correspondem à Roma na Antiguidade e explique o efeito humorístico da frase da personagem.

5. “As populações submetidas militarmente pelo expansionismo romano foram a principal fonte [...] de abastecimento de cativos.”

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravismo antigo*. 4. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p. 40. (Coleção Discutindo a história)

Além da fonte mencionada no texto, a República e o Império romano adquiriam cativos por meio da escravização

- a) dos filhos de cativos, sendo estimulada a natalidade entre os escravos por seus senhores.
- b) dos etruscos e povos itálicos aliados a eles em razão da queda da monarquia e da ascensão da república.
- c) de cristãos, uma vez que todos os indivíduos que não professassem a religião pagã eram condenados à morte ou ao cativeiro.
- d) dos cartagineses do norte da África após a vitória romana nas Guerras Púnicas, durante o governo do imperador Otávio Augusto.
- e) de indivíduos que discordavam ou se opunham às ordens do imperador, independentemente de serem cidadãos romanos ou estrangeiros.

6. Leia o texto para responder às questões.

“É essencial lembrar que ‘bizantino’ não tem conotação étnica, mas civilizacional, correspondendo aos indivíduos de fala grega (ainda que seu idioma materno fosse outro) e religião cristã ortodoxa. Assim, tal grupo de indivíduos (gregos, egípcios, asiáticos, semitas, eslavos) variou ao longo da história bizantina [...]”

FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *O Império Bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-8.

- a) O que significa dizer que o termo bizantino “não tem conotação étnica, mas civilizacional”?
- b) Explique por que o Império Bizantino agregou em seu interior tantos indivíduos de origens distintas.

Investigando

7. O Império Bizantino instituiu uma religião de Estado na Antiguidade. Em grupo, pesquisem a relação entre o Estado brasileiro e a religião. Seleccionem na Constituição de 1988 o trecho que versa sobre esse assunto, analisando se lei e prática cotidiana no país estão em conformidade.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2012)

A figura apresentada é de um mosaico, produzido por volta do ano 300 d.C., encontrado na cidade de Lod, atual Estado de Israel. Nela, encontram-se elementos que representam uma característica política dos romanos no período, indicada em:

- Cruzadismo – conquista da terra santa.
- Patriotismo – exaltação da cultura local.
- Helenismo – apropriação da estética grega.
- Imperialismo – selvageria dos povos dominados.
- Expansionismo – diversidade dos territórios conquistados.

Mosaico romano do século IV encontrado na cidade de Lod, Israel. Autoridade de Antiguidades de Israel.



AUTORIDADE DE ANTIGUIDADES DE ISRAEL

Analizando

Vamos começar pelo estudo da imagem. O mosaico era uma técnica artística largamente utilizada pelos romanos, presente nas paredes e pisos de templos, edifícios públicos e residências. Nessa figura foram reproduzidas imagens de vários animais selvagens. O enunciado oferece dados sobre a localização do mosaico (atual Estado de Israel) e a data estimada de sua elaboração (entre o final do século III e o início do século IV d.C.). Observe que é intrigante encontrar uma obra romana em local tão distante de Roma.

As imagens representadas constituem outro enigma: os animais representados são típicos do continente africano, e não eram parte da fauna local nem daquela característica da Península Itálica. O que essa obra nos informa sobre a história política de Roma? Esse é o problema proposto no enunciado.

Vamos examinar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: As Cruzadas consistiram numa série de expedições organizadas pelos europeus, entre os séculos XI e XIII, com o objeti-

vo de recuperar Jerusalém (a Terra Santa) das mãos dos muçulmanos.

- Alternativa **b**: O mosaico de Lod representa animais típicos do continente africano, que não existiam no local em que ele foi construído.
- Alternativa **c**: A técnica do mosaico foi desenvolvida e difundida pelos gregos e incorporada posteriormente pelos romanos. A cultura grega teve grande influência sobre a romana no campo das artes plásticas e da arquitetura, entre outros aspectos.
- Alternativa **d**: A palavra *imperialismo* pode ser associada à expansão territorial romana, mas o mosaico de Lod apresenta aspectos da natureza, e não dos povos dominados.
- Alternativa **e**: Entre os séculos II e III d.C. o Império Romano atingiu sua maior extensão, dominando uma variedade de territórios e povos em três continentes: Europa, África e Ásia.

Agora é com você: que alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

1. (UNICAMP/2015) O filósofo Aristóteles (c. 384-322 a.C.) definiu a cidadania em Atenas da seguinte forma:

“A cidadania não resulta do fato de alguém ter o domicílio em certo lugar, pois os estrangeiros residentes e os escravos também são domiciliados nesse lugar e não são cidadãos. Nem são cidadãos todos aqueles que participam de um mesmo sistema judiciário. Um cidadão integral pode ser definido pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas.”

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora da UnB, 1985. p. 77-78. (Adaptado)

- a) Indique duas condições para que um ateniense fosse considerado cidadão na Grécia clássica no auge da democracia.
- b) Os estrangeiros, também chamados de metecos, não tinham direitos integrais, mas tinham alguns deveres e direitos. Identifique um dever e um direito dos metecos.
2. (UNEAL/2015) Com relação aos gregos antigos, destaca-se o “pan-helenismo”, que se define como “aquilo que há de comum entre todos os helenos ou habitantes da Hélade”. Ele se manifesta tão somente nos Jogos Olímpicos e nas comemorações a Apolo, no oráculo de Delfos (espaço comum de cultos, festas religiosas e consultas a presságios). O único momento em que todos os helenos se uniram foi para lutar contra um inimigo comum, os persas. Tal união levou a uma polarização e a uma disputa no interior da própria Hélade, denominada
- a) Guerra dos Cem Anos.
- b) Guerra de Troia.
- c) Guerra do Peloponeso.
- d) Cruzadas.
- e) Guerras Púnicas.

3. (FUVEST/2015)

“Em certos aspectos, os gregos da Antiguidade foram sempre um povo disperso. Penetraram em pequenos grupos no mundo mediterrâneo e, mesmo quando se instalaram e acabaram por dominá-lo, permaneceram desunidos na sua organização política. No tempo de Heródoto, e muito antes dele, encontravam-se colônias gregas não somente em toda a extensão da Grécia atual, como também no litoral do Mar Negro, nas costas da atual Turquia, na Itália do sul e na Sicília Oriental, na costa setentrional da África e no litoral mediterrâneo da França.

No interior desta elipse de uns 2500 km de comprimento, encontravam-se centenas e centenas de comunidades que amiúde diferiam na sua estrutura política e que afirmaram sempre a sua soberania. Nem então nem em nenhuma outra altura, no mundo antigo, houve uma nação, um território nacional único regido por uma lei soberana, que se tenha chamado Grécia (ou um sinônimo de Grécia).”

FINLEY, M. I. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Editorial Presença, 1972. (Adaptado)

Com base no texto, pode-se apontar **corretamente**

- a) a desorganização política da Grécia antiga, que sucumbiu rapidamente ante as investidas militares de povos mais unidos e mais bem preparados para a guerra, como os egípcios e macedônios.
- b) a necessidade de profunda centralização política, como a ocorrida entre os romanos e cartagineses, para que um povo pudesse expandir seu território e difundir sua produção cultural.
- c) a carência, entre quase todos os povos da Antiguidade, de pensadores políticos, capazes de formular estratégias adequadas de estruturação e unificação do poder político.
- d) a inadequação do uso de conceitos modernos, como nação ou Estado nacional, no estudo sobre a Grécia antiga, que vivia sob outras formas de organização social e política.
- e) a valorização, na Grécia antiga, dos princípios do patriotismo e do nacionalismo, como modo de consolidar política e economicamente o Estado nacional.
4. (UFSC/2015) Some os números que correspondem às alternativas **corretas** sobre as artes na Antiguidade:
01. Os povos que se estabeleceram na região dos rios Tigre e Eufrates precisavam defender e expandir seu território constantemente, o que os impediu de realizar obras artísticas.
02. As diferentes formas de expressão artística desenvolvidas por diversas sociedades nos permitem conhecer melhor seu passado e podem ser consideradas fontes históricas.
04. A mitologia foi fonte inspiradora de diferentes manifestações artísticas no Egito antigo. Algumas pinturas funerárias, por

exemplo, representavam cenas envolvendo ações divinas.

08. Entre os poetas mais conhecidos da Roma antiga, figura Virgílio, autor da *Iliada*, poema que descreve o desenvolvimento do Senado romano.
16. Na Grécia antiga, a tragédia foi um gênero literário muito presente nas artes cênicas; várias peças teatrais desse gênero ficaram famosas e foram encenadas em outros períodos da história.
32. Os romanos desenvolveram um estilo artístico que permaneceu independente da influência de outros povos, mesmo após a constituição do Império.
5. (IFCE/2014) A Grécia antiga é considerada pelos historiadores uma civilização de grande esplendor cultural. Os gregos se destacaram na filosofia, nas artes, na tecnologia e nos esportes. Sobre a civilização grega, é **correto** afirmar-se que
- a) o teatro grego surgiu a partir da evolução das artes e cerimônias gregas, por exemplo, a festa em homenagem ao deus Dionísio (deus do vinho e das festas).
 - b) a cidade de Esparta foi palco de grande desenvolvimento filosófico durante o Período Clássico.
 - c) na democracia ateniense, participavam todos os cidadãos, nascidos na cidade, adultos e livres, e eram aqueles que podiam participar das votações que ocorriam na Ágora.
 - d) a religião na Grécia antiga era monoteísta e tinha uma forte marca humanista.
 - e) os cidadãos gregos valorizavam as atividades intelectuais, artísticas e políticas, mas também eram responsáveis pelos trabalhos pesados que realizavam nos campos, nas minas de minérios, nas olarias e na construção civil.

6. (UPE/2014)

“A civilização bizantina foi muito mais original e criativa que, em geral, lhe creditam. Suas igrejas abobadadas desafiam em originalidade e ousadia os templos clássicos e as catedrais góticas, enquanto os mosaicos competem, como supremas obras de arte, com a escultura clássica e a pintura renascentista.”

ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p. 9. (Adaptado)

Sobre o legado cultural bizantino, copie a alternativa **CORRETA**.

- a) Herdando elementos da cultura grega, os bizantinos desenvolveram estudos sobre a aritmética e a álgebra.
- b) Negando a tradição jurídica romana, o Império Bizantino pautou sua jurisdição no direito consuetudinário.
- c) A filosofia estoica influenciou o movimento iconoclasta, provocando o Cisma Cristão do Oriente no século XI.
- d) O catolicismo ortodoxo tornou-se a religião oficial do Império após a denominada querela das investiduras.
- e) A Catedral de Santa Sofia sintetiza a tradição artística bizantina com seus ícones e mosaicos.

7. (UEA/2014)

“Os plebeus consumiam-se no ódio aos patrícios, sobretudo por causa da escravidão por dívidas. Indignados, diziam que eram aprisionados e oprimidos em sua própria pátria e por seus próprios concidadãos, embora combatessem no exterior pela liberdade da República. A plebe era mais protegida na guerra do que na paz, mais livre entre inimigos do que entre seus próprios concidadãos.”

Tito Lívio. *História de Roma*, 1989.

Tito Lívio foi um romano que viveu de 59 a.C. a 17 d.C. O historiador alude a uma contradição existente na cidade de Roma, ainda no período republicano, em que

- a) os plebeus, essenciais para as conquistas romanas, tinham limitados direitos políticos e sociais.
- b) os patrícios promoviam as guerras exteriores com a finalidade de incorporar as terras dos plebeus.
- c) as vitórias militares e as conquistas romanas impediam a ascensão social das classes plebeias.
- d) os generais romanos vitoriosos contavam com a fidelidade de suas tropas e diminuía os poderes dos senadores.
- e) as famílias patrícias impunham aos plebeus o culto religioso dos patrícios mortos em combate.

A Europa medieval e a civilização islâmica



CORTESIA GRUPO DRAIKANER

Grupo de *boffering* Draikaner durante treino em São Paulo (SP). Foto de 2015. O *swordplay* é uma atividade que simula combates inspirados na Europa Ocidental durante a Idade Média. *Noboffering*, parte integrante do *swordplay*, são utilizadas armas conhecidas como *boffers*, feitas com canos de PVC e cobertas com espuma para garantir a segurança dos participantes.

O objetivo desta abertura é a reflexão sobre as influências da cultura europeia medieval e da cultura árabe na formação do mundo ocidental. Sugerimos iniciar o estudo pela análise da imagem e leitura dos textos e, em seguida, deixar que os alunos discutam as questões propostas. Espera-se que eles percebam que o que restou na atualidade, tanto da cultura europeia medieval quanto da cultura árabe (que se difundiu pelo mundo através da expansão do islã), é muito mais que castelos, histórias de reis e de combates de cavaleiros, contos de *As mil e uma noites* e haréns magníficos recriados no imaginário popular.

Raízes medievais

“Pensemos num dia comum de uma pessoa comum. [...] Ao chegar na escola ou no trabalho, ela consulta um calendário e verifica quando será, digamos, a Páscoa [...]. Assim fazendo, ela pratica sem perceber alguns ensinamentos medievais. Foi um monge do século VI que estabeleceu o sistema de contar os anos a partir do nascimento de Cristo. [...] Para começar a trabalhar, a pessoa possivelmente abrirá um livro [...] e assim homenageará de novo a Idade Média, época em que surgiu a ideia de substituir o incômodo rolo no qual os romanos escreviam. [...] Mesmo ao passar suas ideias para o computador, a pessoa não abandona a herança medieval. O formato das letras que ali aparecem, assim como em jornais, revistas, livros e na nossa caligrafia, foi criado por monges da época [...].”

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Ecos do passado*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, jun. 2008. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/ecos-do-passado>. Acesso em 29 nov. 2015.

“A ciência e a filosofia árabes [...] possibilitaram a própria ideia de Ocidente. No entanto, quantos de nós reconhecem hoje essa dívida enorme para com os árabes [...]: de ‘álgebra’ a ‘zero’? Ou a influência mais mundana em tudo, dos alimentos que comemos – damascos, laranjas e alcachofras [...] – a termos náuticos comuns como ‘almirante’, ‘chalupa’ e ‘monção’?”

LYONS, Jonathan. *A casa da sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p. 18-19.

Vale esclarecer aos alunos que nem todo muçulmano é árabe, nem todo árabe é muçulmano. Árabe são os habitantes de países de língua e cultura árabes, originárias da Península Arábica, e muçulmano é o seguidor da religião islâmica. Como Maomé e seus primeiros seguidores são originários da Península Arábica e o *Alcorão* foi escrito em árabe, os termos “árabe” e “muçulmano” se confundem, sendo, inclusive, utilizados como sinônimos até mesmo em produções acadêmicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Conversando sobre

1. De que maneira a imagem e o primeiro texto se relacionam?
2. Você concorda com a afirmação de Jonathan Lyons de que não se reconhece a influência árabe no mundo ocidental? Se sim, quais seriam os motivos desse não reconhecimento?
3. Converse com a turma a respeito de outras influências medievais e árabes no nosso cotidiano.

A designação Idade Média surgiu entre os humanistas do século XV para caracterizar o período intermediário entre a Antiguidade clássica (greco-romana) e o chamado Renascimento. "O bibliotecário pontifical Giovanni Andrea empregou-a pela primeira vez distinguindo 'os antigos da Idade Média dos modernos da nossa época' (século XV). Quando, já no século XVI, Giorgio Vasari, historiador e pintor italiano, popularizou o termo Renascimento, a ideia de uma Idade Média consolidou-se, muito embora o termo só viesse a ser de uso corrente no século XVII." AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 228.

Idade Média

Devido às guerras, às invasões territoriais e ao predomínio da Igreja, de modo geral, o período histórico conhecido como **Idade Média** está associado à ideia de violência ou atraso. Veremos neste capítulo como essa associação é equivocada.

A Idade Média corresponde a um longo período, de aproximadamente mil anos (476 a 1453), dividido, para fins didáticos, em **Alta Idade Média** (período entre os séculos V e X) e **Baixa Idade Média** (entre os séculos XI e XV). Durante esse longo período, houve inovações tecnológicas, mudanças políticas e sociais, produções intelectuais etc., ou seja, a Idade Média foi um período bastante dinâmico.

O início da Idade Média ocorre concomitantemente ao gradual enfraquecimento do Império Romano, a partir do século III, quando as diversas tribos que viviam nas regiões fronteiriças do Império passaram a se relacionar de modo mais próximo com os romanos. É o caso principalmente dos **germânicos**, povos que viviam entre os rios Reno e Danúbio (território que corresponde às atuais Alemanha e Áustria). Essas tribos passaram a ser **federados** do Império, fornecendo homens para o Exército romano e protegendo suas fronteiras de outros povos não romanos.

Os povos germânicos

Os germânicos, de forma geral, praticavam a agricultura e o pastoreio. Seus aspectos culturais e religiosos estavam vinculados ao espírito de guerra da sociedade. A tribo era comandada pelo rei, um chefe guerreiro escolhido entre todos os homens daquela sociedade.

A partir do século IV, houve um excessivo aumento das levas migratórias em direção ao Império Romano, em parte pela chegada dos **hunos** à Europa. Povo de origem mongólica extremamente belicoso, os hunos partiram da região centro-asiática em direção à Europa e acabaram deslocando outras tribos germânicas, que não viviam em territórios romanos, para dentro do Império.

A desagregação do Império Romano do Ocidente no século V permitiu o surgimento generalizado de diversos reinos germânicos na Europa. Entre esses reinos, o mais significativo foi o dos **francos**.

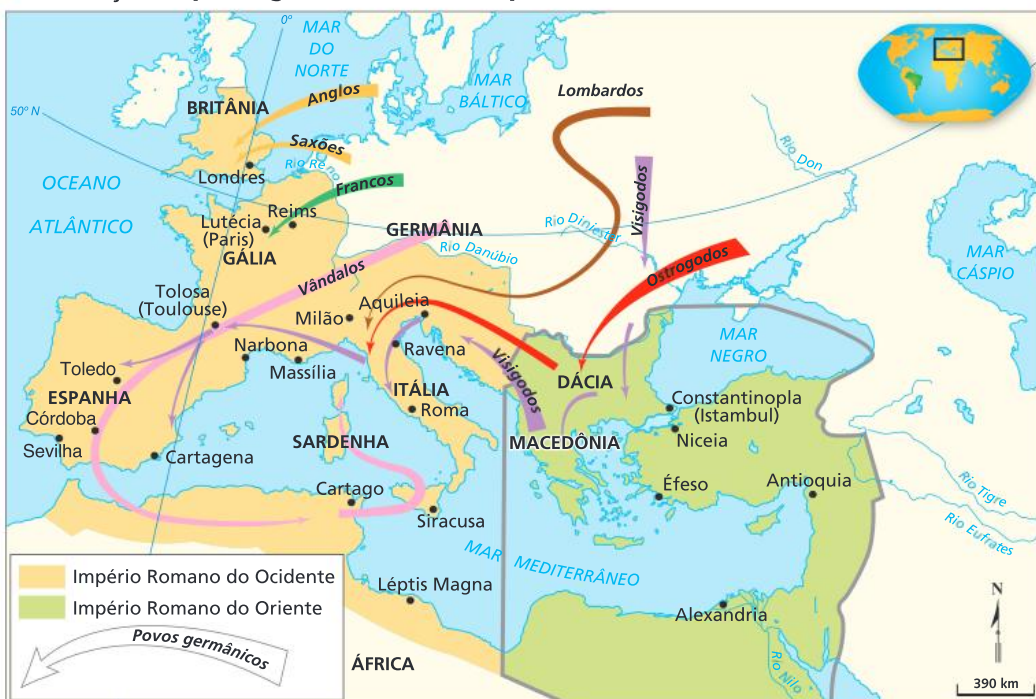
Vale retomar o conceito de bárbaro estudado no capítulo anterior. Para os romanos, bárbaro era o estrangeiro, aquele que não falasse grego ou latim, ou seja, considerado não civilizado. Bárbaros eram os povos que estavam fora dos domínios do Império Romano.



BRIDGEMAN IMAGES/
KEystone BRASiL, MUSEU DE
ARTE WALTERS, BALTIMORE

Broche em forma de águia (século VI), produzido pelos visigodos. Museu de Arte Walters, Baltimore, Estados Unidos. Ainda hoje a águia é um dos símbolos germânicos.

O avanço dos povos germânicos na Europa (séculos IV a VI)



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique*. Paris: Perrin, 1992. p. 110.

Além dos francos, destacam-se entre as tribos deslocadas os **visigodos** e os **ostrogodos**, originários da região do Mar Negro, que vão ocupar mais tarde, respectivamente, as penínsulas Ibérica e Itálica.



O batismo de Clóvis por São Remígio (século XVI), vitral da Igreja de São Remígio, em Ceffonds, França. O Reino Franco tornou-se cristão com o batismo de Clóvis. A religião do reino era, pelo menos oficialmente, aquela escolhida pelo monarca.

Estados Pontifícios: territórios localizados no centro da Península Itálica que se mantiveram como Estado independente, sob a autoridade do papa, entre 756 e 1870.

Os francos

Estabelecidos como federados no norte da Gália (atual França) desde fins do século IV, os francos sempre defenderam sua permanência nessa região, a ponto de lutarem contra outros povos que tentaram invadir o Império Romano.

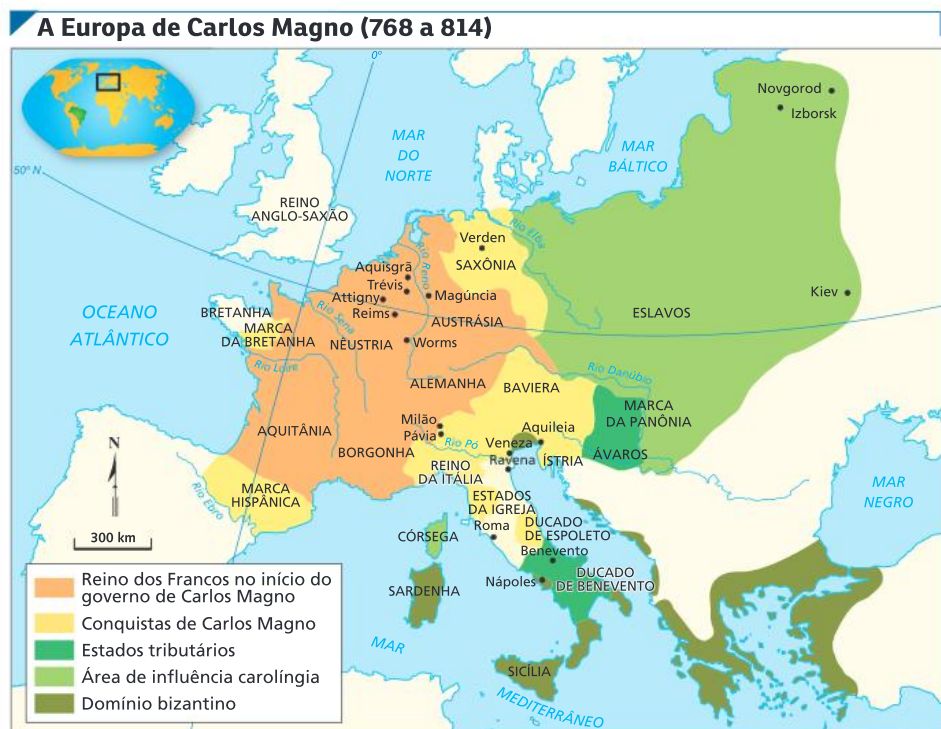
Clóvis, primeiro rei dos francos a ser coroado, reinou de 481 a 511. Pertencia à **dinastia merovíngia**, por descender de Meroveu, seu avô. Em 496, Clóvis converteu-se ao cristianismo e iniciou um processo de expansão territorial pela região da Gália. Essa expansão garantiu a consolidação dos merovíngios por meio da distribuição de terras ao clero e à aristocracia.

No século VIII, com problemas políticos internos, a dinastia merovíngia enfraqueceu-se e o poder efetivo passou a ser exercido pelos **Majordomus** (mordomos do palácio), grupo dos principais funcionários da corte no Reino Franco. Dessa forma, iniciava-se a **dinastia carolíngia**.

O primeiro rei carolíngio foi Pepino, o Breve, coroado no ano de 751. Ele contava com o apoio decisivo da autoridade religiosa de Roma, o papa Estevão II. Esse apoio da Igreja aos carolíngios resultou na **Doação de Pepino**, através da qual o rei cedeu territórios conquistados na Península Itálica diretamente ao papa, que criou os **Estados Pontifícios** em 756.

Carlos Magno, filho de Pepino, ascendeu ao poder no ano de 768. Monarca guerreiro, deu continuidade ao processo expansionista franco, conquistando territórios até as proximidades do Rio Elba, ao leste, e ao norte da Península Itálica, região dos lombardos – povo bárbaro que se estabeleceu ali no século VI.

Como consequência dessa expansão militar, Carlos Magno conseguiu fortalecer a unidade política em torno de si, cristianizando os povos recém-conquistados e colocando-se como defensor do papado. Por conta disso, o papa Leão III coroou Carlos Magno na noite de natal do ano 800 como o "imperador dos romanos", título que não era utilizado desde a queda de Rômulo Augusto, em 476. A coroação de Carlos Magno deu origem ao **Sacro Império Romano Germânico**, que só desapareceu formalmente em 1806.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 36.



Abelardo e Aquino (2006), tira de Rafael Scabini. Em 529, Bento de Núrsia fundou um mosteiro em Monte Cassino na Itália, dando origem à primeira ordem monástica, a Ordem dos Beneditinos. Os monges beneditinos tinham uma vida disciplinada pelo trabalho e por regras rígidas que serviram de modelo para as ordens fundadas posteriormente.

► Que obrigações monásticas são citadas na tirinha? De que forma são utilizadas para provocar o humor?

Renascimento carolíngio e a divisão do Reino Franco

Durante o governo de Carlos Magno houve aumento da produtividade agrícola e das atividades mercantis, que ganharam impulso graças aos negócios realizados por mercadores judeus e árabes.

Em seu reinado ocorreu também o chamado **Renascimento carolíngio**, com o incentivo e desenvolvimento de atividades educacionais e culturais, com o crescimento da atividade intelectual dos mosteiros. Os monastérios surgiram no Egito por volta do século III, mas só se espalharam pela Europa Ocidental após a formação da Ordem de São Bento, ou **Ordem Beneditina**, em 529. Os monges beneditinos, que viviam nesses mosteiros, reproduziam os livros sagrados, além de obras de filosofia, medicina, arquitetura e astronomia. Por se dedicarem a copiar tais obras, esses monges também ficaram conhecidos como copistas.

“[...] assim que Carlos Magno restaurou as escolas e os **scriptoria** em todo o reino, ele investiu no trabalho dos mosteiros. [...] Milhares de manuscritos foram recopiados – quase oito mil foram conservados: as obras dos fundadores da Igreja, de gramáticos, poetas, prosadores. Graças aos copistas, uma grande parte da herança literária latina foi salva e preservada. Cícero, Virgílio, Tácito e muitos outros só se tornaram conhecidos pelo trabalho dos carolíngios.”

RICHÉ, Pierre. Quando copiar era um estímulo intelectual. *Revista História Viva*. Disponível em <www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/quando_copiar_era_um_estimulo_intelectual.html>. Acesso em 1º dez. 2015.

O monge Abelardo, personagem da tira, cita a oração, a atividade copista e o voto de silêncio entre as obrigações monásticas. O humor é provocado pelo fato de Abelardo acreditar ter vocação para ser monge, apesar de não a ter, pois não gosta de orar, copiar e não consegue ficar em silêncio.

Scriptoria: ou *scriptorium*, era uma área complementar da biblioteca do mosteiro onde os monges copiavam os manuscritos.

Com a morte de Carlos Magno em 814, seu filho Luís, o Piedoso, procurou consolidar o Império. No entanto, a própria multiplicidade de povos sob domínio carolíngio dificultava a centralização do governo. Além disso, não havia moeda para pagar soldados e funcionários, que recebiam terras por seus serviços, o que fortalecia os nobres proprietários de terras e enfraquecia o poder real. Luís I ainda teve de enfrentar seus próprios filhos rebelados, que disputavam entre si o poder. Após sua morte, em 840, o território franco foi dividido entre seus três filhos pelo **Tratado de Verdun**, assinado em 843.

A divisão do reino acentuou um panorama de descentralização política no Ocidente europeu, processo que ocorria desde os momentos finais do Império Romano. Para agravar a situação, a Europa sofreu, entre os séculos IX e X, uma nova série de invasões de povos vindos de outras regiões. Os ataques provocaram o colapso da autoridade política dos reis, que já era muito frágil.

O trabalho servil, a fragmentação do poder real e a consagração do poder da Igreja serão algumas das características de uma nova realidade histórica: o **feudalismo**.

◆ Feudalismo

A gradual desestruturação do Império Romano possibilitou a formação de novas formas de relação de trabalho, especialmente do homem para com a terra. Entre essas novas formas de relação, destaca-se o **colonato**.

Nesse modelo, indivíduos livres e mesmo escravos se estabeleciam de modo fixo no interior de grandes propriedades, num lote de terra demarcado, devendo entregar parte de sua produção ao proprietário. Além disso, deviam pagar taxas, realizar tarefas complementares e trabalhar nas terras do senhor.

Esse movimento em direção às grandes propriedades está associado à tentativa de fuga dos camponeses das elevadas taxações do governo romano sobre os donos de terras, ao colapso da economia mercantil do Império e à insegurança crescente da vida nas cidades, especialmente após as migrações dos povos não romanos, como visto anteriormente.

Neste cenário de instabilidade, a sociedade romana **ruralizou-se** e passou a apresentar, de modo geral, uma divisão básica entre proprietários e camponeses. Esse processo de divisão levou a um crescente enrijecimento da hierarquia social.

Outro fator que contribuiu de maneira significativa para esse processo de reclusão social foi a **difusão do cristianismo** após o século IV. A partir desse momento, quando o cristianismo se tornou crença oficial em Roma, o clero – composto de homens responsáveis pelos rituais da liturgia cristã – foi aos poucos ganhando privilégios especiais e grandes poderes políticos (na administração civil) e econômicos (por suas crescentes propriedades rurais). Esses representantes da Igreja passaram a ser responsáveis pela salvação de todos os homens, ou seja, a via de comunicação essencial entre o céu e a terra. À medida que ganhava força e prestígio, a Igreja tornou-se a principal instituição reguladora da sociedade. Instaurou-se nesse período a mentalidade **teocêntrica**, ou seja, Deus era o centro de todas as coisas e toda a sociedade deveria ser ordenada por e para Ele.

Os povos germânicos que entraram nos territórios romanos, inicialmente como federados e depois nos reinos que formaram, não alteraram esse processo em desenvolvimento; ao contrário, contribuíram na formação do feudalismo – resultado das combinações de instituições e tradições romanas e germânicas.



O rei francês Filipe III prostrado diante do altar durante a liturgia. Iluminura do livro *Sobre as coroações dos reis franceses* (1246). Biblioteca Nacional da França, Paris. Na Europa medieval, o clero exercia forte influência sobre todas as esferas da sociedade.

TALLANDIERBRIDGEMAN IMAGES/KESTONE BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA - PARIS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Relações feudais

À medida que o poder central de Roma enfraquecia, os grandes proprietários de terras se fortaleciam, ocorrendo a regionalização do poder. Assim, mesmo no interior dos reinos germânicos que se formaram, os constantes desentendimentos entre os grupos aristocráticos não permitiam um projeto de centralização política em torno do rei.

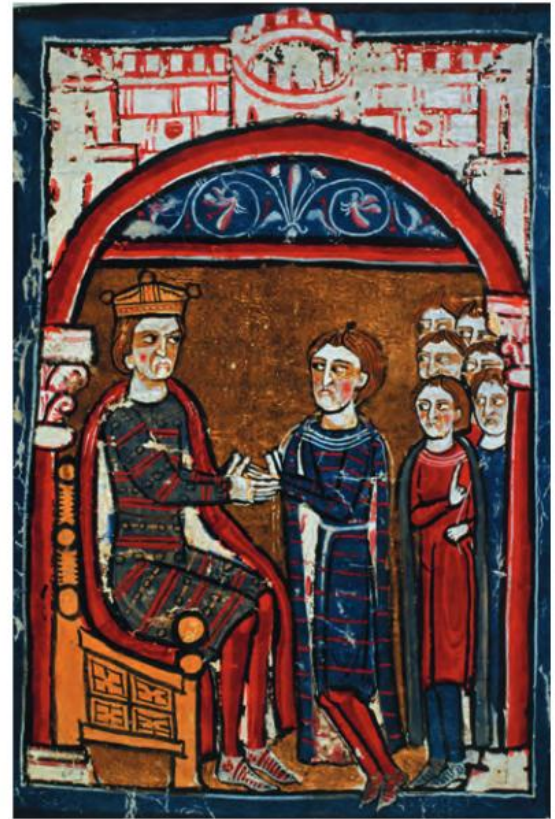
Nesse contexto de enfraquecimento do poder real, os proprietários de terras assumiram a responsabilidade pela defesa de seus domínios e de todos que neles viviam.

Nessa sociedade, as **relações de dependência pessoal** iam-se solidificando. Como exemplo maior temos a instituição da **vassalagem**, que teve ampla difusão durante o Império Carolíngio. Derivada do **comitatus**, um costume germânico no qual os chefes militares estabeleciam com seus homens um compromisso de reciprocidade, a vassalagem consistia em estabelecer um laço de fidelidade entre dois homens: aquele que mais precisava de amparo, o dependente, chamado **vassalo**, e um senhor, o **suserano**, geralmente um grande proprietário de terras.

Esse acordo de mutualidade era firmado em uma cerimônia marcada por dois momentos especiais: a **homenagem**, o juramento pessoal, e a **investidura**, o recebimento do bem. No caso, o vassalo receberia um benefício, que na época era uma porção de terra, e posteriormente, um **feudo**. O benefício era, portanto, um bem ou direito cedido a alguém em troca de fidelidade e várias obrigações, principalmente militares. Na maioria das vezes, o feudo compunha um conjunto de terras cedidas por um aristocrata a outro.

Dessa forma, à medida que os vassalos do rei acabaram tornando-se também "suseranos" de outros vassalos, houve um gradual enfraquecimento, mas não o total desaparecimento, da autoridade real. Ou seja, muitos homens, especialmente nas regiões do interior, não estavam ligados diretamente ao monarca, e por isso dificilmente respeitavam suas decisões.

Portanto, podemos avaliar que a descentralização do poder real no Ocidente se deu por dois fatores: o desmembramento do Império Carolíngio no século IX e o novo movimento de invasões "bárbaras" (veja o box abaixo).



Cerimônia de vassalagem. Iluminura do livro *Liber feudorum Ceritaniae* (século XII). Arquivo da Coroa de Aragão, Barcelona, Espanha. As cerimônias de vassalagem aconteciam até mesmo entre os reis e entre os nobres, os membros mais altos da aristocracia.

Os nobres descendiam dos antigos servidores de confiança do imperador Carlos Magno. Essa era a característica que os distinguia do restante da aristocracia.

As novas invasões "bárbaras"

No século IX, a Europa Ocidental passou por um novo processo de invasão. Eram os *vikings* e os magiars, os "novos bárbaros".

Os *vikings* eram povos de origem escandinava e dividiam-se em noruegueses, suecos e daneses (dinamarqueses). Praticavam a atividade agrícola e o comércio marítimo. Excelentes navegadores, os *vikings* invadiram a zona litorânea da Europa no século IX, saqueando e destruindo aldeias. Na Inglaterra, conquistaram vários reinos e misturaram-se aos anglo-

-saxões por meio de casamentos. Os *vikings* que se fixaram no norte da França, chamados de normandos, adotaram o cristianismo e também se misturaram à população local.

De origem asiática e excelentes cavaleiros, os magiars, ou húngaros, invadiram e saquearam a Europa Central no século IX, sendo detidos apenas em 955 pelo Sacro Império Romano Germânico. Fixando-se na região dos Cárpatos, converteram-se mais tarde ao cristianismo e fundaram o Reino da Hungria.

Economia e organização do feudo

No feudalismo, a base econômica era a **agricultura**, praticada pelos camponeses, que compunham a maioria da população e trabalhavam nos feudos sob o regime de servidão. Os camponeses poderiam, também, trabalhar na manufatura de objetos a mando do senhor feudal.

Cada domínio agrícola buscava essencialmente manter seu caráter de subsistência, ser autossustentável. Uma vez que a produção se destinava ao consumo interno, sem visar à obtenção de excedentes, a venda de bens agrícolas ou artesanais para fora dos senhorios restringiu-se ao mínimo. Por isso, o comércio na Europa do período feudal teve um grande decréscimo.

Nos feudos, o castelo, fortaleza e residência da família senhorial, era o centro da propriedade. O restante estava comumente dividido em três partes, como mostra o esquema abaixo.

O senhorio medieval

Manso comum ou **Terras comunais**. Pastos e bosques na região, explorados pelo senhor e pelos camponeses. Dependendo do feudo, havia regras e proibições.



CARLOS BOURDIEL

Manso senhorial. Terras exclusivas do senhor, consideradas as melhores da área. No entanto, praticava-se a corveia, ou seja, os servos eram convocados a trabalhar gratuitamente para o senhor em determinados dias da semana.

Manso servil. Terras destinadas aos camponeses. Trabalhavam para a própria subsistência, mas não eram donos. Parte da produção dessa área era entregue ao senhor como taxa (a talha).

Sociedade feudal

A estrutura social feudal era organizada essencialmente em três ordens, ou estamentos: o **clero**, a **nobreza** e o **campesinato**. Havia uma rigidez na hierarquia social, cujos valores e práticas eram, em grande parte, regulados pela Igreja. Os clérigos legitimavam essa organização afirmando que as pessoas deveriam desempenhar suas funções em obediência à vontade de Deus. Assim, a hierarquia era determinada pelo nascimento, com praticamente nenhuma chance de ascensão ou mobilidade social.

No ideário medieval, os clérigos compunham o grupo que cumpria a função de intermediários entre Deus e os seres humanos. Por esse motivo, em um período de grande fragmentação do poder político, a fé cristã era o fator de união entre os europeus. A Igreja Católica exercia grande autoridade não apenas na vida religiosa, mas também nos negócios, na educação, na vida cotidiana e nas atividades econômicas. O batismo era o mecanismo de inserção do homem na sociedade.

A nobreza era composta de indivíduos detentores de terras e de poder político e com forte educação bélica. O cavaleiro, pertencente à **pequena aristocracia**, era um especialista no uso das armas. Quando detentor de uma extensão maior de terras, podia dedicar-se inteiramente ao treinamento e ao serviço militar. Em outros casos, o cavaleiro vivia dos recursos provenientes de seu suserano.

A nobreza e o clero eram sustentados pelos servos, que viviam sob o regime de **servidão de gleba**, ou seja, não podiam abandonar o feudo, mesmo quando fosse passado para outro senhor. Os servos eram obrigados a pagar uma série de tributos como a **corveia** (realização de serviços, em alguns dias da semana, nas terras senhoriais), a **talha** (entrega de metade de tudo o que fosse produzido) e as **banalidades** (uma espécie de aluguel pelo uso das ferramentas e dos equipamentos de trabalho).

No feudo também havia os **vilões**, que não estavam presos à terra e, por isso, podiam vagar pelos feudos em busca de trabalho. Alguns conseguiam adquirir terra ou enriquecer com a atividade comercial.



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - BIBLIOTECA BRITÂNICA, LONDRES

Cavaleiro e seus aprendizes. Iluminação do livro *Crônicas de Froissart* (século XV). Biblioteca Britânica, Londres. Um traço distintivo do cavaleiro era sua moral, baseada na fidelidade ao seu senhor. Também era parte de seu código de honra a luta em defesa dos fracos, dos injustiçados e da Igreja Católica.

Pequena aristocracia: aristocratas que possuíam títulos nobiliárquicos menores, como viscondes, barões e cavaleiros. Além deles, havia a alta aristocracia, representada pela nobreza e formada por príncipes, arquidukes, duques, marqueses e condes.



BIBLIOTECA BRITÂNICA, LONDRES

Camponeses no trabalho da colheita. Iluminação do *Saltério da rainha Maria* (1553). Biblioteca Britânica, Londres. Os servos, embora exercessem trabalho sob coerção, não podiam ser vendidos como escravos, pois estavam vinculados à terra.

A escravidão não deixou de existir durante o período medieval. Contudo, foi pouco utilizada. Os cativos, frequentemente, realizavam tarefas domésticas. Ver HEERS, Jacques. *Escravidão e servidão doméstica na Idade Média*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

Cristiane de Pisan escrevendo em seu estúdio recebe a visita das virtudes que a inspiraram: prudência, justiça e recato. Iluminura de sua obra *O livro de citações das damas* (1400). Biblioteca Nacional da França, Paris. Exceção no mundo medieval, Cristiane foi escritora e defendeu por meio de suas obras a importância das mulheres na sociedade.



AKG-IMAGES/LATINSTOCK - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mulheres e crianças

As mulheres ocupavam uma posição inferior na sociedade medieval. Em um mundo religioso, viril e militar, eram inferiorizadas por serem consideradas frágeis, julgadas responsáveis pelo pecado original e por estarem associadas à imagem da Eva pecadora. Assim, para salvar-se, a mulher deveria seguir o exemplo da constância, da castidade e da virgindade, espelhando-se na Virgem Maria.

Na sociedade rigidamente hierarquizada da Idade Média, a origem social da mulher determinava seu cotidiano. As camponesas, além dos cuidados com a casa e com os filhos, eram responsáveis por fiar, tecer e auxiliar nas colheitas. Na aristocracia, o matrimônio, institucionalizado pela Igreja desde o século XI, garantiu aos nobres o enriquecimento das linhagens, e aos reis, as sucessões do trono por meio da união com as damas mais destacadas da nobreza. Mesmo nesse meio social, poucas mulheres eram alfabetizadas, como mostra o trecho a seguir:

“Se a sociedade medieval era em geral iletrada, o acesso às letras e ao saber formal estava praticamente vedado às mulheres. Entretanto, embora em pequena quantidade, houve mulheres letradas na Idade Média e um discurso propriamente feminino. Não obstante, é difícil considerá-lo expressão dos anseios de todas elas. O domínio da leitura e da escrita coube a pouquíssimas, em geral, às religiosas ou damas da alta sociedade.”

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 85-86. (Coleção Repensando a história)

Iconografia: conjunto de imagens que se referem a determinado período ou que ilustram um tema.

Aparentemente não existia na Idade Média a ideia de infância como a concebemos hoje. Na **iconografia** medieval, a criança era representada frequentemente como um pequeno adulto. Tão logo pudessem, as crianças eram encaminhadas para o trabalho nas lavouras ou iniciavam o aprendizado de algum ofício; no caso das famílias aristocráticas, os meninos começavam os treinos militares.

Surgimento do islã

No mesmo período em que o feudalismo se consolidava como a nova estrutura política, econômica e social na Europa Ocidental, no Oriente um novo império se formava a partir do século VII, impulsionado pelo nascimento de uma nova religião monoteísta: o **islamismo**. O Império Islâmico começou na Península Arábica e expandiu-se em direção ao Oriente Médio, à Ásia, ao norte da África e à Península Ibérica.

Na antiga Península Arábica, a vida se desenvolvia nas estepes e nos desertos. Nas estepes, viviam os **povos semitas**, que tinham por base a língua árabe, mas que falavam inúmeros dialetos locais. Já nos desertos viviam os povos nômades, os **beduínos**, que criavam camelos, carneiros e cabras.

Os árabes praticavam a agricultura nos oásis da região, cultivando palmeiras, trigo e bálsamo. Contudo, o comércio era a grande atividade econômica: caravanas cruzavam continuamente as cidades e o deserto transportando mercadorias do Oriente e das diferentes regiões da Península Arábica que eram comercializadas em feiras, especialmente nas cidades de Meca e Yatrib.

Por ser um oásis, a cidade de **Meca** era ponto de parada das caravanas e, por isso, tornou-se importante centro comercial. Ao mesmo tempo, era também o centro religioso da região que recebia peregrinos que desejavam cultuar seus deuses. Os povos árabes pré-islâmicos eram **politeístas**. Adoravam animais, plantas, astros e pedras sagradas. A mais importante era a **Pedra Negra** (leia boxe ao lado), que se encontrava exposta à adoração com os demais ídolos na **Caaba**, um templo em forma de cubo.

Foi em Meca que, em 570, nasceu **Maomé** (ou **Muhammad**), fundador do islamismo. Membro de uma tradicional família de mercadores da tribo coraixita, desde jovem acompanhava as caravanas comerciais que saíam da Península Arábica. Durante suas viagens, entrou em contato com as religiões do judaísmo, cristianismo e zoroastrismo. Aos 25 anos, casou-se com uma rica viúva comerciante, Fátima, assumindo então seus negócios.

Conta a tradição islâmica que Maomé, aos 40 anos, recebeu a visita do arcanjo Gabriel, que lhe teria transmitido as palavras de um Deus único (*Allah*). Maomé começou a divulgar a doutrina **monoteísta**, fundando o islamismo (ou islã). Pregando inicialmente para sua família e amigos, Maomé, em pouco tempo, conquistou um grande número de seguidores: os islâmicos ou muçulmanos (em língua árabe, *muslim* é aquele que acredita no islã e se submete a Deus).

Pedra Negra: objeto de culto politeísta

De acordo com a tradição, a Pedra Negra que se encontra no centro da Caaba em Meca teria sido enviada pelos céus. Originalmente clara, tornou-se escura ao cair na terra por causa dos pecados da humanidade.

O nome islã, ou islamismo, origina-se do termo árabe *islam*, que significa submissão a Deus.

Caravana de camelos puxada por um beduíno no Deserto de Dubai, Emirados Árabes Unidos. Foto de 2015. Até hoje os beduínos cruzam o deserto na Península Arábica com suas caravanas de camelos carregados dos mais diversos produtos.



Ramadã: mês que corresponde ao período em que Maomé teria recebido a primeira revelação do arcanjo Gabriel. Nesse mês, do nascer ao pôr do Sol, os muçulmanos devem jejuar e ficam proibidos de realizar diversas atividades, como guerrear e manter relações sexuais. O jejum visa à expiação dos pecados e à reflexão do fiel sobre si mesmo.

A religião islâmica reconhece a *Torá* judaica e a *Bíblia* cristã como livros sagrados. Para os islâmicos, a diferença entre esses livros e o *Alcorão* é que este último seria o portador da revelação final de Deus. Para o islã, Maomé é o "selo dos profetas", ou seja, o último de todos eles.

Segundo a tradição islâmica, o *Alcorão* não pode ser traduzido. Textos em outros idiomas são considerados interpretações, não traduções. Mesmo em países nos quais o árabe não é a língua oficial, os islâmicos devem aprender o idioma original do *Alcorão* para lê-lo.

◆ O estabelecimento do islã

Com o aumento de seguidores, Maomé passou a ser perseguido por sacerdotes apoiados por ricos mercadores. Temiam que a expansão do novo credo afetasse a peregrinação de fiéis a Meca, prejudicando seus negócios.

Em 622, Maomé e seus seguidores saem de Meca com destino a Yatrib, cidade ao norte de Meca. Essa fuga ficou conhecida como **Hégira**, evento que marca o início do calendário islâmico.

A cidade de Yatrib tornou-se o primeiro reduto islâmico e passou a ser chamada de Medina, a cidade do profeta, onde foi fundada a primeira mesquita. Ali, Maomé ganhou força religiosa e política, recebendo o apoio e unindo os cidadãos e os beduínos.

Em 630, Maomé e milhares de seguidores retornaram a Meca, ocupada sem nenhuma resistência. Destruíram os ídolos do paganismo e transformaram a Caaba em local de adoração ao Deus único. Ao falecer em 632, Maomé tinha unido grande parcela da população árabe em torno do monoteísmo islâmico.

◆ Doutrina islâmica

Os sucessores de Maomé registraram seus ensinamentos, que haviam sido transmitidos apenas oralmente. Desse modo, foram criados dois documentos que contêm a fundamentação política e religiosa do islã: o **Alcorão** (ou simplesmente *Corão*) e a **Suna**.

Segundo os muçulmanos, o *Alcorão* é o registro da palavra de Deus revelada a Maomé pelo arcanjo Gabriel e, por isso, não pode sofrer nenhum tipo de modificação, devendo ser lido (ou recitado) somente em árabe, a língua do profeta. A *Suna* (palavra que significa "caminho trilhado") reúne os textos sobre a vida de Maomé, suas ações e seus ensinamentos, e é um manual de conduta para os muçulmanos no caso de não haver orientações expressas no *Alcorão*.

Os islâmicos devem seguir **cinco pilares** da fé: a **crença** em um só Deus; a **oração** cinco vezes ao dia com o corpo voltado para Meca; a **caridade** a todo aquele que estiver necessitado; o **jejum** no mês do **Ramadã**; e a **peregrinação** a Meca pelo menos uma vez na vida, para aqueles que tiverem condições financeiras.

As normas do *Alcorão* foram utilizadas para a organização de um Estado **teocrático**, ou seja, onde governo e religião são inseparáveis. A unidade entre poder político e espiritual foi a base da criação do Império Islâmico e sobrevive em alguns países na atualidade, como a Arábia Saudita.

Jihad

A palavra *jihad* significa "esforço", "empenho", e para o muçulmano se aplica a todo empenho empreendido em qualquer ação.

A interpretação radical de grupos extremistas que adotam o terrorismo como tática no empenho pela defesa dos preceitos religiosos permitiu a atual relação do termo *jihad* à guerra santa, ou seja, a guerra por motivos religiosos.

Contudo, embora o *Alcorão* pregue a paz, proibindo que um fiel principie uma guerra, permite o combate em defesa da religião e dos muçulmanos:

“Combatei pela causa de Deus aqueles que vos combatem; porém, não pratiqueis agressão, porque Deus não estima os agressores.

[...] E combatei-os até terminar a perseguição e prevalecer a religião de Deus. Porém, se desistirem, não haverá mais hostilidades, senão contra os iníquos.”

Alcorão. 2ª Surata Al Bacara, versículos 190 e 193.

Grupo de Estudos e Divulgação do Islam.

Disponível em <www.islam.org.br/o_jihad.htm>.

Acesso em 3 dez. 2015.

Vale notar que a interpretação radical das palavras do *Alcorão* por grupos extremistas islâmicos, que têm espalhado o terror pelo mundo, não corresponde à postura da maior parte das comunidades islâmicas, que por causa do terrorismo passaram a ser hostilizadas.

◆ Sucessão do profeta e expansão do islã

Maomé não elegeu sucessor. Entre seus seguidores, alguns defendiam que o critério para a eleição do **califa** – termo utilizado para designar os sucessores de Maomé na qualidade de líder espiritual e político – deveria ser o parentesco com o profeta. Para esse grupo, o primeiro califa seria Ali, primo e genro do profeta. Os que eram favoráveis a Ali passaram a ser chamados de **xiitas**, derivação de *shi'at Ali*, que significa “partidários de Ali”. Outro grupo defendia que o califa poderia ser eleito pelos membros do islã, de forma semelhante ao antigo sistema de escolha dos chefes tribais. Os membros desse grupo ficaram conhecidos como **sunitas**, termo derivado de *ahl al Sunna*, que tem o significado de “povo da tradição”.

A maioria sunita venceu a crise sucessória e conseguiu eleger Abu Bakr, que foi sucedido por Omar, Otman e Ali. Sob o governo dos quatro primeiros califas (período entre 632 e 661), os muçulmanos dominaram a Pérsia, a Mesopotâmia e províncias bizantinas como a Palestina, a Síria e o Egito. Apesar das vitórias, a sucessão dos califas geralmente provocava crises e disputas políticas.

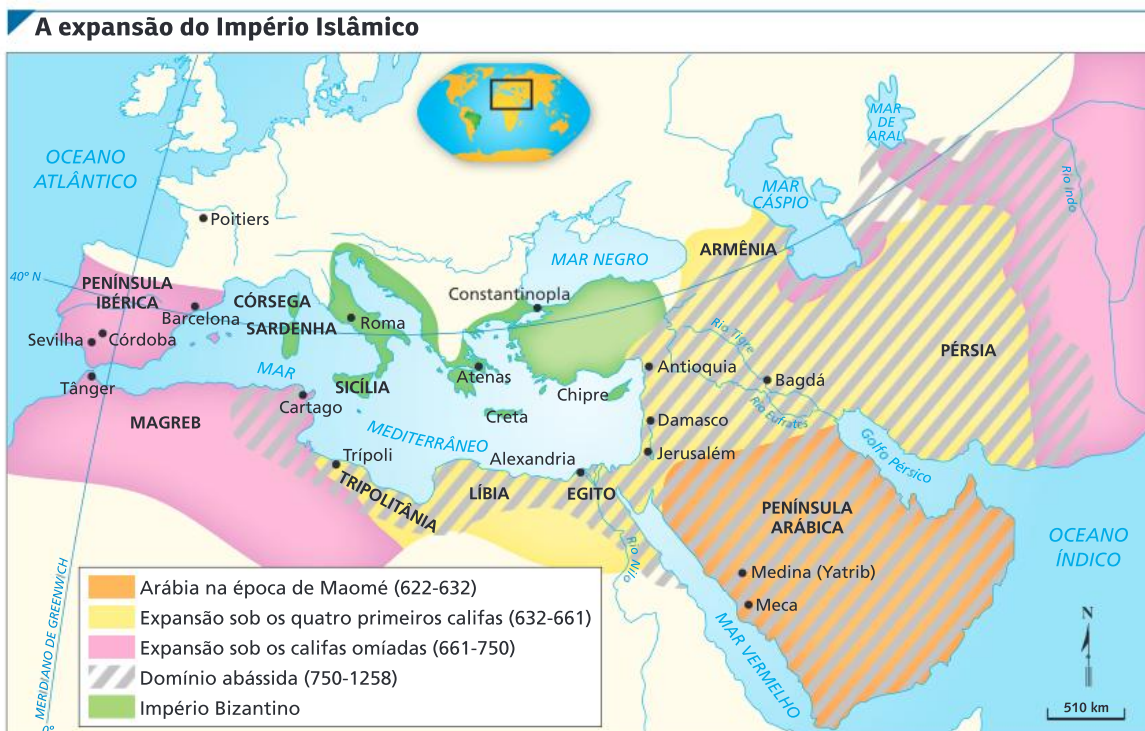
Em 661, os califas **omíadas** tomaram o poder, estabelecendo a capital do Império na cidade de Damasco, na Síria. Continuando a expansão para o leste, seguiram rumo à Ásia Central, ocupando o território que atualmente corresponde ao Afeganistão, Turquestão e o Vale do Rio Indo. Para oeste, conquistaram o norte da África e a Península Ibérica. Na Europa Ocidental, a expansão islâmica foi barrada pelos francos na Batalha de Poitiers em 732.

No ano 750, os **abássidas** derrotaram os omíadas e estabeleceram uma nova dinastia com capital em Bagdá, atual Iraque, que se consolidou como importante centro comercial. Sob o governo dos abássidas, que durou até 1258, iniciou-se um período de grande prosperidade e paz interna. Apesar da vitória dos abássidas, a Península Ibérica continuou sob domínio omíada como área independente do Império Islâmico até 1031, quando da destituição do último califa omíada.

Omiada: dinastia árabe originária da Síria que governou o Império Islâmico de 661 a 750. Após sua derrota para os abássidas, os omíadas perderam o controle político de praticamente todo o Império Islâmico, com exceção da Península Ibérica, região que governaram até o século XV.

Abássida: dinastia de governantes que dominou o Império Islâmico por quinhentos anos (do século VIII ao XIII). De origem persa, os abássidas são assim denominados por causa do nome do fundador da dinastia, Abu Al-Abbas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Apesar de o último califa omíada ter sido destituído em 1031, os omíadas permaneceram na Península Ibérica até o século XV, quando os reis católicos espanhóis, Fernando e Isabel, tomaram a região que estava sob domínio islâmico.



Página de uma tradução em hebraico (século XV) do livro *Cânon da medicina*, de Avicena. Biblioteca Estense, Modena, Itália.

Segundo Jacques Le Goff, "As obras de Aristóteles, Euclides, Ptolomeu, Hipócrates, Galieno haviam seguido para o Oriente dos cristãos heréticos – monofisistas e nestorianos – e os judeus perseguidos por Bizâncio e tinham sido legadas às bibliotecas e às escolas muçulmanas que as receberam abertamente. Ei-las agora, num périplo de retorno, que desembarcam nas praias da cristandade ocidental". LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1984. p.19.

◆ Desenvolvimento científico e cultural islâmico

O apogeu do desenvolvimento cultural islâmico ocorreu durante o governo abássida de Harun Al-Rashid (786-809), responsável pela compilação da tradição oral pré-islâmica e islâmica dos contos que compõem a obra *As mil e uma noites*, ainda hoje muito popular.

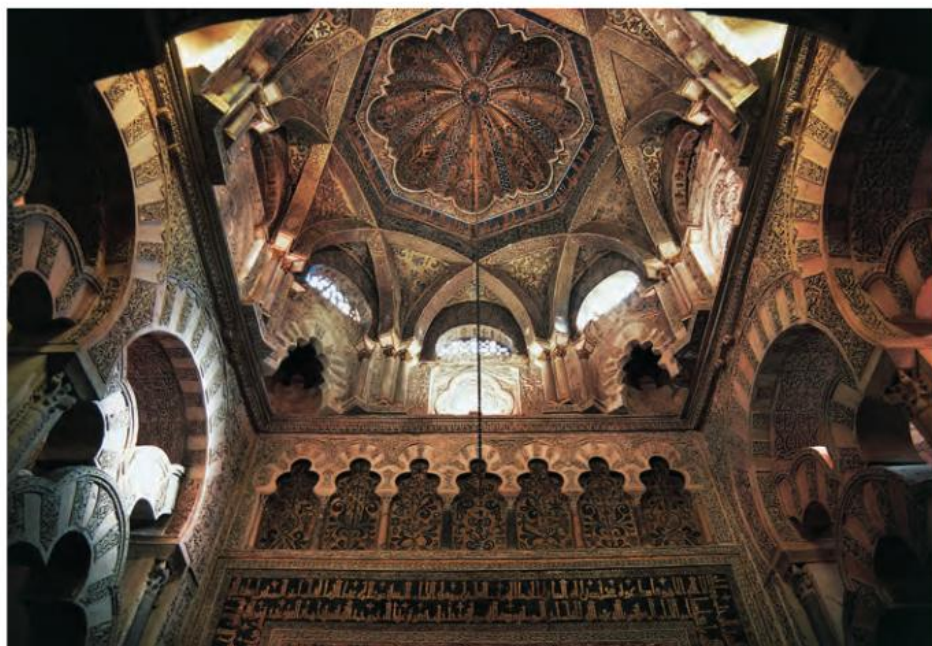
No campo do conhecimento, o califa fundou a Casa da Sabedoria em Bagdá, inicialmente uma grande biblioteca onde eram realizados trabalhos de cópia, tradução, estudo e guarda de textos estrangeiros. Posteriormente, a instituição passou a contar com repositório de livros e uma academia, além da biblioteca e de grupos de tradução, e se transformou no maior centro intelectual do mundo islâmico. No local, muitos textos da Antiguidade clássica greco-romana, esquecidos durante a Alta Idade Média, foram recuperados e traduzidos para o árabe.

Esse conhecimento chegou à Europa Ocidental via Península Ibérica. Assim, estudiosos islâmicos que lá viviam introduziram na Europa os algarismos indianos (também conhecidos como árabicos) e o conceito do número zero. Áreas da matemática como a trigonometria e a álgebra foram desenvolvidas nesse período com base nos estudos de **Al-Khwarizmi** (c. 780-c. 850).

No campo da medicina, destaca-se a contribuição de Abu Ali al Hussain ibn Sina, conhecido no Ocidente como **Avicena** (980-1037), autor do *Livro da cura* e de uma monumental enciclopédia médica, o *Cânon da medicina*. Também foram escritas obras de geografia que descreviam regiões e, principalmente, cidades por onde passavam os mercadores árabes.

A produção de conhecimento pelo islamismo não ficou restrita ao território abássida. O território sob domínio omíada na Península Ibérica, além de servir como "porta de entrada" do conhecimento islâmico na Europa, era também um local de grande produção intelectual. Nascido em Córdoba, o filósofo Abu Al-Walid Muhammad ibn Ruchd, conhecido como **Averróis** (1126-1198), destacou-se como comentarista da obra de Aristóteles e é considerado um dos mais ilustres pensadores do período medieval.

Interior da Grande Mesquita de Córdoba, Espanha, construída no século VIII. Foto de 2014. As mesquitas, os templos religiosos do islamismo, são grandes exemplos da arte islâmica. Nelas, podemos observar as abóbadas arredondadas, o uso de figuras geométricas, da caligrafia árabe e dos azulejos na decoração.



◆ O fim do Império Islâmico e a ascensão otomana

Os abássidas governaram o Império Islâmico até o ano de 1258, quando foram atacados pelo Império Mongol (leia boxe ao lado), que conquistou a cidade de Bagdá. Apesar da conquista, os mongóis não conseguiram efetivar seu domínio sobre a região, abrindo espaço para a conquista dos **turcos otomanos**, povos nômades, também originários das estepes da Ásia Central que, há alguns séculos, vinham estabelecendo contatos com os árabes e, aos poucos, convertendo-se ao islã.

Grandes guerreiros, os turcos já dominavam os territórios muçulmanos do Oriente, o que incluía a Mesopotâmia, a Síria, a Palestina e parte da Pérsia no século XI. Sofrendo com as investidas do Império Mongol, no século XIII os turcos refugiaram-se dos mongóis na Península da Anatólia (atual Turquia).

Em 1453, partindo da Anatólia, os otomanos conquistaram Constantinopla, sede e último reduto do Império Bizantino, consolidando a cidade como grande potência da época. Com o controle das principais rotas comerciais entre a Europa e a Ásia, o Estado otomano entrou em uma fase de grande prosperidade econômica. No século XVI, o Império Otomano em seu apogeu dominava todos os antigos territórios islâmicos na Ásia (com exceção do Irã), a Península Balcânica, parte da Europa Oriental, o Egito e outras áreas do norte da África.

O Império Otomano era um mosaico de povos, línguas, religiões e etnias. Diante dessa grande diversidade, as autoridades otomanas, habilmente, adotaram uma política de tolerância nas terras dominadas. Desde que pagassem impostos e não contestassem seu governo, os judeus e os cristãos ortodoxos, que eram muitos no Império, podiam viver em paz e possuíam liberdade religiosa.

Além da prosperidade comercial e da tolerância religiosa, outro fator decisivo para a longevidade do Império, desfeito de forma definitiva apenas em 1923, foi o poderio do Exército do **sultão**, que contava com grande contingente militar.

Império Mongol

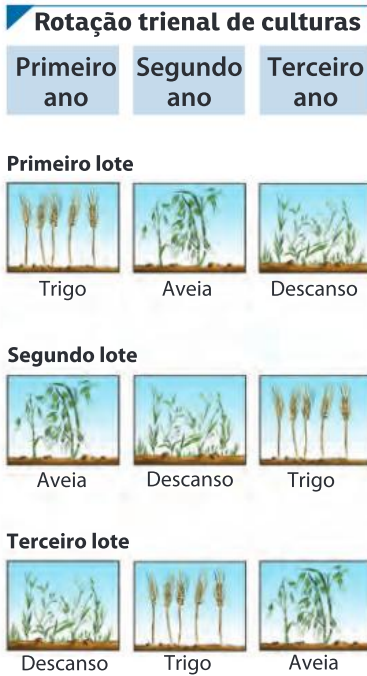
Os mongóis viviam dispersos em tribos na região das estepes da Ásia Central. O Império Mongol teve início em 1206, quando o guerreiro Temujin conseguiu unificar sob seu comando todas as tribos da região, proclamando-se Gengis Khan, o soberano supremo. Após a unificação, Khan empreendeu uma série de guerras de conquista, expandindo o Império. Seu primeiro alvo foi a China, derrotada e incorporada ao Império Mongol em 1215. Entre 1221 e 1225, os mongóis iniciaram seu avanço sobre o Império Islâmico. Após a morte de Gengis Khan, em 1227, seus descendentes continuaram a expansão do território do Império pela Ásia muçulmana e pela Europa cristã: os principados russos foram destruídos em 1238, ocorreram ataques à Polônia e à Hungria em 1240 e em 1258 eles conquistaram Bagdá. Apesar de todas essas conquistas, o Império Mongol não conseguiu manter sua unidade em razão de disputas internas pelo poder entre os descendentes de Khan. Em 1368, o Império foi fragmentado em diversos reinos, chegando ao fim.

Sultão: título do imperador turco.

Sob domínio otomano, Constantinopla passou a ser chamada de Istambul. Vale lembrar os alunos de que a tomada de Constantinopla pelos otomanos, em 1453, foi definida como marco na periodização da história ocidental: final da Idade Média e início da Idade Moderna.

Mapa do Império Turco presente no *Atlas Mercator* (1606), produzido em Amsterdã, Holanda. Ilustração de Jodocus Hondius. A área no mapa em amarelo corresponde ao Império Turco no século XV.





Fonte: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O feudalismo*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 62-78.

De acordo com o historiador Jacques Le Goff, as consequências dessas inovações na agricultura foram notáveis. A população europeia, que em 1050 era de 46 milhões de habitantes, em 1150 atingiu 50 milhões, chegando a 61 milhões em 1200. Dados retirados da obra: LE GOFF, Jacques. *La Baja Edad Media*. 14. ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. p. 31. v. 11. (Coleção Universal Siglo Veintiuno)

Baixa Idade Média: transformações do feudalismo

É possível dizer que, de modo geral, até o século X, a civilização islâmica teve maior desenvolvimento sociocultural do que o ocidente europeu. Contudo, isso não significa que a Europa Ocidental tenha ficado em completa estagnação.

A partir do século XI, o modelo de organização política, econômica e social da Europa Ocidental vivia seu apogeu. As transformações sociais e econômicas decorrentes desse quadro tiveram como consequência fatores que provocaram a desestabilização e o declínio do feudalismo. A seguir, estudaremos os principais elementos desse processo.

Aumento da produção agrícola e crescimento demográfico

A mudança da sociedade medieval se deu, em grande parte, em razão do considerável **crescimento demográfico** ocorrido no Ocidente europeu a partir do século XI, como consequência de inúmeros fatores: a ausência de epidemias, o fim das guerras contra os chamados "povos bárbaros" e o aumento da produção agrícola, favorecido pelas condições climáticas, pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas e novos métodos de cultivo.

Entre as principais inovações aplicadas à produção agrícola destaca-se uma nova forma de atrelar os animais de tração: pelo dorso e não mais pelo pescoço, o que permitia que puxassem mais peso. Essa mudança possibilitou a substituição do arado de madeira pela charrua de ferro, que revolvia o solo mais profundamente, tornando-o mais fértil. Aprimoraram-se os moinhos hidráulicos, melhorando o processo de moagem dos grãos para fabricação de farinha e o bombeamento de água para irrigação das plantações.

A grande inovação no método de cultivo foi a introdução da **rotação trienal de culturas**, técnica que consistia em dividir uma área agrícola em três partes. A cada ano, uma parte ficava em repouso, enquanto nas duas outras se cultivavam produtos diferentes. Ao final de três anos, a alternância entre cultivos e descanso possibilitava a revitalização do solo, o controle de pragas e, conseqüentemente, o aumento da colheita.

O crescimento da produção e a geração de **excedentes agrícolas**, além do crescimento populacional, propiciaram também a revitalização das atividades comerciais, dinamizando a economia e impulsionando a urbanização do ocidente europeu.

Outubro: arar a terra e plantar. Detalhe da iluminura do *Livro das horas* de Simon Bening (c. 1540). Museu Victoria & Albert, Londres, Grã-Bretanha.



◆ Crescimento urbano, especialização do trabalho e expansão comercial

É importante ressaltar que, mesmo durante a Alta Idade Média, comerciantes e artesãos asseguraram, ainda que em bases precárias, a produção e a circulação de bens entre os domínios senhoriais. Essas pessoas habitavam lugares fortificados chamados **burgos**, e por isso ficaram conhecidos como **burgueses**. Os burgos surgiram nos domínios do senhorio e permaneceram, de início, sob o controle dos senhores feudais, mas logo conquistaram autonomia. No século XIII, muitos burgos transformaram-se em cidades importantes, mesmo o desenvolvimento comercial sendo insuficiente para alterar o caráter essencialmente agrícola da sociedade medieval.

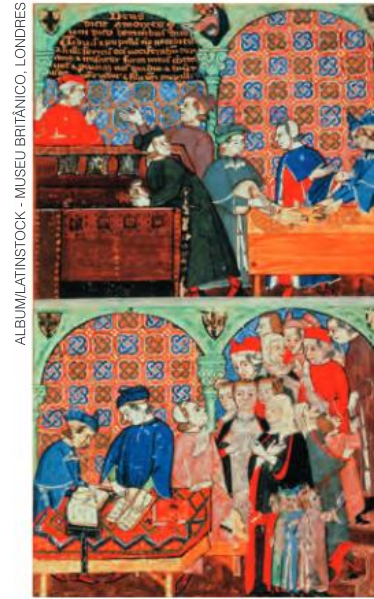
Nesse contexto, ocorreram mudanças no mundo do trabalho. A partir do século XII, algumas obrigações servis foram abolidas, e os camponeses passaram a pagar os tributos com dinheiro ou com o excedente agrícola, tornando as relações feudais mais maleáveis. Com isso, alguns servos abandonaram as lavouras e se especializaram na produção artesanal ou no comércio, reforçando as atividades produtivas no meio urbano.

Desenvolveram-se nos burgos as **corporações de ofício**, responsáveis pela organização e distribuição de determinados produtos. Essas associações reuniam profissionais do mesmo ramo ou cidade, desde os mestres de ofício até os aprendizes. Seus objetivos eram evitar a concorrência entre os artesãos, controlar os preços e adequar a produção à demanda do mercado.

Nos burgos, surgiram também os **banqueiros e cambistas**. Além de se dedicar ao comércio, os burgueses também emprestavam dinheiro a juros, contrariando as normas da Igreja Católica, que proibiam a **usura**. A cidade aparece, portanto, como um centro de trocas, embrião de uma economia monetária em desenvolvimento.

O aumento populacional, a produção de excedentes agrícolas, a especialização do trabalho e o aumento das atividades manufatureiras provocaram grande **expansão comercial**. Fato que, por sua vez, contribuiu para maior **crescimento urbano** na Europa Ocidental.

Antigas rotas marítimas e terrestres foram reestabelecidas e novas foram criadas, ampliando as atividades comerciais de curta e longa distância. As feiras que ocorriam na região de Champagne atraíam negociantes de várias partes da Europa.



Pessoas adquirindo empréstimos de agiotas. Iluminura do manuscrito italiano *Tractatus de septem vitiis*, ou Tratado dos sete vícios (século XIV). Museu Britânico, Londres.

Usura: empréstimo de dinheiro mediante a cobrança de juros.

Feiras medievais: locais de grandes negócios (séculos XI a XIII)



▶ Observe o mapa. Quais cidades ficavam no entroncamento do comércio entre a Europa e a África? E entre a Europa e o Oriente?

A cidade que ficava no entroncamento do comércio entre a Europa e o Oriente era Constantinopla, e entre a Europa e a África eram as cidades de Ceuta, Túnis e Alexandria.

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 64-65.

Você vai gostar de assistir

Cruzada

Direção: Ridley Scott.
Reino Unido/Estados Unidos/Espanha/Alemanha/Marrocos, 2005. 144 min

O filme é ambientado no final do século XII, antes da terceira Cruzada, e tem como protagonista o ferreiro franco Balian. Em luto pelo falecimento da mulher e do filho, ele recebe a visita de um nobre de Jerusalém, Godfrey de Ibelin, que afirma ser seu pai. Com a morte de Ibelin, Balian assume os negócios do pai ao herdar suas terras e seu título de nobreza.

Ao abordar os conflitos entre os diferentes grupos da cristandade, o filme permite a reflexão acerca do domínio cristão sobre Jerusalém. A produção ainda apresenta a perda do controle cristão sobre a cidade após a batalha de Hattin, ocorrida em 1187, quando os muçulmanos reconquistam Jerusalém.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

◆ As Cruzadas

As Cruzadas foram expedições militares organizadas com o objetivo de reconquistar dos territórios ocupados pelos islâmicos. Em 1095, o papa Urbano II conclama a realização de uma expedição para libertar Jerusalém e garantir a livre circulação dos cristãos. No entanto, esse chamado também continha outras motivações.

Urbano II desejava, por meio de um objetivo comum, fortalecer e reunificar a cristandade que, desde o **Cisma do Oriente** de 1054, encontrava-se dividida entre Católica Apostólica Romana e Ortodoxa. Além disso, em virtude do crescimento da população europeia, surgiu o problema da falta de terra.

Nesse período, o feudo era herdado somente pelo primogênito, e todos os demais filhos homens do senhorio ficavam sem propriedades. Por isso, os conflitos por terras eram constantes. O movimento das Cruzadas revela, portanto, a união existente entre a Igreja e a aristocracia feudal.

A primeira Cruzada ocorreu entre 1096 e 1099, e, embora estivessem em menor número, os cristãos conquistaram Jerusalém. Foram estabelecidos os territórios latinos de Antioquia, Edessa, Jerusalém e Trípoli. A segunda ocorreu entre 1147 e 1149 com a intenção de fortalecer os territórios adquiridos e conquistar Damasco. Ambos os objetivos, porém, fracassaram.

A terceira Cruzada, entre 1189 e 1192, buscava reaver Jerusalém. A cidade havia sido reconquistada por Saladino, sultão do Egito, em 1187. Participaram dela os reis Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra, Filipe Augusto, da França, e Frederico Barba-Ruiva, do Sacro Império Romano Germânico. A expedição fracassou, mas os cruzados conseguiram firmar um acordo com Saladino, que permitiu a livre circulação dos cristãos na região.

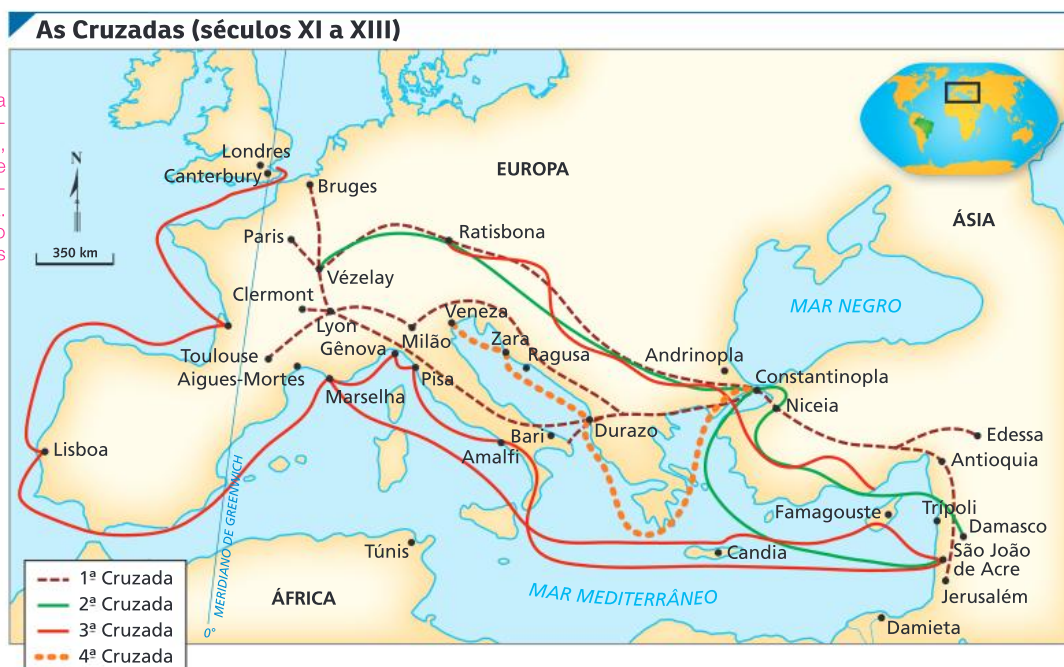
A quarta Cruzada, entre 1202 e 1204, nem sequer tentou reconquistar Jerusalém. Sob a influência dos interesses comerciais da cidade de Veneza, a expedição atacou e saqueou Constantinopla, aumentando a distância entre o Ocidente e o Império Bizantino, exatamente o contrário do que pretendia a Igreja.

No total, foram realizadas oito Cruzadas, além de expedições menores. Em 1291, a última derrota da cristandade ocorreu em São João de Acre (atual cidade de Acre em Israel). Depois de praticamente dois séculos de conflito, os objetivos religiosos das Cruzadas não foram alcançados: os muçulmanos retomaram a cidade de Jerusalém e os cristãos não conseguiram manter seus domínios no Oriente.

É preciso relativizar a divisão fixa das Cruzadas. Segundo a historiadora francesa Régine Pernoud, houve um fluxo ininterrupto de pessoas que peregrinaram constantemente para a Terra Santa. Dessa forma, tais eventos não podem ser divididos em blocos separados e estanques.

Comparando este mapa com o da página anterior, verificamos que as Cruzadas foram empreendidas em grande extensão territorial com intensa atividade comercial.

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 66.



Trabalhando com fontes

Iluminura medieval: o saque de Jerusalém

No período medieval, os textos que compunham um livro eram copiados à mão sobre pergaminho, em um paciente trabalho que foi, durante muito tempo, atribuição dos religiosos que viviam reclusos nos mosteiros. As páginas manuscritas, depois reunidas e encadernadas, adquiriram o formato de um livro. As iluminuras eram as pinturas e os desenhos que decoravam essas obras.

Os livros mais elaborados apresentavam ornamentos nas margens de cada folha, destaques para a primeira letra de cada parágrafo ou miniaturas, pinturas que ilustravam o tema desenvolvido. Os copistas utilizavam tintas multicoloridas e recorriam ao dourado para “iluminar” o trabalho, o que deu origem à palavra “iluminura”. Hoje, além de constituir importante fonte de estudo para os historiadores, as iluminuras são consideradas verdadeiras obras de arte, como a que está reproduzida a seguir.

Observe com atenção a imagem, leia a legenda e depois responda às questões.

No século XV, era comum dar o título de *Crônica universal* aos relatos históricos. Se julgar pertinente, chamar a atenção dos alunos para o fato de a obra ter sido escrita mais ou menos na mesma época da invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg. Mas, como o novo método de cópia de livros demorou para generalizar-se, durante algum tempo a produção de livros impressos conviveu com a de livros manuscritos. E era comum também que os novos livros, impressos, recebessem ornamentações feitas à mão pelos “iluminadores”.



O saque de Jerusalém após a captura pelos cristãos em 1099. Iluminura do livro *Crônica universal* (1440), de Jean de Courcy. Biblioteca Nacional da França, Paris.

Questões

Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor e a época da produção.
2. Observe os contornos da imagem. Quais elementos indicam que ela faz parte da página de um livro manuscrito?
3. Observe com atenção a pintura: analise o lugar, as personagens e a ação representada.
 - a) Tendo como referência o centro da imagem, identifique o contexto histórico da cena representada.
 - b) Quem são as personagens representadas? Que pistas a iluminura oferece a esse respeito?
 - c) Que características da Jerusalém medieval podem ser verificadas na imagem?
 - d) Além do aspecto religioso, quais outras motivações que levaram às Cruzadas podem ser identificadas?



Taqi Ad-Din e outros astrônomos trabalhando no observatório fundado em 1557 pelo sultão Suleiman em Constantinopla, atual Istambul. Iluminura presente no manuscrito *A história do rei dos reis* (c. 1581). Biblioteca da Universidade de Istambul, Turquia.

Consequências das Cruzadas

Se por um lado os cristãos não conseguiram conquistar definitivamente Jerusalém, por outro, o contato entre Ocidente e Oriente dinamizou ainda mais a Europa, contribuindo para as diversas mudanças ocorridas na sociedade medieval a partir dos séculos XI e XII.

Com essas campanhas militares, os mercadores enriqueceram, pois aproveitaram as viagens para criar oportunidades de negócios e estabelecer novas rotas comerciais, principalmente pelo Mar Mediterrâneo. O aumento das atividades comerciais, por sua vez, impulsionou o crescimento urbano. Contudo, o aumento do intercâmbio não se restringiu ao comércio.

Os contatos entre os cruzados e as civilizações bizantina e islâmica possibilitaram aos povos do Ocidente tomar conhecimento dos estudos islâmicos nas áreas de astronomia, matemática e medicina. Obras de ciência e filosofia greco-romanas, traduzidas pelos árabes, voltaram a ser conhecidas no mundo cristão. A presença da cultura islâmica se estendeu a muitos outros campos, das táticas de combate à culinária, com a introdução das especiarias e de outros temperos orientais.

As Cruzadas na visão islâmica

Se para os cristãos as Cruzadas proporcionaram um intercâmbio cultural muito proveitoso, que dinamizou sua sociedade, para os islâmicos, o evento das Cruzadas foi compreendido de modo muito diferente: as Cruzadas foram a obra de um povo considerado por eles não civilizado, atos de pessoas que compunham uma sociedade muito mais atrasada cultural e cientificamente.

Em alguns momentos, a violência dos cruzados chocou de tal forma os islâmicos que, para eles, seria impossível relacionar-se com os ocidentais após tais atos violentos, como mostra o texto a seguir.

“Ao amanhecer chegam os francos: dá-se uma carnificina. [...] o horror, aqui, reside menos no número de vítimas do que na sorte dificilmente imaginável que lhes foi reservada. Em Maara, coziam pagãos adultos nos caldeiros [...] devoram-nas assadas. [...] a recordação de tais atrocidades, difundida pelos poetas locais e pela tradição oral, gravará nos espíritos uma imagem dos francos que custa a apagar. [...] Um juízo sem complacência resume bem a impressão causada pelos francos à sua chegada à Síria: uma mistura de temor e desprezo, bem compreensível por parte de uma nação árabe muito superior pela cultura [...]. Jamais os turcos **olvidarão** o canibalismo dos ocidentais.”

MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. Lisboa: Edições 70, 2013. p. 57.

Olvidar: esquecer; perder a memória.

Assim, apesar de todas as trocas culturais que possibilitou entre Ocidente e Oriente – trocas essas que beneficiaram especialmente o Ocidente cristão –, o movimento das Cruzadas também foi responsável por produzir uma ideia muito negativa dos europeus entre os islâmicos, contribuindo para o distanciamento cada vez maior entre o mundo oriental islâmico e o ocidental cristão, criando barreiras que se agravaram com o passar dos anos.

◆ O pensamento e a arte europeia na Baixa Idade Média

CONECTANDO COM A FILOSOFIA

Apesar da contribuição islâmica para a cultura ocidental, principalmente no campo da ciência, a Igreja e o pensamento religioso cristão não devem ser esquecidos como agentes fundamentais para o desenvolvimento nos campos intelectual, artístico e cultural da sociedade europeia na Baixa Idade Média.

No final do século XI, sob a orientação da Igreja, foi criada a Universidade de Bolonha, a primeira universidade do mundo ocidental. Nas universidades lecionavam-se latim, direito, teologia, filosofia, retórica, medicina, aritmética e lógica.

A partir do século XIII, a **escolástica** – corrente filosófica cristã – começou a ser aplicada como método de ensino nas universidades. A escolástica procurava explicar Deus e o mundo sobrenatural por meio da razão. Dentro dessa corrente houve grandes pensadores, como **Tomás de Aquino**, que produziu escritos aliando fé e razão.

Nas pinturas da época, de modo geral, o simbólico ganha força diante do realismo, e as imagens são dispostas em um único plano. Para o homem medieval, o espaço era uma dimensão divina, que não poderia ser representado. Além disso, Deus era concebido como simultaneidade, entidade capaz de ver tudo e a todos ao mesmo tempo. Isso explica por que muitas imagens medievais representavam uma série de ações em um mesmo plano. O protagonismo das personagens era dado por seu tamanho: quanto maior a figura, mais importante. As pinturas, nesse contexto, são utilizadas como reforço de instrução ao conhecimento da religião cristã.

Na arquitetura, foram dois os estilos principais: o **românico** e o **gótico**. O primeiro, preponderante entre os séculos XI e XIII, caracterizou-se pela influência romana, com o uso de arcos, apresentando estruturas com paredes espessas e pouca luminosidade. Já o estilo gótico, que começou a se desenvolver a partir do final do século XII, simboliza o estilo das chamadas **catedrais**, com suas estruturas luminosas e grandiosas, adornadas com enormes vitrais, construídas de modo que transmitissem aos fiéis a imensidão do poder de Deus.

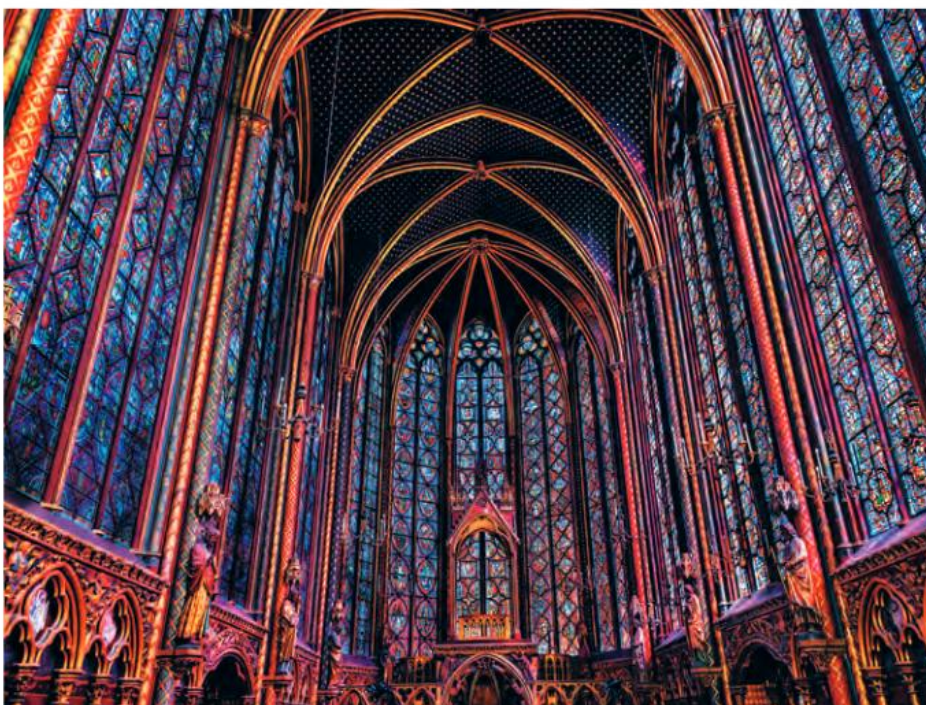
▶ Cantigas portuguesas

No final do século XII, surgiram em Portugal composições chamadas **can-tigas**. Essas composições se dividiam em dois tipos: as **líricas** e as **satíricas**. As cantigas líricas, compostas por nobres chamados “trovadores”, eram cantadas acompanhadas por violas, flautas e pandeiros e tinham como principal temática o amor. Já as cantigas satíricas eram produzidas principalmente no meio urbano e satirizavam tipos sociais como homens mesquinhos, adúlteros, clérigos desonestos etc.

CONECTANDO COM A LÍNGUA PORTUGUESA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

WILLIAM PERRY/ALAMY/LATINSTOCK



Interior da capela Sainte-Chapelle em Paris, na França. Foto de 2015. Um dos maiores exemplos da arquitetura medieval gótica, a capela de Sainte-Chapelle foi construída no século XIII pelo rei Luís IX. Destruída durante a Revolução Francesa, a capela foi completamente restaurada entre 1840 e 1868 e hoje atrai inúmeros visitantes por seus vitrais e arquitetura impressionante.

O triunfo da morte (1562), detalhe da pintura de Pieter Bruegel. Museu do Prado, Madri, Espanha. A obra é uma representação dos horrores da peste e das incertezas do homem medieval.



PIETER BRUEGEL - MUSEU DO PRADO, MADRI

◆ Crise do sistema feudal

O modelo feudal, característico nos territórios do antigo Império Carolíngio, acabou disseminando-se por meio de guerras e conquistas territoriais na Inglaterra, Oriente Médio e Península Ibérica.

No decorrer do século XIV, após um longo período de relativa paz e prosperidade, a Europa enfrentou grave crise que culminou na desestabilização do sistema feudal. A seguir, destacamos algumas causas dessa crise.

- **Alterações climáticas**, como o aumento de chuvas e frio intenso, destruíram plantações, comprometendo o fornecimento de alimentos. A falta de produtos provocou a elevação dos preços, e grande parte da população europeia sofreu com a **fome**.
- O crescimento das cidades sem as mínimas condições sanitárias, somado ao enfraquecimento da população pela fome, favoreceu a propagação da peste bubônica, também conhecida como **peste negra**, que dizimou um terço da população europeia. A bactéria causadora da peste, transmitida pela pulga de ratos, chegou à Europa pelas caravanas de comércio que retornavam das rotas com o Oriente.
- A **guerra** foi o terceiro grande fator da drástica diminuição demográfica e agravamento da crise. França e Inglaterra, que tinham interesses econômicos e políticos divergentes, entraram em guerra. A chamada **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453) teve origem numa crise de sucessão monárquica. O rei francês Carlos IV morreu em 1328 sem deixar descendentes. Eduardo III, soberano da Inglaterra e sobrinho do rei francês, reivindicou o trono, mas foi preterido por Felipe de Valois, coroado rei da França sob o título de Felipe VI.

A Guerra dos Cem Anos

Além da crise sucessória, a guerra entre ingleses e franceses também teve motivações econômicas: eles disputavam a região de Flandres, no norte da França, importante produtora de tecidos e centro comercial. Essa região estava ligada à França por laços de vassalagem, mas vinculada economicamente à Inglaterra, da qual obtinha lã.

O fim da guerra começou a ser vislumbrado em 1429, quando a camponesa Joana D'Arc, à frente de um Exército, liderou a vitória sobre os ingleses em Orleans. A Batalha de Castillon, ocorrida em 1453, marcou o fim

da guerra. Um dos resultados do conflito foi o fortalecimento da monarquia francesa, que impôs seu domínio aos senhores feudais.

A monarquia francesa não foi a única que se fortaleceu durante a Baixa Idade Média. Além da monarquia inglesa, envolvida também na Guerra dos Cem Anos, os reinos da Península Ibérica passaram da mesma forma por um processo de **centralização política** durante a Baixa Idade Média. Esse fato permitiu a reconquista da península, que se encontrava sob domínio islâmico desde 711.



A *jacquerie* em Meaux. Iluminura do livro *Crônicas de Jean Froissart* (1358). Biblioteca Nacional da França, Paris. O termo *jacquerie*, nome dado aos movimentos sociais das áreas rurais da França, deriva da expressão *Jacques Bonhomme*, utilizada genericamente para referir-se aos camponeses. A expressão passou a ser usada pejorativamente com um sentido similar ao da expressão “João-ninguém” em português.

O agravamento da crise e as transformações sociais

Nos campos vazios, os camponeses que sobreviveram à fome e à peste começaram a exigir melhores condições de trabalho e uma parcela maior da produção. Para garantir seus rendimentos durante a crise, os senhores impuseram medidas restritivas para dificultar a saída dos servos dos senhorios. Ao mesmo tempo, nas cidades, várias leis foram estabelecidas com o objetivo de impedir a elevação dos salários.

Trabalhadores do campo e das cidades reagiram à opressão da ordem feudal promovendo várias revoltas. Nas cidades, houve revoltas em Florença (1378) e na Bélgica (1379). Na França, o campesinato sublevoou-se em 1358, com o movimento dos *jacqueries*, revoltas rurais fortemente reprimidas. Tais mobilizações ameaçavam a manutenção dos privilégios da nobreza e do clero.

Durante a crise generalizada do feudalismo, a configuração social europeia gradativamente passou por alterações. Enquanto muitos nobres empobreciam, surgia uma camada de camponeses livres e ricos. Desde meados do século XI, eles vinham comerciando o excedente agrícola nas feiras locais e, com o dinheiro obtido, conseguiam comprar a liberdade. Alguns até adquiriram sua própria terra e prosperaram com a produção de lã.

Nas cidades cresciam as diferenças entre os ricos mercadores e os mestres das corporações. Estes tentavam controlar desde a etapa da produção até o preço final das mercadorias. Mas isso era impossível: o comércio internacional obtinha lucros crescentes. Os produtos orientais difundidos pelas Cruzadas alcançavam altos preços, em boa parte graças à existência de grande número de intermediários entre o Oriente e as praças de comércio no Ocidente.

A rica burguesia mercantil também tinha interesse em eliminar as barreiras que dificultavam o comércio, como as taxas feudais e a variedade de pesos e medidas adotada em cada feudo. Por isso, apoiou o fortalecimento dos reis, vistos como necessários para restabelecer a ordem e abrir novos mercados. Para alguns reinos, a expansão marítima parecia ser um caminho.

A Igreja dividida

A crise medieval afetou também a Igreja. Entre 1378 e 1417 ocorreu o chamado **Grande Cisma do Ocidente**, momento em que a cristandade ocidental esteve dividida pela liderança de dois e até três papas, com sede em Roma e Pisa, na Itália, e Avignon, na França. Essa divisão foi causada em razão de disputas entre diferentes correntes religiosas, que pregavam a reforma ou não da instituição. Resolvido o cisma em 1417, a Igreja voltou a ter um único papa, Martinho V, em Roma.

Explorando o conhecimento

- Os movimentos migratórios que se ampliaram na Europa Ocidental a partir do século III promoveram grande intercâmbio entre a cultura greco-romana e a dos povos germânicos. Cite exemplos de práticas desses povos que se combinaram, dando origem a instituições e costumes da Europa medieval.
- Redija um breve texto sobre o islã, destacando sua origem e suas principais características.

Pensando criticamente

- Leia o texto a seguir para responder à questão.

“[...] se voltarmos nas páginas do tempo, veremos que é impossível imaginar a civilização ocidental sem os frutos da ciência árabe [...] a contribuição geral dos árabes que constitui o próprio cerne do Ocidente contemporâneo: a percepção de que a ciência pode conceder ao homem poder sobre a natureza.”

LYONS, Jonathan. *A casa da sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p. 19.

A grande tradição científica árabe contribuiu para formar no Ocidente, durante a Idade Média, um novo cenário intelectual que tornou possível, mais tarde, a formação de movimentos como o Renascimento e a Revolução Científica. Um dos exemplos dessa contribuição foi o conceito de

- sistema heliocêntrico, estudado pelo astrônomo Harun Al-Rashid.
 - difração e de dispersão da luz na ótica, com os estudos de Avicena.
 - diferentes tipos sanguíneos do corpo humano, descobertos por Taqi Ad-Din.
 - latitude e de longitude, sendo Averróis um dos maiores representantes da geografia árabe.
 - álgebra e seu desenvolvimento, tendo Al-Khwarizmi como um dos maiores representantes da matemática árabe.
- Leia o texto para responder às questões.

“Qualquer um que, por piedade, e não esperando ganhar honras ou riquezas, tiver tomado o caminho de Jerusalém para libertar a Igreja de Deus, terá sua viagem contada como penitência.”

Documento canônico produzido pela Igreja Católica após o Concílio de Clermont, em 1095. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (Coords.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006. p. 18. v. 2.

- Qual era a importância de Jerusalém para a cristandade do Ocidente medieval?
- Qual é a relação entre Jerusalém e o movimento das Cruzadas?
- Existiram outras motivações para o movimento das Cruzadas além da reconquista de Jerusalém? Justifique.

- Leia o texto a seguir e responda às questões.

“Para assegurar que o terreno arável cumpria a sua função produtiva, era essencial manter a sua fertilidade, deixando-o descansar de vez em quando, estrumá-la [sic] e ará-lo. [...] Mas a eficiência deste processo estava intimamente ligada à qualidade da criação de animais. A frequência do cultivo podia ser maior e era mais rendosa, consoante o número e a força dos animais de tração. Quanto maior era a manada a pastar no pousio, melhor era a fertilização natural. A interdependência entre as atividades de cultivo e de pastoreio é a chave do sistema agrícola tradicional da Europa.”

DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses*. Lisboa: Estampa, 1980. p. 38.

- Identifique no texto as referências feitas às inovações tecnológicas que possibilitaram o aumento da produtividade agrícola na Baixa Idade Média.
- Quais foram os efeitos das inovações tecnológicas na agricultura da Europa medieval para a população?

Investigando

CONECTANDO COM A SOCIOLOGIA

- Você estudou neste capítulo o papel da mulher na sociedade medieval. Em grupos, façam uma pesquisa sobre a condição da mulher na sociedade brasileira contemporânea e escrevam um texto que aborde os seguintes aspectos: porcentagem da população, representatividade política, mercado de trabalho, preconceito e violência.

CONECTANDO COM A BIOLOGIA

- Neste capítulo vocês estudaram a devastação que a epidemia de peste negra causou na Europa do século XIV. No Brasil, desde a década de 1980, a ocorrência de epidemias de dengue tem causado muitas mortes. Pesquisem dados sobre a doença destacando: formas de transmissão, sintomas, prevenção e tratamento e o número de casos notificados no país.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2014)

“Sou uma pobre e velha mulher,
Muito ignorante, que nem sabe ler.
Mostraram-me na igreja da minha terra
Um paraíso com harpas pintado
E o inferno onde fervem almas danadas,
Um enche-me de júbilo, o outro me aterra.”

VILLON, F. In: GOMBRICH, E.
História da arte. Lisboa: LTC, 1999.

Os versos do poeta francês François Villon fazem referência às imagens presentes nos templos católicos medievais. Nesse contexto, as imagens eram usadas com o objetivo de

- a) refinar o gosto dos cristãos.
- b) incorporar ideais heréticos.
- c) educar os fiéis através do olhar.
- d) divulgar a genialidade dos artistas católicos.
- e) valorizar esteticamente os templos religiosos.

Analisando

A questão discute aspectos da cultura do Ocidente medieval apoiada no trecho de um poema da época. Os versos que introduzem a questão, escritos em primeira pessoa, relatam as impressões de uma mulher do povo (idosa, pobre e analfabeta) ao adentrar uma igreja. Ela observa imagens que reproduzem cenas do paraíso e do inferno, que lhe causam fortes emoções. O enunciado identifica o autor do poema e o tempo da ação: a Idade Média.

Os templos católicos, principalmente a partir do século XII, com a difusão do estilo gótico, fizeram uso intenso de imagens na decoração externa e interna das construções. Vitrais, esculturas e pinturas reproduziam cenas bíblicas. Eram temas comuns nessas representações artísticas a criação do mundo; a vida de Jesus; a trajetória de vida dos santos católicos; episódios do Apocalipse; cenas do paraíso e do inferno.

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que apresenta a finalidade dessas imagens na decoração das igrejas, no contexto religioso medieval. Vamos analisar cada alternativa.

- Alternativa **a**: A educação estética, ou “refinamento do gosto”, estaria entre os objetivos religiosos dos católicos nos tempos medievais? Levando-se em consideração que na Idade Média não se pensava em educação da mesma forma que se faz hoje, por exemplo, ensinando conteúdos básicos a todas as crianças, é possível imaginar uma educação estética?
- Alternativa **b**: Heresia era o nome dado aos movimentos religiosos que não seguiam estritamente os ensinamentos da Igreja Católica. Os heréticos (ou hereges) eram identificados com forças demoníacas, condenados e duramente perseguidos pelas autoridades religiosas, com apoio dos monarcas e da nobreza.
- Alternativa **c**: O domínio da leitura e da escrita era restrito a uma minoria, na sociedade medieval. Os ensinamentos religiosos eram ministrados pelas pregações dos sacerdotes e pelas imagens presentes nos templos católicos, que cumpriam função informativa e educativa para a maioria da população, analfabeta.
- Alternativa **d**: A maior parte dos arquitetos e artesãos que trabalharam na construção e na decoração dos templos católicos medievais permaneceu no anonimato. De acordo com a mentalidade da época, a finalidade de seu trabalho era enaltecer Deus, e não os indivíduos e suas obras.
- Alternativa **e**: Os padrões estéticos do Ocidente medieval estavam submetidos à mentalidade religiosa cristã. Na arquitetura gótica, por exemplo, a construção era planejada para obter o máximo efeito nos fiéis: grandes espaços que poderiam abrigar a população de uma cidade inteira; o pé direito muito alto; colunas e torres dirigindo-se para o céu, destino almejado pelos cristãos na vida após a morte. Seres monstruosos, muitas vezes inspirados na cultura popular pré-cristã, eram utilizados para representar os demônios e as tentações que ameaçavam os fiéis.

Agora é com você: qual alternativa completa corretamente a frase do enunciado?

Consolidação das monarquias na Europa moderna



EVERETT COLLECTION/EASYPIX



TIM ROOKE/REX SHUTTERSTOCK/KEYSTONE BRASIL

À esquerda, a Rainha Elizabeth II durante sua coroação em Londres, Grã-Bretanha, junho de 1953; à direita, a monarca durante visita oficial à Alemanha, Berlim, junho de 2015.

Sugerimos iniciar pela leitura da reportagem, e, depois, solicitar aos alunos que citem quais países ainda mantêm a monarquia como regime de governo (além das tradicionais monarquias europeias, como a britânica, a espanhola e a holandesa, outras poderão ser citadas, como a japonesa, a tailandesa, a marroquina e a saudita). É importante esclarecer que, na maioria desses países, o sistema político é o da monarquia parlamentarista, em que o rei “reina, mas não governa”. Nesses casos, o rei ou a rainha exercem a função de chefe de Estado, e o chefe de governo é um primeiro-ministro escolhido em eleições parlamentares. Em seguida, os alunos poderão responder às questões propostas (comentadas no Suplemento para o professor).

◆ Conversando sobre

1. Você sabe quais são as funções da rainha britânica?
2. Em sua opinião, o que faz a monarquia britânica ser tão popular?

A longevidade da monarquia britânica

“A rainha Elizabeth II se torna nesta quarta-feira (9) o monarca a ocupar o trono britânico por mais tempo. Precisamente a partir das 13h30, pelo horário de Brasília, ela supera o reinado de sua tataravó, a rainha Vitória, que permaneceu no trono por 63 anos e 216 dias, entre os anos de 1837 e 1901. [...]”

Coroada no dia 2 de junho de 1953, a soberana de 89 anos ocupa o trono do Reino Unido e outros 15 reinos, entre eles Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Jamaica, e no passado também foi a monarca da África do Sul, Sri Lanka, Paquistão e Nigéria. [...]

Apesar de ser a monarca de mais idade no mundo depois da morte do rei saudita Abdullah, aos 90 anos em janeiro, ela não é a pessoa que está há mais tempo na função. Esta honra corresponde a Bhumibol Adulyadej, de 87 anos, rei da Tailândia desde 1946. [...]

Quando ascendeu ao trono, Winston Churchill era primeiro-ministro, a Índia havia acabado de conseguir sua independência e a Grã-Bretanha ainda governava em partes da Ásia e da África. [...]

Os tempos mudaram e a popularidade da monarquia sofreu altos e baixos, mas a rainha sempre foi uma figura popular, possivelmente a mulher mais reconhecida do mundo.”

Rainha Elizabeth II se torna monarca a ocupar mais tempo o trono britânico. *G1*, 9 set. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/rainha-elizabeth-ii-se-torna-monarca-ocupar-mais-tempo-o-trono-britanico.html>>. Acesso em 13 nov. 2015.

◆ Por que estudar as monarquias europeias?

O surgimento das monarquias nacionais está relacionado à crise do feudalismo, marcada por levantes sociais urbanos e rurais, conflitos entre a nobreza, diminuição da produção agrícola, guerras e epidemias. Diante da crise, um novo modelo de Estado, fortalecido e centralizado, foi visto como saída para superar as dificuldades.

Ao mesmo tempo, o novo papel assumido pelo comércio e pelas cidades fez surgir um grupo que começou a rivalizar em grau de importância com a nobreza: a **burguesia**. A atuação desses diferentes grupos sociais foi determinante para a formação das monarquias nacionais em algumas regiões da Europa.

A centralização do poder nos Estados modernos em torno do monarca tornou possível a centralização política dos territórios, a unificação de moedas, a padronização de unidades de pesos e medidas e a uniformização das leis. Compreender esse processo é essencial para entendermos a configuração política do mundo contemporâneo.

◆ Conceitos de nação e de Estado

Para compreender o significado do surgimento do Estado moderno é preciso, primeiramente, entender os conceitos de **nação** e de **Estado**.

Nação é a identidade compartilhada por determinada comunidade. Seus integrantes não se identificam uns com os outros por solidariedades de ordem étnica, linguística ou religiosa, mas se sentem parte da mesma nação porque compartilham uma história estabelecida durante séculos. Ser brasileiro, português, inglês, russo ou francês é compartilhar de um sentimento nacional que se originou e se desenvolveu no decorrer da formação dos Estados nacionais.

O Estado, por sua vez, é um organismo político-administrativo que exerce poder soberano sobre determinado território (com fronteiras delimitadas e reconhecidas pelos governos de outros Estados), mediante a aplicação de leis e o funcionamento de aparatos judiciais e policiais encarregados de assegurar a obediência dos habitantes ao poder constituído.

A formação de Estados centralizados não ocorreu de maneira repentina, mas resultou de um período de grandes mudanças, expressas na gradativa perda de força dos senhores feudais, no desenvolvimento do comércio e das cidades e na retomada da autoridade dos reis. Os antigos interesses regionais, baseados nos laços de fidelidade, foram substituídos por relações de interesses econômicos, políticos e socioculturais mais amplas. A autonomia dos feudos cedeu lugar à centralização do poder nas mãos de um monarca.

A formação desse Estado centralizado também teve como resultado a definição de fronteiras precisas entre um reino e seus vizinhos. Em geral, os limites eram fixados ao longo dos rios, mas também houve fronteiras determinadas por meio de linhas imaginárias.

VICTOR MANZANO Y MEJORADA - PALÁCIO REAL DE MADRI



Os reis católicos D. Fernando e D. Isabel no ato de administrar justiça (1860), pintura de Victor Manzano y Mejorada. Palácio Real de Madri, Espanha.

As fronteiras marítimas, principalmente após as grandes navegações, tornaram-se uma questão de Estado e muitas vezes exigiram a interferência do poder da Igreja, instituição que continuava muito influente na época. Um exemplo é o Tratado de Tordesilhas (1494), que dividiu a América entre portugueses e espanhóis, sob os olhos atentos do papa Alexandre VI.

◆ Formação dos Estados modernos

Na fase final da Idade Média, tanto a burguesia quanto a nobreza tinham interesses distintos na centralização do poder. Como nenhuma dessas classes possuía hegemonia política, a figura do rei, em um governo centralizado e legítimo, representaria para ambas um meio de obter vantagens e direitos.

A situação dos nobres, por exemplo, não era nada confortável nessa época. Muitos deles foram lutar nas Cruzadas e contraíram dívidas ao organizar exércitos para combater os muçulmanos na Terra Santa. Muitos dos que conseguiram voltar encontraram o feudo numa situação de abandono, devido às fugas e às revoltas camponesas.

Além disso, muitas vezes os exércitos dos nobres voltavam com poucos homens, que não tinham condições de controlar as rebeliões. Desse modo, a nobreza viu no poder real um meio de preservar suas terras e alguns privilégios, ainda que seus membros tivessem que se adequar a novas funções sociais, como cortesãos do rei ou funcionários do Estado.

Já para a burguesia, a centralização política era interessante, pois significava unificar as leis, a moeda e os padrões de pesos e medidas, muito importantes para a produção e a comercialização de produtos. Além disso, acabaria a cobrança de taxas senhoriais dos burgueses toda vez que entrassem em um feudo: o tributo seria pago apenas ao rei.

Por sua vez, o rei, fortalecido de um lado pela injeção de dinheiro da burguesia e de outro pela dependência da nobreza, reunia as condições necessárias para consolidar seu poder. Dessa forma, entre os séculos XII e XV, várias monarquias consolidaram-se na Europa, e as mais expressivas foram estabelecidas em Portugal, na Espanha, na Inglaterra e na França.

“No final das contas, os cargos públicos são vendidos para obtenção de dinheiro; e quem os compra, não pelo fato de fazê-lo, comprova sua aptidão administrativa e sua lealdade à coroa. E ainda mais: a monarquia subcontrata a arrecadação de impostos agrícolas e isto, é claro, permite que os camponeses sejam miseravelmente explorados pelos arrecadadores.”

POMER, Leon. O surgimento das nações.
In: MARQUES, Adhemar e outros.
História moderna através de textos.
São Paulo: Contexto, 2008. p. 57.

Iluminura do livro
Le quadrilogue invectif (século XV),
manuscrito de Alain Chartier. Biblioteca
Nacional da França, Paris. A imagem
representa os grupos sociais na França
do período: o monarca, cercado pela
nobreza e pelo clero, a burguesia e os
trabalhadores do campo.



◆ Formação de Portugal e da Espanha

Como vimos no capítulo anterior, os muçulmanos conquistaram a Península Ibérica no século VIII e só foram expulsos definitivamente no século XV. Até o século XI, cristãos e muçulmanos conviveram na Península Ibérica alternando períodos de paz e conflito, quando, nesse século, começaram as lutas que culminaram na expulsão dos muçulmanos do território.

Chamadas de **Reconquista**, o principal objetivo dessas lutas era retomar para os cristãos os territórios ocupados pelos muçulmanos, reproduzindo na península o espírito cruzadista que movia as batalhas pela Terra Santa. Em Portugal, os territórios reconquistados ficavam sob a administração de condes, daí a denominação de condados. Na Espanha, eles deram origem a vários reinos.

Portugal formou-se em 1096 a partir de uma faixa de terra retomada por cristãos sob o comando do rei Afonso VI de Leão e Castela, que passou sua administração ao nobre francês Henrique de Borgonha, em reconhecimento por seu empenho na luta contra os muçulmanos. O território recebeu o nome de Condado Portucalense e permaneceu nessa condição até 1139, quando o filho de Henrique de Borgonha, Afonso Henriques, e o grupo político que o apoiava conquistaram a independência do condado, dando origem ao Reino de Portugal.

Do mesmo modo que Portugal, a formação da Espanha ocorreu no contexto de expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica. Os territórios reconquistados tornaram-se reinos: Leão e Castela, Navarra e Aragão. Aos poucos, alguns reinos foram incorporados por meio de lutas ou então anexados por alianças de casamento. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Reino de Leão e Castela e o Reino de Aragão.

Fernando, herdeiro do trono de Aragão, casou-se com Isabel, irmã do rei de Leão e Castela, promovendo a união desses reinos e consolidando o domínio sobre quase todo o território que hoje corresponde à Espanha.

Fiéis ao catolicismo, Fernando e Isabel tiveram um importante papel na expulsão final dos muçulmanos da Península Ibérica, em 1492, com a reconquista de Granada. Nesse mesmo período, os reis determinaram a expulsão de judeus e muçulmanos que não se convertessem ao cristianismo. O empenho deles na defesa da cristandade levou-os a ser conhecidos como os “reis católicos”.



Dom Afonso Henriques, rei de Portugal. Gravura publicada na obra *Genealogia dos Reis de Espanha*, de Alonso de Cartagena (século XV). Biblioteca Nacional da Espanha, Madri.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique*. Paris: Perrin, 1992. p. 192.

◆ Monarquia na Inglaterra

Antes de tornar-se uma monarquia centralizada, as Ilhas Britânicas estavam divididas em quatro reinos (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda). A centralização ocorreu no século XII com o rei Henrique II. Seu sucessor, Ricardo I (também chamado Ricardo Coração de Leão), passou a maior parte de seu reinado lutando nas Cruzadas ou combatendo os franceses.

A ausência do rei e os altos custos militares geraram insatisfação entre os nobres, que se organizaram para limitar o poder do monarca. Para isso, redigiram a **Magna Carta**, assinada em 1215 pelo rei João I (ou João Sem Terra), irmão e sucessor de Ricardo Coração de Leão. Ela estabelecia os limites do poder real, fixando os direitos e deveres da monarquia e de seus súditos. Os reis não poderiam aumentar impostos ou alterar as leis sem a aprovação do Grande Conselho, instituição composta pelo clero e pela nobreza, que daria origem ao Parlamento no século XIII.

O Parlamento inglês era bicameral, constituído pela Câmara dos Lordes, que reunia membros da alta nobreza e do alto clero da Igreja, estes escolhidos pelo rei, e pela Câmara dos Comuns, formada por elementos da baixa nobreza (*gentry*), eleitos por **voto censitário**. As duas Câmaras passaram a exercer funções legislativas e a controlar a cobrança dos tributos do Estado.

Voto censitário: voto permitido apenas às pessoas que tinham a renda mínima exigida pela legislação.

◆ Unificação na França

No início da Baixa Idade Média, o território da França estava tão fragmentado que alguns nobres eram mais poderosos que o próprio rei. Porém, as disputas com a Inglaterra pelo controle da região de Flandres (região que compreende partes das atuais França e Bélgica) e pela sucessão do trono francês (que resultaram na Guerra dos Cem Anos) possibilitaram aos reis franceses criar mecanismos que fortaleceram seu poder, como as alianças com setores da nobreza, enfraquecidos pela guerra, e a criação de um Exército profissional controlado pelo rei.

A vitória francesa sobre os ingleses na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) foi fundamental para o início da consolidação da monarquia e a unificação do território francês.

Em 1661, o rei Luís XIV, que ficou conhecido como o Rei Sol, passou a exercer o poder absoluto na França. Nesse momento, a França era não apenas o maior e mais populoso reino da Europa Ocidental, como também tinha a monarquia mais fortalecida.

Você vai gostar de assistir

DAVID APPELBY/UNIVERSAL/EVERETT COLLECTION/EASYPix



Robin Hood

No final do livro, na seção **Técnicas de trabalho**, há orientações para análise de filmes.

Direção: Ridley Scott. Estados Unidos/Grã-Bretanha, 2010. 140 min

Robin Longstride é um soldado cruzado do Exército de Ricardo Coração de Leão, rei da Inglaterra. Após a morte do rei, Robin recebe a missão de levar a coroa do rei de volta à Inglaterra para entregá-la a João, príncipe herdeiro. Cumprida a missão, Robin parte para Nottingham, onde passa a roubar dos ricos para dar aos pobres e a liderar a luta para defender a Inglaterra da invasão francesa.

Cena do filme *Robin Hood* (2010), do diretor Ridley Scott.

◆ Absolutismo monárquico

À medida que os territórios eram unificados e subordinados à autoridade dos reis, estes assumiam o papel anteriormente representado pela nobreza feudal na formulação de leis, na cobrança de tributos e nas funções militares. Durante esse processo, os monarcas formaram exércitos profissionais e permanentes. Criaram e instituíram impostos e uma **burocracia** ligada à administração do Estado, preenchida em grande parte por membros da nobreza.

A nobreza manteve sua condição de grupo privilegiado por meio da concessão de favores por parte do rei, como isenções fiscais, um conjunto de leis que valiam apenas para esse grupo, o acesso exclusivo aos postos elevados do Exército etc.

O processo de fortalecimento do poder real atingiu seu auge no século XVII com o **absolutismo**. Durante o regime absolutista, o monarca decidia diretamente os assuntos do Estado, exercendo forte controle sobre o comércio, as manufaturas e a máquina administrativa. O pagamento de impostos pelos trabalhadores do campo e das cidades e pela burguesia possibilitava o funcionamento de toda a estrutura do Estado. A exigência de uma participação política mais efetiva por parte dessas camadas sociais tornou-se um dos grandes focos de tensão social no interior do Estado absolutista.

“A servidão é abolida na França no século XVI [...]. No entanto, os mesmos que veem assegurada sua liberdade pessoal pelo Estado somam-se às oposições que surgem contra a centralização do poder. A palavra Estado deixa de ser uma abstração e vai se carregando de impopularidade. O Estado é o arrecadador de impostos; o Estado é o soldado ou o recrutador de soldados; o Estado – ou o rei – reclama sua lealdade a que não estão acostumados os milhões de camponeses que se sentem desprotegidos frente a ele.”

POMER, Leon. O surgimento das nações. In: MARQUES, Adhemar e outros. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 57.

◆ Teóricos do absolutismo

A partir do século XVI foram formuladas teorias filosóficas que procuravam justificar o poder absoluto dos reis. Os pensadores que se dedicaram à questão elaboraram profunda reflexão sobre o Estado e a política, em busca de uma conclusão a respeito do modelo ideal de poder.

Nicolau Maquiavel

O florentino **Nicolau Maquiavel** (1469-1527) introduziu dois conceitos importantes para o pensamento político moderno: **virtù** e **fortuna**. Para Maquiavel, **virtù** era a capacidade de o governante escolher a melhor estratégia de governo, enquanto **fortuna** remetia às circunstâncias do acaso às quais os homens estavam submetidos. Um bom governante seria aquele que, com sabedoria, soubesse combinar **virtù** e **fortuna**, sem priorizar uma ação em detrimento da outra. Para alcançar a plenitude na política, os reis não poderiam estar submetidos a nenhuma instituição, nem mesmo à Igreja Católica.



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - MUSEU NACIONAL DO PALÁCIO DE VERSALHES, FRANÇA

Luís XIV pisa sobre seus inimigos (1681), relevo de Antoine Coysevox. Museu Nacional do Palácio de Versalhes, França. O monarca francês, conhecido como o Rei Sol, foi o exemplo mais representativo do absolutismo. Além das habilidades políticas e militares, Luís XIV tinha grande prestígio intelectual e artístico.

Burocracia: sistema de atividades da administração pública.

Para Maquiavel **virtù** também se define como a vontade política que os homens têm, ação política. Num personagem político concreto (o rei, por exemplo) seria a capacidade do governante escolher a melhor estratégia de ação para o seu governo. Diz respeito, portanto, à qualidade intelectual e emocional do governante.



Frontispício da obra *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, de Thomas Hobbes, publicada em 1651. Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos. O nome do livro faz referência ao monstro Leviatã, criatura mítica cruel e invencível citada, inclusive, na *Bíblia*.

► **Que relação existe entre o monstro mítico Leviatã, a imagem e a teoria de Hobbes?**

O frontispício de *Leviatã* apresenta uma ideia geral do conteúdo. Nele, o rei aparece portando um cetro, símbolo do poder religioso, e uma espada, símbolo do poder temporal. Tal como o monstro mítico Leviatã, o Estado, simbolizado na figura do rei, deve ser forte para manter a ordem na sociedade. O rei que ilustra o frontispício da obra representa o poder absoluto, e sua força é formada pela composição de várias pessoas que integram seu reino (ou, no caso da imagem, seu corpo). As pessoas abdicaram de seus direitos para que o rei pudesse manter a ordem e o bem comum.

Thomas Hobbes

O inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679), autor da obra *Leviatã*, foi outro grande teórico do absolutismo. Ele defendia a ideia de que o homem, vivendo em estado de natureza, se autodestruiria, promovendo uma guerra de todos contra todos. Por isso, Hobbes justificou a necessidade de a sociedade civil organizar-se politicamente para evitar sua autodestruição.

Hobbes sustentava que, sem um governo forte e capacitado, os homens não respeitariam os limites necessários a uma boa convivência social. Assim, a sociedade deveria abdicar de seus direitos em nome do rei, figura capaz de manter a ordem social e a segurança nacional.

Hobbes considerava o Estado um monstruoso aparato administrativo que, por meio de um **contrato social** firmado com a população, poderia resolver por ela as questões referentes ao bem comum. Portanto, para evitar o caos e ter assegurada a sobrevivência, o homem deveria renunciar à sua liberdade política.

“A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que [...] possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades [...] a uma só vontade. [...] Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: *Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.* Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama *Estado*, em latim *civitas*.”

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 105. (Coleção Os pensadores)

Direito divino dos reis e o poder real

Para outra corrente de pensadores, a legitimação jurídica da monarquia estava assentada na religião. Os reis eram vistos como a expressão mais perfeita da autoridade delegada por Deus e por isso falavam em **monarquia por direito divino**.

Um dos adeptos dessa teoria é o francês **Jean Bodin** (1530-1596). Conhecido como “Procurador Geral do Diabo” por conta de sua perseguição a manifestações consideradas heréticas, Bodin negava veementemente a necessidade de existência do Parlamento, sustentando que o órgão legislativo, diante de Deus, não possuía soberania para resolver qualquer questão, principalmente se estivesse em desacordo com o rei.

“Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governar os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes e reverenciar-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, do qual é a imagem na terra.”

BODIN, Jean. Seis livros da República. In: CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999. p. 62.

O bispo e teólogo francês **Jacques Bossuet** (1627-1704) é considerado o principal teórico desse pensamento. Bossuet afirmava que o trono do rei era o trono do próprio Deus. O trecho a seguir expressa algumas de suas ideias:

“Três razões fazem ver que este governo [o da monarquia hereditária] é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio [...]. A segunda razão [...] é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, torna-se-lhe natural [...]. A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais [...]. A inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre viram como superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar [...].

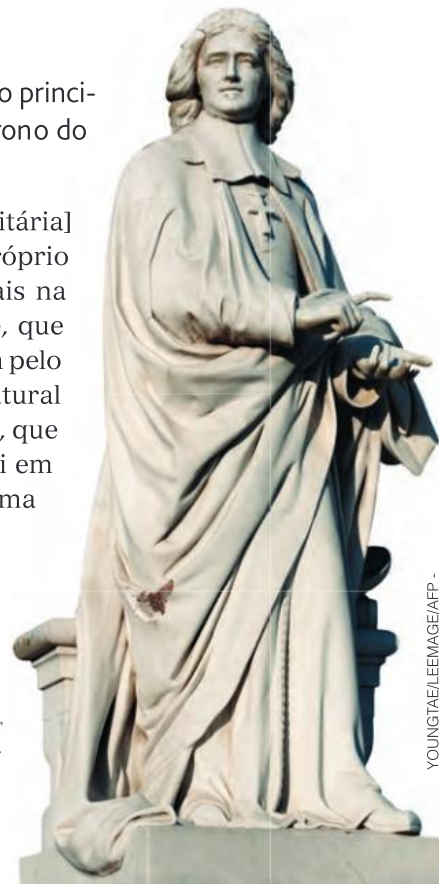
O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus.”

BOSSUET, Jacques-Bénigne. A política tirada da Sagrada Escritura.
In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de história*.
Lisboa: Plátano, 1977. p. 201.

Na França, os reis da dinastia Bourbon, sem se apoiar na teoria do contrato social ou da natureza divina do poder, declaravam abertamente que toda autoridade emana do soberano:

“É somente na minha pessoa que reside o poder soberano [...], é somente de mim que meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso nunca pode ser contra mim voltado; é unicamente a mim que pertence o Poder Legislativo, sem dependência e sem partilha; é somente por minha autoridade que os funcionários dos meus tribunais procedem, não à formação, mas ao registro, à execução da lei, e que lhes é permitido advertir-me o que é do dever de todos os úteis conselheiros; toda a ordem pública emana de mim, e os direitos e interesses da nação, de que se pretende ousar fazer um corpo separado do monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam inteiramente em minhas mãos.”

LUÍS XV. Resposta do rei ao Parlamento de Paris, na sua sessão de 3 de março de 1766. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de História*.
Lisboa: Plátano, 1977. p. 201.



YOUNGTAEL/LEEMAGE/AFP - MUSEU CONDÉ, CHANTILLY

Estátua de Jacques Bossuet produzida no século XIX. Museu Condé, Chantilly, França.

Normas de etiqueta

Durante a Idade Moderna, a etiqueta tornou-se a principal forma de diferenciação social nas monarquias europeias. Roupas, modos de tratamento e uso da linguagem eram regulamentados por leis e pelo costume. Em uma Europa onde a maioria da população era analfabeta (condição que incluía a maioria dos nobres), ver e ouvir eram formas importantes de diferenciação.

Na Inglaterra, uma lei de 1533 determinava que apenas os membros da família real poderiam utilizar roupas na cor púrpura e com detalhes em ouro, e apenas os *gentlemen* com renda superior a vinte libras anuais poderiam utilizar roupas de seda. Em Portugal e

na Espanha, as leis determinavam quem tinha direito, de acordo com sua condição, de ser tratado pelos pronomes de tratamento “vós”, “Vossa Mercê” ou “Vossa Majestade” (no caso específico dos reis).

Na França, a corte de Luís XIV tornou-se o caso mais emblemático de uso da etiqueta como diferenciação. A condição social determinava quem poderia se aproximar do rei, quem poderia servi-lo e quem poderia lhe dirigir a palavra. Regras de roupas e comidas adequadas funcionavam, em muitas oportunidades, mais como maneira de discriminar quem não as conhecia do que para tornar agradável o convívio social.

O poder no Estado absolutista



No texto abaixo, o historiador inglês Perry Anderson contesta a ideia de que a consolidação dos Estados absolutistas promoveu uma ruptura com o feudalismo. Para ele, as mudanças modificaram o panorama sociopolítico da Europa, mas mantiveram as estruturas de dominação.

“As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado. Todas essas características parecem ser eminentemente capitalistas. Uma vez que elas coincidem com o desaparecimento da servidão, [...] as descrições do absolutismo [...] como um sistema de Estado correspondente a um equilíbrio entre a burguesia e a nobreza – ou mesmo a uma dominação direta do capital – sempre pareceram plausíveis. No entanto, um estudo mais detido das estruturas do Estado absolutista no Ocidente invalida inevitavelmente tais juízos. Pois o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo. A identificação de um com o outro é um erro comum. Contudo, é evidente que a coerção extraeconômica privada, a dependência pessoal e a associação do produtor direto com os instrumentos de produção não se desvanecem necessariamente quando o **sobreproduto** rural deixou de ser extraído na forma de trabalho ou prestações em espécie e se tornou renda em dinheiro: enquanto a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do elemento humano – em outras palavras, enquanto o trabalho não foi separado de suas condições sociais de existência para se transformar em ‘força de trabalho’ –, as relações de produção rurais permaneciam feudais. [...]”

Os senhores que permaneceram proprietários dos meios de produção fundamentais em qualquer sociedade pré-industrial eram, certamente, os nobres **terratenentes**. Durante toda a fase inicial da época moderna, a classe dominante econômica e politicamente era, portanto, a *mesma* da época medieval: a aristocracia feudal. Essa nobreza passou por profundas metamorfoses nos séculos que

se seguiram ao fim da Idade Média, mas desde o princípio até o final da história do absolutismo nunca foi desalojada de seu domínio do poder político.

As alterações nas *formas* de exploração feudal sobrevindas no final da época medieval estavam, naturalmente, longe de serem insignificantes. Na verdade, foram precisamente essas mudanças que modificaram as formas do Estado. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: *um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional [...]. Em outras palavras, o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.”

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 16-18.



O coletor de impostos (1543), pintura de Paul de Vos. Galeria Sabauda, Turim, Itália.

Compreendendo o texto Registre as respostas em seu caderno.

1. Segundo o autor, qual era a classe social dominante no Estado absolutista? Justifique.
2. Que mudanças e permanências o autor identifica para justificar a ideia da predominância desse grupo social no poder?
3. Como o autor caracteriza o Estado absolutista? Qual seria sua função?

Sobreproduto: nesse caso, o excedente da produção rural, a parte da produção que ultrapassa as necessidades de consumo.

Terratenente: dono de terras, latifundiário.

Explorando o conhecimento

1. A crise do sistema feudal, marcada por queda da produção econômica, revoltas e enfraquecimento dos senhores feudais, contribuiu para a formação dos Estados modernos em algumas regiões da Europa.
 - a) Defina o que é Estado moderno.
 - b) Cite três atributos dos Estados modernos.
 - c) Compare os Estados modernos com o poder político no feudalismo.
2. De acordo com o que você estudou, Estado e nação não são sinônimos. Estabeleça a diferença entre os dois conceitos.
3. O Estado centralizado do início da Idade Moderna atendeu aos interesses da nobreza e dos burgueses ao mesmo tempo. Justifique a afirmativa com pelo menos dois argumentos.
4. De que modo as Guerras de Reconquista na Península Ibérica possibilitaram a formação dos Estados modernos de Portugal e Espanha?
5. Na Inglaterra, a Magna Carta, assinada em 1215 pelo rei João I (também conhecido como João Sem Terra), norteou as relações entre governo e governados, impedindo o aparecimento do Estado absolutista clássico.
 - a) Caracterize a Magna Carta.
 - b) Descreva a composição do Parlamento inglês.
6. Explique o que era a teoria do direito divino dos reis.

Pensando criticamente

CONECTANDO COM A FILOSOFIA

7. Maquiavel, Hobbes e Bossuet elaboraram teorias sobre a constituição do poder e o exercício da política.
 - a) Como cada um desses teóricos justificava o poder do governante?
 - b) Aponte as diferenças entre como o poder dos monarcas absolutistas era legitimado na Europa moderna e como o poder dos governantes é legitimado nas democracias atuais.

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA

8. Ao se formarem, durante a Idade Moderna, muitos Estados nacionais europeus tinham uma configuração territorial próxima à dos

dias atuais. Mas, ao longo da história, em razão de guerras, conquistas e revoluções, suas fronteiras se movimentaram. O território que abriga o Estado é forjado pela ação do homem. Sobre esse assunto, o geógrafo Milton Santos escreveu:

“Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.”

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 54.

Com base na representação cartográfica, investigue as mudanças ocorridas nas fronteiras políticas europeias.

- a) Reproduza em seu caderno e compare: o mapa político da Europa atual (disponível no final do livro, na página 223); o mapa da Europa de Carlos Magno (página 126); e o mapa da Europa no século II, quando o Império Romano atingiu sua máxima extensão (página 110).
- b) Elabore um texto sobre as transformações ocorridas nas fronteiras políticas da Europa do período imperial romano à divisão política atual, destacando o papel da intervenção do homem na movimentação dos limites territoriais dos países, reinos e impérios.

Investigando

9. Em grupo, façam uma pesquisa sobre um país atual que adota a monarquia como forma de governo. Levantem algumas informações importantes para o trabalho, como:
 - a) Quando foi instituída a monarquia nesse país?
 - b) Como é a distribuição de poder dentro do governo?
 - c) Quais são as atribuições do rei?

Depois, com base nas informações pesquisadas, estabeleçam uma breve comparação entre a atuação do rei no país escolhido pelo grupo e no período absolutista. Para ampliar a discussão com seus colegas, certifiquem-se de que cada grupo escolheu um país diferente.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

Itália renascentista), podendo ser associada a **H1** (interpretar histórica ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura).

(ENEM-MEC/2010)

“O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levam ao assassinio e ao roubo.”

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O príncipe*, reflexão sobre a monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- d) neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

Analizando

Maquiavel nasceu e viveu em Florença, numa época de grandes disputas pelo poder em sua cidade e em toda a Península Itálica, que, naquele período, estava dividida em vários Estados (pequenos reinos, ducados e repúblicas independentes, como as ricas cidades do norte da Itália). Trabalhou como funcionário público, assessorando os governantes em assuntos internos e externos. Afastado de suas funções, dedicou-se aos estudos e escreveu várias obras sobre política e história, além de poemas e peças de teatro.

Sua obra mais conhecida é *O príncipe*, na qual aborda as questões da política com base em sua experiência profissional e de seus estudos históricos e filosóficos, descartando considerações de ordem religiosa e moral. Para Maquiavel, a política deve ser pensada valendo-se das relações de poder entre os homens, discutindo os fatores que interferem na sua conquista, manutenção ou perda. Para ele, o governante é dotado de moral e ética próprias, que podem ser diferentes da dos indivíduos. Seu pensa-

A alternativa correta é a letra e.

mento, portanto, rompe com os valores cristãos e com o humanismo dos filósofos antigos. E, como seus sucessores, também defendeu a ideia de governos fortes, como maneira de evitar a desordem social.

O trecho que introduz a questão é um bom exemplo do pensamento de Maquiavel. Para manter a união e a lealdade do povo e manter-se no poder, o governante poderá ser levado a tomar medidas duras e ser visto, por isso, como cruel. Mas o autor considera essa atitude preferível à “clemência” ou “piedade”, que poderiam levar à falta de autoridade e, portanto, à desordem social.

Você deverá escolher a alternativa que completa corretamente a frase do enunciado, de acordo com as ideias do texto introdutório. Vamos analisar cada uma das alternativas:

- Alternativa **a**: Segundo o texto, o bom governante deve manter o povo unido e fiel; para isso, deve tomar medidas que evitem distúrbios da ordem.
- Alternativa **b**: Maquiavel propunha a formação de exércitos profissionais, comandados pelo príncipe, como meio eficiente de manutenção do poder e para evitar os problemas causados pela contratação de mercenários que não fossem fiéis ao governante.
- Alternativa **c**: O trecho que introduz a questão condena atitudes como a compaixão e a piedade, que poderiam resultar na desordem social.
- Alternativa **d**: A argumentação desenvolvida por Maquiavel nesse trecho não apoia a neutralidade: o governante deve tomar atitudes quando julgar necessário, mesmo que sejam consideradas cruéis.
- Alternativa **e**: De acordo com Maquiavel, a manutenção do poder é o objetivo maior do príncipe, e, para atingi-lo de maneira eficiente, deve fazer uso das armas, das leis e das negociações políticas, seguindo normas morais próprias.

Agora é com você: qual alternativa está mais próxima das ideias defendidas por Maquiavel?

1. (UNESP/2015) “Observemos apenas que o sistema dos feudos, a *feudalidade*, não é, como se tem dito frequentemente, um fermento de destruição do poder. A *feudalidade* surge, ao contrário, para responder aos poderes vacantes. Forma a unidade de base de uma profunda reorganização dos sistemas de autoridade [...]”

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*, 2008.

Segundo o texto, o sistema de feudos

- representa a unificação nacional e assegura a imediata centralização do poder político.
 - deriva da falência dos grandes impérios da Antiguidade e oferece uma alternativa viável para a destruição dos poderes políticos.
 - impede a manifestação do poder real e elimina os resquícios autoritários herdados das monarquias antigas.
 - constitui um novo quadro de alianças e jogos políticos e assegura a formação de Estados unificados.
 - ocupa o espaço aberto pela ausência de poderes centralizados e permite a construção de uma nova ordem política.
2. (UNEAL/2015) A respeito da organização socioeconômica dos feudos, entre os séculos VIII e XI, deve-se considerar que as transformações ocorridas na Europa, em tal período, contribuíram para fortalecer o poder dos senhores feudais. Em relação ao assunto, escolha a alternativa **INCORRETA**.
- O casamento dos filhos foi uma das formas encontradas pelos senhores feudais para acumular riquezas e evitar a pulverização de seu patrimônio.
 - Embora os camponeses fossem a maioria da população daquele período na Europa, pouco se sabe sobre eles, porque sua história, quando contada, foi feita por nobres e por clérigos.
 - Na sociedade feudal, não havia a preocupação com guerras, pois a sociedade fortemente hierarquizada garantia a tranquilidade.
 - Os camponeses viviam nas terras do senhor feudal e deviam-lhe obrigações, sendo a principal delas a entrega de parte da colheita.
 - A corveia e a banalidade eram duas modalidades de impostos devidos pelos servos aos senhores feudais.

3. (UFRGS/2015) Considere as seguintes afirmações acerca das relações entre o Oriente e o Ocidente no mundo medieval.

- Uma das causas da queda do Império Romano do Ocidente foi a expansão do islamismo pelo território da Europa Ocidental.
- A cultura árabe legou para as sociedades europeias estudos sobre autores como Platão e Aristóteles, estabelecendo um elo entre o mundo antigo pagão e o mundo moderno cristão.
- A Península Ibérica foi profundamente marcada pela presença muçulmana, que se estendeu entre os séculos VIII e XV, produzindo reflexos na cultura lusitana e hispânica.

Quais estão corretas?

- Apenas I.
 - Apenas II.
 - Apenas I e III.
 - Apenas II e III.
 - I, II e III.
4. (FATEC/2002) Leia atentamente as afirmações abaixo sobre o empreendimento militar-religioso denominado Cruzadas.
- O apelo do Papado à conquista dos locais sagrados na Ásia Ocidental foi o eixo religioso das campanhas.
 - Entre os interesses que moveram este empreendimento estava, fundamentalmente, o combate ao protestantismo e ao islamismo, que estavam em plena expansão na região do Mediterrâneo.
 - As análises do sucesso ou não do empreendimento são inúmeras, mas é certo que as Cruzadas representaram um importante marco para o renascimento do comércio na região do Mediterrâneo.

Dessas afirmações está(ão) correta(s)

- apenas II.
- apenas III.
- I e II somente.
- I e III somente.
- II e III somente.

5. (UNICAMP/2015) “Guerreiros a pé e cavaleiros fizeram um caminho através dos cadáveres. Mas tudo isso ainda era pouca coisa. Fomos ao Templo de Salomão, onde os sarracenos tinham o costume de celebrar seus cultos. O que se passou nestes lugares? Se dissermos a verdade, ultrapassaremos o limite do que é possível crer. Será suficiente dizer que, no Templo e no pórtico de Salomão, cavalgava-se em sangue até os joelhos dos cavaleiros e até o arreio dos cavalos. Justo e admirável julgamento de Deus, que quis que este lugar recebesse o sangue daqueles que blasfemaram contra Ele durante tanto tempo.”

D’AGULLER, Raymond. *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*. Disponível em <www.fordham.edu/halsall/source/raymond-cde.asp#jerusalem2>. Acesso em 1º out. 2014.

O texto acima se refere à Primeira Cruzada (1096-1099). Responda às questões a seguir.

- Identifique um motivo econômico e um motivo político para o movimento das Cruzadas.
 - Que grupo social liderou esse movimento e como o cronista citado identifica o apoio de Deus ao empreendimento cruzadístico?
6. (FUVEST/2014) Durante muito tempo, sustentou-se equivocadamente que a utilização de especiarias na Europa da Idade Média era determinada pela necessidade de se alterar o sabor de alimentos apodrecidos ou pela opinião de que tal uso garantiria a conservação das carnes. A utilização de especiarias no período medieval
- permite identificar a existência de circuitos mercantis entre a Europa, a Ásia e o continente africano.
 - demonstra o rigor religioso, caracterizado pela condenação da gastronomia e do requinte à mesa.
 - revela a matriz judaica da gastronomia medieval europeia.
 - oferece a comprovação da crise econômica vivida na Europa a partir do ano mil.
 - explicita o importante papel dos camponeses dedicados a sua produção e comercialização.
7. (UEA/2014) “A Igreja não domina pelas armas, ela domina pelas palavras. Ela ensina dogmas, regras, princípios que cada um deve aplicar sem hesitar ou reclamar. Para melhor persuadir, ela recorre à imagem, à imaginária pedagógica que decora as portadas da igreja.”

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*, 1984. (Adaptado)

O texto destaca a importância do uso das imagens na difusão do cristianismo durante a Idade Média. Tal uso

- ocorreu apenas no período medieval devido ao grande número de analfabetos na população europeia.
 - resultou da influência da religião muçulmana sobre os cristãos, ocorrida após a chegada dos árabes à Europa.
 - desenvolveu uma cultura dos sentidos específica e característica das cerimônias e dos cultos católicos.
 - impossibilitou a expansão da fé cristã nas regiões europeias ocupadas e dominadas pelos povos bárbaros.
 - produziu uma ruptura acentuada com a tradição artística da Antiguidade clássica, que jamais recorreu ao uso de imagens.
8. (UEL/2014) No período da Baixa Idade Média, a cidade de Veneza foi progressivamente revigorada pelo comércio, o qual produziu instituições políticas autônomas, libertando-se do poder papal.

Com base na influência político-econômica das cidades mercantis nesse período, considere as afirmativas a seguir.

- Os senhores feudais detentores dos domínios aristocráticos atacaram o poder político das cidades nascentes, pois este os impedia de arrecadar os seus tributos e taxas.
- As guildas e as corporações de ofícios inseriram nos burgos a concorrência ao libertarem o comércio do monopólio e os trabalhadores de seus padrões rígidos de produção.
- As rotas comerciais tornaram-se pontos de confluência de inúmeras culturas e credos, professados por diversos povos, entre os quais judeus, muçulmanos e chineses.
- Na Europa, as cidades de Veneza e Gênova eram consideradas portas de entrada de produtos muito valorizados, como especiarias e tecidos, advindos do Oriente.

Escolha a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

9. (UEPB/2014) A frase no quadro abaixo teria sido dita por Luís XIV e muito já se discutiu se o “Rei Sol” francês a teria realmente pronunciado, em que pese ela simbolizar o espírito do absolutismo, onde a glória do rei e o bem do Estado eram princípios inseparáveis.



HYACINTHE RIGAUD - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

“L’État c’est moi!” (O Estado sou eu!).
Museu do Louvre, Paris, França.

Analise as assertivas abaixo:

- I. O reinado de Luís XIV durou mais de 50 anos, fundado no absolutismo monárquico. O rei controlava a política e os assuntos do Estado, a economia, a sociedade e até mesmo o modo da nobreza se vestir. Ele incentivava as artes, pois as considerava, também, assunto de Estado.
- II. O poder absoluto e a centralização administrativa eram objetivos de Luís XIV. Ele fez o Estado francês se tornar ateu e laico. A ideia era acabar com a influência que a Igreja Católica tinha no meio da nobreza para que o rei não tivesse que perder fatias de seu próprio poder.
- III. Luís XIV seguia a tradição da dinastia capetiana adepta da ideia do “rei que faz alguma coisa” (para não dizer tudo!). Após a coroação, ele anunciou que comandaria o Estado por si mesmo e que solicitaria a opinião de seus ministros apenas quando julgasse necessário.
- IV. Luís XIV fez uma reorganização administrativa, econômica, política e militar e se dedicou a coisas como a fortificação das regiões fronteiriças, o fortalecimento da marinha de guerra, a criação de academias e a

elaboração do primeiro mapa da França. A construção do Palácio de Versalhes, uma vitrine cultural, científica e política da França, foi por ele acompanhada de perto.

Considere a alternativa **correta**:

- a) I e II corretas, enquanto III e IV incorretas.
 - b) II e III corretas, enquanto I e IV incorretas.
 - c) I, III e IV corretas, enquanto II incorreta.
 - d) II, III e IV corretas, enquanto I incorreta.
 - e) III e IV corretas, enquanto I e II incorretas.
10. (ENEM-MEC/2012) “Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que é indispensável convocar com frequência os Parlamntos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar leis.”

Declaração de Direitos. Disponível em
<<http://disciplinas.stoa.usp.br>>.
Acesso em 20 dez. 2011. (Adaptado)

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- a) Redução da influência do papa – Teocracia.
 - b) Limitação do poder do soberano – Absolutismo.
 - c) Ampliação da dominação da nobreza – República.
 - d) Expansão da força do presidente – Parlamentarismo.
 - e) Restrição da competência do Congresso – Presidencialismo.
11. (UFT/2012) Os mercadores e autoridades de Meca, para quem o culto aos ídolos era uma fonte de lucro, não aceitaram o monoteísmo de Maomé e passaram a persegui-lo. Maomé e seus seguidores fugiram para Yatrib (atual Medina), a 400 quilômetros de Meca, onde fundou uma comunidade de fiéis em 622 d.C. Esse episódio que marca as origens do islamismo ficou conhecido como:
- a) Ramadã.
 - b) Jihad.
 - c) Muazin.
 - d) Khaid.
 - e) Hégira.

Renascimento e as reformas religiosas



WENNOTHER IMAGES

Releitura da obra *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci, produzida pela artista inglesa Laura Hadland, na cidade de Matera, Itália, 2011. Para produzir esse mosaico, a artista utilizou mais de 10 mil fatias de pão torrado.

O objetivo desta abertura é aproximar os alunos da produção artística do Renascimento, levando-os a refletir, por meio das apropriações e releituras de obras desse período, sobre os motivos pelos quais o movimento é um marco na história da arte. Sugerimos iniciar o trabalho pela análise da imagem, perguntando aos alunos se conhecem a figura representada, aproveitando para investigar os conhecimentos prévios da turma sobre o tema. Chamar a atenção dos alunos para o material empregado pela artista em sua releitura

(fatias de pão torrado) e perguntar a eles se conhecem outras obras inspiradas na pintura de Leonardo da Vinci. Após a análise do texto, incentivá-los a refletir sobre os motivos de a *Mona Lisa* ter-se tornado tão popular na atualidade (no Suplemento para o professor há uma reprodução da obra).

O fascínio de *Mona Lisa*

“Na Itália renascentista de 1503, um artista de nome Leonardo retratou uma jovem dama de sorriso enigmático e olhar suave, desejando atingir a perfeição das técnicas que utilizava para dar vida às suas obras. Ele sabia que aplicava ali linhas inovadoras, o que renderia reconhecimento especial de seu talento. Provavelmente, no entanto, não imaginava que aquela imagem se tornaria a mais marcante da história da arte, atravessando séculos e alcançando um patamar em que seu valor é inestimável.

A *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci, ainda hoje é objeto de discussão, admiração e releituras. [...] Mas, afinal, o que a faz uma celebridade? Antes de tudo, a série de técnicas inovadoras aplicadas por Da Vinci, nas dimensões relativamente pequenas da obra, que marcaram, a partir de então, uma passagem importante das artes [...]”

FRUTUOSO, Suzane G. O fascínio de *Mona Lisa*. Revista *IstoÉ*, jul. 2009. Disponível em <www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2070/imprime143860.htm>. Acesso em 10 dez. 2015.

◆ Conversando sobre

1. Qual é o assunto abordado no texto? De que maneira ele se relaciona com a imagem?
2. Segundo o texto, por quais motivos a *Mona Lisa*, pintura do século XVI, desperta interesse na atualidade?
3. Você consegue identificar o movimento a que se refere a “passagem importante das artes” mencionada no texto? Conhece outros artistas que participaram desse movimento?

Renascimento

Durante a Baixa Idade Média, a Europa passou por uma série de transformações. A expansão das cidades e o surgimento de novos centros urbanos possibilitavam maior fluxo de mercadorias e ideias.

O aumento das atividades comerciais propiciou a maior circulação de valores e o enriquecimento e fortalecimento da burguesia. O aperfeiçoamento técnico e científico mudava a relação do homem com a natureza e sua forma de pensar. Iniciou-se uma era de inquietude, na qual os valores, a cultura e as técnicas até então existentes não forneciam respostas para as questões que moviam os homens desse período.

Nesse contexto, na Península Itálica, desenvolveu-se uma corrente de pensamento que valorizava a razão e o espírito crítico como os principais atributos humanos. Esse movimento ficou conhecido como **humanismo**.

Os humanistas acreditavam que os valores e os padrões estéticos da Antiguidade greco-romana, centrados na valorização do homem e da natureza, representavam o modelo a ser seguido. Classificavam o período medieval como uma "Idade das Trevas", em que os sentidos haviam sido obscurecidos pela superstição e pelos dogmas religiosos. Por esses aspectos, os humanistas consideravam-se protagonistas de uma nova era, o Renascimento, com a tarefa de resgatar a cultura que teria sido apagada pela Idade Média.

No texto a seguir, o historiador Ernst Gombrich (1909-2001) explica a origem dos termos Renascença, sinônimo de Renascimento, e Idade Média.

“A palavra Renascença significa nascer de novo ou ressurgir, e a ideia de tal renascimento ganhava terreno na Itália de **Giotto**. Quando as pessoas desse período queriam elogiar um poeta ou um artista, diziam que sua obra era tão boa quanto a dos antigos. [...] Não surpreende que essa ideia se tornasse popular na Itália. Os italianos tinham plena consciência de que, no passado distante, a Itália, tendo Roma por capital, fora o centro do mundo civilizado, e de que seu poder e glória se dissiparam quando as tribos germânicas, os godos e os vândalos invadiram o país desmantelando o império. A ideia de um renascimento associava-se, na mente dos romanos, à ideia de uma ressurreição da ‘grandeza de Roma’. O período entre a idade clássica, para a qual voltaram os olhos com orgulho, e a nova era de Renascença, que aguardavam com esperança, era meramente um interregno, ‘o período intermediário’. Assim, a ideia de uma Renascença foi responsável pela concepção de que o período interveniente era uma Idade Média – e ainda usamos essa denominação.”

GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da arte*. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p. 223.

Giotto: Giotto di Bondone (1267-1337), pintor e arquiteto italiano considerado o precursor da pintura renascentista por utilizar a perspectiva na composição de suas obras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



RAFAEL SANZIO - PALÁCIO APOSTÓLICO, CIDADE DO VATICANO

Apesar da maneira pejorativa pela qual a Idade Média ficou conhecida, estudiosos da Europa medieval têm mostrado que a Antiguidade clássica nunca desapareceu da cultura do período nem a Idade Média foi um vazio na produção cultural e científica como defendiam os intelectuais do Renascimento.

Escola de Atenas (1509-1510), pintura de Rafael Sanzio. Palácio Apostólico, Vaticano. Nessa pintura foram representados diversos filósofos, matemáticos, astrônomos e cientistas da Antiguidade. No centro da imagem estão Platão e Aristóteles.

◆ O pioneirismo da Península Itálica

O Renascimento floresceu ao norte da Península Itálica, nas cidades de Gênova, Florença e Veneza. A existência na península de considerável número de unidades políticas independentes dificultou a formação de uma monarquia centralizada, como a francesa, a inglesa ou a espanhola. Homens ricos e poderosos adquiriam títulos de conde, marquês, duque e outros. Sob o comando deles, essas cidades alcançaram grande desenvolvimento econômico, manufatureiro e cultural.

Mecenas: indivíduo rico que protege e financia artistas, cientistas e filósofos, patrocinando um campo do saber ou das artes. O termo faz referência a Caio Mecenas, conselheiro do imperador romano Otávio Augusto, que se dedicou à literatura e às artes, inclusive financiando e dando proteção política a artistas como Virgílio e Horácio.

Além disso, existia na região expressiva tradição clássica, visto que a península havia sido centro do Império Romano e, posteriormente, recebeu a influência da cultura bizantina, pois muitos habitantes do Império do Oriente migraram para as cidades italianas fugindo das invasões turcas. Soma-se a isso o papel dos **mecenas**, atores fundamentais no desenvolvimento da cultura italiana dos séculos XV e XVI. A prática do mecenato garantia as condições materiais para os artistas e pensadores criarem suas obras, ao mesmo tempo que proporcionava prestígio social e político aos mecenas, que se destacavam socialmente pelos resultados das obras que financiavam.

As famílias ricas e poderosas, como os Sforza e os Visconti, de Milão, e os Médici, de Florença, exerciam grande influência no governo e, também, na produção artística dessas cidades, atuando como mecenas de vários artistas. O mecenato também era praticado por nobres, reis, clérigos e até papas, interessados em aumentar seu poder de influência na sociedade.

Alta Renascença

Durante a chamada “Alta Renascença”, período entre o final do século XV e início do século XVI, as técnicas desenvolvidas ao longo do século XV foram aperfeiçoadas e a arte renascentista atingiu seu ápice. As manifestações artísticas mais importantes desse período ocorreram em Roma, cidade que, por combinar a herança cristã com o passado clássico, atraía muitos artistas e estudiosos.

O grande destaque assumido por Roma também se deve ao incentivo do papado, que promoveu um projeto de revitalização da cidade. Data dessa época, por exemplo, a construção da Capela Sistina. O teto da capela, pintado por Michelangelo (1475-1564), possui mais de trezentas imagens, sendo admirado até hoje como uma das obras-primas do Renascimento.



A queda do homem e a expulsão do Jardim do Éden (1508-1512), detalhe da pintura do teto da Capela Sistina, realizada por Michelangelo. Museus do Vaticano. Os afrescos pintados no teto da Capela Sistina retratam cenas do Antigo Testamento. A obra foi encomendada pelo papa Júlio II, grande mecenas que investiu na arte como forma de obter a admiração dos fiéis.

▶ Que características dessa obra podem ser relacionadas à Antiguidade clássica?

Verifica-se a preocupação com o equilíbrio da cena e a valorização da figura humana retratada com realismo.

BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - MUSEUS DO VATICANO

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

◆ Características gerais do Renascimento

Entre as principais características do Renascimento destacam-se o naturalismo, o racionalismo, o classicismo, o hedonismo e o antropocentrismo.

O **naturalismo** pode ser definido como o interesse dos artistas em retratar os homens, a fauna e flora, o cuidado rigoroso em mostrar a natureza como de fato ela é. A valorização do retrato fiel estimulou o estudo da anatomia humana, das plantas e dos animais, a fim de transportar para a arte o conhecimento obtido na investigação científica.

O **racionalismo**, por sua vez, consistia na busca da verdade por meio da investigação e da experiência, e não mais com base em princípios religiosos e explicações sem fundamento científico.

Já o **classicismo** expressava a intenção dos artistas, literatos e pensadores do período em revalorizar a cultura e as tradições greco-romanas, vistas como modelo de equilíbrio, clareza e perfeição. Procurando romper com a cultura medieval, voltada para a exaltação de Deus e a salvação da alma, os renascentistas buscaram na cultura clássica inspiração para valorizar a natureza, o homem e suas conquistas. O classicismo manifestou-se sobretudo nas artes plásticas, mas esteve presente em todas as esferas da criação renascentista.

Como exemplo dessa valorização dos feitos humanos, temos a celebração das conquistas ultramarinas portuguesas na literatura de Luís de Camões (1527-1580), como em *Os Lusíadas* – epopeia camoniana, uma das expressões supremas do Renascimento em Portugal.

Além de Camões, destacam-se o florentino Dante Alighieri (1265-1321), autor da obra *Comédia* (posteriormente conhecida como *A divina comédia*), poema que narra a viagem de Dante pelo Inferno, Purgatório e Paraíso, guiado pelo poeta romano Virgílio; e o espanhol Miguel de Cervantes (1547-1616), autor de *Dom Quixote de la Mancha*, na qual Cervantes ironiza particularmente o ideal de bravura, defesa da honra e da lealdade, valores típicos da cavalaria medieval.

O **hedonismo** renascentista, por sua vez, consistia na valorização do corpo, dos prazeres terrenos e espirituais, no culto do belo e da perfeição. Giovanni Boccaccio (1313-1375), François Rabelais (1494-1553) e William Shakespeare (1564-1616) são exemplos de autores renascentistas cujas obras personificam o intenso amor pelas coisas humanas e terrestres.

O **antropocentrismo**, ao contrário do teocentrismo medieval, reservava ao ser humano o papel de centro do universo. A partir dessa concepção, cabia ao homem a capacidade de descobrir verdades por conta própria e de crescer, material e espiritualmente, a fim de deixar sua marca no mundo.

Apesar da religiosidade expressa nas artes, em certa medida os ideais renascentistas geraram conflitos com as concepções religiosas, pois muitos pensadores passaram não só a questionar o conservadorismo da Igreja, mas também a formular novos princípios. O Renascimento, nesse sentido, deve ser entendido como a emergência de novos valores, que transformaram os referenciais artísticos, científicos, sociais e econômicos de grande parte da Europa Ocidental, impulsionando acontecimentos como a Reforma, a formação dos Estados nacionais, a expansão ultramarina e outros.

Moisés (1515), escultura em mármore de Michelangelo. Basílica de São Pedro Acorrentado, Roma, Itália. Essa escultura foi encomendada para decorar o túmulo do papa Júlio II.

▶ Que características do Renascimento podem ser percebidas nessa obra?

Nessa escultura é possível identificar as seguintes características do Renascimento: naturalismo (na preocupação do artista em retratar fielmente o corpo humano, inclusive os músculos e as veias); classicismo (na inspiração nos ideais de beleza da tradição greco-romana); e racionalismo (na busca pela exatidão das proporções da obra).

CONECTANDO COM A ARTE

O estudo das características das expressões artísticas do Renascimento permite a realização de um trabalho interdisciplinar com Arte.

Nos Países Baixos, o Renascimento também teve grandes representantes. Na pintura, destacou-se Jan van Eyck (c.1390-1441), um dos precursores do uso de tintas a óleo. Entre os pensadores, pode-se citar o teólogo Erasmo de Rotterdam (1466-1536), que publicou a obra *Elogio da loucura*, uma crítica aos vícios humanos.



ALVARO LEIVA - BASÍLICA DE SÃO PEDRO ACORRENTADO, ROMA

Nicolau Copérnico era um padre formado em direito e medicina que se tornou discípulo de Domenico Maria de Novara, um renomado matemático da época. Por ter desenvolvido a teoria heliocêntrica, Copérnico é considerado o fundador da astronomia moderna.

Também merecem destaque Falópio (1523-1562), que descreveu os órgãos reprodutores femininos; Eustáquio (1520-1574), que desvendou a ligação entre a orelha média com a garganta; Girolamo Fabrizio (1537-1619), que identificou as válvulas do coração; e, entre outros, Miguel Servet (1511-1553) e William Harvey (1578-1657), que realizaram trabalhos referentes à circulação do sangue.

Você vai gostar de ler

VAN ACKER, Teresa.
Renascimento e humanismo: o homem e o mundo europeu do século XIV ao século XVI. 12. ed. São Paulo: Atual, 2009. (Coleção História geral em documentos)

O livro aborda mudanças nas técnicas, nas artes, nos saberes, na política e na mentalidade das pessoas durante o Renascimento e apresenta diversos documentos que ilustram essas mudanças. Entre eles, um trecho da obra de Copérnico sobre a esfericidade da Terra.

◆ O desenvolvimento científico

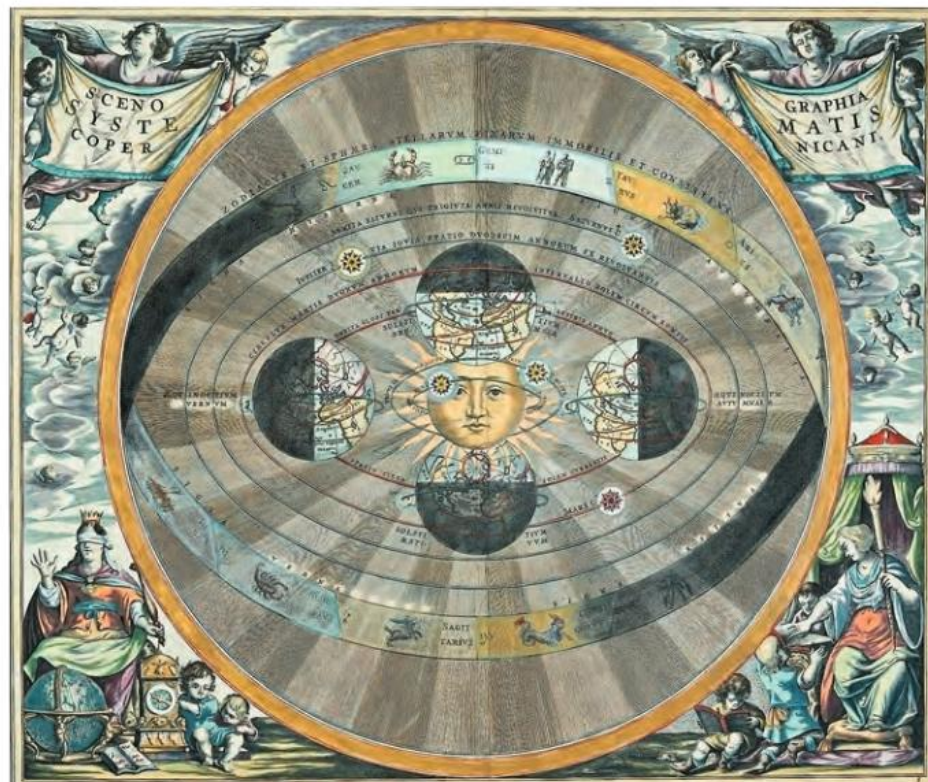
Com base no estudo do homem e da natureza fundamentado no espírito crítico, a Renascença contribuiu em larga medida para o desenvolvimento científico. Em especial, os campos da astronomia, da matemática, da física e da medicina tiveram importantes avanços.

O grande feito da astronomia foi a comprovação da **teoria heliocêntrica**, que se contrapôs à teoria geocêntrica. Enquanto os geocentristas, incluindo a Igreja, defendiam a ideia de que o Sol girava em torno da Terra, os heliocentristas defendiam a ideia de que a Terra girava em torno do Sol. A teoria geocêntrica foi refutada abertamente pela primeira vez por Nicolau de Cusa (1401-1464). Posteriormente, o padre polonês Nicolau Copérnico (1473-1543), estudioso humanista, observando os movimentos dos astros e utilizando cálculos matemáticos, concluiu que os planetas giravam em torno do Sol. Temendo a hostilidade da Igreja Católica, Copérnico hesitou em divulgar a conclusão de seus estudos. Sua teoria heliocêntrica foi publicada, muito tempo depois de sua elaboração, na obra *Da revolução dos corpos celestes*, em 1543, ano da sua morte.

Galileu Galilei (1564-1642), um dos mais renomados cientistas italianos, comprovou a teoria de Copérnico. Galileu desenvolveu o **telescópio**, instrumento com o qual descobriu os anéis de Saturno, os satélites de Júpiter e as manchas do Sol. Além disso, Galileu concluiu que a Via Láctea era uma aglomeração de corpos celestes independentes do nosso sistema solar. O dinamarquês Tycho Brahe (1546-1601) e o alemão Johannes Kepler (1571-1630) também se notabilizaram como astrônomos, pois aprimoraram a teoria de Copérnico ao comprovar que os planetas movimentavam-se em torno do Sol em uma órbita elíptica, e não circular.

O estudo da **anatomia humana** possibilitou grandes avanços no campo das ciências médicas durante o Renascimento. O italiano Mondino de Luzzi (c. 1270-1326) introduziu a prática de dissecação de cadáveres, iniciando os estudos de anatomia. Em 1543, o médico belga Andreas Vesalius (1514-1564) publicou uma espécie de enciclopédia ilustrada do corpo humano. O suíço Theophrastus von Hohenheim, conhecido como Paracelso (1493-1541), escreveu o primeiro manual de cirurgia e destacou o papel da química na medicina, sendo o pioneiro na utilização de substâncias químicas no tratamento de doenças.

Sistema heliocêntrico de Copérnico, ilustração do cartógrafo holandês-alemão Andreas Cellarius (1596-1665), publicada em *Harmonia macrocômica* (1660). Biblioteca Britânica, Londres.



BIBLIOTECA BRITÂNICA, LONDRES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As reformas religiosas

Durante a Idade Média, a Igreja Católica representou a única forma de poder centralizado em meio aos fragmentados poderes locais, exercendo enorme influência na sociedade europeia. Enquanto a maior parte da população tinha vida simples, o alto clero medieval vivia na riqueza, cercado pelo luxo. Os cargos eclesiásticos podiam ser comprados e representavam poder e renda – obtida por meio dos tributos – àqueles que os adquiriam. Disso resultava o enorme despreparo de parte dos clérigos, que muitas vezes atuavam na esfera religiosa sem nenhuma instrução.

Neste contexto, o aumento das acusações de heresia na Baixa Idade Média demonstrava a incapacidade de a Igreja Católica atender às necessidades espirituais e materiais de largos setores da população. Muitos grupos considerados heréticos pela Igreja denunciavam a corrupção do clero e propunham uma vida simples e igualitária, semelhante à dos primeiros cristãos. Essas ideias, apesar de fortemente reprimidas, contribuíram para a elaboração de propostas de mudanças na conduta religiosa europeia.

Algumas manifestações críticas contra a Igreja Católica se transformaram em movimentos de ruptura que deram origem às novas igrejas cristãs, na primeira metade do século XVI. Esses movimentos ficaram conhecidos como **reformistas**. No nível mais geral, as reformas religiosas devem ser vistas no contexto de florescimento do mundo urbano e dos valores humanistas, que não admitiam mais a autoridade inquestionável da Igreja. No nível mais específico, foram motivadas também pelo descontentamento com algumas práticas da Igreja Católica, como a venda de indulgências para o perdão dos pecados, as negociatas em torno dos cargos religiosos, o despreparo intelectual de muitos sacerdotes, além da vida desregrada que vários deles levavam.

A formação das monarquias modernas foi outro fator que colaborou para o desenvolvimento dos movimentos reformistas, uma vez que o conflito entre o poder temporal, representado pelo rei, e o poder espiritual, representado pelo papa, constituía um obstáculo ao fortalecimento da autoridade central. Além disso, os dízimos transferidos para Roma prejudicavam as finanças dos Estados, e as extensas propriedades da Igreja em cada reino eram cobiçadas pelos reis e pela nobreza.



Detalhe de uma carta de indulgência (1484-1485), emitida em Roma pelo papa Inocêncio VIII. Catedral e Museu Diocesano, Mainz, Alemanha. Na imagem está representado o martírio de São Sebastião.

BILDARCHIV STEFFENS/BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - CATEDRAL E MUSEU DIOCESANO, MAINZ

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Gravura de 1510 representando a venda de indulgências pela Igreja Católica, prática fortemente criticada pelos movimentos reformistas.

AKG-IMAGENS/ALBUM/LATINSTOCK-COLEÇÃO PARTICULAR

Em 1521, o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V, proibiu a divulgação das obras de Lutero pelo Édito de Worms. Cinco anos depois, o governo da cidade de Spira (na Alemanha) recusou-se a seguir as determinações do Édito. Seguindo o exemplo de Spira, outras cidades aderiram à mesma decisão. Muitas medidas foram tomadas para forçar a aplicação do Édito de Worms e aumentar a pressão dos reinos católicos contra Lutero e seus seguidores. Diante

Você vai gostar de assistir

Lutero

Direção: Eric Till. Alemanha/ Estados Unidos, 2003. 112 min

O filme narra diversos aspectos da vida de Martinho Lutero, como a publicação de suas 95 teses, a perseguição movida contra ele pela Igreja Católica e a divulgação de sua nova doutrina.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

Lutero foi representado no canto superior direito, trajando roupas simples e empunhando a Bíblia. Abaixo dele estão os seguidores de sua doutrina. Já o papa Leão X foi representado no centro da imagem, sentado em um trono, vestindo roupas luxuosas e ostentando símbolos de riqueza e poder. Ele é seguido por fiéis portando tochas, espadas e símbolos relacionados ao catolicismo. Sob o comando do papa, os católicos dirigem-se contra os protestantes. Além de remeter às perseguições sofridas pelos protestantes, a caracterização dos líderes religiosos busca aproximar Lutero a valores espirituais e o papa a preocupações materiais, reforçando, assim, a crítica luterana ao papado.

Lutherus Triumphans (1568), gravura representando Lutero e seus seguidores sendo perseguidos por católicos comandados pelo papa Leão X.

▶ Como Lutero e o papa Leão X foram representados na imagem? Qual poderia ser o significado dessa representação?

Os precursores da Reforma

Alguns intelectuais dos séculos XIV e XV podem ser considerados precursores dos movimentos reformistas. Entre eles está o teólogo inglês **John Wycliffe** (c. 1330-1384), que denunciou a corrupção do clero e desafiou a autoridade da Igreja ao afirmar que qualquer pessoa poderia conseguir a salvação eterna caso tivesse fé.

Outro precursor da Reforma foi o padre **Jan Huss** (c. 1370-1415), natural da Boêmia (região que hoje integra a República Tcheca). Profundo conhecedor dos textos bíblicos e do pensamento de Wycliffe, Huss pregava a obediência estrita às Escrituras e denunciava a corrupção e o luxo do clero. Acusado de heresia, foi julgado e condenado à morte na fogueira. Um século depois, Lutero apontaria Huss como precursor da Reforma.

dessas medidas, os apoiadores de Lutero promoveram inúmeros protestos e, por isso, passaram a ser chamados "protestantes".

◆ Martinho Lutero: a justificação pela fé

Martinho Lutero (1483-1546), monge agostiniano e doutor em teologia, iniciou a reforma religiosa em territórios que hoje pertencem à Alemanha e na época faziam parte do Sacro Império Romano-Germânico, dominado pela dinastia dos Habsburgo, que tinha fortes ligações com a Igreja Católica. Lutero defendia as ideias de Jan Huss, principalmente quanto à liberdade de culto e de consciência individual. Divergindo das orientações de Roma, Lutero acreditava que a salvação da alma se daria somente pela fé e condenava a venda de indulgências como passaporte para o reino dos céus. Suas ideias desencadearam um movimento que ficou conhecido como **Reforma Protestante**.

As condições políticas e econômicas do Sacro Império Romano-Germânico favoreceram a difusão das concepções de Lutero. O Império era formado por diversos principados governados por nobres que tinham grande autonomia. Além disso, grande parte das terras pertencia ao clero, que frequentemente as arrendava para os nobres. Assim como os camponeses, os nobres eram obrigados a pagar para a Igreja o dízimo, imposto que incidia sobre tudo o que era produzido em suas terras. O poderio econômico e os abusos cometidos pelos sacerdotes criaram um sentimento hostil à Igreja Católica e favorável à reforma religiosa.

Em 1517, uma bula do papa Leão X estabeleceu a venda de indulgências para a construção da Catedral de São Pedro, em Roma. Para efetivar o projeto, Leão X propôs acordos com a França e a Inglaterra e também com os banqueiros alemães. No mesmo ano, Martinho Lutero ganhou notoriedade ao criticar duramente a venda de indulgências.



AKG-IMAGES/ALBUMILATINSTOCK - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As 95 teses de Lutero

Em 31 de outubro de 1517, Lutero afixou na porta da Igreja de Wittenberg, onde era sacerdote, um documento que continha 95 críticas ao papado, conhecido como as **95 teses de Lutero**. Leia, a seguir, um trecho desse documento:

“Por amor à verdade e no empenho de elucidá-la, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero [...]. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1. Ao dizer: ‘Fazei penitência’ [...], o nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.
2. Esta expressão não pode ser entendida no sentido da penitência sacramental, isto é, da confissão e satisfação celebrada pelo ministério dos sacerdotes. [...]
20. Portanto, sob remissão plena de todas as penas, o papa não entende simplesmente todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.
21. Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.
22. Com efeito, ele não dispensa as almas no purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida. [...]
24. Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena. [...]
36. Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão plena de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência. [...]”

LUTERO, Martinho. *Martinho Lutero: obras selecionadas*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2004. p. 22-25. v. 1.

A publicação das 95 teses deu início ao confronto entre Roma e Lutero. O papa Leão X exigiu que o monge se retratasse, sob pena de ser considerado herege. Lutero respondeu à ordem papal queimando publicamente o documento que continha a intimação vinda de Roma. **Excomungado**, recebeu a proteção de nobres contrários à Igreja Católica, que o mantiveram escondido em um castelo.

A doutrina luterana

Em 1530, Lutero redigiu um documento que fundamentava sua doutrina. Nele, afirmava que a fé constituía a única e verdadeira fonte da salvação e que o dogma absoluto da Igreja reformada era o texto das Escrituras. Lutero defendia a livre interpretação da *Bíblia* e sua tradução nas línguas nacionais; ele próprio traduziu a *Bíblia* para o alemão.

A doutrina criada por Lutero aboliu a hierarquia eclesiástica e a figura de uma autoridade superior, como representava o papa para a Igreja Católica. Em vez de uma igreja universal, haveria igrejas nacionais. Dos sete sacramentos da doutrina católica, manteve apenas dois: o batismo e a eucaristia. Lutero também negou o ato da transubstanciação (transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo), sugerindo que o ato religioso fosse visto como a bênção sagrada no pão e no vinho, que ele chamou de “consustanciação”.

Em 1555, na tentativa de promover a conciliação com o poder imperial, a nobreza luterana firmou um acordo conhecido como **Paz de Augsburg**. O acordo determinou que cada príncipe alemão tinha o direito de escolher sua igreja, assim como a de seus súditos. Com a Paz de Augsburg, consagrou-se o princípio “*cujus regio, ejus religio*” (de quem é a região, dele é a religião), segundo o qual a população deveria seguir a religião adotada por seu soberano. Como resultado, o luteranismo predominou nos Estados alemães do norte, enquanto o sul permaneceu católico.

A reforma luterana influenciou outros movimentos reformistas na Europa. Na Suíça e na Inglaterra surgiram duas doutrinas protestantes que ainda hoje possuem muitos adeptos: o calvinismo e o anglicanismo.



Frontispício da *Bíblia* (1535) traduzida para o alemão por Martinho Lutero. Augsburg, Alemanha. Museu Histórico Alemão, Berlim.

Excomungado: pessoa que sofreu a excomunhão, ou seja, a expulsão da Igreja Católica.



Retrato de João Calvino (século XIX), pintura de Henriette Rath. Biblioteca Pública e Universitária de Genebra, Suíça. Calvino foi um teólogo francês que fundou a doutrina calvinista.

Calvino nasceu na França, estudou nas Universidades de Paris e de Orleans, sendo influenciado pelo pensamento humanista. Suas ideias tiveram rápida propagação, ainda no século XVI, na Suíça, na França, nos Países Baixos, em regiões do Sacro Império Romano-Germânico, na Polônia e na Grã-Bretanha, atingindo, posteriormente, a América do Norte por meio dos colonizadores da Nova Inglaterra.

◆ O calvinismo

A Reforma Protestante na Suíça representou, antes de tudo, uma necessidade burguesa. O país estava dividido em cidades-república, como Zurique, Basileia, Berna e Genebra, todas elas importantes centros comerciais. O poder político nessas cidades estava nas mãos de uma burguesia nascente, impedida de expandir seus negócios por causa das fortes barreiras impostas pela Igreja Católica. O clero combatia a liberdade econômica e o crescente lucro dos setores mercantis. A burguesia necessitava, desse modo, de uma nova ética econômica, social e religiosa que legitimasse a obtenção do lucro por meio do comércio e da exploração do trabalho assalariado.

Huldrych Zwingli, ardente defensor das ideias de Lutero, iniciou a reforma religiosa na Suíça. Em 1531, quando tentava levar seus ensinamentos a grupos mais conservadores, teve início uma guerra civil que provocou a morte em combate do reformador.

As revoltas religiosas estenderam-se até Genebra, região submetida a um duplo poder político, dividido entre o bispo católico local e os duques de Savoia. Os habitantes de Genebra enfrentaram esse duplo poder e tornaram-se independentes. A cidade de Genebra foi o cenário para a atuação de um dos maiores impulsionadores da Reforma Protestante, o teólogo francês **João Calvino** (1509-1564).

Ao converter-se ao luteranismo por volta de 1530, Calvino renunciou a alguns benefícios eclesiásticos. Em razão disso, foi perseguido e transferiu-se para Genebra em 1536. Nessa cidade publicou a obra *A instituição da religião cristã*, em que reafirmava a doutrina luterana da salvação pela fé. Segundo Calvino, os eleitos de Deus poderiam ser reconhecidos por levarem uma vida austera e voltada para o trabalho e para a poupança.

Valorizando a disciplina, o trabalho e o acúmulo de riquezas, Calvino ofereceu aos setores burgueses uma justificativa religiosa sólida e bem elaborada para suas atividades. Ao contrário do que afirmava a doutrina católica, o lucro passava a ser visto como sinônimo de salvação. A santificação do trabalho, da poupança e do lucro contribuiu para que a doutrina calvinista ganhasse adeptos nas principais cidades da Suíça e se espalhasse posteriormente por outros núcleos urbanos europeus, impulsionando as atividades mercantis e manufatureiras. Assim, na Inglaterra (puritanos), na Escócia (presbiterianos), na França (huguenotes) e em muitas outras regiões surgiram adeptos da fé e da ética calvinistas.

◆ A Igreja Anglicana

A penetração das ideias de Lutero e de Calvino entre as camadas sociais que se fortaleciam com o comércio, as manufaturas e a agricultura comercial teve repercussões importantes na Inglaterra.

Em 1527, o rei **Henrique VIII** solicitou ao papa Clemente VII que anulasse seu casamento com a espanhola Catarina de Aragão para casar-se com Ana Bolena. Mas o papa evitava intervir nessa questão, uma vez que Catarina era tia do imperador Carlos V, que auxiliava a Igreja no combate aos luteranos. Devido aos sucessivos adiamentos do papa, em 1531, o rei Henrique VIII obrigou o Parlamento a votar uma série de leis que submetiam a Igreja inglesa ao controle do Estado e, dois anos depois, divorciou-se de Catarina e casou-se com Ana Bolena. Em resposta, o papa Clemente VII excomungou o rei inglês.

No ano de 1534, por meio do **Ato de Supremacia**, Henrique VIII tornou-se líder absoluto da Igreja na Inglaterra, podendo nomear os eclesiásticos e determinar os dogmas religiosos. Instituiu-se, assim, a **Igreja Anglicana**. A partir de 1536, as terras do clero foram expropriadas e vendidas a nobres, comerciantes e fazendeiros, que se tornaram a base social e política do anglicanismo no país.



Selo de Henrique VIII (século XVI), peça em ouro. Arquivo Histórico Nacional, Paris, França. O rei inglês foi representado ostentando os símbolos dos poderes político e religioso.

Calvino e a predestinação

João Calvino escreveu um dos principais tratados teológicos do século XVI. Publicado pela primeira vez em 1536, revisado e ampliado em 1559, o livro *A instituição da religião cristã* é um dos pilares da Reforma Protestante.

“Mas porque o pacto da vida não é pregado igualmente a todos os homens, e porque, entre aqueles aos quais é pregado, não é sempre recebido da mesma forma, mostra-se nessa diversidade um admirável segredo do julgamento divino. Pois não há dúvida de que essa variedade serve também ao decreto da eterna eleição de Deus. E se é evidente que da vontade de Deus depende que a uns seja oferecida gratuitamente a salvação e que a outros se lhes negue, daí nascem grandes e muitos árduos problemas, que não é possível explicar nem solucionar se os fiéis não compreenderem o que devem com respeito ao mistério da eleição e da predestinação. [...] Jamais nos convenceremos como é devido de que nossa salvação procede e emana da fonte da gratuita misericórdia de Deus enquanto não tivermos compreendido sua eleição eterna, pois ela, por comparação, ilustra-nos a graça do Senhor na medida em que não adota indiferentemente a todos os homens pela esperança da salvação, mas dá a uns o que nega a outros. [...]

[...] Como o tema da predestinação é de certa forma obscuro em si, a curiosidade dos homens o torna muito perigoso [...]. É necessário que lhes avisemos oportunamente com respeito a como conduzir-se nesse tema. A primeira coisa é que se lembrem de que, quando querem saber os segredos da predestinação, penetram no santuário da sabedoria divina, no qual todo aquele que entra com ousadia não encontra como satisfazer sua curiosidade e mete-se num labirinto do qual não pode sair. Por que não é justo que o que o Senhor desejou fosse oculto em si e acessível somente ao entendimento divino, o homem se meta, sem temor algum, a falar disso, nem que revolve e esquadrinhe desde a eternidade mesma à majestade e grandeza da sabedoria divina, que Ele quis que adorássemos, e não que a compreendêssemos, a fim de ser para nós dessa maneira admirável. Os segredos de sua vontade que determinou nos fossem comunicados, no-las manifestou em sua palavra. E determinou o quanto nossos interesses distam de tudo aquilo que Ele via ser necessário para nós.

[...] Porque saberemos que, no momento em que ultrapassarmos os limites assinalados pela Escritura, ficaremos perdidos, fora do caminho e entre grandes trevas; [...] A Escritura é a escola do Espírito Santo, na qual nem se deixou de pôr coisa alguma necessária e útil de conhecer, tampouco se ensina mais do que o é preciso saber. Devemos, pois, guardar-nos muito de impedir que os fiéis queiram saber tudo o que está consignado na palavra de Deus com relação à predestinação, a fim de que não pareça que queremos defraudá-los ou privar-lhes do bem e do benefício que Deus quis comunicar-lhes, ou acusar o Espírito Santo de ter manifestado coisas que teria sido preferível manter secretas.”

CALVINO, João. *A instituição da religião cristã*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 375-378. Tomo II.

Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor e a época em que foi produzido.
2. De acordo com o texto, como os fiéis obtêm a salvação?
3. Quais as recomendações do autor aos fiéis, diante do mistério da predestinação?
4. Identifique, no texto, ideias comuns ao catolicismo e ao luteranismo.
5. Interprete a seguinte frase no contexto da Reforma Protestante: “A Escritura é a escola do Espírito Santo, na qual nem se deixou de pôr coisa alguma necessária e útil de conhecer, tampouco se ensina mais do que o é preciso saber”.

As origens da Reforma Católica podem ser buscadas nos últimos anos do século XV, antes mesmo, portanto, das medidas reformistas adotadas por Lutero. Nas regiões das atuais Espanha e Itália, alguns clérigos tomaram medidas no intuito de restabelecer a disciplina eclesiástica e regenerar a vida espiritual, como a criação e a reforma de algumas ordens religiosas. Mas, no geral, a Igreja Católica preocupou-se apenas em adotar medidas concretas no instante em que os movimentos de reforma passaram a questionar seriamente o corpo doutrinário e a ameaçar o poder político-econômico do clero.

Cristão-novo:
judeu convertido ao cristianismo.

◆ A contraofensiva católica

Reforma Católica ou **Contrarreforma** foi o nome dado ao movimento realizado pela Igreja Católica com o objetivo de combater o avanço do protestantismo e disciplinar o clero católico na atividade religiosa. Para isso a Igreja Católica tomou um conjunto de medidas, entre elas a reorganização do Tribunal do Santo Ofício, também conhecido como Inquisição. Durante a Idade Média, a Inquisição tinha por objetivo combater heresias e seitas contrárias aos dogmas do catolicismo. Muitas mulheres, acusadas de bruxaria, foram queimadas vivas ou enforcadas em cerimônias públicas chamadas “autos de fé”.

A Inquisição moderna, por sua vez, estabeleceu-se com mais força em Portugal, na Espanha e na Itália a partir do século XV. Seu principal alvo eram os **cristãos-novos**, que tinham presença expressiva nas atividades administrativas e comerciais dos reinos ibéricos. A influência desse grupo gerava conflitos com os cristãos-velhos, principalmente entre os membros da nobreza e do clero. Na Espanha, a força da Inquisição levou os reis católicos, Fernando e Isabel, a decretarem, em 1492, a expulsão de todos os judeus do reino. A Inquisição também perseguiu os adeptos das igrejas reformadas.

Por iniciativa do papa Paulo III, a Igreja Católica realizou um dos encontros mais importantes de sua história: o **Concílio de Trento**. O Concílio ocorreu entre 1545 e 1563, com algumas interrupções, e teve como objetivo principal posicionar-se diante das doutrinas criadas pelas novas igrejas. Entre as decisões tomadas em Trento, destacaram-se a reafirmação dos dogmas católicos, a manutenção dos sacramentos e a confirmação da transubstanciação, da hierarquia do clero e do celibato clerical.

O Concílio de Trento também fixou normas para coibir abusos por parte do clero, como a venda de indulgências, e aprovou propostas para a fundação de seminários de teologia, destinados a melhorar a formação do clero. Por último, estabeleceu o **Index Librorum Prohibitorum**, uma lista dos livros cuja leitura era proibida aos católicos. Obras de cientistas, filósofos, poetas, romancistas e teólogos constavam da lista proibitiva. Grandes nomes do Renascimento, como Boccaccio, Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Galileu e o humanista católico Erasmo de Rotterdam, tiveram obras incluídas na lista de livros proibidos.

O movimento católico foi ainda reforçado pela estruturação de ordens religiosas, como a **Companhia de Jesus**, fundada por Inácio de Loyola e outros estudantes cristãos em 1540. Os jesuítas, como ficaram conhecidos seus integrantes, organizaram-se como um verdadeiro Exército para expandir a fé católica. Responsáveis por introduzir e fortalecer o catolicismo em muitas regiões, transformaram-se em educadores e desempenharam papel fundamental na catequese dos povos nativos das colônias portuguesas e espanholas na América.

Galileu diante da Inquisição (século XIX), gravura produzida com base na pintura de Joseph-Nicolas Robert-Fleury. Além de ter seus livros incluídos no índice de livros proibidos pela Igreja Católica, Galileu foi perseguido e obrigado a negar publicamente suas teorias para evitar ser condenado à morte.



STEFANO BIANCHETTI/CORBIS/LATINSTOCK

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

◆ O preço da fé

A reforma religiosa impulsionada por Lutero e Calvino contribuiu decisivamente para a desestruturação das relações sociais predominantes no feudalismo. Em um primeiro momento porque, ao criar uma moral econômico-religiosa, atuou para reposicionar a burguesia na sociedade, legitimando seus negócios e atribuindo-lhe uma nova imagem. Em seguida, porque provocou a ruptura da cristandade na Europa Ocidental, abalando o prestígio e a autoridade do papa, um dos sustentáculos do mundo feudal.

A liberdade de culto, a livre interpretação das Escrituras e a substituição do latim pelas línguas locais nas cerimônias religiosas foram elementos importantes trazidos pela Reforma, que ajudaram a criar uma nova maneira de o indivíduo relacionar-se com a religião. Entretanto, a liberdade de culto propagada pelo protestantismo não significou, a princípio, liberdade religiosa. A intolerância e a perseguição aos opositores também existiram na ortodoxia protestante, como demonstra o texto a seguir:

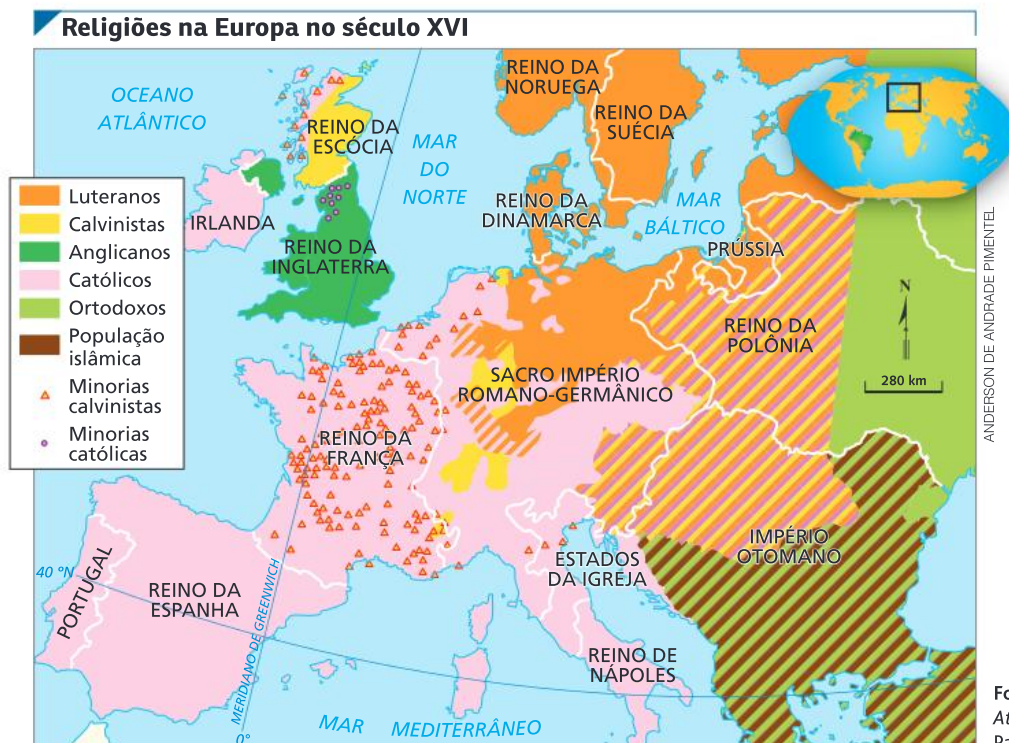
“Embora não houvesse a institucionalização de tribunais similares aos do Santo Ofício, também foram usadas estratégias de controle da fé nos locais em que o protestantismo era dominante, levando à perseguição por crimes como adultério, discordância dos dogmas protestantes e bruxaria.

Na Alemanha, o líder protestante Martinho Lutero [...] exigiu perseguições aos anabatistas, grupo cristão mais radical da Reforma, porque, entre outras questões, eles não aceitavam as regras da Igreja Evangélica e divergiam sobre o batismo. A decisão causou a expulsão, o encarceramento, a tortura e a execução de milhares de pessoas. [...]

Em Genebra, um dos berços da Reforma Protestante e onde ela se mostrou bastante radical, funcionou uma verdadeira ‘polícia da fé’. João Calvino [...] instaurou comissões compostas de religiosos e leigos: a Venerável Companhia, responsável pelo magistério, e o Consistório, que zelava pela disciplina religiosa. Para isso, promovia confissões, denúncias, espionagens e visitas às residências, levando muitos à prisão, à tortura, ao julgamento e, em alguns casos, à morte.

A população era proibida de cultivar certos hábitos, como jogar, dançar e representar.”

ASSIS, Angelo Adriano Farias de. Assim como os católicos, os protestantes também perseguiram seus fiéis? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 73, out. 2011. p. 26.



Explorando o conhecimento

- O que foi o Renascimento? Que fatores contribuíram para que ele se iniciasse na Península Itálica?
- Em relação às características do Renascimento, identifique a(s) alternativa(s) incorreta(s) e corrija-a(s) em seu caderno.
 - Com o antropocentrismo o ser humano passou a ser o principal objeto de interesse das artes e das ciências.
 - A preocupação dos artistas em criar um retrato fiel da realidade estimulou o estudo da anatomia humana.
 - O racionalismo expressava a retomada de padrões estéticos greco-romanos.
- Monte um quadro em seu caderno a respeito das reformas religiosas. Siga o modelo abaixo.

Fatores que contribuíram para seu surgimento.	
Principais centros da Reforma Protestante na Europa.	
Ações adotadas pela Igreja Católica diante do avanço da Reforma Protestante.	

Pensando criticamente

- Releia o trecho das 95 teses de Lutero, na página 169, e responda.
 - Quais são as críticas feitas por Lutero à Igreja Católica?
 - Para Lutero, como os cristãos conseguiriam obter o perdão dos pecados? Justifique com elementos do texto.
 - Redija um parágrafo apresentando as propostas fundamentais da doutrina luterana.

- Observe a imagem, leia a legenda e, a seguir, explique a quais características do Renascimento essa obra pode ser relacionada.



Homem Vitruviano (1492), desenho de Leonardo da Vinci. Galeria da Academia, Veneza, Itália. Para produzir esse desenho, Da Vinci inspirou-se nos estudos de Marcos Vitruvius (século I a.C.), arquiteto romano que investigou as medidas e as proporções do corpo humano.

- Leia o texto e responda às questões.

“Copérnico forneceu a primeira explicação lógica para o fato de cada planeta [...] fazer uma revolução em torno do Sol [...]. O modelo copernicano do universo também explicava por que, vistos da Terra, os planetas mudam de posição enquanto as estrelas parecem fixas em sua localização.”

BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 38-40.

- Identifique a teoria de Copérnico abordada no texto e explique-a.
- Relacione essa teoria ao pensamento humanista.
- Comente a reação da Igreja Católica à teoria de Copérnico.

Investigando

- Durante a Idade Moderna ocorreram diversos conflitos religiosos que envolveram católicos e adeptos de outras crenças, principalmente judeus e protestantes. Atualmente, a intolerância religiosa continua a causar uma série de conflitos em diversas regiões do mundo.

Em grupos, pesquisem sobre a legislação referente à intolerância religiosa no Brasil, debatam sobre sua importância e apresentem propostas para combater esse problema.

Vale lembrar aos alunos que na seção *Técnicas de trabalho*, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

O texto que introduz a questão analisa aspectos da cultura renascentista. Leia-o atentamente para responder à questão.

(ENEM-MEC/2011)

“Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico, através da pesquisa científica e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento.”

SEVCENKO, N. O Renascimento. Campinas: Editora da Unicamp, 1984.

O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre

- a) fé e misticismo.
- b) ciência e arte.
- c) cultura e comércio.
- d) política e economia.
- e) astronomia e religião.

Analizando

O texto estabelece relações entre as mudanças ocorridas em vários campos da atividade humana na época do Renascimento.

A ampliação do domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico está associada ao intenso desenvolvimento comercial que, naquela época, ultrapassou os limites do continente europeu e do Mediterrâneo. Essa expansão foi possível graças aos notáveis avanços ocorridos no campo do conhecimento científico. Os homens do Renascimento procuraram explicações para os fenômenos da natureza por meio da observação, da experimentação e da comprovação matemática, abandonando explicações baseadas unicamente em crenças religiosas.

O racionalismo e a matematização do espaço e do tempo, que invadiam o cotidiano da vida urbana, estiveram intensamente presentes nas artes plásticas. Na pintura, por exemplo, o aperfeiçoamento da técnica da perspectiva possibilitou representar o espaço em profundidade; o avanço dos conhecimen-

tos de anatomia permitiu a representação realista do corpo humano; a técnica da pintura a óleo facilitou a captura das paisagens, das expressões e dos sentimentos.

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que apresenta corretamente a relação entre dois dos diversos aspectos da cultura renascentista que marcaram a produção artística nesse período.

Vamos examinar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A fé e o misticismo foram características estruturantes da cultura do Ocidente medieval. Essas características continuaram marcantes na cultura renascentista?
- Alternativa **b**: Durante o Renascimento, as artes plásticas beneficiaram-se dos avanços científicos e tecnológicos, muitos deles possibilitados pela prática do mecenato. Como exemplos de artistas que se dedicaram a investigações dentro do espírito científico da época, podemos citar os estudos sobre anatomia realizados por Michelangelo e a multiplicidade de estudos e inventos produzidos por Leonardo da Vinci.
- Alternativa **c**: As relações entre o desenvolvimento cultural e a expansão comercial na época do Renascimento, apesar de pertinentes, respondem à questão do enunciado?
- Alternativa **d**: A produção artística, durante o Renascimento, alcançou seu esplendor nas ricas cidades italianas, nos Estados Pontifícios, na região de Flandres, na corte de reis e príncipes da França e do Sacro Império Romano-Germânico, onde os poderosos patrocinavam o trabalho dos artistas. Esse importante aspecto da cultura renascentista é abordado no texto?
- Alternativa **e**: Os estudos astronômicos realizados por Copérnico, Galileu e Kepler baseavam-se em princípios científicos, contrapondo-se a explicações amparadas em crenças religiosas.

Agora é com você!

Qual alternativa apresenta a relação solicitada pelo enunciado?

A alternativa correta é a letra **b**.

A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo



KONSTANTINOS TSAKALIDIS/DEMOTIX/CORBIS/LATINSTOCK

Homem comprando batatas em uma feira na cidade de Tessalônica, Grécia. Foto de 2015. O encontro com os americanos pôs os europeus em contato com novos produtos e hábitos que foram incorporados ao seu cotidiano.

O objetivo da abertura é destacar o processo de troca cultural ocorrido durante a expansão marítima europeia, evidenciando a influência cultural americana no cotidiano europeu. Neste sentido, imagem e texto complementam-se ao apresentar alimentos cultivados na América que foram introduzidos no Velho Continente, presentes até hoje no cardápio dos europeus. As questões permitem ampliar a reflexão sobre o tema, que é fundamental para a compreensão de fatores significativos na composição das atuais sociedades americana e europeia.

◆ Conversando sobre

1. Identifique o assunto do texto.
2. Qual é a relação entre texto e imagem?
3. Atualmente, no Brasil, podemos encontrar em nossa alimentação produtos e costumes culinários de diversas culturas. Cite exemplos de hábitos alimentares de outros povos que foram incorporados pelos brasileiros.

O legado americano à Europa

“Além do ouro, da prata e das pedras preciosas, os produtos coloniais também [...] alteraram a vida da cristandade. A começar pelo estômago: para se ter uma ideia da contribuição americana, dois dos quatro principais vegetais consumidos no mundo têm suas origens na região. A batata – injustamente chamada de ‘inglesa’ – é originária dos Andes peruanos, onde já era cultivada havia cerca de 7.000 anos para alimentação humana. Foi levada pelos colonizadores europeus primeiramente como curiosidade, mas logo se espalhou e se tornou uma das bases da alimentação mundial. O milho, por sua vez, era cultivado inicialmente na América Central, e quando os europeus chegaram, entre os séculos XV e XVI, já era consumido em todo o continente americano. [...]

A sobremesa não poderia ficar de fora: o chocolate [...] é igualmente originário das Américas. Quando os conquistadores espanhóis chegaram ao México, perceberam que a iguaria era para poucos: era servida, por exemplo, ao imperador asteca, Montezuma II (1466-1520). Além disso, o cacau era utilizado em cerimônias religiosas e servia também como moeda. Entre os séculos XVII e XVIII, virou sensação na Europa e nunca mais deixou de ser associado à sofisticação do paladar [...].”

ELIAS, Rodrigo. Homem à vista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, set. 2012. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/homem-a-vista>. Acesso em 15 dez. 2015.

Expansão ultramarina

Quando falamos de expansão ultramarina europeia, devemos pensar nos motivos que levaram o homem a realizar esse empreendimento. Devemos considerar, por exemplo, a coragem e o espírito de aventura dos homens envolvidos nessas viagens. O medo de tudo o que era desconhecido, como o de poder cruzar a Linha do Equador sem morrer queimado, as doenças que acometiam a tripulação ou o risco de ser atacado por monstros marinhos não impediram as grandes expedições marítimas.

O desejo de conhecer “as maravilhas” narradas pelos poucos homens que puderam viajar para o Oriente naquela época, o sonho de riqueza e a meta cruzadista eram mais fortes que os temores diante do desconhecido.

Na Europa daquele período, os relatos de viagens e os textos dos intelectuais mesclavam realidade e fantasia. O *livro das maravilhas*, do italiano Marco Polo, por exemplo, apresentava aos europeus a possibilidade de conquistar riquezas e locais paradisíacos, onde havia os melhores frutos da terra, o mais belo jardim e diversas fontes com bicas que jorravam vinho, leite e mel.

Os mitos, presentes no movimento ultramarino dos séculos XV e XVI, tinham suas origens na mentalidade medieval, que relacionava a busca pelo Paraíso aos objetivos de cristianização de povos longínquos e à procura de riquezas. Essa tradição mítica medieval foi fertilizada na modernidade pelo imaginário que cercava a aventura do além-mar.

As grandes viagens de exploração que se iniciaram no século XV foram possibilitadas pelo avanço da cartografia e da tecnologia marítima, com a invenção da caravela e o aperfeiçoamento dos mapas e de instrumentos como a bússola e o astrolábio.

O conhecimento cartográfico a partir do século XV passou a significar poder e múltiplas vantagens para os Estados modernos, como o de Portugal, que no final do século XV liderava a confecção de mapas. O Estado detinha o monopólio do conhecimento cartográfico sob a forma de manuais de navegação, conhecidos como **portulanos**. Esse domínio se manteve até o momento em que navegadores e cartógrafos começaram a ser contratados por reinos e companhias de navegação rivais.

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA



Astrolábio espanhol (século XVI). Museu Naval, Madri, Espanha. O astrolábio era um antigo instrumento, de origem árabe, utilizado para medir a altura dos astros em relação à linha do horizonte, o que permitia determinar a latitude e a longitude do ponto de observação.

Cópia do mapa-múndi desenhado por Jorge Reinel para o Reino de Portugal em 1519. Biblioteca Nacional da França, Paris. Os espaços retratados no mapa são aqueles já conhecidos na época; por exemplo, a África. Em 1434, o explorador português Gil Eanes ultrapassou a barreira do Cabo Bojador (localizado no atual Saara Ocidental), que, segundo a tradição grega, era o limite para navegar sem o perigo de ser queimado ou engolido por um monstro marinho.

Especiaria: erva ou parte de uma planta utilizada para temperar, conservar e dar aroma aos alimentos, como canela, cominho, pimenta-do-reino e noz-moscada.

Pagão: neste caso, indivíduo não batizado ou que não segue o catolicismo.

◆ Expansionismo ibérico

Os projetos de expansão ultramarina atendiam aos interesses de diversos grupos sociais e instituições que compunham a sociedade ibérica. As grandes navegações receberam apoio financeiro da nobreza e da burguesia, interessadas na exploração de outras terras e na expansão do comércio, e também dos reis, ansiosos por encontrar novas fontes de renda. A Igreja, por sua vez, sonhava em conquistar novos fiéis e realizar seu trabalho de catequese em territórios desconhecidos. Traduzindo os interesses financeiros e religiosos dos poderosos da Europa, Cristóvão Colombo escreveu em uma carta que o ouro tinha a virtude de enviar almas ao Paraíso.

Além disso, a Europa do século XV sofria as consequências da escassez de metais preciosos para a cunhagem de moedas. Dessa forma, as narrativas lendárias a respeito da existência de tesouros no além-mar, principalmente ouro e **especiarias**, contribuíam para aumentar a cobiça dos europeus.

Pioneirismo português

O aumento dos preços das especiarias motivou os europeus a buscarem esses produtos diretamente nos seus locais de origem, saída encontrada para esquivar-se do monopólio exercido pelos muçulmanos e pelos comerciantes das cidades de Gênova e Veneza sobre o Mediterrâneo. Portugueses e espanhóis precisavam encontrar o caminho marítimo para as Índias, pois isso lhes permitiria eliminar os intermediários e aumentar seus lucros no comércio de artigos orientais.

Os portugueses foram os primeiros a chegar à Ásia navegando pelo Oceano Atlântico. Esse pioneirismo pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- consolidação precoce da monarquia centralizada;
- relativa escassez de recursos naturais;
- existência de um grupo mercantil forte e enriquecido;
- liderança em tecnologia náutica;
- projeto de converter os **pagãos**.

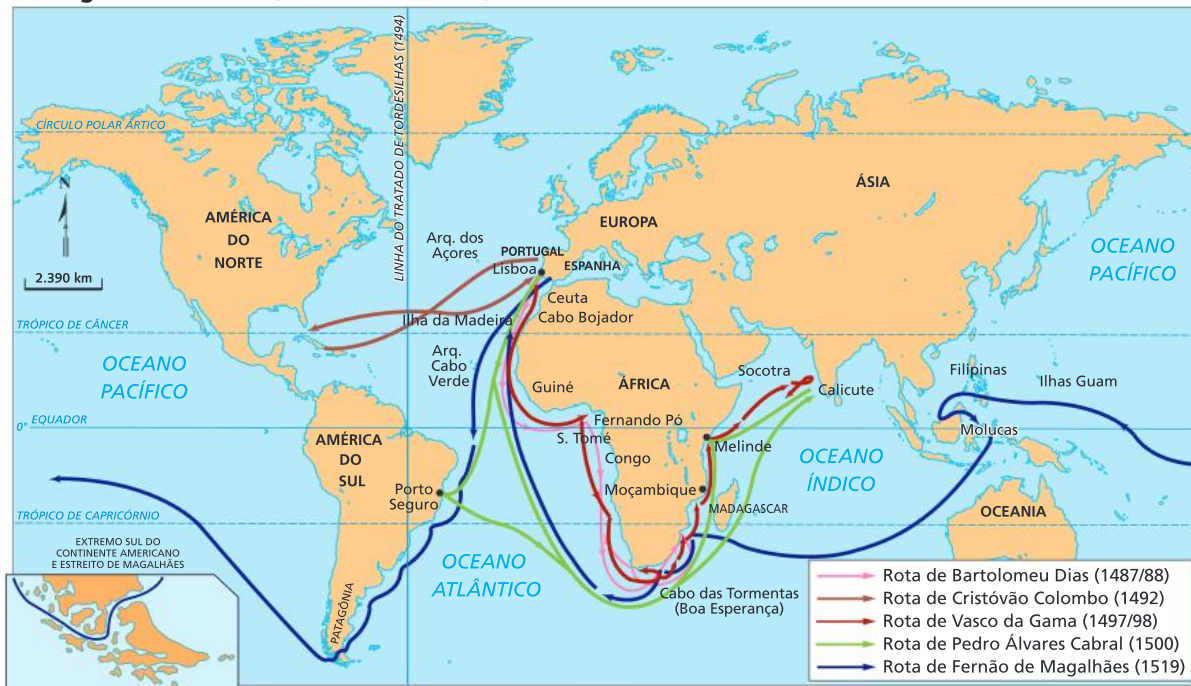
A primeira conquista dos portugueses no continente africano foi a cidade de Ceuta, em 1415. Em seguida, atingiram a Ilha da Madeira, em 1419, e o Arquipélago dos Açores, entre 1427 e 1431. Cerca de dez anos mais tarde, as explorações ganharam importante apoio tecnológico com o desenvolvimento das caravelas, mais leves e manejáveis. Com essas embarcações, os portugueses atingiram o Arquipélago de Cabo Verde em 1445 e continuaram a explorar a costa africana.

Monumento aos descobrimentos, em Lisboa, Portugal. Foto de 2015. A obra, inaugurada em 1960, é uma homenagem aos navegadores portugueses.

O hábito de comer carne difundiu-se pela sociedade europeia no início da modernidade, assim como o consumo de certos condimentos aromáticos (canela, noz-moscada, pimenta, gengibre etc.). Atualmente, pesquisadores da área das ciências naturais conseguiram provar o porquê de as especiarias terem esse poder de conservação dos alimentos. O cravo-da-índia, por exemplo, contém uma substância chamada eugenol, um poderoso antioxidante. A canela, por sua vez, além do eugenol, contém o cinamaldeído, substância fungicida e inseticida.



Viagens marítimas (séculos XV e XVI)



Fontes: Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 112-113; PARKER, Geoffrey. Atlas Verbo de história universal. Lisboa: Times; São Paulo: Verbo, 1997. p. 74-75.

Em direção ao Novo Mundo

O projeto português de exploração marítima recebeu novo impulso no reinado de D. João II (1455-1495). Em 1482, **Diogo Cão** chegou à foz do Rio Congo e, nos anos seguintes, conduziu seus navios mais para o sul. Depois foi a vez de **Bartolomeu Dias**, que, em 1487 e 1488, conseguiu chegar ao extremo sul do continente africano, que passou a ser chamado de Cabo da Boa Esperança.

Na tentativa de descobrir uma rota marítima para alcançar as Índias, os espanhóis optaram por navegar pelo Ocidente, evitando contornar a África, território que já contava com muitas expedições portuguesas. Ao explorar novos mares, **Cristóvão Colombo**, genovês financiado pela Coroa espanhola, chegou à América em 1492. As expedições que posteriormente foram enviadas ao Novo Mundo acirraram as disputas entre Espanha e Portugal.

Em 1497, **Vasco da Gama** partiu de Portugal à frente de uma expedição que, no ano seguinte, atingiu Calicute, descobrindo o caminho marítimo para as Índias.

Em 1500, o nobre português **Pedro Álvares Cabral** foi nomeado pelo rei D. Manuel (1469-1521) para o comando de uma expedição com 13 embarcações e 1.500 homens com o objetivo de alcançar as Índias. Após uma mudança de rota, Cabral aportou na Ilha de Vera Cruz, primeiro nome dado ao Brasil, e depois seguiu viagem até a Índia.

A rota ocidental para o Oriente foi retomada em 1519, com a expedição de **Fernão de Magalhães**, navegador português financiado pela Espanha. Com cinco navios, Magalhães dirigiu-se ao Atlântico Sul, atingiu o Oceano Pacífico utilizando a passagem hoje conhecida como Estreito de Magalhães, seguiu viagem e, em 1521, chegou às Filipinas, onde foi morto num conflito com os nativos. A viagem prosseguiu e, no ano seguinte, sobreviventes da tripulação retornaram à Espanha, concluindo a primeira viagem de **circum-navegação**.

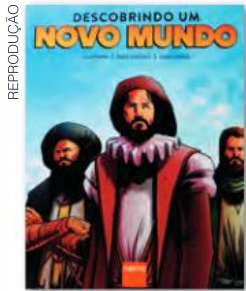
Outros Estados, como Inglaterra e França, seguiram os passos dos ibéricos. Assim, foi a serviço da Inglaterra que o italiano **João Caboto** realizou duas viagens ao Canadá, em 1497 e 1498. Em meados do século XVII, os habitantes desses países já haviam tido contato com a América de alguma forma. Essas viagens modificaram profundamente o conhecimento que os homens tinham do mundo e de si mesmos, abrindo caminho para novos interesses e maneiras de pensar.

Circum-navegação: viagem marítima feita ao redor da Terra, de um continente, de uma ilha etc.

A Terra é redonda

A expedição liderada por Fernão de Magalhães e patrocinada pela Espanha durou três anos e, pelo que consta, dos 237 homens a bordo dos cinco navios no início da viagem, apenas deztoito retornaram, num único barco. Entre os sobreviventes estava o italiano Francisco Antonio Pigafetta, navegante e escritor, responsável pelos relatos da viagem que comprovaram que a Terra é redonda.

Você vai gostar de ler



PARRA, Lillo. **Descobrimos um Novo Mundo**. Belo Horizonte: Nemo, 2015. (Coleção História & quadrinhos)

Com roteiro de Lillo Parra, desenhos de Rogê Antônio e colorização de Akira Sanoki, a obra narra, em quadrinhos, a expansão ultramarina portuguesa, iniciada com a expulsão dos mouros da Península Ibérica e concluída com o desembarque de Anchieta no Brasil para a evangelização dos indígenas. A narrativa dá especial destaque para a chegada da expedição de Cabral em terras americanas em 1500.

Bula papal: escrito solene ou carta aberta expedida em nome do papa, de caráter internacional e oficial, que contém ordens, concessão de benefícios etc.

Interesses portugueses na América

A chegada de Colombo à América foi seguida por inúmeras petições espanholas e portuguesas à Igreja, com o objetivo de proteger o acesso às terras encontradas e garantir maior participação na obra evangelizadora. Diante disso, a Igreja decretou uma série de **bulas papais** que concediam à Espanha e a Portugal o monopólio sobre determinados territórios. Assim, em 1494 foi acordado entre os dois Estados o **Tratado de Tordesilhas**.

Alguns historiadores acreditam que, ao estabelecer o Tratado de Tordesilhas, Portugal não estava preocupado com a aquisição de terras, mas com a manutenção do monopólio das rotas de navegação do Atlântico Sul, essenciais para o comércio com as Índias.

Documentos importantes também mostram que Portugal teria enviado o navegador Duarte Pacheco Pereira à América antes de Cabral, em 1498. A missão de Pereira se manteve em sigilo porque ele teria aportado numa área de possessão espanhola, na divisa dos atuais estados do Maranhão e do Pará.

Dois anos depois, Cabral foi enviado pelo rei à América para reconhecer as terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, já pertenciam a Portugal, e estabelecer um ponto de apoio português para a chegada às Índias. Os portugueses acreditavam que a distância entre a costa africana e a americana fosse menor. Desfeito o engano, Portugal perdeu o interesse pelas terras. Teoria dominante até pouco tempo, a ideia de que Cabral teria aportado acidentalmente no Brasil é contestada por importantes historiadores na atualidade.



◆ Encontro entre europeus e americanos

As conquistas ultramarinas produziram grandes transformações tanto na Europa como nas Américas. O mundo conhecido pelos europeus ampliou-se enormemente. O comércio tornou-se mundial, e o eixo econômico deslocou-se do Mediterrâneo para o Atlântico. Os italianos perderam de vez o monopólio comercial, e o declínio das Repúblicas italianas acentuou-se. Portugal, Espanha, Inglaterra e França passaram a ocupar papéis de destaque na economia. Na Europa, o grande afluxo de metais provenientes das colônias americanas provocou verdadeira revolução nos preços dos produtos.

Os europeus introduziram na América uma série de animais e plantas até então desconhecidos pelos nativos. Com os europeus, também chegaram ao Novo Mundo suas instituições políticas, sua cultura cristã e doenças estranhas aos indígenas. Por sua vez, as espécies animais e vegetais americanas foram levadas para diferentes partes do mundo. Mais que isso, as notícias sobre as populações da América também viajaram pelo planeta, mudando a mentalidade europeia, como mostra o texto a seguir:

“[...] entrar em contato com novas formas de organização social, estruturas políticas, hábitos alimentares, religiosidades, enfim, com novas culturas, trouxe aos europeus a noção de que os homens eram, em sua natureza, muito moldáveis. Levados para fora da Europa por um impulso ao mesmo tempo econômico e religioso, como rescaldo das intolerantes Cruzadas medievais, esses aventureiros acabaram se dando conta de que não havia apenas uma forma de se relacionar com o mundo, com os outros seres humanos e mesmo com as divindades.

Confrontados com uma diversidade inimaginável, [...] os oriundos da Europa cristã logo foram obrigados a reconhecer a humanidade de seres muito diferentes deles. Teólogos, filósofos e escritores produziram [...] reflexões sobre o que seria a essência da humanidade, abrindo as portas para o que mais tarde, no século XVIII, seria formulado como ‘natureza humana’, rejeitando [...] a superioridade dos cristãos europeus sobre a totalidade dos grupos dispersos no globo. [...]

Os marinheiros de Colombo não sabiam, mas naquela viagem acabaram descobrindo um elemento até então incognitado: o homem.”

ELIAS, Rodrigo. Homem à vista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, set. 2012. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/homem-a-vista>. Acesso em 15 dez. 2015.

Moldável: nesse contexto, pessoa com grande capacidade de adaptação.

Rescaldo: nesse caso, resultado; saldo.



Nativos americanos construindo uma embarcação (1585), gravura de Theodore de Bry colorizada posteriormente. Serviço Histórico da Marinha Francesa, Vincennes, França. O conhecimento indígena foi incorporado às práticas dos europeus de diversas formas. Uma delas foi a utilização de embarcações leves e ágeis, como a representada nessa imagem, como meio de transporte, principalmente nos grandes rios do continente americano.

O olhar europeu sobre o desconhecido

O encontro entre europeus e povos nativos do continente americano, no final do século XV, foi marcado pelo estranhamento. As características observadas no outro eram bem diversas das que as pessoas estavam acostumadas a ver nos seus iguais.

Maniqueísta: relativo a maniqueísmo, visão de mundo que o divide em poderes opostos e incompatíveis.

Teológica: nesse contexto, explicação para algo ou alguma coisa com base nos princípios da religião cristã.

Acostumados a interpretar o mundo com base em uma visão **maniqueísta**, que o dividia entre o “bem” (ou Deus) e o “mal” (ou o Diabo e o Inferno), os europeus viam os nativos das Américas de maneira contraditória. Se por um lado eles eram considerados seres puros e inocentes, habitantes do Paraíso, por outro, seus estranhos costumes, como as práticas antropofágicas, provocavam o medo do Inferno.

A ideia da conquista de novas terras vinha acompanhada do objetivo de levar a palavra de Deus para essas “criaturas” do Novo Mundo por meio da catequese. A lógica de identificação desses povos com o demônio era reforçada pela crença na existência de uma humanidade inferior nas terras ultramarinas, crença sustentada pelas considerações imprecisas de alguns viajantes que foram reproduzidas na Europa do período, como mostra o texto a seguir:

“A forma encontrada para tornar o canibalismo inteligível para o público foi representar um homem devorando um braço, enquanto partes do corpo estão penduradas no teto e outros membros estão na grelha em fogo brando. Esses detalhes tinham muito mais a ver com um modelo culinário europeu do que com a forma como o povo Tupinambá ingeria suas vítimas.”

TATSCH, Flávia Galli. Retratos imaginários. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 111, dez. 2014. p. 71.

Em torno da ideia dos povos nativos como “seres sem Deus” articulou-se uma sucessão de representações fantásticas que se transformaram em perfeitas epopeias. O pensamento cristão havia se adaptado à política expansionista, e a propagação da fé vinculava-se à empresa marítima. O próprio “descobrimento” do Brasil recebeu uma explicação **teológica**. Para os religiosos portugueses, entre as diversas nações do planeta, Portugal teria sido escolhido por Deus para levar a mensagem cristã a todos os povos do planeta.



Ritual antropofágico (1505), gravura publicada na Alemanha para ilustrar a carta *Mundus Novus*, atribuída ao navegador Américo Vesúcio. Imagem colorizada posteriormente. Biblioteca Pública de Nova York, Estados Unidos.

► Relacione essa imagem ao texto citado acima.

A gravura exemplifica a descrição do texto: uma representação europeia de um ritual antropofágico indígena. A representação da forma de cozinhar, a disposição dos elementos e da postura das pessoas correspondem mais aos referenciais europeus do que às práticas indígenas.

Mercantilismo

A expansão marítima possibilitou que o Oriente e as Américas se integrassem à economia europeia. Essa integração, auxiliada pelo aperfeiçoamento dos transportes, iniciou a expansão do comércio em escala mundial. Para muitos historiadores, esse teria sido o primeiro movimento de globalização, ou seja, de formação de uma economia mundial.

Diante desse quadro, pensadores de vários reinos europeus desenvolveram teorias com o objetivo de ampliar o potencial do comércio como fonte geradora de riquezas para o Estado. Valendo-se dessas ideias, traçaram diferentes políticas econômicas, destinadas a orientar os governos na condução dos negócios do país, com a finalidade de fortalecer a Coroa e enriquecer o reino.

O conjunto de princípios e práticas econômicas adotado pelos Estados europeus durante a Idade Moderna foi chamado de **mercantilismo**, também conhecido como capitalismo comercial ou capitalismo mercantil. As concepções mercantilistas variaram no tempo e no espaço, ou seja, não foram as mesmas para todos os Estados nem foram adotadas em conjunto no mesmo período. Mesmo assim, apresentavam, no geral, as seguintes características em comum:

- a intervenção do Estado na economia (com o objetivo de regulamentá-la);
- o metalismo, ou seja, o acúmulo de metais preciosos como o ouro e a prata;
- a manutenção da balança comercial favorável, isto é, o superávit comercial, obtido com o aumento das exportações e a redução das importações;
- a exploração de colônias.

A adoção das medidas mercantilistas impulsionou a **acumulação primitiva de capital**, fase em que os Estados europeus e a burguesia reuniram recursos materiais que serviriam, posteriormente, para o desenvolvimento capitalista. Dessa forma, entre os séculos XV e XVIII, as práticas mercantilistas adotadas pelos Estados modernos, visando enriquecer o reino, estimularam a expansão comercial e fomentaram a competição entre as principais potências da época.



MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

Moedas de ouro portuguesas do século XVI, expostas no Museu Britânico, em Londres.



Vista de Sevilha (século XVI), pintura de Alonso Sánchez Coello. Museu da América, Madri, Espanha. O porto da cidade de Sevilha era o único autorizado pela Coroa espanhola a enviar e a receber navios da América. Assim, o reino procurava controlar todas as operações marítimas relativas ao Novo Mundo, centralizando-as em um único local.

Aprenda mais

Uma história da moeda

Já imaginou o mundo sem o dinheiro? Você sabe como as pessoas realizavam trocas comerciais antes da sua existência? Muita coisa aconteceu até o desenvolvimento de um sistema monetário que possibilitasse a compra rápida do que se precisa (tendo dinheiro, é claro).



ASCENSÃO DO METAL 5000 a.C.

Com o aprimoramento das técnicas de fundição, o metal passou a ser o produto mais usado nas transações comerciais. No início, o metal era trocado em seu estado natural, em barras, ou ainda em forma de objetos, como anéis, colares e brincos.



ESCAMBO

Com o desenvolvimento da agricultura passou-se a utilizar o excedente da produção para trocas. Esse comércio realizado apenas com produtos é chamado escambo. Ao contrário do que se pensa, a troca não é uma forma tão simples de comércio, pois é necessário considerar a equivalência do que se produz com o que se precisa, entre muitos outros fatores.



METAL IMPORTADO

Século XV a Século XVII
(Grandes Navegações – Europa)

No século XV, o sistema monetário já estava consolidado em quase toda a Europa. Com as Grandes Navegações, impérios encontraram nas colônias fontes de metais preciosos, que serviriam para aumentar ainda mais a produção e a circulação de moeda no Velho Mundo. Dessa forma, a expansão do mercado europeu contribuiu para o desenvolvimento de um sistema monetário internacional, que facilitou as negociações entre regiões distantes.

O PAPEL-MOEDA

Século XII a Século XV (Europa)

As primeiras cédulas de papel surgiram na China no fim do século I a.C. Mas a invenção só ficou popular por lá no século VII. Na Europa, mais alguns séculos se passariam até a consolidação do papel-moeda. Na Idade Média, quem tinha muitas moedas guardava o montante nas lojas dos ourives, que emitiam recibos com o valor. Como os recibos eram mais fáceis de transportar, passou a ser comum usá-los nos negócios. Assim, os ourives se tornaram os primeiros banqueiros.



A dracma é a unidade monetária que ficou mais tempo em circulação. No século XIX, o nome foi reempregado à moeda grega, substituída pelo euro em 2002. Na época, um euro correspondia a 340,750 dracmas.

Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique as formas de comércio de produtos sem o uso de dinheiro. Qual era a principal diferença entre elas?
2. Qual foi a primeira civilização ocidental a empregar a moeda como unidade de valor? Explique as consequências disso.
3. Elabore um texto sobre a relação da moeda com o processo das Grandes Navegações dos séculos XV e XVI, tratando das consequências para a economia internacional.

PIONEIRISMO CHINÊS

1122 a 256 a.C.
(Dinastia Chou – China)

As primeiras moedas surgiram na China. Elas eram cunhadas em cobre e mudavam de formato de acordo com seu valor. Podiam, por exemplo, ter forma de peixe ou faca. No entanto, o uso das moedas era restrito aos centros urbanos. Elas só ficariam mais populares após a unificação da China, décadas depois do fim da Dinastia Chou.

MOEDAS-MERCADORIA

1100 a.C.
(Europa)

Cada civilização desenvolveu métodos próprios de permuta de mercadorias, normalmente escolhendo um produto como unidade monetária. Na Grécia antiga, o boi foi utilizado como referência nas trocas comerciais. O sal, um produto pouco acessível para quem vivia longe do litoral, foi usado como moeda entre romanos e etíopes. As moedas-mercadoria tinham valor fixo já reconhecido, o que deixava a negociação mais fácil do que no escambo.

A MOEDA NO OCIDENTE

Século VII a.C.

Acredita-se que as primeiras moedas que circularam no Ocidente foram produzidas na Lídia (atual Turquia) entre os séculos VIII e VII a.C. Elas eram feitas de uma liga de ouro misturada com prata, chamada eletro, e cunhadas a marteladas. Pouco depois, em Atenas, na Grécia, passou-se a produzir as dracmas com prata, cujo valor variava de acordo com a estampa (animais ou imagens divinas).

O BRONZE ROMANO

335 a.C. (Roma antiga)

Enquanto a Grécia já produzia moedas aos montes, Roma ainda fazia transações comerciais com animais. Isso mudou por volta de 335 a.C., quando os romanos usaram o bronze para fundir a sua primeira moeda redonda.

A MOEDA E A URBANIZAÇÃO

Século XI a Século XIII (Europa)

Com as Cruzadas, as trocas comerciais entre os povos se intensificaram na Europa. Os centros urbanos ficaram mais importantes e mais populosos. Nesse contexto, o comércio ganhou força e a circulação de moeda aumentou. A partir do século XIII, os algarismos árabes, desenvolvidos pelos matemáticos árabes ao longo dos 400 anos anteriores, foram substituindo os romanos. Com eles, era mais fácil fazer operações comerciais.

Uma relação não tão exclusiva

Alguns historiadores questionam a visão tradicional das relações entre Portugal e Brasil durante o pacto colonial, afirmando que a economia desse período era mais complexa do que se acreditava. Apesar de explorada, a colônia, ou pelo menos alguns setores da sociedade colonial, conseguiu acumular riquezas. Parte disso se deve à dinâmica do tráfico negreiro, que possibilitava aos mercadores da Bahia e do Rio de Janeiro negociarem a compra de escravos diretamente com agentes africanos. Dessa forma, as embarcações, as mercadorias e os lucros iam de um lado para outro do Atlântico, sem passar necessariamente pelo controle português.

◆ Práticas mercantilistas em diferentes Estados

O **colonialismo** foi outra característica da política mercantilista dos Estados modernos entre os séculos XV e XVIII. Visando ao fortalecimento do Estado e à riqueza nacional, os governos que adotaram o colonialismo tinham como preocupação principal explorar nas terras ultramarinas metais preciosos ou artigos de alto valor comercial no mercado europeu. Para isso, investiram em diversas expedições marítimas e estabeleceram o chamado **pacto colonial**, ou exclusivo comercial metropolitano, nos territórios conquistados.

De acordo com o pacto colonial, as colônias existiam para atender às necessidades e aos interesses metropolitanos, fornecendo riquezas para serem revendidas pela metrópole na Europa. A atividade econômica das colônias deveria complementar as necessidades da economia metropolitana, sem jamais concorrer com ela. Essa política restritiva era adotada principalmente pelas Coroas portuguesa e espanhola.

Atualmente, alguns estudiosos questionam a visão de que entre Portugal e Brasil tenha funcionado, o tempo todo, a lógica rígida do exclusivo metropolitano (leia boxe ao lado), uma vez que alguns setores da sociedade colonial conseguiram participar do comércio transatlântico, acumulando lucros.

Mercantilismo na Península Ibérica

O **metalismo** foi uma característica central do mercantilismo dos países ibéricos, principalmente na Espanha. Segundo esse princípio, a riqueza estava diretamente relacionada à capacidade de acumular o máximo de ouro e prata no reino.

Entre os séculos XVI e XVII, a descoberta de metais preciosos nos domínios espanhóis na América levou a Coroa a adotar uma política de entesouramento dos metais, sem a preocupação de investir as riquezas obtidas com a mineração no desenvolvimento das manufaturas.

Estima-se que 18 mil toneladas de prata e 200 toneladas de ouro tenham sido levadas da América para a Espanha entre os séculos XVI e XVII. Embora a extração de metais na América fosse a base do sistema colonial espanhol, o comércio de escravos africanos, a agricultura e a pecuária também se converteram em valiosas fontes de riqueza.

Já Portugal procurou promover o superávit de sua balança comercial, num primeiro momento, com o comércio de especiarias orientais. Mais tarde, passou a enfatizar a exploração colonial, principalmente em suas terras americanas. A produção de açúcar no Nordeste brasileiro e a exploração aurífera na região das Minas nos séculos XVII e XVIII são exemplos de práticas mercantilistas adotadas pela Coroa portuguesa.



Partida de Lisboa para o Brasil, as Índias e a América (1592), gravura de Theodore de Bry colorizada posteriormente. Serviço Histórico da Marinha Francesa, Vincennes, França. O artista retratou nessa imagem a grande movimentação comercial do porto de Lisboa.

Mercantilismo francês

O Estado francês adotou o **industrialismo** ou **colbertismo**, termo derivado do nome de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), ministro das finanças durante o reinado de Luís XIV (1638-1715). As medidas mercantilistas adotadas por Colbert visavam compensar os altos gastos do Estado francês, que sustentava o luxo da nobreza cortesã e estava frequentemente envolvido em guerras dispendiosas.

Especialmente durante o século XVII, a França incentivou o comércio e a produção manufatureira. Tecidos de luxo, malharia, tapeçaria, porcelana, objetos de vidro, armas e papéis passaram a fazer parte da pauta de exportações francesas. A exploração das colônias americanas cumpriu papel importante no fornecimento de matérias-primas para as manufaturas francesas.

G. DAGLI ORTIDE. AGOSTINI PICTURE LIBRARY/LATINSTOCK - MUSEU NACIONAL DO PALÁCIO DE VERSALHES, VERSALHES



Luís XIV visitando uma manufatura (1673), tapeçaria de Charles Le Brun. Museu Nacional do Palácio de Versalhes, França. Durante o reinado de Luís XIV, sob orientação de Colbert, a França estimulou o comércio e especializou-se na produção de manufaturas. Na imagem, o rei aparece no canto esquerdo trajando roupa e chapéu vermelhos.

Práticas mercantilistas inglesas

O mercantilismo inglês caracterizou-se pelo **comercialismo**, centrado no estímulo à produção manufatureira, especialmente de artigos têxteis. Também houve incentivo ao desenvolvimento da Marinha mercante e à pirataria, que tinha como alvo os **galeões** espanhóis que se dirigiam à Europa.

A política mercantilista inglesa dos séculos XVI e XVII coincidiu com a expansão marítima e colonial. A Companhia Inglesa das Índias Orientais, organizada em 1600, estabeleceu entrepostos na Índia e na Indonésia. Posteriormente os ingleses instalaram-se na Pérsia (atual Irã), na Índia e na América, tanto nas Antilhas quanto no continente, onde fundaram as Treze Colônias. O resultado dessa política expansionista refletiu-se no desenvolvimento do comércio e da Marinha mercante.

Os **Atos de Navegação** tiveram enorme importância para o desenvolvimento da Marinha mercante britânica no período mercantilista. O primeiro, promulgado em 1651 por **Oliver Cromwell** (1599-1658), estabelecia que as mercadorias que entrassem na Inglaterra só poderiam ser transportadas em navios ingleses ou em navios de seu país de origem, evitando a ação de atravessadores e estimulando os lucros dos mercadores ingleses:

“Para o desenvolvimento da construção naval e encorajamento da navegação deste país [...] é decretado por este Parlamento, e por sua autoridade, que [...] nenhum gênero ou mercadoria de qualquer cultura, produção ou manufaturas da Ásia, África ou América [...] sejam importados ou trazidos para esta comunidade da Inglaterra ou da Irlanda [...] em nenhum outro navio ou navios, senão naqueles que verdadeiramente pertencem ao povo desta comunidade ou de suas plantações.”

Ato de Navegação de 1651. *Constitution Society*. Disponível em <www.constitution.org/eng/conpur_ap.htm>. Acesso em 15 dez. 2015. (Tradução nossa)

O segundo ato, promulgado em 1660, especificava que o capitão e pelo menos três quartos da tripulação dos navios deveriam ser britânicos. Esses atos foram estabelecidos durante as Revoluções Inglesas do século XVII, processo que resultou no fim do absolutismo na Inglaterra e na instituição de um modelo de Estado voltado aos interesses da sua burguesia. As medidas tomadas no período mostraram-se cruciais para o enriquecimento do Estado inglês, para a expansão colonial do país e para a vitória sobre seus concorrentes, sobretudo a Holanda.

Galeão: navio a vela com quatro mastros, usado no transporte de cargas de elevado valor entre os séculos XVI e XVIII.

Oliver Cromwell foi um militar e líder político que governou ditatorialmente a Inglaterra entre 1649 e 1658, período conhecido como “República de Cromwell”.

Mercantilismo na Holanda

Na Holanda, uma ativa burguesia mercantil e bancária desenvolveu uma política mercantilista apoiada em três sólidos pilares: a Companhia das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais, o Banco de Amsterdã e uma frota mercante moderna.

A Companhia das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais eram encarregadas de dirigir o comércio holandês em terras coloniais (compras, remessas de ouro, venda das mercadorias recebidas) e de explorar os recursos de territórios ultramarinos. O Banco de Amsterdã era responsável pelo fornecimento de crédito e de moedas de todos os países aos mercadores, para que eles pudessem comprar mercadorias de qualquer origem. Já a frota mercante do país era capacitada a transportar cargas pesadas ao longo das rotas marítimas. O crescimento econômico holandês no período foi tanto que ameaçou reinos que até então tinham sido protagonistas na expansão ultramarina, como Portugal:

“A criação em 1602 da Companhia [...] das Índias Orientais constituiu-se no marco deflagrador [...] [do] processo de progressivas investidas contra territórios ultramarinos portugueses. Em 1609 grupos holandeses tomaram possessões portuguesas no Ceilão e no Japão. Mais intimidadores foram, entretanto, os avanços empreendidos sobre o complexo Atlântico, viabilizado por um conjunto de ações sistematizadas pela busca de intervenção direta na região, então considerada como uma das principais fontes de riqueza da economia europeia [...]”

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Poder político e administração na formação do complexo Atlântico português (1645-1808)*. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/GouveaMariadeFatima.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2015.

Os holandeses desenvolveram ainda várias atividades de transformação. Entre elas destacaram-se a indústria de lanifícios e tecidos, o tingimento e a tecelagem da seda, o acabamento de tecidos ingleses, o corte de diamantes, a cervejaria, a destilaria, a preparação de sal, tabaco e cacau, o trabalho com o chumbo, o polimento de lentes ópticas, a fabricação de microscópios, pêndulos e instrumentos de navegação e a impressão de mapas (terrestres e marítimos) e de livros em diversas línguas.



Brasão da Companhia das Índias Orientais (1651), pintura de Jeronimus Beex. Rijksmuseum, Amsterdã, Holanda.

No brasão estão representados Netuno, deus greco-romano do mar, e a Beleza, entidades que guiam e protegem o projeto expansionista da companhia. O navio mercante está destacado no centro da imagem, protegido por armas retratadas acima dele.

De acordo com a legenda, pode-se identificar a principal personagem retratada: o mercador, um acionista da Companhia das Índias Orientais, instituição responsável por dirigir o comércio e os negócios coloniais da Holanda. O olhar do observador é direcionado pela personagem para o segundo plano da tela, onde várias embarcações estão representadas, certamente uma área portuária, que era bastante movimentada, indicando atividade comercial intensa. Analisando a vegetação representada com abundância e o homem com traços não europeus protegendo o casal com uma espécie de sombreiro, supõe-se que o lugar representado tenha clima quente. Pode-se concluir que não se trata da Europa mas de algum território colonial. Assim, podemos relacionar a imagem diretamente à exploração colonial e, indiretamente, à balança comercial favorável por causa da atividade comercial sugerida pela atividade portuária. Segundo informações disponíveis no *site* do Rijksmuseum, o mercador é provavelmente Jakob Martensen, com sua esposa. O local onde eles estão é a Ilha de Java (atual Indonésia), e ao fundo está a cidade de Batavia (atual Jacarta), fundada pelos holandeses em 1619 e principal centro de coordenação das operações holandesas no Oriente.



Mercador acionista da Companhia das Índias Orientais (c. 1640-1660), pintura de Aelbert Cuyp. Rijksmuseum, Amsterdã, Holanda. O comércio marítimo trouxe inúmeras riquezas à Holanda, transformando o país em grande potência durante a Idade Moderna.

▶ Analise a imagem e estabeleça relação com os princípios mercantilistas do período.

As navegações: fruto do trabalho, do conhecimento e do emprego da tecnologia

As expedições ultramarinas puderam ser realizadas em razão do desenvolvimento tecnológico e científico alcançado durante o Renascimento. Esse conhecimento foi empregado para a produção de equipamentos e técnicas navais que tornaram possíveis as viagens marítimas. Muito mais do que uma aventura heroica, a expansão marítima dos séculos XV e XVI foi obra do esforço e do trabalho, intelectual e físico, de muitos homens.

“O melhor paralelo moderno que se pode encontrar para os descobrimentos portugueses é o programa espacial americano que culminou com a primeira viagem à Lua. A Escola de Sagres precedeu a Nasa na busca dos melhores cérebros estrangeiros que servissem a seus desígnios; no estudo de novos processos de navegação e de novos sistemas de registro; na adoção de instrumentos especializados para as viagens exploratórias; no projeto de um veículo especialmente destinado às jornadas dos descobridores; na preparação sistemática de rotas e no cumprimento de etapas rigorosamente traçadas do lançamento da expedição culminante.

Ainda que Colombo mereça até hoje a maior parte das atenções de historiadores e do público, as conquistas dos portugueses foram mais consistentes. Enquanto a expedição de Colombo baseava-se em dados e cálculos aceitos pela maioria dos interessados como corretos, as viagens portuguesas abriram rotas novas utilizando informações muitas vezes especulativas, não confirmadas e contrárias aos dogmas geográficos e religiosos do período. Colombo propôs uma aventura aos reis da Espanha; baseou-se numa mistura de mitos e fatos, e teve sorte e habilidade náutica suficientes para

atingir um destino que não esperava. Os portugueses embarcaram em um projeto de um século, e chegaram exatamente ao destino que visavam. Os espanhóis foram aventureiros da descoberta, cavaleiros andantes dos mares em busca do inesperado. Os portugueses foram marinheiros do Renascimento: estudaram, projetaram, calcularam. No final, triunfaram sobre o desconhecido, e souberam de imediato o que haviam descoberto.

Outro ponto de semelhança entre os descobrimentos portugueses e a conquista espacial é o fato de que ambas as empreitadas foram nacionais [...]. Se se pode considerar Portugal como um dos primeiros Estados-nação modernos, decerto os descobrimentos portugueses são as primeiras realizações nacionais. Ainda que sob o comando de reis e príncipes, e sob liderança de navegadores, soldados e aventureiros conhecidos e experientes, as navegações portuguesas foram obras do povo luso [...]. Esse foi o caráter da empreitada portuguesa: coletiva, moderna e ampliadora do campo dos conhecimentos.”

MIGLIACCI, Paulo. *Os descobrimentos: origens da supremacia europeia*. São Paulo: Scipione, 1994. p. 38-39.

Compreendendo o texto Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique no texto qual é o principal motivo que tornou possível a expansão ultramarina portuguesa.
2. Segundo o texto, por que as conquistas dos portugueses “foram mais consistentes” que as espanholas?
3. Explique a afirmação “as navegações portuguesas foram obras do povo luso”. Você concorda com ela? Justifique.
4. Faça uma pesquisa sobre algum projeto atual de desenvolvimento tecnológico e científico no Brasil, abordando os seguintes temas: as áreas de atuação da instituição, se ela recebe incentivo ou financiamento do Estado, de que forma o projeto pode beneficiar a sociedade.
Apresente os resultados para a sala sob a forma de redação.

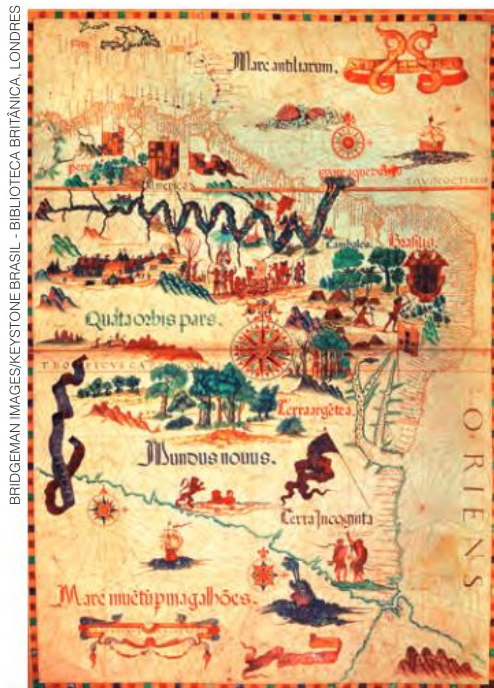
Explorando o conhecimento

1. Identifique as consequências da expansão ultramarina para as sociedades europeias e americanas.
2. O que foi o Tratado de Tordesilhas? Por que Portugal acatou as determinações papais?

Pensando criticamente

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA

3. Analise a imagem a seguir e responda:



Fragmento do Atlas de Diego Homem (1558). Biblioteca Britânica, Londres.

- a) Que partes da América estão representadas nesse fragmento do mapa?
- b) Identifique os elementos do mapa que representam a realidade e os que fazem parte do imaginário europeu sobre o Novo Mundo.
- c) Compare essa imagem com a de um mapa atual da América do Sul (no final do livro) e identifique os países que estão na região representada no mapa de Diego Homem.

CONECTANDO COM A BIOLOGIA

4. Leia o texto para responder às questões.

“Os tripulantes eram confinados a um ridículo espaço [...]. Os hábitos de higiene eram precários. Proliferavam insetos parasitas: pulgas, percevejos e piolhos. O mau cheiro se acumulava, tornando-se insuportável em pouco tempo. [...] Os gêneros embarcados tinham sempre uma péssima qualidade. Estavam frequentemente deteriorados ainda no início da

viagem e terminavam apodrecendo em pouco tempo. [...] Em viagens longas, passado um mês, o que sobrava para comer era uma espécie de biscoito duro e seco, então já todo roído por ratos e baratas.”

RAMOS, Fábio Pestana. A dura vida dos navegantes. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, set. 2012. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-dura-vida-dos-navegantes>. Acesso em 15 dez. 2015.

- a) Segundo o texto, quais eram as dificuldades de uma viagem atlântica nos séculos XV e XVI?
 - b) O escorbuto era a doença que mais afligia os marinheiros naquele período. Pesquise sobre essa enfermidade e identifique suas causas, sintomas e tratamentos disponíveis.
 - c) Redija um texto sobre hábitos e tecnologias desenvolvidos posteriormente que ajudariam a melhorar as condições de vida durante as longas viagens marítimas.
5. “O mercantilismo [...] visa o desenvolvimento nacional a todo custo. [...] [O] Estado deve criar todas as condições de lucratividade para as empresas poderem exportar excedentes ao máximo.”

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 61.

O texto apresenta um dos aspectos do mercantilismo. Identifique-o e transcreva-o em seu caderno:

- a) regulação da economia por meio da intervenção do Estado.
- b) incentivo à produção colonial por intermédio de empresas particulares.
- c) exploração do trabalho nativo americano livre pelas empresas metropolitanas.
- d) estímulo ao acúmulo de metais pelas empresas, com o repasse de uma parte ao Estado.
- e) baixa taxa de Estado sobre a exploração mineral na colônia feita por empresas privadas.

Investigando

6. Em grupo, pesquisem sobre o encontro entre europeus e indígenas na América portuguesa. Considerem:
 - Qual é a característica mais evidente nesse encontro? Justifiquem.
 - Por que a conversão dos indígenas era importante para a Igreja e para os reinos europeus?
 - Existem hoje no Brasil comunidades indígenas que permanecem isoladas? Dê exemplos.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

O texto que introduz a questão trata sobre um sentimento bastante presente nos viajantes marítimos do período das grandes navegações. Leia-o atentamente para responder à questão.

(ENEM-MEC/2014)

“Todo homem de bom juízo, depois que tiver realizado sua viagem, reconhecerá que é um milagre manifesto ter podido escapar de todos os perigos que se apresentam em sua peregrinação; tanto mais que há tantos outros acidentes que diariamente podem aí ocorrer que seria coisa pavorosa àqueles que aí navegam querer pô-los todos diante dos olhos quando querem empreender suas viagens.”

J. P. T. Histoire de plusieurs voyages aventureux. 1600. In: DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Adaptado)

Esse relato, associado ao imaginário das viagens marítimas da época moderna, expressa um sentimento de

- a) gosto pela aventura.
- b) fascínio pelo fantástico.
- c) temor do desconhecido.
- d) interesse pela natureza.
- e) purgação dos pecados.

Analizando

A questão apresenta um trecho extraído de relato de viagem, datado de 1600. De acordo com o texto, as travessias marítimas representavam um desafio aos navegadores: o autor considera um verdadeiro milagre sobreviver a todos os perigos a serem enfrentados e aos acidentes que poderiam ocorrer no percurso. Ter conhecimento disso tudo, de antemão, seria “pavoroso”, desestimularia quem pretendesse empreender tais viagens.

As grandes navegações dos séculos XV e XVI representaram vários tipos de desafios para a época. Em primeiro lugar, o desafio de atravessar os oceanos, em viagens que poderiam durar muitos meses, contando apenas com as técnicas desenvolvidas nesse período para ajudar na navegação. Em segundo lugar, havia a possibilidade de, ao desembarcar em lugares desconhecidos, enfrentar a hostilidade das populações locais. Outro grande problema era a conser-

vação da água potável e dos alimentos, que se deterioravam rapidamente, facilitando a ocorrência de doenças. Ao longo dos séculos XVI e XVII, à medida que aumentava a concorrência pelo domínio dos mares entre as potências europeias, existia também o perigo de enfrentar ataques de piratas e corsários.

Somem-se a isso as tradições medievais sobre o “Mar Tenebroso”, nome atribuído então ao Oceano Atlântico, supostamente povoado por monstros e perigos imaginários de todo tipo, ideias que perduravam no imaginário europeu. É nesse contexto que podemos entender as palavras do autor do texto introdutório, um homem do início da Idade Moderna.

O enunciado da questão solicita que você identifique o sentimento predominante no relato que abre a questão.

Vamos analisar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: Podemos considerar que o gosto pela aventura era um pré-requisito para as viagens da época moderna. Esse sentimento é predominante no texto?
- Alternativa **b**: Os relatos de viajantes da época das grandes navegações falam sobre seres fantásticos que povoavam o imaginário europeu relacionado aos mares, oceanos e terras por eles desconhecidas. Esses elementos estão presentes no texto?
- Alternativa **c**: As viagens marítimas da época moderna despertavam medo entre os viajantes, que enfrentariam toda a sorte de dificuldades, perigos e acidentes na travessia dos mares e oceanos.
- Alternativa **d**: As paisagens, a fauna e a flora das Américas provocaram bastante curiosidade entre os europeus, com a produção e publicação de muitos livros sobre o Novo Mundo. Esse tema é abordado no texto?
- Alternativa **e**: A mentalidade europeia da época moderna permanecia marcada por forte religiosidade, manifestada por católicos e protestantes. O autor do relato expressou esse sentimento?

Agora é com você!

Que alternativa responde corretamente à questão proposta?

A alternativa correta é a letra **c**.

A África dos grandes reinos e impérios



GABRIEL DE PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO

Devotos rendem homenagens a Iemanjá durante comemorações do dia da orixá no Rio de Janeiro (RJ), em fevereiro de 2016.

Sugerimos iniciar o trabalho com esta abertura pedindo aos alunos que identifiquem a natureza dos textos reproduzidos e expliquem de que forma se relacionam. O primeiro é um trecho da Constituição brasileira de 1988, que, em seu artigo 5º, inciso VI, descreve que a liberdade de consciência e de crença é direito inviolável. No entanto, a matéria jornalística reproduzida em seguida relata a agressão sofrida por uma menina de 11 anos, que foi atacada por um grupo de pessoas que, aos gritos de “diabo, vai para o inferno”, lhe acertaram uma pedrada na cabeça. Infelizmente, os relatos de agressões a seguidores de religiões de matriz africana têm se tornado cada vez mais comuns em nosso país.

◆ Conversando sobre

1. Apesar de a Constituição brasileira assegurar a liberdade religiosa, os seguidores das religiões de matriz africana ainda são vítimas de perseguição e de preconceito. Em sua opinião, por que isso ocorre?
2. Que atitudes devem ser tomadas para garantir que os cidadãos brasileiros não sejam mais perseguidos por suas convicções religiosas?

O preconceito contra o que vem da África

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias [...].”

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 12 jan. 2016.

“‘Achei que ia morrer. [...] Isso vai ser difícil de tirar da memória’, afirmou Kayllane Campos, uma menina de 11 anos, ferida no domingo, dia 14 de junho, quando saía de uma cerimônia de candomblé em um subúrbio carioca [...].

Fatos tristes como este estão acontecendo em muitos lugares do mundo de forma assustadoramente violenta e cruel, como na Síria, Somália e Myanmar. No Brasil, isso parecia ser impensável. [...]

A reação à intolerância religiosa do grupo agredido [...] foi de convite à paz, de chamamento à não violência. Esta resposta ao sectarismo é um alento de [...] esperança de que não se repita aqui a loucura das guerras e dos ódios religiosos que tão mal têm feito em outras paragens!”

MAGGIE, Yvonne. Menina apedrejada: fanatismo e intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *G1*, 18 jun. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/menina-apedrejada-fanatismo-e-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em 20 out. 2015.

Vale destacar que a perseguição religiosa é uma realidade presente em muitos países do mundo, e, diante desse quadro, cada vez mais é importante cultivarmos atitudes de tolerância e respeito às diferenças, para que delas possa surgir uma cultura de paz. Para isso, é preciso conhecer e entender culturas e credos distintos, o que faz do estudo deste capítulo ainda mais importante.

Conhecendo a África, conhecendo o Brasil

Conhecer a história dos povos africanos ajuda a compreender melhor a formação do povo brasileiro. Sabemos que os negros africanos tiveram importante papel na formação da nossa cultura. Estima-se que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 a 12 milhões de africanos escravizados foram trazidos para o nosso continente, aproximadamente 4 milhões deles para o Brasil.

Os navios negreiros que aqui chegaram traziam mais do que braços escravos para trabalhar. Em seus porões, viajavam também culturas, idiomas e religiões que, na América, foram reelaborados pelos contatos estabelecidos entre as diversas etnias africanas, os povos indígenas e os europeus. Com as experiências vividas em solo brasileiro, os africanos recriaram sua identidade, evocando sua história e mesclando elementos culturais de distintos pontos da África.

Neste capítulo, vamos dar destaque para a história dos povos que viviam na África atlântica, que abrange a região situada entre os atuais Senegal e Angola. Ligada à América pelo oceano, a África atlântica foi o local de origem da maioria dos homens e das mulheres que vieram para o Brasil na condição de escravos.

Arrancados de sua comunidade e privados de liberdade, esses africanos eram originários, principalmente, de dois grandes grupos linguísticos, **sudanês** e **banto**. Passaram a viver no mesmo território, mesclando línguas, costumes e religiões e unindo forças para lutar contra a escravidão. Exemplo dessa cultura de resistência foram os quilombos bantos formados no Brasil.

As trocas culturais feitas no Brasil não se restringiram às comunidades africanas. Elas foram incorporadas ao modo de ser do brasileiro, às palavras, na sonoridade da língua, à música etc. Aqui, os africanos e seus descendentes criaram expressões culturais novas, que deram origem, por exemplo, ao samba, à capoeira, ao candomblé, às **congadas**, ao **maracatu**, entre tantas outras expressões culturais que são parte de nossa identidade e constituem a cultura afro-brasileira.

Para compreender a composição dessa identidade, é importante compreender também a história da África ou, ainda, suas histórias, já que a África é um continente imenso e bastante heterogêneo.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2013, a população de pretos e de pardos somadas correspondem a mais de 53% dos brasileiros ("preto" é a terminologia oficial utilizada pelo IBGE).

Congada: dança dramática afro-brasileira originária de povos congolezes e angolanos que, mesclando cultos católicos e africanos, representa a coroação do rei do Congo.

Maracatu: dança folclórica afro-brasileira de origem banta, típica do estado de Pernambuco com forte influência das danças do candomblé. Em Angola, maracatu é uma dança praticada pelos bondos, grupo étnico que vive no norte do país entre os rios Cuango, Loge e Calamba.



RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Apresentação de Maracatu Rural, também conhecido como Maracatu de Baque Solto, em Aliança (PE). Foto de maio de 2015. Atualmente existem grupos de maracatu em diversos países como Canadá, França, Inglaterra, Japão e Alemanha, entre outros.



O último julgamento (século XIII), pintura em altar de madeira. Museu Episcopal de Vic, Barcelona, Espanha. Representações de seres diabólicos com a cor negra ajudaram a criar uma visão preconceituosa sobre os africanos.

Vista aérea de Abidjan, na Costa do Marfim. Foto de 2011. O desenvolvimento urbano, expresso em grandes construções, é uma realidade muito presente em todo o continente africano. Apesar disso, a África ainda é associada, por muitas pessoas, ao "atraso", à fome e à epidemia de doenças.

◆ O olhar europeu sobre a África

Desde a Antiguidade, os europeus tinham notícias sobre a África, que era chamada de Etiópia (em grego, "terra dos homens de pele negra"). Contudo, os relatos que chegavam dos viajantes eram vagos e muitas vezes imbuídos de estranhamento.

Durante a Idade Média, o cristianismo ajudou a reforçar o imaginário negativo dos europeus em relação aos africanos. Figuras demoníacas eram sempre representadas com a pele negra, e as condições climáticas do continente eram associadas a deformidades físicas e morais.

A falta de informação contribuiu, também, para a criação de um imaginário fantasioso do continente por parte dos navegantes europeus no início das grandes navegações. Até meados do século XV, os europeus conheciam apenas os territórios localizados acima do Deserto do Saara, nos limites do Mediterrâneo.

Os temores sobre o Mar Tenebroso (Oceano Atlântico) e a região abaixo da Linha do Equador alimentaram as representações negativas sobre os africanos. Monstros, terras inóspitas, imoralidades, regiões e hábitos demoníacos eram elementos constantes nas descrições de viajantes, aventureiros e missionários.

No entanto, ao desembarcar na África, muitos europeus impressionaram-se com a organização e a riqueza de algumas cidades, como exemplifica o trecho a seguir.

“Um visitante holandês do século XVII não escondeu a sua admiração por Benin, uma cidade enorme cortada por uma longa avenida, que lhe parecia mais larga do que a principal rua de Amsterdã. Bem antes dele, os portugueses espantaram-se com o tamanho de Ijebu-Ode e, mais ainda, com a sua muralha, que em alguns pontos alcançava os sete metros de altura e tinha quase 130 quilômetros de comprimento. Vasco da Gama, ao chegar à costa oriental da África, encontrou portos cheios de navios e de comerciantes de todas as partes do Oceano Índico, bem como cidades com casas parecidíssimas com as dos Algarves, em Portugal [...].”

SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 27-28.

Infelizmente, mesmo com o avanço da ciência e a ampliação do acesso à informação, muitos estereótipos e preconceitos sobre os africanos sobrevivem nos dias de hoje, desqualificando a história e a cultura dos povos da África.



A África antes dos europeus

Convencionou-se chamar a fase da história do continente africano compreendida entre os séculos IX e XIX de **África pré-colonial**. Ao longo desse período desenvolveram-se sociedades diversas, com organizações econômicas, políticas e culturais específicas, línguas, hábitos e costumes diferentes. Povos nômades que se dedicavam ao comércio conviveram com povos sedentarizados que constituíram aldeias, cidades e impérios.

Reinos sudaneses

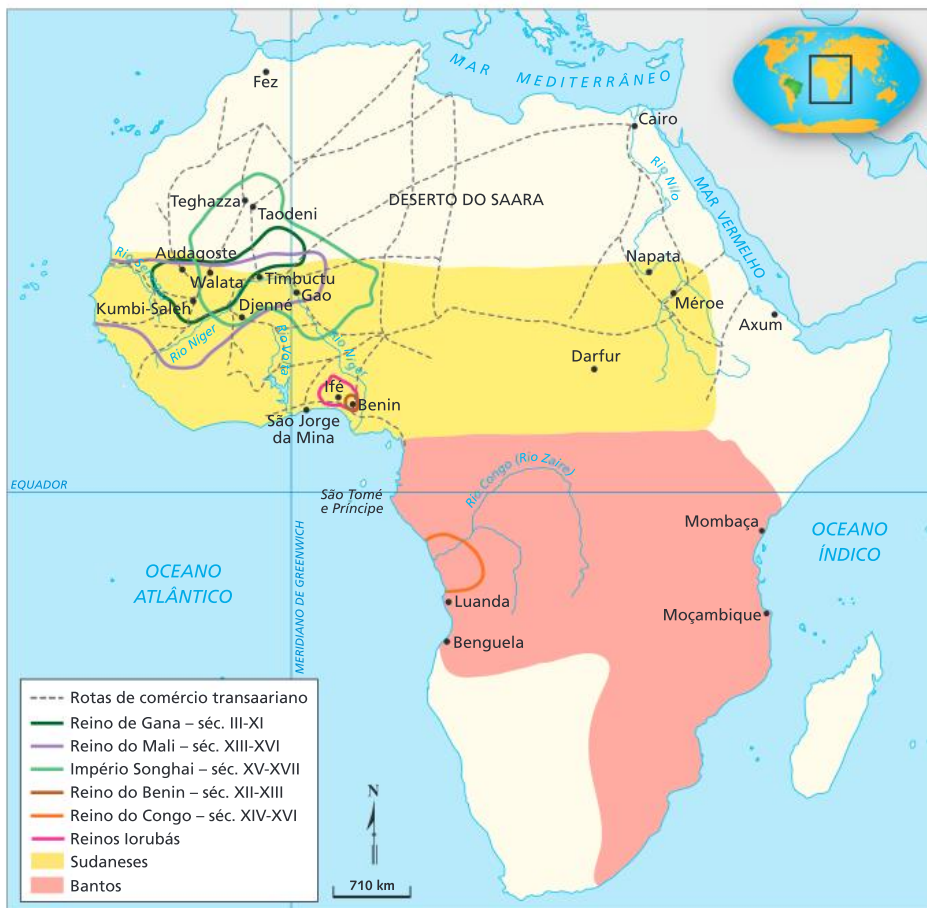
Os povos ao norte e ao sul do Deserto do Saara estabeleceram diversas rotas comerciais. A partir do século VII, os árabes penetraram no norte da África e movimentaram ainda mais essas rotas. A região subsaariana do continente era conhecida pelos árabes como **Sudão** (terra dos negros). Nessa área formaram-se grandes reinos graças ao rico comércio transaariano de cereais, ouro, marfim, pimenta, âmbar e escravos, que eram trocados por sal, conchas, tâmaras e tecidos. O comércio estabelecido com os árabes também proporcionou o contato dos povos que viviam nessa região com o islã, que se harmonizou com algumas crenças e práticas religiosas locais. O Reino de Gana, o Reino do Mali e o Império Songhai foram três importantes reinos sudaneses.

Por que “pré-colonial”?

Durante muito tempo, os povos africanos foram vistos como inferiores, sem história, que não demonstravam nenhum tipo de desenvolvimento cultural e intelectual. Por conta dessa visão deturpada sobre os africanos, convencionou-se dividir a história do continente em períodos chamados “pré-colonial” e “colonial”. A história da África, portanto, teria como marco inicial a presença e a exploração sistemática do continente pelos europeus, ou seja, a partir do século XIX. Antes disso, a história da África era chamada de “pré-colonial”.

Felizmente, hoje, essa visão vem sendo questionada e novas fontes (orais, escritas, entre outras) vêm sendo utilizadas para reescrever a história africana.

Principais reinos africanos (séculos X a XVI)



Fontes: MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009. p. 57-87; PARKER, Geoffrey; LOVETT, Robert A. *Atlas Verbo de história universal*. Lisboa: Verbo, 1997. p. 54-55; HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 34, 41.

Noz-de-cola: fruto de plantas do gênero *Cola* que, por possuir elevada quantidade de cafeína, é utilizado em comunidades africanas como estimulante.



Berberes: grupo nômade que habita o norte da África desde a Pré-história. Atualmente, os berberes vivem sobretudo nas regiões montanhosas e em parte do Deserto do Saara.

Madrasa: escola onde a educação se dá por meio dos estudos do *Alcorão*.

Reino de Gana

O **Reino de Gana** (ou de Ganata) floresceu a oeste do continente africano, na área em que, atualmente, se situam o Mali e o sul da Mauritânia. O reino desenvolveu-se a partir do século III graças ao comércio que se estabeleceu entre árabes e ganenses. Caravanas árabes do norte da África trocavam tecidos, cobre, sal, joias, tâmaras e figos por ouro e **noz-de-cola** ganenses.

O Reino de Gana conheceu seu apogeu político e econômico entre os séculos VII e XI. Durante o século X, o reino foi dominado pelos **soninques** (povo que atualmente habita o Senegal), que expandiram o domínio de Gana para as regiões ricas em ouro, do Senegal ao Deserto do Saara. Por isso, o Reino de Gana também era chamado por cronistas árabes da época de “terra do ouro”.

Entre as cidades do reino, destacaram-se a capital, Kumbi-Saleh, durante o século XI, e Audagoste, um dos principais centros do comércio saariano.

A difusão do islã no norte da África, o ressentimento de alguns povos **berberes** contra o domínio de Gana e as sublevações dos povos dominados colocaram o reino em franca decadência a partir do século XI. Audagoste e Kumbi-Saleh foram tomadas, e o reino mergulhou em conflitos étnicos até o século XIII, quando os últimos territórios ganenses foram incorporados ao Reino do Mali.

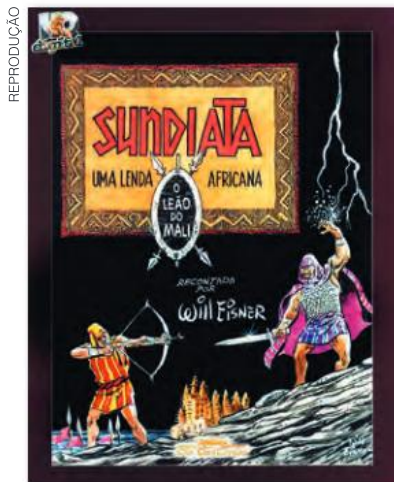
Reino do Mali

O **Reino do Mali** desenvolveu-se entre os séculos XIII e XVI, período em que impôs sua hegemonia sobre a bacia do Rio Níger. Constituído pelo atual Mali e por algumas regiões dos atuais Senegal, Guiné e Mauritânia, o reino expandiu-se com a anexação de vastas regiões no século XVI. O ouro e a noz-de-cola continuaram sendo as principais mercadorias comercializadas na região.

As cidades de Gao, Djenné e Timbuctu, localizadas às margens do Rio Níger, tornaram-se importantes centros mercantis e políticos do Mali. Timbuctu era um dos principais polos culturais e religiosos do continente africano graças à presença de vastas bibliotecas, **madrasas** e mesquitas. Além disso, a cidade passou a ser ponto de encontro de poetas, intelectuais e artistas da África e do Oriente Médio.

O Mali foi o reino mais rico da África Ocidental durante dois séculos. Porém, devido a conflitos dinásticos, o Reino do Mali enfraqueceu e perdeu sua hegemonia ao ser derrotado e incorporado pelo Império Songhai, um poderoso império muçulmano que dominou a região entre os séculos XIV e XVI.

Você vai gostar de ler



EISNER, Will. **Sundiata: o leão do Mali – uma lenda africana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

O famoso cartunista Will Eisner reconta uma história da tradição oral africana, que data do século XIII. O enredo narra a formação do Mali, às margens do Rio Níger, e sua conquista por Sumanguru, o rei de Sasso.

Depois de vencer o povo malinke, que habitava a região, Sumanguru poupa um dos descendentes da família real: o príncipe Sundiata, que ainda era menino e coxo e, por isso, não havia participado da batalha. Sundiata é curado por um xamã, cresce e se torna um homem respeitado, travando uma luta com Sumanguru para reconquistar a região.

Leitura de um mapa histórico: a África Ocidental no Atlas catalão

Com o desenvolvimento comercial europeu no Mediterrâneo, nos séculos finais da Idade Média, a cartografia transformou-se em atividade estratégica. A representação do espaço abandonou, aos poucos, a visão de mundo exclusivamente religiosa e passou a oferecer informações mais precisas e realistas, baseadas em relatos de viajantes e mercadores e nos conhecimentos geográficos e astronômicos dos povos árabes. Os mapas europeus produzidos nessa época incluem indicações sobre terras e mares, direção dos ventos,

povos e governantes, rotas comerciais e mercadorias. Mas, apesar do esforço mais “realista”, alguns deles mantiveram aspectos fantásticos ou imaginários, que aparecem, principalmente, nos espaços sobre os quais os europeus não dispunham de informações.

A imagem a seguir reproduz um detalhe de uma página do **Atlas catalão**, produzido na Espanha na segunda metade do século XIV.

Observe com atenção a figura, leia a legenda e responda às questões.



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Detalhe do *Atlas catalão* (1375), obra atribuída a Abraão Cresques. Biblioteca Nacional da França, Paris.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Questões **Registre as respostas em seu caderno.**

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor, o lugar e a época em que foi produzido.
2. Que informações o *Atlas catalão* traz sobre o continente africano? Como elas estão representadas?
3. O homem à direita representa Mansa Musa, imperador do Mali que ficou muito famoso à sua época (século XIV). À sua esquerda podemos ler a seguinte frase: “Este senhor negro é aquele muito melhor senhor dos negros de Guiné. Este rei é o mais rico e o mais nobre senhor de toda

- esta parte, com abundância de ouro na sua terra”. Descreva a representação de Mansa Musa e responda: qual teria sido a intenção do cartógrafo ao representá-lo dessa maneira?
4. Faça uma pesquisa sobre Mansa Musa para descobrir por que esse rei africano ficou tão conhecido. Ao final, produza um texto narrativo com todas as informações que você descobriu sobre o mapa e sobre o rei do Mali. Crie um título e indique as fontes (impresas ou eletrônicas) que você consultou em sua pesquisa.

Atualmente, os iorubás correspondem a aproximadamente 30 milhões de pessoas, sendo mais significativos nos atuais Nigéria, Togo, Benin e Serra Leoa.

Império Songhai

Estabelecido nas margens do Rio Níger, o **Império Songhai** desenvolveu-se no entorno da cidade de Gao. Após a conquista da cidade, no século XV, os songhai iniciaram um processo de conquistas territoriais. Atraídos pelas riquezas das demais cidades do Mali, conquistaram, posteriormente, Djenné e Timbuctu.

Diferente dos demais reinos africanos do período, o Império Songhai caracterizou-se pela forte centralização política em torno de seu imperador, chamado *askia*. O imperador aboliu privilégios da nobreza africana e contratou intelectuais das universidades da região para exercerem postos de comando na administração das cidades e na burocracia do Império.

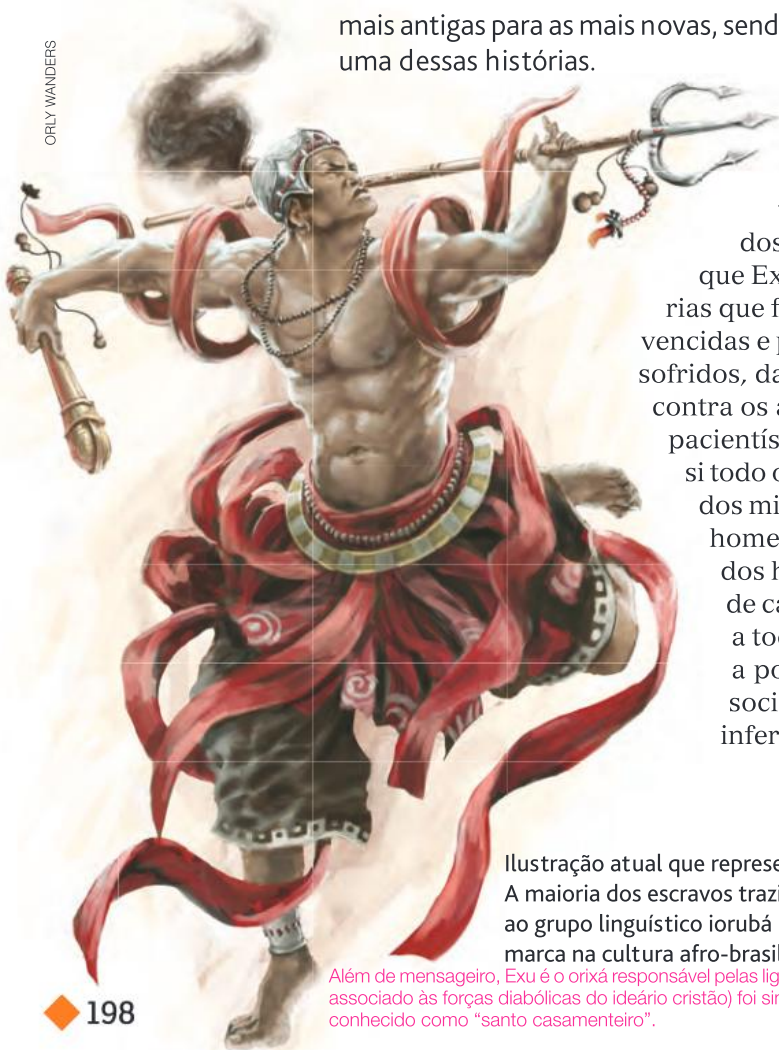
Além disso, a ciência islâmica alcançou grande desenvolvimento no Império Songhai. As cidades de Djenné e Timbuctu passaram a abrigar milhares de estudantes, que migravam para estudar em suas madrasas e universidades.

Apesar do grande desenvolvimento, o Império Songhai durou menos que seus antecessores. Disputas internas pelo poder e a invasão de Timbuctu pelos marroquinos contribuíram para o fim do Império. Mesquitas e escolas islâmicas foram destruídas, e as crenças tradicionais dos songhai, anteriores à adoção do islã, voltaram a florescer.

◆ Reinos iorubás

Os **povos iorubás** compartilhavam língua e cultura semelhantes e habitavam a região sudoeste da atual Nigéria. Eles constituíram sociedades tipicamente urbanas, com economias diversificadas e ofícios especializados. Esses povos criaram importantes microestados e reinos, caso da cidade-Estado de Ifé e do Reino do Benin.

Uma das características da tradição religiosa iorubá era o culto aos orixás, que se baseava em narrativas míticas. As narrativas eram transmitidas oralmente das gerações mais antigas para as mais novas, sendo contadas até hoje, inclusive no Brasil. Leia, abaixo, uma dessas histórias.



ORLY WANDERS

“Um dia, em terras africanas dos povos iorubás, um mensageiro chamado Exu andava de aldeia em aldeia à procura de solução para terríveis problemas que na ocasião afligiam a todos, tanto os homens como os orixás. Conta o mito que Exu foi aconselhado a ouvir do povo todas as histórias que falassem [...] da ventura e do sofrimento, das lutas vencidas e perdidas, das glórias alcançadas e dos insucessos sofridos, das dificuldades na luta pela manutenção da saúde contra os ataques da doença e da morte. [...] Realizada essa pacientíssima missão, o orixá mensageiro tinha diante de si todo o conhecimento necessário para o desvendamento dos mistérios sobre a origem e o governo do mundo dos homens e da natureza, sobre o desenrolar do destino dos homens, mulheres e crianças e sobre os caminhos de cada um na luta cotidiana contra os infortúnios que a todo o momento ameaçam cada um de nós, ou seja, a pobreza, a perda dos bens materiais e de posições sociais, a derrota em face do adversário traiçoeiro, a infertilidade, a doença, a morte.”

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 17-18.

Ilustração atual que representa Exu, o orixá mensageiro. Cores-fantasia.

A maioria dos escravos trazidos para a Bahia entre os séculos XVI e XIX pertencia ao grupo linguístico iorubá (também conhecido como nagô). Eles deixaram forte marca na cultura afro-brasileira, sobretudo no campo religioso, com o candomblé.

Além de mensageiro, Exu é o orixá responsável pelas ligações amorosas. Por conta dessa característica, Exu (que erroneamente foi associado às forças diabólicas do ideário cristão) foi sincretizado, nas religiões afro-brasileiras, com Santo Antônio, popularmente conhecido como “santo casamenteiro”.

Ifé, o umbigo do universo

Vestígios arqueológicos indicam que, no século VI, **Ifé** não era um Estado centralizado, mas um conjunto de aldeias de agricultores e comerciantes. O chefe político de cada aldeia era um ancião, escolhido entre os mais velhos.

A posição privilegiada de Ifé, entre a floresta, a savana e o litoral, tornou a região um movimentado entreposto comercial. Ifé também era um importante centro religioso que recebia tributos de outros miniestados iorubás. Segundo a mitologia iorubá, Ifé seria a origem de todas as coisas, o umbigo do universo, de onde os homens teriam se espalhado pelo mundo.

A arte produzida em Ifé era extremamente refinada. As figuras humanas feitas de bronze, cobre e terracota eram adornadas com tecidos, colares e pulseiras e representavam reis, soldados, músicos e deuses.

Por volta do século XVI, Ifé ainda era centro de peregrinação religiosa, porém a cidade declinou economicamente. As atividades comerciais ganharam novo impulso na região sob o comando do Reino do Benin, outro Estado iorubá.

Reino do Benin

Situado a sudeste de Ifé, o **Reino do Benin** teria se desenvolvido entre os séculos XII e XIII. A região era habitada havia milhares de anos por um grupo de povos denominados **edos**, que se dividiam em vários miniestados, chefiados por um *ovie*, ou *ogie*. Aos poucos, esses miniestados foram se fundindo, por meio de alianças, ou foram conquistados.

Benin vivia do comércio, atividade que ligava a costa ao interior. Por suas rotas passavam produtos como sal, dendê, cobre, tecidos e contas, vindos de Ifé, da foz do Rio Zaire, de Ijebu-Ode, entre outras localidades.

No século XV, o território do Benin expandiu-se e o comércio intensificou-se com a inclusão dos europeus entre seus parceiros de negócios. Produtos como pimenta e marfim (cuja exploração comercial era monopólio do **obá**, ou seja, o rei do Benin), tecidos e escravos eram comercializados ativamente.

Os artesãos do Benin se especializaram em esculturas de bronze e cobre. O bronze foi utilizado sobretudo para a confecção de placas para adornar as paredes do palácio real e o cobre, em esculturas de cabeças para celebrar o poder dos monarcas. O reino desintegrou-se apenas no século XIX, sob o domínio dos ingleses.

◆ Povos bantos

Os povos bantos são parte de um grupo linguístico que se formou há milhares de anos na região das províncias hoje conhecidas como Catanga e Kasai, na República Democrática do Congo. Aproximadamente em 1000 a.C., os bantos começaram a migrar para o centro-sul do continente, atuais regiões de Angola, Congo, Camarões, Gabão, Uganda, Namíbia, Zâmbia, Moçambique, Botsuana e Zimbábue.

Boa parte dos africanos que vieram para o Brasil pertencia ao grupo banto. Concentraram-se em regiões de produção de açúcar, onde reproduziram sua organização, arte e visão de mundo. Instrumentos como o berimbau e a cuíca; lutas como a capoeira; danças e cerimônias como cateretê, congada, caxambu, batuque, jongo, lundu, maracatu e coco de zambê são algumas expressões da presença dos bantos no Brasil.



Oni de Ifé (séculos XV-XVI), escultura iorubá. A escultura representa um Oni, líder espiritual de Ifé.

Em 1897, sob o pretexto de que o cônsul inglês e mais cinco compatriotas haviam sido mortos, os britânicos enviaram uma expedição com aproximadamente 1.500 homens ao Benin, que pilhou as placas de bronze do palácio real e incendiou a capital.



Placa de bronze do reino do Benin (séculos XVI e XVII) que mostra Ozolua, obá do Benin entre 1481 e 1504, acompanhado por dois guerreiros e dois assistentes. Museu de Etnologia, Viena, Áustria.

Reino do Congo

Fundado no século XIV, o **Reino do Congo** ocupava grande extensão da África Centro-Ocidental e reunia diversas províncias. A população era formada por povos do grupo banto, especialmente os **bakongo**. Além disso, o comércio da região era bastante desenvolvido, principalmente de tecidos, sal, metais e derivados de animais, que foi impulsionado após o contato com os portugueses no final do século XV.

Manicongo: título dado aos governantes congolese; rei do Congo.

Em 1485, o navegador português Diogo Cão, que havia visitado o Congo pela primeira vez em 1483, retornou à região com instruções do rei de Portugal, D. João II, para estabelecer contatos amistosos com o governo local. Acompanhado por intérpretes e conhecedores das línguas africanas, foi recebido por Nzinga Nkuwu, o **manicongo**, com o qual iniciou relações diplomáticas e mercantis que impulsionaram o comércio de escravos.

Quando retornou a Portugal, Diogo Cão levou consigo um grupo de congolese, que aprenderam sobre os costumes, a religião e a língua portuguesa. Posteriormente, foram levados de volta à África com presentes para o manicongo. Dessa forma, o relacionamento entre os governos do Congo e de Portugal estreitou-se. O rei do Congo iniciou um processo de assimilação da cultura portuguesa e de estreitamento das relações diplomáticas e econômicas. Disposto a abraçar o catolicismo, em 1491 Nzinga Nkuwu foi batizado e recebeu o nome de João.

D. João I do Congo mandou construir no reino uma igreja de madeira, ornamentada com objetos vindos de Portugal. Além disso, solicitou ao rei português que providenciasse professores para ensinar os mandamentos da fé católica e a língua portuguesa aos congolese que foram enviados a Portugal.

Após a morte de D. João I, em 1516, ascendeu ao trono Nzinga Mbemba, conhecido como Afonso I do Congo, que governou por 37 anos. Afonso I centralizou o poder político, impulsionou o comércio com a ajuda dos portugueses, expandiu as fronteiras e desenvolveu as cidades do reino. Como missionário, divulgou os mandamentos cristãos e ressaltou a necessidade da educação formal, valorizando a leitura e a escrita.

É importante destacar que o catolicismo não pôs fim às tradições religiosas locais. Houve uma mistura das crenças congolese e católicas, dando origem a uma religião sincrética, própria dos povos congolese.

As relações luso-congolese estabelecidas no reinado de Afonso I entraram em lento mas progressivo colapso a partir da segunda metade do século XVI.

Resposta pessoal. O objetivo da questão é possibilitar aos alunos perceberem que as gravuras geralmente produzidas pelos europeus expressavam mais o ideal europeu de civilização, governo e sociedade do que a realidade do continente africano. Como podemos ver na figura, a realeza e a aliança entre Estado e Igreja foram representadas segundo os valores e as instituições próprias da Europa moderna.

Pompa e esplendor do rei do Congo durante audiência para estrangeiros (século XVIII), gravura de Pieter van der Aa representando o rei do Congo e membros da corte portuguesa. Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos.

► Em sua opinião, a gravura reproduzida ao lado reflete a realidade da corte do rei do Congo? Justifique sua resposta.



BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

◆ Família e sociedade

Na maioria das culturas africanas, a fertilidade constituía atributo essencial para homens e mulheres. Quem não podia ter filhos era desprezado. Assim, o número de filhos de uma família era proporcional ao seu prestígio na comunidade. As mulheres férteis eram disputadas e até mesmo raptadas pelos seus pretendentes. Além disso, homens ricos podiam casar-se com dezenas de mulheres e ter centenas de filhos. A proteção das mães e das crianças era responsabilidade de todos.

Essa noção de responsabilidade coletiva foi marcante em muitos povos africanos, para os quais não se separava o grupo do indivíduo. Nessas comunidades as pessoas ajudavam-se, trabalhavam para o bem comum e viviam em prol da coletividade, que podia ser composta pela linhagem familiar ou até mesmo por todo um povoado que se considerava descendente de um mesmo ancestral.

A mulher africana exercia um papel fundamental nas famílias, pois, além de procriar, era responsável pela agricultura, pela criação dos animais, pelas tarefas domésticas e pela produção de artesanato. Aos homens cabiam as tarefas de preparar o espaço para as roças, construir casas, caçar e guerrear.

Os idosos, por sua vez, ocupavam uma posição privilegiada. Os anos vividos denotavam sabedoria e proximidade aos deuses. O culto aos ancestrais era uma das bases daquelas sociedades; e os idosos, mais próximos da morte, logo se tornariam figuras míticas ancestrais, protetoras dos homens.

◆ Escravidão africana

A escravidão era praticada na África desde os tempos mais remotos. No entanto, os escravizadores não se entendiam como africanos nem viam a seus cativos dessa forma. Eles se entendiam como membros de uma aldeia, ou comunidade, que falava a mesma língua e compartilhava as mesmas tradições. Dessa forma, os cativos eram, na maioria dos casos, indivíduos pertencentes a povos e culturas diferentes que, por serem inimigos, podiam ser escravizados.

Na África pré-colonial, razões variadas podiam levar um indivíduo à condição de escravo. Em geral, eram reduzidos a essa condição os prisioneiros de guerra e os acusados de crimes como assassinato, roubo, bruxaria e adultério. Uma pessoa também podia oferecer a si mesma ou algum dependente familiar como garantia de pagamento de uma dívida, que, se não fosse quitada, levava a pessoa penhorada a perder sua liberdade.

A escravidão praticada no interior da África pré-colonial não tinha caráter comercial, nem a condição de escravo era passada de geração para geração. Os filhos de escravos, homens ou mulheres, nasciam livres. Em alguns reinos, os escravos homens serviam aos reis ou tornavam-se guerreiros, enquanto as mulheres podiam integrar os haréns da realeza.



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - MUSEU DE ARTE DE CLEVELAND

Escultura iorubá em madeira (século XIX) representando mãe carregando filho. Museu de Arte de Cleveland, Estados Unidos.

Tal como em outras sociedades que praticaram a escravidão, os escravos eram considerados bens móveis, ou seja, podiam ser comprados e vendidos.



ARCHIVES CHARVET/BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - BIBLIOTECA DO ARSENAL - PARIS

Modelo de navio negreiro em madeira (século XVIII). Biblioteca do Arsenal, Paris, França.

◆ Comércio árabe de escravos

A escravidão também era praticada pelos árabes e, diferentemente do que ocorria no interior da África, era explorada comercialmente. Mais do que especiarias e pedras preciosas, os árabes tinham interesse em adquirir escravos africanos para comercializá-los nos mercados muçulmanos com escravos provenientes de outras regiões (eslavos, búlgaros, gregos, turcos etc.). Estima-se que os árabes tenham escravizado cerca de 5 milhões de africanos entre os séculos VII e XIX.

◆ Comércio europeu de escravos

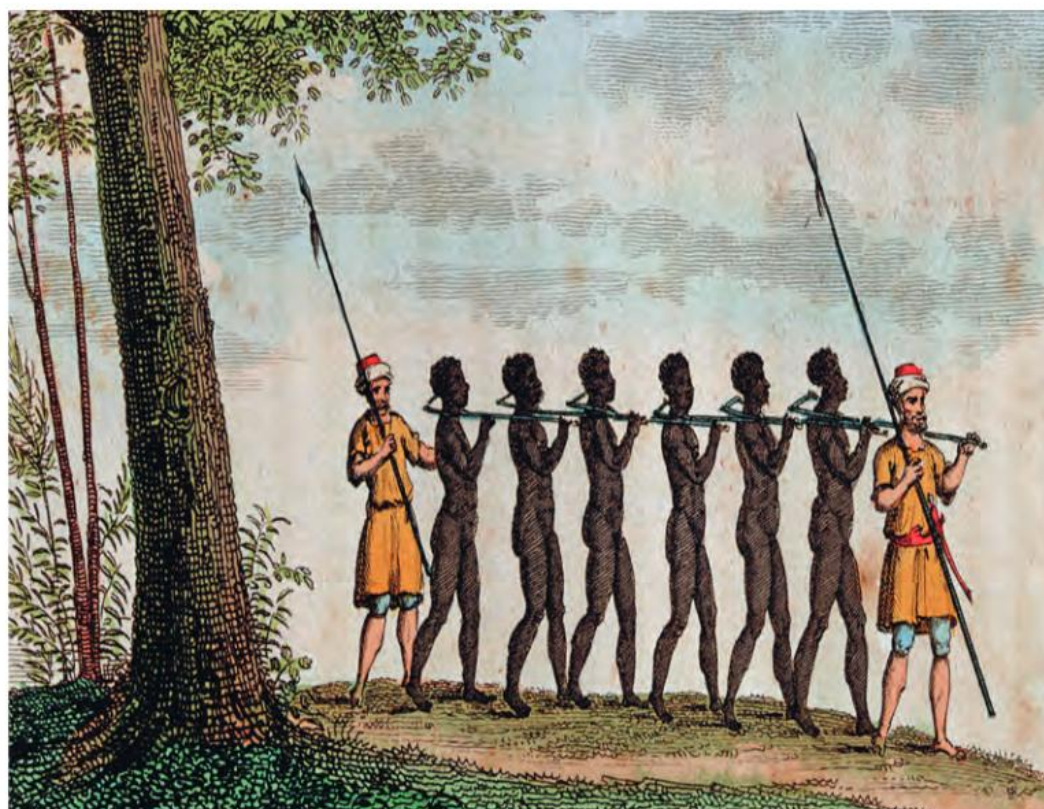
A escravização de africanos se transformou em um grande negócio com o comércio transatlântico de escravos, realizado inicialmente pela Coroa portuguesa em acordo com as elites africanas, principalmente as do Reino do Congo. A venda de escravos negros para as colônias europeias na América tornou-se uma importante fonte de lucro para Portugal e, posteriormente, para Holanda, Inglaterra e França.

O tráfico negreiro também enriqueceu reis e comerciantes africanos que participavam desse negócio interessados em livrar-se dos povos inimigos e lucrar com os produtos e as riquezas oferecidos pelos europeus para a compra de escravos. Contudo, os lucros gerados pelo tráfico não trouxeram desenvolvimento material para os reinos africanos. No continente, as guerras entre os diferentes grupos se intensificaram, assim como os ataques para obtenção de escravos, o banditismo e os sequestros.

As operações envolvidas no comércio de escravos eram marcadas pela violência. Milhares de pessoas morreram nas campanhas de captura, no percurso entre o interior do continente e o litoral, onde eram realizadas as negociações com os europeus, e, sobretudo, na viagem transatlântica, marcada por maus-tratos, insalubridade e doenças.

A exploração do tráfico negreiro para sustentar a prática da escravidão resultou na **diáspora africana**, ou seja, no deslocamento forçado de milhões de africanos em direção a ilhas do Oceano Atlântico, aos países europeus e, principalmente, à América.

O continente africano possuía, desde a Antiguidade, reinos poderosos e tribos espalhadas por praticamente todo o continente, e muitos deles praticavam a escravidão. O tráfico moderno de escravos, portanto, começou a funcionar a partir de um esquema já existente no continente.



Grupo de escravos sendo levado para a costa oeste africana por comerciantes, gravura publicada na obra *África ou História, modos, usos e costumes dos africanos*, de René Geoffroy (1814). Biblioteca do Arsenal, Paris, França.

ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - BIBLIOTECA DO ARSENAL - PARIS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Explorando o conhecimento

1. Por que podemos afirmar que “conhecer a história dos povos africanos é compreender melhor a formação da sociedade brasileira”?
2. Qual é a importância da oralidade para os vários povos africanos?
3. Na África Subsaariana, denominada Sudão pelos árabes, formaram-se três importantes reinos sudaneses. Identifique esses reinos e o fator que contribuiu para o desenvolvimento dessa região.

Pensando criticamente

4. A conversão de D. João I do Congo ao cristianismo foi um caso singular na história dos reinos africanos. Formule hipóteses para explicar a opção do manicongo pela religião cristã.
5. “A principal lição arqueologicamente comprovada que se pode tirar das situações urbanas primitivas é que as cidades não cresceram como exceções isoladas a partir de um ambiente predominantemente rural, mas antes que, em certas circunstâncias, populações inteiras se teriam convertido a um modo de vida urbano, organizado em sua maioria em unidades muito pequenas, mas praticando uma cultura comum.”

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da Pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 109.

Sobre as sociedades africanas pré-coloniais é correto afirmar que

- a) o surgimento dos primeiros núcleos urbanos ocasionou o fim do modo de vida predominantemente rural na África.
 - b) os primeiros núcleos urbanos eram pequenas unidades populacionais que compartilhavam uma cultura comum.
 - c) os primeiros núcleos urbanos eram grandes unidades populacionais que não partilhavam a mesma cultura.
 - d) as cidades foram exceções isoladas que se formaram em um ambiente predominantemente rural.
 - e) os vestígios arqueológicos comprovam que não existiram cidades no continente africano.
6. Leia o texto abaixo para responder às questões.

“Estes negros [...] vinham ver-me como uma maravilha, e parecia-lhes coisa extraordinária ver um cristão em tal lugar, nunca dantes visto: e não menos se espantavam do meu traje e da

minha brancura; [...] alguns tocavam-me nas mãos e nos braços, [e] com cuspo esfregavam-me, para ver se a minha brancura era tinta ou carne; e, vendo que era carne branca, ficavam-se em admiração. Eu ia a estes mercados para ver coisas novas, e também para ver se lá ia alguém que tivesse ouro em quantidade para vender: mas de tudo se achava pouco [...]”

Relato de Luís de Cadamosto. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. 2. ed. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988. p. 141.

- a) Segundo o relato, quais aspectos do homem europeu chamaram mais a atenção dos africanos? O que esse aspecto do relato nos mostra?
 - b) Identifique, com base no texto, quais eram os principais objetivos dos europeus na África.
7. Releia o texto de Reginaldo Prandi sobre mitologia iorubá, reproduzido na página 198, e em seguida responda:
 - a) Quem é Exu nessa narrativa?
 - b) Que histórias você já ouviu sobre Exu? Elas se parecem com o mito descrito no texto?
 - c) Copie do texto uma passagem que remeta à tradição oral africana. Depois explique a importância da oralidade para a cultura iorubá.

Investigando

8. Leia o texto abaixo e, em seguida, faça o que se pede.

“A África influenciou fortemente a música contemporânea, tanto a popular quanto a chamada erudita ou clássica. Quase todos os ritmos populares difundidos do continente americano para o resto do mundo – a começar pelo samba, a rumba, o calipso, a salsa e o jazz – têm raízes africanas. Ou melhor, foram criações, nas Américas, dos africanos e seus descendentes. O que esses só raramente preservaram neste lado do Atlântico – e o fizeram na música dos candomblés e no jazz – foi a riquíssima polirritmia de tantos povos africanos.”

SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 79.

Em grupo, escolham um dos ritmos musicais citados no texto. Pesquisem sobre ele e desenvolvam um painel com textos e imagens contemplando os seguintes itens:

- a) suas origens;
- b) principais características e transformações ocorridas ao longo do tempo;
- c) regiões do continente onde o ritmo é mais difundido.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

Um parágrafo extraído de um artigo sobre cinema é o ponto de partida para a questão abaixo.

(ENEM-MEC/2013)

“A África também já serviu como ponto de partida para comédias bem vulgares, mas de muito sucesso, como *Um príncipe em Nova York* e *Ace Ventura: um maluco na África*; em ambas, a África parece um lugar cheio de tribos doidas e rituais de desenho animado. A animação *O rei Leão*, da Disney, o mais bem-sucedido filme americano ambientado na África, não chegava a contar com elenco de seres humanos.”

LEIBOWITZ, E. *Filmes de Hollywood sobre África ficam no clichê*. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em 17 abr. 2010.

A produção cinematográfica referida no texto contribui para a constituição de uma memória sobre a África e seus habitantes. Essa memória enfatiza e negligencia, respectivamente, os seguintes aspectos do continente africano:

- a) A história e a natureza.
- b) O exotismo e as culturas.
- c) A sociedade e a economia.
- d) O comércio e o ambiente.
- e) A diversidade e a política.

Analizando

O texto aborda as representações sobre a África que são comuns no cinema: as sociedades africanas vistas como “tribos doidas” ou praticantes de rituais caricatos. Muitas vezes elas nem estão presentes na obra (caso do desenho animado *O Rei Leão*). Geralmente produzidos nos Estados Unidos, esses filmes obtêm sucesso de público e são vistos no mundo inteiro. Contribuem para a formação de um conjunto de ideias, constituindo uma memória sobre o continente africano e sobre as sociedades que ali vivem (ou viveram).

É importante lembrar que a formação dessa memória sobre a África é anterior ao próprio cinema, remontando ao tempo das grandes navegações, quando os europeus instalaram feitorias no litoral africano para explorar o comércio de produtos variados e de escravos. Séculos depois, a quase totalidade do continente foi colonizada de fato pelas

potências europeias, situação que perdurou até a segunda metade do século XX. Assim, durante aproximadamente quinhentos anos, as visões produzidas pela cultura ocidental sobre a África foram marcadas por relações de dominação, evidenciando o ponto de vista do colonizador. O tráfico de seres humanos e a escravidão africana nas Américas, que se prolongaram até o século XIX, agravaram essa situação. Os europeus e sua cultura eram considerados superiores, a ação colonizadora era vista como um benefício para os africanos, qualificados como selvagens e atrasados. Ideias como essas circularam na cultura europeia através de relatos de viajantes e de naturalistas, de obras literárias e filosóficas, de pesquisas feitas por antropólogos e historiadores que estudaram as sociedades africanas. Elas foram, em grande parte, abandonadas pela pesquisa científica, mas continuam presentes nas obras da indústria cultural contemporânea, como o cinema.

Para resolver a questão você deverá escolher a alternativa que apresenta, na ordem indicada, o aspecto valorizado e o aspecto desprezado pela memória construída pelo cinema sobre a África.

Vamos examinar cada alternativa:

- Alternativa a: De acordo com essa alternativa, a produção cinematográfica enfatiza a história da África e negligencia os aspectos naturais do continente.
- Alternativa b: Os filmes sobre a África costumam evidenciar seus aspectos exóticos e desconsiderar as culturas africanas.
- Alternativa c: O cinema valoriza as sociedades africanas e desvaloriza a economia do continente.
- Alternativa d: O comércio africano é muito bem abordado pelos filmes de Hollywood, ao contrário do meio ambiente.
- Alternativa e: De acordo com essa alternativa, a multiplicidade étnico-cultural da África está representada no cinema, o que não acontece com sua política.

Agora é com você: qual alternativa completa corretamente a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **b**.

1. (UNICAMP/2015)

“É na segunda metade do século XV que a África negra descobre os portugueses. Ela se compõe de um mosaico de povos, Estados e impérios (animistas ou islamizados) que nem a Coroa nem os marinheiros de Lisboa jamais conseguirão dominar. O fim do século é marcado, entre outras coisas, pela expansão do Império de Gao e pela ascensão da dinastia askia no Sudão ocidental. Mas é preciso lembrar as inúmeras redes comerciais que não haviam esperado os europeus para promover a circulação de escravos.”

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520 – as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 56-57. (Adaptado)

- Que elementos do texto acima indicam que o continente africano tinha, naquele período, formas de organização complexas?
- Como os agentes portugueses organizaram a economia do tráfico na era moderna?

2. (UEL/2015) Nas obras *Comentariolus* e *Revolução das Orbes Celestes*, Nicolau Copérnico formulou uma teoria que desafiou os dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana, ao conceber um novo modelo.

Identifique a alternativa que apresenta, **corretamente**, os valores culturais do Renascimento.

- Coloquialismo, fundamentalismo e escatologia.
- Formalismo, relativismo e misticismo.
- Gnosticismo, hermetismo e sofismo.
- Heliocentrismo, antropocentrismo e racionalismo.
- Teocentrismo, aristotelismo e quiliasmo.

3. (FGV/2015)

“O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.”

HECKSCHER, Eli F. *La época mercantilista*, 1943. p. 459-461. In: MARQUES, Adhemar e outros. *História moderna através de textos*, 1989. p. 85. (Adaptado)

Segundo o autor,

- as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar

dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.

- as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.
- o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.
- o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.
- a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

4. (UPE/2014)

“Que obra de arte é o homem! Que nobre na razão, que infinito nas faculdades, na expressão e nos movimentos, que determinado e admirável nas ações; que parecido a um anjo de inteligência, que semelhante a um deus!”

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 87.

Partindo da análise da fala da personagem shakespeariana, identifique a alternativa que a associa às características do Renascimento Cultural.

- A fala de Hamlet ilustra o teor teocêntrico do Renascimento ao associar o homem a anjos e deuses.
- O texto apresenta Deus como centro do universo ao explorar a semelhança entre o homem e o divino.
- Hamlet apresenta o homem como uma obra-prima nata, dialogando com a perspectiva filosófica do empirismo.
- O texto explora o hedonismo ao destacar o homem como “infinito nas faculdades, na expressão e nos movimentos”.
- Hamlet apresenta uma elegia ao homem, ilustrando o antropocentrismo característico do Renascimento Cultural.

5. (UFAL/2014)

“A sociedade europeia do contexto da passagem do medievo para a modernidade até meados do século XVI sofreu de uma forte angústia coletiva, resultante de uma série de acontecimentos trágicos e de uma postura de afastamento da Igreja Católica dos fiéis, que precisaram de novos suportes para seus medos e receios. Esta resposta deu-se inicialmente com o humanismo, movimento de intelectuais que aspiravam uma religião mais simples, sem tantos dogmas, buscando a imitação de Jesus. Contudo, mostrou-se insuficiente, por não esclarecer as dúvidas dos cristãos quanto às suas angústias. Estas respostas vieram a partir de outro movimento contemporâneo ao humanismo, com ideias muito próximas a este em alguns aspectos, mas essencialmente muito díspar: a Reforma.”

Disponível em <www.historia.ufpr.br>. Acesso em 9 dez. 2013. (Adaptado)

A Reforma, conhecida também por Reforma Protestante, teve entre seus reformadores dois nomes de maior destaque, que conseguiram, de fato, o rompimento definitivo com a Igreja Romana. Foram eles:

- a) Martinho Lutero e João Calvino.
- b) John Wycliffe e João Calvino.
- c) Jan Huss e Girolamo Savonarola.
- d) John Wycliffe e Martinho Lutero.
- e) Girolamo Savonarola e Martinho Lutero.

6. (ENEM-MEC/2013)

“Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o embaixador do rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.”

Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro, Bahia. Apud: DEL PRIORE, M. Festas e utopias no Brasil colonial. In: CATELLI JR., R. *Um olhar sobre as festas populares brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Adaptado)

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do rei do Congo evidencia um processo de

- a) exclusão social.
- b) imposição religiosa.
- c) acomodação política.
- d) supressão simbólica.
- e) resignificação cultural.

7. (UFTM/2013) Podemos afirmar que um dos instrumentos da Contrarreforma, no século XVI, foi

- a) o estímulo à venda de indulgências.
- b) a tradução livre da *Bíblia* para as línguas nacionais.
- c) a supressão do Tribunal do Santo Ofício.
- d) a extinção da Companhia de Jesus e de outras ordens religiosas.
- e) a criação de uma lista de livros proibidos.

8. (FUVEST/2012)

“Deve-se notar que a ênfase dada à faceta cruzadística da expansão portuguesa não implica, de modo algum, que os interesses comerciais estivessem dela ausentes – como tampouco o haviam estado das Cruzadas do Levante, em boa parte manejadas e financiadas pela burguesia das repúblicas marítimas da Itália.

Tão mesclados andavam os desejos de dilatar o território cristão com as aspirações por lucro mercantil que, na sua oração de obediência ao pontífice romano, D. João II não hesitava em mencionar entre os serviços prestados por Portugal à cristandade o trato do ouro da mina, ‘comércio tão santo, tão seguro e tão ativo’ que o nome do Salvador, ‘nunca antes nem de ouvir dizer conhecido’, ressoava agora nas plagas africanas...”

THOMAZ, Luiz Felipe. D. Manuel, a Índia e o Brasil. *Revista de História* (USP), 161, 2º semestre de 2009, p. 16-17. (Adaptado)

Com base na afirmação do autor, pode-se dizer que a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI foi um empreendimento

- a) puramente religioso, bem diferente das Cruzadas dos séculos anteriores, já que essas eram, na realidade, grandes empresas comerciais financiadas pela burguesia italiana.
 - b) ao mesmo tempo religioso e comercial, já que era comum, à época, a concepção de que a expansão da cristandade servia à expansão econômica e vice-versa.
 - c) por meio do qual os desejos por expansão territorial portuguesa, dilatação da fé cristã e conquista de novos mercados para a economia europeia mostrar-se-iam incompatíveis.
 - d) militar, assim como as Cruzadas dos séculos anteriores, e no qual objetivos econômicos e religiosos surgiriam como complemento apenas ocasional.
 - e) que visava, exclusivamente, lucrar com o comércio intercontinental, a despeito de, oficialmente, autoridades políticas e religiosas afirmarem que seu único objetivo era a expansão da fé cristã.
- 9. (UFF/2012)** Considerando o processo de expansão da Europa moderna a partir dos séculos XV e XVI, pode-se afirmar que Portugal e Espanha tiveram um papel predominante. Esse papel, entretanto, dependeu, em larga medida, de uma rede composta por interesses
- a) políticos, inerentes à continuidade dos interesses feudais em Portugal; intelectuais, associados ao desenvolvimento da imprensa, do hermetismo e da astrologia no mundo ibérico; econômicos, vinculados aos interesses italianos na Espanha, nos quais a presença de Colombo é um exemplo; e sociais, vinculados ao poder do clero na Espanha.
 - b) políticos, vinculados ao processo de fragmentação política das monarquias absolutas ibéricas; sociais, associados ao desenvolvimento de novos setores sociais, como a nobreza; coloniais, decorrentes da política da Igreja Católica que via os habitantes do Novo Mundo como o homem primitivo criado por Deus; e econômicos, presos aos interesses mouros na Espanha.
 - c) políticos, vinculados às práticas racistas que envolviam a atuação dos comerciantes ibéricos no Oriente; científicos, que viam na expansão a negação das teorias heliocêntricas; econômicos, ligados ao processo de aumento do tráfico de negros para a Europa através de alianças com os Países Baixos; e religiosos, marcados pela ação ampliada da Inquisição.
 - d) políticos, associados ao modelo republicano desenvolvido no Renascimento italiano; religiosos, decorrentes da vitória católica nos processos da Reconquista ibérica; econômicos, ligados ao movimento geral de desenvolvimento do mercantilismo; e sociais, inerentes à vitória do campo sobre a cidade no mundo ibérico.
 - e) políticos, vinculados ao fortalecimento da centralização dos Estados ibéricos; econômicos, provenientes do avanço das atividades comerciais; religiosos, relacionados com a importância do papado na Península Ibérica; e intelectuais, decorrentes dos avanços científicos da Renascença e que viram na expansão a realidade de suas teorias sobre geografia e astronomia.

◆ Análise de matéria jornalística

Tiras e charges são usadas até hoje como forma de denunciar por meio do humor algo que acontece no mundo. No período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), os cartunistas valeram-se desse tipo de expressão. Isso ocorria porque nem sempre a mensagem nessas obras é claramente perceptível e, assim, muitos artistas, utilizando-se dessa linguagem, conseguiram **burlar** a censura e criticar o regime militar.

No entanto, apesar de os jornais terem sido o veículo de comunicação no qual foram publicadas a maioria das tiras e charges que faziam críticas ao regime militar, a imprensa, por pressão ou convicção política, omitiu os abusos do regime e muitas vezes distorceu fatos.

É evidente que a imprensa não parou de publicar notícias, mas elas não traduziam a verdadeira situação do país. Assim, a informação que era oferecida ao leitor desviava sua atenção dos graves desmandos do governo.

Se sob uma ditadura a falta de liberdade da imprensa é óbvia, sob um regime democrático é mais difícil identificar os critérios que os veículos de comunicação utilizam para decidir o que publicar e como fazê-lo.

Ainda que os governos democráticos não interfiram diretamente no conteúdo publicado pelos veículos de notícias, a informação sempre passa, necessariamente, por uma escolha, por uma edição. Ou seja, existe alguém que, seguindo a orientação dos donos do meio de comunicação edita fotos e textos e define o que pode e o que não pode ser publicado.

Essa edição pode favorecer uma visão positiva de um fato ou pode estimular uma percepção negativa dele. Para isso, não é preciso inventar nada; basta escolher o ângulo de uma foto que está mais em conformidade com o que o editor quer transmitir ou modificar os verbos e adjetivos de uma sentença para que o leitor entenda a notícia da perspectiva escolhida pela linha editorial do veículo de comunicação.

Por isso, é preciso sempre estar atento às informações que recebemos. Sem um olhar crítico sobre elas, corremos o risco de julgar o mundo de uma perspectiva que não escolhemos, mas para a qual fomos inconscientemente induzidos.

Como devemos então proceder para sermos capazes de filtrar a informação que nos é transmitida? Como tirar dela nossas próprias conclusões? Uma das maneiras possíveis é comparar as notícias, como veremos a seguir.



FORTUNA

"Foi você, Maria, ou já começou a Lei de Imprensa?" (1966). Charge de Fortuna publicada no jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (RJ). Durante o período da ditadura militar, muitas das críticas ao regime foram feitas por meio de tiras e charges como essa.

Burlar: de acordo com o *Dicionário Houaiss*, enganar através de artimanhas; ludibriar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ITSUJO INOUYE/AP PHOTO/GLOW IMAGES



Soldados norte-americanos dão água a um soldado iraquiano no sul do Iraque. Foto de 2003. Uma mesma imagem pode transmitir diferentes mensagens dependendo do recorte feito na foto.

Objetivo

Pesquisar, selecionar e fazer uma análise comparativa de publicações jornalísticas sobre um tema escolhido.

Etapas

- Seleção do tema.
- Escolha dos veículos de comunicação.
- Pesquisa de notícias e/ou reportagens sobre o tema selecionado nos veículos de comunicação escolhidos.
- Análise comparativa dos textos selecionados.
- Elaboração de um texto com os resultados da análise.

Procedimentos

- **Seleção do tema.** Selecione um tema que esteja recebendo no momento ampla cobertura da imprensa (a aprovação de leis, algum evento da política nacional, cenário socioeconômico do país etc.).
- **Escolha dos veículos de comunicação.** Escolha três veículos de comunicação diferentes que tenham publicado notícias ou feito reportagens sobre o tema selecionado. Podem ser jornais impressos, revistas ou portais de notícias da internet. Tome o cuidado de não selecionar veículos diferentes de uma mesma empresa de informação (por exemplo, *site* e jornal impresso da mesma empresa).
- **Pesquisa de notícias e/ou reportagens sobre o tema selecionado nos veículos de comunicação escolhidos.** Identifique em cada veículo de comunicação as notícias e/ou reportagens publicadas sobre o tema escolhido. De forma geral, os veículos de comunicação trabalham com vários gêneros textuais, mas aqui você precisa identificar apenas dois deles: a **notícia** e a **reportagem**. A notícia é um texto informativo, que dá ao leitor o conhecimento de um fato, colocando-o a par do que aconteceu, como,

quando e onde, quem foram os atores envolvidos e sua repercussão. Embora a notícia não seja assinada por um jornalista, dependendo de como a informação é transmitida, pode predispor o leitor a desenvolver um entendimento positivo ou negativo do fato. Já a reportagem é sempre assinada pelo jornalista responsável e tem caráter mais analítico, procurando construir um entendimento amplo de um fato ou fenômeno social, político, econômico ou cultural. Assim, a reportagem busca colher diferentes pontos de vista sobre aquilo que é investigado e registrar a opinião de especialistas.

- **Análise comparativa dos textos selecionados.** Leia atentamente os textos, considerando os seguintes aspectos:
 1. Relevância dada ao tema: ele foi destacado em manchete? Está acompanhado por fotografia? Que lugar da página foi reservado para ele? Quanto espaço foi dedicado ao texto?
 2. A fotografia, se existe, causa que impressão no leitor? Qual é o conteúdo da legenda?
 3. O texto usa termos que sugerem ou afirmam categoricamente algo (por exemplo, utiliza “o suposto assassino” ou “o assassino”? Usa “o suspeito” ou “o criminoso”)?
 4. Que substantivos e adjetivos são usados para fazer referência aos atores envolvidos no caso (por exemplo, “jovens” ou “menores”? “Manifestantes” ou “vândalos”)?
 5. O texto manifesta um posicionamento ou deixa o leitor livre para fazer seu próprio julgamento?
 6. Ao informar o fato, buscou-se registrar o ponto de vista de todos os atores envolvidos nele?
- **Elaboração de um texto com os resultados da análise.** Copie em seu caderno o quadro abaixo e preencha-o de acordo com aquilo que observou na etapa anterior. Com base no quadro-síntese, escreva um texto comparando a maneira como os três veículos estudados apresentaram os mesmos acontecimentos.

	Gênero textual	Relevância da notícia	Manchete	Fotografia	Adjetivos e substantivos usados	Pontos de vista registrados	Posicionamento em relação aos fatos
Nome do veículo 1							
Nome do veículo 2							
Nome do veículo 3							

Pesquisa



O melhor de Calvin (1987), tirinha de Bill Watterson.

Você alguma vez já se perguntou sobre o que, afinal, nos faz tão diferentes dos outros animais que habitam o planeta?

Talvez a característica mais importante da nossa espécie seja a capacidade de refletir sobre o mundo ao redor, questionando-o e buscando compreendê-lo. Não sabemos exatamente em que momento nossos antepassados desenvolveram o pensamento abstrato, mas existem indícios arqueológicos de que essa capacidade já estava plenamente desenvolvida há 40 mil anos. Sabemos, também, que com essa capacidade de pensar desenvolvemos muitos conhecimentos: técnicas de fabricação de artefatos, estratégias de caça, mitos, tratamentos para doenças e ferimentos, entre outros.

A princípio, esses conhecimentos eram adquiridos pela experiência, por meio de acertos e erros, e cada nova descoberta integrava e ampliava o repertório de saberes acumulados, cuja preservação dependia de sua memorização e contínua transmissão para as gerações seguintes. Até a aparição do primeiro sistema de escrita, por volta de 3300 a.C., todo conhecimento adquirido era passado oralmente das pessoas mais velhas para as mais jovens. Com a invenção da escrita, a capacidade humana de preservar e transmitir conhecimento aumentou extraordinariamente.

Como consequência do desenvolvimento da escrita, atualmente é impossível reter na memória todo o conhecimento produzido pelo ser humano. Então, para acessar as informações de que necessitamos, a **pesquisa** é uma saída. Para isso, é necessário localizar as fontes onde elas estão registradas e selecionar aquilo que nos interessa.

Assim, pesquisar tornou-se uma atividade fundamental para a aprendizagem e para o exercício de qualquer atividade profissional em um mundo em que o conhecimento se multiplica e cresce continuamente. Vamos aprender uma das formas de fazer uma pesquisa?

Objetivo

Apresentar procedimentos para a realização de uma pesquisa, como seleção e uso de fontes.

Etapas


- Definição do objetivo da pesquisa.
- Levantamento das fontes disponíveis.
- Seleção das fontes relevantes de acordo com os objetivos definidos.
- Identificação e seleção da informação que vai ao encontro do objetivo definido.
- Organização das informações selecionadas e suas articulações.
- Formatação da pesquisa.

Procedimentos

- **Definição do objetivo da pesquisa.** Provavelmente sua pesquisa foi motivada por algum problema ou por alguma curiosidade. Antes de começar a pesquisar, você precisa ter muita clareza sobre o que o moveu à pesquisa. Afinal, o que você está procurando conhecer? Sem isso, você não conseguirá identificar o que é realmente relevante em meio ao imenso volume de informações que encontrará sobre o tema pesquisado.
- **Levantamento das fontes disponíveis.** Esse levantamento pode ser dividido em: bibliografia (livros, enciclopédias, dicionários, artigos de revistas e jornais); fontes visuais (fotografias); fontes materiais (observação de obras de arte e patrimônio arquitetônico); fontes orais (entrevistas); fontes audiovisuais (documentários, registros pessoais). Esse material pode ser encontrado em bibliotecas, instituições culturais ou na internet.

CALVIN & HOBES, BILL WATTERSON © 1987
WATTERSON / DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

- **Seleção das fontes relevantes de acordo com os objetivos definidos.** Hoje o volume de informação disponível é gigantesco. A facilidade técnica de produzir um livro multiplicou o número de editoras e a internet tornou acessíveis bibliotecas, arquivos e coleções de todo o mundo. Por isso, o pesquisador precisa filtrar as fontes que realmente lhe serão úteis. Para fazer essa seleção, é importante definir critérios. Por exemplo, a língua em que você quer pesquisar, o subtema que lhe interessa, a profundidade da informação de que precisa. Além disso, deverá ter o cuidado de identificar as fontes confiáveis, principalmente se estiver utilizando a internet, uma vez que nessa plataforma há muito material publicado sem qualquer consistência.
- **Identificação e seleção da informação que vai ao encontro do objetivo definido.** Depois de selecionar as fontes, leia-as atentamente. Tendo sempre em mente seu objetivo, destaque e registre em seu caderno as informações que lhe são úteis. Para organizar as leituras, sugerimos fazer seus registros segundo o modelo abaixo.

Tipo de fonte:	
Autor:	
Título:	
Local de publicação:	
Editora (ou site):	
Data de publicação:	
Assunto:	
Informações relevantes:	

É importante não copiar toda informação considerada relevante. Para cada trecho da leitura, escreva o que entendeu com suas palavras. Apenas copie frases ou parágrafos que considerar extremamente significativos.

- **Organização das informações selecionadas e suas articulações.** Como sua pesquisa foi conduzida por um objetivo específico, você precisará reordenar as informações selecionadas em função dele. Portanto, será preciso sintetizar tudo o que você registrou. A elaboração do texto será facilitada se as informações estiverem em sequência.
- **Formatação da pesquisa.** Há vários formatos para a apresentação da pesquisa: dissertação, seminário, documentário audiovisual, entre outros. Para cada uma dessas formas, você utilizará uma organização diferente, mas todas devem respeitar, basicamente, a seguinte estrutura:

1. Introdução. Você precisará colocar a pessoa que vai ler, ouvir ou assistir ao seu trabalho a par do assunto desenvolvido nele. Por isso, é importante fazer uma apresentação do que motivou sua pesquisa, das questões que a orientaram e do que será tratado na sequência do trabalho.

2. Desenvolvimento. As informações coletadas deverão ser utilizadas no meio do trabalho, ou seja, após a introdução e antes da conclusão. Não se esqueça de identificar sempre a origem das informações. Se você usou, por exemplo, informações de um gráfico encontrado no *site* da ONU, explicita isso; se está fazendo uso das ideias de um autor, não deixe de citá-lo. Lembre-se de que é isso que dará consistência à sua pesquisa e fará as pessoas saberem que você não inventou as informações nas quais se apoia. Se, além das informações, você optar pelo recurso audiovisual, as imagens e os registros fonográficos utilizados precisam ter suas fontes identificadas.

3. Conclusão. Após todo o processo que envolveu a pesquisa, você provavelmente chegou a uma conclusão. Você deverá, portanto, comunicar de maneira clara e objetiva o que descobriu ao término de sua pesquisa, ou que solução propõe para o problema que motivou sua investigação. Sempre, ao final, indique detalhadamente a origem das informações que subsidiaram seu trabalho. Livros, revistas, *sites* etc. devem ser apontados do modo mais completo possível. Em trabalhos escritos, há regras que devem ser seguidas para a indicação das referências. Consulte-as em <http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf>. Acesso em 9 fev. 2016.

REVATO SOARES/PULSAR IMAGENS



Índigena Pataxó usando o computador em uma escola da Aldeia Barra Velha, em Porto Seguro (BA). Foto de 2014. É recomendável sempre realizar pesquisas em *sites* de instituições de reputação reconhecida, como universidades, órgãos públicos e organizações internacionais ou nacionais que desenvolvam atividades relacionadas ao tema pesquisado.

Elaboração de esquemas para estudo

Os organizadores gráficos, mais conhecidos como **esquemas**, são formas de ordenar conteúdos visualmente. Com eles, é possível organizar as principais informações sobre determinado assunto, facilitando sua compreensão.

Por meio dos esquemas você pode ordenar a sequência de um processo, sistematizar relações de causa e efeito, estabelecer comparações, classificar etc. Além disso, os esquemas permitem um melhor entendimento das relações entre os diversos conceitos ou acontecimentos que formam a base do tema.

Objetivo

Elaborar um esquema para sintetizar conteúdos estudados, facilitando a compreensão deles.

Etapas

- Escolha do texto que será estudado.
- Leitura integral do texto.
- Destaque das principais informações, utilizando palavras-chave relacionadas a conceitos e pontos fundamentais.
- Seleção do organizador gráfico (esquema) mais adequado para sintetizar o conteúdo.
- Organização das informações selecionadas no formato mais apropriado.

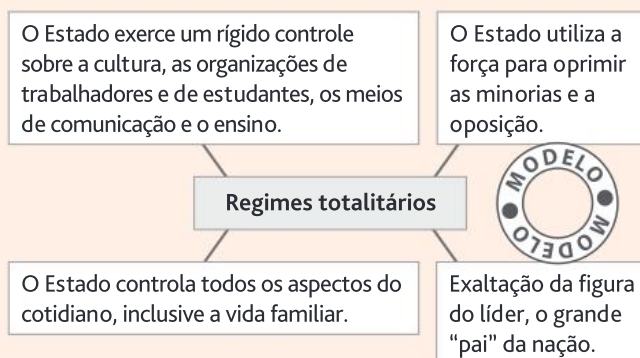
Procedimentos

- **Escolha do texto que será estudado.** Selecione o conteúdo que vai estudar: um capítulo do livro didático, um artigo, textos relacionados a uma pesquisa (tomando os devidos cuidados com a seleção das fontes – ver “Técnicas de trabalho: pesquisa”).
- **Leitura integral do texto.** Antes de resumir ou esquematizar um texto, você precisa conhecê-lo. Por isso, o ideal é fazer a leitura integral do material para identificar o assunto e conhecer o conteúdo.
- **Destaque das principais informações, utilizando palavras-chave relacionadas a conceitos e pontos fundamentais.** Separe as informações essenciais para a identificação do texto: título, autor, data, número de página e/ou capítulo. Depois, releia o material destacando palavras-chave relacionadas aos conceitos e às ideias fundamentais. Organize o que destacou em tópicos.
- **Seleção do organizador gráfico (esquema) mais adequado para sintetizar o conteúdo.** Há diferentes formatos de organizadores gráficos (esquemas). Cada um deles é mais adequado a determinado tipo de conteúdo ou de informação. Veja exemplos de alguns tipos de esquema a seguir.

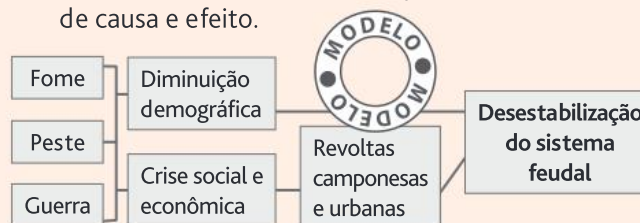
1. **Comparação.** Nesse formato, comparam-se diferentes aspectos de dois ou mais conceitos ou acontecimentos.

	Constituição de 1934	Constituição de 1988
Forma de governo	República	República
Chefe de Estado	Presidente	Presidente
Modelo de voto	Secreto e facultativo para todos os brasileiros maiores de 18 anos, com exceção de mulheres sem profissão remunerada, mendigos, analfabetos e padres.	Secreto e obrigatório para todos os brasileiros entre 18 e 70 anos.

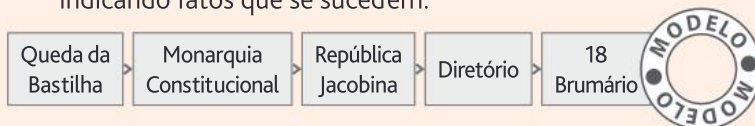
2. **Rede de tópicos.** Utilizado quando existe uma ideia central que conecta outras ideias diferentes.



3. **Relação de causa e efeito.** Apresenta uma relação de causa e efeito.



4. **Processo.** Sequência de caixas conectadas por setas, indicando fatos que se sucedem.



- **Organização das informações selecionadas no formato mais apropriado.** Depois de selecionar o modelo mais apropriado, organize o esquema com as principais ideias do texto.

Imagine-se explicando o esquema montado para alguém. Ao fazer isso, ao mesmo tempo que confere o esquema, estará estudando o conteúdo. Se conseguir explicar o esquema, significa que compreendeu o que foi estudado. Caso tenha dificuldades, retome as anotações e avalie se o tipo de organizador gráfico selecionado é realmente o mais adequado.

Seminário

Em qualquer área do conhecimento, é sempre considerável o número de profissionais versados em um mesmo tema. Porém, a produção de conhecimento é muito dinâmica e, para que todos estejam sempre atualizados e possam estabelecer uma relação de troca e diálogo, é necessário lançar mão de estratégias que favoreçam a intercomunicação.

O **seminário** é uma técnica de aprendizagem e comunicação muito eficiente para o estabelecimento do diálogo e da colaboração entre os profissionais de uma área. Ele inclui a pesquisa, a discussão e o debate sobre fontes, métodos, resultados etc. É especialmente útil à atividade escolar e acadêmica, permitindo que grupos de alunos compartilhem seus conhecimentos e suas análises de textos.

Uma das maiores vantagens de um seminário é permitir a participação mais ativa dos estudantes, deixando para trás o formato de aula em que o professor é o único que fala e os alunos limitam-se à condição de ouvintes.

Para organizar um seminário, siga as orientações a seguir.

Objetivo

Favorecer a troca de conhecimentos e criar um ambiente propício à discussão e ao debate.

Etapas

- Formação dos grupos de trabalho.
- Definição do tema geral.
- Definição dos subtemas.
- Realização da pesquisa.
- Preparação dos *slides* de apresentação.
- Apresentação das pesquisas ou leituras.
- Discussão dos resultados.

Procedimentos

- **Formação dos grupos de trabalho.** Você deve juntar-se a um grupo de alunos de quatro ou cinco membros.
- **Definição do tema geral.** No seminário, os grupos farão pesquisas sobre o mesmo tema, mas focando em diferentes aspectos dele. Assim, por exemplo, se o tema for “A mulher na Primeira Guerra Mundial”, um grupo poderá pesquisar “A mulher nos acampamentos de atendimento médico”, enquanto outro estudará “O impacto da guerra na constituição da família”. Atente-se para não trabalhar aspectos do tema de outro grupo da sala.
- **Definição dos subtemas.** Depois de estabelecido o tema geral, devem ser definidos os subtemas – os recortes dentro do tema maior. Esses recortes podem ser preestabelecidos pelo(a) professor(a) ou vocês podem

fazer algumas leituras prévias e sugerir o aspecto do tema geral pelo qual se interessam mais.

- **Realização da pesquisa.** O seminário pode partir de um texto-base escolhido pelo(a) professor(a) ou o grupo pode ficar responsável por pesquisar as fontes que guiarão o trabalho. Caso seu grupo tenha recebido um texto-base, vocês deverão fazer, além da leitura e dos registros das informações mais importantes, o levantamento das questões que o texto propõe e buscar contradições, lacunas ou pontos que não foram suficientemente trabalhados na análise do autor. Se o seu grupo ficou responsável por pesquisar as fontes, vocês devem recorrer às orientações de todas as etapas da investigação feitas em “Técnicas de trabalho: pesquisa”.
- **Preparação dos slides de apresentação.** Feita a pesquisa ou a leitura, é preciso transportar as informações a serem comunicadas para uma apresentação de *slides*, a fim de dar mais agilidade e objetividade à exposição. Para isso, destaque:
 1. A questão central que norteou o trabalho ou a leitura.
 2. As informações principais identificadas.
 3. Problemas ou questões levantadas pela leitura ou pelas pesquisas.
 4. Conclusão do grupo.
 5. Fontes consultadas.

A função dos *slides* é conduzir tanto a fala de quem se apresenta quanto auxiliar a escuta do público. Por essa razão, é muito importante que não sejam visualmente poluídos nem contenham muito texto. Além disso, tenham a certeza de que o corpo das letras usadas nos *slides* é suficientemente grande para os textos serem lidos a distância e de que eles possuem cores neutras, pois cores muito fortes turvam e cansam a visão do público.

Um *slide* com muito texto pode confundir o expositor na consulta de algum dado, bem como desviar a atenção da audiência diante da impossibilidade de ler e prestar atenção em quem fala ao mesmo tempo.

- **Apresentação das pesquisas ou leituras.** Em um dia previamente agendado, os grupos farão a exposição da leitura do texto-base ou dos resultados das pesquisas para a sala. A exposição não deve ser excessivamente longa (deve ocupar entre 15 e 20 minutos) e as falas devem ser feitas com desenvoltura, sem a leitura de informações longas escritas em papéis, fichas ou no próprio *slide*. Não há problema, contudo, em ler informações pontuais, como dados numéricos, datas ou nomes. Durante a exposição, lembrem-se de olhar para o público e de falar em voz alta e pausada, sem gesticular demais.
- **Discussão dos resultados.** Após a exposição, deve-se reservar um tempo para perguntas e debates.

Caso opte por organizar um seminário, avalie o grau de autonomia dos alunos. Se julgar que a sala ainda depende muito da sua intervenção, talvez seja interessante oferecer um texto-base para cada grupo com um roteiro de leitura. Porém, se considerar que os alunos estão suficientemente maduros, é interessante deixar que façam a pesquisa das fontes com mais liberdade.

Elaboração de uma dissertação

Muitas vezes, ao iniciarmos um texto, temos a sensação de que sabemos o que queremos transmitir, mas não como fazê-lo. Por onde começar? Como escolher as palavras certas? Que caminho tomar no desenvolvimento do raciocínio? As respostas para essas questões poderão ser encontradas mais facilmente se você entender o gênero textual que deverá produzir: a **dissertação**, que pode ser expositiva ou argumentativa.

A **dissertação expositiva** apenas apresenta um assunto e oferece uma série de informações ao leitor para que ele tome ciência de algo. Por exemplo, você pode dissertar sobre "As perspectivas na luta contra a dengue". Para isso, precisará esclarecer o que é a dengue, explicar como ela é transmitida, ponderar sobre as maneiras de combatê-la e fazer um apanhado dos resultados das pesquisas em andamento. Em seu texto você não toma partido sobre o assunto, apenas oferece ao leitor dados sobre ele.

A **dissertação argumentativa** é diferente na sua estrutura. Nela é feita a defesa de um ponto de vista. Isso significa que se deve argumentar para persuadir o leitor de uma visão particular sobre determinado assunto. Assim, suponhamos que você pretenda escrever sobre "Aquecimento global" e sustentar a ideia de que o aumento das temperaturas no planeta é resultado da ação dos seres humanos sobre o meio ambiente. Para isso, você precisará explicar brevemente o aquecimento global, citar estudos que determinam suas causas, associá-las ao desenvolvimento industrial dos últimos séculos e mostrar como medidas de proteção ambiental incidem sobre o clima. Seu leitor deverá chegar ao fim do texto convencido de que o homem é responsável pelas mudanças climáticas.

Objetivo

Apresentar procedimentos para a redação de uma dissertação que pode ser expositiva ou argumentativa.

Etapas

- Definição do tema central da sua dissertação.
- Escolha do tipo de texto: dissertação expositiva ou argumentativa.
- Pesquisa sobre o tema central da dissertação.
- Elaboração do texto de acordo com o tipo de dissertação escolhido.
- Revisão do texto para adequação da linguagem e do estilo.
- Reescrita da dissertação após a revisão e definição do título.



Candidatos realizando a prova do Enem em São Luís (MA). Foto de 2011. A redação é um dos componentes mais importantes da nota do aluno na prova do Enem. Para chegar à nota final da redação, os avaliadores do exame consideram se o aluno conseguiu, entre outras coisas, demonstrar domínio da norma culta da língua portuguesa e se ele compreendeu a proposta de redação e a desenvolveu corretamente.

Procedimentos

- **Definição do tema central da sua dissertação.** Pense a respeito do assunto sobre o qual vai escrever e busque problematizá-lo: Quais são os pontos sensíveis dele? Que polêmicas o assunto desperta?
- **Escolha do tipo de texto: dissertação expositiva ou argumentativa.** Em qualquer um dos casos, lembre-se de elaborar um texto objetivo e claro. O ideal é ser o mais racional possível e ter sempre a preocupação de fundamentar as ideias. Em uma dissertação, recomenda-se usar, preferencialmente, o **verbo na terceira pessoa**; contudo, é possível usar a primeira pessoa, especialmente em textos argumentativos, desde que se tome o cuidado para não cair em subjetivismos. No caso de se optar pela primeira pessoa, é importante evitar o emprego de expressões como “em minha opinião” ou “a meu ver”. É também indicado não fazer julgamento de valor e não empregar adjetivos como “bom”, “ruim”, “certo”, “errado”. Dessa forma, ao escrever uma dissertação, procure sempre manter certo distanciamento do assunto do qual trata. Evite tom emotivo, que dramatize a abordagem.
- **Pesquisa sobre o tema central da dissertação.** Tudo o que for afirmado deverá ser comprovado. Para sustentar seus argumentos, você pode recorrer a evidências (por exemplo, tabelas com dados comparativos, gráficos, resultados de levantamentos qualitativos), citações de autores renomados e uso do raciocínio lógico (fazendo analogias, relações pertinentes de causa e efeito etc.). O importante é que suas afirmações não pareçam puro “achismo” e não provenham de vagos “ouvi dizer”. Tenha sempre a preocupação de buscar as informações de que necessita em fontes confiáveis (veja as orientações para as etapas da realização de uma pesquisa em “Técnicas de trabalho: pesquisa”).
- **Elaboração do texto de acordo com o tipo de dissertação escolhido.** Elabore frases curtas e diretas. Coloque-as em uma ordem que pareça lógica: uma ideia deve “puxar” a seguinte. Do ponto de vista estrutural, a dissertação deve passar por três etapas:
 1. **Introdução:** é a apresentação do assunto, em que você coloca o leitor a par daquilo que será abordado no texto. Se a dissertação for argumentativa, você apresentará aqui a tese que defenderá. A introdução deve ser sempre simples e direta.
 2. **Desenvolvimento:** esse é o “corpo” da dissertação. Nessa parte você fundamentará aquilo que afirmou na introdução ou desenvolverá a argumentação que sustenta sua tese.
 3. **Conclusão:** nela você deve explicitar o que concluiu sobre o assunto tratado ou destacar o que foi mais relevante no raciocínio que você construiu. Portanto, não coloque nenhuma informação ou problematização nova na conclusão.
- **Revisão do texto para adequação da linguagem e do estilo.** Pense se as palavras escolhidas traduzem exatamente o que você pretendia dizer. Veja se as frases curtas que você redigiu podem ser articuladas com conectivos (*assim, entretanto, em decorrência de, porque, pois* etc.). Verifique se você manteve o estilo do começo ao fim (uso de terceira ou primeira pessoa, singular ou plural). Jamais use gírias, expressões coloquiais, abreviações, linguagem própria de internet (como *hashtag*), clichês e termos de baixo calão. Além disso, evite usar palavras em sentido figurativo e não tente impressionar seu leitor com um texto muito rebuscado.
- **Reescrita da dissertação após a revisão e definição do título.** Lembre-se de não repetir ideias. Se você achar que não foi claro o bastante na primeira tentativa, não volte à mesma ideia para esclarecê-la; reescreva-a. O título é a etapa final. Lembre-se de fugir do lugar comum e de não reproduzir títulos ou ideias de *sites* da internet.

◆ Análise de um filme

WARNER BROTHERS/ALBUM/LATINSTOCK



Caso essa seção seja trabalhada em sala de aula, sugerimos que a proposta seja feita em grupo, pois a diversidade de possibilidades interpretativas e a discussão podem enriquecer muito a análise.

Cena do filme *Juventude transviada* (1955), dirigido por Nicholas Ray. O comportamento rebelde de Jim Stark, o protagonista, e suas implicações sociais e familiares podem fornecer muitas informações sobre os valores e conflitos da sociedade norte-americana após a Segunda Guerra Mundial: o consumismo, a crise da família como instituição, os jovens de classe média ociosos etc.

Muitas pessoas pensam que um filme só pode ser útil à história se abordar temas históricos. Entretanto, como qualquer produto da ação humana, ele pode ser utilizado como fonte de pesquisa independentemente de seu conteúdo. Assim, costumes, crenças, visões de mundo, comportamentos e técnicas próprias de determinada época podem ser identificados em um filme, mesmo que a narrativa não seja ambientada em um tempo passado.

Além disso, mesmo os filmes históricos costumam nos dizer muito mais sobre o período em que foram produzidos do que sobre o período que procuraram retratar. Até porque nenhum filme é produzido com a intenção de ser um documento de seu tempo ou um tratado de história.

Sendo uma forma de arte, o cinema tem uma linguagem própria e atende a uma demanda artística, buscando mexer com a sensibilidade e os sentidos do espectador, distraíndo-o, entretendo-o, exaltando determinados valores e virtudes humanas ou denunciando nossos vícios e misérias.

Por essa razão, quando analisamos um filme, principalmente aqueles ambientados em épocas passadas, é preciso ter muito cuidado para não confundir cinema e história. Enquanto a história orienta-se por uma metodologia científica e tem um compromisso com a objetividade, o cinema trabalha com representações, muitas vezes amparadas na subjetividade do diretor. Quer dizer, ele conta com liberdade para dar ao passado – no caso do filme histórico – um tratamento pessoal, que afasta a narrativa dos fatos históricos.

Portanto, para analisar um filme, é preciso atentar-se a certos passos, como os descritos a seguir.

Objetivo

Analisar um filme com a finalidade de compreender a produção cinematográfica como fonte histórica.

Etapas

- Pesquisa da ficha técnica do filme.
- Pesquisa sobre o diretor e o contexto em que o filme foi produzido.
- Levantamento de informações sobre os fatos e a época retratados no filme.
- Registro de suas observações em relação ao filme assistido.
- Atribuição de um significado ao filme.
- Organização da análise e conclusões.

Procedimentos

- **Pesquisa da ficha técnica do filme.** Pesquise o nome do diretor, o elenco, o local e o ano de produção do filme. Essas são as informações básicas para o início do trabalho.
- **Pesquisa sobre o diretor e o contexto em que o filme foi produzido.** Há diretores, como o estadunidense Quentin Tarantino, que utilizam elementos da cultura *pop* e abusam de uma violência estetizada em quase todos os trabalhos. Outros diretores, como

o estadunidense Woody Allen, preferem enfatizar o perfil psicológico das personagens. E ainda outros, como o dinamarquês Lars von Trier, lançam mão de muitas alegorias e simbolismos. Conhecendo as características de trabalho dos diretores, é possível ter uma ideia do que esperar dos seus filmes, o que facilita a observação. Também auxilia bastante saber quais eram as grandes questões em pauta quando da produção do filme.

- **Levantamento de informações sobre os fatos e a época retratados no filme.** Dessa forma, você será capaz de perceber mais facilmente qual é a interpretação do diretor e até que ponto ele fez uso da sua liberdade para criar situações ficcionais.
- **Registro de suas observações em relação ao filme assistido.** Considerar principalmente os seguintes aspectos:

1. **Caracterização das personagens.** Fique atento às vestimentas, aos gestos, às expressões, aos comportamentos e às características psicológicas. Reflita sobre a relação que o diretor procurou criar entre você (o espectador) e cada personagem do filme.
2. **Cores usadas nas cenas.** Identifique se as cores predominantes no filme são frias ou quentes. As diferentes cores presentes na fotografia do filme estimulam diferentes sentimentos no espectador, como medo, tristeza, excitação.
3. **Movimentos de câmera, enquadramento e ângulo de filmagem.** Observe se a câmera acompanha os movimentos nervosos das personagens de perto ou a distância, envolvendo menos o espectador; repare se há muitos zuns, ou seja, *closes* muito próximos de uma personagem ou de um acontecimento, se o en-

quadramento “fragmenta” o que está sendo filmado ou se é centralizado etc.

4. **Trilha sonora.** Verifique que estilo de música o diretor usou. Que estado de espírito cada música favorece? Em que momentos a trilha sonora é mais importante para despertar emoções?
5. **Cenário e objetos relevantes.** Espelhos, velas, livros ou qualquer objeto que tenha destaque ou apareça recorrentemente podem ter um significado especial. Fique atento a esse aspecto.
6. **Iluminação.** Atenção à incidência da luz, às cenas de penumbra e claridade, às áreas de sombra. A luminosidade tanto interfere no sentimento que nos desperta quanto no jogo de ênfase/ocultação de elementos presentes nas cenas.
7. **Diálogos entre personagens.** Qual é a importância dos diálogos para o filme? Eles são curtos ou longos? A linguagem é rebuscada ou informal?

- **Atribuição de um significado ao filme.** Tente associar os elementos do filme ao contexto histórico em que foi produzido e às características dos filmes do diretor. Pense, por exemplo, se as principais personagens representam determinado grupo social, racial, étnico etc. Pense também se essas personagens são apresentadas como heróis ou vilões. Reflita sobre o ambiente criado pelo diretor, se é alegre, opressivo, melancólico. São muitos os elementos que podem ser considerados na sua análise!

- **Organização da análise e conclusões.** Depois de dar significado a cenas, personagens, objetos etc., organize todas as observações e reflexões, articulando-as em uma dissertação (ler as orientações para a produção desse conteúdo em “Técnicas de trabalho: dissertação”).

Um filme muito popular entre os adolescentes também pode ser usado para evidenciar a influência do contexto na produção fílmica: *300* (2007), dirigido por Zack Snyder. A obra se passa no contexto das Guerras Médicas, na Grécia antiga, mas nos permite discutir muito

mais a Guerra dos Estados Unidos contra o chamado “Eixo do Mal” (que incluía Irã, Iraque e outros países que, segundo o governo de George W. Bush, estariam produzindo armas de destruição em massa e abrigando terroristas), na medida em que é construído por uma visão maniqueísta que valoriza o militarismo e a civilização ocidental (representada pelos soldados espartanos) e desqualifica o mundo oriental (representado pelos persas, mostrados como a encarnação da tirania e da degradação dos valores ocidentais).

Cena do filme *A vila* (2004), do diretor indiano M. Night Shyamalan. Essa obra é um exemplo da influência do presente em um filme, já que ele só pode ser bem entendido se soubermos que o filme foi produzido no contexto da vigência da Doutrina Bush e da guerra contra o terrorismo, embora o enredo não aborde diretamente essas questões.

BUENA VISTA/EVERETT COLLECTION/ASYRFX



No filme *A vila*, a pequena localidade onde moram as personagens do filme está construída em uma clareira no meio de um bosque onde vivem misteriosas e perigosas criaturas, denominadas “aqueles-de-quem-não-falamos” pelos moradores da vila. Esse outro representa para as personagens o medo daquilo que não conhecem, do que é diferente delas. A segurança da vila é garantida por um pacto de que os aldeões não entrarão no bosque e viverão isolados na vila. Assim, os próprios membros da comunidade se controlam e autovigiam.

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- . *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- ANÔNIMO. *A Epopeia de Gilgamesh*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v. 2.
- ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- ARUZ, Joan e outros. *Beyond Babylon: art, trade and diplomacy in the second millennium b.C*. Nova York: Museu Metropolitan de Arte, 2008.
- ATLAS da história do mundo. São Paulo: Times/Folha de S.Paulo, 1995.
- ATLAS histórico. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1989.
- ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: FAE, 1991.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BACON, Josephine. *Atlas ilustrado da civilização judaica*. Lisboa: Dinalivro, 2003.
- BAILEY, Jill; SEDDON, Tony. *Prehistoric world*. Oxford: Oxford University Press, 1994. (Coleção Young Oxford Books)
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- . *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BONDI, Sandro F. e outros. *Fenici e cartagineses*. Roma: Libreria dello Stato/Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2009.
- BOSCHI, Caio César. *Por que estudar história?* São Paulo: Ática, 2007.
- BOUZON, E. *O Código de Hamurábi*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 10 fev. 2016.
- BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. 2. ed. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.
- CALVINO, João. *A instituição da religião cristã*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é história)
- . *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CASSON, Lionel (Org.). *O Egito antigo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- CASTRO, Francisco Lyon (Ed.). *Maravilhas do mundo: um guia dos tesouros criados pelo homem*. Lisboa: Alfa, 1998.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999.
- CHILDE, Vere Gordon. *Social evolution*. Londres: Watts, 1951.
- COMTE, Fernand. *Os heróis míticos e o homem de hoje*. São Paulo: Loyola, 1994.
- CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal, 1997. v. 1.
- DUARTE, Marcelo. *O guia dos curiosos: língua portuguesa*. São Paulo: Panda, 2003.
- DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Teorema, 1989.
- . *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- . *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2010.
- . *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003.
- . *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 1987.
- . *Guerreiros e camponeses*. Lisboa: Estampa, 1980.
- EISNER, Will. *Sundiata, o leão do Mali: uma lenda africana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- EL FASI, Mohammed (Ed.). *História geral da África: África do século VII ao XI*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 3.
- FACCHINI, Fiorenzo. *O homem*. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Origem e evolução)
- FARTHING, Stephen (Ed.). *Tudo sobre arte*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- FERRAZ, Manuel de Figueiredo. *Do tribunação da plebe*. São Paulo: Edusp, 1989.
- FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FINLEY, Moses I. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

- FLÁVIO JOSEFO, T. *História dos hebreus*. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e práticas de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Feudalismo: uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa*. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção Polêmica)
- _____; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *O Império Bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de história*. Lisboa: Plátano, 1977.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. *Grécia e Roma*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção Repensando a história)
- FUNDAÇÃO UNESP. *História*. São Paulo: Unesp, 1993. v. 12.
- GAARDER, Jostein (Org.). *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GALVANI, Walter. *Nau capitânia: Pedro Álvares Cabral, como e com quem começamos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, V. *O Oriente Próximo Asiático: impérios mesopotâmicos — Israel*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1982. (Série Nova Clío)
- GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História da Antiguidade oriental*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da arte*. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- GRUPO DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO DO ISLAM. *Alcorão*. Disponível em <www.islam.org.br>. Acesso em 11 fev. 2016.
- GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520 – as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HADA, Moses. *Roma imperial*. Rio de Janeiro: Time-Life Livros/José Olympio, 1969.
- HAILE-SELASSIE, Yohannes e outros. *An early Australopithecus afarensis postcranium from Woranso-Mille, Ethiopia*. PNAS. Washington, v. 107, n. 27, 6 jul. 2010. Disponível em <www.pnas.org/content/107/27/12121.full.pdf>. Acesso em 20 jan. 2016.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950. v. 2.
- HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia (Org.). *Pré-história do Brasil*. Rio de Janeiro: Manati, 2007.
- HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique*. Paris: Perrin, 1992.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores)
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IMENES, Luiz Márcio Pereira. *Os números na história da civilização*. São Paulo: Scipione, 1999. (Coleção Vivendo a matemática)
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Geografia indígena: Parque Indígena do Xingu*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Orgs.). *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. São Paulo: Edusp/Núcleo de Estudos da Violência (NEV), 2006. (Série Direitos humanos, 1)
- KIMMEL, Eric A. *Mitos gregos*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner; HERGT, Manfred. *Atlas histórico mundial: de los orígenes a nuestros días*. 22. ed. Madrid: Akal, 2007.
- KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 1.
- KRAMER, Samuel Noah. *Mesopotâmia: o berço da civilização*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. (Biblioteca de História Universal Life)
- LAVIER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005. (Coleção História)
- _____. *Em busca da Idade Média*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.
- _____; SCHLEGEL, Jean-Louis. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- _____; SCHMITT, Jean-Claude (Coords.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006. v. 2.
- LIVERANI, Mario. *Uruk: the first city*. Londres: Equinox, 2006.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LUTERO, Martinho. *Martinho Lutero: obras selecionadas*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2004. v. 1.
- LYONS, Jonathan. *A casa da sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção Repensando a história)
- MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravismo antigo*. 4. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1988. (Coleção Discutindo a história)
- MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MANN, Charles C. *1493: a descoberta do novo mundo que Colombo criou*. Alfragide: Casa das Letras, 2012.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

- MARQUES, Adhemar e outros. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste brasileiro*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.
- MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.
- MIGLIACCI, Paulo. *Os descobrimentos: origens da supremacia europeia*. São Paulo: Scipione, 1994.
- MINDLIN, Betty. *Vozes da origem: estórias sem escrita – narrativas dos índios Surui de Rondônia*. São Paulo: Ática, 1996.
- MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 2.
- MOSCATO, Sabatino (Dir.). *I fenici*. Milão: Bompiani, 1997.
- MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009.
- MURRAY, Tim (Ed.). *Encyclopedia of archaeology: history and discoveries*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2001.
- NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da Pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- OVERY, Richard. *Atlas de l'histoire du monde: des origines de l'humanité au XXI^e siècle*. Bagneux: Sélection du Reader's Digest, 2005.
- PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: The Times/Folha de S.Paulo, 1995.
- _____. *Atlas Verbo de história universal*. Lisboa: Verbo, 1997.
- PARKER, John; RATHBONE, Richard. *African history: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000.
- PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 24. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando a história)
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- _____. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ROCHA, Ruth. *Ruth Rocha conta a Ilíada*. São Paulo: Salamandra, 2010.
- SALMORAL, Manoel Lucena. *América – 1492: retrato de um continente hace quinientos anos*. Madri: Anaya, 1990.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Ricardo José Marques. *Edito de Milão: contexto, texto e pós-texto*. Maceió: Edufal, 2006.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Coletânea de documentos históricos para o 1^a grau: 5^a a 8^a séries*. São Paulo: Secretaria de Educação/Cenp, 1980.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1984.
- SHAW, Ian. *Ancient Egypt: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- _____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.
- STEARNS, Peter N. (Ed.). *The encyclopedia of world history: ancient, medieval and modern*. Boston: Houghton Mifflin Company, 2001.
- TALLET, Pierre. *História da cozinha faraônica: a alimentação no Egito Antigo*. São Paulo: Senac, 2005.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora da UnB, 1987.
- UNESCO. *História da humanidade: do terceiro milênio ao século VII a.C*. Lisboa: Verbo, 1996.
- VAN ACKER, Teresa. *Grécia: a vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.
- _____. *Renascimento e humanismo: o homem e o mundo europeu do século XIV ao século XVI*. 12. ed. São Paulo: Atual, 2009. (Coleção História geral em documentos)
- VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1.
- VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico: geral e Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011.
- VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. *Atlas histórico: da Pré-história aos nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990.
- VILAR, Pierre. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Contexto, 1992.
- WOODHEAD, Henry (Dir.). *A marcha do islã*. Rio de Janeiro: Abril/Time Life, 1991. v. 6. (Coleção História em revista)
- _____. (Dir.). *Marés bárbaras: 1500-600 a.C*. 4. ed. Rio de Janeiro: Abril/Time-Life, 1993.
- ZIEGLER, Christiane; PIERRAT-BONNEFOIS, Geneviève. *A arte egípcia no tempo dos faraós*. Acervo do Museu do Louvre. São Paulo: Faap, 2001.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Planisfério político



Fonte: IBGE. Planisfério político. Disponível em <http://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas_mundo_planisferio_politico_a3.pdf>. Acesso em 11 fev. 2016.



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 81.



Em 2014, a Crimeia decidiu, por meio de referendo popular, ser anexada à Federação Russa. No entanto, até o início de 2016, a ONU, os Estados Unidos e a União Europeia ainda não haviam reconhecido essa decisão.

Fonte: VICENTINO, Cláudio. Atlas histórico: geral e Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 167.



Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 65.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Suplemento para o professor

◆ Organização deste Suplemento	228
◆ Orientações pedagógicas e metodológicas	230
1. A era da informação e a hibridização cultural	230
2. Desafios do magistério no ensino médio	232
3. Objetos e agentes sociais da história	234
4. A história e o tempo presente	235
5. Educação e tecnologia	237
6. A avaliação	243
7. Trabalho interdisciplinar	245
8. A concepção da obra	246
9. A estrutura da obra	247
10. Bibliografia consultada	250
◆ Orientações específicas para o livro 1	251
Grade de conteúdos do livro 1	251
Início de conversa – Por que estudar história?	258
Capítulo 1 A construção da história	258
Capítulo 2 Os primeiros passos da humanidade	264
Capítulo 3 Mesopotâmia	269
Capítulo 4 A África na Antiguidade: Egito e Núbia	273
Capítulo 5 Hebreus, fenícios e persas	278
Capítulo 6 Grécia antiga	281
Capítulo 7 O esplendor de Roma e a civilização bizantina	285
Capítulo 8 A Europa medieval e a civilização islâmica	291
Capítulo 9 Consolidação das monarquias na Europa moderna	299
Capítulo 10 Renascimento e as reformas religiosas	303
Capítulo 11 A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo	308
Capítulo 12 A África dos grandes reinos e impérios	313
◆ Respostas das atividades do livro do aluno	318
◆ Sugestões bibliográficas	341
Para o professor	341
Para o aluno	343

Organização deste Suplemento

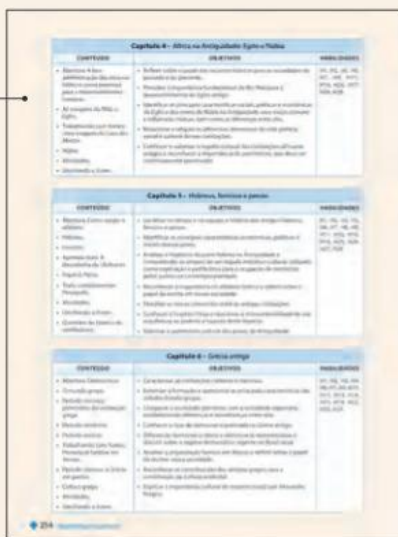


Orientações pedagógicas e metodológicas
Apresentam as diretrizes gerais da obra associadas às reflexões sobre os desafios do magistério no ensino médio, a história como disciplina escolar e as implicações das novas tecnologias digitais na educação.

Orientações específicas para o livro 1
Orientações, comentários e sugestões de trabalho para cada capítulo.



Grade de conteúdos
Com o objetivo de auxiliar a programação das aulas, apresenta os conteúdos e os objetivos de cada capítulo, apontando as competências e habilidades relacionadas a eles, conforme a Matriz de referência do Enem para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.



Sugestões de atividade
Propostas de atividades suplementares que podem ser realizadas em grupos, ampliando o estudo de algum tópico do capítulo.

Sugestões de leitura
Indica bibliografia específica relacionada a alguns tópicos dos capítulos.





Outras histórias
Propostas com textos e atividades para desenvolver a noção de simultaneidade na história, tratando sobre acontecimentos, personagens ou lugares contemporâneos ao processo histórico abordado no capítulo, mas em espaços diferentes.

Textos complementares
Textos de especialistas que ampliam ou aprofundam alguns conteúdos tratados nos capítulos.



Respostas das atividades do livro do aluno
Nesta seção o professor encontrará as respostas de todas as atividades propostas no livro do aluno.



Sugestões bibliográficas

Para o professor

Bibliografia essencial de metodologia e ensino de história, além de indicações suplementares para os temas tratados no livro.

Para o aluno

Indicações de leituras relacionadas aos temas estudados com uma linguagem adequada à faixa etária dos alunos. Além de promover o gosto pela leitura, auxilia no entendimento dos conteúdos apresentados.





LARYSSA MOURAL/CAMPUS PARTY BRASIL

Alunos de escolas públicas participam da Campus Party, Recife, 2015. A Campus Party é o principal evento de tecnologia realizado em nosso país nas cidades de São Paulo e Recife e reúne milhares de pessoas interessadas na cultura digital.

1. A era da informação e a hibridização cultural

É lugar-comum dizer que vivemos em uma “sociedade da informação” ou em uma “sociedade do conhecimento”, na qual a informação, o *know-how*, o saber, a competência tornaram-se, ao longo das últimas décadas, extremamente valorizados. Refletir sobre o significado dessa transformação social do conhecimento e sobre como ela tem impactado a maneira de abordarmos o saber histórico na sala de aula é fundamental.

A sociedade do conhecimento é marcada, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento explosivo e contínuo da tecnologia da informação (TI), que introduziu não apenas novos processos de produção de mercadorias e serviços, como também novas formas de relacionamento entre as pessoas.

O *e-mail*, as redes sociais, os celulares e *smartphones*, os *tablets* e os diversos meios de comunicação sedimentaram uma sociedade em rede, uma verdadeira teia global na qual as relações sociais são intensificadas e, ao mesmo tempo, esvaziadas; aproximando pessoas distantes e distanciando pessoas próximas; encurtando distâncias e acelerando o tempo, mas reduzindo a possibilidade que se tem para desfrutar a companhia dos amigos e dos familiares. Esse conjunto de transformações parece impor que estejamos constantemente conectados e sugere o compartilhamento de informações para além das culturas e fronteiras; porém, também pode ser um convite ao pensamento, à crítica.

De fato, nunca houve tanta informação sendo transmitida por tantos meios ao mesmo tempo. Mas essa enxurrada de informações pode ser entendida como sinônimo de conhecimento? Em que medida possuir 3 mil músicas em um aplicativo de *smartphone* equivale a ter conhecimento musical? O que significa, por exemplo, cultivar o bom gosto? Ou, para ir mais longe, que papel a escolarização e, em especial, o saber histórico

escolar desempenham na formação do senso estético dos alunos? Como distinguir o simples acúmulo de informações do conhecimento razoável acerca de algo que tenha significado e faça sentido?

O convívio humano, as variadas formas de intercâmbio e os meios com que as nações se comunicam e trocam bens entre si não nasceram, evidentemente, no alvorecer da modernidade, tampouco com a criação de *microchips* e a consequente miniaturização dos equipamentos eletroeletrônicos. O próprio desenvolvimento de determinada cultura abrange a comunicação e as trocas que um povo realiza entre si, e a relação que mantém com outras culturas, afinal, as múltiplas identidades que caracterizam os diferentes povos se definem por aproximações, oposições, relações e distinções entre eles. O fato é que, no último meio século, o intercâmbio entre os povos se intensificou, e vem intensificando-se cada vez mais, em razão da revolução nos meios de comunicação.

Essa revolução permite aos jovens contemporâneos compartilhar, em escala global, as mais diversas informações, nos mais diferentes formatos (textos, áudios, imagens, vídeos) ao mesmo tempo que estabelecem relações sociais de um novo tipo – mais efêmeras e fluidas – e que não necessariamente ou prioritariamente têm como centro o bem comum. Em que medida esse cenário está relacionado à emergência de novos tipos de identidade juvenil e a novas formas de pertencimento cultural?

Estudos como os do sociólogo espanhol Manuel Castells apontam que mesmo na fluidez do mundo virtual há uma busca por identificação, porém esta independe de lugar, cultura, etnia e nacionalidade. A procura dos jovens por novas formas de relações sociais e de reconhecimento traduz-se em relações virtuais, que são eletivas e priorizam interesses pessoais. Assim, hoje, o que confere a eles sentido de pertencimento a dada comunidade já não é, necessariamente, uma língua natal ou aqueles traços constitutivos da cultura nacional, mas o fato de compartilharem um mesmo interesse (por um esporte, uma banda, um seriado de televisão, um artista etc.).

Vivenciamos, assim, a formação de identidades híbridas, que apresentam traços das comunidades locais e aspectos culturais globais. O efeito mais importante dessa transformação social é a mistura de valores, línguas e culturas, provocando o que os antropólogos chamam de “hibridização cultural”. A hibridização ocorre porque os bloqueios físicos e ideológicos à livre difusão do conhecimento, da cultura e da educação tendem a diminuir, permitindo que povos de diferentes partes do mundo tenham acesso à cultura e aos valores uns dos outros e se engajem em processos de fusão e difusão de suas respectivas identidades culturais.

O entendimento entre os povos, porém, não é tarefa simples. O recrudescimento das guerras civis, das rivalidades religiosas ou interétnicas, dos vários fundamentalismos em certas regiões do mundo pode ser interpretado como reações ou movimentos destinados a frear essas transformações e a reafirmar identidades regionais. O terrorismo, nos seus mais variados matizes, surge, assim, como uma exacerbação da incapacidade de compreender e tolerar o outro, que passa a ser visto como um inimigo a ser eliminado. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de entender que as culturas distinguem-se umas das outras por uma série de características, e que a superação do etnocentrismo, e da violência dele decorrente, implica o reconhecimento e o respeito à diversidade.

O conhecimento histórico não pode ficar indiferente a esse conjunto de transformações, que sugerem modificações didáticas e epistemológicas fundamentais na abordagem do saber histórico na sala de aula. É a esse desafio que esta obra tenta responder.

Como já indicado por filósofos como Kant e Hegel, o conhecimento não é um dado bruto da realidade, que bastaria coletar e repetir; ao contrário, o conhecimento depende da intervenção ativa do sujeito que conhece, ele é uma construção do sujeito que interpreta a realidade segundo seus critérios pessoais e os valores que determinada sociedade e cultura, num tempo específico, entenderam que devam ser partilhados, cultivados e aperfeiçoados.

2. Desafios do magistério no ensino médio

Depois dessa rápida análise sobre a vida contemporânea e sua relação direta com as questões da hibridização cultural e da formação de identidades não mais nacionais, cabe agora uma reflexão sobre a influência dessas mudanças na escola de ensino médio, no trabalho do professor e nos sistemas de avaliação brasileiros.

A maioria dos jovens alunos de hoje cresceu em um ambiente de liberdade política, encarando e experimentando mudanças sociais e comportamentais que os distinguem de outras gerações. Evidentemente, essa nova condição coloca desafios e problemas novos não apenas aos próprios jovens, como também a seus pais e em toda a comunidade escolar.

Consequentemente, a escola que os recebe também deveria ser distinta daquela de décadas anteriores. No entanto, em suas características gerais, a escola parece não ter acompanhado o ritmo das mudanças operadas no mundo contemporâneo, embora em alguns aspectos ela tenha vivenciado transformações significativas.

Nas últimas décadas, as transformações econômicas e sociais pelas quais o país passou tornaram possível que grande contingente de brasileiros que até então engrossavam as fileiras da pobreza e da miséria ingressassem, paulatinamente, no mercado formal de consumo. Como parte de amplo processo de mudanças estruturais, ampliou-se, também, o acesso à educação formal e pública, nos diversos níveis de ensino. A busca por novos patamares de desenvolvimento trouxe à tona uma série de demandas dos cidadãos, como o acesso à cultura, à informação e ao lazer, a mobilidade urbana, escolas públicas de qualidade, serviço de saúde digno etc.

A educação representa uma condição essencial para que o crescimento econômico resulte no desenvolvimento social do país, e o ensino médio, como a última etapa da educação básica, deveria cumprir um papel fundamental, não apenas por ser a antessala do ensino superior ou do mundo do trabalho, mas também pelo amplo significado que esses três anos representam na formação dos sujeitos do ponto de vista ético, político e cultural.

Contudo, a estrutura curricular do ensino médio e as características gerais da educação básica ainda se mostram distantes das necessidades dos estudantes, tanto na tarefa de formá-los para exercer a cidadania como na tarefa de prepará-los para um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e exigente.

As atribuições escolares atuais podem ser analisadas sob diferentes aspectos: a escola promove a convivência social, oferecendo diferentes oficinas e projetos complementares às aulas; é também um local em que se compartilham informações e se produz conhecimento.

Entre todas essas atribuições, o que transparece em alguns estudos sobre o espaço da educação no mundo contemporâneo é que a escola deve não só ser o lugar da aquisição do conhecimento formal dos conteúdos disciplinares, mas também atender às demandas pela formação mais ampla dos indivíduos, fornecendo noções de cidadania, de inserção e valorização de diferentes culturas, de apreço e cuidado com o ambiente, de promoção da igualdade racial e de gênero, de respeito à diversidade etc.

Ir ao encontro de tais compromissos implica repensar as próprias atribuições docentes, uma vez que estas também têm-se transformado. Se a escola não é mais a única agência formadora, pois convive com outros espaços de aprendizagem, os professores, por extensão, já não representam mais a única fonte de informação para os alunos.

Hoje, é comum que os jovens tenham mais habilidades que os professores na utilização das novas tecnologias. Eles se conectam, acessam e compartilham inúmeras informações muito rapidamente. Contudo, a facilidade para comunicar-se e acessar conteúdos não garante, por si só, a capacidade de articular tais informações e produzir, com base nelas, algum conhecimento, compreender as diferentes faces do complexo mundo em que vivemos e intervir nele de forma crítica e consciente. Cabe ao professor a tarefa de auxiliar os alunos a decodificar as inúmeras informações que chegam desarticuladas até eles e a estabelecer uma relação crítica com diversos tipos de dados, sendo capazes de analisá-los e de compreendê-los.

Para tanto, o professor do ensino médio deve assumir o papel de mediador e facilitador na aquisição de conhecimentos por parte dos alunos. Nessa tarefa, é necessário que ele considere válidas as experiências trazidas pelos alunos e as integre ao trabalho em sala de aula. Também é recomendável a adoção da pesquisa como um dos recursos centrais da prática pedagógica.

A boa atividade de pesquisa estimula a curiosidade e o potencial investigativo do estudante, permitindo-lhe assumir o papel de sujeito na busca, na seleção e no registro da informação, procedimento essencial no desenvolvimento da autonomia. Quando realizada em grupo, a pesquisa desenvolve a capacidade de trabalhar em equipe, proporcionando situações de interação e conflito, que são necessárias para a vida em sociedade. O professor não apenas motiva, mas também fundamentalmente orienta e monitora a pesquisa escolar, levantando questões, identificando problemas, recomendando o uso de fontes confiáveis e alertando para fontes suspeitas, auxiliando na seleção, na interpretação e na organização dos dados obtidos.

É relevante destacar que essa atividade não se relaciona apenas a alguns procedimentos próprios do saber histórico escolar, mas contribui para o desenvolvimento do jovem cidadão, na medida em que estimula a interação com o outro, a investigação, a análise, a reflexão, a crítica e a busca de soluções para os problemas ali vivenciados. A prática pedagógica reveste-se, assim, de um sentido ético, uma vez que os alunos serão estimulados a desenvolver um relacionamento cooperativo entre si, com a comunidade escolar e com a sociedade.

Também se torna necessário observar as orientações curriculares estabelecidas pelas políticas educacionais baseadas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (parecer CNE/CEB n. 5/2011) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), que visam desenvolver nos alunos, ao fim da educação básica, competências que os habilitem ao exercício pleno da cidadania e os preparem para a vida.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a ponta final dessas formulações curriculares, ao estabelecer uma avaliação que funciona como ingresso em muitas universidades brasileiras. A base para a formulação das questões do Enem parte dos pressupostos expressos na Lei de



Índia da etnia Kadiwéu utilizando celular na aldeia Alves de Barros em Porto Murinho (MS). Foto de 2015. A tecnologia é muito presente no cotidiano dos jovens na atualidade.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos PCNEM. Portanto, é uma matriz que privilegia as competências e as habilidades – o saber fazer –, assim como o pensamento interdisciplinar e a autonomia intelectual.

Esse conjunto de capacidades deve possibilitar ao aluno resolver situações-problema, contextualizar conhecimentos e desenvolver a flexibilidade de raciocínio em diferentes áreas. As ciências humanas, em especial, devem privilegiar o respeito à diversidade cultural e ao patrimônio artístico e histórico, permitir a construção de princípios éticos e cidadãos e desenvolver a capacidade analítica, a consciência crítica e a criatividade.

Nesse contexto, o livro didático é um importante instrumento de apoio ao professor, já que disponibiliza diferentes possibilidades de abordagem dos temas. Além disso, o livro auxilia os alunos a desenvolver as capacidades necessárias na busca de significados para as questões da contemporaneidade e da vida. Como tal, o livro didático serve como referência e possibilita ao professor utilizá-lo de diferentes maneiras, de acordo com a realidade de sua comunidade escolar.

3. Objetos e agentes sociais da história

A história praticada na academia, como produto de seu tempo, vem acompanhando as intrincadas transformações ocorridas nas últimas décadas. Assim, as novas formas de abordar o conhecimento histórico vêm favorecendo a inclusão de novos temas e objetos de pesquisa, que, articulados ao ensino de história, apresentam maiores possibilidades de vinculação à realidade do público heterogêneo que hoje compõe a escola.

Entre esses temas estão a incorporação de estudos sobre a experiência comum, que eram ignorados pela pesquisa historiográfica tradicional, como os aspectos cotidianos da cultura, a vida dos desfavorecidos, as conquistas tecnológicas humanas – integrando aí desde as pontas de flechas pré-históricas até a informática –, as cidades, as diferentes formas de escrita e leitura, entre outras tantas temáticas. Contudo, novos temas e novos objetos exigem novas fontes de pesquisa, como explicita Peter Burke:

“Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral [...]; outros, à evidência das imagens [...]; outros, à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras.”

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 25.

Assim, é comum encontrarmos estudos historiográficos atuais que partem da análise de obras de arte, de correspondências, da oralidade, de rituais e práticas religiosas, de mapas, de música, de literatura ficcional, de estatísticas, entre tantas outras fontes. O fato de as novas abordagens não diferenciarem a cultura erudita da popular, não estabelecerem hierarquia de valor entre os diferentes temas de pesquisa e buscarem referências em outras áreas do saber – como a antropologia, a literatura, a semiologia – vem produzindo uma ampliação dos enfoques historiográficos que podem auxiliar na busca de uma aproximação com o interesse dos alunos, sem empobrecer o conteúdo histórico na metodologia e nas análises. Nesses casos, o que importa é realizar a leitura dessas fontes como evidências históricas, permitindo compreender a vida humana no tempo.

Dessa forma, o trabalho com a história em sala de aula, realizado com o uso de diferentes fontes, como o cinema, a história oral, a literatura, a pintura, a fotografia, a música, entre outras, permite aos alunos se aproximarem do conhecimento historiográfico e ampliarem sua

visão de mundo. Além disso, favorece a formação dos estudantes para a capacidade de realizar a leitura de diversas fontes, de expressar ideias, inferir informações e analisar e comparar diferentes elementos que forneçam dados para a compreensão das relações que constituem os momentos distintos da história.

No entanto, para fazer um bom uso dessas fontes, é necessário contextualizá-las, investigando, na medida do possível, o período de produção, sua autoria, linguagem, finalidade, interlocutores e objetivos, prestando atenção para não projetar no passado valores e sentimentos do presente.

As fontes históricas, antes de funcionarem como canais diretos para o passado, ajudam-nos a investigar e compreender as múltiplas relações que marcaram uma época. Assim, no trabalho com obras cinematográficas, por exemplo, é importante que o professor assista previamente ao filme, selecione os trechos que considere relevantes para a discussão e atente para o tipo de atividade a ser feita com os alunos após a exibição do material – lembrando que todo filme é fruto das ideias do diretor e de outros profissionais que trabalharam na produção da obra –, sempre ligado ao contexto em que o filme foi produzido, e, portanto, resultado de crenças, hábitos e técnicas de determinada sociedade.

Outro tema presente nos currículos escolares atuais é a inclusão da história e da cultura indígena e africana, antes abordadas de forma periférica em sala de aula. Esses estudos estimulam a prática cidadã e contribuem para combater preconceitos ao redefinir a importância dos povos indígenas e africanos para a formação do Brasil contemporâneo. Tendo em vista essas questões, foi promulgada em 2003 a Lei n. 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira. Em março de 2008, a exemplo da lei anteriormente citada, a Lei n. 11.645 tornou obrigatório o ensino de história e da cultura indígena no nível básico nas escolas públicas e privadas.

“[...] § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em 16 fev. 2016.

Para auxiliar o trabalho do professor, em diferentes capítulos desta obra procuramos fornecer um panorama amplo do desenvolvimento desses povos no tempo e da inserção cultural que tiveram no Brasil e na América.

4. A história e o tempo presente

A tarefa de construir um saber histórico voltado para a vida e para os problemas contemporâneos, que possibilite explicar as bases culturais e materiais sobre as quais se assenta a nossa civilização e reconhecer os rumos para onde elas estão nos conduzindo, significa permitir ao aluno explorar as múltiplas temporalidades que unem passado, presente e futuro.

“Essa forma clássica de pensar a história permite estabelecer relações de causa e efeito entre acontecimentos de períodos sucessivos e, para o aluno, apresenta a

vantagem de dar sentido ao mundo em que vive. A ideia de dar um sentido ao presente, tendo como referência o passado, é o cerne da utilidade social da história. É também uma postura que torna impossível qualquer pretensão a um discurso historiográfico definitivo, à medida que as questões colocadas para o passado não cessam de evoluir.”

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004. p. 76. (Coleção Pensamento e ação no magistério)

Nesta obra, a tarefa de perceber o saber histórico como uma relação dinâmica entre temporalidades concretiza-se particularmente nas aberturas dos capítulos, nas leituras e questões dos “Textos complementares”, e nas seções “Trabalhando com fontes” e “Aprenda mais”. Nessas ocasiões, o aluno poderá, por exemplo, perceber nas instituições do Brasil atual a herança da democracia grega; e, ao estudar a Revolução Industrial, refletir sobre as condições de trabalho nos dias de hoje.

Além disso, a obra possibilita, entre outros aspectos, identificar alguns princípios políticos da Revolução Francesa presentes nos governos representativos atuais; perceber a atualidade da luta indígena pelo direito à terra e à preservação de suas tradições ou reconhecer, nas terras dos descendentes dos antigos quilombolas, um vínculo com a pluralidade cultural trazida pelos negros africanos; ou ainda identificar nas cidades históricas de Minas Gerais as marcas da época do ouro no Brasil.

A elaboração de uma obra com o olhar voltado para o nosso tempo é necessária não só por possibilitar a leitura e a compreensão do presente à luz do passado, e vice-versa, favorecendo assim projeções em relação ao futuro, mas também por representar uma escolha metodológica que transforma a aprendizagem em um saber significativo para os alunos, amparada em referenciais conhecidos e contemporâneos e, por isso mesmo, dotada de sentido e interesse.

NEANDER HERINGER



Grupo Jongo Dito Ribeiro, reunido diante da Estátua da Mãe Preta, em frente à Igreja São Benedito, Campinas (SP). Foto de 2014. O Jongo, tradicional em muitas comunidades brasileiras, surgiu das práticas dos africanos escravizados de origem banto que trabalhavam nas lavouras de café durante o século XIX. A tradição é a memória viva de uma prática do passado que, por sua importância na vida das pessoas, é perpetuada de geração a geração.

5. Educação e tecnologia

Nas últimas décadas, a emergência e a difusão das tecnologias digitais e de seu uso no processo de ensino e aprendizagem tem desafiado os educadores a repensar a docência. Para melhor compreender essas novas demandas e a recepção dos professores às exigências de um novo tempo, vejamos como se deu o manejo de diferentes tecnologias intelectuais em diferentes momentos históricos.

As informações e os conhecimentos acumulados pelo ser humano foram transmitidos entre diferentes gerações por intermédio de várias tecnologias. Antes do aparecimento da escrita, a fala era um instrumento de permanência, o principal veículo de transmissão e preservação de técnicas, valores, conhecimentos e experiências. Nessa fase da oralidade, a transmissão de conhecimentos ocorria por meio da memorização da informação, que era repassada de geração a geração.

Com a invenção da escrita, por volta de 3300 a.C., a informação e o conhecimento puderam ser transmitidos por diferentes tipos de suportes, como pergaminhos, códices, papiros e, posteriormente, livros. A invenção da escrita, entretanto, não significou a supressão da pluralidade das tradições orais. Um jovem grego da época clássica, por exemplo, aprendia a recitar trechos dos poemas homéricos e, apenas depois de memorizá-los, recebia uma tabuleta de argila para registrar alguns versos. As sociedades ágrafas da América e da África preservaram suas histórias e técnicas ancestrais por meio do convívio das gerações mais velhas com as mais novas. Mesmo nas sociedades ocidentais, nas quais a escrita tornou-se uma das bases da organização do Estado, da economia e da ciência, as tradições que se firmam na oralidade continuam sendo veículo de transmissão de valores, costumes e conhecimentos, especialmente nas comunidades rurais.

Ao longo da história, vários suportes foram criados e aperfeiçoados para transmitir conhecimentos, sem que a invenção de um implicasse necessariamente a supressão do outro: a pedra cinzelada com hieróglifos, o papiro, o pergaminho, o manuscrito medieval, o livro impresso de Gutenberg em 1455, o telefone, o rádio, a televisão e, hoje, os conteúdos digitais, agregam muitos desses suportes anteriores. Todos esses meios facilitaram a transmissão de conhecimentos e informações e tiveram um profundo impacto na sociedade em que emergiram. E cada uma dessas formas de preservar e acessar conhecimentos afetou a educação e, por extensão, o papel do professor.

A seguir, vamos explorar um pouco mais as características da sociedade do conhecimento, em especial aquelas relacionadas ao âmbito da educação, e fazer algumas considerações sobre o uso das tecnologias digitais na prática docente.

◆ A sociedade do conhecimento

O conceito de sociedade do conhecimento foi introduzido em 1969 por Peter Drucker e se consolidou quando Daniel Bell publicou o livro *O advento da sociedade pós-industrial*, em 1973. Para Bell, a produção de conhecimentos se tornaria a forma dominante da atividade econômica da sociedade contemporânea, o que se materializou nas últimas décadas e gerou profundo impacto na educação com a introdução do computador nos procedimentos de acesso, produção e compartilhamento de conhecimentos.

As novas tecnologias digitais, especialmente as tecnologias da informação e comunicação (TICs), combinadas com vários outros recursos da *web*, como bancos de dados, jogos, simulações, imersão virtual, realidade aumentada etc., formam uma vasta rede de aprendizagem que pode ser acessada constantemente, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana (Harasim, 2005). Essa rede global de informações permite o acesso a colegas e profissionais, a comunidades virtuais, a conteúdos de diversas áreas e a muitas formas de *networking* que hoje fazem parte do cotidiano de bilhões de crianças, jovens e adultos em todo o planeta.

As tecnologias digitais foram adotadas de forma acelerada no mundo todo, e seu uso continua a se expandir, modificando a sociedade e a cultura contemporâneas. Segundo dados da União Internacional de Telecomunicações das Nações Unidas (UIT), em 2015, 43% da população mundial estava conectada à internet. No Brasil esse número chegava a

57,6% da população, e em países como a Islândia e a Noruega a 98,2% e 96,3%, respectivamente (UIT; Unesco, 2015). Estimativas apontam que, em poucos anos, a maioria da população mundial estará conectada à rede por meio de celulares, *tablets* e *notebooks*, entre outros aparatos tecnológicos.

◆ O uso do computador na educação

A utilização de mídias em sala de aula tem longa história: primeiro foi a mídia impressa, representada principalmente pelo livro didático, pelas histórias em quadrinhos, pelos jornais e pelas enciclopédias; depois, agregou-se a mídia audiovisual, por meio do cinema, da televisão, dos aparelhos de videocassete e de DVDs; hoje, vivenciamos a entrada da mídia digital, por meio da internet. A *web* tem características únicas, bastante diferentes daquelas das mídias anteriores, particularmente por permitir o acesso imediato a todo tipo de informação e de conhecimento existente em formato textual, multimídia e hipertextual, além de estabelecer interatividade com a informação acessada, possibilitando o *feedback* instantâneo. O espaço de aprendizagem extrapolou as quatro paredes da sala de aula e ampliou-se virtualmente, conectando o estudante à rede global (Teles, 2009).

A introdução progressiva de computadores nas escolas, experiência adotada em muitos países, evidencia o reconhecimento e a importância do uso das novas tecnologias na educação. Em vários desses países, tal procedimento teve início nos anos 1980. No Brasil, o uso desses equipamentos se acelerou na década de 1990, mas apenas no início do século XXI o debate a esse respeito se tornou mais significativo. O uso do computador na educação, como geralmente ocorre diante de situações novas, gerou um ambiente de insegurança em que muitos profissionais chegaram mesmo a temer que ele pudesse substituir o professor.

Em parte, esse temor expressava a dificuldade dos **imigrantes digitais** de integrar as novas tecnologias a seu cotidiano. O termo “imigrante digital” refere-se à geração que nasceu antes das novas tecnologias ou quando elas começaram a surgir. Já os **nativos digitais** – nascidos na sociedade tecnológica – utilizam as mesmas tecnologias com naturalidade (Prensky, 2010). Eles caracterizam-se, principalmente, pelo uso cotidiano da internet e pela mobilidade nas comunicações com conectividade constante. Os nativos digitais compartilham o sentimento de pertencer a um grupo, que se concretiza na formação de comunidades virtuais, que usam as redes sociais para trocar ideias, marcar encontros, tirar dúvidas escolares e muitas outras coisas. Por essa razão, eles dependem dos equipamentos eletrônicos com acesso à *web* para se manterem conectados a seus grupos.

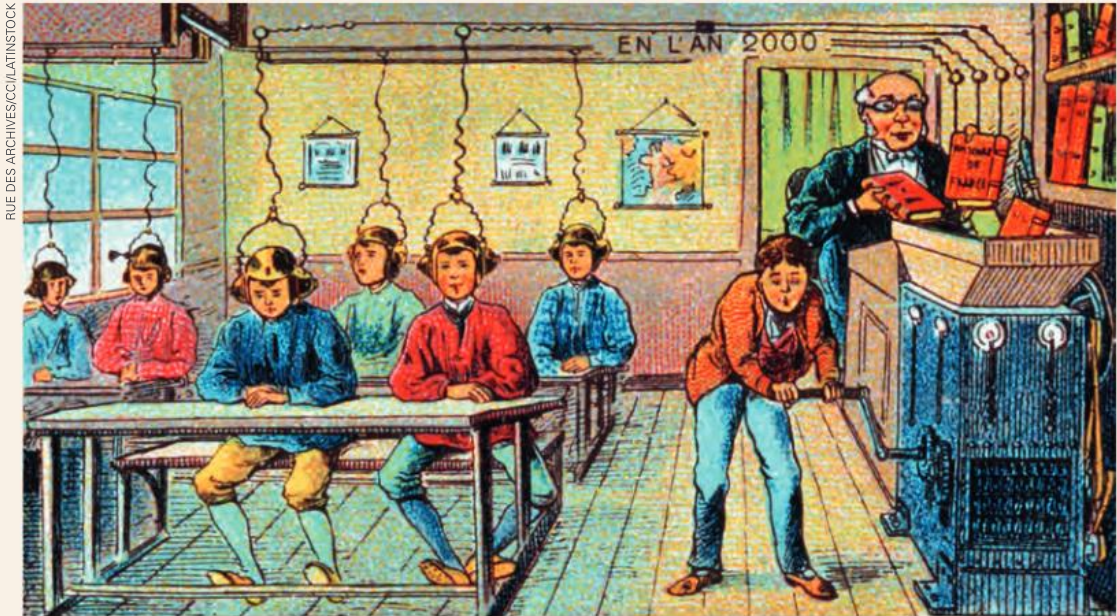
As mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico afetaram a escola e os alunos e facilitaram a emergência de um novo tipo de estudante, que estabeleceu uma harmoniosa convivência com a cibercultura (Lévy, 1999).

Contudo, é ilusório imaginar que a tecnologia possa substituir a escola ou o professor. Segundo Otacílio Ribeiro:

“A máquina precisa do pensamento humano para se tornar uma ferramenta auxiliar no processo de aprendizado. É necessário integrá-la às mais diferentes atividades, pois ela pode ser entendida enquanto instrumento de expansão do pensamento. Que sirva para envolver os estudantes em projetos práticos, desafiadores e que estimulam o raciocínio humano. Hoje, o papel da escola é ensinar a pensar, preparando o aluno para lidar com situações novas, problematizando, discutindo e tomando decisões. Sobretudo, cabe à educação resgatar o homem de sua pequenez, ampliando horizontes, buscando outras opções, tornando as pessoas mais sensíveis e comunicativas.

Ao pensar o processo pedagógico mediado pela tecnologia, não se pode esquecer que a centralidade da ação deve estar nos sujeitos, e não nas técnicas.”

RIBEIRO, Otacílio J. Educação e novas tecnologias: um olhar para além da técnica. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica/Ceale, 2011. p. 94. (Coleção Linguagem e educação)



A escola no ano 2000, gravura de autoria desconhecida. França, c. 1910. É comum que novas tecnologias gerem a inquietação das pessoas. No início do século XX, artistas franceses produziram uma série de imagens futuristas, imaginando como seria o país no ano 2000. A escola do futuro, para eles, contaria com máquinas que transmitiriam o conhecimento dos livros escolhidos pelo professor para os alunos. Hoje, sabemos que a tecnologia é apenas um suporte, que exige uma postura ativa de professores e alunos para a produção do conhecimento.

O que está em discussão, portanto, não é a substituição do professor, mas a readequação da prática docente diante das novas tecnologias.

Alguns professores podem até resistir à utilização dessas tecnologias, aferrando-se às suas práticas tradicionais. Porém o que se observa com mais frequência é que faltam estrutura e programas de formação para o uso adequado dessas ferramentas no ambiente escolar (Barbosa, 2015).

Segundo pesquisa recente, que analisou a utilização de TICs em escolas urbanas das cinco regiões brasileiras,

“O uso da internet para elaboração de aulas ou atividades com os alunos continua sendo uma ação comum entre professores de escolas públicas: 96% deles afirmaram já ter utilizado algum tipo de conteúdo obtido na rede com essa finalidade. Os resultados da pesquisa apontam o uso frequente de fragmentos de conteúdos disponíveis na internet (tais como imagens e vídeos), citados com maior intensidade que o uso de materiais completos, tais como videoaulas ou apresentações prontas [...].

Entre os tipos de conteúdo citados por uma proporção menor de professores, estão os que envolvem um engajamento mais interativo por parte dos estudantes, tais como *software* educacionais (47%) e jogos (44%).”

BARBOSA, Alexandre F. (Coord.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras – TIC educação 2014*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. p. 127. Disponível em <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Educacao_2014_livro_eletronico.pdf>. Acesso em 16 fev. 2016.

Assim, percebe-se que, a despeito da maioria dos professores utilizar a internet como fonte de pesquisa para a preparação de suas aulas, as atividades que demandam maior habilidade e interação com os alunos ainda são pouco exploradas.

Como ferramenta educacional, o computador, conectado à internet, pode ser usado de várias maneiras, contribuindo para a realização de atividades com diferentes níveis de complexidade. Há diversos *softwares* que podem ser usados para o acesso a bancos de dados e *sites* de busca que permitem pesquisar informações atualizadas sobre temas tratados nas aulas.

Os *sites* de muitos museus disponibilizam visitas virtuais, possibilitando que os estudantes conheçam obras de seu acervo. O computador pode, ainda, viabilizar o compartilhamento de informações entre colegas, *experts* e outros internautas por intermédio do correio eletrônico e das redes virtuais. Além disso, diversas ferramentas de edição podem ser utilizadas para a produção de conteúdos audiovisuais pela turma.

A utilização de qualquer um desses recursos, porém, exige certos cuidados. No ambiente escolar, a tecnologia deverá contribuir para a ampliação do aprendizado, assim como para a promoção de uma atitude ativa, criativa e colaborativa dos alunos. Para isso, é preciso assumir uma postura investigativa e reflexiva. Antes de usar qualquer ferramenta tecnológica, é necessário que o professor explore suas funcionalidades e se prepare para aplicá-la, tendo em mente que a tecnologia não o substituirá, mas apenas se somará ao seu trabalho, ao conhecimento dos conteúdos da disciplina, que constitui seu patrimônio, sua base profissional.

Além disso, é fundamental estabelecer normas claras quanto à utilização da internet na escola. Essas regras, geralmente chamadas de “política de utilização aceitável” (PUA), consistem em um acordo firmado entre alunos, pais e professores e podem, em alguns casos, ser instituídas por secretarias, diretorias, coordenadorias ou pela própria escola. É importante saber se existe uma PUA em sua escola ou rede de ensino. Se não houver, você e seus colegas podem desenvolver uma. Neste caso, é recomendável especificar as responsabilidades dos alunos quando estiverem *on-line*, como respeito à privacidade, ética, segurança, plágio, assim como as áreas, tipos de *sites* e aplicativos que estão fora dos limites considerados aceitáveis.

Hoje há uma série de *softwares* de filtragem ou de monitoramento de conteúdos da internet, impedindo o acesso a determinados *sites* (como os de pornografia, conteúdos racistas etc.). É aconselhável saber se os computadores de sua escola contam com esses programas antes de iniciar as atividades.

Quando o computador for utilizado para a realização de pesquisas, será fundamental que os alunos aprendam a avaliar a qualidade das fontes disponíveis na *web*. Para familiarizá-los com essa tarefa, uma lista para avaliação de *sites* pode ser bastante útil, como o exemplo a seguir:

- Qual é o assunto pesquisado?
- Qual é o nome do *site* e seu endereço eletrônico?
- Quem é responsável por esse *site*? Trata-se de uma pessoa ou de uma instituição com grande conhecimento no assunto que você está pesquisando? Por quê?
- O *site* apresenta erros de ortografia, gramática e digitação? Fornece informações superficiais, suficientes ou aprofundadas sobre o assunto? Essas informações estão atualizadas?
- O responsável pelo *site* ou alguma organização que o patrocina tem algum interesse em apresentar as informações com determinada tendência?
- A página apresenta outros recursos úteis para sua pesquisa?

Além disso, nunca é demais lembrar os alunos de que, em uma pesquisa na internet, é preciso ter o mesmo cuidado com a citação de fontes que se tem em relação à bibliografia impressa. No entanto, cabe destacar que, como o material encontrado na internet muitas vezes é temporário, faz-se necessário incluir na citação a data em que ele foi consultado. Por exemplo: ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Da civilidade à civilização. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 120, set. 2015. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/da-civilidade-a-civilizacao>. Acesso em 16 fev. 2016.

◆ Para refletir

Não são poucos os desafios que se colocam ao professor no século XXI. O docente que quer se atualizar e utilizar as novas tecnologias em sala de aula necessita adotar uma atitude aberta e criativa que permita repensar suas práticas a fim de reformular as atividades pedagógicas elaboradas para seus estudantes.

O modelo da palestra e da aula expositiva não precisa ser suprimido, mas pode conviver com outras estratégias de ensino. Uma aula expositiva pode revestir-se de grande interesse aos alunos quando acrescida de recursos multimídia, tornando a exposição mais significativa e a linguagem renovada, mais afeita aos nativos digitais. As práticas já consagradas podem conviver com o saudável risco da inovação, buscando melhorar a qualidade do ensino.

No entanto, reconhecer a importância do uso das tecnologias digitais na educação não significa ignorar os riscos e os prejuízos de submeter o homem ao poder da sociedade da informação. As mídias digitais podem ampliar a nossa capacidade de armazenar informações, relacioná-las com assombrosa rapidez, elaborar conhecimentos e construir relações baseadas na tolerância e na cooperação, com o intuito de construirmos uma sociedade mais justa e fraterna. Mas, para que isso ocorra, dependemos de ações promovidas pelo poder público, pela iniciativa privada, pela sociedade civil organizada, ações que tenham como pressuposto a ética científica e tecnológica, isto é, que os esforços dirigidos à produção e à divulgação desses saberes e dessas técnicas possam estar a serviço do bem comum.

A importância dessa reflexão é a base do trabalho de Nicholas Carr, estudioso norte-americano das novas tecnologias da comunicação que alertou para a ameaça representada pela celebração fanática das inovações tecnológicas. O escritor peruano Mario Vargas Llosa sintetizou as ideias de Carr, apresentando questões importantes relacionadas ao ensino e ao uso da internet.

“Nicholas Carr estudou literatura no Dartmouth College e na Universidade Harvard, e tudo indica que, na juventude, foi um voraz leitor de bons livros. Logo, como aconteceu com toda a sua geração, descobriu o computador, a internet, os prodígios da grande revolução informática do nosso tempo, e não só dedicou boa parte de sua vida à utilização de todos os serviços *on-line* como se tornou um profissional e especialista nas novas tecnologias da comunicação sobre as quais escreve amplamente em prestigiosas publicações dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Certo dia, descobriu que deixara de ser um bom leitor, e, praticamente, um leitor, inclusive. Sua concentração desaparecia depois de uma ou duas páginas de um livro, e, principalmente, se o que ele lia era complexo e exigia muita atenção, surgia em sua mente algo parecido a um repúdio a continuar com aquele empenho intelectual. Ele conta: ‘Perco o sossego e o fio, começo a pensar em outra coisa. Sinto como se tivesse de arrastar o meu cérebro desconcentrado de volta ao texto. A leitura profunda que costumava vir naturalmente se tornou um esforço’.

Preocupado, tomou uma decisão radical. No fim de 2007, ele e a mulher abandonaram suas instalações ultramodernas em Boston e foram morar nas montanhas do Colorado, onde não havia telefone móvel e a internet chegava tarde, mal ou mesmo nunca. Ali, ao longo de dois anos, escreveu o livro polêmico que o tornou famoso, *The Shallows: what the internet is doing to our brains (Superficiais: o que a internet está fazendo com nossas mentes?, Taurus, 2011)*. [...] Carr não é um renegado da informática nem quer acabar com os computadores. [...]

Mas tudo isso tem um preço e, em última instância, significará uma transformação tão grande em nossa vida cultural e na maneira de operar do cérebro humano quanto a descoberta da imprensa por Gutenberg no século XV, que generalizou a leitura de livros, até então exclusiva de uma minoria insignificante de clérigos, intelectuais e aristocratas. [...].

Os defensores recalcitrantes do *software* alegam que se trata de uma ferramenta e que está a serviço de quem a usa e, evidentemente, há abundantes experiências que

parecem corroborá-lo, sempre e quando essas provas sejam realizadas no campo de ação no qual os benefícios daquela tecnologia são indiscutíveis: quem poderia negar que é um avanço quase milagroso o fato de que, agora, em poucos segundos, clicando com o *mouse*, um internauta obtenha uma informação que, há poucos anos, exigia semanas e meses de consultas em bibliotecas e com especialistas? Mas também há provas conclusivas de que, quando a memória de uma pessoa deixa de ser exercitada, por contar com o arquivo infinito que um computador põe ao seu alcance, ela embota e se debilita como os músculos que deixam de ser usados.

Não é verdade que a internet seja apenas uma ferramenta. Ela é um utensílio que se torna um prolongamento do nosso próprio corpo, do nosso próprio cérebro, o qual, também, de maneira discreta, vai se adaptando pouco a pouco a esse novo modo de informar-se e de pensar, renunciando paulatinamente às funções que esse sistema faz por ele e, às vezes, melhor que ele. [...] Para que manter fresca e ativa a memória se toda ela está armazenada em algo que um programador de sistemas definiu como 'a melhor e maior biblioteca do mundo'? E para que eu deveria aguçar a atenção se, apertando as teclas adequadas, as lembranças das quais preciso vêm até mim, ressuscitadas por essas diligentes máquinas?

Não surpreende, por isso, se alguns fanáticos da internet, como o professor Joe O'Shea, filósofo da Universidade da Flórida, afirma: 'Sentar-se e ler um livro de cabo a rabo não faz sentido. Não seria um bom uso do meu tempo, e com a internet posso ter todas as informações com mais rapidez. Quando uma pessoa se torna um caçador experimentado na internet, os livros são supérfluos'. O mais atroz desta declaração não é a afirmação final, mas o fato de esse famoso filósofo acreditar que uma pessoa lê livros somente para 'informar-se'. Esse é um dos estragos que o vício fanático da telinha pode causar. Daí, a patética confissão da doutora Katherine Hayles, professora de literatura da Universidade Duke: 'Não consigo mais que meus alunos leiam livros inteiros'.

Esses alunos não têm culpa de agora serem incapazes de ler *Guerra e paz* e *Dom Quixote*. Acostumados a picotar a informação em seus computadores, sem ter a necessidade de fazer prolongados esforços de concentração, eles perderam o hábito e até a capacidade de fazê-lo.

Foram condicionados a contentar-se com o borboletear cognitivo aos quais a rede os acostuma, tornando-se de certa forma vacinados contra o tipo de atenção, reflexão, paciência e prolongado abandono ao que se lê, que é a única maneira de ler a grande literatura. Mas não acredito que a internet torne supérflua apenas a literatura: toda obra de criação gratuita, não subordinada à utilização pragmática, é excluída do conhecimento e da cultura propiciados pela rede. Sem dúvida, essa pode armazenar com facilidade Proust, Homero, Popper e Platão, mas dificilmente suas obras terão muitos leitores. [...]

A revolução da informação está longe de ter terminado. Ao contrário, nesse campo surgem a cada dia novas possibilidades, conquistas e o impossível retrocede velozmente. Devemos alegrar-nos? Se o gênero de cultura que está substituindo a antiga nos parecer um progresso, sem dúvida sim. Mas deveremos nos preocupar se esse progresso significa o que um erudito estudioso dos efeitos da internet em nosso cérebro e em nossos costumes, Van Nimwegen, deduziu depois de um dos seus experimentos: confiar aos computadores a solução de todos os problemas cognitivos reduz 'a capacidade das nossas mentes de construir estruturas estáveis de conhecimento'. Em outras palavras, quanto mais inteligente for o nosso computador, mais estúpidos seremos."

VARGAS LLOSA, Mario. A internet e o déficit de atenção. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 ago. 2011. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-internet-e-o-deficit-de-atencao-imp-,758234>>. Acesso em 16 fev. 2016.

O relato de Vargas Llosa estimula a reflexão sobre o papel das novas tecnologias no mundo contemporâneo. Parece inegável que promover a audição da *Abertura 1812* de Tchaikovsky, utilizar uma lousa digital para conhecer algumas aquarelas de Debret, ou assistir a um longa-metragem como *Carlota Joaquina* ou *Troia* podem ser experiências formativas de

grande significado para os alunos, proporcionando-lhes a oportunidade de lidar com fontes de diferentes linguagens.

Mas esses aportes não fariam sentido, na perspectiva desenhada por Vargas Llosa, se a revolução tecnológica que nos permite, por exemplo, ouvir a *Abertura 1812* ao estudarmos as invasões napoleônicas na Rússia, não representasse também um convite a leitura de *Guerra e paz*, de Tolstoi. Evidentemente que também poderíamos sugerir uma busca dos termos “Tchaikovsky”, “Tolstoi”, “Abertura 1812” ou “Guerra e paz” na internet. Porém essa busca não deve representar um fim em si mesmo. Melhor seria que ela fosse utilizada para despertar a curiosidade dos alunos, servindo de incentivo para que cultivassem o apreço pela leitura e seguissem a formular as perguntas que nós, professores de história, não cansamos de fazer: por que as coisas chegaram a ser o que são e como nos colocamos diante delas?

6. A avaliação

A avaliação era tratada tradicionalmente como instrumento de controle, vigilância e punição, em geral realizada em ocasiões previamente estabelecidas pelo professor. Nessa perspectiva, perante os alunos, a avaliação despertava ansiedade, pavor e insegurança. Felizmente, desde as últimas décadas do século XX, o foco da avaliação tem-se deslocado cada vez mais do binômio promoção-reprovação para ajustar-se às necessidades do processo de aprendizagem. Segundo essa nova perspectiva, a avaliação deve ser diferenciada e contínua, ou seja, deve contemplar as especificidades e habilidades prévias dos alunos e ocorrer ao longo do processo de ensino-aprendizagem, tendo como referência os objetivos estabelecidos para cada disciplina.

Em vez de funcionar como uma ferramenta de promoção ou reprovação, a avaliação deve permitir ao educando reconhecer suas conquistas e dificuldades, ajudando-o a visualizar os desafios e os caminhos possíveis para sua superação. Para o professor, a avaliação possibilita rever sua prática pedagógica e ajustá-la às necessidades do grupo, alterando procedimentos e readequando os instrumentos de avaliação com base na realidade concreta de sua instituição escolar e de suas turmas. Sob esse ponto de vista, a avaliação não só permite verificar se conteúdos, procedimentos e valores estão sendo aprendidos, mas também perceber os avanços e as fragilidades do processo de ensino-aprendizagem, criando condições para que o aluno atinja os objetivos previamente estabelecidos para a disciplina e para a prática educativa na sua totalidade.

Organizar um projeto de avaliação centrado na aprendizagem pressupõe também avaliar o crescimento global do aluno nos conhecimentos da disciplina. Assim, o professor deve usar, em sua experiência pedagógica, uma diversidade de instrumentos de avaliação que considerem as diferentes habilidades dos alunos. Nesta obra apresentamos atividades diversificadas, que contemplam distintas habilidades, e que podem ser utilizadas pelo professor para avaliar e aperfeiçoar o aprendizado dos alunos e os resultados do seu trabalho: atividades de leitura, compreensão e produção de textos, análise de imagens, de gráficos e mapas, elaboração de pesquisas, montagem de painéis, debates, entre outras.

A prática da avaliação, utilizada como instrumento da aprendizagem e não como mecanismo de controle e punição, é uma tarefa que pode envolver os alunos para que eles também compreendam a importância dos critérios utilizados na avaliação e identifiquem, à luz desses critérios, os avanços já conquistados e as dificuldades que precisam ser superadas.

A autoavaliação, porém, não pode ser vista como a possibilidade de manipular ou escamotear os resultados da aprendizagem, mas, ao contrário, como uma oportunidade de discutir com os alunos os erros, os acertos e os desafios do processo educativo.

Levando em conta essas premissas, sugerimos algumas atividades que podem ser adaptadas a diferentes situações de ensino e visam integrar à prática em sala de aula as competências e habilidades exigidas pelos novos parâmetros propostos para o ensino médio.



Debate em sala de aula na cidade de São Paulo (SP). Foto de 2015. Nos debates, os alunos expressam opiniões e desenvolvem habilidade de argumentação.

◆ Desenvolvimento da leitura e da escrita

O professor pode solicitar atividades de pesquisa e produção de textos. Essa tarefa auxilia os alunos a desenvolver as seguintes habilidades: selecionar informações, destacando as centrais e as periféricas; compreender os elementos que compõem a escrita do texto, como a organização geral, a estrutura, a seleção do tema e a intencionalidade; analisar e fazer a crítica de um assunto; reelaborar o tema com base nas informações das aulas, nas suas ideias e nas informações obtidas em uma pesquisa.

É importante elaborar um roteiro preciso das etapas a serem desenvolvidas no trabalho e esclarecer os objetivos da atividade para os alunos. O professor pode, inclusive, discutir os objetivos com eles e modificá-los, se necessário. No momento da seleção do tema, também é importante escolher um assunto já trabalhado em aula para que eles possam se posicionar criticamente, ou reelaborar uma ideia, ou ainda indicar uma visão diferente sobre o assunto, buscando resolver uma situação-problema.

Valendo-se dos dados obtidos na pesquisa, os alunos deverão selecionar as informações mais importantes a respeito do tema e elaborar o texto, que deve conter: introdução, desenvolvimento de ideias e conclusão. O professor pode fornecer aos alunos exemplos de como desenvolver cada uma das partes da redação.

Nessa atividade, é tão importante o caminho percorrido na construção do conhecimento quanto o resultado final. Assim, recolha os textos e indique na correção quais pontos devem ser melhorados para que, ao devolvê-los para os alunos, eles possam refazer a atividade até chegar aos objetivos pretendidos. A avaliação pode ser realizada dando pesos iguais tanto para o envolvimento dos alunos no processo como para o produto final da escrita.

Essa tarefa pode ser complementar a outras que estejam sendo realizadas, portanto não precisa tomar todo o tempo da aula. Como fechamento da atividade, os alunos podem apresentar as suas posições e discuti-las com os colegas, sendo reservado um ou mais períodos de aula para isso.

7. Trabalho interdisciplinar

Os currículos escolares do ensino médio estão organizados em disciplinas cujos conteúdos correspondem aos diferentes campos do saber estabelecidos pela ciência moderna e pelas tradições do ensino de cada uma delas. No entanto, as transformações que têm ocorrido nas sociedades contemporâneas e no próprio conhecimento científico, principalmente a partir da segunda metade do século XX, têm levado à crítica da fragmentação do conhecimento e à necessidade de ultrapassar as fronteiras entre as diversas áreas.

Desde a revolução científica do século XVII, a partir de Galileu, Newton e Descartes, houve uma crescente especialização do saber, ou seja, a divisão do objeto de estudo em diferentes áreas para a realização de uma análise mais detalhada. Essa especialização foi responsável, sem dúvida, pelos imensos avanços no conhecimento da natureza, que tiveram forte impacto nas inovações tecnológicas, sem as quais o mundo em que vivemos hoje seria impensável. O aproveitamento das diversas fontes de energia, a produção de alimentos em grande escala, as vacinas e os antibióticos, os modernos meios de comunicação e de transportes são apenas alguns exemplos. Por outro lado, a dinâmica do conhecimento científico encontrou temas e problemas que ultrapassaram os limites do saber especializado, surgindo daí a necessidade do diálogo entre as ciências tradicionais ou mesmo o surgimento de novas disciplinas, conhecidas como “ciências de fronteira” ou “interciências”. Como exemplos, podemos citar a bioquímica, a biofísica, a engenharia genética, as ciências da computação, as neurociências. Em alguns casos, novos campos de pesquisa, de caráter interdisciplinar, se constituem para estudar e encontrar respostas para problemas complexos do mundo contemporâneo, como as questões ambientais, a violência, a juventude urbana, o envelhecimento etc. A tendência à interdisciplinaridade é produto, portanto, de um duplo movimento: do próprio desenvolvimento científico e das demandas sociais, econômicas, políticas e culturais do presente.

Ao longo do século XX, a história, como disciplina acadêmica, ampliou sistematicamente o diálogo com vários campos do saber, como a geografia, a antropologia, a sociologia, a ciência política, a linguística, a psicanálise, entre outros; incorporou métodos estatísticos (nos estudos demográficos e econômicos, por exemplo) e estabeleceu o debate com as ciências naturais, ao eleger novos objetos de investigação, como a relação entre o ser humano e o ambiente. O estudo das sociedades ágrafas, de civilizações antigas ou desaparecidas também impulsionaram o trabalho interdisciplinar com a arqueologia.

O trabalho interdisciplinar pode ocorrer de várias formas, com graus mais ou menos intensos de interação entre as disciplinas envolvidas. É relativamente comum um único tema ser pesquisado por várias disciplinas, de maneira independente, no mesmo nível hierárquico e sem que haja interação de fato entre os diferentes domínios do conhecimento. Nesse caso podemos identificar a multidisciplinaridade. A interdisciplinaridade, por sua vez, propõe interações mais efetivas: além de temas e/ou problemas comuns, grupos de disciplinas conexas se organizam, com finalidades e eixos de trabalho coordenados e compartilhados por todos. É importante lembrar também que o trabalho interdisciplinar não dissolve as identidades das diferentes disciplinas, pelo contrário, reforça cada uma delas ao ampliar seus respectivos horizontes de pesquisa, incorporar novas metodologias e propor novos temas e problemas a serem abordados.

No ambiente escolar, o trabalho interdisciplinar deve ter um tema gerador inicial e objetivos comuns, permitindo ao aluno compreender que, embora inclua duas ou várias disciplinas, a finalidade desse tipo de atividade converge para a construção do conhecimento de forma integrada.

Uma das maneiras de realizar esse trabalho é por meio de projetos. Em uma perspectiva mais ampla, projetos interdisciplinares demandam diálogo entre professores de diferentes áreas, organização de cronograma e espaço. O planejamento das atividades deve ser realizado em conjunto e articular as disciplinas em torno de temas interessantes à formação dos alunos, como desenvolvimento técnico e científico, uso consciente dos recursos naturais, saúde, cidadania, entre outros.

Nessa modalidade de trabalho pedagógico, o ponto de partida é sempre um problema – analisado em suas diferentes faces –, e pressupõe que professores e alunos assumam uma postura de investigação, em busca de respostas, encaminhamentos ou possibilidades de soluções. As descobertas feitas durante o desenvolvimento das atividades devem ser registradas, discutidas e compartilhadas, por exemplo, por meio de um texto, um cartaz, uma apresentação oral, ou mesmo uma proposta de ação junto à comunidade (montagem de uma exposição aberta ao público, participação em um debate, realização de campanhas de interesse da comunidade etc.). Esses elementos podem ser utilizados no processo de avaliação.

No entanto, é preciso ter em mente que o desenvolvimento de projetos interdisciplinares implica um processo contínuo de monitoramento e de avaliação, que não deve restringir-se, exclusivamente, ao resultado final apresentado pelos alunos. Por se tratar de uma obra em aberto, seus rumos podem (e devem) ser redefinidos ao longo do processo.

ADVALDO NOBRE/ASCOM SEDUC PARA



Estudantes de Belém (PA) participam de atividades em homenagem ao 400º aniversário da capital paraense. Foto de janeiro de 2016. Os projetos interdisciplinares contribuem para a formação cidadã dos alunos.

8. A concepção da obra

Entendemos que é papel do ensino de história e de toda prática educativa contribuir para a formação de pessoas conscientes dos problemas sociais do seu tempo e das mudanças necessárias para superá-los, comprometidas com os princípios da tolerância, da democracia, da paz e da solidariedade. Não basta preparar o aluno para ser um excelente leitor, formulador de hipóteses, observador e capaz de produzir textos bem articulados e persuasivos. É preciso, ao mesmo tempo, formar indivíduos que repudiem a indiferença e os preconceitos, que questionem o consumismo e o individualismo, que expressem sua afetividade, desenvolvam a sensibilidade e se sintam responsáveis por construir uma sociedade mais justa e humanizada.

Baseando-se em uma pedagogia não diretiva, esta obra pretende oferecer as referências fundamentais para que o professor possa abordar a história em distintas dimensões. O livro não direciona o olhar, não fornece uma narrativa ou interpretação única do processo histórico, mas se apresenta como um texto aberto, contendo múltiplas referências e sugestões de trabalho e deixando o professor livre para explorá-las com seus alunos na sala de aula.

O professor poderá utilizar a obra de diferentes formas, aprofundando certos assuntos mais que outros, associando diferentes processos históricos simultâneos ou sucessivos, fazendo interconexões entre épocas e lugares diferentes, enfim, explorando as fontes fornecidas pelo texto, segundo os objetivos e a proposta pedagógica de cada escola.

O objetivo desta obra não é esgotar os assuntos tratados, mas fornecer subsídios de qualidade para que o professor possa planejar a aula, selecionando os conteúdos e combinando-os com outros materiais, como livros de apoio didático, textos de jornais e revistas, músicas, narrativas ficcionais e poemas, depoimentos, *blogs*, *sites* e os conhecimentos trazidos pelos próprios alunos para a sala de aula.

9. A estrutura da obra

A seguir, serão apresentadas as principais seções da obra, que foram planejadas para a articulação de materiais de diferentes linguagens que problematizam e ampliam os temas estudados.

◆ Páginas de abertura de capítulo

Diferentes gêneros textuais e iconográficos introduzem o tema do capítulo, apresentando-o numa perspectiva atual. A conexão entre passado e presente, essencial para o estudo significativo da história, é completada com as questões da seção “Conversando sobre”. Recomendamos que essas questões sejam respondidas oralmente para que os alunos compartilhem seus conhecimentos sobre os temas que serão abordados no capítulo, motivando-os ao estudo.



◆ Você vai gostar de ler/assistir/navegar

Os boxes apresentam sugestões de livros, filmes ou *sites* da internet, que podem ampliar o estudo dos temas tratados nos capítulos.

O trabalho com as leituras sugeridas deve ser direcionado pelo professor. É importante solicitar a atenção dos alunos para questões relevantes relacionadas ao texto: quem o escreveu e em qual contexto. O professor pode trabalhar com trechos selecionados; para isso, sugerimos reservar alguns minutos da aula para fazer uma introdução do texto e orientar os alunos para a leitura (que pode ser realizada fora do horário de aula). A conclusão da atividade pode ser a elaboração de uma redação com as impressões e/ou conclusões dos alunos, ou uma discussão em classe.

Nas atividades com filmes, sugerimos ao professor assistir à obra selecionada antes de exibi-la, para avaliar sua adequação à realidade dos alunos ou, se for o caso, para selecionar os trechos mais apropriados ao exercício que propôs desenvolver. Sugerimos também seguir as orientações para análise de um filme, apresentada na seção “Técnicas de trabalho”.

Além disso, é importante estabelecer uma demarcação prévia entre o que é conhecimento histórico e o que é ficção para não correr o risco de confundir história com arte. O cinema é uma interpretação livre do passado, sem compromisso com a objetividade e a documentação, ao contrário da ciência histórica, que não pode furtar-se do compromisso com a objetividade e os registros do passado. Nesse sentido, a obra cinematográfica nos diz mais sobre a época em que foi feita do que sobre o fato histórico que inspirou o enredo.

O trabalho com *sites*, por sua vez, deve ser adequado à realidade da infraestrutura escolar e da classe. Sugerimos que o professor acesse o *site* antes da atividade com os alunos para conhecer as possibilidades de trabalho. É recomendado um roteiro de navegação com a seleção de alguns *links* do *site* para direcionar a atividade, mas sem impedir a iniciativa dos alunos em descobrir outras possibilidades de navegação. Assim como no trabalho com outras fontes, é preciso investigar a origem e os objetivos do *site*. O roteiro pode ser entregue para navegação individual fora da classe, ou, se a infraestrutura escolar permitir, pode-se reservar um período para a navegação em grupo no período da aula. A atividade pode ser concluída com a elaboração de respostas para as questões propostas nos roteiros, a realização de um debate em classe ou a elaboração de uma redação sobre as descobertas feitas.



◆ Boxes complementares

Quadros com informações que ampliam o tema de estudo. Alguns desses quadros são comentados nas orientações específicas deste Suplemento para garantir sua articulação com o texto principal.

◆ Aprenda mais

Infográficos que organizam dados relativos a algum tema importante do capítulo com o intuito de facilitar o entendimento e desenvolver a habilidade de leitura de informações expostas em diferentes linguagens (textuais, iconográficas, estatísticas etc.).



◆ Trabalhando com fontes

A seção propõe a análise de um documento histórico relacionado ao assunto estudado no capítulo, promovendo a experimentação de uma prática essencial para a pesquisa histórica. As atividades que acompanham o documento são apresentadas em nível progressivo de dificuldade para que ao final a análise seja efetiva. Nas orientações específicas deste Suplemento há comentários adicionais para o estudo da fonte. Ao longo do livro são apresentados diferentes tipos de documentos textuais e iconográficos.

◆ Texto complementar

Nesta edição, a seção foi renovada com a seleção de novas leituras, caracterizadas pela diversidade de gêneros textuais, que exploram temas organizados em três grandes grupos: Trabalho, tecnologia e cultura; Cidadania e poder; Identidade e diversidade. Esses temas permitem a ampliação significativa do conhecimento sobre algum assunto estudado no capítulo, estimulando o debate e a habilidade de argumentação.



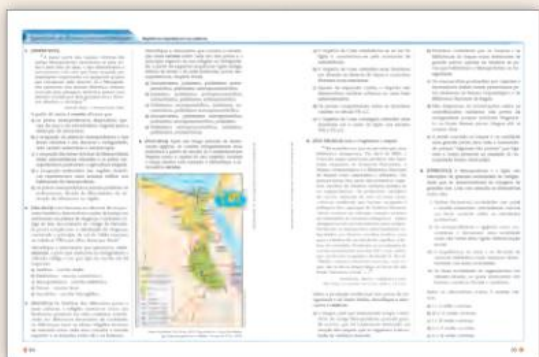
◆ Atividades

Nesta seção, uma variedade de questões possibilita aprofundar os conceitos de cada capítulo, discutir a dinâmica da produção histórica, compreender a relação entre o passado e o presente, como os indivíduos do passado enxergavam o próprio tempo e como outras pessoas, que viveram em épocas posteriores, interpretaram os registros do passado etc. Seu objetivo é o desenvolvimento de habilidades cognitivas próprias da disciplina e da prática educativa, em especial a identificação, a observação, a comparação, a interpretação, a argumentação e a produção de textos.

As atividades são divididas em três etapas. Na primeira delas, “Explorando o conhecimento”, as questões propostas têm como finalidade a retomada e sistematização dos conteúdos estudados. Na etapa seguinte, “Pensando criticamente”, apresentamos propostas em formatos variados que visam à ampliação das reflexões sobre os temas estudados propondo comparações, interpretações, elaborações e argumentações. Ao final das atividades, as questões da seção “Investigando/Debatendo” apresentam propostas de pesquisa e/ou debate que permitem relacionar o passado e o presente, estimulando o aluno a conhecer e a se posicionar diante de questões relevantes para a sociedade contemporânea.

◆ Decifrando o Enem

Resolução detalhada de uma questão do Enem relacionada a algum tema do capítulo estudado. No decorrer dos três anos do ensino médio, a seção visa à familiarização dos alunos com o exame, para diminuição da ansiedade no dia da prova, além de, principalmente, reforçar o trabalho necessário para que o aluno desenvolva habilidades como a capacidade de estabelecer comparações, relacionar conteúdos de diferentes disciplinas e de deduzir, por exclusão, a resposta correta.



◆ Questões do Enem e de vestibulares

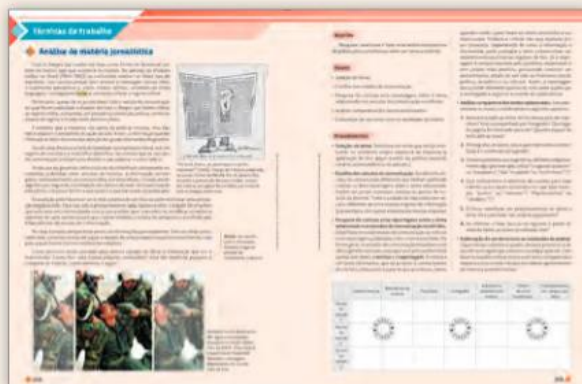
O ensino médio não pode ficar refém de um modelo educacional voltado para os vestibulares, mas também não pode esquivar-se dessa tarefa. Criar condições para que todos os alunos ingressem em boas universidades e possam servir-se dos recursos públicos destinados ao ensino superior, qualificando-se para exercer a vida social e profissional, é parte da tarefa de democratizar a sociedade brasileira.

Diante dessa realidade e da importância de ampliar ao máximo o acesso à educação superior, selecionamos questões de diferentes universidades do país e das provas do Enem, procurando contemplar os conteúdos essenciais de cada capítulo e atender aos objetivos estabelecidos para a disciplina, tanto os que envolvem questões conceituais quanto aqueles que remetem à tarefa de preparar para a prática da cidadania.

As questões objetivas podem ser respondidas oralmente ou por escrito, conforme critério estabelecido pelo professor. Quanto às questões discursivas, elas podem ser trabalhadas individualmente ou em dupla, ou ainda servir de material de trabalho em grupo.

◆ Técnicas de trabalho

Esta seção, localizada no final do livro, tem como objetivo orientar os alunos na execução de atividades práticas necessárias à vida escolar, como análise de matérias jornalísticas, realização de pesquisas e elaboração de dissertações. Sugerimos que as orientações sejam apresentadas na primeira ocorrência de atividades que demandem estas técnicas e retomadas sempre que necessário.



10. Bibliografia consultada

- ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ABUD, Kátia. Conhecimento histórico e ensino de história: a produção de conhecimento escolar. In: *Encontro Regional de História: sujeitos na história; práticas e representações*. São Paulo: Edusc, 2001.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Alexandre F. (Coord.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras – TIC educação 2014*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Educacao_2014_livro_eletronico.pdf>. Acesso em 16 fev. 2016.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio: Bases Legais. Brasília: MEC, 1999.
- _____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 1999.
- BUARQUE, Cristovam. Formação e invenção do professor no século XXI. In: LITTO, Fred; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2012. v. 2.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CASTELLS, Manuel. *Era da informação: a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- DRUCKER, Peter. *A sociedade pós-capitalista*. Lisboa: Actual, 2003.
- FONSECA, Thais N. L. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção História & reflexões)
- HARASIM, Linda e outros. *Redes de aprendizagem: um guia para o ensino e a aprendizagem on-line*. São Paulo: Senac, 2005.
- HEIDE, Ann; STILBORNE, Linda. *Guia do professor para a internet*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- MACHADO, Nilson José. *Educação: projetos e valores*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.
- MARTINS, Jorge Santos. *O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio*. Campinas: Papyrus, 2000.
- MARTINS, Maria do Carmo. Currículo e formação de professores de história: uma alegoria. *Educação em Revista*. Dossiê – O campo do currículo hoje: debates em cena. Belo Horizonte, n. 45, jun. 2007.
- MAZZOCO, Bruno. Um guia para escolher bem. *Revista Nova Escola*. São Paulo, n. 280, mar. 2015.
- MORIN, Edgar. *Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 23.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, Cecília Lages. *Significado e contribuições da afetividade no contexto da metodologia de projetos na educação básica*. Belo Horizonte, 2006. Dissertação de mestrado em Educação Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG).
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papyrus, 1998.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar. 2005. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/186/103>>. Acesso em 17 fev. 2016.
- PRENSKY, Marc. *Teaching digital natives*. Thousand Oaks: Sage Press, 2010.
- RIBEIRO, Otacilio J. Educação e novas tecnologias: um olhar para além da técnica. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento digital: aspectos e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica/Ceale, 2011. (Coleção Linguagem e educação)
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004. (Coleção Pensamento e ação no magistério)
- SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)
- TELES, Lucio. A aprendizagem por e-learning. In: LITTO, Fred; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009, v. 1.
- THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n.39, set.-dez. 2008. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 fev. 2016.
- UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UIT); UNESCO. *The state of broadband 2015*. Suíça, 2015. Disponível em <www.broadbandcommission.org/Documents/reports/bb-annualreport2015.pdf>. Acesso em 17 fev. 2016.
- VARGAS LLOSA, Mario. A internet e o déficit de atenção. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 ago. 2011. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-internet-e-o-deficit-de-atencao-imp-,758234>>. Acesso em 16 fev. 2016.

Orientações específicas para o livro 1

Grade de conteúdos do livro 1

As diretrizes definidas para o ensino médio (parecer CNE/CEB n. 5/2011) reforçam que as propostas pedagógicas para esta etapa da educação devem estar orientadas pelas matrizes de competências do Enem, estabelecidas em 2009. Entende-se por competência a capacidade do indivíduo em articular os conhecimentos adquiridos com as habilidades desenvolvidas para enfrentar situações-problemas e refletir sobre as principais questões da atualidade.

As competências e habilidades requisitadas pelo Enem estão organizadas em cinco eixos cognitivos, válidos para todas as áreas do conhecimento (I. Dominar linguagens; II. Compreender fenômenos; III. Enfrentar situações-problema; IV. Construir argumentação; V. Elaborar propostas), e 30 habilidades específicas para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, apresentadas a seguir.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

Competência de área 1 • Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

- H1 - Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- H2 - Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- H3 - Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- H4 - Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- H5 - Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Competência de área 2 • Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

- H6 - Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
- H7 - Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- H8 - Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
- H9 - Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- H10 - Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Competência de área 3 • Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

- H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- H12 - Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.
- H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Competência de área 4 • Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

- H16 - Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
- H17 - Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.
- H18 - Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
- H19 - Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.
- H20 - Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Competência de área 5 • Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H21 - Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

H22 - Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

H24 - Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

H25 - Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Competência de área 6 • Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26 - Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

H27 - Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos.

H28 - Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

H29 - Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

H30 - Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

A grade a seguir apresenta os conteúdos e os objetivos de cada capítulo deste livro, apontando as habilidades trabalhadas em cada um deles. Seu objetivo é auxiliar os professores na programação de suas aulas, pois além dos desafios do magistério no ensino médio, eles têm a tarefa, nem sempre fácil, de conciliar as propostas curriculares estaduais com o material fornecido pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Capítulo 1 • A construção da história		
CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: O sujeito e a história. • O que é história? • Fontes históricas. • Lidando com o tempo. • Divisão da história ocidental. • Texto complementar: Eu sou filha da mata e nada vai me acontecer. • Atividades. • Decifrando o Enem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a noção de sujeito histórico. • Ampliar as noções de fonte histórica. • Compreender o método de trabalho do historiador na análise dos diversos tipos de fontes. • Valorizar a tradição oral como fonte histórica. • Aprofundar as noções de tempo histórico e tempo cronológico e definir a diferença entre elas. • Compreender como diferentes sociedades organizam seus calendários. • Problematizar a divisão cronológica da história ocidental. • Valorizar o patrimônio cultural de distintas sociedades. 	H1, H2, H3, H4, H5, H11, H14, H15.

Capítulo 2 • Os primeiros passos da humanidade

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: Um mito maia sobre a criação dos seres humanos. • A origem do ser humano. • A origem do homem americano. • Trabalhando com fontes: Um artefato. • Atividades. • Decifrando o Enem. • Questões do Enem e de vestibulares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar diferentes interpretações acerca da origem do homem e distinguir explicações de origem mítica e religiosa e explicações científicas. • Reconhecer os povos ágrafos como portadores de cultura e história não menos importantes que os das sociedades que elaboraram um código escrito de comunicação. • Destacar as atividades que garantiam a sobrevivência humana no Período Paleolítico, percebendo as principais mudanças e adaptações desenvolvidas. • Relacionar a Revolução Agrícola com outras mudanças ocorridas no Período Neolítico. • Identificar a importância do desenvolvimento da metalurgia para os homens da Pré-história. • Listar as principais hipóteses sobre a origem do homem americano. • Situar as pesquisas arqueológicas no Brasil no contexto do estudo do povoamento do continente americano. • Comparar as diferentes periodizações utilizadas no estudo da Pré-história, referentes aos continentes europeu e americano. • Exercitar o estudo de vestígios da cultura material, como artefatos e pinturas rupestres. 	<p>H1, H2, H4, H5, H11, H14, H16, H19, H26, H27, H28, H29.</p>

Capítulo 3 • Mesopotâmia

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: Apagando o passado. • Terra entre rios. • Povos da Mesopotâmia. • Sociedade mesopotâmica. • Economia. • Religião. • Conhecimentos mesopotâmicos. • Texto complementar: A criação do homem para os mesopotâmicos. • Atividades. • Decifrando o Enem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o legado cultural e artístico das civilizações da Mesopotâmia e valorizá-lo como patrimônio da humanidade. • Identificar os diferentes povos que se estabeleceram na Mesopotâmia durante a Antiguidade, numa sequência temporal. • Relacionar as condições naturais da região à construção de obras de irrigação e drenagem. • Diferenciar as noções de cidade-Estado e império, no contexto da Mesopotâmia antiga. • Analisar os grupos que compunham as sociedades mesopotâmicas, identificando as relações que estabeleciam entre si e com o Estado. • Conhecer o papel central da religião nessas sociedades. • Reconhecer as importantes contribuições dos povos mesopotâmicos, como a escrita, as formas de calcular o tempo, a elaboração de códigos legais, a astronomia e a matemática etc. 	<p>H1, H2, H5, H6, H7, H9, H11, H12, H16, H18, H19, H26, H27, H28, H29.</p>

Capítulo 4 • África na Antiguidade: Egito e Núbia

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: A boa administração dos recursos hídricos como premissa para o desenvolvimento humano. • Às margens do Nilo: o Egito. • Trabalhando com fontes: Uma imagem do <i>Livro dos Mortos</i>. • Núbia. • Atividades. • Decifrando o Enem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o papel dos recursos hídricos para as sociedades do passado e do presente. • Perceber a importância fundamental do Rio Nilo para o desenvolvimento do Egito antigo. • Identificar as principais características sociais, políticas e econômicas do Egito e dos reinos da Núbia na Antiguidade, seus traços comuns e influências mútuas, bem como as diferenças entre eles. • Relacionar a religião às diferentes dimensões da vida política, social e cultural dessas civilizações. • Conhecer e valorizar o legado cultural das civilizações africanas antigas e reconhecer a importância do patrimônio, que deve ser continuamente preservado. 	H1, H2, H5, H6, H7, H9, H11, H16, H26, H27, H28, H29.

Capítulo 5 • Hebreus, fenícios e persas

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: Como surgiu o alfabeto. • Hebreus. • Fenícios. • Aprenda mais: A descoberta do Uluburun. • Império Persa. • Texto complementar: Persépolis. • Atividades. • Decifrando o Enem. • Questões do Enem e de vestibulares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Localizar no tempo e no espaço a história dos antigos hebreus, fenícios e persas. • Identificar as principais características econômicas, políticas e sociais desses povos. • Analisar a trajetória do povo hebreu na Antiguidade e compreender as origens de um legado histórico-cultural, utilizado como explicação e justificativa para a ocupação de territórios pelos judeus na contemporaneidade. • Reconhecer a importância do alfabeto fenício e refletir sobre o papel da escrita em nossa sociedade. • Perceber as trocas comerciais entre as antigas civilizações. • Conhecer o Império Persa e relacionar a monumentalidade de sua arquitetura ao poderio e riqueza desse império. • Valorizar o patrimônio cultural dos povos da Antiguidade. 	H1, H2, H3, H5, H6, H7, H8, H9, H11, H15, H16, H18, H25, H26, H27, H29.

Capítulo 6 • Grécia antiga

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: Democracia. • O mundo grego. • Período minoico: primórdios da civilização grega. • Período micênico. • Período arcaico. • Trabalhando com fontes: Hierarquia familiar em Atenas. • Período clássico: a Grécia em guerra. • Cultura grega. • Atividades. • Decifrando o Enem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar as civilizações cretense e micênica. • Entender a formação e apresentar as principais características das cidades-Estado gregas. • Comparar a sociedade ateniense com a sociedade espartana, estabelecendo diferenças e semelhanças entre elas. • Conhecer o tipo de democracia praticada na Grécia antiga. • Diferenciar democracia direta e democracia representativa e discutir sobre o regime democrático vigente no Brasil atual. • Analisar a organização familiar em Atenas e refletir sobre o papel da mulher nessa sociedade. • Reconhecer as contribuições dos antigos gregos para a constituição da cultura ocidental. • Explicar a importância cultural do Império criado por Alexandre Magno. 	H1, H2, H3, H4, H5, H7, H9, H10, H11, H13, H14, H15, H19, H22, H23, H24.

Capítulo 7 • O esplendor de Roma e a civilização bizantina

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: Um conceito amplo de família. • Roma antiga. • Civilização bizantina. • Texto complementar: O Império Bizantino e a Igreja Ortodoxa. • Atividades. • Decifrando o Enem. • Questões do Enem e de vestibulares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o conceito de família entre os antigos romanos e no Brasil da atualidade, identificando semelhanças e diferenças. • Caracterizar a sociedade romana do período monárquico. • Conhecer as estruturas de poder de Roma no período republicano e o próprio conceito de república: legado da sociedade romana para a contemporaneidade. • Explicar os conflitos entre patrícios e plebeus durante a república e listar as principais conquistas da plebe. • Comparar as atribuições do Senado no sistema republicano atual, em especial no Brasil, à atuação desse órgão na época da república romana. • Identificar as mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram no mundo romano com a expansão territorial e reconhecer o peso dessas mudanças na crise da República romana. • Comparar o regime de governo em Roma durante a monarquia, a república e o império. • Analisar os fatores que levaram à crise e, conseqüentemente, à queda de Roma. • Relacionar a divisão do Império Romano à origem do Império Bizantino. • Reconhecer a importância da cidade de Constantinopla para a antiga sociedade bizantina. • Identificar o legado político, cultural e religioso da civilização bizantina. • Compreender as características da Igreja Ortodoxa e as rupturas e permanências em relação à Igreja Católica. 	H1, H2, H3, H5, H7, H11, H12, H13, H14, H15, H16, H22, H23, H24.

Capítulo 8 • A Europa medieval e a civilização islâmica

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: Raízes medievais. • Idade Média. • Surgimento do islã. • Baixa Idade Média: transformações do feudalismo. • Trabalhando com fontes: Iluminura medieval: o saque de Jerusalém. • Atividades. • Decifrando o Enem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as influências da cultura europeia medieval e da cultura árabe na formação do mundo ocidental. • Conhecer alguns aspectos relacionados aos povos germânicos, destacando a configuração do Reino dos Francos. • Conhecer os valores da sociedade medieval e perceber a influência da religião nessa sociedade. • Explicar conceitos essenciais para a compreensão do feudalismo, como feudo, senhor feudal, servo, suserano e vassalo. • Identificar os princípios da fé islâmica e sua relação com as outras religiões monoteístas. • Relacionar a doutrina islâmica com a organização do Império Árabe. • Reconhecer as realizações da cultura islâmica no campo da cultura medieval. • Analisar as Cruzadas: seus objetivos, os grupos sociais envolvidos, as mudanças que promoveram, levando em conta o impulso que essas expedições reaperentaram para a atividade mercantil e o intercâmbio entre as culturas do Ocidente e do Oriente. • Explicar os principais fatores que caracterizaram a crise do sistema feudal. • Identificar novos grupos sociais e novas relações de trabalho que se desenvolveram na cidade e no campo, durante a Baixa Idade Média, como os elementos transformadores do mundo feudal. 	H1, H2, H3, H4, H5, H7, H9, H11, H15, H16, H18, H19, H29.

Capítulo 9 • Consolidação das monarquias na Europa moderna

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: A longevidade da monarquia britânica. • Por que estudar as monarquias europeias? • Conceitos de nação e de Estado. • Formação dos Estados modernos. • Absolutismo monárquico. • Texto complementar: O poder no Estado absolutista. • Atividades. • Decifrando o Enem. • Questões do Enem e de vestibulares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, em linhas gerais, o Estado moderno, reconhecendo a complexidade desse conceito. • Relacionar o processo de centralização política à crise do feudalismo e às mudanças sociais e econômicas em curso na Europa, a partir do final da Idade Média. • Explicar o processo de centralização política em Portugal, Espanha, Inglaterra e França. • Identificar as peculiaridades na formação do Estado moderno na Inglaterra. • Apresentar as principais teorias elaboradas pelos teóricos do absolutismo. • Reconhecer as semelhanças e diferenças entre as monarquias existentes hoje e aquelas do período estudado. 	<p>H1, H2, H3, H4, H7, H9, H11, H12, H14, H15, H19, H23, H26.</p>

Capítulo 10 • Renascimento e as reformas religiosas

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: O fascínio de Mona Lisa. • Renascimento. • As reformas religiosas. • Trabalhando com fontes: Calvino e a predestinação. • Atividades. • Decifrando o Enem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualizar a transição da mentalidade feudal para a mentalidade moderna na Europa. • Identificar os fatores que contribuíram para o pioneirismo da Península Itálica no movimento renascentista. • Apresentar as principais características do Renascimento. • Compreender a relação entre humanismo, Renascimento cultural e desenvolvimento científico. • Aproximar os alunos da produção artística do Renascimento e refletir sobre os motivos pelos quais o movimento se tornou um marco na história da arte. • Explicar os principais fatores do declínio do poder da Igreja Católica no final da Idade Média. • Caracterizar a Reforma Protestante e as doutrinas luterana e calvinista. • Identificar a Contrarreforma católica e o papel do Tribunal do Santo Ofício, exemplificando as práticas condenadas pela Igreja e julgadas por esse tribunal. • Desenvolver uma atitude de tolerância religiosa em respeito à diversidade de credos. 	<p>H1, H2, H3, H4, H5, H11, H14, H15, H16, H21, H23.</p>

Capítulo 11 • A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: O legado americano à Europa. • Expansão ultramarina. • Mercantilismo. • Aprenda mais: Uma história da moeda. • Texto complementar: As navegações: fruto do trabalho, do conhecimento e do emprego da tecnologia. • Atividades. • Decifrando o Enem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destacar os principais fatores da expansão ultramarina europeia. • Caracterizar a sociedade e a mentalidade europeia no momento do expansionismo europeu. • Discutir os interesses políticos, econômicos e religiosos que estiveram interligados no processo expansionista europeu. • Identificar a importância do desenvolvimento da cartografia e da tecnologia para as viagens marítimas. • Destacar os desdobramentos das viagens marítimas para os europeus e para as sociedades americanas. • Caracterizar a política econômica mercantilista. • Apresentar elementos referentes à história da moeda por meio de um infográfico. • Desenvolver atitudes de respeito e valorização da diversidade cultural. 	<p>H1, H2, H3, H4, H6, H7, H8, H9, H11, H14, H15, H16, H17, H18, H19, H20, H26.</p>

Capítulo 12 • A África dos grandes reinos e impérios

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura: O preconceito contra o que vem da África. • Conhecendo a África, conhecendo o Brasil. • O olhar europeu sobre a África. • A África antes dos europeus. • Trabalhando com fontes: Leitura de um mapa histórico: a África Ocidental no <i>Atlas catalão</i>. • Família e sociedade. • Escravidão africana. • Atividades. • Decifrando o Enem. • Questões do Enem e de vestibulares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a importância do estudo da história da África. • Identificar as principais características das civilizações africanas tratadas no capítulo. • Analisar criticamente as representações que os europeus produziram sobre a África. • Reconhecer as questões que levaram o rei do Congo a adotar o cristianismo. • Relacionar o comércio transaariano à islamização dos reinos sudaneses de Gana e do Mali e do Império Songhai. • Compreender a diferença entre a escravidão praticada na África pré-colonial e o desenvolvimento do comércio de escravos no continente. • Conhecer e valorizar a pluralidade cultural do continente africano. • Identificar as influências culturais africanas no Brasil. • Desenvolver atitudes de valorização da diversidade cultural e de tolerância religiosa. 	<p>H1, H2, H3, H4, H5, H6, H7, H8, H9, H11, H14, H15, H16, H19, H21, H23, H24, H25.</p>

Por que estudar história?



Nesta seção especial procuramos estabelecer um diálogo com os leitores, adolescentes que estão ingressando no ensino médio, sobre essa nova fase de suas vidas e estudos, em particular sobre a disciplina **história**.

Para iniciar esta “conversa”, utilizamos o depoimento de dois alunos, Victória, do último ano do ensino fundamental, e Mateus, do primeiro ano do ensino médio, a respeito de suas expectativas com relação à escola, aos exames ao final do terceiro ano (vestibulares, Enem), à escolha de carreira e ao ingresso no mundo do trabalho.

Assim, partindo dessa parcela da realidade dos alunos, propomos uma reflexão sobre o papel da escola em sua vida e as possíveis contribuições do estudo da história para sua formação como seres humanos e como cidadãos. Os alunos poderão registrar suas reflexões e, ao final do ano letivo, retomá-las, para verificar as mudanças ocorridas, ou não, em sua visão a respeito da disciplina.

A construção da história



Contextualizando

Este capítulo introdutório retoma algumas noções já discutidas nas séries finais do ensino fundamental e que constituem a matéria-prima do trabalho do historiador, em especial os conceitos de tempo e de fonte histórica. O capítulo também explicita a diferenciação entre tempo histórico e tempo cronológico, problematiza a periodização clássica europeia e apresenta diferentes tipos de calendários elaborados pelas sociedades, além de abordar a importância do patrimônio cultural.

O sujeito e a história 10

A abertura do capítulo problematiza a noção de sujeito histórico com base em uma obra de arte urbana, contemporânea, e de um texto historiográfico. A

expectativa do trabalho proposto é ultrapassar a visão do senso comum, que concebe a história como produto das ações individuais de “grandes personagens”.

No fragmento escolhido para a abertura, a historiadora Selva Guimarães Fonseca menciona alguns conceitos fundamentais como: tempo e espaço, experiência social, processo histórico, passado e presente. O segundo parágrafo explicita a ampliação da noção de sujeito histórico e faz referência à *História Nova*, citando exemplos de alguns dos temas que foram incorporados à historiografia principalmente a partir dos anos 1970, com a terceira geração da *Escola dos Annales*. Sugerimos aproveitar a oportunidade para refletir com os alunos que a história, assim como os outros campos do conhecimento humano, possui um caráter provisório, na medida em que é constantemente reelaborada.

O que é história? II

A história não pode ser definida simplesmente como a reconstituição dos fatos que ocorreram. Ela é o resultado do trabalho do historiador, que interpreta, segundo determinado arcabouço de leitura e experiências pessoais, os vestígios deixados pelos seres humanos que viveram no passado. As questões próprias da sociedade em que o pesquisador está inserido interferem em suas escolhas. Assim, o passado e a reflexão sobre ele são coisas distintas, pois toda história é uma composição de recortes, de conteúdos e de interpretações a respeito de determinados temas. Por essa razão, é possível elaborar diferentes interpretações sobre os acontecimentos, suas inter-relações e os possíveis significados e valores que podemos dar a eles. Nessa perspectiva, o historiador não pode se esquecer de que a história também é uma construção conceitual, mediada por outras interpretações anteriores.

Assim, sugerimos ao professor que, ao abordar cada período ou tema, procure discutir com seus alunos as várias visões sobre os acontecimentos ou processos em questão, demonstrando que o conhecimento histórico sempre está associado a um ponto de vista, e que nenhuma interpretação pode pleitear a condição de retrato fiel da realidade. A necessidade de alertar o aluno para a carga de intencionalidade e parcialidade presente nos documentos e na construção conceitual feita pelo historiador não deve ser confundida, no entanto, com o relativismo total, ou seja, com a visão de que a história se resume a um exercício infinito de interpretações particulares.

As fontes históricas II

É importante demonstrar, nesse momento, a diversidade de fontes que constituem a base para o trabalho do historiador. É por meio delas que temos a possibilidade de obter informações sobre como as pessoas viviam no passado, quais eram suas crenças e aspirações, como se relacionavam com suas comunidades e com as comunidades vizinhas, quais eram as principais atividades que desenvolviam etc.

Leia a seguir o que escreveram os historiadores Jacques Le Goff e Eric Hobsbawm, respectivamente, sobre a importância do critério na utilização das fontes para o estudo de história e da noção de objetividade histórica.

O historiador e as fontes históricas

“Antes de mais nada, [o historiador] deve decidir-se sobre aquilo que irá considerar

documento e o que irá rejeitar. Durante muito tempo, os historiadores pensaram que os verdadeiros documentos históricos eram os que esclareciam a parte da história dos homens digna de ser conservada, transmitida e estudada: a história dos grandes acontecimentos (vida dos grandes homens, acontecimentos militares e diplomáticos, batalhas e tratados) [...]. A ideia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita levava a privilegiar o documento escrito. Ninguém mais do que Fustel de Coulanges privilegiou o texto como documento histórico. [...] Replicando, em 1949, a Fustel de Coulanges, Lucien Febvre afirmava: ‘A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode-se e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...]. Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser.’

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. [...] Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é ‘falso’, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo.”

LE GOFF, Jacques. *História e memória*.
5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
p. 106-110.

Verdade e objetividade

“Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico em particular.

Pouco preciso dizer sobre a primeira dessas responsabilidades. Não teria nada a dizer, não fosse por duas circunstâncias. Uma delas é a moda atual de os romancistas basearem seus enredos na realidade constatada em lugar de inventá-los, confundindo com isso a fronteira entre fato histórico e ficção. A outra é a ascensão das modas intelectuais ‘pós-modernas’ nas universidades ocidentais, particularmente nos departamentos de literatura e antropologia,

as quais implicam que todos os ‘fatos’ com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais – em resumo, que não existe nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não.”

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17-18.

◆ Obras no porto do Rio de Janeiro revelam importantes fontes históricas 11

Ao estudar esse box, é importante que os alunos percebam que novas descobertas revelam novas fontes de pesquisa e abrem novas possibilidades para a produção do conhecimento histórico.

Sugerimos comentar que o Cais do Valongo foi construído em uma região pouco habitada do Rio de Janeiro, com o objetivo de retirar os africanos escravizados do centro da cidade – que, no início do século XIX, buscava modernizar-se em virtude da transferência da corte portuguesa para o Brasil –, tendo funcionado oficialmente entre 1811 e 1831. No ano de 1843, o cais passou por uma grande intervenção para receber a princesa Teresa Cristina, futura esposa de D. Pedro II. Nessa ocasião, com o intuito de apagar a memória da presença escrava no local, o antigo cais foi recoberto por uma camada de cerca de 60 centímetros de pavimento, transformando-se no Cais da Imperatriz. No século XX, o local foi aterrado e deu lugar à Praça Jornal do Comércio. As escavações realizadas em 2011 permitiram que uma equipe, coordenada pela arqueóloga Tânia Andrade Lima, redescobrisse o antigo Cais do Valongo e encontrasse milhares de objetos que ajudam a investigar a origem, o cotidiano e as práticas religiosas dos africanos escravizados que ali desembarcaram. Além disso, possibilita resgatar a memória que as sucessivas reformas do local buscaram esconder.

Devido à importância histórica e simbólica desse sítio arqueológico, em 2015, foi entregue à Unesco o dossiê de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio da humanidade.

◆ Tradição oral como fonte histórica 12

O recurso aos testemunhos orais não é novidade na pesquisa histórica. Foi utilizado por Heródoto e Tucídides, por exemplo, quando investigaram, respectivamente, a história das guerras greco-pérsicas e a história

da guerra do Peloponeso. No entanto, foi somente na segunda metade do século XX que a história oral se configurou como metodologia de pesquisa histórica, associada à existência de tecnologias de gravação dos relatos. A valorização das fontes orais, entre os historiadores, também está associada ao interesse em dar voz aos sujeitos que não produzem registros escritos (dada a pouca familiaridade com a escrita), ou seja, às classes populares, aos idosos, aos membros de comunidades tradicionais onde a memória oral é depositária da história e dos saberes do grupo. Assim, ressaltamos a importância de incentivar entre os alunos uma atitude de valorização e respeito à tradição oral e à história desses grupos.

Sugestões de leitura

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

Lidando com o tempo 14

Destacamos a necessidade de trabalhar continuamente para desfazer uma visão de história evolutiva e linear, compreendida como uma sequência de etapas que todos os povos devem cumprir na sua marcha rumo ao progresso. Nesse aspecto, que traduz o senso comum, a história seria um acúmulo de conquistas sucessivas em direção a um único fim consciente: o progresso material.

A antropologia, ao introduzir o conceito de relativismo cultural, contribuiu para novas reflexões sobre a chamada “história universal”. Em seu ensaio *Raça e história*, o antropólogo Claude Lévi-Strauss procurou desfazer a ideia de que a humanidade evolui num sentido único, passando pelas mesmas etapas. Segundo esse estudioso, não existem povos sem história nem culturas absolutamente isoladas, pois o que constitui a cultura é justamente a troca. Uma cultura isolada das outras estaria destinada a se desagregar e a desaparecer. Para ele, a ideia de superioridade e inferioridade cultural é um equívoco, pois cada povo, a partir do patrimônio material e simbólico que constrói, contribui para desenvolver o potencial humano e compor a diversidade que caracteriza a história da nossa espécie.

“A originalidade de cada cultura reside na maneira particular como resolvem problemas e perspetivam

valores que são aproximadamente os mesmos para todos os homens, porque todos os homens sem exceção possuem uma linguagem, técnicas, arte, conhecimentos de tipo científico, crenças religiosas, organização social, econômica e política.” (LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2000. p. 17.)

Cabe ressaltar, portanto, que as sociedades chamadas “tradicionais” não podem ser vistas como não civilizadas, selvagens, sem história; elas devem ser compreendidas na diversidade cultural que as constitui e que as torna diferentes, mas jamais inferiores aos povos ocidentais. É relevante chamar a atenção também para o fato de que a ideia de um tempo histórico único e cumulativo é uma construção cultural da Europa Ocidental do século XIX, com a função política de legitimar a dominação imperialista sobre outros povos supostamente “primitivos” ou “selvagens”.

Outras histórias

◆ Um calendário indígena

No mundo ocidental globalizado utiliza-se predominantemente o calendário gregoriano. Ele é a referência para os negócios, para a navegação, para a viação aérea, nas mais variadas culturas, hoje interligadas pela rede mundial de computadores. O estudo de calendários diferentes contribui para romper com as visões absolutas e “naturalizadas” do tempo e para percebê-lo como uma construção dos seres humanos. Portanto, como uma construção histórica.

Sugerimos apresentar aos alunos um exemplo de outra possibilidade de pensar o tempo: o calendário elaborado por Loike Kalapalo, professor do Parque Indígena do Xingu, de acordo com as tradições de seu povo, o Kalapalo Kuikuro. Você pode utilizar o seguinte texto:

“Janeiro, chove muito. Nesse mês [...], rapaz, acima de 14 anos, fica em reclusão.

Fevereiro, as pessoas que têm roças fazem cercas de paus roliços em volta da roça para as plantas não serem destruídas pelos porcos do mato. Nesse período fica difícil a pescaria.

Março, as pessoas costumam construir suas casas.

Abril, as pessoas que fizeram as casas, arrancam o sapé para cobri-las.

Maiο, os rapazes que entraram em reclusão são soltos para começarem a lutar para a preparação do ‘Kuaryp’ [ou Kuarup].

Junho, as aldeias que se juntaram com a aldeia onde será realizado o ‘Kuaryp’ farão a entrega do polvilho.

Julho é a época da desova de tracajá e começam os preparativos para a festa do ‘Kuaryp’.

Agosto, época da festa do ‘Kuaryp’.

Setembro, início das primeiras chuvas.

Outubro, época que as frutas do pequi começam a cair.

Novembro, época que os rios começam a encher.

Dezembro, as pessoas das aldeias do Alto Xingu fazem vários tipos de festas.”

KALAPALO, Loike. Calendário indígena. In: *Geografia indígena*: Parque Indígena do Xingu. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 54.

Após a leitura, pode-se incentivar os alunos a pesquisar o significado de algumas palavras, pois elas fornecem pistas importantes sobre o universo cultural dos Kalapalo Kuikuro. Como exemplo, podemos citar o polvilho, subproduto da mandioca, importante fonte de alimentação para várias tribos do atual território brasileiro; ou o tracajá, um tipo de tartaruga, animal que também integra a culinária indígena, especialmente na região amazônica.

Com base no texto, também é possível levantar algumas questões. Por exemplo:

- Quais os principais marcos do calendário do povo Kalapalo. O que esses marcos definem? Quais as referências usadas para determiná-los?
- Segundo o calendário, qual é a principal atividade dos Kalapalo no inverno? Que relação essa atividade pode ter com as condições meteorológicas nesta estação do ano?

Ao final da atividade, pode-se solicitar aos alunos que, em dupla, elaborem um calendário baseado em referenciais que considerem importantes e comparem o resultado de seu trabalho com o dos demais colegas.

Divisão da história ocidental 17

A periodização tradicional – em quatro idades – é uma divisão arbitrária, que leva em consideração os marcos significativos para a história da Europa Ocidental. Ela pode ser útil em termos didáticos, pois facilita a organização do estudo e a localização temporal dos fatos históricos. Mas perde sentido se for aplicada indiscriminadamente para as sociedades que se desenvolvem há milênios no Oriente ou na África, por exemplo. Além disso, sua validade também é questionável para a história ocidental. Um bom exemplo é a Idade Média, conceito que foi elaborado pelos homens do Renascimento. Para eles, esse tempo seria a “Idade das Trevas”, marcada pela ignorância

e pela superstição, um tempo intermediário entre a Antiguidade greco-romana e o próprio Renascimento. Hoje, à luz de novas investigações históricas, percebemos que o período medieval foi muito rico para a civilização ocidental, pois, num primeiro momento, a tradição clássica e os valores cristãos se misturaram aos padrões culturais dos povos invasores (germanos, eslavos etc.); e, posteriormente, teve início o intercâmbio cultural com civilizações do Oriente.

Devemos considerar importante qualquer especificidade de cada período histórico, enfatizando sua riqueza cultural, sem induzir a juízos de valor sobre os homens do passado. Sugerimos, sempre que possível, incentivar os alunos a questionar os marcos cronológicos tradicionais, e a pensar também noutras possibilidades de periodização, de acordo com os temas, tempos e sociedades em foco.

A história, sob essa perspectiva, estabelece uma interface com a antropologia. Ela aborda no tempo o que a antropologia aborda no espaço: a diversidade cultural e o processo ininterrupto de troca entre culturas.

Sugestões de atividade

Os museus são instituições destinadas à pesquisa, preservação e divulgação dos bens materiais e imateriais representativos do patrimônio cultural de uma comunidade. No Brasil, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), existem mais de 2 mil museus. Eles podem ser públicos ou particulares, regionais ou comunitários, artísticos, arqueológicos, históricos, científicos, entre outros. Seria oportuno orientar os alunos a fazer uma visita a um museu da cidade e, em grupos, montar um painel com imagens do acervo e informações da instituição. Outra possibilidade é fazer uma visita virtual, já que vários museus mantêm portais que disponibilizam essa opção ao internauta.

Decifrando o Enem

21

O objetivo desta seção é preparar os alunos para enfrentar os exames ao final do ensino médio, principalmente o Enem, que desde 2009 é a principal via de acesso às universidades federais, além de constar como parte do processo seletivo em várias outras instituições de ensino superior (públicas e privadas). Selecionamos questões das provas realizadas nos últimos anos, de acordo com o tema do capítulo, e apresentamos o

encaminhamento de sua resolução, passo a passo. Esperamos, dessa forma, contribuir para a revisão de certos conteúdos e para que os alunos adquiram familiaridade com o formato das questões do Enem.

Sugerimos ressaltar a importância dos procedimentos indicados na introdução à seção (página 21), pois são a chave para as avaliações compostas de questões de múltipla escolha. No caso do Enem, e mesmo em outros exames, as respostas estão, muitas vezes, “embutidas” no enunciado e nos materiais apresentados para reflexão: textos, imagens, mapas, gráficos etc. A resolução depende, portanto, da competência leitora dos estudantes. Esta é, via de regra, a principal competência avaliada nas provas do Enem, explicitada no Eixo cognitivo I da Matriz de referência: “dominar linguagens: dominar a norma culta da língua portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica [...]”.

A questão selecionada aborda a construção da memória e sua inscrição no espaço público, usando como exemplo a atual Praça da Concórdia, em Paris, França. Pode-se aproveitar a oportunidade para chamar a atenção dos alunos para exemplos mais próximos, identificando a origem e o significado do nome de sua cidade, de praças, ruas e edifícios, os personagens homenageados em monumentos públicos etc. O quê (ou quem) se quer lembrar (ou esquecer) ao decidir por este ou aquele nome? Quem tem o poder de tomar essa decisão? Com quais intenções ela é tomada? Essas reflexões poderão contribuir para a formação dos jovens que estão iniciando o ensino médio, aprimorando sua percepção histórica do espaço em que vivem.

Sugestões de leitura

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em formação. Série Ensino fundamental)
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e ensino de história*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção História & reflexões)
- KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.
- PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

O conceito de história e o fato histórico

Um dos aspectos metodológicos mais importantes da tarefa do historiador é a seleção e a organização dos fatos históricos. No texto a seguir, o historiador britânico Edward H. Carr (1892-1982) mostra que os fatos históricos não são acontecimentos do passado à espera de serem revelados pelo historiador, mas objetos que interagem com ele, numa relação de influência recíproca.

“O século XIX foi uma grande época para fatos. ‘O que eu quero’, disse o sr. Gradgrind em *Hard Times*, ‘são fatos... Na vida só queremos fatos’. Os historiadores do século XIX em geral concordavam com ele. Quando Ranke, por volta de 1830, num protesto legítimo contra a história moralizante, acentuou que a tarefa do historiador era ‘apenas mostrar como realmente se passou’, esse aforismo não muito profundo teve um êxito espantoso. Três gerações de historiadores alemães, ingleses e mesmo franceses marcharam para a batalha entoando as palavras mágicas como um encantamento – destinado, como a maioria dos encantamentos, a poupá-los da obrigação cansativa de pensarem por si próprios. [...] Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais. [...] Essa é a derradeira sabedoria da escola empírica e do senso comum da história. [...]

Mas isto claramente não satisfaz [...], nosso argumento logo encontra a dificuldade de que nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador. Qual o critério que distingue fatos da história de outros fatos do passado? [...]

Os fatos na verdade não são absolutamente como peixes na peixaria. Eles são como peixes nadando livremente num oceano vasto e algumas vezes inacessível; o que o historiador pesca dependerá parcialmente da sorte, mas principalmente da parte do oceano em que ele prefere pescar e do molinete que ele usa – fatores esses que são naturalmente determinados pela qualidade de peixes que ele quer pegar. De um modo geral, o historiador conseguirá o tipo de fato que ele quer. História significa interpretação. [...]

Ao examinarmos a relação do historiador com os fatos da história, encontramos-nos, portanto, numa situação aparentemente precária,

navegando cuidadosamente entre Sila, de um lado, uma insustentável teoria da história como sendo uma compilação objetiva de fatos, de inqualificável primado, do fato sobre a interpretação e, de outro lado, Caribde, uma igualmente insustentável teoria da história como um produto subjetivo da mente do historiador, que estabelece os fatos da história e domina-os através do processo de interpretação, entre uma visão da história cujo centro de gravidade é seu passado, e outra, cujo eixo gira em torno do presente. Mas nossa situação é menos precária do que parece. Encontraremos a mesma dicotomia entre fato e interpretação mais adiante, sob outras formas – a particular e a geral, a empírica e a teórica, a objetiva e a subjetiva.

O dilema do historiador é um reflexo da natureza do homem. O homem, salvo nos primeiros anos da infância e nos últimos da velhice, não é totalmente envolvido pelo seu meio ou incondicionalmente sujeito a ele. Por outro lado, ele nunca é totalmente independente dele nem o domina incondicionalmente. A relação do homem com seu meio é a relação do historiador com seu tema. O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, [...] o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação, e sua interpretação segundo seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro.

O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita – tanto pelos outros quanto por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra. Essa ação mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado.

O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado. Portanto, minha primeira resposta à pergunta ‘que é história?’ é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre presente e passado.”

CARR, Edward H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 44-65.

Os primeiros passos da humanidade



Contextualizando

O capítulo aborda as teorias e controvérsias acerca da origem do homem, as etapas da evolução biológica humana e a polêmica entre criacionistas e evolucionistas. O conceito e a periodização da chamada Pré-história são problematizados, mantendo a subdivisão entre Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais para efeitos didáticos. A Revolução Agrícola mereceu especial atenção, dadas as profundas alterações que provocou no modo de vida dos povos pré-históricos: a sedentarização, o crescimento populacional, o desenvolvimento urbano e comercial, a formação do Estado e o surgimento da propriedade privada.

Além disso, aborda-se a origem do homem americano e os estabelecimentos humanos mais antigos do continente, apresentando as principais explicações elaboradas pelos estudiosos e alguns debates em torno dessas questões. Os alunos poderão comparar as teorias científicas que se acreditavam mais consolidadas (europeias e norte-americanas) às mais recentes, elaboradas por pesquisadores atuantes principalmente em países da América Latina, que buscam firmar seu papel na construção do conhecimento científico.

É oportuno ressaltar que grande parte do conhecimento sobre os primórdios da humanidade situa-se no terreno das hipóteses, já que os registros disponíveis não são suficientes para elaborar conclusões definitivas e novas descobertas arqueológicas geram estudos que permitem levantar novas hipóteses sobre a vida do homem pré-histórico.

Um mito maia sobre a criação dos seres humanos 22

O trabalho proposto nesta abertura visa ressaltar a pluralidade de explicações que cercam a questão do surgimento do homem, preocupação presente nas sociedades do passado e do presente. Sugerimos começar pela leitura da tirinha de Carlos Ruas e, em seguida, sondar as noções prévias dos alunos sobre o tema, comparando-as entre si. Consideramos importante, nesse momento, evitar os juízos de valor (o que é “certo” e o que é “errado”) e estabelecer distinções entre as explicações religiosas

e míticas (como a narrativa maia sobre a criação dos seres humanos) e as explicações científicas.

A origem do ser humano 23

É importante destacar o caráter multidisciplinar dos estudos sobre a origem e a evolução do homem, que estão em constante mudança, devido às renovadas pesquisas nas áreas da arqueologia, da biologia, da geologia. Por isso, sugerimos, se possível, recorrer ao apoio das disciplinas de biologia e filosofia para aprofundar os estudos sobre o tema com seus alunos.

Se achar conveniente, é possível organizar uma discussão em sala de aula, apontando os principais pontos de conflito entre as duas visões (criacionismo e evolucionismo), destacando a relação por vezes conflituosa entre a ciência e a religião em diferentes lugares e momentos da história, e as iniciativas em conciliar ambas as visões (como a teoria do *Design Inteligente*).

◆ As reações à teoria de Darwin 23

Ao comentar as reações causadas pela teoria de Darwin, sugerimos analisar com os alunos a caricatura *O homem descende do macaco* (1878). Com o auxílio da legenda, incentive os alunos a identificar os elementos da imagem e a discutir as intenções de seu autor. É interessante destacar que o título da obra corresponde a uma ideia bastante difundida no senso comum até a atualidade e que não corresponde às propostas da teoria da evolução das espécies: Darwin jamais afirmou que o homem descende do macaco; o que ele defendeu foi que seres humanos e grandes primatas possuem um ancestral comum.

Sugestões de leitura

- BOFF, Leonardo. *O casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.
- DARWIN, Charles. *Autobiografia*. 1809-1882. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STEFFOFF, Rebecca. *Charles Darwin: a revolução da evolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

◆ O gênero *Homo* 24

A respeito da evolução da espécie humana, desde seus ancestrais mais antigos até o *Homo sapiens*, sugerimos destacar as principais diferenças entre eles: a postura mais ou menos ereta, as dimensões do crânio (relacionada ao volume do cérebro), a habilidade para a fabricação de ferramentas e utensílios (relacionada aos dois primeiros aspectos). É importante destacar que atualmente está abandonada, entre os cientistas, a ideia de uma evolução linear e progressiva, desde as espécies mais antigas até o homem atual. Neste processo, que durou milhões de anos e no qual algumas espécies desapareceram, diferentes espécies talvez tenham convivido no mesmo espaço ou existido simultaneamente em lugares distintos do planeta.

◆ Uma periodização questionável 25

O tema da periodização na história pode ser retomado, pois este capítulo oferece muitos elementos para reflexão. Da mesma forma que o próprio conceito de Pré-História é questionável, como foi apontado no primeiro capítulo, as subdivisões Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais também não podem ser abordadas de forma universal – já que os agrupamentos humanos, dispersos pelo planeta, não se desenvolveram de maneira uniforme e simultânea.

Consideramos importante, no entanto, reforçar as diferenças entre os meios de subsistência, a cultura material, a organização social nos três períodos, comparando o modo de vida dos caçadores coletores do Paleolítico e os agricultores do Neolítico. Igualmente, é fundamental que os alunos reconheçam as características do que se convencionou chamar de “Revolução Neolítica”, e as transformações decisivas que ela acarretou na vida das comunidades de agricultores: a ampliação do domínio sobre os recursos naturais, a sedentarização, o crescimento populacional, a produção de excedentes, a diversificação do artesanato, a multiplicação das trocas.

Associada a esses processos está a formação das primeiras cidades (que alguns historiadores denominam “Revolução Urbana”) e o domínio da tecnologia dos metais. Uma última comparação, que visa facilitar

o domínio de conceitos mais complexos pelos alunos, poderá ser feita entre as relações de poder identificáveis na aldeia neolítica (página 28), nas cidades (página 29) e nos Estados (página 30).

Sobre o tema da formação das cidades, sugerimos discutir com os alunos os benefícios e os problemas do processo de sedentarização dos grupos humanos pré-históricos e assegurar que eles relacionem a prática da agricultura com o surgimento das primeiras vilas e de organizações hierárquicas mais complexas.

A passagem das aldeias pré-históricas para as primeiras cidadelas e, mais tarde, para as cidades, significou uma verdadeira revolução nos hábitos e costumes do ser humano, marcando o início do processo de civilização. Segundo Mumford, a cidade pode ser descrita como “uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização [...]. A invenção de formas tais como o registro escrito, a biblioteca, o arquivo, a escola e a universidade constitui um dos efeitos mais antigos e mais característicos das cidades”. (MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 38.)

Outro aspecto que anuncia mudança de comportamento do homem primitivo rumo à sedentarização é a prática do cuidado com os mortos. A primeira morada fixa do homem pré-histórico, no interior de uma caverna, numa cova, num monte de pedras ou num túmulo coletivo, destinava-se aos mortos e simbolizava marcos da comunhão entre mortos e vivos e uma ocasião para cerimônias rituais. Nesse sentido, a cidade dos mortos é precursora da cidade dos vivos. A importância do culto e a celebração aos mortos como marco da formação das cidades em seus primórdios podem ser atestadas pela presença de templos, túmulos e cemitérios como aqueles que ladeavam as cidades gregas ou romanas ao longo das estradas ou as pirâmides no Egito, entre outros exemplos.

A origem do homem americano 31

Os sítios arqueológicos com vestígios de ocupações humanas estão espalhados por toda a América e a datação dos achados é cada vez mais recuada no tempo. As pesquisas apontam, além da extensão territorial e da antiguidade das ocupações, para a existência de uma grande diversidade de culturas.

O texto enfatiza as controvérsias sobre a origem do homem americano. Os alunos poderão constatar que as teorias são explicações transitórias, permanentemente modificadas pelos novos fatos que as pesquisas trazem à tona. Esse tema também propicia ao professor

discutir com os alunos sobre a importância de conservar o patrimônio cultural do país e da humanidade. Sem esse patrimônio, somos prejudicados na tentativa de conhecer o passado, compreender melhor o presente e construir nossa identidade.

◆ **Descobertas e estudos no Brasil** 32

As investigações arqueológicas realizadas em território brasileiro têm contribuído com novos dados sobre a origem do homem na América, questionando teorias anteriormente estabelecidas. As semelhanças físicas entre Luzia e os povos africanos e australianos, e as descobertas de Niède Guidon no Piauí, são dois exemplos importantes. Sugerimos incentivar os alunos a identificar em quais aspectos essas descobertas questionam as teorias anteriores, bem como a elencar os argumentos favoráveis e contrários a cada uma.

◆ **A Pré-história americana** 34

O estudo da Pré-história do continente americano traz contribuições significativas para a formação dos alunos, na medida em que valoriza as culturas autóctones e ajuda a desfazer os argumentos que supervalorizam algumas culturas e histórias em relação a outras.

Ao desenvolver esse tema, consideramos importante destacar suas especificidades, tomando como exemplo a periodização apresentada na página 34, e propor comparações com o estudo que já foi feito anteriormente, sobre a Pré-história europeia.

Destacamos o domínio da agricultura, os agrupamentos urbanos, as construções monumentais em pedra, o domínio de técnicas sofisticadas de cerâmica, que se desenvolveram há vários milênios nas Américas. A domesticação do milho e sua importância na alimentação dos povos da Mesoamérica e dos altiplanos andinos podem ser relacionados ao mito de criação maia, narrado na abertura do capítulo.

Quanto ao estudo dos povos dos sambaquis (página 36), sugerimos frisar as funções que eles cumpriam como lugares de habitação e centros cerimoniais. Nelles é possível também encontrar a presença de outros vestígios deixados pelos povos que ali viveram. A análise da ilustração favorecerá a compreensão, pelos alunos, da formação e do valor desses sítios arqueológicos para o estudo desses povos. Vale lembrar que, apesar de terem sido numerosos no litoral do atual território brasileiro, muitos sambaquis desapareceram com a ocupação intensiva da faixa costeira. Apesar de integrarem o patrimônio arqueológico nacional, sua preservação

permanece ameaçada pelo avanço da urbanização e por atividades como a extração de calcário.

Como forma de aprofundar a discussão a respeito dos sítios arqueológicos, sugerimos a pesquisa sobre a condição atual dos sambaquis na Região Sul (por exemplo, o sambaqui de Garopaba, em Santa Catarina) e no Nordeste (como o sambaqui da Pedra Oca, localizado no Recôncavo Baiano).

Trabalhando com fontes 37

• **Um artefato**

A atividade propõe ao aluno a experiência de investigar uma fonte da cultura material, um artefato lítico encontrado em um sambaqui no estado de Santa Catarina, e que atualmente pertence ao acervo do Museu do Homem do Sambaqui. Procuramos reproduzir, nas questões, os procedimentos próprios da metodologia desse campo de pesquisa: identificar as características físicas do objeto, a matéria-prima empregada, as técnicas provavelmente utilizadas em sua fabricação, sua utilidade etc. Direcionamos o olhar do aluno para as lacunas observáveis nessa fonte. Trata-se de uma lâmina de machado, no qual o entalhe próprio para encaixar um cabo é visível, parte que, provavelmente, não sobreviveu à ação do tempo. Solicitamos também ao aluno que elabore hipóteses sobre a idade do objeto – ele poderá fazer estimativas com base nas datações dos sambaquis da região, citados na página 36.

Sugerimos comentar que nessa atividade não haverá, necessariamente, respostas corretas ou incorretas. O que importa é o exercício de análise e de levantamento de hipóteses a partir dos conhecimentos disponíveis e a elaboração de argumentos em sua defesa.

Sugestão de atividade interdisciplinar

Para facilitar a identificação das mudanças culturais e de localização geográfica experimentadas pelos homens pré-históricos, tendo em vista o domínio da agricultura e as migrações, o professor pode sugerir, com o auxílio do docente de geografia, a elaboração de um mapa que identifique as rotas de migrações realizadas pelos homens pré-históricos após o fim da Era Glacial, os locais onde teve início a construção dos primeiros povoados urbanos e a prática da agricultura.

O mapa pode vir acompanhado de um texto produzido pelo grupo, com o resultado do que foi pesquisado e discutido para tal atividade.

Os alunos podem ser avaliados conforme a consistência da sua pesquisa e o resultado final, que consiste na produção do texto e do mapa, e sua adequação aos objetivos propostos.

Decifrando o Enem

39

A questão, de caráter interdisciplinar, situa-se na interface entre as ciências da natureza e as ciências humanas, o que é bem comum no Enem, e oferece a possibilidade de diálogo com os professores de geografia e de biologia. Esta é, também, uma boa oportunidade para lembrar os alunos de que o conhecimento histórico se constrói com base no presente, ou seja, são as questões atuais que motivam, muitas vezes, os pesquisadores a indagar o passado, como é o caso da história ambiental que tem sido desenvolvida por historiadores das últimas décadas.

É importante notar que o texto introdutório oferece quase todos os elementos para a resposta, ao relacionar claramente a coincidência entre a ocorrência do fenômeno de efeito estufa e a disseminação das técnicas agrícolas. Outra dica é a menção aos métodos de derrubada das matas, comuns no passado e ainda utilizados no presente, apesar de condenados pelos danosos efeitos ao ambiente.

Cabe comentar que, embora o texto da Embrapa mencione apenas a Europa e a China, a agricultura já era praticada em outras regiões da Ásia, na América e na África nesse período.

Sugestões de leitura

ABUD, Katia Maria e outros. Ensino de história e cultura material. In: *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 105-124.

COOK, Michael. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-110.

NEVES, Walter; PILÓ, Luis B. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1991.

Texto complementar

A Revolução Neolítica

A Revolução Neolítica não foi uma passagem repentina do estágio de coleta para o da agricultura. Ao contrário, essas etapas coexistiram num primeiro momento, e as transformações propiciadas pela descoberta e pela expansão da agricultura e do pastoreio se deram de maneira gradual e cadenciada. Leia, a seguir, o texto do historiador catalão Josep Fontana, para quem esse processo se deu num período de longa duração.

“Os historiadores acostumaram-se a separar a coleta e a agricultura como se fossem duas etapas da evolução humana absolutamente diferentes e a supor que a passagem de uma a outra teria sido uma mudança repentina e revolucionária. Hoje, entretanto, sabe-se que essa transição se produziu de maneira gradual e matizada. Da etapa em que o homem era exclusivamente caçador-coletor, passou-se a outra em que ele começou a ter atividades de cultivo de plantas silvestres (limpava a terra, arrancava as ervas daninhas, aprendia a reproduzir as plantas a partir das duas sementes) e de manipulação de animais (reunião e proteção de ungulados [mamíferos antigos] selvagens). Porém, tudo isso era realizado como uma atividade complementar da coleta e da caça.

A passagem à agricultura será precedida pela ‘domesticação’ de plantas e animais –

escolha das variedades mais interessantes para serem reproduzidas, cruzando-as posteriormente –, que iniciará um processo de seleção artificial. Porém, a domesticação não é mais do que uma das condições da transição à agricultura, a qual só culmina quando se consegue completar a obtenção de uma dieta que proporcione todos os elementos nutritivos necessários (cereais, carne, legumes) e que possibilite depender por completo do abastecimento de plantas e de animais domesticados. Os homens convertem-se, então, em sedentários, procuram aumentar a produção agrária com novos métodos (como a irrigação, que lhe permite independentizar o cultivo da meteorologia), criando as condições que possibilitarão o surgimento de cidades, da civilização e das primeiras formas de Estado.

A adoção da agricultura foi, ao que parece, um acontecimento complexo e dramático. A passagem da vida de caçador-coletor à de agricultor-pecuarista não implicou numa melhora, pois trouxe uma diminuição da qualidade da vida humana e determinou o surgimento de novas doenças, de uma vida mais curta e, talvez, o incremento da violência, como consequência da apropriação da terra e da necessidade de defendê-la. Chegou-se a dizer que a agricultura foi ‘o pior equívoco da história da espécie humana’. Foi, em todo

caso, um equívoco inevitável, vinculado às mudanças climáticas que se produziram no final da última glaciação.

A passagem à agricultura é um processo que parece ter se iniciado de forma independente em vários lugares do mundo: no conjunto da Eurásia havia dois focos (o do Oriente Próximo e o da China), um ou dois na América (o da América Central e o dos Andes), um foco africano e, para alguns, outro na Nova Guiné. Cada um desses focos deu origem a um sistema agrário diferente, com uma dieta própria e com elementos culturais correspondentes, entre os quais estariam, para alguns, as diversas ‘línguas maternas’ originais. [...]

Os diversos sistemas agrícolas do mundo podem ser caracterizados pelo cereal em que sua alimentação se baseia: há uma cultura de trigo e de cevada [...] complementada por alguns legumes – ervilhas e lentilhas: a carne do pobre – que proporcionam proteínas e pelo azeite de oliva, a fonte principal de gordura, associada à pecuária de cabras e ovelhas, que fornece leite e carne. Há uma agricultura de soja e de milho na África negra; outra de arroz no sul e leste asiático (complementada com milho, porcos e galinhas) e uma agricultura autóctone americana, baseada no milho, na batata e na mandioca. [...]

O homem domesticou, simultaneamente às plantas, algumas espécies de animais que consomem ervas e folhas não diretamente utilizadas na alimentação humana, aproveitando seu leite e sua carne, assim como seus excrementos, os quais servem para adubar as terras agrícolas com nutrientes que permitem aumentar a produção de alguns alimentos destinados ao consumo humano. Uma segunda utilidade do gado, em especial do vacum [bois, vacas, touros e novilhos], dos cavalos e dos camelos, é que possuem força de tração animal. Têm sido, por isso, uma importante fonte de energia ao longo da história, o que explica que meçamos a potência, tomando como unidade o cavalo de força (HP, do inglês ‘horse power’). [...]

Os primeiros focos de agricultura autossuficiente ocorreram nas férteis terras úmidas da Mesopotâmia e do Vale do Nilo, enquanto, nas zonas semiáridas do Oriente Próximo e da Europa – por onde difundiu-se de leste a oeste num período de, aproximadamente, 3 mil anos, coexistindo com a coleta e a caça –, desenvolveu-se, principalmente, uma agricultura itinerante, em terras subtraídas da mata, que eram abandonadas e trocadas por outras

quando, após algumas colheitas, perdiam sua fertilidade.

Esse sistema, que devastou as terras do Mediterrâneo e empobreceu sua agricultura, foi superado, ao redor do ano 1000 a.C., pelo que se chamou de ‘revolução agrícola antiga’, que combinava o aproveitamento dos recursos do ‘ager’ (o campo, que compreendia as terras mais férteis onde eram cultivados os cereais) do ‘saltus’ (os campos, compostos pelas terras periféricas destinadas à pastagem do gado) e da ‘silva’ (a mata, com seus recursos florestais). O trigo e a cevada eram cultivados com arado leve, a enxada e a pá, porque os solos das margens do Mediterrâneo são pouco profundos e secos, bastando revolvê-los com o arado de madeira e abrir o sulco para colocar a semente.

Porém, esses solos pobres não podiam ser cultivados continuamente. Para que a terra recuperasse os elementos nutritivos necessários às novas colheitas, era preciso deixá-la um ano sem cultivar, isto é, em repouso, capinando-a de vez em quando para eliminar as ervas daninhas e para conservar a umidade proporcionada pelas escassas chuvas – e utilizar o gado que se alimentava da grama do ‘saltus’ durante o dia, para levá-lo, à noite, às terras em descanso do ‘ager’ a fim de que seus excrementos lhes transmitissem parte da biomassa que havia consumido pastando. Essa foi a base da agricultura da Grécia clássica, que produzia cereais para o próprio consumo e cultivava a oliveira nas terras montanhosas, a qual fornecia um produto, o azeite, facilmente comercializado.

O Império Romano foi a forma política mais elevada criada por essa agricultura. Era, essencialmente, um grande produtor de trigo, azeite e vinho que se expandiu pelas margens do Mediterrâneo com a finalidade de assegurar os alimentos necessários. O Egito, por exemplo, foi um grande provedor de trigo graças a uma autêntica ‘ponte marítima’ que transportou, cada ano, 150 mil toneladas de grão de Alexandria à Itália: a Península Ibérica forneceu azeite e diversas variedades de vinho. A baixa produtividade do trabalho foi, para alguns, a causa para que essa agricultura utilizasse escravos, pois estes, que só recebiam as rações necessárias ao seu sustento, produziam um excedente maior que o camponês que necessitava alimentar, também, sua família.”

FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da história geral*. Bauru: Edusc, 2000. p. 105-114.

Mesopotâmia



Contextualizando

O capítulo apresenta os povos que viveram na Mesopotâmia durante a Antiguidade e as principais características das civilizações que lá se desenvolveram, com destaque para duas de suas mais importantes criações: o Estado e a escrita. Parte da descrição do meio físico, enfatizando a relação entre o homem e a natureza local. A seguir, discorre sobre a formação das primeiras cidades-Estado e dos impérios acadiano, babilônico e assírio. Apresenta uma síntese das características sociais, econômicas e culturais que foram comuns a essas civilizações. Ao longo da exposição, também são demonstrados os vínculos entre a religião e as diferentes dimensões da vida social dos mesopotâmicos.

Apagando o passado

42

O tema abordado nesta abertura é a preservação da memória, do patrimônio cultural e da própria história da região que foi o berço das mais antigas civilizações que conhecemos. Além de oferecer subsídios para a discussão sobre os estreitos vínculos entre memória, patrimônio e construção da identidade, ela permite sensibilizar os alunos quanto aos problemas da atualidade, como a ascensão de grupos fundamentalistas, a escalada da violência no Oriente Médio e a ameaça aos vestígios materiais das civilizações da Antiguidade, que hoje são considerados patrimônio da humanidade.

Os materiais apresentados para reflexão dos alunos (imagem e texto) narram ações recentes do Estado Islâmico no Oriente Médio. Desde 2014, essa organização empreende uma guerra para instalar um califado e, assim, "restaurar" o Império Islâmico que existiu na região no passado. Deliberadamente, seus membros têm destruído vestígios milenares das civilizações mesopotâmicas, com o objetivo de apagar essa memória e construir outra identidade, vinculada aos valores específicos do Estado Islâmico.

Terra entre rios

43

A descrição das características geográficas da Mesopotâmia é importante para compreender a história das civilizações que ali se organizaram. Sugerimos explorar o mapa "Localização da Mesopotâmia" (página 43), identificando os territórios que compreendem a região na atualidade e a importância dos rios Tigre e Eufrates para os povos da Antiguidade. É fundamental destacar que, nas civilizações mesopotâmicas, o trabalho estava organizado em torno do controle das águas desses rios.

Povos da Mesopotâmia

44

É importante ressaltar que a região da Mesopotâmia foi o berço das primeiras civilizações de que temos notícia, tendo sido ocupada por vários povos (sumérios, assírios, acadianos e babilônicos). As diversas cidades-Estado que ali se formaram não conseguiram manter sua hegemonia por um período de tempo muito longo, e a unidade política da região foi intermitente.

Ao estudar os sumérios, é importante destacar os conceitos de "Revolução Urbana" e de "cidade-Estado" (página 44) e o desenvolvimento da escrita cuneiforme (página 45).

Sugerimos solicitar aos alunos que identifiquem a evolução da escrita cuneiforme (da escrita ideográfica até a escrita fonética); seu suporte físico (tabletes de argila) e os usos e vantagens que os registros escritos poderiam representar. Além disso, vale lembrar as relações entre o domínio da escrita e o poder estabelecido na sociedade, já que os primeiros registros eram destinados ao controle da produção e à cobrança de impostos. Outro aspecto a ser lembrado é que o domínio da escrita era privilégio de uma minoria da população (funcionários do rei, sacerdotes).

Também é importante esclarecer que a formação de impérios que dominaram, sucessivamente, a Mesopotâmia não significou o "desaparecimento" dos povos e

culturas precedentes, e sim uma intensa troca cultural entre eles. Os acadianos, por exemplo, herdaram o sistema de escrita inventado pelos sumérios e transmitiram aos sucessores suas descobertas e estudos no campo da astronomia e da matemática.

Durante o Primeiro Império Babilônico, destacamos a expansão das obras hidráulicas (canais de irrigação e redes de drenagem), as melhorias urbanas na capital e o código de leis organizado por Hamurábi.

Sugerimos examinar com os alunos a imagem da *Estela do Código de Hamurábi* (página 46), e, a partir dela, discutir com a classe a importância e o significado desse monumento e do sistema de leis para a sociedade da época. Algumas questões podem ser levantadas, por exemplo: por que as leis estão inscritas num grande monumento de pedra, e não em tabletas de argila, como era usual na Mesopotâmia? Qual o sentido das imagens esculpidas na parte superior do monumento? A identificação de que Hamurábi (em pé à esquerda) recebe investidura de Shamash (o deus Sol, que representa a Justiça) contribui para que os alunos percebam que religião e poder não estavam dissociados nesta sociedade.

Ao estudar a configuração do Império Assírio e do Segundo Império Babilônico, cabe comentar as estratégias adotadas por eles para a conquista de novos territórios. A consulta ao mapa “Povos e impérios da Mesopotâmia” (página 47) ajuda a dimensionar a extensão desses impérios.

Sugestão de atividade

Desde a Antiguidade, a região da Mesopotâmia tem sido marcada por guerras e violência. Sugerimos solicitar aos alunos que pesquisem conflitos que assolam a região na atualidade e identifiquem suas consequências para a população local. Como exemplo, podemos citar a guerra na Síria, que, iniciada em 2011, matou milhares de pessoas e deflagrou a fuga de milhões de sírios para outros países, dando origem à maior crise de refugiados do início do século XXI.

Sociedade mesopotâmica 48

Sugerimos retomar com os alunos os conceitos de estratificação, hierarquia e mobilidade social. É importante que eles identifiquem a relação entre a religiosidade e a vida política, social e econômica dos povos mesopotâmicos: o poder dos reis tinha origem divina, as terras eram consideradas propriedades dos deuses, os sacerdotes possuíam um *status* privilegia-

do, interferiam na vida política e controlavam imensas riquezas, as divisões sociais tinham justificativas religiosas.

Vale lembrar as formas de apropriação de riquezas pelas classes dominantes mesopotâmicas (reis e sacerdotes), por meio da cobrança de tributos dos camponeses, pagos com parte da produção ou em forma de trabalho.

Além disso, é fundamental diferenciar a escravidão existente nas sociedades mesopotâmicas (de pequena escala, originada por guerras ou dívidas) do sistema escravista que se constituiu na Idade Moderna.

Economia 50

Os Estados mesopotâmicos exerciam forte controle sobre a agricultura, principal atividade econômica da região. Tal fato é evidenciado pela construção de obras de irrigação e de drenagem, pelo armazenamento de gêneros de subsistência e mesmo pela distribuição dos excedentes da produção.

A análise do mapa “Produtos importados pelos povos da Mesopotâmia” (página 50) permite estabelecer comparações entre o passado e o presente. É relevante que os alunos percebam que, na Antiguidade, a Mesopotâmia importava várias das principais matérias-primas utilizadas pelas sociedades da época (metais, pedras, madeira e marfim). Hoje, os países da região se encontram entre os maiores exportadores de petróleo do mundo e o controle de suas reservas é alvo de intensas disputas.

Religião 51

Ao estudar os povos da Mesopotâmia, é fundamental ter em mente a ausência de distinção entre a religião e outras dimensões da vida cotidiana. Isso pode ser exemplificado por meio do boxe “Zigurates” (página 51): uma única construção possuía, ao mesmo tempo, a função de templo, armazém de cereais e observatório astronômico.

Além disso, cabe destacar a centralidade assumida pelo pensamento mítico no ordenamento da sociedade.

No texto a seguir, o historiador Mircea Eliade propõe uma definição para “mito”, contribuindo para a compreensão do papel desempenhado por ele nas sociedades do passado e também do presente.

Tentativa de definição do mito

“[...] De fato, a palavra [mito] é hoje empregada tanto no sentido de “ficção” ou “ilusão” [...]

Não é apenas nesse sentido – o mais usual na linguagem contemporânea, que entendemos o ‘mito’. Mais precisamente, não é o estágio mental ou mesmo o momento histórico em que o mito se tornou uma ‘ficção’ que nos interessa. Nossa pesquisa terá por objeto, em primeiro lugar, as sociedades onde o mito é – ou foi, até recentemente – ‘vivo’ no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência. Compreender a estrutura e a função dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos.

[...] O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma ‘criação’: ela relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala do que *realmente* ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens dos mitos são os Entes sobrenaturais. Eles são conhecidos sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos ‘primórdios’. Os mitos revelam, portanto, sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a ‘sobrenaturalidade’) de suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado no Mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente fundamenta o Mundo e o converte no que é hoje. E mais: é em razão das intervenções dos Entes Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural. [...]”

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 8-11.

Conhecimentos mesopotâmicos 52

Apresentamos alguns conhecimentos desenvolvidos pelos povos mesopotâmicos. Cabe destacar que, ao longo do tempo, esses conhecimentos foram aperfeiçoados por outros povos, fazendo-se fortemente presentes em nossa sociedade. Seria oportuno incentivar os alunos a refletir sobre o papel fundamental que elementos como a escrita, a matemática e o calendário desempenham em nosso cotidiano na atualidade.

Decifrando o Enem 55

Sugerimos aproveitar a oportunidade para ampliar a discussão sobre os problemas relacionados à construção da memória e da história, valendo-se dos conteúdos estudados sobre a Mesopotâmia antiga. Discutir com a classe, por exemplo, a natureza das fontes disponíveis para o estudo das civilizações suméria, acadiana, babilônica e assíria: qual a autoria e a finalidade dos registros escritos por eles produzidos? Eles representam os interesses de quais grupos sociais? Por que os livros de história trazem os nomes de Hamurábi, Nabucodonosor, Assurbanipal, entre outros exemplos, e não aqueles dos “homens comuns”, sejam guerreiros, comerciantes, artesãos, camponeses ou escravos? Como os historiadores e outros pesquisadores podem obter informações sobre as classes trabalhadoras e seu modo de vida na Mesopotâmia antiga? Essas informações são importantes? Por quê? A expectativa é que os alunos adquiram habilidades para construir uma visão crítica sobre a memória e a história, tanto das sociedades do passado quanto do presente.

Sugestões de leitura

- FISCHER, Steven Roger. *História da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- KRAMER, Samuel Noah. *A história começa na Suméria*. Lisboa: Edições Europa-América, 2006.
- PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 24. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando a história)
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

As mulheres na Mesopotâmia

No texto a seguir, as pesquisadoras francesas Brigitte Leon e Cécile Michel expõem suas descobertas sobre o papel feminino na Mesopotâmia, com base na análise dos códigos legais e documentos privados referentes ao 2º milênio a.C.

“As mulheres, na Mesopotâmia como ahures, não formam uma ‘categoria’ homogênea. Sua condição varia em função das épocas, dos lugares, de seus estatutos jurídico e social... É por isto que escolhemos estudar, aqui, as mulheres livres, excluindo as escravas, cuja servidão, tanto quanto o sexo, determina o modo de vida.

Em comparação com as fontes da Antiguidade clássica, a documentação do Oriente-Próximo apresenta características específicas: nela, a ausência de discurso teórico é compensada pela abundância dos documentos originais, já que os tablets de argila resistiram melhor ao tempo que o papiro ou o pergaminho. Por isto, muitos tipos de textos, cujos equivalentes frequentemente desapareceram no mundo grego ou romano, são relativamente bem conservados: numerosos são os contratos, os processos ou as cartas que fornecem preciosas indicações sobre a vida cotidiana. [...]

O casamento é objeto de um acordo entre as famílias dos cônjuges. Ele é frequentemente oral e somente os casos atípicos são objeto de um contrato escrito; os próprios códigos de leis não consideram as situações comuns.

A escolha do marido não compete à jovem, mas a seus parentes ou, ainda, a seu irmão mais velho, em caso de ausência do pai. O homem tem a possibilidade de escolher sua esposa, mas também acontece que seus pais indiquem a futura nora. Em certos textos [...], a jovem especifica ter dado o seu acordo e, em alguns exemplos paleoassírios, viúvas decidem por si próprias sobre a escolha de seu novo marido.

O casamento dá lugar a transferências de bens entre as duas famílias. A família da jovem lhe concede seu dote [...]. Em teoria, este dote é propriedade da mulher, destinado a ser transmitido posteriormente a seus filhos. O homem, por seu lado, entrega à família da esposa um contradom [...] de um montante total inferior ao do dote e entregue antes deste. Não se trata absolutamente de um preço de

compra da esposa, pois o preço de uma escrava é frequentemente superior a ele.

[...] Na sequência desta troca de presentes, e antes que a jovem se junte à residência de seu marido, tem lugar uma festa [...] É, talvez, ao longo desta cerimônia que a esposa recebe um véu. Os primeiros exemplos assírios do uso do véu pela mulher casada remontam aos arquivos dos mercadores de Assur. Uma jovem, propagando maledicências e, possivelmente, entregue à sua própria sorte, é conduzida a seu tio, que a repreende e decide casá-la com um de seus colaboradores: ‘Estou esperando Lalíya. Quando Lalíya chegar, eu colocarei o véu sobre a cabeça da jovem; depois, continuarei minha viagem’. [...] As leis médio-assírias, no fim do 2º milênio, confirmam que as mulheres casadas usavam um véu fora da casa, mas, nesta época, a prática estendeu-se às filhas de boa família. Em contrapartida, estas leis são particularmente duras contra a prostituta que cobrisse a cabeça para ter a aparência de uma mulher respeitável: ‘Aquele que vê uma prostituta com véu, deverá detê-la. Ele constituirá testemunhas e a levará à entrada do palácio. Suas joias não serão tomadas, mas aquele que a deteve levará suas vestes. Ela receberá 50 golpes de bastão e sua face será coberta por piche’. O mesmo ocorria com as escravas que tentassem usurpar o estatuto de mulheres livres através do uso de um véu, como indica o mesmo parágrafo: ‘As escravas não usarão véu e aquele que vir uma escrava com véu deverá detê-la. Ele a levará à entrada do palácio. Suas orelhas serão cortadas e aquele que a deteve levará suas vestes’. [...]

O casamento é monogâmico; entretanto, em alguns casos particulares, o homem é autorizado a ter uma esposa secundária. [...]

Para os casais que continuam sem filhos, na impossibilidade de saber se a esterilidade é masculina ou feminina, apenas o segundo caso é considerado e o homem pode, então, tomar uma esposa secundária. Contratos de casamento paleoassírios especificam o prazo a partir do qual, não tendo a esposa dado à luz, o homem pode recorrer a uma outra mulher: dois ou três anos, segundo os casos. Em Alalah, de acordo com alguns contratos, o homem deve esperar sete anos antes de tomar uma segunda esposa. [...]

A escolha da segunda mulher, livre ou escrava, é, por vezes, feita pela esposa estéril – seja a esterilidade de origem natural ou

cultural. Os filhos nascidos desta união são considerados das duas mulheres conjuntamente. [...] A narrativa bíblica do Gênesis, capítulo 16, apresenta uma situação similar: não tendo tido filhos, Sarah pede a seu marido Abraão que garanta uma descendência com sua serva egípcia, Hagar; esta, grávida, zomba de sua senhora, que a maltrata a tal ponto que Hagar prefere fugir... e o anjo que ela encontra no deserto aconselha que ela retorne para a casa de Sarah, como teria feito, sem dúvida, qualquer bom jurista babilônico.

[...] O casamento e a unidade familiar que dele decorre constituem uma das bases da organização social. Por consequência, os soberanos editaram leis particularmente severas contra a mulher adúltera e seu amante. As leis assírias dedicam uma dezena de artigos a este tema, vislumbrando todo tipo de caso: a mulher seduzida na casa do amante, em uma taverna ou na rua, o amante consciente ou não do delito, acusação ou presunção de adultério. O adultério constitui uma ofensa grave contra o marido e, mesmo se isto jamais é claramente dito, a mulher adúltera arrisca dar à luz filhos que não seriam de seu esposo. Sem dúvida, é em parte por isto que a questão do adultério diz respeito apenas às mulheres. Um homem que entretém uma relação fora do casamento não arrisca grande coisa, salvo se ele seduz uma mulher casada; mas pode ir impunemente ao cabaré frequentar as prostitutas.

Considerados ambos como igualmente culpados, a mulher adúltera e seu amante

sofrem o mesmo destino: seja a morte, seja a liberação, como estipula o código de Hamurábi: ‘Se a esposa de um homem foi surpreendida dormindo com um outro homem, eles os amarrarão e jogarão na água. Se o marido da esposa deixar que sua esposa viva, então, o rei deixará seu servidor viver’. As leis assírias, além da graça ou da morte dos dois parceiros, vislumbram uma terceira possibilidade: as mutilações que punem os culpados onde eles cometeram a falta, impedindo-os de reincidir:

‘Se alguém surpreendeu um homem com sua esposa e se as provas contra ele foram feitas e ele foi considerado culpado, os dois serão mortos; não há falta contra o marido. Se ele o deteve e levou diante do rei ou diante dos juízes, e se as provas contra ele foram feitas e ele foi considerado culpado, se o marido da esposa quiser matar sua esposa, ele matará também o outro homem; se ele cortar o nariz de sua esposa, ele deverá tornar o outro homem um eunuco, que terá toda sua face mutilada. Mas se ele [liberar] sua esposa, o outro homem deverá ser [liberado]’.

É preciso, entretanto, que haja flagrante delito, pois não é possível condenar duas pessoas com base em simples suspeitas!”

LION, Brigitte; MICHEL, Cécile. As mulheres em sua família: Mesopotâmia, 2º milênio a.C. Revista *Tempo*. Niterói, n. 19, v. 10, dez. 2005. p. 149-173. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042005000200010>>. Acesso em 18 fev. 2016.

Capítulo 4

A África na Antiguidade: Egito e Núbia



Contextualizando

O capítulo apresenta as civilizações que se desenvolveram às margens do Rio Nilo, no nordeste da África: Egito e Núbia. São analisadas suas principais características sociais, a organização do Estado e as relações de poder, as atividades econômicas, a religião e a cultura desses povos.

O desenvolvimento das civilizações egípcia e cuxita chama a atenção para a importância do continente africano para a história da humanidade. Durante muito tempo, a África foi deixada de lado pela historiografia, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, quando muitos defendiam que os africanos não eram civilizados e que, por isso, não tinham história.

O texto a seguir contextualiza essa discussão e apresenta algumas possibilidades relacionadas ao estudo da história do continente africano.

África: culturas e sociedades

“Para compreendermos a cultura material das sociedades africanas, a primeira questão que se impõe é a imagem que até hoje perdura da África, como se até sua ‘descoberta’ fosse esse continente perdido na obscuridade dos primórdios da civilização, em plena barbárie, numa luta entre homem e natureza. De fato, a história dos povos africanos é a mesma de toda a humanidade: a da sobrevivência material, mas também espiritual, intelectual e artística, o que ficou à margem da compreensão nas bases do pensamento ocidental, como se a reflexão entre homem e cultura fosse seu atributo exclusivo, e como se natureza e cultura fossem fatores antagônicos.

E é isso que fez com que a distorção da imagem do continente africano atingisse também os povos que ali habitavam. De acordo com as ciências do século XIX, inspiradas no evolucionismo biológico de Charles Darwin, povos como os africanos estariam num estágio cultural e histórico correspondente aos ancestrais da humanidade. [...] As sociedades africanas tradicionais (ou pré-coloniais) tinham em suas atividades econômicas uma das formas de sobrevivência, de acordo com o meio ambiente em que viviam, de suas necessidades materiais e espirituais, e de toda uma tradição anterior de várias técnicas e tipos de produção.

Havia muitos povos nômades, que precisavam se deslocar periodicamente, e havia povos sedentários, que fundando seus territórios chegaram a constituir grandes reinos, desenvolvendo atividades econômicas produtivas, tanto de bens de consumo como de bens de prestígio (em que se destacam várias de suas artes de escultura e metalurgia).

O que a história oficial procurou velar é que os africanos desenvolveram várias formas de governo muito complexas, baseando-se seja em uma ordem genealógica (clãs e linhagens), seja em processos iniciáticos (classes de idade), seja, ainda, por chefias (unidades políticas, sob várias formas). [...] Então, é importante relativizar o peso conferido ao continente africano enquanto um dos territórios das ‘descobertas’, como também é o caso das Américas. Em ambos os casos, a história dos povos que lá e aqui habitavam era considerada como inexistente pelos europeus, como se a história fosse resultado de uma cultura – a europeia.

O fato de não terem escrito sua história anteriormente não quer dizer que os africanos, bem como os povos autóctones das Américas e da Oceania, não tinham história, muito menos que não tinham escrita.

Objetos de arte considerados apenas decorativos estão plenos de mensagens codificadas por signos e símbolos que podem ser ‘traduzidos’, ou interpretados verbalmente, como é o caso de muitos objetos proverbiais. [...]

Por outro lado, a história desses povos pelo continente é uma história de conquistas, de legitimação do território a ser habitado e cultivado, explicando a diversidade cultural existente. [...] Por isso, não podemos admitir nada de primitivo na história e na cultura material dos povos africanos, uma vez que se trata de sociedades que têm atrás de si mesmas existência milenar. [...] É importante, portanto, ter sempre em vista que o continente africano é imenso, com centenas de grupos étnicos ou sociedades, que não devemos chamar de tribos, pois o sistema de parentesco, além de não ser a única forma de organização, manifesta-se em grande diversidade e complexidade na composição dos grupos culturais.”

SALUM, Marta Heloísa Leuba. *África: culturas e sociedades*. Série Formas de humanidade. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), 1999. Disponível em <www.arteafricana.usp.br/codigos/textos_didaticos/002/africa_culturas_e_sociedades.html>. Acesso em 26 fev. 2016.

A boa administração dos recursos hídricos como premissa para o desenvolvimento humano

56

A abertura do capítulo propõe uma reflexão sobre o uso dos recursos hídricos em dois momentos da história: na Antiguidade e no presente. Sugerimos começar o debate sondando os alunos acerca da importância da água para a nossa sobrevivência. É pertinente aproveitar a imagem para conversar sobre a estiagem que atingiu a região Sudeste do Brasil desde 2014 e seus impactos para a vida da população. Também cabe lembrar o problema histórico da seca que, em 2015, voltou a assolar a região Nordeste.

O primeiro texto, escrito por um historiador, contextualiza a questão do aproveitamento dos recursos hídricos na África antiga, retomando a famosa frase de Heródoto (“O Egito é uma dádiva do Nilo”) e ressaltando o papel desempenhado pelas sociedades que lá viveram. O segundo texto, extraído de um relatório da Unesco, adverte sobre a possibilidade de esgotamento dos recursos hídricos, caso eles não sejam manejados de maneira responsável.

A comparação entre a importância e o uso das águas em sociedades tão distantes no tempo e no espaço possibilita aos alunos trabalharem com as noções de permanência e mudança, bem como questionar a ideia de progresso.

Às margens do Nilo: o Egito 57

A antiga civilização egípcia costuma atrair bastante a atenção dos alunos, sendo atualmente objeto de grande divulgação nos meios de comunicação de massa, como o cinema e a televisão. É importante chamar a atenção dos alunos para as diferenças entre os conteúdos de filmes de ficção, que exploram alguns aspectos do antigo Egito, e os conhecimentos que são originários das pesquisas historiográficas.

O estudo da história da civilização egípcia permite uma abordagem comparativa com a Mesopotâmia, ressaltando as semelhanças e diferenças entre elas. Em ambas, as cheias periódicas favoreceram a atividade agrícola em regiões semiáridas ou desérticas; o aproveitamento das águas dos grandes rios demandou a construção de redes de irrigação, barragens e sistemas de drenagem; a agricultura constituía a base da vida econômica; e os camponeses eram a maioria esmagadora da população e estavam submetidos ao pagamento de tributos e ao trabalho obrigatório nas grandes obras públicas.

Durante o estudo da sociedade e da economia egípcias (página 59), destacamos a existência de uma elite privilegiada (associada ao exercício do poder e à administração do Estado) e a mobilidade social restrita. Destacamos também a maior autonomia das mulheres, abordada no box “A mulher no antigo Egito” (página 59).

Sugerimos explorar a imagem com cenas do trabalho agrícola (página 60). Algumas questões podem ser levantadas, por exemplo: quais etapas do trabalho podem ser identificadas? O que está sendo colhido? Quem são os personagens representados na imagem? Por que eles são representados com as mesmas dimensões, vestes e fisionomias? Quais os instrumentos de trabalho utilizados? De que material eles são feitos? É possível levantar hipóteses sobre a época do ano em que essas cenas ocorriam? É importante reiterar que todo o trabalho agrícola era regulado pelo regime de cheias do Rio Nilo.

A religião (páginas 61 e 62) pode ser considerada um dos aspectos mais significativos da sociedade egípcia, na medida em que orientava a vida e a morte de seus habitantes. A arte simbolizava a extensão do poder dos

deuses sobre o universo e refletia a concepção de mundo dessa civilização. Um dos aspectos centrais, a crença na vida após a morte, relaciona-se ao desenvolvimento da arte em tumbas, sarcófagos, estatuetas e vasos deixados próximos aos mortos, e à construção das pirâmides e templos que provocam, até hoje, curiosidade e admiração de todos os públicos.

Trabalhando com fontes 63

• Uma imagem do *Livro dos Mortos*

Os livros dos mortos podem ser considerados documentos de grande complexidade, pois apresentam, ao mesmo tempo, linguagem escrita e não escrita como meios de comunicar sua mensagem. Sugerimos chamar a atenção dos alunos para o estilo característico da pintura egípcia no que se refere à representação das figuras humanas. Eram pouco realistas e obedeciam à “lei da frontalidade” ou “frontalismo”: a cabeça e os pés são representados de perfil, e o tronco, de frente. Diferenças sociais eram representadas através das dimensões das figuras e de ornamentos e símbolos próprios de cada grupo social: faraó, sacerdotes, nobres etc.

Sugestão de atividade interdisciplinar

Para ampliar o conhecimento sobre a cultura do antigo Egito sugerimos a realização de uma pesquisa com o objetivo de selecionar imagens representativas da arte e da arquitetura produzidas por essa civilização. A classe pode ser dividida em grupos, sendo cada grupo responsável por um dos seguintes temas: pintura; arquitetura; escultura; ourivesaria. A pesquisa pode ser feita em fontes impressas ou fontes eletrônicas. Os alunos poderão montar um álbum (em suporte físico ou eletrônico) com os materiais selecionados, elaborando uma legenda que descreva imagens, materiais e técnicas utilizados em sua elaboração, a finalidade de cada construção, imagem ou artefato. É importante orientar os alunos a reproduzir (digitalizar, imprimir ou fotocopiar) as imagens encontradas em livros, jornais, revistas, ou *sites*, além de identificar as fontes consultadas.

Núbia 65

Na região da antiga Núbia desenvolveu-se a civilização cuxita, cuja história esteve interligada à história da civilização egípcia antiga. Por isso, sugerimos como foco de estudo, de um lado, ressaltar as especificidades da civilização cuxita e, de outro, identificar as influências recíprocas entre Cuxe e o Egito. Uma primeira abordagem poderá ser a comparação do papel do Rio

Nilo para as duas civilizações: enquanto no Egito as planícies férteis permitiram o desenvolvimento agrícola, na região da Núbia os afloramentos rochosos limitaram as áreas de cultivo. Mas a sua localização estratégica favoreceu o desenvolvimento comercial e o conseqüente florescimento urbano. Além disso, por estímulo dos egípcios, a mineração transformou-se em uma importante atividade econômica dos cuxitas, como pode ser observado no boxe “O estímulo à metalurgia” (página 66).

Cuxe tornou-se forte e influente na região da Núbia. Aproveitando-se das dificuldades enfrentadas pelo Egito, fundou a 25ª dinastia egípcia, sendo visíveis, na cultura egípcia desse período, as marcas da influência cuxita, como indicam, por exemplo, alguns costumes funerários.

Decifrando o Enem

69

A questão selecionada aborda os diversos significados que revestem os grandes monumentos erguidos pelos egípcios na Antiguidade. Trata-se também de uma boa oportunidade para retomar com os alunos alguns conteúdos fundamentais estudados neste capítulo.

A questão pode ser considerada fácil, e sua resolução depende, prioritariamente, da leitura e da interpretação de texto. Os alunos poderão responder por exclusão de alternativas que apresentam informações claramente incorretas, caso das afirmações contidas nos itens **b**, **c**, **d** e **e**.

Sugestões de leitura

CLARO, Regina. *Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula*. São Paulo: Hedra Educação, 2012.

HAKEM, A. M. Ali. A civilização de Napata e Méroe. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África*. História antiga. 2 ed. Brasília: Unesco, 2010. v. 2.

LECLANT, J. O Império de Kush: Napata e Méroe. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 2.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1997.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Texto complementar

A religião em Méroe

O texto a seguir, escrito pelo sudanês A. M. Ali Hakem, especialista em história antiga, analisa a presença de divindades egípcias e locais na constituição da religiosidade meroíta. O autor argumenta que, embora existissem dois tipos de templo, tratava-se de uma mesma religião.

“Os povos meroítas tomaram do Egito a maior parte de suas ideias religiosas oficiais. A maioria dos deuses cultuados nos templos de Méroe correspondia às divindades egípcias; os primeiros reis consideravam Âmon como o deus mais importante, de quem recebiam seus direitos ao trono. Os sacerdotes dos templos de Âmon exerceram uma influência considerável, pelo menos até a época do rei Ergamenes, que, ao que parece, destituiu-os de seus poderes absolutos. No entanto, mesmo mais tarde, os reis demonstraram – pelo menos em suas inscrições – veneração por Âmon e seus sacerdotes, os quais eram favorecidos de várias maneiras por dádivas de ouro, escravos, gado e terras.

Ao lado de divindades faraônicas – Ísis, Hórus, Tot, Arensnuphis, Satis etc. – com seus símbolos originais, eram cultuados deuses puramente meroítas, como o deus leão Apedemak ou o deus Sebiemeker (Sbomeker). O culto desses deuses só se tornou oficial no século III antes da Era Cristã; parece que anteriormente eram deuses locais das regiões meridionais do império, e que só adquiriram proeminência quando a influência egípcia começou a enfraquecer e foi substituída pelos traços culturais mais autenticamente meroítas. [...]

Apedemak, deus guerreiro, era uma divindade de grande importância para os meroítas. Ele é representado com uma cabeça de leão, animal que, ao que se sabe, desempenhava um certo papel nas cerimônias do templo, especialmente em Mussawarat es Sufra. Nessa mesma localidade encontramos outro deus meroíta desconhecido dos egípcios, Sebiemeker, que talvez fosse a principal divindade local, já que era tido como criador. Algumas deusas também estão representadas em Naga,

mas seus nomes e posições no panteão meroíta continuam desconhecidos.

A presença de dois grupos de divindades, um de origem egípcia e o outro de origem local, reflete-se também na arquitetura dos templos.

Os templos de Âmon

O simbolismo religioso exerceu considerável influência na arquitetura dos templos do antigo Egito. O culto era expresso em ritos elaborados e complexos e cada parte do templo tinha um papel específico no desenvolvimento do ritual. Essas várias partes (salas, pátios, câmaras, capelas etc.) eram dispostas axialmente, formando um longo corredor de procissão. Templos desse tipo foram edificadas na região de Dongola por Peye, Taharqa e seus sucessores; o mais importante deles, dedicado a Âmon Rá em Napata, foi construído em Djebel Barkal. Todavia, nas primeiras inscrições de coroação não consta que Méroe tenha um templo dedicado a Âmon.

Por volta do fim do século I antes da Era Cristã, contudo, a cidade de Méroe foi honrada com a construção de um desses templos, à frente do qual foi colocada uma longa inscrição em meroíta. [...] Esse templo se tornou talvez o mais importante dentre os consagrados a Âmon-Rá na última metade da história do reino. [...] O templo de Âmon em Méroe desempenhou um papel semelhante ao de Napata, em Djebel Barkal; deve ter se tornado um perigoso rival para este último, chegando a superá-lo em importância. Mesmo durante o período anterior à construção do templo de Âmon em Méroe, Napata não detinha o monopólio como centro religioso: existiam outros templos que dominavam a vida religiosa em todo o Butana e estendiam sua influência para o norte. Trata-se dos templos dos leões [...].

Os templos dos Leões

O nome ‘templo dos leões’ deve-se a uma preponderância marcante de figuras de leão, esculpidas em *ronde-bosse*, guardando o acesso e a entrada dos templos ou ocupando posição de destaque nos baixos relevos. A figura do leão representa o importante deus meroíta Apedemak; isso não significa, contudo, que todos os templos dos leões fossem dedicados unicamente a Apedemak. Embora a existência desses templos tenha

sido constatada por diversos especialistas, eles receberam diferentes denominações quando descritos isoladamente: templo de Ápis, templo de Ísis, templo do Sol, templo principal de Augusto (Câmara de afrescos) etc. O uso de tais termos levou, em alguns casos, a conclusões equivocadas e enganosas. O emprego da expressão ‘templo dos leões’ eliminaria novos mal-entendidos, sendo a figura do leão seu traço mais característico. As estátuas de leão estão inteiramente ausentes dos templos de Âmon (Barkal, Kawa, Méroe, Naga) – a que se associam as estátuas de carneiro –, embora o deus-leão Apedemak fosse provavelmente uma das divindades ali cultuadas e sua imagem apareça entre as representações de outros deuses. Do mesmo modo, as divindades com cabeça de carneiro, Âmon-Rá e Khnum, aparecem muito frequentemente nos baixos relevos dos templos dos leões, embora não haja um único exemplo de estátua de carneiro associada a qualquer um dos templos dos leões.

[...] Embora a existência dos dois tipos de templo sugira, à primeira vista, a presença de duas religiões diferentes em Méroe, uma reconsideração cuidadosa indica que de fato havia apenas uma. Isso porque a coexistência de duas religiões pressupõe quer um grau considerável de tolerância, fato bastante improvável à época, quer um conflito feroz e guerras religiosas contínuas, a que as fontes disponíveis não fazem qualquer referência. Pelo contrário, o panteão cultuado nos templos de Âmon também parece ter sido o mesmo dos templos dos leões, com a exceção de que a certos deuses era dada maior proeminência em um templo do que em outro. Esse panteão era, aliás, constituído por uma mistura de deuses egípcios como Âmon-Rá ou a tríade de Osíris e deuses locais como Apedemak, Mandulis, Sebiumeker. As arquiteturas diversas indicam diferenças antes nos rituais que na religião. Assim, os rituais ligados às cerimônias de coroação exigiam templos como o de Âmon para a realização das festas e procissões. Tal prática religiosa tornou possível incorporar sem conflito vários deuses e crenças locais, concorrendo assim, durante um período bastante longo, para a coesão de um reino constituído de elementos muito diversificados.”

HAKEM, A. M. Ali. A civilização de Napata e Méroe. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África*. História antiga. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 326-331. v. 2.

Hebreus, fenícios e persas



Contextualizando

Neste capítulo, abordamos civilizações do mundo antigo que se desenvolveram na Ásia, entre o Mediterrâneo Oriental e o Planalto do Irã: hebreus, fenícios e persas. Apresentamos uma visão geral da organização política, social e econômica de cada um, bem como seus legados mais significativos, como o alfabeto fenício e o monoteísmo hebraico. Os três povos estudados neste capítulo mantiveram intensas trocas culturais e comerciais, entre si e também com as civilizações estudadas anteriormente. Além disso, tiveram um papel importante na formação das civilizações grega e romana.

Como surgiu o alfabeto

70

Os materiais apresentados nesta abertura permitem várias reflexões acerca da escrita. É possível, por exemplo, retomar os usos dos registros escritos nas sociedades antigas, de acordo com o que os alunos já estudaram sobre as civilizações da Mesopotâmia e do Vale do Nilo. Cabe lembrar que os sistemas de escrita desenvolvidos por aqueles povos eram bastante complexos – como os hieróglifos egípcios, que apresentavam registros ideográficos – de modo que seu aprendizado era demorado e trabalhoso. Por outro lado, o sistema inventado pelos fenícios era bem mais simples e, com apenas 22 sinais (as “consoantes”), permitia o registro de qualquer coisa.

Ampliando a reflexão para os dias de hoje, pode-se conversar com os alunos sobre o papel fundamental dos registros escritos em nossa sociedade, assim como sobre a importância do braille para a inclusão social de pessoas com deficiência visual.

Hebreus

71

O estudo da história dos hebreus na Antiguidade se confunde com a história da civilização europeia ocidental, depositária das tradições judaico-cristãs.

Eles criaram a primeira religião monoteísta da história, que lançou as bases religiosas, morais e éticas para as duas outras grandes religiões monoteístas: o cristianismo e o islamismo. Sugerimos, como eixo do estudo, propor aos

alunos identificar semelhanças e diferenças entre os antigos hebreus e os outros povos estudados neste capítulo e nos anteriores, e estabelecer as relações entre eles e os impérios egípcio, babilônico, assírio e persa.

A história dos antigos hebreus é narrada em seu livro sagrado, a *Torá*. No entanto, esta não é a única fonte disponível. Os historiadores recorrem, também, a outras fontes históricas, como os textos escritos por outros povos, às fontes da cultura material e às pesquisas arqueológicas.

Sugerimos abordar a importância da *Bíblia*, tratando-a como documento e fonte histórica fundamental para conhecermos a história dos hebreus antigos. Uma breve pesquisa sobre a história da *Bíblia*, apresentando sua estrutura de organização, poderá ser útil desde que se evite avaliar o mérito religioso do texto, para não causar constrangimentos entre os alunos. O objetivo, nesse caso, é abordá-la como patrimônio da cultura ocidental.

No texto a seguir, o historiador Jaime Pinsky apresenta uma importante reflexão sobre a utilização da *Bíblia* como fonte histórica.

A Bíblia e o trabalho do historiador

“É preciso ter presente que a *Bíblia* tem um compromisso com a unidade do povo hebreu e não com a narrativa fiel de acontecimentos. [...] O fato de questionarmos a historicidade de algum personagem não significa que não possam tirar da história contada informações que nos interessam. O narrador acaba referindo-se a costumes e padrões de comportamento que caracterizam uma época e dizem respeito também a mitos que derivam de uma região. Assim, não há contradição entre questionar a historicidade de personagens bíblicos, colocar em dúvida alguns dos fatos milagrosos ali narrados e utilizar o material como fonte para o trabalho do historiador.”

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 24. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 108-109. (Coleção Repensando a história).

Destacamos que conhecer a trajetória do povo hebreu ajuda a compreender as raízes históricas de um conflito contemporâneo, como demonstra o box “O conflito entre judeus e árabes na atualidade” (página 73).

Sugestões de leitura

BAHBOUT, Scialom. *Judaísmo*. São Paulo: Globo, 2002.

CHOURAQUI, André. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos: dos primórdios até a formação do Estado*. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Editora Teológica/Edições Loyola, 2005.

Fenícios

74

Os fenícios ocuparam uma estreita faixa de terra no Mediterrâneo Oriental e nunca chegaram a formar uma unidade política. Porém, a navegação, o comércio e a escrita que eles desenvolveram deixaram influências duradouras em todo o mundo Mediterrâneo antigo. Através de suas rotas marítimas (representadas no mapa “Fenícia: colônias e rotas comerciais (539 a.C.-133 d.C.”, da página 74), os fenícios transportavam mercadorias e contribuíam para as trocas culturais entre as diferentes civilizações antigas.

Sugerimos comentar com os alunos que, apesar de terem sido anexadas por poderosos impérios, as cidades fenícias não desapareceram; sua cultura comercial e marítima e suas riquezas sobreviveram até o tempo do Império Romano, que enfrentou Cartago (cidade fundada pelos fenícios no norte da África) entre os séculos III e II a.C.

Aprenda mais

76

• A descoberta de Uluburun

A descoberta de um navio naufragado no século XIV a.C. no litoral da atual Turquia revelou novas informações sobre o comércio no mundo antigo. Por meio de um infográfico, apresentamos aos alunos algumas dessas descobertas. A leitura atenta dos textos e das imagens contribui para aprofundar o conhecimento sobre as trocas que ocorriam entre as civilizações antigas, trocas essas que, muitas vezes, ultrapassavam os limites do Mediterrâneo.

Império Persa

78

Ocupando a princípio a área que hoje corresponde ao Irã, os persas foram, provavelmente, os primeiros a formar um Império de dimensões continentais. O domínio sobre povos de outras culturas se deu em uma área de grande extensão, que compreendia os territórios da atual Líbia até a Índia. As conquistas militares foram consolidadas graças à grande capacidade de organização político-administrativa do

Império e à política de tolerância às diferenças culturais e religiosas dos povos conquistados, cuja obrigação principal era o pagamento de impostos, bem como o fornecimento de homens para compor as tropas imperiais.

◆ O zoroastrismo

79

Embora tenha caracterizado-se por uma política de tolerância religiosa, o Império Persa adotou o zoroastrismo como sua religião oficial. O texto a seguir apresenta mais informações sobre essa religião.

Crenças zoroastristas

“Os zoroastristas seguem os ensinamentos do profeta Zaratustra (conhecido no Ocidente como Zoroastro). [...] As datas relativas a Zaratustra são incertas [...] mas sabe-se que viveu no noroeste do Irã. Seus ensinamentos foram preservados sobretudo em 17 hinos, os *Gathas*, contidos no *Yasna*, parte da sagrada escritura *Avesta* [mais antiga escritura do zoroastrismo]. [...] Ele acreditava que Deus, Ahura Mazda, o havia ensinado pessoalmente por meio de uma série de visões que o chamavam à missão.

A ênfase na responsabilidade pessoal é um dos pontos mais importantes para os zoroastristas. Há duas forças opostas: Ahura Mazda, criador da vida e da bondade (auxiliado pelos *Ahuras*, espíritos bons ou anjos), e o perverso e destrutivo Angra Mainyu (auxiliado pelos espíritos demoníacos conhecidos como *Daevas*). O destino de alguém depende da escolha entre elas. [...]

Quando Ciro, o Grande, fundou o Império Persa, [...] o zoroastrismo tornou-se a religião oficial do Estado e passou a ser praticado desde a Grécia até o Egito e norte da Índia. [...] Como resultado, seus ensinamentos influenciaram outras religiões, particularmente o judaísmo, quando os judeus estavam exilados na Babilônia, na época em que Ciro subia ao poder, e o cristianismo: anjos, o fim do mundo, o julgamento final, a ressurreição e céu e inferno [foram tomados] emprestados das crenças zoroastristas em sua forma e conteúdo.”

BOWKER, John. *Para entender as religiões*. São Paulo: Ática, 1997. p. 13.

Sugestão de leitura

ASHERI, David. *O Estado Persa*. São Paulo: Perspectiva, 2006 (Coleção Debates).

KORMIKIARI, Maria C. N. O comércio, as trocas e o sistema do dom entre os fenícios. In: Alexandre Galvão Carvalho (Org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004. p. 127-154.

A questão selecionada aborda aspectos da religião e da cultura judaicas, como os hábitos alimentares, que permanecem até a atualidade. Sugerimos aproveitar a oportunidade para ressaltar o grande contato entre

os povos que viveram na região do Oriente Médio na Antiguidade, destacando que esse contato resultou numa interpenetração de culturas. A questão pode ser considerada fácil, e sua resolução pode ser feita pela exclusão das alternativas incongruentes.

▶ Texto complementar

Os hebreus no Egito

O episódio do êxodo na história dos hebreus é um dos acontecimentos que mais contribuíram para a unidade cultural do povo judeu. No texto a seguir, o historiador alemão Herbert Donner apresenta uma leitura da trajetória desse momento da história dos hebreus.

“Sobre a permanência de Israel no Egito e sobre sua saída relata [o livro do] Êxodo [nos capítulos de 1 a 15]. Apesar de a exposição, em grau mais elevado do que as sagas dos patriarcas, dar a impressão de ser uma narrativa histórica concatenada e contínua, não pode haver dúvida de que também ela é o resultado de um processo de formação e composição em parte pré-literário, em parte literário. Sobretudo, porém, deve-se considerar que a tradição se nos apresenta na forma generalizada e nacionalizada que o Israel posterior lhe deu. Partindo da forma final da tradição, a tarefa do historiador, difícil e só parcialmente realizável, consiste em chegar, através de uma redução crítica, à permanência no Egito e ao êxodo como temas da Pré-história de Israel.

[...] Historicamente deve-se pressupor que os grupos precursores do que veio a ser Israel foram nômades. [...]

As razões que podiam levar a movimentos de nômades em direção ao Egito eram de diferentes tipos [...]. Sobretudo, porém, deve-se levar em consideração causas climáticas. [...]

Em todo o caso, os nômades imigrados no Egito não foram absorvidos pela civilização do Nilo [...]. As razões disso são desconhecidas. Talvez a estrutura social das associações dos nômades dificultasse sua egipcização, o que pode ter se aplicado aos nômades em geral. [...]

Êxodo 1,8-12 relata, a seguir, em tom de saga, que no Egito teria chegado ao poder ‘um novo rei’ que ‘não conhecia José’, com o

que teria iniciado a opressão dos ‘israelitas’. Disso se pode depreender historicamente que, a certa altura, os egípcios decidiram utilizar a mão de obra dos nômades imigrados para seus projetos de construção. [...]

Por conseguinte, não pode haver dúvida de que Ramsés II deve ser tido como o ‘faraó da opressão’ e que os eventos que estão por trás de Êxodo I cabem na primeira metade do século XIII a.C. Os começos da história de Israel, como o AT [Antigo Testamento] os expõe, se entrelaçam com a história do Império Novo egípcio. Assim se consegue pela primeira vez inserir com sucesso ao menos uma parte do Israel posterior num contexto histórico maior e datar esse contexto com segurança. [...]

Para a pergunta sobre quanto tempo os nômades permaneceram na ‘casa da escravidão egípcia’ não há uma resposta segura. [...]

Os acontecimentos por ocasião da saída do Egito e junto ao Mar dos Juncos estão totalmente envoltos pela saga e imersos na luz da história da salvação, e isso possivelmente em grau ainda maior do que em outros materiais da Pré-história de Israel. Historicamente não é mais possível apreender e expor tudo isso. Correndo o risco da trivialidade, poder-se-ia destacar o seguinte cerne: um grupo de nômades que prestava trabalho forçado no Egito conseguiu evadir-se dos egípcios e, na margem do Delta, interpor uma barreira de água entre si e seus perseguidores. [...]

Numa só palavra: não sabemos quando, onde e como isso aconteceu. Mas o êxodo e o milagre do Mar dos Juncos ficaram gravados profundamente na consciência do Israel posterior.”

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. 3. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 98-112. v. 1.

Grécia antiga



Contextualizando

Neste capítulo abordamos a civilização grega, que, junto com a romana, constitui o que a tradição identifica como “Antiguidade Clássica”, vista como fundadora da cultura ocidental.

Apresentamos o longo período que vai da formação da civilização minoica e das invasões indo-europeias (no terceiro e segundo milênios antes de Cristo), até a formação das cidades-Estado gregas e sua expansão pelo Mediterrâneo. Analisamos a evolução política e social de Atenas, até a instituição do regime democrático, e a permanência do regime aristocrático em Esparta. Após o exame dos principais conflitos ocorridos entre os séculos V e IV a.C., apresentamos um panorama geral da cultura grega.

Além da filosofia, os gregos deram importantes contribuições para o desenvolvimento da medicina, da matemática, da astronomia e da história. Nas artes, desenvolveram a arquitetura e a escultura, além de uma refinada cerâmica. O teatro também foi uma criação grega, sendo suas obras encenadas até hoje. Não podemos esquecer ainda o papel dos gregos na criação dos Jogos Olímpicos.

Democracia

86

As noções de democracia e cidadania constituem duas das mais importantes contribuições da cultura grega para a civilização ocidental. Segundo Maria Helena da Rocha Pereira, em sua obra *Estudos de história da cultura clássica*, a palavra democracia apareceu pela primeira vez com Heródoto e passou a ser de uso corrente na Antiguidade. No século XVIII, o ideal de democracia reapareceu nos movimentos revolucionários liberais, destacando-se na Declaração de Independência dos Estados Unidos e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada durante a Revolução Francesa. No século XX, os princípios democráticos foram incorporados à Constituição de muitos países, consagrando-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela ONU em 1948.

Com base nos materiais apresentados nesta abertura, sugerimos introduzir essas noções, sondando os conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema. Pode-se conversar sobre as características da democracia na Antiguidade e no mundo contemporâneo, estabelecendo as diferenças entre democracia direta e democracia representativa. Também é possível questioná-los sobre as limitações da cidadania na Grécia antiga e sua abrangência ou restrição na atualidade. Essas discussões podem ser retomadas ao longo do estudo do capítulo, especialmente ao abordar a democracia ateniense (página 91).

O mundo grego

87

Neste tópico, é importante frisar que a ideia de Grécia antiga não corresponde a uma unidade política nem aos limites territoriais da Grécia que conhecemos atualmente. Esse aspecto pode ser retomado por meio dos mapas “Grécia antiga (século VII a.C.)” (página 87) e “Expansão colonial grega (séculos VIII-VI a.C.)” (página 89).

Período minoico: primórdios da civilização grega

87

Na ilha de Creta, desenvolveu-se uma rica civilização, chamada de cretense ou minoica. A influência dessa civilização no território grego continuou mesmo com o domínio dos aqueus, fundadores da cidade de Micenas, considerados os primeiros gregos.

Período micênico

88

Os poemas de Homero são considerados fontes importantes para o estudo desse período da história grega, ao lado das pesquisas arqueológicas. Acredita-se que a *Iliada* e a *Odisseia* tenham sido escritas no século VIII a.C., na época da formação da pólis. Apesar das dúvidas sobre a autoria dos poemas, acredita-se que as duas obras apresentam a transcrição de

tradições míticas, preservadas oralmente por várias gerações. Além disso, elas descrevem em minúcias vários costumes da sociedade do período e sua estrutura narrativa lançou as bases das tradições da literatura ocidental.

Período Arcaico

89

Sugerimos aprofundar o conceito de cidade-Estado (pólis) com os alunos, dada sua importância para o entendimento da Antiguidade clássica. As cidades-Estado eram núcleos urbanos independentes, com território reduzido, em que a área urbana e a rural formavam uma só unidade. Em geral, as cidades-Estado possuíam a acrópole, parte alta e fortificada que tinha a dupla função de proteger a cidade e ser seu centro religioso; e a ágora, onde se localizavam os edifícios públicos, o mercado e a praça, e também onde se reuniam os cidadãos para discutir todas as questões da cidade. O movimento de expansão grega dos séculos VIII a VI a.C. resultou na multiplicação de cidades-Estado, com estruturas semelhantes, por todo o mundo mediterrâneo, atingindo o litoral do Mar Negro. Nelas foram mantidas a língua, a religião e demais tradições das “cidades-mães” (metrópoles).

◆ Atenas

90

A cidade de Atenas passou por diferentes formas de governo: aristocracia, oligarquia, tirania e democracia. Consideramos fundamental destacar que alguns desses conceitos, como tirania e democracia, tinham sentidos muito diferentes dos atuais.

Os atenienses praticavam a democracia direta, ou seja, todos os cidadãos participavam de todos os cargos públicos (por sorteio ou por eleição) e da Eclésia, a assembleia dos cidadãos, onde se decidia, por voto, os assuntos mais importantes da cidade. O conceito moderno de democracia é originário das ideias de contrato social e de representação popular – o poder é delegado a representantes legitimamente eleitos pelos cidadãos. Outra diferença reside no conceito de cidadania, bastante restrito entre os atenienses, pois excluía os escravos e os estrangeiros. As mulheres, apesar de cidadãs, não possuíam direitos políticos. Provavelmente apenas um décimo da população de Atenas preenchia os requisitos necessários para exercer a cidadania.

Para compreender as mudanças políticas em Atenas, sugerimos articular as lutas políticas, intensas entre os séculos VII e VI a.C., às lutas sociais e às transfor-

mações por que passou a sociedade ateniense nesse tempo, com o desenvolvimento do comércio marítimo, o crescimento do número de escravos e de estrangeiros na cidade.

Com a consolidação do regime democrático, todo cidadão ateniense, pelo menos por um período de sua vida, exerceria algum cargo público, já que várias magistraturas eram preenchidas por sorteio.

A Eclésia era a instância máxima do poder na democracia ateniense. O texto a seguir, do historiador Moses Finley, ajuda a elucidar melhor sua estrutura e seu funcionamento.

A assembleia ateniense

“Todo cidadão do sexo masculino, quando completava 18 anos, automaticamente se qualificava para comparecer à assembleia e conservava tal privilégio até sua morte [...]. No tempo de Péricles, o número de cidadãos qualificados era cerca de 35 ou 40 mil. As mulheres estavam excluídas, bem como o considerável número de não cidadãos [...] e também os escravos, que eram bem mais numerosos do que os não cidadãos.

Todos os números são estimativas, mas não seria muito incorreto supor que os cidadãos adultos do sexo masculino representavam um sexto da população total (considerando-se os habitantes da cidade e do campo em conjunto). No entanto, o ponto crítico a ser determinado é quantos dos 40 mil cidadãos realmente iam às reuniões. É sensato imaginar que, em condições normais, a assistência fosse constituída principalmente dos residentes urbanos. Poucos camponeses fariam a viagem para comparecer a uma reunião da assembleia [...] cada reunião da assembleia tinha uma composição diferente. Não havia membros da assembleia como tais – apenas membros de determinada assembleia em determinado dia. Talvez as mudanças não fossem significativas de reunião para reunião em tempos de calma, de paz, quando não se debatia nenhuma questão de importância vital. Contudo, mesmo então faltava um importante elemento de previsibilidade. Quando entravam na assembleia, nenhum político poderia estar muito certo de que não ocorreria uma mudança na composição da plateia, fosse acidental, fosse pela mobilização mais ou menos organizada de algum setor particular da população, que poderia mudar o equilíbrio dos votos contra uma decisão tomada em reunião anterior.”

FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 67-68.

Trabalhando com fontes 92

• A hierarquia familiar em Atenas

Além de desenvolver as habilidades relacionadas à leitura de fontes históricas, propomos refletir sobre a instituição considerada um pilar da sociedade e do próprio Estado no mundo grego antigo: a família. O estudo do texto selecionado pode ser realizado com o apoio do professor de filosofia, de modo a explorar a argumentação desenvolvida por Aristóteles, baseada no pensamento lógico.

Durante a discussão com a classe, sugerimos ressaltar os seguintes aspectos do texto: a prevalência da autocracia masculina na família e na sociedade em geral; a “naturalização” das diferenças de *status* social e mesmo de atributos pessoais (as “virtudes”), entre homens e mulheres e entre senhores e escravos; e a associação entre essas características e o conceito de cidadania vigente na democracia ateniense.

◆ Esparta 93

A cidade de Esparta pode ser estudada como um exemplo de manutenção do regime aristocrático na Grécia. Tanto sua organização política quanto suas tradições (Licurgo como fundador e legislador; a aristocracia espartana considerada descendente dos antigos dórios) e a educação das crianças e jovens tiveram por objetivo a manutenção da estrutura que reservava o poder exclusivamente para os espartanos. Cabe ressaltar que, paradoxalmente, as mulheres espartanas usufruíam de liberdades incomuns noutras cidades gregas.

Período clássico: a Grécia em guerra 94

O século V a.C. correspondeu ao período de maior riqueza e esplendor cultural da cidade de Atenas. Boa parte de suas realizações no período esteve relacionada à hegemonia e às riquezas obtidas após a vitória contra os persas.

Sugerimos ao professor promover a leitura coletiva do fragmento de Heródoto (página 95), que narra o famoso episódio das Guerras Greco-Pérsicas, em que um pequeno grupo de guerreiros espartanos enfrentou os exércitos liderados por Xerxes: a *Batalha de Termópilas*. Cabe destacar o uso da palavra

“bárbaros”. Na cultura grega, o termo significava “estrangeiro”, aquele que não estava inserido na cultura helênica e que falava outra língua.

Também é possível comentar sobre a produção cinematográfica desse episódio, como o filme *300* (Estados Unidos, 2006, direção de Zack Snyder) e a sua continuação, *300: ascensão do império* (Estados Unidos, 2014, direção de Noam Murro). Neste caso, é importante esclarecer que os filmes, inspirados na série de quadrinhos de Frank Miller, *Os 300 de Esparta*, expressam pontos de vista relacionados ao contexto da guerra norte-americana contra o terrorismo.

Durante o estudo do período clássico, cabe ainda ressaltar que o poderio marítimo ateniense se expandiu graças à sua liderança na Liga de Delos, o que acirrou a rivalidade com outras cidades gregas, como Esparta. As cidades gregas se enfrentaram numa luta que se estendeu por décadas, e que resultou na derrota de Atenas e no enfraquecimento de todas as pólis. Esse cenário facilitou a conquista macedônica (338 a.C.) e o início de um novo tempo no mundo grego antigo, com a fusão entre os elementos helênicos e orientais.

Cultura grega 97

Consideramos importante destacar as conexões que podem ser feitas entre a produção cultural da Grécia antiga e a cultura contemporânea, apesar da distância no tempo. Sugerimos a elaboração, em conjunto com a classe, de uma lista de elementos da cultura grega que os alunos podem identificar em sua vida cotidiana. Alguns exemplos: personagens da mitologia grega, como os citados no box “Panteão dos deuses gregos” (página 97), estão presentes em filmes e animações, feitos para cinema e televisão; nas aulas de matemática, os alunos estudam a geometria euclidiana e o teorema de Pitágoras, entre outras criações dos gregos antigos; a arte e a arquitetura gregas estabeleceram padrões de beleza que foram admirados e reproduzidos por artistas de outros tempos e lugares; os Jogos Olímpicos, um dos maiores eventos globais da atualidade, também foram criados pelos gregos na Antiguidade.

No entanto, é sempre bom lembrar que as criações da cultura grega antiga, quando revisitadas pelas sociedades mais recentes, adquiriram outros significados, expressando a visão que a contemporaneidade produziu sobre elas.

A questão selecionada apresenta dois fragmentos para leitura e interpretação: um de Tucídides e outro de Aristóteles. Além de desenvolver as habilidades de leitura de fontes históricas, os alunos podem aprofundar seus estudos sobre a organização política das cidades-Estado gregas, especialmente o caso ateniense. A questão permite também estabelecer relações entre o passado e o presente, comparando os conceitos de cidadania e de democracia em contextos diferentes. A discussão dos conceitos gregos de cidadania e de política são particularmente oportunos na formação dos jovens nos tempos em que vivemos, especialmente em nosso país. Cabe notar que a desvalorização dos assuntos públicos em detrimento dos privados, a invasão dos interesses privados sobre os públicos e mesmo a deterioração do conceito de política são fenômenos observados em vários países do mundo ocidental.

É interessante assinalar que a afirmação contida na alternativa e, por exemplo, poderia ser considerada

correta em outro contexto, já que efetivamente a filiação (portanto, o pertencimento a certo grupo de parentesco) era um dos critérios para distinguir os cidadãos dos não cidadãos.

Sugestões de leitura

BRAUDEL, Fernand. *Memórias do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2014.

FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006. v. 1 e 2.

VIDAL NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Texto complementar

Atenas na época clássica

A cidade de Atenas constituiu-se na mais importante pólis da era clássica. O desenvolvimento de sua democracia possibilitou também o esplendor cultural da cidade. No texto a seguir, Claude Mossé apresenta algumas das características desse auge cultural no século V a.C., o “século de Péricles”.

“Péricles podia, a justo título, jactar-se de que Atenas tinha se transformado na ‘cidade mais opulenta e pujante’. Mas essa opulência e essa pujança, a seus olhos, não eram nada perto daquilo que constituía o primeiro título de Atenas à hegemonia, a saber, a superioridade intelectual e artística – que fazia dela, para falar francamente, a ‘escola’ da Grécia. Os modernos repetiram essa fórmula à porfia, e podemos nos interrogar, não sobre o seu sentido preciso – que se advinha –, mas sobre a repercussão que tal afirmação podia alcançar entre os atenienses. [...] Parece, todavia, que podemos distinguir dois domínios: o do pensamento especulativo, de um lado, e o religioso, de outro. O primeiro não deve ter interessado senão a uma ínfima parte dos atenienses, àqueles que compunham o séquito

de Péricles [...]. Com efeito, seria perigoso e errôneo imaginar os contemporâneos de Péricles como homens isentos de superstições e inclinados a reconhecer a razão como único guia. A população campesina ainda levava uma existência bastante apagada, limitada às festas campestres em honra das divindades, tradicionalmente protetoras das colheitas: Deméter, a deusa do trigo, e Dionísio, por excelência, o deus da vegetação arbustiva. É verdade que, nas assembleias do povo, esses camponeses lentamente se iniciavam na vida política. Por vezes, sucedia de virem a Atenas a fim de assistirem a uma seção da assembleia, na Pnix. Contudo, o mundo da cidade e do porto continuava-lhes hostil e, com alegria, voltavam a seus festejos campônios e às grosseiras farsas com as quais apaziguavam os deuses. As pessoas da cidade, evidentemente, eram menos rudes, mais habituadas a ouvir os oradores e, por isso, mais sensíveis à magia da palavra. Eram elas que, por ocasião das grandes festas em honra de Dionísio, acotovelavam-se no teatro, com seus farnéis a tiracolo – uma vez que a representação durava o dia todo –, vibrando com a narração dos infortúnios dos Atridas ou das desventuras da família de Édipo.

Mesmo que certas sutilezas lhes escapassem, podemos imaginar que captassem todas as ilusões políticas, e que os antigos combatentes de Salamina ouviam com emoção a narrativa do mensageiro de *Os Persas*, de Ésquilo. Quando refletimos no fato de que foram os atenienses reunidos no teatro, por ocasião das Lêneas, os que coroaram Ésquilo, Sófocles e, mais tarde, Eurípedes, ao invés de obscuros comparsas, não podemos deixar de admirar a solidez de julgamento desse povo e de duvidar dos malefícios da ‘teatrocracia’ denunciada por Platão.

Os mesmos atenienses participavam das grandes procissões e dos jogos, através dos quais se manifestava sua devoção aos deuses. [...] Eram assinaladas não apenas por uma imponente procissão, sacrifícios e banquetes, mas, sobretudo, pelos grandes concursos de tragédias e de comédias [...]. A importância e a pompa dessas festas justificavam a afirmação de Péricles: ‘Administramos à alma numerosos refrigérios; instituímos jogos e festas que se sucedem do começo de um ano ao outro, maravilhosos entretenimentos cujo encanto, a cada dia, afasta a tristeza’ (Tucídides, II, 38).

Além disso, essas festas constituíam ocasião para a reafirmação do poderio de Atenas. Era nas grandes Dionisiacas que os aliados vinham trazer seu tributo, e seus delegados podiam, assim, admirar, com seus próprios olhos, não apenas a majestade e a pompa com que o povo ateniense revestia a homenagem aos deuses, mas também a admirável ornamentação, de pedra e de ouro, de que Péricles quisera dotar a cidade.

Tratava-se de reerguer as ruínas das Guerras Médicas e, particularmente, de erigir um santuário digno da deusa tutelar de Atenas. [...]

Tal ambição, no entanto, custava caro. Já vimos, anteriormente, como Péricles resolvera o problema do financiamento dos grandes trabalhos: extraindo, do tributo dos aliados, a dízima da deusa. Imaginamos que tais expedientes não teriam merecido a aprovação dos aliados e que estes tenham, de todas as maneiras, procurado escapar a uma servidão que lhes parecia cada vez mais difícil de suportar.”

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. p. 42-45.

Capítulo 7

O esplendor de Roma e a civilização bizantina



Contextualizando

A civilização romana perdurou entre os séculos VIII a.C. e V d.C., propagando sua cultura pelo mundo mediterrâneo alcançando o norte da África, a região do Mar Negro e as ilhas britânicas. Muitos vestígios materiais romanos são visíveis até hoje e diversos elementos da cultura romana antiga, como a língua latina, o direito, o conceito de república e a religião cristã permanecem vivos na cultura ocidental contemporânea.

Neste capítulo, adotamos a periodização tradicional da história de Roma, seguindo o critério político (monarquia, república e império), com ênfase nas questões mais relevantes de cada período.

Em meio a crises e invasões, a porção ocidental do Império Romano ruiu, porém, o Império Bizantino, her-

deiro do antigo Império Romano do Oriente, perdurou por séculos, até ser dominado pelos turcos otomanos no século XV. Neste capítulo, veremos que, apesar de reunir vários povos e culturas diferentes, Bizâncio manteve sua identidade relacionada ao poder imperial e ao cristianismo ortodoxo. Sua capital, Constantinopla, exerceu papel fundamental no comércio do mundo antigo e medieval, ficando conhecida como a “Porta do Oriente”.

Um conceito amplo de família 102

A atividade proposta nesta abertura discute o conceito de família entre os antigos romanos e no Brasil da atualidade, identificando semelhanças e diferenças entre elas.

Cabe comentar com os alunos que a família foi a base da sociedade romana, desde os seus primórdios.

No entanto, é importante destacar que esse termo extrapolava a configuração pai, mãe e filhos, abrangendo também os escravos, a casa e mesmo os animais e os bens controlados pelo pai, ou seja, o chefe da família. Esta também é uma boa oportunidade para conversar com os alunos sobre as novas configurações familiares na atualidade e promover uma cultura de tolerância e respeito às diferenças.

Roma antiga 103

Nesse texto introdutório estão reunidas as informações sobre o povoamento da Península Itálica e a formação das aldeias latinas que deram origem à cidade de Roma. Destacamos a prevalência dos etruscos e a presença de povos já estudados anteriormente, como os fenícios (ou cartagineses) e os gregos, cuja influência cultural na história do mundo romano foi decisiva.

◆ Monarquia (753 – 509 a.C.) 104

A história da monarquia romana permaneceu entrelaçada às tradições míticas sobre a origem de Roma. Assim, pode-se incentivar os alunos a investigar a história dos irmãos Rômulo e Remo, tal como narrada na obra do poeta Virgílio, *Eneida*. Nesse caso, sugerimos questionar os alunos acerca das intenções do poeta, ao representar os fundadores de Roma como heróis e descendentes de divindades, capazes de grandes proezas.

Durante o estudo do período monárquico, também sugerimos destacar a influência dos etruscos na cultura romana e a estrutura da sociedade, dividida entre patrícios, plebeus, clientes e escravos. Essa hierarquização social, apesar de sofrer várias modificações ao longo dos séculos, permaneceu como uma marca importante durante toda a história de Roma, bem como a instituição do Senado. Outro ponto de destaque é a revolta dos patrícios, que derrubou o regime monárquico e instaurou a república.

◆ O escravismo na Roma monárquica 104

Nesse box, chamamos a atenção para a pequena participação dos escravos na população de Roma no período monárquico. Vale lembrar que, durante este período, toda a produção agrícola e artesanal dependia do trabalho dos plebeus. Os plebeus também tinham a obrigação de participar dos exércitos, mas não recebiam salários e deviam arcar com as despesas relacionadas ao armamento. O problema social dos plebeus endividados e escravizados está na origem das lutas sociais do século V a.C., e os conflitos pela posse da terra se estenderam por vários séculos.

◆ República (509 – 27 a.C.) 105

Consideramos importante chamar a atenção dos alunos para o conceito de “república” entre os romanos: ao expulsar o último rei, a intenção do patriciado seria evitar a concentração de poderes na figura real e tomar o poder para si. A ideia de “coisa pública”, nesse momento, estava restrita, portanto, às famílias da aristocracia romana, que se considerava descendente dos fundadores da cidade. Todo o período republicano foi marcado por intensas lutas sociais entre patrícios e plebeus para ampliar os direitos de participação na república romana. À semelhança do mundo grego antigo, em Roma as mulheres e os escravos também eram excluídos da vida política.

O Senado era o órgão supremo do governo na república. Os senadores eram vitalícios e tinham a função de elaborar leis, supervisionar as finanças públicas, dirigir a política externa e administrar as províncias. As funções executivas eram distribuídas entre os membros da magistratura, como os cônsules e os tribunos da plebe.

Sugerimos debater com os alunos a importância das conquistas plebeias durante a república: a criação dos tribunos da plebe, a publicação de leis escritas, a permissão para o casamento entre patrícios e plebeus, o acesso a algumas magistraturas para os plebeus, a regulamentação da exploração das terras públicas.

Por meio do box “O trabalho e o ócio na Roma antiga” (página 106), também é possível discutir as diferentes visões sobre o trabalho ao longo da história. Depreciado pelas sociedades industrializadas, o ócio era valorizado pela nobreza antiga, que desprezava o trabalho.

Chama a atenção também o fato de os romanos não considerarem como “trabalho” a administração de suas propriedades – o que é visto, na atualidade, de maneira bem diversa, já que a sociedade atribui importância aos administradores e cuida, inclusive, de sua formação.

A expansão territorial romana, a partir do século III a.C., provocou alterações profundas na sociedade: o desenvolvimento comercial, o crescimento do número de escravos, o enriquecimento de uma parcela dos plebeus, o aumento dos efetivos militares e da importância do Exército na vida política modificaram as relações de poder na República e levaram a sua crise.

Ao mesmo tempo que a expansão territorial significou o enriquecimento dos grupos ligados ao comércio e à administração das províncias, levou também ao empobrecimento de uma vasta parcela dos plebeus, que, no retorno das batalhas, estavam endividados,

encontravam suas terras abandonadas e acabavam perdendo suas propriedades. Por isso, a disputa pelo *ager publicus* intensificou-se durante a república, motivando a elaboração de propostas de reforma agrária pelos tribunos da plebe, Tibério e Caio Graco.

O tema da questão agrária (página 108) possibilita relacionar o passado e o presente, já que está na origem de intensos conflitos sociais na Roma antiga e também tem sido motivo de violência e calorosos debates nos dias de hoje. É possível comparar como o problema agrário foi administrado na Grécia antiga (a colonização de outras terras) e em Roma (o expansionismo e a tentativa fracassada de reforma agrária dos irmãos Graco). Em seguida, podem ser traçados paralelos com as políticas de reforma agrária de sucessivos governos brasileiros, desde 1988. Tal discussão deve considerar a necessidade de assegurar a função social da terra e o exercício pleno da cidadania por todos os brasileiros.

Durante um período de intensas crises e guerras civis, que se estendeu por todo o século I a.C., as bases do regime republicano ficaram abaladas. A tomada do poder pelo general Júlio César indicava o rumo das mudanças. Impulsionado por conquistas militares externas e favorecido pelas disputas no Senado, tornou-se ditador vitalício em 46 a.C., e passou a acumular também outras magistraturas, o que foi visto pelo patriciado romano como ameaça às instituições republicanas. Em pouco tempo, ele promoveu várias reformas em Roma, inclusive a instituição de um novo calendário, que deu origem ao calendário usado atualmente na maior parte do mundo (como abordado no box “O calendário”, na página 109).

◆ Ascensão e queda do Império (27 a.C. – 476 d.C.)

110

Ao longo do período imperial, Roma consolidou sua posição hegemônica no mundo Mediterrâneo, aspecto que pode ser explorado com o auxílio do mapa “O Império Romano em sua máxima extensão (século II)” (página 110). A imensa riqueza das províncias e a estrutura administrativa e militar garantiram estabilidade aos primeiros tempos do Império.

Do ponto de vista político, o poder passou a se concentrar na figura do imperador, cuja autoridade era superior a todos os magistrados e ao Senado. É relevante comentar que o poder do imperador não era, necessariamente, hereditário e que o sistema de governo do período não pode ser considerado monárquico. O Estado romano continua sendo visto como *res publica*, e seu mandatário, como *princeps* (o cidadão principal).

Sugestão de atividade

Pode-se aproveitar o estudo do período imperial romano para aprofundar com os alunos o conceito de imperialismo, incentivando-os a estabelecer relações entre a aplicação desse termo na Antiguidade e em outros contextos da história. Para isso, sugerimos trabalhar com o texto a seguir, de Antônio Carlos do Amaral.

Imperialismo

“Termo empregado para caracterizar a expansão ou tendência de ampliação política e econômica de uma nação. Os meios utilizados para consecução desses objetivos são variados [...].

A história tem fornecido inumeráveis exemplos de imperialismo, desde a Antiguidade, passando pela expansão ultramarina dos tempos modernos até os dias atuais. Inicialmente, o imperialismo baseava-se no conceito de que civilizações atrasadas deveriam naturalmente submeter-se às mais adiantadas. As sociedades dos séculos XVI, XVII e XVIII consideravam o imperialismo como uma verdadeira benção aos países colonizados que poderiam, então, usufruir do progresso político, econômico e cultural. Já no século XIX, no entanto, o imperialismo – bastante praticado na África e Ásia – assumiu uma conotação negativa pela força da teoria marxista que o definia como um fenômeno amoral que, inevitavelmente, traria guerras e conflitos de libertação nacional. [...] Imperialismo hoje é um termo desmoralizado, sendo-lhe atribuído sempre um sentido pejorativo. No entanto, as sociedades contemporâneas reconhecem a existência de uma forma sutil de imperialismo, acentuadamente subjetiva: o imperialismo cultural, que se exprime pela rivalidade ideológica, utilizada para alterar ou impedir as relações entre as nações.”

AZEVEDO. Antônio Carlos do Amaral.
Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos.
Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 218-219.

Novas crises se fizeram sentir a partir do século III. Recomendamos analisar, com os alunos, os fatores internos e externos desse longo processo, bem como as ações dos diferentes imperadores para minimizá-las. A crise econômica ligada à diminuição do número de escravos, a instituição do colonato, a ruralização da economia e o êxodo urbano poderão ser destacados, pois indicam alterações nos setores que davam sustentação ao Império. Implicaram o aprofundamento da crise, porque as vilas romanas nessa época passaram a direcionar-se para a autossustentação, enfraquecendo

ainda mais o comércio, a arrecadação de impostos e até os vínculos com as autoridades romanas. Do ponto de vista cultural, a difusão do cristianismo também é apontada como fator de enfraquecimento do mundo romano antigo, pois teria provocado mudanças profundas na mentalidade do povo.

Sugerimos ressaltar que a crise econômica atingiu a porção ocidental do mundo romano antigo. Sua parte oriental, que a partir de 395 passou a denominar-se Império Romano do Oriente, dominava importantes rotas comerciais e permaneceu praticamente ileso diante das investidas dos povos germânicos.

Sobre as invasões bárbaras e a “Queda de Roma” (página 112), várias observações podem ser feitas. As migrações germânicas em direção ao Ocidente duraram vários séculos. Os “bárbaros” foram, a princípio, admitidos nas fronteiras, estabelecendo-se como pastores e agricultores, chegando a integrar o Exército romano. As “invasões”, propriamente, datam dos séculos IV e V (prolongando-se posteriormente). Consideramos importante destacar o ritmo lento das mudanças estudadas – o enfraquecimento do Império e as migrações bárbaras – de modo que os episódios da tomada de Roma e deposição do último imperador foram apenas os símbolos do final de uma era.

◆ Cultura romana

113

Além dos aspectos tratados neste tópico, vale assinalar o direito romano como uma das mais significativas realizações dessa sociedade. Este assunto pode ser trabalhado como estudo de caso, com o objetivo de mostrar aos alunos que as leis, os códigos e até mesmo a ética e os costumes se modificam com o passar do tempo, em virtude dos interesses econômicos e políticos das sociedades, combinados com as transformações culturais e religiosas.

Pode-se observar a diferença entre o Código Civil romano, consolidado no governo de Augusto, o Código de Hamurábi e as Tábuas da Lei de Moisés. Enquanto o primeiro refletia os conflitos políticos e econômicos dos distintos setores da sociedade romana, os outros dois estavam centrados na orientação da conduta individual, evidenciando, assim, o seu caráter fortemente ético e moral, em contraste com o teor predominantemente social das leis romanas.

É importante comentar que o direito civil resultou de lutas políticas e sociais, travadas especialmente entre os setores mais abastados e os menos favorecidos da sociedade, como o caso das leis romanas que resultaram

dos conflitos entre patrícios e plebeus. O caráter dinâmico do direito é uma característica que se mantém até hoje, exatamente por expressar as tensões e mudanças que ocorrem na sociedade.

Cabe destacar que o direito contém, também, fortes elementos morais e éticos, representativos dos valores de cada sociedade, embutidos na elaboração e na interpretação das leis. As leis romanas dispunham, por exemplo, sobre o papel social da mulher, sobre o pátrio poder e demais relações no interior da família. Essa situação pode ser comparada ao Código Civil Brasileiro de 1916, que penalizava a mulher por prática de adultério e o marido podia requerer a anulação do casamento ao constatar que ela já não era virgem. As mudanças da moral e da cultura ocorridas nas últimas décadas refletiram-se na Constituição brasileira de 1988 e no novo Código Civil, aprovado em 2002, que eliminou antigos encargos que antes pesavam sobre as mulheres.

Sugestões de leitura

CORASSIN, Maria Luiza. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; e PINSKY, Carla B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-79.

_____. *A vida cotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

GRANDAZZI, Alexandre. *As origens de Roma*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *As festas romanas*. Revista de Estudos do Norte Goiano. v. 1. n. 1. 2008. p. 26-68.

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2013.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. MENDES, Norma Musco; VENTURA DA SILVA, Gilvan (Org.). *Repensando o Império Romano*. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: Edufes, 2006. p. 109-136.

Civilização bizantina

115

É comum o estudo da civilização bizantina se apresentar como estranho e pouco significativo para os alunos. Isso talvez se explique pelo fato de que nós, mais ligados à história da Europa Ocidental, não encontramos de forma explícita os traços da presença desta sociedade na configuração cultural dos países do Ocidente. Historicamente,

o Império Bizantino contribuiu para a formação da Europa feudal ao isolá-la física e economicamente do Oriente e por ter exercido permanente pressão militar sobre a Europa Central, visando conquistar a região para restaurar o antigo Império Romano.

A civilização bizantina caracterizou-se por ter sido uma mistura de diferentes etnias, ligadas por elementos culturais comuns, como explicado no texto a seguir.

Uma civilização, muitas etnias

“É essencial lembrar que ‘bizantino’ não tem conotação étnica, mas civilizacional, correspondendo aos indivíduos de fala grega (ainda que seu idioma materno fosse outro) e religião cristã ortodoxa. Assim, tal grupo de indivíduos (gregos, egípcios, asiáticos, semitas, eslavos) variou ao longo da história bizantina conforme as alterações territoriais e/ou religiosas ocorridas no Império. [...]”

E realmente, como Roma, Bizâncio uniu, através de uma língua e uma determinada maneira de sentir e de pensar, povos que nada tinham de comum entre si. Como os antigos gregos e romanos, os bizantinos consideravam-se os únicos habitantes do mundo civilizado, rotulando de bárbaros todos os que não partilhavam de sua cultura. [...]”

FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *O Império Bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-8.

Pode-se tomar, como ponto de partida para o estudo dessa civilização, um mapa atual da região, pedir aos alunos que identifiquem os países que estão localizados no território do antigo Império Bizantino e perguntar o que eles conhecem de cada um deles. Para facilitar a comparação, sugerimos utilizar o mapa “Império Bizantino: as conquistas de Justiniano” (página 116).

◆ **Constantinopla, cidade grandiosa** — 116

Sugerimos destacar a localização estratégica da cidade, entre os mares Mediterrâneo e Negro, que favoreceu o seu desenvolvimento comercial desde o tempo em que foi fundada pelos gregos e durante toda a Idade Média. Constantinopla era a cidade mais rica e populosa da Europa, atingindo cerca de um milhão de habitantes por volta do ano 1000. A pujança econômica da cidade se manteve mesmo depois que os territórios do Império foram bastante reduzidos, após o século VII.

◆ **Esplendor e decadência do Império Bizantino** — 116

Neste item destacam-se as conquistas militares e a política externa bizantina durante o governo de Justiniano (527-565), período considerado o auge do antigo Império Romano do Oriente.

Durante o estudo do governo de Justiniano sugerimos destacar, além do caráter despótico e teocrático de seu governo, a expansão territorial, a construção da Basílica de Santa Sofia e a elaboração do *Corpus Juris Civilis*, ou Corpo do Direito Civil (sistematização e revisão do direito romano).

◆ **Igreja Ortodoxa** — 117

Destacamos os principais fatores que levaram ao distanciamento entre os cristãos do Ocidente e do Oriente: as diferentes tradições culturais, a disputa política entre o papa e o Império Bizantino e as diferenças de interpretação dos textos sagrados e dos dogmas religiosos (vistos, por ambos os lados, como manifestações de heresia). As crescentes diferenças levaram ao Cisma do Oriente (1054).

Decifrando o Enem — 121

O mosaico de Lod foi descoberto por arqueólogos no atual Estado de Israel, no final do século XX. Pesquisadores supõem que ele decorava o piso de uma residência de aristocratas.

A questão selecionada parte da imagem do mosaico para propor uma discussão sobre o Império Romano, sua extensão e o alcance de sua influência cultural. É um exemplo da importância das fontes iconográficas para a pesquisa histórica.

Pode-se comentar com os alunos que a técnica do mosaico difundiu-se pelo Oriente antigo a partir da Grécia, na época do Império de Alexandre. Também é relevante destacar que muitos vestígios materiais do poderio romano são encontrados por todo o território conquistado, além de mosaicos, estradas, pontes, aquedutos, templos, residências, fóruns, termas, circos e outras construções, que estão espalhados pela Europa, norte da África e Oriente Médio.

Sugestões de leitura

ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GIORDANI, Mario C. *História do Império Bizantino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

No texto a seguir, o historiador Norberto Luiz Guarinello, especialista em história antiga, apresenta novos parâmetros para pensar o período que se situa entre o final da Antiguidade e o início da Idade Média, discutindo o conceito de “antiguidade tardia”. As novas balizas cronológicas permitem repensar as rupturas e as permanências que caracterizam, tradicionalmente, a passagem entre os dois períodos da história e contribuem para ampliar os horizontes temáticos e espaciais das pesquisas.

Antiguidade tardia

“Antiguidade tardia é uma forma relativamente nova, que alterou as balizas tradicionais da história antiga. [...] Seus resultados foram uma ampliação das balizas cronológicas tradicionais do ‘mundo antigo’, que hoje se estendem até, pelo menos, o século VII. Mas, acima de tudo, foi uma mudança de perspectiva: as formas de integração culturais, sobremaneira aquelas religiosas, passaram a receber uma ênfase maior. O resultado foi, igualmente, uma ampliação espacial. Para algumas vertentes, a ‘antiguidade tardia’ englobaria, pela primeira vez na narrativa histórica, um espaço que iria da Europa atlântica e da Europa central aos confins da Índia – e mesmo além.

Duas realidades passaram a se confrontar nessa nova forma. Uma delas foi a transformação do Estado Imperial Romano, sua crescente centralização, a formação de uma nova burocracia e a preponderância do Exército. Para essa vertente, focada na crise do poder imperial, na perda da autonomia das cidades e na nova força na corte, desvinculada de uma base territorial, os séculos IV e V representaram uma verdadeira ruptura com as instituições imperiais anteriores, e as perdas das regiões da Gália, da Espanha e do norte da África mudaram substancialmente as formas de integração do Império. Mas, mesmo para historiadores que privilegiam a esfera política como fronteira principal da integração, a perspectiva mudou. Não que haja consensos. Muitos historiadores ainda reafirmam a queda do Império no Ocidente como marco crucial. Mas a maioria tende hoje a ver a penetração de povos além fronteira – antigamente chamados de bárbaros – como uma nova fase de um processo de integração mais amplo e menos destrutivo, segundo a qual o poder imperial não caiu, mas se reorganizou em unidades políticas menores e independentes.

Para a segunda corrente, a antiguidade tardia representou uma ampliação notável dos pressupostos e do trabalho morto acumulado pelas gerações anteriores. É uma perspectiva que se apoia menos nos eventos políticos. Privilegia, antes de tudo, as transformações culturais e religiosas. A expansão do cristianismo, incentivado pelo Estado romano, a imposição progressiva de um culto monoteísta, a importância crescente da Igreja e do monasticismo representaram uma ampliação da integração cultural que uniu, pela primeira vez, os povos “bárbaros” além Reno às regiões a leste do Império, como a Pérsia e a Península Arábica. Cultura, trocas de bens, migrações de povos se dissociaram por alguns séculos, levando o Mediterrâneo a perder, aos poucos, a centralidade que ocupara no Império anterior. A narrativa se torna, assim, ainda mais complexa. Uma priviledia a integração política e territorial, a outra, as formas de integração que independem da unidade política. De qualquer maneira, a partir do século IV d.C., entramos em um novo mundo, no qual há uma reformulação radical das fronteiras ao redor do Mediterrâneo. [...]

Desintegração ou reintegrações

A tendência é ver mais continuidades que rupturas nesses séculos. Há bons motivos a favor dessa visão. O Império Romano manteve-se firme no Oriente e chegou mesmo a reconquistar territórios do Ocidente, sob o governo de Justiniano. As cidades, no Oriente e mesmo no Ocidente, mantiveram muitas de suas características mais “antigas” e mudaram lentamente. O cristianismo ofereceu uma base cultural comum a todo o Império e para além dele (embora as antigas crenças não tivessem desaparecido). A introdução de novos povos e poderes no Ocidente pode ser vista como um novo fenômeno de integração, na medida em que a fronteira da ‘barbárie’ foi rompida e novos processos de assimilação cultural entraram em jogo.

O Mediterrâneo e suas cidades continuaram como um espaço ativo de trocas, mesmo após a conquista de sua parte meridional, no século VII, pelos árabes. [...] Não houve qualquer regressão a um período ‘primitivo’.[...] Mas é verdade que os polos dessas redes [de integração] mudaram de lugar, que o comércio com as terras internas, de um ponto de vista mediterrânico, tornou-se mais difícil. E talvez, o mais importante de tudo, que a perda da

paz tornou as relações a distância muito mais complicadas. [...] Em termos gerais, mas não de modo absoluto, podemos considerar os séculos V e VI como um momento de abatimento geral.

[...] O trabalho acumulado não se perdeu. Pelo contrário, sem ele não podemos entender os desenvolvimentos posteriores desta parte do mundo. Não há uma data fixa, ou um período bem determinado, para falarmos de fim da história antiga. [...] Mesmo que em certas áreas tenham diminuído a intensidade dos fluxos mediterrânicos de bens, como as Gálias e a Hispânia, outras se mantiveram ativas e floresceram, como o Levante e Constantinopla.

Mais a leste, no Império Persa, ou na Península Arábica, o trabalho acumulado pelas gerações anteriores foi reapropriado. Foi, assim, a base para a construção de novos impérios. Não é possível entender o desenvolvimento posterior da Europa, dos países islâmicos e da Eurásia como um todo, sem levar em conta o que fora construído séculos antes. Não apenas em termos de invenções, ou de esforços humanos concretizados em saber, tecnologia e obras concretas, mas também na rede adensada de relações que a chamada Antiguidade legou às gerações posteriores.”

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História antiga*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 161-171.

Capítulo 8

A Europa medieval e a civilização islâmica



Contextualizando

O capítulo aborda a transição da Antiguidade clássica para a Idade Média, período em que se constituíram os alicerces do feudalismo na Europa Ocidental, com ênfase na intensa mistura de etnias, culturas, línguas e costumes romanos, germânicos e de outras populações que lá viveram.

Outro tema abordado é o mundo islâmico medieval. Os alunos estudarão suas características religiosas, políticas e culturais. Apresentamos a formação do Império Islâmico que, a partir da Península Arábica, estendeu-se pela região que hoje constitui o Oriente Médio e o norte da África, levando consigo a língua e as tradições culturais árabes.

Por fim, são analisadas as mudanças que ocorreram no ocidente europeu a partir do ano mil, com o apogeu e a crise do feudalismo.

Sugerimos chamar a atenção dos alunos para o papel central desempenhado pela religião na formação da civilização do Ocidente europeu medieval (cristianismo católico), da civilização árabe-islâmica e da civilização bizantina, estudada no capítulo anterior (cristianismo ortodoxo). As tradições que se formaram nesse período da história inscrevem-se na longa duração, e suas mar-

cas são visíveis até a atualidade, como parte importante da identidade cultural de etnias e de nações.

Raízes medievais

124

Nesta abertura, um parágrafo escrito pelo historiador Hilário Franco Júnior recupera aspectos do nosso cotidiano que têm suas raízes no período medieval. A imagem que acompanha o texto mostra jovens jogadores de *boffering*, um esporte da atualidade inspirado na Idade Média que faz sucesso entre os jovens, assim como obras literárias e cinematográficas que têm a mesma inspiração.

O segundo texto, de Jonathan Lyons, alude ao papel da cultura árabe na formação da cultura ocidental em vários aspectos: a matemática, a alimentação e, em especial, a língua portuguesa.

O objetivo do trabalho é provocar a empatia dos alunos para os temas do capítulo e chamar a sua atenção para a historicidade presente em nossas vidas, mesmo nos momentos mais insuspeitos. As questões procuram aprofundar essas reflexões e, ao mesmo tempo, fazer o levantamento de alguns conhecimentos prévios dos alunos a respeito do tema.

Consideramos importante discutir com a classe os diferentes sentidos dos termos: “medieval” e “Idade Média”, com o objetivo de ultrapassar os usos do senso comum e entender que o conhecimento histórico é dinâmico, pois, entre outros aspectos, expressa o ponto de vista de cada época. O conceito de “Idade Média” mudou muito desde o século XV até os dias de hoje. Atualmente, os estudos historiográficos demonstram que, ao contrário do que os humanistas do Renascimento afirmavam, a Idade Média foi um período de avanços e inovações técnicas e de rica produção cultural, e que nele se encontram as raízes do mundo ocidental contemporâneo.

◆ Os povos germânicos

É importante ressaltar que a civilização europeia medieval foi o resultado do encontro, nem sempre pacífico, entre diferentes povos e culturas: entre aqueles que habitavam os domínios romanos e os povos “bárbaros”, principalmente os germânicos. Desse amálgama formaram-se os idiomas europeus da atualidade e também algumas das bases para a atual configuração política da Europa.

Destacamos o Reino dos Francos, sua política de expansão territorial, a sólida aliança com a Igreja Católica e o início da configuração do feudalismo, que marcaria a Europa nos séculos seguintes.

O desenvolvimento cultural incentivado por Carlos Magno, com base na cultura cristã, nos pensadores clássicos e nas tradições germânicas, criou um novo cenário que floresceria na Europa após sua morte e a divisão de seu Império. A aliança com a Igreja de Roma foi aprofundada (Carlos Magno foi coroado pelo papa, em cerimônia realizada na cidade de Roma), as atividades agrícolas e mercantis tiveram significativo incremento, bem como as atividades relacionadas à produção intelectual. Nesta oportunidade pode-se aproveitar para ressaltar a importância que o trabalho dos monges copistas teve na preservação dos textos clássicos, gregos e romanos, e de documentos históricos do período.

Sugestões de leitura

ARNALDI, Girolami. Igreja e papado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (Org.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006. p. 567-588. v. 1.

LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (Org.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006. p. 395-412. v. 2.

◆ Feudalismo

Neste tópico são retomadas as mudanças que ocorriam no mundo romano a partir do século III, e que se acentuaram nos séculos seguintes. Destacamos: uma nova relação de trabalho, o colonato, que deu origem à servidão; o deslocamento de parcelas da população urbana para o campo e a tendência à ruralização da vida econômica e social, com o aumento do poder dos grandes proprietários de terras; o enrijecimento da hierarquia social; a difusão do cristianismo e a crescente influência da Igreja Católica sobre todos os domínios da vida, levando à formação de uma visão religiosa do mundo (mentalidade teocêntrica).

Consideramos importante frisar que uma das principais características do mundo feudal foi o estabelecimento de relações de dependência pessoal, tanto entre os nobres guerreiros quanto entre senhores de terras e camponeses. Cabe retomar as noções de “centralização” e “descentralização” do poder para analisar os efeitos da hierarquia entre suseranos e vassalos e o conseqüente enfraquecimento do poder real.

A generalização das relações de suserania e vassalagem pode ser associada à desagregação do mundo romano (e ao desaparecimento de seu Exército e demais instituições imperiais), à crescente influência dos costumes germânicos e à necessidade de defesa criada quer pela ameaça representada pela expansão árabe no Mediterrâneo (século VIII), quer pelas novas invasões que atingiram a Europa entre os séculos IX e X (abordadas no box “As novas invasões ‘bárbaras’” da página 129).

O estudo da propriedade feudal como unidade produtiva pode ser feito com base na leitura atenta da ilustração “O senhorio medieval” (página 130), destacando as atividades desenvolvidas e as relações que se estabeleciam entre seus moradores e o senhor das terras.

A sociedade feudal (página 131) é apresentada aos alunos em sua clássica divisão em ordens – clero, nobreza e camponeses –, destacando o papel de cada um desses grupos, o caráter hierárquico dessa estrutura social e a influência que a religiosidade exercia sobre todas as camadas da população europeia durante o período, já que as divisões sociais eram justificadas pela Igreja (como também o eram os atributos e papéis sociais reservados às mulheres).

Sugerimos dedicar atenção especial para a relação entre os nobres e os camponeses, principalmente no que diz respeito à sujeição pessoal e às obrigações dos servos. A corveia, a talha e as banalidades constituíam alguns desses encargos, fundamentais para que os alunos compreendam o funcionamento da servidão de gleba.

Sugestões de leitura

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GUERREAU, Alain. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (Org.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006. p. 437-455, v. 1.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

Surgimento do islã

133

O estudo do mundo islâmico medieval tem início com as características da Península Arábica antes da fundação do islamismo pelo profeta Maomé. Sugerimos destacar a prevalência do politeísmo, a organização tribal, a fragmentação política e a importância das cidades de Meca e de Medina (Yatrib), tanto do ponto de vista comercial quanto do religioso.

As informações sobre a biografia de Maomé são relevantes para que os alunos compreendam os pontos de contato entre as três religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. O desenvolvimento do tema permite refletir sobre a periodização da Idade Média (página 125): ela é válida para o mundo muçulmano? Por quê? Nesse momento, é importante retomar conteúdos já vistos no capítulo 1 (página 14), sobre as diferenças de contagem do tempo na tradição judaica, cristã e muçulmana.

◆ O estabelecimento do islã

134

Destacamos o papel da religião fundada por Maomé para a unificação das tribos árabes, pois os laços de sangue (vínculo entre os membros da mesma tribo) foram substituídos pela *ummah*, a comunidade dos que acreditam em Alá. O texto a seguir ajuda a compreender o significado dessa mudança.

As origens do islã

“Durante o mês do Ramadã, em 610 d.C., um negociante árabe viveu uma experiência que mudou a história do mundo. [...]”

A mensagem de Maomé era simples. Ele não ensinava aos árabes nenhuma doutrina nova a respeito de Deus [...]. Maomé não achou que estava fundando uma religião nova, mas que estava apenas levando a velha fé no Deus único para os árabes, que nunca tiveram um profeta. Era errado, insistia ele, construir uma fortuna

particular, mas era bom partilhar a riqueza e criar uma sociedade em que os fracos e vulneráveis fossem tratados com respeito. [...]”

A nova seita iria por fim se chamar islã (*islam*: submeter-se); o muçulmano (*muslim*) era um homem ou uma mulher que submeteu todo o seu ser a Alá e ao pedido deste para que os seres humanos agissem uns em relação aos outros com justiça, equidade e compaixão. [...] Os muçulmanos tinham como primeiro dever a construção de uma comunidade (*ummah*), caracterizada por uma compaixão prática, na qual haveria uma distribuição justa de riqueza. Esse ponto era muito mais importante do que qualquer ensinamento doutrinário a respeito de Deus. [...] O bem-estar político e social da *ummah* teria um valor sacramental para os muçulmanos. Se a *ummah* prosperasse, isso seria um sinal de que os muçulmanos estavam vivendo conforme a vontade de Deus. [...]

A Hégira marca o início da era muçulmana, porque foi nesse momento que Maomé pôde implementar o ideal corânico integralmente e o islã tornou-se um componente da história. Foi um passo revolucionário. A Hégira não foi uma mera mudança de endereço. Na Arábia pré-islâmica, a tribo tinha um valor sagrado. Voltar as costas para o seu próprio grupo consanguíneo e juntar-se a outro era algo desconhecido. [...] Maomé tornou-se o chefe de um conjunto de grupos tribais que não estavam ligados pelo sangue, mas que compartilhavam de uma ideologia, uma inovação espantosa na sociedade árabe.”

ARMSTRONG, Karen. *O islã*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 41-54.

◆ Doutrina islâmica

134

É importante destacar o *Alcorão*, considerado a revelação da palavra de Alá, bem como a existência da *Suna*. Nesses textos, além da doutrina, encontram-se orientações para a vida cotidiana, para as relações humanas e também para a vida política, fundamentando a ideia do Estado islâmico como Estado teocrático.

Sugerimos comentar as semelhanças e aproximações históricas entre o islamismo, o judaísmo e o cristianismo, ressaltando elementos comuns entre as três religiões.

Igualmente relevante é a discussão sobre o conceito de *jihad* (apresentado no box da página 134), comparando as várias possibilidades de interpretação dessa palavra e sua apropriação, na atualidade, pelos grupos extremistas vinculados ao islamismo. É essencial comentar com a classe que essa interpretação radical das tradições islâmicas não é majoritária entre os seguidores do islã.

◆ Sucessão do profeta e expansão do islã

135

A discussão em torno da sucessão de Maomé é fundamental para compreender as divisões até hoje existentes no mundo islâmico entre sunitas e xiitas, assim como para desfazer a visão equivocada, disseminada no Ocidente, de que todos os xiitas são extremistas.

Os sucessores de Maomé empreenderam um movimento de expansão territorial notável para a época: em pouco mais de um século, conquistaram toda a região que hoje é conhecida como Oriente Médio, o norte da África, a Península Ibérica e a Pérsia, avançando em direção ao Mar Cáspio e ao Mar Negro.

Com base no mapa “A expansão do Império Islâmico” (página 135), sugerimos destacar a presença prolongada do domínio árabe na Península Ibérica, onde fundaram o Emirado de Córdoba (mais tarde transformado em Califado). Essa presença se estendeu do século VIII até o século XV, quando os reis da Espanha tomaram Granada. A experiência de convívio e intercâmbio cultural que ocorreu na Península Ibérica até o século XII, envolvendo muçulmanos, judeus e católicos, pode servir como um relevante contraponto à violência que tem marcado o convívio entre as religiões nos dias atuais.

Como exemplo da presença árabe na Península Ibérica podemos citar a incorporação de palavras de origem árabe na língua portuguesa, como açude (*as-sudd*), açúcar (*as-sukkar*), alambique (*al-inbiq*), xarope (*xarab*); o uso de especiarias e o consumo de alimentos e pratos típicos árabes, como a açorda (um tipo de sopa típico da região do Alentejo), o *tharid* ou târida (um caldo consumido com pão e azeite), amêndoas e nozes; a incorporação de terraços e pátios internos em algumas construções portuguesas.

◆ Desenvolvimento científico e cultural islâmico

136

Destacamos o desenvolvimento cultural islâmico ocorrido principalmente durante a dinastia abássida e suas valiosas realizações nos campos da matemática, da medicina e da filosofia, entre outros. Consideramos importante ressaltar que o estudo dos autores clássicos greco-romanos foi retomado no Ocidente medieval com base nas traduções feitas pelos árabes, principalmente na Península Ibérica.

Além da ciência e da filosofia, a cultura árabe influenciou outros aspectos da cultura europeia ocidental: a literatura, a introdução de novos hábitos alimentares

(como o uso das especiarias para condimentar os alimentos), padrões estéticos (cores e formas) e inovações arquitetônicas (arcos, jardins internos, uso dos azulejos).

◆ O fim do Império Islâmico e a ascensão otomana

137

Os turcos, povos originários da Ásia Central, converteram-se ao islamismo e conquistaram a porção oriental do Império Muçulmano. Sob a liderança de Otman, estabeleceram-se na atual Turquia e deram continuidade à conquista de territórios. O Império Otomano apoderou-se de Constantinopla em 1453, atingiu seu apogeu no século XVI e desintegrou-se somente no início do século XX, ao final da Primeira Guerra Mundial.

Destacamos a pluralidade étnica e cultural que caracterizava os domínios otomanos, bem como a política de tolerância adotada pelo império, como uma das estratégias para manter sob controle tantos povos diferentes entre si.

Sugestões de leitura

BARBOSA, Elaine Senise. *A encruzilhada das civilizações: católicos, ortodoxos e muçulmanos no Velho Mundo*. São Paulo: Moderna, 1997.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

FISK, Robert. *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*. São Paulo: Planeta, 2007.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Coleção Companhia de bolso)

Baixa Idade Média: transformações do feudalismo

138

A Baixa Idade Média caracterizou-se por um movimento contraditório: correspondeu ao período de auge do sistema feudal, e, ao mesmo tempo, nele foram criadas as condições que levaram à sua destruição: o esgotamento do trabalho servil, a expansão das cidades e da atividade mercantil e o nascimento de uma nova camada social: a burguesia.

◆ Aumento da produção agrícola e crescimento demográfico

138

Os séculos X a XIII correspondem à expansão feudal: com a interrupção das invasões e as inovações agrícolas, a população voltou a crescer. Novas áreas foram incor-

poradas ao mundo feudal. A formação de excedentes em todos os setores da produção (agrícola e artesanal) propiciou o crescimento do comércio e dos burgos, dando origem a importantes cidades europeias. O grande dinamismo desse período desmente a imagem, criada durante o Renascimento, segundo a qual a Idade Média seria a “Idade das Trevas”.

◆ **Crescimento urbano, especialização do trabalho e expansão comercial** 139

Nas cidades, além do comércio, florescia significativa atividade manufatureira. Novos grupos sociais cresciam, ligados às novas atividades: burgueses e trabalhadores urbanos. As relações servis também começavam a se alterar, com a substituição de algumas obrigações por pagamentos em dinheiro.

Sugerimos assinalar os conflitos de interesses que acompanharam esse mundo de novidades: o modo de vida urbano e as atividades burguesas entravam em choque com a mentalidade e o poder senhorial, e também com alguns valores defendidos pela Igreja.

◆ **As Cruzadas** 140

As Cruzadas – expedições organizadas pela Igreja Católica e pela nobreza europeia para reconquistar Jerusalém, tomada pelos muçulmanos – contribuíram para mudanças importantes na Europa medieval: o crescimento do comércio europeu no Mediterrâneo, a dinamização da vida urbana, o incremento das trocas culturais entre Ocidente e Oriente e o deslocamento de contingentes populacionais em direção ao leste europeu e ao Oriente. É importante destacar a complexidade de fatores sociais, econômicos e políticos que envolveram a organização dessas expedições, além da motivação religiosa.

Vale lembrar que, após o século XIII, o ideal cruzadista permaneceu vivo na mentalidade europeia, podendo ser identificado no combate aos movimentos heréticos (por exemplo, a Cruzada contra os albigenses) e nas lutas pela reconquista da Península Ibérica, que se estenderam até o século XV.

As diferentes interpretações sobre o movimento cruzadista podem ser exploradas com base na leitura do texto de Amin Maalouf (página 142). Sugerimos fazer a leitura coletiva do texto e solicitar aos alunos que identifiquem os sentimentos provocados pelos fatos narrados, na população local e no autor do texto. Essa é uma boa oportunidade de refletir sobre a construção da memória e da história enquanto campo do conhecimento.

Sugestão de leitura

MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. Lisboa: Edições 70, 2013.

Trabalhando com fontes 141

• **Iluminura medieval: o saque de Jerusalém**

O trabalho proposto nesta seção permite desenvolver as habilidades de leitura de imagens e retomar alguns temas relevantes para o estudo da Idade Média ocidental, além das Cruzadas: a história do livro e o estilo gótico na pintura.

Quanto ao primeiro tema, sugerimos informar a classe que o códice (o formato moderno do livro, com páginas encadernadas e textos escritos dos dois lados) foi uma invenção medieval, que veio a substituir com sucesso os rolos de papiro usados desde os tempos antigos. As folhas eram feitas com pergaminho, obtido a partir das peles de animais. O pergaminho foi substituído pelo papel. Paulatinamente, as cópias manuscritas deram lugar aos textos impressos a partir do século XV. Mas o formato “livro” permanece até nossos dias, mesmo depois da revolução digital.

Sugerimos pedir aos alunos que comparem iluminuras produzidas em diferentes momentos da Idade Média, seus respectivos temas e os estilos de representação da figura humana e da natureza. Para essa finalidade podem ser utilizadas as imagens das páginas 128, 129, 131, 132, 138, 139 e 145, além da pintura que é objeto de estudo desta seção.

Outras histórias

◆ **Um cristão contra o papa**

A aliança entre as monarquias medievais e a Igreja Católica foi importante fator de fortalecimento de ambas as instituições, durante a Idade Média. Os reis eram coroados pelo papa, autoridade considerada universal e, por isso, poucos desafiaram seu poder na época.

O apelo do papa Urbano II convocando os fiéis a lutar contra os muçulmanos na Terra Santa conferia sentido à formação guerreira da nobreza e à sua missão de proteger a Igreja. Mas nem todos os cristãos atenderam aos apelos do papa. Neste contexto, sugerimos apresentar aos alunos a história de Rogério II, rei da Sicília, um cristão que se recusou a apoiar as Cruzadas.

Em pleno século XII, Rogério II adotou uma política de tolerância em relação aos muçulmanos, patrocinou o trabalho de cientistas e artistas e incorporou em seu governo métodos administrativos inspirados no modelo árabe.

Ele é apresentado como um rei intelectual, interessado nas ciências e nas artes, reconhecendo, por isso, o desenvolvimento da civilização árabe-muçulmana nessas áreas.

Esses aspectos podem ser trabalhados com os alunos com base no texto a seguir:

“Em algum momento por volta de 1138, o erudito árabe e aristocrata arruinado al-Sharif al-Idrisi recebeu um dos convites mais extraordinários da história da ciência. A esse poeta muito viajado, farmacologista e botânico [...] foi oferecida a missão sem par de supervisionar a produção de um novo mapa-múndi [...]. Entretanto, dessa vez o patrocinador não era califa nem sultão, mas o rei cristão da outrora muçulmana Sicília, Rogério II. [...]

Rogério resolveu fazer do antigo centro administrativo árabe de Palermo sua capital permanente.

[...] Numa época em que muitos de seus contemporâneos [...] estavam inflamados pela ideologia da guerra santa, Rogério II se estabeleceu nessa cidade predominantemente muçulmana, que ostentava então mais de trezentas mesquitas. Ele adotou a abordagem oficial do islã perante as minorias religiosas, cobrando um imposto especial aos muçulmanos e judeus, mas, em geral, deixava-os cuidar de seus próprios assuntos. Promulgou novas leis que reconheciam expressamente costumes e tradições religiosas existentes, organizavam a burocracia estatal conforme lineamentos árabes e promoviam criados muçulmanos a alguns dos postos mais poderosos do Estado. [...]

Rogério também patrocinava os artistas, artesãos e artífices árabes da ilha. Um manto real feito com a melhor seda, criado para ele por volta de 1133, que se encontra atualmente num

museu de Viena, ostenta um desenho claramente islâmico e uma inscrição em árabe [...]. Não surpreende que um proeminente cronista árabe registre que corriam rumores entre o povo de que o rei era, na verdade, um muçulmano disfarçado, reputação sem dúvida reforçada pelas frequentes discordâncias de Rogério com os papas e sua recusa em apoiar as Cruzadas. [...]

O rei Rogério II foi um dos primeiros de uma nova estirpe de europeus que começou a surgir a partir da experiência direta com os árabes não como inimigos na guerra santa, mas como mestres indiscutíveis da ciência, filosofia e da alta cultura. Ele lia em árabe e estava amplamente familiarizado com as obras de importantes eruditos muçulmanos. Moedas cunhadas por ele em 1138 são as primeiras de que se tem notícia na Europa a utilizar o novo sistema numeral arábico popularizado por al-Khwarizmi. [...]

LYONS, Jonathan. Mapeando o mundo. In: *A casa da sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p. 124-125.

Após a leitura do texto, pode-se solicitar aos alunos que comparem a política religiosa adotada pelos árabes muçulmanos na Península Ibérica e a adotada pelo rei Rogério II na Sicília. Também é possível discutir por que a política adotada por Rogério II divergia do sentimento predominante nas relações entre fiéis de diferentes religiões durante esse período da história medieval; os motivos que explicariam a atitude de Rogério II; e a principal lição deixada por esse rei cristão.

Nosso objetivo com essa atividade, além de aprofundar os conhecimentos dos alunos sobre o período, é destacar a importância da pesquisa histórica para evitar generalizações e promover a formação de atitudes de tolerância e respeito em relação aos diferentes credos e culturas.

◆ O pensamento e a arte europeia na Baixa Idade Média

143

A riqueza das cidades medievais permitiu o florescimento intelectual e artístico. Apesar da influência da Igreja Católica e da profunda religiosidade que marcou o período, nos ambientes urbanos nascia uma nova mentalidade, laica e burguesa, ligada à racionalidade própria do mundo dos negócios.

Ainda assim, no campo das artes, é importante lembrar que a maior parte da produção do período esteve associada à Igreja Católica. Pode-se comentar que, nesse tempo, os artistas não desfrutavam, em geral, do prestígio que lhes é conferido pela sociedade atual. As obras

não eram necessariamente assinadas, e seu *status* social estava mais próximo dos artesãos. As palavras artista e artesão têm a mesma origem: provêm do latim, *ars*, que significa “técnica”, “capacidade de fazer alguma coisa”.

A arquitetura gótica é outro destaque da Baixa Idade Média. Sugerimos informar os alunos que o termo “gótico” (arte dos godos) engloba um conjunto de manifestações artísticas que se desenvolveu entre os séculos XII e XV na Europa (e que não se confundem, portanto, com as manifestações de certos grupos juvenis contemporâneos).

A catedral gótica é considerada a máxima expressão desse estilo, que marcou a Europa no contexto de revitalização urbana, quando as cidades se transformaram

em centro da vida política, econômica e espiritual na Baixa Idade Média. Uma das suas principais características era a verticalidade, que costuma ser relacionada à espiritualidade medieval, ao desejo de estar próximo aos céus. Isso está evidenciado nas torres vazadas e leves, na decoração dos portais e na elevação da grande nave, inovação que se tornou possível com a utilização de arcos ogivais, pilares, contrafortes, arcobotantes, vigas de ferro e abóbada de nervuras que tinham a função de sustentar a grande construção de pedra, dimensionada para abrigar um grande número de fiéis.

◆ Crise do sistema feudal 144

Após quase três séculos de expansão, as estruturas econômicas, sociais, políticas e até espirituais da Europa feudal começaram a entrar em crise. Sugerimos organizar o estudo do tema em três momentos: identificação dos fatores que levaram à crise do sistema feudal (falta de alimentos, difusão da peste negra e a Guerra dos Cem Anos) e seus efeitos demográficos (queda acentuada da população); análise dos impactos sociais da crise (falta de mão de obra, desorganização da produção urbana e rural) e das alterações ocorridas no campo e nas cidades (revoltas de trabalhadores rurais e urbanos, alteração das relações de trabalho no campo, rivalidades entre artesãos e grandes comerciantes nas cidades); e discussão sobre as mudanças na organização do poder (empobrecimento da nobreza, enriquecimento

da burguesia mercantil, centralização política dos reinos europeus), incentivando os alunos a perceber que os encaminhamentos para a superação da crise feudal apontavam para a sua transformação.

Decifrando o Enem 147

A questão selecionada parte dos versos de François Villon – um poeta francês do século XV – e permite retomar vários temas da sociedade feudal, como o papel da mulher e a importância da Igreja na mentalidade da época.

Sugerimos comentar com os alunos sobre a importância de François Villon, considerado um expoente da literatura medieval. Ele nasceu e viveu em Paris, no século XV, mas pouco se sabe sobre sua biografia e mesmo a data de sua morte é incerta. Frequentou a Universidade de Paris com o objetivo de ingressar no clero, projeto que foi abandonado ao final dos estudos. Villon optou por uma vida boêmia e conviveu com os pobres e marginalizados da sociedade da época, personagens que estão presentes em sua obra. Envolveu-se em conflitos com as autoridades e em rugas com outros cidadãos, passando, por isso, várias temporadas na prisão. Ele pode ser considerado representante da mentalidade laica e urbana que se desenvolvia ao final da Idade Média. Vários de seus poemas satirizam e criticam os costumes dos poderosos, como os membros do clero e da nobreza leiga.

▶ Texto complementar

Muçulmanos e não muçulmanos na cidade

O extenso Império Islâmico dominou centenas de povos, etnias e culturas diferentes, da Península Ibérica ao Império Persa, durante muitos séculos. Nos territórios dominados havia muitos cristãos, judeus e seguidores de outras religiões. No texto a seguir, Albert Hourani, historiador inglês de origem libanesa, descreve como era o convívio entre as diferentes religiões nas cidades controladas pelo Império Islâmico.

“A cidade era o lugar de encontro e separação. Fora da península Arábica, quase todas as cidades tinham habitantes pertencentes a uma ou outra das várias comunidades judaicas e cristãs. Elas desempenhavam um papel nas atividades públicas da cidade, mas formavam uma parte distinta da sociedade. Vários fatores

os separavam dos muçulmanos. Pagavam um imposto *per capita* especial (*jizya*) ao governo. Pela lei e pelo costume islâmico, exigia-se que trouxessem alguns sinais de sua diferença: usavam roupas de um tipo especial, evitavam certas cores associadas ao Profeta e ao islã (verde em particular), não andavam com armas nem montavam cavalos; não deviam construir novos lugares de culto, consertar os velhos sem permissão, nem construí-los de modo a ofuscar os muçulmanos. Mas tais restrições não eram aplicadas sempre nem uniformemente. Observadas de maneira mais estritas eram as leis sobre casamento e herança. Um não muçulmano não podia herdar de um muçulmano; um não muçulmano não podia casar-se com uma muçulmana, mas um muçulmano podia casar-se com uma judia ou cristã. A conversão de muçulmanos a outras religiões era estritamente proibida.

Era um sinal da existência separada de judeus e cristãos o fato de eles tenderem a ocupar uma posição de especial importância em certas atividades econômicas, mas serem praticamente excluídos de outras. Num alto nível, alguns judeus e cristãos ocupavam cargos importantes na corte de alguns governantes ou em suas administrações. No Egito dos fatímidas, aiúbidas e mamelucos, funcionários coptas eram importantes no serviço financeiro. A medicina era a profissão em que se destacavam os judeus, e médicos da corte judeus podiam ter grande influência. Se um judeu ou cristão se convertia ao islã, podia elevar-se ainda mais alto: alguns convertidos tornaram-se primeiros-ministros e tiveram o poder de fato.

Judeus das cidades muçulmanas também desempenharam papel importante no comércio a longas distâncias com os portos da Europa mediterrânea e, até os tempos dos mamelucos, com os do Oceano Índico. Entre os ofícios, os ligados a drogas e a ouro e prata tendiam a ficar nas mãos dos judeus ou cristãos, trabalhando para si mesmos ou para os muçulmanos.

A relação entre muçulmanos e não muçulmanos era apenas uma parte do complexo de relações sociais em que se envolviam os que viviam lado a lado na mesma cidade, e as circunstâncias decidiam que parte desse complexo era dominante num determinado tempo e lugar. Nos primeiros séculos de domínio islâmico, parece ter havido muito intercâmbio social e cultural entre adeptos das três religiões. As relações entre muçulmanos e judeus na Espanha omíada, e entre muçulmanos e cristãos nestorianos na Bagdá abácida, eram estreitas e fáceis. Com o passar do tempo, porém, as barreiras foram se elevando. A conversão dos cristãos e, talvez em menor grau, dos judeus ao islã transformou uma maioria numa minoria cada vez menor. À medida que o islã passava da religião da elite dominante para a fé dominante da população urbana, desenvolveu suas próprias instituições, dentro das quais os muçulmanos podiam viver sem interagir com os não muçulmanos.

Nos longos séculos de domínio muçulmano houve alguns períodos de perseguição constante e deliberada a não muçulmanos por governantes: por exemplo, o reino do califa fatímida al-Hakin (996-1021) no Egito, o dos almôadas no Magreb e o de alguns governantes mongóis no Irã e no Iraque, depois de se converterem ao Islã. Essa perseguição não foi instigada nem justificada pelos porta-vozes do islã sunita, porém, os homens de cultura religiosa, os ulemás, tratavam de assegurar que os

não muçulmanos não infringissem as leis que regulavam seu *status*, mas dentro desses limites mantinham a proteção que a *charia* concedia a eles. A pressão sobre judeus e cristãos pode ter vindo basicamente das massas urbanas, sobretudo em tempos de guerra ou dificuldade econômica, quando a hostilidade se voltava contra os funcionários não muçulmanos, mas não por muito tempo. Tais crises ocorreram várias vezes durante o período de governo mameluco no Egito e na Síria.

A organização comunal de judeus e cristãos podia oferecer algum tipo de proteção e manter certa solidariedade diante de pressões ocasionais e das permanentes desvantagens de ser minoria. As várias comunidades cristãs e judaicas eram mantidas unidas pela solidariedade do agrupamento local em torno de uma igreja ou sinagoga, e por altas autoridades. Entre os judeus, no período dos califas abácidas, deu-se um primado de honra ao 'Exilarca' ou 'Chefe do Cativoiro', um cargo que pertencia aos que alegavam descendência do rei Davi; uma liderança mais efetiva, no entanto, era proporcionada pelos chefes dos principais colegiados ou grupos de homens cultos, dois no Iraque e uma na Palestina. Eram eles que nomeavam os juizes das diferentes congregações. Mais tarde, quando o Califado se dividiu, surgiram chefes locais [...].

Do mesmo modo, nas várias comunidades cristãs, os patriarcas e os bispos exerciam autoridade. Sob os califas abácidas, o patriarca nestoriano de Bagdá, e sob as dinastias posteriores egípcias, o patriarca copta no Cairo, tinham uma posição especial de influência e respeito. Os chefes da comunidade eram responsáveis por que os termos da *dhimma*, ou contrato de proteção entre o governante muçulmano e os súditos não muçulmanos fossem honrados: paz, obediência e ordem. Eles podem ter desempenhado um papel na avaliação da tributação *per capita*, mas normalmente ela parece ter sido recolhida por funcionários do governo. Também tinham uma função dentro da comunidade: supervisionavam as escolas e os serviços sociais, e tentavam prevenir desvios de doutrina ou da prática litúrgica. Também supervisionavam os tribunais onde os juizes ministravam a lei em casos civis envolvendo dois membros da comunidade, ou resolviam desacordos; se quisessem, porém, judeus e cristãos podiam levar seus casos para o cádi muçulmano, e parece terem feito isso com frequência."

HOURLANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 163-166. (Coleção Companhia de bolso)

Consolidação das monarquias na Europa moderna



Contextualizando

O capítulo aborda o processo de constituição dos primeiros Estados modernos ocidentais, que resultou na consagração das monarquias absolutistas. Propomos a análise de diferentes aspectos da constituição desses Estados (de um lado, recordando o mundo feudal, e, de outro, apresentando o novo mundo que se formava com o desenvolvimento do comércio, das cidades e da burguesia), procurando situar o papel dos monarcas europeus nesse contexto.

Além disso, são discutidas as principais teorias políticas que embasaram a constituição do Estado moderno.

A longevidade da monarquia britânica

148

Para iniciar o estudo das monarquias nacionais europeias, consolidadas a partir do final da Idade Média, sugerimos abordar a permanência do regime monárquico de governo até os dias de hoje, em vários países e continentes. A abertura do capítulo traz imagens da rainha britânica Elisabeth II e um texto jornalístico que apresenta a longevidade de seu reinado. Com base na análise desses materiais, buscamos provocar reflexões sobre a permanência e as características dessa forma de regime na atualidade.

Antes de iniciar o estudo do capítulo, recomendamos retomar com os alunos alguns conceitos importantes, como: centralização/descentralização, particularismo/universalismo, hegemonia política, burguesia, crise feudal.

Por que estudar as monarquias europeias?

149

A retomada dos fatores que levaram à crise do feudalismo é importante para compreender a nova configuração social e a centralização política que levou à formação dos Estados modernos.

Sugerimos discutir com os alunos a relevância do estudo das monarquias europeias, pois elas configuraram as bases políticas de muitos Estados que conhecemos hoje. Além disso, podemos considerar que a ciência política nasceu nessa época, com as reflexões de pensadores como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes.

Conceitos de nação e de Estado

149

Neste tópico apresentamos de forma mais sistemática os conceitos de nação e de Estado. Sugerimos destacar e comentar com os alunos as definições apresentadas no texto, diferenciando cada um dos conceitos.

Cabe ressaltar que, com a configuração dos Estados modernos, os reis passaram a controlar territórios maiores, com fronteiras definidas, a estabelecer uma legislação única e a deter o monopólio da violência (formando exércitos nacionais), da cunhagem de moedas e da cobrança de impostos. Outro aspecto a ser mencionado é que, nessas monarquias, a relação entre o rei e seus súditos era dominante. O monarca era o “suserano máximo”, o que excluía as antigas relações de suserania e vassalagem, que estabeleciam uma hierarquia entre a nobreza guerreira. No entanto, no campo, ainda subsistiram por muitos séculos as obrigações dos camponeses em relação aos senhores das terras.

Formação dos Estados modernos

150

Sugerimos analisar a base social da formação dos primeiros Estados modernos e as condições socioeconômicas em que eles se desenvolveram. Cabe lembrar que os Estados modernos europeus precisavam de recursos para manter exércitos profissionais, um corpo de funcionários, o aparato jurídico e as cortes luxuosas, que eram um componente importante do poder real. Por isso, a acumulação de riquezas no interior do território nacional passou a ser assunto de Estado, e a aliança com a burguesia era fator fundamental.

Para o estudo da formação de Portugal e da Espanha (página 151) é importante retomar os conteúdos do capítulo anterior, relacionados à expansão árabe muçulmana no Mediterrâneo ocidental. Sugerimos ressaltar a permanência do ideal cruzadista nas guerras de Reconquista, e o peso do catolicismo na formação dos reinos ibéricos.

No estudo da monarquia na Inglaterra (página 152), cabe destacar os limites impostos ao poder real por meio da Magna Carta (1215) e do Parlamento, que reunia os representantes do clero e da nobreza.

No caso da França (página 152), é importante ressaltar que o fortalecimento do poder real foi possibilitado pelo enfraquecimento da nobreza, provocado pela Guerra dos Cem Anos.

Absolutismo monárquico 153

O absolutismo monárquico correspondeu ao auge da centralização do poder real, e foi simultâneo ao fortalecimento econômico de algumas monarquias europeias, como a França e a Inglaterra. Além da constituição de um aparato burocrático, jurídico e militar, do apoio da burguesia e da associação com a nobreza, as monarquias absolutistas mantiveram cortes luxuosas e criaram estratégias de enaltecimento da figura do rei.

É relevante esclarecer aos alunos que, apesar da abolição da instituição servil na França durante o século XVI, vários direitos senhoriais, principalmente os tributos, permaneceram até a época da Revolução Francesa. Entre eles, destacamos: os dízimos para a Igreja e a “jugada” (parcela das colheitas que deveria ser entregue ao senhor das terras). Além disso, a nobreza conservou seus privilégios honoríficos, sua própria justiça e os direitos de caça.

O boxe “Normas de etiqueta” (página 155) apresenta mais elementos para a análise das estruturas de poder ao período absolutista, fornecendo exemplos das regras destinadas a manter a hierarquia social e legitimar o poder dos reis e os privilégios da nobreza.

Sugestão de leitura

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção Polêmica)

◆ Teóricos do absolutismo 153

A legitimação do poder absolutista esteve vinculada ao pensamento filosófico e político que se desenvolvia na mesma época. Dois pensadores se destacaram: Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, ambos fundamentais

para entender a lógica de funcionamento do Estado. Maquiavel antecipou o surgimento de um conjunto de regras e princípios específicos da racionalidade do Estado, a partir da distinção de uma moralidade dualista: a moral do Estado, regida segundo a conveniência, e a do sujeito, regida pelas normas.

Em 1651, Hobbes publicou sua obra mais importante, *o Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Para o autor, o Leviatã é uma metáfora, extraída da tradição bíblica, que serve para designar o pacto estabelecido entre os homens para a formação do Estado moderno. Segundo ele, o contrato social, que rege o funcionamento das instituições, obriga os homens a viver de forma harmônica e cordial, evitando, dessa forma, a barbárie. Para justificar a necessidade de um governo forte, para refrear a disputa mútua entre os indivíduos, Hobbes caracteriza o homem no estado natural como egoísta, egocêntrico e inseguro, pois nesse estado o ser humano somente seguiria os ditames das paixões e dos instintos, ignorando as leis ou o conceito de justiça. Não existindo governo ou lei, os homens entrariam necessariamente em conflito uns com os outros, configurando-se um estado de guerra permanente ou, nos termos de Hobbes, uma “luta de todos contra todos”.

Na visão de Hobbes, só o poder constituído com base num contrato social poderia evitar o estado de guerra entre os seres humanos e garantir a paz e a segurança. A escolha desse poder comum significa transferir a força, a possibilidade de usar a violência, das mãos dos indivíduos para o controle do Estado, que passaria a ser a única instituição legitimamente capacitada para administrar o poder em nome do bem-estar de todos. O importante nessa teoria é entender que ela conferia legitimidade ao Estado forte, absoluto, que estava surgindo no início da chamada Idade Moderna.

Finalmente, Jean Bodin e Jacques Bossuet defenderam a teoria do direito divino dos reis, segundo a qual a autoridade do monarca era delegada diretamente por Deus. Essa tese evidencia a aliança estreita entre a monarquia e a Igreja Católica, em vários Estados modernos.

Sugestão de atividade interdisciplinar

O estudo dos teóricos do absolutismo pode ser realizado de forma interdisciplinar com o professor de filosofia.

Pode-se tomar como base a leitura e a interpretação dos fragmentos de Thomas Hobbes (página 154), Jean Bodin (página 154) e Jacques Bossuet (página 155) citados nesse capítulo. O trecho da resposta do rei Luís XV ao parlamento francês (página 155) também pode ser objeto de análise, como um exemplo do discurso absolutista.

A seguir, sugerimos um roteiro para orientar o trabalho:

1. Pesquisar dados biográficos do autor do texto e informações sobre sua obra e/ou funções desempenhadas no governo de seu país.
2. Leitura dos textos indicados e identificação de suas ideias centrais.
3. Localizar, em cada um dos textos, a origem do poder e os argumentos apresentados pelo autor para defender sua posição.
4. Comparar os argumentos dos autores identificando semelhanças e diferenças.

Esta atividade pode ser realizada individualmente ou em grupos. Ao final, sugerimos a realização de um debate em que os alunos apresentem suas conclusões aos colegas.

Sugestões de leitura

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção Logos)

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. *A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo: Ateliê, 2003.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999.

A questão selecionada propõe uma reflexão sobre o papel do governante, a partir de um fragmento da famosa obra de Maquiavel: *O príncipe*.

Pode-se iniciar o trabalho levantando as ideias prévias dos alunos acerca das palavras “maquiavélico” e “maquiavelismo”, que no senso comum adquiriram, ao longo do tempo, significados distantes da obra de Maquiavel. A ele também é atribuída a frase “Os fins justificam os meios”, que jamais escreveu. A permanência dessas palavras e expressões no tempo indica o impacto e a variedade de interpretações que foram construídas com base em sua obra mais famosa.

Consideramos importante situar o autor como um pensador de seu tempo, no contexto da Itália renascentista: a leitura dos humanistas italianos como Dante e Petrarca, dos filósofos clássicos, e seus estudos sobre a história greco-romana, inspiraram suas reflexões. Por outro lado, Maquiavel estava preocupado com a fragmentação da Península Itálica e com as disputas pelo poder, e procurou discutir a política apoiado em sua lógica interna, desprezando as argumentações vinculadas à religião ou à moral vigente. Por isso, *O príncipe* foi condenado pela Igreja Católica poucas décadas após sua publicação, passando a integrar a lista de livros proibidos. Atualmente, essa obra é considerada por muitos como fundadora da moderna ciência política, e, por outros, como um verdadeiro manual sobre o poder para os governantes.

Texto complementar

A construção da imagem pública do rei

O reinado de Luís XIV costuma ser qualificado como o auge do absolutismo, resumido na famosa frase “O Estado sou eu”. A imagem do poderoso monarca foi cuidadosamente construída de maneira a glorificar seu poder sob todos os aspectos. O luxo e os rituais da corte francesa foram imitados por outros soberanos europeus.

No texto a seguir, o historiador Peter Burke analisa a construção da imagem pública de Luís XIV e discute, em especial, a recepção dessa imagem pela sociedade da época.

“[...] os meios de comunicação do século XVII – como os de hoje – eram moldados por

sua vez segundo as necessidades e desejos do público, ou pelo menos pelo que os comunicadores acreditavam ser as necessidades e os desejos do público. A imagem do monarca onisciente e onipotente não pode ser desprezada como mero produto de um círculo de propagandistas e bajuladores. A semelhança entre o rei-herói francês e os heróis de outras culturas sugere que a imagem oficial era – até certo ponto – a expressão de uma necessidade coletiva. Embora isso seja pura especulação, é tentador sugerir um vínculo entre a ascensão de um Estado centralizador no século XVII e a ascensão do culto ao rei [...].

Na verdade, eu gostaria de sugerir que os comunicadores da época tentavam atingir três audiências em particular. Os três alvos que tinham em mira eram: a posteridade; as

classes altas francesas, tanto de Paris quanto das províncias; e os estrangeiros, especialmente as cortes estrangeiras. [...]

Por estranho que possa parecer hoje, os publicistas do rei estavam tentando nos atingir, ou, mais exatamente, atingir a posteridade tal como a imaginavam. Como as memórias reais o expressam, os reis são obrigados a prestar conta de seus atos ‘a todas as eras’. O rascunho de uma carta escrita por Charles Perrault a Colbert apresenta a pintura e a escultura como artes que, segundo o rei, deveriam dar uma contribuição especial à ‘transmissão de seu nome à posteridade’. Uma razão para a preponderância de obeliscos nos projetos de monumentos era que eles simbolizavam a fama eterna. Os próprios monumentos eram feitos de materiais como o mármore e o bronze, para durar por séculos. [...]

A melhor prova da preocupação do governo com a posteridade é certamente o esforço feito para encontrar autores adequados para uma história oficial do reinado. [...] O próprio rei se envolveu na redação de relatos oficiais de determinadas campanhas.

A imagem do rei era projetada também para atingir os súditos do rei, ‘os povos sobre os quais reinamos’ [...] Em primeiro lugar, os cortesãos, especialmente a alta nobreza, que era praticamente obrigada a frequentar a corte. [...] Pretendia-se que a alta nobreza servisse ao rei na corte, não só para isolá-la de suas bases de poder locais, mas também para ofuscá-la com a glória dele. Os cortesãos, homens e mulheres, compunham a parte principal da audiência rotineira das peças teatrais, balés e óperas e outros espetáculos na corte [...]. O fato de mulheres participarem nos mesmos termos que os homens e em números aproximados merece destaque. [...]

Ao mesmo tempo, os louvores ao rei atingiam o público urbano. A *Gazette*, que era impressa no Louvre, podia ser lida ainda fresca pelos parisienses. Espetáculos produzidos para a corte eram muitas vezes repetidos em Paris. [...]

As academias reais de literatura, pintura, arquitetura e música eram todas sediadas em Paris. Assim era também a fábrica real dos Gobelins, que expunha suas tapeçarias por ocasião dos festivais mais importantes. [...] Os principais teatros e a ópera estavam em Paris. A reconstrução do Louvre, a construção dos *Invalides*, os arcos do triunfo e as estátuas reais erguidos na *Place des Victoires* e na *Place Louis Le Grand (Place Vendôme)* carimbaram a imagem do rei sobre a cidade. [...]

O governo esperava que acontecimentos felizes como vitórias ou os nascimentos de novos membros da família real fossem celebrados em Paris e nas províncias. Os bispos recebiam mensagens que os instruíam a promover o canto do *Te Deum* em suas catedrais nas ocasiões apropriadas e chegavam até a especificar pessoas e grupos que deveriam comparecer às cerimônias. [...] Celebrações desse tipo, que em geral incluíam panegíricos do rei, podiam ser organizadas pelo *intendant* local, pela municipalidade ou por membros das várias academias provinciais.

[...] Esta descrição das representações de Luís perante um público interno concentrou-se, como o governo, nas elites. [...]

Isto não quer dizer que a gente do povo não tinha uma imagem do seu rei. As visitas solenes às cidades permitiam a todos os interessados pelo menos vislumbrar Luís. Um relato oficial da visita do rei a Cambrai em 1684 comentou a multidão ‘extraordinária’ que se reunira para ver o rei cear. [...]

As pessoas comuns participaram também das orações públicas pelo êxito dos exércitos franceses [...]. As imagens visuais do rei eram capazes de romper a barreira à comunicação imposta pelo analfabetismo, e algumas delas, em especial as estátuas, tinham extrema visibilidade. [...]

O público externo para a *histoire du roi* era considerado não menos importante que o interno. [...]

Os embaixadores compunham parte substancial da audiência dos festivais, representações teatrais, balés e óperas realizados na corte. Frequentemente eram agraciados com presentes que haveriam de enaltecer a imagem do rei no exterior – medalhas e tapeçarias representando eventos do reinado, volumes de gravuras reproduzindo os objetos das coleções reais e miniaturas do próprio Luís ricamente ornamentadas. [...]

Textos de glorificação a Luís em línguas estrangeiras mostram a importância conferida a leitores estrangeiros. As inscrições nos monumentos e medalhas eram em latim [...] não apenas em obediência ao precedente clássico, mas para assegurar uma comunicação mais efetiva com as pessoas instruídas de toda a Europa.”

BURKE, Peter *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 164-174.

Renascimento e as reformas religiosas



Contextualizando

O conjunto de mudanças que ocorreram na Europa, na passagem da Idade Média para a Moderna, atingiu todas as esferas da vida social, sendo acompanhado por significativas alterações nas mentalidades. Neste capítulo serão estudados dois movimentos que procuraram responder aos anseios e às dúvidas oriundos da gestação de uma nova sociedade: o Renascimento e as reformas religiosas.

Alguns traços comuns podem ser reconhecidos em ambos os movimentos, como a crítica aos princípios e práticas da Igreja Católica e a busca de novos valores, tanto estéticos quanto espirituais. Se, de um lado, os renascentistas procuraram valorizar o homem, suas capacidades e realizações, os reformadores, por outro, propuseram um novo tipo de relação entre os fiéis e Deus, dispensando a intermediação da Igreja, eliminando muitos de seus ritos e questionando a hierarquia eclesiástica.

Ao final do capítulo, é analisada a Contrarreforma, reação da Igreja Católica à ameaça representada pelo avanço do protestantismo.

O fascínio de *Mona Lisa* 162

Algumas obras de arte produzidas durante o Renascimento são muito divulgadas atualmente, inclusive pelos meios de comunicação de massa. É o caso da *Mona Lisa* (ou *Gioconda*), pintura de Leonardo da Vinci, que hoje é uma das obras mais reproduzidas no mundo, e tornou-se uma referência da arte renascentista.

Propomos uma atividade baseada numa releitura contemporânea da obra de Leonardo da Vinci e em um texto jornalístico, com o objetivo de apresentar o Renascimento como um dos momentos fundadores da cultura ocidental.

Vale a pena discutir com os alunos o significado das obras de arte em diferentes momentos da história: que materiais e técnicas foram utilizados por Da Vinci no século XVI, e por Laura Hadland em 2011? Quais eram as intenções dos dois artistas? Que efeitos cada obra produziu no público?

É importante lembrar que Leonardo da Vinci desenvolveu a técnica do *sfumato*, que consiste em diminuir a rigidez dos contornos para dar mais naturalidade à imagem. O texto a seguir, escrito pelo historiador Ernst H. Gombrich, aborda essa questão.



Mona Lisa (1503-1507), pintura de Leonardo da Vinci. Museu do Louvre, Paris, França.

LEONARDO DA VINCI/ MUSEU DO LOUVRE, PARIS

O sfumato

“O grande observador da natureza sabia mais sobre o modo como usamos os nossos olhos do que qualquer pessoa do seu tempo ou antes dele. Leonardo viu claramente o problema que a conquista da natureza tinha criado para o artista – um problema não menos intrincado do que a combinação de desenho correto e composição harmoniosa. As grandes obras dos mestres italianos do *Quattrocento* que seguiam o caminho apontado por Masaccio têm uma coisa em comum: as suas figuras parecem um tanto duras, quase de madeira. O estranho é a responsabilidade por esse efeito não caber claramente à falta de paciência ou à falta de conhecimento. [...] Os artistas haviam tentado vários métodos para superar essa dificuldade. Botticelli, por exemplo, procurou enfatizar em seus quadros os cabelos ondulados e as roupas esvoaçantes de suas figuras para fazê-las parecer menos rígidas em seus contornos. Mas só Leonardo encontrou a verdadeira solução para o problema. O pintor deve deixar ao espectador algo para adivinhar. Se os contornos não são desenhados com a maior firmeza de traços, se a forma permanece um pouco indefinida, como que parecendo uma sombra, essa impressão de *secura* e rigidez será evitada. Aí está a famosa invenção de Leonardo a que os italianos chamam de *sfumato* – um lineamento esbatido e cores adoçadas que permitem a uma forma fundir-se com outras e deixar sempre algo para alimentar a nossa imaginação.”

GOMBRICH, Ernst. H. *A história da arte*. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995. p. 300, 302.

Renascimento

163

Para dar início aos estudos sobre o Renascimento, é importante recuperar o quadro de mudanças pelas quais passava a Europa Ocidental, reforçando a emergência de um novo grupo social – a burguesia –, a expansão do mundo do comércio e das finanças, a dinamização da vida urbana. Nesse cenário, marcado por uma mentalidade laica e burguesa, é que se desenvolveu, na Itália, a cultura humanista.

Sugerimos conversar com os alunos a respeito da origem do termo “Renascimento”. Essa conversa pode ser aprofundada com base na leitura do texto de Ernst H. Gombrich (página 163), no qual o autor compara a cultura medieval e os ideais do Renascimento, retomando também a noção de Idade Média construída pelos renascentistas.

Ao final dos estudos propostos neste capítulo, pode-se lançar um desafio à classe: seria possível criar

outra denominação para o amplo movimento cultural que se expressou nas artes plásticas, na literatura e no conhecimento, na Europa Ocidental, entre os séculos XIV e XVI? O objetivo dessa proposta é refletir sobre as transformações culturais da época sob pontos de vista diversos daqueles que viveram durante o Renascimento.

◆ O pioneirismo da Península Itálica

164

É importante associar a emergência do novo movimento cultural à riqueza das cidades italianas e a sua proximidade com as heranças das tradições greco-romanas. Destacamos também o papel exercido pelos mecenas, que, ao patrocinar o trabalho dos artistas da época, procuravam assegurar seu prestígio social.

◆ Alta Renascença

164

Esse boxe destaca a importância da cidade de Roma no contexto cultural do Renascimento. Sugerimos orientar os alunos para um exercício de leitura da obra *A queda do homem e a expulsão do Jardim do Éden*, de Michelangelo. Pode-se solicitar a eles que identifiquem os personagens e o episódio bíblico representados na pintura, observem como o artista representou a natureza e as figuras humanas, bem como as impressões e os sentimentos transmitidos pela pintura. Cabe lembrar que a cena faz parte de um grande conjunto pictórico, que ocupa o teto da Capela Sistina, no Vaticano, cujo tema é o Gênesis, a narrativa bíblica sobre a criação do mundo e dos seres humanos. Também vale observar que, apesar do tema religioso e do trabalho ter sido encomendado por um papa, o artista pintou os personagens com grande realismo.

◆ Características gerais do Renascimento

165

A cultura do Renascimento valorizou os homens e suas ações, a razão, a natureza, a cultura clássica greco-romana e seus padrões estéticos. Essas concepções, muitas vezes se chocavam com os valores defendidos pela Igreja e pela hierarquia eclesiástica, que foram criticadas por pensadores como Erasmo de Roterdã. Mas é importante frisar que os renascentistas não negavam a existência de Deus ou questionavam o dogma da criação como resultado da intervenção divina. Suas obras visavam enaltecer as criações humanas, que, segundo sua visão, eram tão belas e imponentes como as obras de Deus. Além disso, cabe lembrar que muitos papas e bispos patrocinaram o trabalho de artistas do Renascimento.

Sugestão de atividade interdisciplinar

Obras literárias fundamentais da literatura ocidental foram produzidas na época do humanismo e do Renascimento e merecem um estudo mais aprofundado, numa perspectiva interdisciplinar.

Entre elas, destacamos: *A divina comédia*, obra de Dante Alighieri sobre o paraíso, o purgatório e o inferno (século XIV); *Os lusíadas*, famoso poema de Luís Vaz de Camões (século XVI), que narra a viagem de Vasco da Gama; *Dom Quixote*, história do cavaleiro Dom Quixote e de seu fiel escudeiro, Sancho Pança, de Miguel de Cervantes (século XVII).

De acordo com as possibilidades, sugerimos programar um trabalho em conjunto com a disciplina de língua portuguesa, explorando os principais elementos constituintes de tais obras. O professor de história pode, por exemplo, explorar o contexto histórico, situando os autores e o ambiente intelectual da época, enquanto o de língua portuguesa pode estimular a análise de alguns trechos dos livros.

◆ O desenvolvimento científico 166

A valorização do homem, da razão, da natureza, bem como a contestação de algumas ideias defendidas pela Igreja formaram um cenário propício para o desenvolvimento do pensamento científico, durante o Renascimento. Nesse período estabeleceram-se as bases da ciência moderna, orientada através da comprovação pela experimentação. Outro aspecto a ser ressaltado é que os matemáticos, físicos, astrônomos, geógrafos e anatomistas do período passaram sistematicamente a procurar explicações naturais, e não divinas, para os fenômenos da natureza.

Sugestões de leitura

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Coleção Companhia de bolso)

BURKE, Peter. *O Renascimento*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

_____. *O Renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

BYINGTON, Elisa. *O projeto do Renascimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. (Coleção Arte)

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2007.

GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 2004.

As reformas religiosas 167

O estudo das reformas religiosas requer uma visão de conjunto a respeito das transformações que ocorriam na Europa durante o século XVI, e, ao mesmo tempo, atenção para as particularidades presentes em cada movimento reformista. Por outro lado, os movimentos reformistas precisam ser entendidos à luz da mentalidade profundamente religiosa, de raízes cristãs, que caracterizava toda a sociedade desse período, e da crise pela qual passava a Igreja Católica, desde o fim da Idade Média. Por isso, seria um equívoco reduzir as motivações desses movimentos aos simples interesses econômicos e políticos, ou vê-los como fenômenos puramente religiosos. A abordagem que leva em conta essa complexidade contribui também para não criar constrangimentos entre os alunos de diferentes credos.

Sugerimos que, após situar os movimentos precursores, abordados no box “Os precursores da Reforma” (página 168), e o início da Reforma Protestante no Sacro Império Romano-Germânico, com a atuação de Martinho Lutero, seja realizado um estudo comparativo das doutrinas luterana, calvinista e católica, identificando semelhanças e diferenças entre elas.

◆ Martinho Lutero: a justificação pela fé 168

Para o entendimento da atuação e das críticas de Lutero à Igreja, é importante explicar aos alunos o significado das indulgências no contexto das reformas religiosas. As indulgências eram documentos assinados pelo papa que tinham a função de absolver o pecador, o que significava na prática a venda do perdão. Somado a isso, o clero praticava o comércio da fé vendendo relíquias religiosas, cultivando o luxo, o mecenato e o acúmulo de propriedades. Nesse sentido, podemos dizer que a Reforma foi impulsionada por uma crise moral da Igreja Católica, cujo poder e ação contrastavam com o dogma e as pregações, colocando em xeque a função eclesiástica na sociedade.

◆ O calvinismo 170

Além da doutrina da predestinação, destacamos a relação entre a ética protestante calvinista, caracterizada pela valorização do trabalho e da poupança, e o desenvolvimento do capitalismo, enfatizando o processo de acumulação primitiva. Vale lembrar que essa mentalidade foi transportada para o continente

americano, pelos calvinistas ingleses que deram início à colonização da América do Norte, no século XVII, e marcou profundamente a sociedade norte-americana até os dias atuais.

◆ A Igreja Anglicana 170

É importante ressaltar os aspectos políticos da fundação da Igreja Anglicana, já que, em termos de doutrina e rituais, poucas diferenças existem entre seus princípios e práticas e aqueles da Igreja Católica. Nesse caso, tratava-se de um conflito de poderes entre a monarquia inglesa e a autoridade do papa.

Trabalhando com fontes 171

• Calvino e a predestinação

Além de desenvolver a habilidade leitora, o objetivo da atividade é analisar uma fonte produzida no contexto da Reforma Protestante, promovendo o aprofundamento da análise do pensamento calvinista, especialmente no que se refere à doutrina da predestinação. Ao mesmo tempo, procuramos estabelecer comparações entre as ideias defendidas por Calvino, Lutero e aquelas defendidas pela Igreja Católica, enfatizando as semelhanças entre elas no interior do cristianismo.

◆ A contraofensiva católica 172

Os movimentos protestantes representavam uma ameaça para a Igreja Católica e para seu *status* de “universal”, ou seja, superior a todos os poderes e fronteiras, de qualquer ordem.

Nesse contexto, cabe chamar a atenção para o papel da Inquisição, sobretudo na Península Ibérica. Em Portugal e na Espanha, essa instituição exerceu grande influência nas decisões do Estado, levando à expulsão dos judeus dos territórios ibéricos ou à sua conversão forçada ao catolicismo, política que também teve reflexos na administração da América portuguesa.

O Tribunal do Santo Ofício teve suas origens na Idade Média. Foi criado pelo papa Gregório IX, no ano de 1233, com o intuito de julgar e banir as heresias (doutrinas ou práticas contrárias aos dogmas da Igreja). Isso significa que os inquisidores ficaram responsáveis pela ortodoxia da religião sob supervisão direta do papa. Em 1252, o papa Inocêncio IV sancionou o uso da tortura como método de obtenção da confissão de suspeitos. Os condenados podiam cumprir penas

diversas, que envolviam a abjuração pública, o confisco de bens, a prisão e, inclusive, a morte. As sentenças eram anunciadas nos chamados autos de fé, realizados nas praças públicas, como na praça do Rossio, no centro de Lisboa.

◆ O preço da fé 173

Neste tópico apresentamos algumas reflexões sobre o impacto das reformas religiosas na sociedade europeia, como o fortalecimento da burguesia e das monarquias, em detrimento do poder que a Igreja Católica exercera até então na Europa Ocidental. Pode-se acrescentar que, no contexto dos Estados modernos, predominou o princípio do *cujus regio, ejus religio* (de quem é a região, dele é a religião), ou seja, a fé transformou-se em assunto de Estado, e todos deveriam seguir a mesma religião de seu soberano. A aplicação desse princípio resultou em perseguições, guerras e massacres em vários lugares da Europa, até meados do século XVII.

Vale lembrar que, assim como os católicos, os protestantes não praticaram, necessariamente, a tolerância com relação a outros credos. Lutero, por exemplo, promoveu a perseguição, a tortura e a execução de milhares de anabatistas (adeptos de uma seita protestante que defendia o batismo de pessoas somente na idade adulta) e compôs textos críticos aos judeus. Calvino igualmente perseguiu aqueles que não seguissem os preceitos da Igreja Presbiteriana. A diferença, em relação à Igreja Católica, estava no fato de que não foram organizadas instituições para esse fim específico.

Sugestões de leitura

COLLINSON, Patrick. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Alameda; Phoebus, 2007.

LEBRUN, François. *As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal*. In: CHARTIER, R. (Org.) *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 71-111, v. 3.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

A questão selecionada pode ser considerada fácil quanto ao conteúdo avaliado. No entanto, a escolha da resposta correta demanda uma leitura atenta do texto historiográfico. Além do domínio da linguagem, para realizar a interpretação do trecho, os alunos deverão mobilizar a habilidade de associação, relacionando as manifestações culturais do Renascimento aos seus respectivos processos históricos.

A alternativa c, por exemplo, poderia ser considerada correta em outro contexto, pois é muito pertinente estabelecer conexões entre o desenvolvimento comercial dos séculos XV e XVI e os valores difundidos pela cultura do Renascimento. Por meio da análise do texto introdutório, do enunciado e de cada uma das alternativas, é possível retomar com os alunos as características fundamentais da cultura renascentista.

Texto complementar

As origens do Renascimento

As origens do Renascimento são objeto de discussão por historiadores e críticos há muito tempo. Para eles, a explicação tradicional sobre a recuperação dos valores da Antiguidade, veiculada pelos próprios artistas da época, não é suficiente.

“No devido tempo, os novos estudiosos se congregaram em número decisivo para formar o que passou a ser conhecido como universidade, a extensão e o amálgama de escolas de catedrais e centros de treinamento monásticos. [...] As novas universidades foram o âmago do que agora chamamos de Renascimento do século XII, e é especialmente significativo que uma faculdade de artes existisse em Oxford já por volta da década de 1120, uma vez que tais cursos forneceram a base para o verdadeiro Renascimento, mais de 200 anos depois.

Esse protorenascimento foi importante não apenas porque introduziu melhorias no ensino, escrita e uso falado do latim, transformado na língua franca ou hierática de uma classe culta composta, sobretudo, mas não inteiramente do clero, mas também porque foi uma explosão quantitativa. O crescente número de estudiosos e literatos estimulou um enorme aumento na produção de manuscritos dos *scriptoria* monásticos e centros de produção secularizados das cidades. Alguns escribas profissionais eram artistas também, e suas miniaturas tornaram-se um meio através do qual as ideias artísticas circulavam.

Apenas as elites letradas faziam uso dos códices e manuscritos, mas suas iluminuras eram vistas e utilizadas pelos pintores das paredes das igrejas, por trabalhadores de vitrais, escultores, pedreiros e outros artesãos engajados no enorme programa de construção e reconstrução que, começando no início do século XII, transformou milhares de igrejas e catedrais românicas em góticas. [...]

Devido à transmissão através do islã, Aristóteles permaneceu suspeito aos olhos da Igreja como uma possível fonte de heresia, o que não impediu que os grandes filósofos do século XIII, Alberto Magno e Tomás de Aquino, construíssem suas *summae* sobre uma base aristotélica. De fato, usaram Aristóteles brilhantemente, em especial Aquino. O nítido efeito disso foi colocar a crença cristã sobre um sólido fundamento tanto de razão quanto de fé.

A incorporação de ideias e métodos aristotélicos deve ser encarada como o primeiro ato complexo na longa história da recuperação da cultura da Antiguidade, e realizou-se no século XIII, antes que o Renascimento como tal tivesse começado.

Se tantos elementos do que constitui o Renascimento já ocorriam antes de 1300, por que o movimento levou tanto tempo para ganhar velocidade e tornar-se autossustentável? Para isso devemos procurar duas explicações, uma econômica e outra humana. [...]

Com a energia marítima revolucionada e a melhoria do transporte por terra, o comércio interno e externo na Europa virtualmente duplicou a cada geração. O comércio através dos mares, especialmente com o Oriente, tornou a peste mais comum, e surtos como o da peste negra (1347-1351) dizimaram a população. Mas não há evidência de que a peste tenha interrompido o processo de produção de riqueza. É mais provável que o tenha acelerado a longo prazo, fornecendo ainda mais incentivo ao uso de mão de obra não humana, dispositivos de metal e dispositivos que economizassem o esforço do homem. Ao mesmo tempo, a expansão do comércio produziu práticas subsidiárias, tais como seguro e atividade bancária, numa escala sempre crescente, ajudada pela invenção de técnicas como o livro-caixa de entradas duplas.

Assim, na Idade Média tardia, a riqueza estava sendo produzida em quantidades tão grandes como jamais fora antes na história, e concentrava-se frequentemente em cidades que se especializavam em novas ocupações de comércio e atividade bancária em larga escala, como Veneza e Florença. Cidades assim eram encontradas principalmente nos Países Baixos, no Vale do Reno, e no centro e no norte da Itália. À medida que a riqueza se acumulava, aqueles que a possuíam gratificavam seus sentidos patrocinando a literatura e as artes, e a eles se juntaram soberanos, papas e príncipes, que descobriram modos de taxar a nova riqueza dos súditos. Mas só a riqueza não teria produzido o fenômeno que chamamos de Renascimento. O dinheiro pode ordenar o aparecimento de arte, mas sua ordem é em vão se não há artistas que a produzam. Felizmente, há evidência em toda parte de que a Europa, na Idade Média tardia, estava entrando num período que os economistas modernos chamam de tecnologia intermediária. Principalmente nos Países Baixos, na Alemanha e na Itália surgiram milhares de oficinas de todo tipo, especializadas em pedra, couro, metal, madeira, gesso, produtos químicos e tecidos, produzindo uma crescente variedade

de produtos de luxo e maquinaria. Eram principalmente as famílias dos que trabalhavam nessas oficinas que produziam os pintores, entalhadores, escultores e arquitetos, escritores e decoradores, professores e estudiosos responsáveis pela enorme expansão da cultura que marcou o início da Idade Moderna. [...]

A disponibilidade de papel barato em quantidades crescentes foi um fator importante em tornar a invenção da imprensa por tipos móveis o acontecimento tecnológico central do Renascimento. [...]

Assim, o cenário do que chamamos Renascimento foi um crescimento cumulativo e disseminado de riqueza nunca antes havida na história do mundo, e o surgir de uma sociedade na qual a tecnologia intermediária tornava-se a norma, produzindo, no devido tempo, uma surpreendente revolução no modo como as palavras eram publicadas e divulgadas. [...]. Mas é preciso notar-se que o Renascimento foi primordialmente um acontecimento humano, impulsionado por um determinado número de indivíduos de extraordinário talento, o que, em alguns casos, chegava à genialidade.”

JOHNSON, Paul. *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 17-31.

Capítulo 11

A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo



Contextualizando

A expansão ultramarina é considerada por muitos historiadores um marco na transição da Idade Média para a Idade Moderna. A partir desse movimento expansionista, povos europeus, americanos, africanos e asiáticos entraram pela primeira vez em contato ou estreitaram suas relações.

No capítulo, apresentamos o contexto geral europeu dos séculos XV e XVI e o complexo conjunto de fatores envolvidos nos empreendimentos marítimos, bem como seus impactos na economia e na sociedade da época. Analisamos o “encontro” entre diferentes culturas e ressaltamos a necessidade da valorização

da diversidade que caracteriza as civilizações humanas, combatendo preconceitos e atitudes etnocêntricas. Abordamos também a política econômica desenvolvida pelas monarquias absolutistas europeias na transição do sistema feudal para o sistema capitalista.

Ressaltamos que para entender esse período é muito importante discutir conceitos como mercantilismo e colonialismo, indispensáveis para a compreensão do processo de acumulação primitiva de capital.

O legado americano à Europa 176

Tomando como exemplo alguns hábitos alimentares originários do continente americano e que hoje estão

presentes praticamente no mundo inteiro, esta abertura busca sensibilizar os alunos para o processo de troca cultural ocorrido a partir do movimento de expansão marítima e comercial europeia dos séculos XV e XVI. Vale lembrar que o intenso contato entre povos e culturas foi uma das grandes mudanças provocadas por este movimento, visto por muitos estudiosos, hoje, como a “primeira globalização”.

Para ampliar a discussão, pode-se pedir aos alunos que elenquem aspectos culturais significativos do continente americano, em especial do Brasil, que foram herdados dos europeus. A expectativa é que eles reconheçam alguns traços fundamentais dessa herança, como as línguas (português, espanhol, inglês e francês) e a religião (o cristianismo).

Expansão ultramarina 177

A expansão marítima e comercial europeia dos séculos XV e XVI pode ser vista como uma via de superação da crise feudal, estudada no capítulo 8. No entanto, as viagens marítimas também guardaram elementos do mundo medieval, como o “espírito cruzadista”, a busca pelo Paraíso terrestre e os temores diante do desconhecido, que, acreditava-se, era povoado por seres míticos. Prova disso são os relatos de viajantes como Marco Polo e Jean de Mandeville, que, em várias passagens, não distinguiram entre realidade e fantasia. Paralelamente, os avanços tecnológicos relacionados à arte da navegação, favorecidos pelos contatos com o mundo árabe muçulmano e pela mentalidade humanista, forneceram os meios para superar as dificuldades reais dos navegadores.

No tópico “Expansionismo ibérico” (página 178) apresentamos os interesses e motivações vinculados à organização das expedições, tanto em Portugal quanto na Espanha. Sugerimos destacar o papel das monarquias centralizadas para viabilizar as expedições ultramarinas. Nessa época, apenas o Estado, representado pelo rei, possuía o poder de reunir os homens e os capitais necessários para as travessias oceânicas.

Sobre as viagens portuguesas, é interessante informar os alunos que antes de atingir as Índias, onde esperavam encontrar fabulosos tesouros, os portugueses tiveram bons lucros no litoral da África, através do comércio de pimenta e de outras especiarias, ouro, marfim e escravos.

Com base no mapa “Viagens marítimas (séculos XV e XVI)” (página 179), os alunos poderão comparar as rotas portuguesas e espanholas identificando a diferença de orientação geográfica seguida pelos navegadores de

cada monarquia. O boxe “A Terra é redonda” (página 179) menciona a importância da expedição comandada por Fernão de Magalhães (1519-1522) – que atingiu as Índias pela rota do Ocidente – para a comprovação da tese sobre a esfericidade do planeta.

No tópico “Interesses portugueses na América” (página 180) é possível abordar as disputas entre Espanha e Portugal pelas terras “descobertas e por descobrir”, que resultaram no Tratado de Tordesilhas. Pode-se aproveitar a oportunidade para debater as motivações portuguesas nessas negociações: os portugueses pretendiam garantir a posse sobre as terras que hoje formam o Brasil ou garantir o monopólio sobre as valiosas rotas do Atlântico Sul? Eles tinham conhecimento da existência dessas terras antes da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral?

◆ Encontro entre europeus e americanos 181

Podemos considerar que a partir do encontro entre as culturas europeias e americanas teve início o processo de globalização, pois, pela primeira vez, rompiam-se as fronteiras reais e imaginárias que limitavam o trânsito entre os continentes e o conhecimento das riquezas e diferenças culturais entre os povos. O processo de trocas culturais e econômicas que se iniciou nesse momento gerou profundas mudanças nas sociedades americanas e europeias, que, em síntese, expressaram a vitória do projeto mercantilista europeu sobre os povos do continente americano.

Destacamos o impacto causado na mentalidade europeia pelo contato com os povos ameríndios e a contribuição dos debates que se seguiram para o pensamento filosófico da época moderna. Cabe comentar que a visão europeia sobre os nativos da América permaneceu associada a imagens preconceituosas, resultado de uma mentalidade etnocêntrica que excluía “o outro”. Os costumes indígenas, incompreensíveis para os europeus, foram frequentemente demonizados.

Mercantilismo 183

Definimos o mercantilismo como um conjunto de princípios e práticas implementadas pelos Estados modernos europeus, identificados também como capitalismo comercial ou capitalismo mercantil. Esse conjunto de medidas tinha em comum a interferência do Estado nos assuntos econômicos, a preocupação em acumular reservas de metais preciosos, a manutenção de superávits na balança comercial e o protecionismo alfandegário. É importante ressaltar a diversidade das

práticas mercantilistas, conforme a época e o país, e seu papel no processo de acumulação primitiva de capital.

Nos países ibéricos (página 186), as práticas mercantilistas estavam associadas à posse de colônias na América. A Espanha foi beneficiada com a descoberta de imensas jazidas de metais preciosos no México e no Peru e organizou um rígido sistema de controle dessas riquezas. Portugal montou um sistema produtivo, nas ilhas atlânticas do litoral africano e depois no Brasil, destinado a produzir açúcar – o “ouro branco” – em larga escala, para abastecer o mercado europeu. No século XVIII, a Coroa portuguesa também se beneficiou da descoberta de jazidas de ouro e de diamantes em suas possessões americanas.

Na França (página 187), destacaram-se as medidas destinadas a proteger a manufatura nacional, como forma de impedir a saída de divisas do reino, ao importar as mercadorias consumidas pela nobreza. Na Inglaterra (página 187) a política mercantilista incentivou o comércio marítimo internacional e protegeu as manufaturas do reino. É nesse contexto que devem ser entendidos os Atos de Navegação aprovados pelo governo britânico em meados do século XVII.

A Holanda (página 188) também se destacou no comércio marítimo entre Europa, Ásia, África e América. Além disso, era nas Províncias Unidas dos Países Baixos que se encontravam as principais instituições financeiras da época. Os flamengos foram também pioneiros ao criar a primeira bolsa de valores e as primeiras companhias por ações, as Companhias das Índias.

Sugerimos montar um quadro sintetizando as medidas mercantilistas e os princípios que as orientavam. Se os alunos compreenderem, por exemplo, o princípio da balança comercial favorável e o do metalismo, no contexto do desenvolvimento do capitalismo mercantil, vão reconhecer com maior clareza as marcas da política mercantilista no modelo de colonização estabelecido pelos portugueses no Brasil. Por outro lado, é importante a comparação entre as práticas mercantilistas ibéricas e aquelas dos demais países mencionados para que os alunos percebam que Portugal e Espanha, apesar das imensas riquezas que estavam ao seu dispor nas áreas coloniais, permaneceram como países agrários.

Também vale informar aos alunos que a competição pelos mercados e pelo domínio de áreas coloniais motivou a atividade de piratas e corsários, bem como inúmeras guerras entre os países europeus durante a época moderna.

Aprenda mais

184

• Uma história da moeda

O infográfico recupera momentos significativos da história da moeda, desde suas origens até a época Moderna. Sugerimos reforçar com os alunos a diferença entre a troca direta – ou escambo – e a troca indireta – que utiliza um equivalente de valor intermediando as negociações: animais, sal ou outro produto – e, finalmente, entre os metais e o papel-moeda. Além disso, cabe destacar o fato de a moeda representar um valor que lhe é atribuído socialmente.

A leitura do infográfico permite retomar conteúdos vistos anteriormente, como o desenvolvimento comercial durante a Baixa Idade Média e o impacto econômico da expansão europeia nos séculos XV e XVI e da exploração das riquezas do continente americano, a partir do século XVI.

◆ Uma relação não tão exclusiva

186

Esse boxe redimensiona o conceito de “exclusivo metropolitano” no contexto da colonização portuguesa na América. Estudos realizados nas últimas décadas revelaram a participação de negociantes de Salvador e do Rio de Janeiro no tráfico de escravos, sem a intermediação dos mercadores e das companhias de comércio portuguesas. Assim, a metrópole exerceu o monopólio do comércio colonial com intensidades diferentes, nas diversas regiões e atividades desenvolvidas na América Portuguesa.

Sugestões de leitura

FLORENTINO, Manolo. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c.1830. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 51, jul./dez. 2009. p. 69-119. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/19985/13171>>. Acesso em 28 mar. 2016.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia é mais embaixo. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jul. 2008. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-colonia-e-mais-embaixo>. Acesso em 28 mar. 2016.

FRAGOSO, João L. R. e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Decifrando o Enem

191

O parágrafo que introduz a questão é um relato de viagem publicado em 1600 na França. Essa é uma boa oportunidade para lembrar aos alunos que os franceses não aceitaram a partilha do mundo Atlântico determinada pelo Tratado de Tordesilhas, e logo se lançaram aos mares em busca de terras e riquezas, disputadas no continente americano com os portugueses, espanhóis e ingleses. Piratas e corsários franceses eram assíduos em todas as latitudes do Atlântico. No entanto, é interessante lembrar que os navegadores de todas as origens enfrentavam as mesmas dificuldades, reais e imaginárias, nas longas travessias oceânicas.

Outro tema que pode ser explorado com essa questão é a importância da literatura de viagens produzida pelos europeus a partir do século XVI. Comandantes dos navios, capelães, comerciantes ou simples passageiros produziram relatos, narrando não somente os perigos e as dificuldades encontradas no percurso, mas também descrevendo, por vezes minuciosamente, a paisagem, a fauna, a flora e os habitantes das terras que visitaram, em todos os continentes. Alguns desses

livros foram publicados (já com o moderno método dos tipos móveis desenvolvido por Gutemberg no século XV) e alcançaram sucesso entre os leitores da época. Constituem um precioso acervo documental sobre aspectos da natureza e das sociedades que os europeus encontraram no continente americano nos primeiros séculos da colonização. No caso do Brasil, entre os viajantes do século XVI, podemos citar: Theodore de Bry, André Thevet e Jean de Léry (franceses) e Hans Staden (holandês).

Sugestões de leitura

BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1991.

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520. As origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Coleção Virando os séculos)

TUFANO, Douglas. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Moderna, 1999.

Texto complementar

O mercantilismo do século XVI

A expansão ultramarina europeia contribuiu para o aparecimento de uma nova política econômica: o mercantilismo. Leia o texto a seguir, do historiador Pierre Deyon, sobre as circunstâncias do surgimento e dos limites do mercantilismo no século XVI.

“A consciência de uma comunidade de interesse, o projeto de uma política econômica supunham naturalmente um progresso do sentimento nacional e um reforço do Estado. Todas as grandes monarquias europeias do século XVI, com maior ou menor felicidade, maior ou menor continuidade, enveredaram por essa via do intervencionismo econômico. Entre os seus conselheiros, seus oficiais de finança, as preocupações relativas à balança comercial, ao desenvolvimento das manufaturas e aos movimentos internacionais das espécies, se tornavam cada vez mais obsessantes. Assim, pouco a pouco se constituía, através de apalpadelas e contradições, uma primeira ciência das riquezas que exprime à sua maneira o voluntarismo humanista do Renascimento. [...]”

Em *La grande monarchie de France*, Claude de Seyssel declara, em 1515, que o poder do país reside nas suas reservas de ouro e de prata. No seu modo de pensar, o reino deve proibir todas as saídas de espécies, sem medo de represálias, porque, único na Europa graças às suas riquezas naturais, pode abster-se de seus vizinhos. Alguns meses mais tarde, diante do Parlamento de Paris, o chanceler Duprat apresenta as mesmas proposições. Na Espanha, Luis Ortiz, no seu memorial *Para que a moeda não saia do reino*, quer recolocar seu país no trabalho, multiplicar as manufaturas, interditar a exportação das matérias-primas têxteis. [...]

É aos movimentos monetários que os governos dedicaram, talvez, maior atenção. Em toda parte quer-se acabar com as saídas de numerário. Na França, declarações reais renovam a proibição em 1506, 1540, 1548 e 1574. Na Inglaterra vai-se mais longe e, para eliminar os fraudadores e todos os tráficos clandestinos sobre as letras de câmbio, tenta-se por duas vezes, em 1546 e em 1576, submeter todo o negócio dos câmbios ao controle de agentes do governo, o que é um fracasso.

Fracasso também de todas as disposições concernentes ao transporte do numerário ao estrangeiro. Como vigiar as fronteiras, os portos, quando o governo dispunha de tão poucos agentes e de meios tão lentos de transmissão; como não admitir, enfim, os argumentos dos mercadores, que invocam a necessidade de certas importações indispensáveis aos fabricantes franceses ou anteriores a certas reexportações. O caráter elementar da teoria da balança comercial condenava as veleidades governamentais à impotência. Para se convencer da ineficácia total de todos esses regulamentos, basta evocar o caso da Espanha, de onde teoricamente não podiam sair o ouro e a prata; entretanto, suas pistolas de ouro e seus reais de prata circulavam em toda a Europa Ocidental.

Era mais fácil suscitar novas produções e conceder-lhes privilégios contra os concorrentes estrangeiros. Assim, na Inglaterra, na França, a Coroa concede subvenções aos fabricantes que inauguram fabricações. A rainha Elizabeth distribui generosamente monopólios temporários a todos aqueles que introduzem novas atividades na ilha: as indústrias de alume, de salitre, de sabão, de espelhos e de faiança, a fabricação de canhões ou a refinação do açúcar de cana. Foi talvez na França que essa intervenção direta do poder monárquico se fez mais multiforme e mais sistemática, anunciando já a prática das manufaturas reais da época de Henrique IV ou de Luís XIV. [...] Há uma última característica da intervenção estatal na economia do século XVI que merece atenção. No seu livro clássico, E. Heckscher insistiu sobre este caráter unificador do mercantilismo [...]. É válido para a Espanha de Filipe II, para a França de Henrique III, onde o edito de 1581 tenta impor uma organização uniforme das comunidades de ofício. É válido para a Inglaterra, onde o estatuto dos artesãos regulamenta, em 1563, a aprendizagem e o processo de fixação dos salários, enquanto as *Poor Laws* estabelecem um sistema uniforme de assistência. Em toda a Europa Ocidental, os príncipes se esforçam, com um sucesso desigual, por facilitar as relações no interior de seus Estados, por reduzir as portagens e os **tonlieux**, por organizar os correios.

Entretanto, não será preciso pecar por anacronismo e exagerar o caráter moderno da administração real no século XVI. Os entraves à livre circulação dos homens

e das mercadorias continuam inumeráveis em cada Estado. As taxas recolhidas nas fronteiras sobre as mercadorias estrangeiras conservam ainda muitas vezes o caráter de simples direitos fiscais e nem sempre é fácil saber se a fixação das tarifas corresponde a considerações financeiras ou protecionistas. Para numerosas mercadorias, inclusive os manufaturados, a tarifa francesa, no começo do século XVII, permanece mais elevada na saída do que na entrada, o medo da fome, da interrupção do aprovisionamento, ou da carestia justificam sem dúvida esse paradoxo. Pelos mesmos motivos, o rei da Espanha interdita, de 1552 a 1559, a exportação dos tecidos espanhóis, esperando assim frear a alta dos preços castelhanos!

Em nenhuma parte as ideias e as 'receitas' constituem uma doutrina coerente. Os maiores espíritos do século hesitam entre a teoria quantitativista da moeda e a da balança comercial. No período da alta europeia dos preços, o protecionismo manufatureiro e o bulionismo não se arriscam a acelerar a inflação, ninguém é capaz de perceber claramente o problema e de resolver a aparente contradição. A irregularidade das colheitas, a insegurança, a lentidão das relações marítimas e terrestres mantêm a obsessão medieval da penúria. Os teóricos do interesse nacional, os apologistas do aproveitamento colonial e marítimo permanecem embaraçados pelos argumentos dos teólogos sobre a usura, o justo preço e o direito das gentes, e por toda parte as querelas religiosas obscurecem o sentido da *real politik*. Em nenhum lugar, o Estado é bastante poderoso, o aparelho do governo bastante bem organizado na base como no cimo, as finanças bastante sãs para dar à intervenção principesca a indispensável continuidade. Não passam ainda de medidas circunstanciais, empresas temporárias, mas sua convergência, sua inspiração dominante criam pouco a pouco uma tradição, destacam progressivamente os elementos de um plano de conjunto e anunciam os grandes projetos econômicos da Europa clássica."

DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 17-21.

Tonlieux: plural de *tonlieu*, compreende toda espécie de taxa ou imposto que reverte em favor do rei. O caráter do *tonlieu* é nitidamente fiscal e não econômico.

A África dos grandes reinos e impérios



Contextualizando

No passado do continente africano destacaram-se reinos e impérios poderosos, que desenvolveram a escrita, inovações tecnológicas, um comércio dinâmico, grandes cidades e uma rica produção artística. Os conteúdos reunidos nesse capítulo abordam uma parte dessa história.

Em meio à grande diversidade étnica e cultural que caracterizou a trajetória dos povos africanos, selecionamos os reinos sudaneses de Gana, do Mali e o Império Songhai, os reinos iorubás localizados em Ifé e no Benin e os povos bantos, em especial o Reino do Congo. Essa foi uma escolha feita para facilitar a compreensão didática e devida ao estreito relacionamento com a história do Brasil. Grande parte dos africanos escravizados e trazidos para o país entre os séculos XVI e XIX veio das regiões em que esses reinos floresceram. Assim esperamos promover a valorização da história africana e evidenciar a presença desses povos em nossa formação sociocultural.

O preconceito contra o que vem da África

192

Nesta abertura propomos uma discussão sobre a intolerância religiosa na atualidade, especialmente em relação às tradições de matriz africana. Essa é uma boa oportunidade para trabalhar as noções de preconceito e intolerância, destacando que, na maioria das vezes, elas estão associadas ao desconhecimento ou a visões equivocadas sobre o outro.

Também cabe sondar os alunos a respeito das informações que possuem sobre o continente africano, com base em seus estudos escolares ou em outras fontes. Essas conversas iniciais devem buscar desfazer preconceitos que, até hoje, são frequentes no senso comum acerca dos povos e culturas africanos.

Conhecendo a África, conhecendo o Brasil

193

Neste tópico procuramos contextualizar a presença africana na formação do povo brasileiro e de sua cultura.

Pode-se perguntar aos alunos quais das manifestações culturais afro-brasileiras citadas no texto eles conhecem e o que sabem sobre elas. O trabalho pode ser ampliado, solicitando que citem outras manifestações culturais de matriz africana presentes em sua comunidade ou em nosso país.

O olhar europeu sobre a África

194

A África despertou diferentes impressões nos estrangeiros que chegavam ao continente e estabeleciam contato com suas civilizações. Durante a Idade Moderna, o imaginário dos viajantes produzia representações de monstros e terras inóspitas para descrever aquilo que eles desconheciam e temiam. Assim, disseminou-se a ideia de que os povos africanos eram selvagens e tinham comportamentos inaceitáveis. Julgamentos análogos, não é demais lembrar, aos produzidos sobre os ameríndios, conforme estudado no capítulo anterior.

Para aprofundar esse tema, pode-se promover uma discussão a respeito das teorias que fundamentaram o preconceito e a discriminação racial desde a Antiguidade. Como exemplo, podemos citar a teoria das raças, disseminada no século XIX, segundo a qual a existência de diferenças biológicas entre os povos possibilitava classificar os seres humanos em raças superiores e raças inferiores. Desenvolvida com os procedimentos metodológicos e científicos da época, essa teoria serviu para justificar a exploração do continente africano pelos europeus, no processo conhecido como a partilha da África. Tais argumentos demonstraram que os europeus tinham dificuldade em compreender as especificidades da cultura africana e usaram esses princípios para submeter e explorar os povos da África.

É fundamental acrescentar que as teorias raciais foram abandonadas pelos cientistas sociais, e caíram por terra, no campo das ciências da natureza, nas últimas décadas, em virtude dos avanços científicos no campo da genética.

A África antes dos europeus 195

Neste tópico apresentamos e discutimos o conceito de “África pré-colonial” (discussão auxiliada pelo box “Por que ‘pré-colonial?’”, da página 195). Lembramos também da grande diversidade étnica e cultural dos povos que ali viveram durante esse longo período. Sugerimos promover uma leitura coletiva do mapa “Principais reinos africanos (séculos X a XVI)” (página 195), chamando a atenção dos alunos para a localização e para os marcos cronológicos de cada um deles.

Na região do Sudão formaram-se os reinos de Gana e do Mali (página 196), bem como o Império Songhai (página 198). Eles estabeleceram contatos comerciais com os árabes e foram influenciados por sua cultura, práticas comerciais e pela religião islâmica. Cada um a seu tempo desempenhou importante papel no comércio no interior do continente africano, o que impulsionou a formação e o crescimento de cidades.

A cidade-Estado de Ifé e o Reino do Benin destacaram-se entre os reinos iorubás (páginas 198 e 199), e o Reino do Congo entre os bantos (páginas 199 e 200). As histórias do Benin e do Congo estão profundamente entrelaçadas à colonização portuguesa na América, pois, até o século XIX, um grande número de africanos foi escravizado nessas regiões e trazidos para o Brasil. No Reino do Congo, sugerimos atenção especial para as estreitas relações mantidas com Portugal e para a conversão de seu rei – o manicongo – ao cristianismo, no final do século XV.

O texto a seguir apresenta um panorama geral da organização dos governos africanos, demonstrando a importância da descentralização nas tarefas para a participação dos indivíduos na esfera administrativa.

O governo nos reinos africanos

“Os reinos e impérios eram baseados na divisão do trabalho entre autoridades territoriais e temáticas. Por exemplo, no Império do Mali, um ministério ocupava-se dos estrangeiros, outro, dos impostos e, um terceiro, dos assuntos religiosos. Ao mesmo tempo, tinham uma responsabilidade territorial. Nesta função, supervisionavam os detentores do poder administrativo no nível provincial. Os chefes dos exércitos, os governadores das diferentes províncias eram ministros do rei. Não comandavam diretamente o seu território, mas serviam de ponte para os dirigentes que dependiam do rei nesse território. Os chefes de cantão, quando vinham ver o rei mossi, passavam necessariamente por um ministro que o hospedava. Assim, esse ministro exercia uma

espécie de tutela, mas não o direito de tratar diretamente os problemas desses cantões. O chefe de cantão era um príncipe, enquanto o ministro, embora próximo do rei, não era da família real. Os ministros em torno do rei tinham a prerrogativa de acompanhar os chefes de cantão junto do rei. No Reino do Mali, o imperador não se ocupava das resoluções dos problemas da aldeia, exceto quando se tratava de uma aldeia de garimpeiros. Nos cantões, chamados *kafu*, havia um sistema de governo autônomo ou tributário de um principado superior. À volta da capital, havia um território diretamente governado pelo próprio imperador, com toda uma série de funcionários estritamente organizados e com o sistema fiscal bem estruturado de um Estado de tipo moderno.

Esta fórmula de subdivisão do poder, tanto no plano territorial quanto na base dos setores de atividades, era uma espécie de ‘modelo’ do sistema africano. No Império do Mali, houve reis com diferentes comportamentos ou temperamentos. Mas a ideia básica era distribuir o poder ao máximo, para que cada um tivesse uma parcela e se sentisse participante. Creio que foi isso que permitiu que estes sistemas atravessassem tantos séculos.

Aliás, estes sistemas de organização refinada do poder não tinham nada a invejar as organizações mais sofisticadas de outras partes do mundo. Na França, no tempo de Luís XII e Luís XIV, os grandes ministros também eram burgueses, não príncipes. A fórmula do sistema federalista é bem indicada para este tipo de poder político que abrange vastos espaços. Mas eram verdadeiros Estados de direito. ‘É o reino que tem o rei’ equivale a uma regra constitucional que obriga o rei a vergar-se a uma norma acima de todos. A ideia básica integrava simultaneamente a regionalização, o federalismo e a descentralização.”

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?*: entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. p. 68-69.

Trabalhando com fontes 197

• **Leitura de um mapa histórico: a África Ocidental no *Atlas catalão***

Nesta seção, propomos um exercício de observação do detalhe do *Atlas catalão* (1375), focando o estudo na figura de Mansa Musa, o imperador do Mali.

A atividade se situa na interface entre as disciplinas de história e geografia. Num trabalho interdisciplinar, os alunos poderão estabelecer comparações entre os métodos e as representações do espaço no final da Idade Média e na atualidade. Outros temas também podem ser abordados: a cartografia medieval, as trocas culturais entre os povos que circularam entre o norte

da África e a Península Ibérica durante a chamada Baixa Idade Média e as visões construídas sobre a África antes da expansão marítima europeia.

A autoria do *Atlas catalão* é atribuída a Abraão Cresques, cartógrafo judeu espanhol que viveu na ilha de Maiorca. O *Atlas* original é uma iluminura com doze folhas de pergaminho encadernadas e ricamente ornamentadas. As quatro primeiras apresentam um calendário e representações do universo, de acordo com as concepções da época. As páginas seguintes representam o mundo até então conhecido pelos europeus: Europa, norte da África e boa parte da Ásia.

As cartas do *Atlas catalão* são consideradas portulanos (mapas que eram, ao mesmo tempo, cartas náuticas, com indicações sobre portos, rotas comerciais, informações astronômicas, direção dos ventos etc.), instrumentos fundamentais para a navegação até a expansão marítima europeia.

Os cartógrafos europeus da mesma época elaboravam seus mapas a partir de várias fontes: trabalhos de outros cartógrafos (inclusive árabes), relatos de viagens (muitas vezes carregados de imaginação), relatos de comerciantes e observações pessoais. A família Cresques, por exemplo, viveu no Magreb (norte da África) e migrou para a ilha de Maiorca no século XIII. Podemos inferir que seus membros eram depositários de informações e múltiplas tradições culturais que incluíam conhecimentos sobre a astronomia e a cartografia do mundo árabe muçulmano do norte da África, o seu próprio conhecimento da região, as tradições da cultura judaica e aquelas da cultura cristã da Idade Média ocidental.

Família e sociedade

201

Apresentamos uma visão geral da organização familiar nas sociedades africanas tradicionais, com destaque para o papel da mulher e dos idosos. Essa é uma boa oportunidade para retomar os conteúdos já estudados no capítulo 1, sobre o papel dos grãos na preservação da memória e das tradições dos povos africanos.

Também se pode completar o estudo deste tópico acrescentando o aspecto religioso, elemento importantíssimo para o estudo das sociedades africanas, como mostra o trecho a seguir, da historiadora Marina de Mello e Souza.

O sobrenatural

“Na costa da África que vai do Senegal a Moçambique, ou seja, aquela na qual os portugueses e outros povos europeus negociavam escravos,

e nas regiões do interior ligadas a esses litorais, quase tudo era explicado e resolvido por forças sobrenaturais [...].

A orientação de como agir diante de várias situações da vida era traçada valendo-se do além, dos antepassados, dos ancestrais, dos heróis fundadores, dos deuses, dos espíritos e da grande variedade de seres sobrenaturais que habitavam dimensões com as quais era possível fazer contato sob certas condições específicas. Geralmente os infortúnios eram considerados fruto de ações humanas impróprias, conscientes ou inconscientes, que desestabilizavam a harmonia. Esta podia ser rompida quando não se cumpria um preceito, como uma oferenda a um espírito ancestral, ou quando se manipulavam de maneira mal-intencionada forças sobrenaturais em benefício próprio e com prejuízo de alguém. Assim, se um filho ficasse doente, se uma seca arruinasse a plantação, se uma mulher não conseguisse engravidar, ou se fosse preciso descobrir quem havia furtado algo, oráculos eram consultados para que forças do além mostrassem soluções; e ritos de possessão eram realizados para que os espíritos pudessem orientar os vivos.

As lideranças nessas comunidades também eram em grande parte sustentadas pelo sobrenatural. Depois de serem reconhecidos como líderes pelos membros de seus grupos, os chefes tinham que ser confirmados pelos sacerdotes mais importantes, que trabalhavam pelo bem-estar de toda a comunidade. [...]

Se considerarmos que a relação com o sobrenatural e todas as crenças e cerimônias necessárias para que ela se estabeleça são formas de religião, podemos dizer que esta era um elemento central em todas as sociedades africanas.”

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006. p. 44-45.

Sugestão de atividade interdisciplinar

As máscaras têm significado importante em várias culturas africanas, e são admiradas também como objetos de arte. Propomos a realização de uma pesquisa de imagens de máscaras africanas, identificando: a cultura a que pertencem; uma datação aproximada; as técnicas e os materiais empregados em sua fabricação; e as circunstâncias em que eram utilizadas.

O trabalho poderá ser enriquecido com o apoio do professor de arte, por meio da organização de uma oficina de confecção de máscaras pelos alunos – de papel ou outro material conveniente.

Ao final dos trabalhos, pode-se realizar uma exposição com os resultados da pesquisa de imagens e as máscaras produzidas pelos alunos.

Escravidão africana 201

A existência da escravidão na África pré-colonial tem motivado grandes debates na opinião pública, pois tem sido usada como argumento para justificar o passado escravocrata em nosso país, ou para criticar as políticas de ação afirmativa que hoje são discutidas pela sociedade brasileira (reserva de cotas nas universidades, por exemplo).

Por isso, consideramos fundamental estabelecer distinções entre a escravidão tal como praticada pelas diferentes sociedades africanas e a escravidão moderna, que resultou na transferência forçada de milhões de pessoas, através do Oceano Atlântico, para o trabalho forçado nas colônias da América. É importante destacar que na África pré-colonial a escravidão era resultado das rivalidades entre diferentes povos, não tinha caráter comercial nem era hereditária.

Decifrando o Enem 204

A questão selecionada discute o olhar contemporâneo sobre o continente africano, presente em muitas obras cinematográficas de grande divulgação no mundo inteiro.

Por meio delas é possível trabalhar conceitos importantes no campo do conhecimento histórico, entre os quais destacamos: eurocentrismo, discriminação étnica, relações de dominação, produção da memória e da própria história. Sugerimos enfatizar que, até algumas décadas atrás, o conhecimento produzido sobre a África reproduzia o ponto de vista dos colonizadores, resumindo-se, muitas vezes, a uma "história dos europeus na África" e desconhecendo a diversidade e as trajetórias específicas das diferentes sociedades que se desenvolveram no continente, desde tempos remotos.

A discussão poderá ser ampliada sondando com a classe a respeito dos filmes, conhecidos dos alunos, ambientados no continente africano. Os alunos confirmam

ou não as afirmações que constam no enunciado da questão? Pode-se pedir a eles que identifiquem o "ponto de vista presente" na obra, por meio de perguntas simples: quem são as personagens principais? O que é valorizado e o que é desvalorizado sobre a África e seus habitantes? A ênfase da narrativa recai sobre personagens africanas ou sobre os colonizadores, sobre aspectos da natureza ou da cultura africana? Alguns filmes clássicos podem ser mencionados como exemplos da perspectiva eurocêntrica: *Tarzan*, *O Fantasma*, *Mogli*, a trilogia *Madagascar*.

Como contraponto, sugerimos lembrar (e recomendar) obras cinematográficas que apresentam outra perspectiva das sociedades africanas: *Kiriku e a feiticeira* (França, 1998); *Kiriku e os animais selvagens* (França, 2005); *Kiriku, os homens e as mulheres* (França, 2012); *Zarafa* (Bélgica/França 2013).

Sugestões de leitura

FAZI, Mohamed El (Ed.). *História geral da África: a África do século VII ao século XI*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 3.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2011.

NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). *História geral da África: a África do século XII ao século XVI*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 4.

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da Pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

SILVA, Alberto da Costa e. *Imagens da África*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

▶ Texto complementar

O Império do Mali

Neste texto, o historiador Alberto da Costa e Silva trata de algumas características gerais da organização do Império do Mali, enfatizando a importância do comércio e do islã no cotidiano dessas populações.

“No século XIII, Timbuctu e Djenné tornaram-se tributárias do Mali e cidadelas do islamismo. Mansa Musa reconheceu-as como

tal e, ao retornar de Meca, apressou-se em mandar construir ou reformar a grande mesquita de Timbuctu e deu ordens para que se desenvolvessem nessa cidade e em Djenné as madrasas, escolas onde se estudavam religião e direito, seguindo possivelmente os modelos e as teses escritas e rigorosas dos teólogos e juristas malequitas de Fez.

No decorrer do século XIV, acelerou-se o desenvolvimento de Timbuctu e de Djenné. Os árabes banu-salaimanes haviam invadido

o Saara Ocidental e de tal forma davam caça às caravanas que os itinerários que levavam a Ualata começaram a ser menos frequentados. As rotas principais desviaram-se para o Oriente e Timbuctu tornou-se o grande porto do tráfico transaariano. Tinha a vantagem de estar na borda do deserto e de ter, ao mesmo tempo, um porto sobre o rio Níger, a uns 20 km de distância.

O sal – escrevia Valentim Fernandes, no início do século XVI – era descarregado no lombo dos camelos em Timbuctu e passava para almadias, que subiam até o Rio Djenné. Ali era trocado por ouro e levado à cabeça por feiras de escravos à região das minas. Quebrado em pedaços, que se faziam menores de mão em mão, o sal era distribuído pela savana, chegando até mesmo à floresta. [...]

Os mercadores soninquês e mandingas – os famosos *uungaras* ou *diulas* – entravam pela savana e pela mata para trocar o sal por ouro e outros produtos locais. Um dentre estes produtos foi-se tornando cada vez mais procurado: a noz-de-cola, que, mastigada, refresca a boca, além de ser um efetivo estimulante. O gosto por esta noz, cuja árvore cresce nas florestas da África Ocidental, rapidamente se difundiu entre as populações da savana e do Sahel e se estendeu ao Marrocos e ao resto da África do Norte. Era um artigo de luxo, cujas propriedades medicinais o mundo do islã apreciava.

Sendo um estimulante não condenado pelo maometanismo, sua demanda tendia a aumentar com a expansão da fé.

[...]

O Império do Mali não tinha organização distinta da de seu antecessor, o de Gana. Não era um Estado unitário nem homogêneo. Compreendia as mais diversas formas políticas, desde reinos e cidades-Estado a aldeias que obedeciam a conselhos de anciães. A extensão e a diversidade dos territórios que lhe pagavam tributo e lhe forneciam tropas exigiam do rei dos reis uma ampla tolerância para com as peculiaridades de cada parcela do Império e vetavam, por isso mesmo, uma política forçada de islamização. [...]

A propagação do islamismo não era ajudada pela força das armas. A conquista militar não trazia a conversão do gentio, uma vez que os exércitos do *mansa* não se formavam de muçulmanos em guerra santa, mas de contingentes em que deviam predominar os animistas. Com efeito, grande parte das tropas era constituída

de escravos. E não apenas dos esquadrões levantados pelo próprio *mansa*, mas também daqueles que lhe forneciam os governadores de província e os reis e chefes vassalos. Da cavalaria, composta por aristocratas mandingas ou dos povos tributários, não se diria tampouco que fosse ardentemente maometana.

Fiel seguidor do Profeta foi, sem dúvida, Musa, que faleceria em 1337, após um quarto de século de reinado – e foram-no seus sucessores, o filho Maga (ou Magã) e o irmão Sulaimã.

[...]

O *mansa* estava acima de todos. Era mais do que humano e, por isto, comia em segredo. Jamais alçava a voz ou se dirigia diretamente aos súditos: um intérprete e bardo, o *dieli*, repetia em voz alta o que o rei lhe murmurava. Diante dele só se chegava de rojo, descalço, vestido de roupas velhas ou de farrapos. E se o *mansa*, por intermédio da ‘língua’, ao súdito se dirigisse, este jogava areia sobre a própria cabeça e as próprias costas. [...]

Como o *gana*, o *mansa* exercia pessoalmente a autoridade e tinha a palavra final na administração da justiça. Os súditos muçulmanos eram julgados pelo cádis, de acordo com as leis do islã. Os animistas, pelos seus chefes e segundo as normas tradicionais de cada povo. Os abusos das autoridades eram punidos, e punidos os atos dos malfeitores. E com tal energia, que a ordem e a segurança, em tempo de paz, eram completas em todo o território do Império. [...]

Devia ser intrincada a estrutura social e política de um Império tão heterogêneo quanto o Mali. No ápice da pirâmide estava o *mansa*, e depois dele a nação mandinga, e após ela, todas as outras. Nas nações, distinguiam-se as famílias reais e a nobreza, os homens livres, os que pertenciam a castas profissionais (como os bardos, os ferreiros, os carpinteiros, os curtidores), os servos e os escravos.

Os Estados subordinados continuam geralmente sob as dinastias tradicionais, os filhos dos chefes obrigados a permanecer junto ao *mansa*, na condição de reféns cercados de honrarias. Ao lado de cada chefe, funcionava um representante do poder central.

Em alguns casos, o governo se fazia de forma direta, através de membro da família do *mansa* ou de escravo da corte, que assumia todas as prerrogativas de um chefe. [...]"

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 311-315.

Início de conversa

8

◆ Conversando sobre

9

O objetivo dessa conversa inicial é estimular os alunos a elaborar uma reflexão sobre suas expectativas quanto ao ensino médio, tanto em relação às aulas de história quanto ao aprendizado em geral, que os prepare para discutir com os colegas as ideias do texto. Ao refletirem e discutirem o assunto, os alunos exercitam a habilidade da argumentação, da elaboração de ideias e da socialização, fundamental para sua formação como indivíduo e como cidadão.

Capítulo 1 A construção da história

10

◆ Conversando sobre

10

1. A imagem mostra a pintura do rosto de um morador de rua, figura muitas vezes desprezada em nossa sociedade. O cenário de destruição, escolhido propositalmente, tem como objetivo evidenciar o descaso e o abandono a que essas pessoas estão submetidas. O texto apresenta as concepções de história adotadas nos dias de hoje, destacando que todos os seres humanos são sujeitos históricos. Com base na análise da imagem e do texto, é possível associar o morador de rua representado na obra de arte à noção de sujeito histórico, e perceber que, mesmo em condição de abandono, as pessoas têm e são parte da história. Essa reflexão contribui não só para desconstruir a ideia de que a história se faz apenas por heróis ou grandes homens como também para reforçar a noção de que todos somos responsáveis por sua construção.
2. O objetivo da questão é discutir a noção de sujeito histórico. Espera-se que os alunos percebam que a história é construída constantemente por todos os seres humanos.

◆ Texto complementar

18

1. O texto é a transcrição do depoimento de Raimunda Rodrigues Teixeira, indígena do povo Tapeba, que vive às margens do Rio Ceará. O texto está disponível no site do Museu da Pessoa, que se dedica ao registro e organização de um acervo de histórias pessoais.
2. Trata-se de uma pequena biografia de Raimunda Rodrigues Teixeira. Ela nasceu na comunidade do Trilho, no município de Caucaia, estado do Ceará. As pessoas dessa comunidade viviam na mata, em ocas redondas de palha, dormiam em esteiras feitas com palha de bananeira e utilizavam penachos para vestir-se. Elas retiravam seu sustento da natureza: caçavam, pescavam, colhiam raízes e cultivavam mandioca. Também praticavam artesanato e dançavam o Toré. A vida de Raimunda transformou-se com a expulsão dos indígenas de sua aldeia por fazendeiros que ocuparam suas terras. Os fazendeiros cercaram as terras, impedindo o acesso dos Tapeba à aldeia. Os indígenas passaram a viver à beira dos trilhos do trem e, posteriormente, às margens do

Rio Ceará. Desde então, Raimunda teve que lutar para criar seus filhos à beira do rio e, aos 70 anos, continuava a lembrar com tristeza o episódio.

3. A transcrição do depoimento de Raimunda Rodrigues Teixeira é uma fonte histórica. Por meio do texto podemos conhecer um pouco da história da autora e do povo indígena a que ela pertence. A expulsão dos Tapeba reflete um problema recorrente na história dos povos indígenas e ainda bastante atual: os constantes conflitos entre indígenas e não indígenas pela posse da terra.
4. Os indígenas Tapeba transmitiam sua história por meio da tradição oral, ou seja, dos relatos das pessoas mais velhas para as pessoas mais novas. Isso pode ser percebido na seguinte passagem do texto: “O meu avô dizia: ‘O que eu posso ensinar pra vocês é a história: não sei ler, não sei escrever, mas a história eu vou ensinar, vocês têm que aprender. Algum dia eu não estarei mais no meio de vocês, que vão contar o que para as pessoas que vierem fazer uma pergunta? Vocês têm que colocar na cabeça, na memória e prestar atenção no que eu digo a vocês’. Eu prestava atenção e escutava muito bem tudo aquilo”. Espera-se que o aluno perceba que essa forma de transmissão do conhecimento é fundamental para que possamos conhecer e valorizar a história desse povo. Além disso, reforça a ideia de que a ausência de escrita não significa ausência de história.

◆ Atividades

20

Explorando o conhecimento

20

1. As fontes históricas são registros e/ou vestígios que podem fornecer informações sobre o passado. As fontes podem fazer parte da cultura material de uma sociedade, ou seja, o que foi produzido materialmente por ela, como monumentos, peças de arte, utensílios, documentos escritos etc.; e também podem ser orais, como entrevistas, relatos, contos e outras expressões verbais. Os alunos podem citar vários tipos de fontes materiais e imateriais, por exemplo: documentos escritos (como certidões de nascimento, histórico escolar), fotografias, depoimentos de familiares mais velhos etc. É possível incentivar o diálogo em classe perguntando sobre o registro de local e data de nascimento, sobre a origem de suas famílias, se foram bons alunos nos anos iniciais de sua vida escolar e como essa história está registrada. Também vale destacar a produção e o registro da própria história em “documentos” como e-mails, trabalhos escolares, mensagens postadas em sites de relacionamento etc.
2. a) Patrimônio é um conjunto de bens que possuem valor histórico e cultural em razão de sua relação com o estudo da história e com a memória de um povo. O patrimônio pode ser material (como objetos, documentos e monumentos) ou imaterial (como festas, danças e costumes).
c) O tempo cronológico refere-se ao tempo dos ciclos da natureza, especialmente o movimento dos astros, mensurados por medidas como dia, mês e ano. O tempo

histórico é definido por características próprias, como a forma de organização de uma sociedade. Essas características permitem estabelecer diferenças em relação a outros grupos do mesmo ou de outro tempo cronológico.

3. Não. Cada povo marca a passagem do tempo de acordo com seus costumes e suas tradições. Os povos indígenas do entorno do Rio Negro, por exemplo, possuem um calendário que se baseia nos movimentos das constelações e seu impacto na natureza. Os calendários cristão, judaico e muçulmano, que são os mais conhecidos atualmente, adotam como marcos iniciais as crenças dos povos que os criaram.

Pensando criticamente

20

4. O autor critica a utilização exclusiva de fontes externas para o estudo da história da África, em detrimento da tradição oral dos povos africanos, que não era reconhecida como fonte histórica. O uso exclusivo dessas fontes teria feito com que se tomasse a história da Europa como referência para o estudo dos povos africanos, desconsiderando a originalidade da história e da cultura desses povos. O autor propõe uma renovação metodológica no que se refere à necessidade da utilização da tradição oral como fonte para o estudo da história da África. Espera-se que os alunos reflitam sobre as ideias do autor e reconheçam a importância da tradição oral para o estudo da história de um povo, percebendo que ela expressa um conhecimento ancestral, valorizado e transmitido de geração a geração.
5. a) Por meio da queixa do garoto a respeito da afirmação do pai, a tira expressa a ideia de que a história não está acabada, continua sendo escrita no presente.
b) A personagem parece não ter compreendido o comentário do pai, pois refere-se ao fato de a história continuar a ser escrita no presente como algo negativo. Em sua justificativa é importante que o aluno perceba que a história é escrita constantemente porque todos os seres humanos são sujeitos históricos e contribuem para sua construção. Além disso, ele pode argumentar que as análises sobre o passado são feitas com base no presente, lançando novas questões de acordo com as condições de cada época. Por isso, o conhecimento histórico transforma-se no decorrer do tempo.

Investigando

20

6. Para a realização dessa atividade, sugerimos a consulta aos sites dos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico em seu estado e em seu município e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em <www.iphan.gov.br>. Acesso em 31 ago. 2015.
7. Esta atividade tem como objetivos valorizar o idoso como sujeito histórico, aproximar os alunos dos hábitos da juventude no passado e apresentar um dos métodos utilizados para o estudo da história. Sugerimos discutir previamente com os alunos os objetivos, as etapas e os procedimentos a serem adotados na realização da atividade. Destaque a importância do respeito ao entrevistado e da transcrição exata de suas respostas. Converse com a turma sobre outras perguntas pertinentes a se fazer, por exemplo, se o entrevistado vivia na área urbana ou na zona rural; com quantos anos ele começou a trabalhar e

quais atividades desenvolvia em seu trabalho. Durante a apresentação dos resultados da entrevista, é importante incentivar os alunos a perceber mudanças e permanências nos hábitos dos adolescentes ao longo do tempo. Ressalte a necessidade de que, ao olhar para o passado, os alunos busquem compreender o contexto da época, evitando anacronismos e a emissão de juízos de valor.

Capítulo 2 Os primeiros passos da humanidade

22

◆ Conversando sobre

22

1. Espera-se que os alunos reconheçam que a tirinha apresenta três deuses e um cientista. Cabe comentar com os alunos que os personagens representados são: um deus da mitologia maia, possivelmente Tepeu ou Gucumatz, responsáveis pela criação dos seres humanos; Odin, um dos deuses da mitologia nórdica; Javé, Deus único e principal figura da tradição judaico-cristã; e o cientista britânico Charles Darwin (1809-1882).
2. Tanto o texto quanto a imagem abordam a origem dos seres humanos. Além disso, o texto apresenta mais elementos sobre o mito maia, uma das explicações presentes na tirinha.

◆ Trabalhando com fontes

37

1. Trata-se de um artefato de pedra. Espera-se que os alunos reflitam sobre a tecnologia disponível no período. Destaque que o artefato dá indícios da técnica utilizada: sinais de golpes. Os objetos eram produzidos golpeando-se uma pedra mais dura contra outra menos resistente, até obter a forma desejada. É importante ressaltar que todo o trabalho era manual e sua eficácia dependia muito da destreza de quem fabricava e utilizava os instrumentos.
2. Espera-se que os alunos elaborem, com base em seus conhecimentos, hipóteses sobre as utilidades do artefato: os sinais das bordas dão indício de que o objeto era afiado, portanto um instrumento cortante. O formato pode ser facilmente comparado a um machado, instrumento pesado, usado para derrubar árvores, cortar madeira, cipós ou outros vegetais, e poderia, também, ser empregado em situações de caça. Atualmente, essas atividades podem ser realizadas com mais facilidade, utilizando-se outros instrumentos, o que não significa que machados não sejam utilizados.
3. O objetivo da pergunta é levar os alunos a observar com atenção a figura e imaginar a situação em que o artefato era utilizado. Do lado oposto à lâmina do machado, existem reentrâncias que provavelmente serviam para encaixá-lo noutra peça, possivelmente um cabo feito de madeira. Pode-se destacar para os alunos que a madeira não tem a mesma “resistência” ao tempo que a pedra.
4. Considerando que o objeto foi encontrado em um sambaqui, espera-se que as hipóteses dos alunos estimem que tenha sido produzido há aproximadamente 2 mil anos (ver “Os povos dos sambaquis”, na página 36).
5. Os alunos podem citar que ainda hoje se utilizam machados para cortar madeira, mas que para a derrubada de árvores se empregam máquinas como motosserras

e tratores, e mesmo os machados utilizados atualmente não são mais feitos de pedra, mas de algum tipo de metal (geralmente ferro). É importante destacar a diferença da relação do homem com a natureza. Há 2 mil anos os seres humanos lutavam pela sobrevivência em um ambiente que lhes parecia hostil. Atualmente, precisamos garantir nossos meios de vida preservando a natureza, que já foi muito sacrificada na história do desenvolvimento humano.

◆ Atividades

38

Explorando o conhecimento

38

1. $1 + 2 = 3$.

2. (4) O *Homo neanderthalensis*, que conviveu com o *Homo sapiens*, fabricava instrumentos de pedra, vestia-se com peles dos animais e enterrava seus mortos. Apenas a espécie *Homo sapiens* desenvolveu a técnica da cerâmica, a metalurgia, a agricultura e a criação de animais.

(8) O *Homo sapiens*, espécie à qual pertencemos, desenvolveu a linguagem falada e a escrita.

3. Significa dizer que ele não surgiu no próprio continente, ou seja, ele migrou de alguma outra região do globo para a América. Os cientistas chegaram a essa conclusão porque nenhum fóssil humano anterior ao *Homo sapiens* foi encontrado em terras americanas.

4. Até os anos 1970 se admitia que a chegada do homem à América tivesse ocorrido pelo Estreito de Bering, há menos de 12 mil anos. Essa hipótese se baseava na descoberta de artefatos encontrados na região de Clóvis, no estado do Novo México, nos Estados Unidos. As descobertas de vestígios de mais de 12 mil anos feitas no Chile, no Brasil e na Argentina causaram um recuo na datação proposta pela teoria de Clóvis, além de levantar outras hipóteses de caminhos percorridos pelos primeiros habitantes da América.

Pensando criticamente

38

5. a) Segundo a teoria de Darwin, chamada de evolucionismo, o ser humano e os demais seres vivos originaram-se de organismos mais simples, que sofreram transformações ao longo do tempo. Os indivíduos de uma mesma espécie apresentariam grande variação entre si; aqueles que possuísem características mais bem adaptadas ao ambiente teriam mais chances de sobreviver e de gerar descendentes, que herdariam essas características. Esse processo é chamado de seleção natural.

b) Embora haja muito mais hipóteses do que certezas no campo da Pré-história, pesquisas atuais têm demonstrado que Darwin estava certo ao apontar a África como o local de surgimento do homem. Os pesquisadores chegaram a essa conclusão porque a maior quantidade de fósseis e também os fósseis mais antigos de hominídeos encontrados até o momento foram descobertos nesse continente.

6. a) O controle da produção do fogo permitiu aos seres humanos aquecer-se durante o frio, defender-se de animais e preparar os alimentos. Ao cozinhar os alimentos, o homem ampliou sua dieta, pois passou a consumir uma variedade de raízes e frutos mais duros, que sem o cozimento não seria possível.

b) Utensílios de cerâmica eram utilizados para preparar e armazenar alimentos e bebidas, o que favoreceu a formação de excedentes, condição importante para o desenvolvimento do comércio e de outras atividades econômicas. Os objetos de cerâmica também tinham funções decorativas e rituais, servindo, inclusive, como umas funerárias.

c) Além da produção de alimentos, essencial para a sobrevivência, a produção agrícola teve como consequência a fixação do homem na terra e a formação de aldeias e cidades.

7. Esta atividade pode ser trabalhada em conjunto com o professor de geografia, ao analisar o mapa-múndi político atual para localizar as regiões que primeiramente desenvolveram o cultivo de itens agrícolas conhecidos e utilizados até hoje.

a) Verifica-se o início da agricultura por volta de 8000 a.C., na Ásia, com o cultivo de arroz na China, de cevada no Egito e na região da Síria e de trigo no Oriente Médio. Quanto à criação de animais, é possível verificar que no mesmo período já se criavam galinhas na região da Índia, gansos na Península Arábica e carneiros no Oriente Médio.

b) As culturas mais recentes indicadas no mapa são de aproximadamente 3500 a.C. e 3000 a.C. É desse período o cultivo de arroz no território que atualmente corresponde a Mianmar, na Ásia; de painço, no centro-oeste da África, possivelmente na região do atual Sudão; na América, o cultivo de algodão e feijão também são desse período. Pode-se concluir que esses cultivos devem ter sido levados para essas regiões por povos vindos de territórios onde os cultivos já eram conhecidos.

c) Sim, a mandioca, por volta de 5000 a.C., na região que corresponde atualmente ao norte do nosso país.

d) Segundo o *Levantamento Sistemático de Produção Agrícola* do IBGE (disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201509_2.shtm>; acesso em 10 nov. 2015), os principais produtos são a cana-de-açúcar, a soja e o milho. A cana-de-açúcar é utilizada principalmente para produção de açúcar e etanol. O Brasil é o maior produtor mundial do setor sucroalcooleiro. O estado de São Paulo é responsável por 60% da produção de cana no país. A soja corresponde a 49% da produção de grãos do Brasil, segundo maior produtor do mundo. Ela é utilizada na fabricação de rações para animais e na alimentação humana. Mato Grosso é o estado que mais produz soja no país. O milho é transformado em óleo, farinha, amido, margarina, xarope de glicose e flocos para cereais matinais. O Paraná é o maior produtor do grão no Brasil. Dados disponíveis em <www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas>; <www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>; <www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_7_ed/mercado.htm>. Acessos em 10 nov. 2015.

8. a) O objeto foi feito de bronze. O ser humano começou a produzir objetos de bronze na Idade dos Metais.

b) O elmo era utilizado pelos guerreiros para proteger a cabeça.

- c) No período em que o elmo foi produzido — século XIII a.C. —, o ser humano já dominava a técnica de fundição do ferro. Ao analisar esse objeto, é possível perceber que ele confirma as informações apresentadas no texto, pois, segundo Pierre Villard, a descoberta do ferro não eliminou a fabricação de objetos de bronze. O autor cita, inclusive, o exemplo dos elmos de bronze, que, por serem mais leves, continuaram a ser utilizados, alternando-se com os elmos de ferro, que ofereciam maior proteção.

Debatendo

38

9. a) Espera-se que os alunos apontem que, nas cidades pré-históricas, diferentemente das aldeias, onde as relações eram igualitárias, a divisão de tarefas e o surgimento de novas funções contribuíram para a distinção social entre as pessoas. Outro fator que pode ser citado é a formação do Estado e o surgimento da propriedade privada.
- b) Analisando as atuais estruturas de poder, defesa do território, manutenção da ordem, significado do trabalho e os diversos ofícios existentes, os alunos poderão refletir sobre a origem e evolução dessas estruturas, estabelecendo as diferenças e as semelhanças entre o passado e o presente. Eles podem citar, como semelhanças, a existência de instituições de poder, o comércio, a desigualdade social e o exercício de diferentes ofícios. Como diferenças, podem destacar o tamanho das cidades e sua população. Segundo Jaime Pinsky, era comum que as primeiras cidades concentrassem entre 10 mil e 35 mil habitantes, número considerado elevado para a época, mas muito inferior à quantidade de habitantes das cidades nos dias de hoje. Além disso, podem citar os grandes avanços tecnológicos incorporados à paisagem urbana atual.

◆ Questões do Enem e de vestibulares

40

1. d.
2. b.
3. c.
4. c.
5. b.
6. a.

Capítulo 3 Mesopotâmia

42

◆ Conversando sobre

42

1. O objetivo da questão é propor uma reflexão sobre a importância da preservação do patrimônio cultural de um povo para sua identidade. Para incentivar o diálogo, pode-se perguntar o que ocorre com alguém que não tem registros sobre sua existência, destacando a importância da história para compreender quem somos e o porquê de vivermos em determinada situação. Vale destacar também que conhecer a história pode nos auxiliar nas perspectivas de futuro e para conhecê-la é essencial que se preserve seus registros. Essa discussão retoma conteúdos já discutidos no capítulo 1, “A construção da

história”, e poderá ser retomada sempre que questionamentos sobre os significados da história e a importância de estudá-la vierem à tona ao longo do ano.

2. Espera-se que os alunos identifiquem que o patrimônio cultural descrito no texto não diz respeito apenas ao povo iraquiano, mas à humanidade. Sugerimos que, durante a conversa, destaque para os alunos que nesta região do globo se desenvolveram as primeiras civilizações: a escrita, o Estado, a vida urbana, a astronomia e muitas outras coisas que serão estudadas neste capítulo. Espera-se que assim reconheçam a importância do tema e que o estudo dele seja significativo.

◆ Texto complementar

53

1. Segundo o texto, a religião mesopotâmica afirmava que os deuses, cansados de tanto trabalhar e sem conseguir comer e beber o bastante, criaram a humanidade para que os homens trabalhassem e os servissem.
2. A religião definia praticamente todas as dimensões da vida na Mesopotâmia. Por meio dos mitos criava modelos de comportamentos a serem seguidos. Por exemplo, a relação do homem com a natureza: por meio do trabalho deveria transformá-la para controlá-la e produzir bens. As obrigações de trabalho e impostos, como doar parte da produção para templos e palácios, também eram justificadas pela religião. Essas afirmativas podem ser confirmadas pelo seguinte trecho: “oferecia aos homens um modelo de comportamento a ser seguido e uma forma de relação com o meio ambiente: estimulava e justificava a intervenção humana na natureza para dominar suas forças e fazê-la produzir bens. Em segundo lugar, o mito apresentava como uma obrigação das pessoas doar parte de seu trabalho e de sua produção para o sustento dos deuses, isto é, de seus templos e de seus representantes na Terra: sacerdotes e reis”. Os alunos também podem antecipar a resposta da questão seguinte argumentando que os mitos mesopotâmicos justificavam a divisão da sociedade em classes e a exploração do trabalho das classes menos abastadas pelas mais abastadas utilizando o trecho: “as várias formas obrigatórias de entrega dos bens e de trabalho forçado foram as bases do sistema econômico mesopotâmico e significaram a exploração da população pelos templos e palácios. De certo modo, os mitos contribuíram para isso, ao mostrar que a principal função da humanidade era trabalhar para os deuses”.
3. Esta questão pode ser respondida com dois trechos. O primeiro exemplifica que para as sociedades mesopotâmicas a hierarquia social era um reflexo do mundo dos deuses: “algumas divindades, que sustentavam as demais, consideravam-se exaustas de seus afazeres e revoltaram-se, exigindo uma solução para sua sofrida existência”. Mais ao final do texto, é afirmado explicitamente como a divisão social e a exploração de uma classe por outra eram justificadas pela religião: “De certo modo, os mitos contribuíram para isso, ao mostrar que a principal função da humanidade era trabalhar para os deuses [...] as várias formas obrigatórias de entrega dos bens e de trabalho forçado foram as bases do sistema econômico mesopotâmico e significaram a exploração da população pelos templos e palácios”.

4. Se não cumprissem suas obrigações, os seres humanos irritariam os deuses, que poderiam destruir o mundo num dilúvio.
5. O texto exemplifica como a narrativa do dilúvio compõe outras narrativas religiosas. Espera-se que os alunos identifiquem que a oposição entre bem e mal e a crença de que os humanos podem ser punidos se não cumprirem determinados preceitos se mantiveram presentes em inúmeras religiões.

◆ Atividades

54

Explorando o conhecimento

54

1. A Mesopotâmia é considerada o berço da civilização porque nela foram encontrados os vestígios mais antigos de sociedades organizadas em cidades, com especialização do trabalho, hierarquia social, poder político centralizado, instituição de padrões de medida e uso da escrita e de um código de leis, ou seja, características relacionadas ao conceito de civilização.
2. Sugestão de correção das sentenças incorretas:
 - a) A escrita foi desenvolvida pelos sumérios e inicialmente era utilizada para contabilidade e controle da circulação de produtos.
 - c) Os povos mesopotâmicos eram politeístas e todos os aspectos da vida eram indissociáveis da religião.
 - d) Os assírios eram um povo com grande poder militar e formaram o maior Império mesopotâmico da Antiguidade em extensão territorial.
3. Os zigurates eram edifícios característicos das sociedades mesopotâmicas que funcionavam como templos religiosos, depósito de cereais e local de observação de astros. Eram normalmente construídos em locais centrais, o que lhes conferia um maior destaque na organização das cidades. A tradução do nome sumério (*etemenanki*) para esta construção significava “as bases do céu (AN) e da terra (KI)”, sugerindo que os zigurates eram uma espécie de polo de comunicação entre os mundos. Os zigurates eram construídos em várias plataformas, construídas umas sobre as outras e acessadas por meio de grandes escadarias. Na parte mais alta do zigurate era construído um templo, geralmente dedicado ao deus protetor da cidade.

Pensando criticamente

54

4. a) De acordo com o texto, o deus Enlil havia ficado incomodado com o grande barulho provocado pelos homens, que haviam se multiplicado enormemente, tornando-se muito numerosos. Assim, Enlil iria provocar um enorme dilúvio, durante o qual choveria incessantemente por seis dias.
- b) A história servia de exemplo para que as pessoas cumprissem, cotidianamente, o papel para o qual haviam sido criadas: servir aos deuses. Se os deuses fossem contrariados, os homens poderiam receber, mais uma vez, a mesma punição.
5. a) Também conhecido como *shedu*, o *lamassu* era uma criatura híbrida, com cabeça de homem, corpo de touro (em alguns casos, de leão) e asas, elementos que representavam, respectivamente, a inteligência,

a força e a velocidade. Seus cabelos e barba foram esculpidos da mesma maneira como eram feitos em representações humanas. No alto da sua cabeça podemos ver dois pares de chifres que sustentam uma coroa decorada com flores e penas.

- b) Os *lamassu* eram geralmente esculpidos em duplas, e colocados em cada um dos lados da entrada de palácios e de outras edificações. Eles possuíam a função de proteger a entrada desses locais, afastando maus espíritos.
6. a) A diferenciação das penas revela a existência de uma divisão social entre homens livres e escravos, e entre os homens livres havia várias categorias. Vale notar que o escravo era tratado como bem que tinha determinado valor, segundo o qual se definiria a pena de um eventual agressor ou assassino.
 - b) As leis são um conjunto de normas que regulamentam a vida cotidiana dos cidadãos. Elas estabelecem direitos e preveem deveres fundamentais intimamente relacionados ao período e à sociedade nos quais foram criadas. As leis são fontes importantes para o trabalho do historiador. Por meio delas, é possível conhecer características da organização social, os valores, aspectos econômicos, o regime político, a organização do ensino e outros traços de determinada sociedade. No entanto, as leis não devem ser analisadas como uma radiografia da sociedade que se quer estudar, elas devem ser tratadas como uma visão parcial, pois normalmente ocultam intenções, conflitos e diversos interesses.

Investigando

54

7. O objetivo da questão é que os alunos reflitam sobre os códigos legais existentes na atualidade e a sua relação com os direitos humanos, que condenam a morte, a tortura e a mutilação de pessoas. É importante que, tanto durante a orientação para a pesquisa quanto durante as discussões em sala de aula, os alunos reflitam sobre a importância de defender valores relacionados aos direitos humanos, como o relativo à ampla defesa e à aplicação de punições justas aos condenados. Apesar de servir de base para a organização de muitos dos Estados nacionais contemporâneos, a noção de direitos humanos nem sempre está presente nos códigos legais e de direito penal desses Estados. Alguns dos países atuais, sobretudo os islâmicos, se utilizam de preceitos religiosos na aplicação de penas para os criminosos. No Irã, por exemplo, são frequentes as notícias de enforcamentos coletivos e de mutilações infligidas a criminosos, bem como a pena de morte por apedrejamento a mulheres condenadas por adultério; na Arábia Saudita, além das execuções coletivas realizadas após julgamentos cheios de falhas e com definições dos crimes imprecisas, algumas punições incluem, além da prisão, determinado número de chibatadas. Além disso, a maioria dos condenados no país é composta de estrangeiros, que não recebem assistência jurídica justa e são obrigados a assinar documentos e confissões que nem compreendem. No entanto, esse tipo de punição não é exclusividade do direito islâmico nem de países que seguem a *charia*. Punições ao estilo da Lei de Talião estão previstas não apenas no Alcorão, mas também na Torá (livro sagrado do judaísmo) e na Bíblia (livro sagrado dos cristãos). Por isso, tais punições

são defendidas por alguns seguidores dessas religiões. Pode-se citar, também, a pena de morte existente em muitos países, como os Estados Unidos e a China, utilizada como punição para crimes hediondos. Nesses países, as penas capitais não são baseadas em códigos religiosos, mas em códigos legais que, teoricamente, foram construídos com base nos mesmos preceitos que regem os Estados modernos. Tais penas são normalmente aplicadas pela autoridade estatal, como, por exemplo, agentes penitenciários e membros das forças militares. No entanto, em muitos casos alguns criminosos são punidos em presídios por outros criminosos. Infelizmente, há casos em que pessoas detidas pelos crimes de assassinato e estupro acabam sofrendo dos mesmos males supostamente infligidos por eles, mesmo antes de serem julgados e de terem a autoria dos crimes confirmada. Em todo o mundo, defensores dos direitos humanos condenam a aplicação de penas inspiradas na Lei de Talião, sobretudo em casos nos quais as pessoas são condenadas mesmo com a autoria dos crimes não confirmada.

Capítulo 4 A África na Antiguidade: Egito e Núbia

56

◆ Conversando sobre

56

1. O primeiro texto apresenta de forma positiva a interferência humana na natureza, atribuindo a ela o êxito do processo egípcio na expansão da civilização. Nesse processo, o homem observou a natureza e, dentro dos limites impostos por ela, interferiu para melhorar sua sobrevivência no hábitat.
2. Espera-se que, além da distância no tempo e espaço, os alunos identifiquem as diferentes formas de utilização dos recursos hídricos apresentadas pelos textos. Enquanto o primeiro destaca a importância da ação humana para que às margens do Nilo se desenvolvesse uma grande civilização sem prejuízos irreversíveis ao meio ambiente, o segundo trata do déficit global de água, decorrente da má gestão dos recursos hídricos. Em relação às semelhanças entre os textos, seria interessante apontar que eles mostram que as sociedades têm a capacidade de gerenciar o recurso hídrico. Não existe um alerta para que não se utilize a água, o que se verifica é o destaque para o uso da tecnologia de forma eficiente. Vale esclarecer os alunos acerca dos meios desenvolvidos pelos egípcios antigos para o uso das secas e cheias do Nilo a seu favor. Neste sentido, ao estudar o conteúdo da página 57, que fornece exemplos, pode-se retomar e completar a discussão feita no trabalho com esta abertura.
3. A imagem da abertura é sobre a crise hídrica no Brasil, relacionando o cenário global apresentado pelo relatório das Nações Unidas em 2015 ao país. Dessa forma, a questão procura relacionar o problema trabalhado nessa abertura ao universo do aluno. Desde o início da crise do Sistema Cantareira, no estado de São Paulo, em 2014, muitas notícias foram veiculadas na mídia brasileira sobre a escassez de água. É provável que os alunos tenham muitas opiniões sobre a questão. Seria interessante conduzir a discussão para que se elencassem diferentes formas de uso racional do recurso hídrico não só

pelo consumidor individual (casas), mas também pelos maiores consumidores de água no mundo: a agricultura e a indústria. Na agricultura, por exemplo, existem técnicas de irrigação seletiva e programada; na indústria, é possível reutilizar a água. Entre outros sites, essas informações estão disponíveis em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/tecnica-de-irrigacao-alia-produtividade-na-lavoura-e-uso-sustentavel-da-agua>> e <www.ecodesenvolvimento.org/dicas-e-guias/guias/2013/julho/praticas-conscientes-na-industria-reduzem-o?tag=agua>. Acessos em 14 out. 2015.

◆ Trabalhando com fontes

63

1. O papiro de Hunefer é um texto funerário, feito com o objetivo de orientar o falecido em seu percurso no mundo dos mortos. Utiliza em sua composição a linguagem escrita (hieróglifos) e também pinturas. Produzido por um escriba do faraó Ramsés II, em Tebas, no Egito, por volta de 1275 a.C.
2. O politeísmo, a crença na vida após a morte, reunindo corpo e alma, a forma antropomórfica, zoomórfica ou zootropomórfica atribuída aos diferentes deuses.
3. Hunefer é o personagem que veste uma túnica branca. Na primeira cena à esquerda, ele é guiado por Anúbis, o deus da morte (corpo humano e cabeça de chacal). Na cena central ocorre a cerimônia da pesagem do coração. Vemos do lado esquerdo da balança o coração do falecido e do direito, a pluma. O julgamento é supervisionado por Anúbis e por Maat, a deusa da verdade e da justiça (corpo humano e cabeça de íbis). Na terceira cena, no lado direito, vemos Hunefer sendo levado por Hórus (corpo humano e cabeça de pássaro) até o deus Osiris, senhor do mundo dos mortos, que está sentado no trono. Atrás de Osiris estão suas irmãs, Nephthys e Ísis (que era também sua esposa).
4. O objetivo da questão é levar os alunos a perceber que algumas religiões da atualidade apresentam algumas características da antiga religião egípcia. Apesar das duas religiões com o maior número de seguidores na atualidade, o cristianismo e o islamismo, praticarem o monoteísmo, diferenciando-se da prática politeísta, a expectativa é que os alunos citem que a crença na vida após a morte permanece entre os cristãos da atualidade (no que se refere à eternidade da alma, mas não do corpo). Além disso, a ideia de um julgamento como etapa necessária para usufruir da vida eterna também pode ser encontrada entre os cristãos e a ideia de um retorno à vida é encontrada entre os espíritas e algumas tradições orientais (hinduísmo, por exemplo), que acreditam na reencarnação. Algumas religiões praticadas atualmente, como o hinduísmo, mantêm a tradição politeísta.

◆ Atividades

68

Explorando o conhecimento

68

1. Semelhanças: sociedades hierarquizadas, poder centralizado de caráter divino, politeísmo e elevado nível de participação da mulher na sociedade. Diferenças: a região do Egito continha grande extensão de vales férteis, e a Núbia, vastas áreas de deserto; a agricultura foi

a principal atividade econômica desenvolvida no Egito, e na Núbia, o comércio.

2. A sociedade egípcia era hierarquizada, embora admitisse certa ascensão social. De maneira geral, era composta da monarquia, da elite e da base social. Com esses elementos, o aluno pode elaborar uma tabela como esta:

Grupo Social	Posição Hierárquica	Função Social
Faraó e sua família	Topo da hierarquia social	Responsável por fiscalizar as obras públicas, comandar os exércitos e celebrar ritos religiosos.
Sacerdotes	Elite	Grupo mais poderoso social e politicamente, que respondiam pela administração dos templos, das festas e das cerimônias religiosas.
Escribas	Elite	Funcionários da administração do Estado responsáveis pela arrecadação de taxas, pela fiscalização das construções, pela distribuição de recursos, pelos registros de contratos, testamentos e inventários etc.
Guerreiros	Elite	Elite do Exército e encarregados da guarda do faraó e de sua família.
Camponeses	Base da hierarquia social	Constituíam 80% da população egípcia e se dedicavam à agricultura e à criação de animais. Nos períodos em que não trabalhavam na agricultura, eram empregados em outras tarefas, como a construção e o reparo de templos, palácios e monumentos.
Artesãos	Base da hierarquia social	Pedreiros, carpinteiros, construtores de barcos, oleiros, ceramistas, escultores, pintores, entre outros. Esses ofícios eram hereditários.
Comerciantes	Base da hierarquia social	Negociantes de produtos dentro e fora do Egito.
Escravos	Base da hierarquia social, sem direitos	Geralmente estrangeiros aprisionados nas guerras.

3. O caráter divino do poder do faraó favoreceu a centralização política, uma vez que subordinava todas as esferas da vida no antigo Egito ao faraó. Além disso, contribuiu para que suas ordens não fossem contestadas, já que eram divinas. A centralização política facilitou o governo e a administração real, porque tornava mais fácil o deslocamento de matéria-prima e mão de obra para a

construção de barragens e diques que minimizavam as cheias do Nilo. Além disso, por meio da tributação, era possível manter um estoque de grãos suficiente para alimentar a população em períodos de seca. Esse controle sobre a produção agrícola proporcionava uma boa nutrição populacional por todo o ano e contribuiu para o desenvolvimento da civilização egípcia.

Pensando criticamente

68

4. a) A escrita hieroglífica, primeira forma de escrita desenvolvida no antigo Egito, que utilizava sinais (como os reproduzidos na charge) para representar sons ou palavras inteiras. Ela era utilizada para inscrição de textos sagrados. Os jovens da charge provavelmente confundiram os hieróglifos com grafites, pelo fato de os hieróglifos se parecerem com desenhos e parte deles estarem gravados em murais. Assim como os hieróglifos, os grafites são desenhos e formas produzidos com o intuito de expressar ideias e conceitos.
- b) Os egípcios desenvolveram a escrita hierática, uma simplificação dos hieróglifos, utilizada para documentos oficiais, normalmente registrados em papiro e, no Novo Império, desenvolveu-se a escrita demótica, que se tornou a mais popular porque era uma linguagem mais simplificada, utilizada para relatar assuntos do cotidiano.
- c) Até hoje as sociedades utilizam símbolos para expressar ideias e emoções, seja pelo uso das interjeições, seja por meio de desenhos como o grafite da charge. Atualmente, os *emoticons*, que substituem palavras ou até sentenças inteiras por um símbolo ou desenho, são utilizados por muitas pessoas em redes sociais.

5. c.

Investigando

68

6. É possível citar como exemplo o Projeto Salitre, implantado em 2009 na margem direita do Rio São Francisco, no município de Juazeiro, no estado da Bahia; a transposição do Rio São Francisco; e a construção da Usina de Belo Monte na bacia do Rio Xingu. Para maiores informações sobre esses projetos, visite as páginas disponíveis nos seguintes links: <www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/salitre>, <www.mi.gov.br/o-que-e-o-projeto>, <www.planeta.coppe.ufrj.br/artigo.php?artigo=636>, <<http://norteenergiasa.com.br/site>>, <www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp> e <www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100419_belomonte_qandanovo_cq.shtml>. Acessos em 18 out. 2015.

Capítulo 5

Hebreus, fenícios e persas

70

Conversando sobre

70

1. O tema da foto é o braille, um método de leitura e escrita cujo alfabeto é formado por pontos em relevo que podem ser lidos por meio do tato. O tema do texto é o alfabeto fenício, um conjunto limitado de símbolos que expressa graficamente os sons da fala (alfabeto fonético). Tanto a foto quanto o texto estão relacionados a diferentes tipos de alfabeto, criados em distintos mo-

mentos históricos para facilitar a comunicação escrita entre as pessoas. O alfabeto braille, desenvolvido no século XIX por Louis Braille, permite que deficientes visuais possam ler utilizando o tato. O alfabeto fenício foi criado na Antiguidade para facilitar as transações comerciais realizadas por esse povo. É interessante comentar com os alunos que, enquanto o alfabeto fenício possuía 22 símbolos – que expressavam as consoantes –, o alfabeto braille possui 63, pois, além das letras (consoantes e vogais), expressa também números, sinais de pontuação e outros símbolos gráficos.

- Atualmente, a escrita é um elemento fundamental em nosso cotidiano. Por meio dela, podemos trocar mensagens, divulgar notícias, receber e transmitir informações etc. Os alunos podem citar como exemplos a escrita de e-mails e mensagens em redes sociais, os meios de comunicação impressos (livros, jornais, revistas) ou digitais (sites, e-books), as informações expressas em placas, letreiros, bulas de remédio etc. Espera-se que os alunos percebam que, embora a escrita seja utilizada principalmente para a comunicação (transmissão e recepção de informações), ela também tem a função de registro (documentos, contratos etc.), de organização (listas, etiquetas, placas etc.) e de lazer (literatura, quadrinhos, palavras cruzadas etc.). Aproveite a atividade para conversar com os alunos sobre a importância do braille para a inclusão social das pessoas com deficiência visual. Atualmente, diversos parques e museus contam com placas explicativas em braille, existem teclados de computador e de telefone que utilizam esse sistema, dispositivos que exibem as informações da tela do computador em braille (linha braille) e livros escritos ou traduzidos para o braille.

◆ Aprenda mais 76

- No Uluburun, foram encontrados 18 mil artefatos de mais de doze culturas diferentes, algumas provenientes de regiões próximas ao Mar Mediterrâneo e outras de regiões distantes do local do naufrágio, como o Mar Báltico, a Ásia Central e a África tropical. Entre outros exemplos, os alunos poderão citar: metais, como cobre e estanho, que podem ter sido fundidos nas ilhas de Chipre ou Creta; pastilhas de vidro, provavelmente vindas da Fenícia; marfim e madeira da África tropical; o âmbar, um tipo de resina proveniente do Báltico, utilizado na fabricação de joias.
- A diversidade do material encontrado na embarcação mostra que os materiais transportados no Mediterrâneo vinham de diferentes regiões, indicando um grande intercâmbio comercial e cultural entre os povos.
- Espera-se que os alunos percebam que a descoberta do navio revelou diversos elementos da cultura material dos povos da Antiguidade e que esses elementos são importantes fontes para o estudo da história desses povos.

◆ Texto complementar 80

- Os seguintes elementos do texto indicam que Persépolis foi minuciosamente planejada: o sofisticado sistema de drenagem da cidade; a rede subterrânea de água; o cálculo cuidadoso na construção das escadarias, a fim de que pudessem ser subidas a cavalo; a arquitetura da cidade, destinada a atender às cerimônias reais, como

demonstram a Sala de Audiência de Dario e a Sala do Trono de Xerxes; a luxuosa decoração; as esculturas, que chegaram a representar o lado direito e o lado esquerdo da mesma figura em paredes diferentes.

- As esculturas encontradas em Persépolis expressam a grandiosidade do poder real. As paredes e as escadas foram adornadas com cenas que remetem aos nobres e às delegações estrangeiras que vinham ao encontro do rei. Para chegar à sala de audiência, as pessoas, necessariamente, precisavam passar por essas esculturas, que exerciam também uma função pedagógica.
- As escavações em Persépolis foram iniciadas em 1930. No ano de 1979 as ruínas da cidade foram declaradas patrimônio mundial pela Unesco. Espera-se que os alunos percebam que essa declaração indica o reconhecimento da importância histórica e cultural desse sítio arqueológico e que ele deve ser conservado e preservado para as gerações futuras.

◆ Atividades 82

Explorando o conhecimento 82

- a) Hebreus. b) Persas. c) Fenícios.
- Na primeira fase de sua história, os hebreus organizaram-se em clãs patriarcais. Os patriarcas exerciam a função de sacerdotes, juizes e chefes militares, representando a autoridade política e moral do clã.
- O alfabeto fenício surgiu da necessidade desse povo de administrar suas atividades comerciais. Com o objetivo de organizar e controlar essas atividades, os fenícios criaram códigos para anotar entradas, saídas, encomendas e preços das mercadorias. O alfabeto fenício era composto de 22 signos, que representavam apenas as consoantes; já o alfabeto grego adotou os signos fenícios e acrescentou a representação das vogais.
- a) F, b) V, c) F, d) V.

Pensando criticamente 82

- a) As cidades fenícias localizavam-se em uma estreita faixa do litoral oriental do Mar Mediterrâneo, na região que hoje pertence ao Líbano.
 - Os fenícios estabeleceram-se em uma região de fácil acesso ao mar, favorecendo a navegação e o transporte de mercadorias. Além disso, diversas caravanas passavam pela região, ampliando as trocas comerciais e o contato com diferentes culturas.
- a) A personagem representada na charge é Moisés, o principal profeta do povo hebreu, o escolhido para libertar seu povo do cativeiro no Egito e conduzi-lo à terra prometida.
 - A charge satiriza o episódio em que, segundo a tradição judaica, Moisés recebeu de Yahweh (Deus) duas placas de pedra, nas quais estariam escritos os Dez Mandamentos, que se tornaram a base das regras civis, morais e religiosas do povo hebreu. Na charge, Moisés esforça-se para carregar as placas e comenta com Deus que as mesmas mensagens em dez folhas de papel pesariam menos que em duas placas de pedra.

- c) Os hebreus eram monoteístas, ou seja, acreditavam em um único Deus; ao contrário dos demais povos da Antiguidade, que acreditavam em vários deuses (politeístas).
7. a) O núcleo original do Império Persa localiza-se no atual Irã.
- b) A linha vermelha do mapa representa a Estrada Real, que cortava parcela significativa do Império Persa, ligando as cidades de Susa (no atual Irã) e Sardes (na atual Turquia). O sistema de estradas foi uma das grandes realizações de Dario I, facilitando a circulação de informações e o transporte de mercadorias pelo interior do Império.
- c) No mapa, é possível observar que as fronteiras do Império Persa se expandiram para regiões distantes do núcleo original, abrangendo áreas anteriormente ocupadas pelo povo hebreu. Após a conquista do Reino de Judá por Nabucodonosor, em 586 a.C., a maioria dos hebreus foi levada para a Babilônia, no episódio conhecido como Cativeiro da Babilônia. Em 538 a.C., sob o comando de Ciro, os persas conquistaram o Império Babilônico e permitiram que os hebreus retornassem à Palestina, a essa altura também dominada pelos persas.

Investigando

82

8. Para a realização desta atividade, recomendamos a leitura da matéria “10 perguntas para entender o conflito entre israelenses e palestinos”, publicada pela BBC Brasil, disponível em <www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140730_gaza_entenda_gf_lk>, e a consulta ao site da Organização das Nações Unidas (ONU), disponível em <<http://nacoesunidas.org>>. Acessos em 5 nov. 2015. Um trabalho interdisciplinar com geografia permite aos alunos perceberem que, além de possuir raízes históricas, étnicas e religiosas, o conflito entre judeus israelenses e árabes palestinos na atualidade envolve também motivações econômicas e geopolíticas e é marcado por atos de violência e intolerância de ambas as partes. Um dos principais pontos de tensão refere-se à disputa pela cidade de Jerusalém, considerada sagrada pelos dois povos. Além disso, cabe destacar, por um lado, a criação de assentamentos israelenses em territórios palestinos e a construção de muros pelo governo israelense para isolar os palestinos e, por outro lado, os atos de violência promovidos por grupos radicais palestinos. Apesar das muitas tentativas de acordo, articuladas e mediadas por governos e entidades internacionais, como a ONU, até o momento, o problema parece longe de ser solucionado. No dia 30 de setembro de 2015, pela primeira vez na história, a bandeira da Palestina foi hasteada na sede da ONU em Nova York. Esse ato simbólico é mais um passo na luta dos árabes palestinos pelo reconhecimento de seu Estado nacional. Porém, a definição de suas fronteiras ainda é um problema em aberto.

Questões do Enem e de vestibulares

84

1. c.
2. b.
3. e.
4. e.

5. e.

6. c.

Capítulo 6

Grécia antiga

86

Conversando sobre

86

1. Tanto a foto quanto os textos abordam diferentes aspectos da democracia, regime de governo surgido em Atenas, durante a Antiguidade, e utilizado na maioria dos países na atualidade. O primeiro texto, do filósofo grego Aristóteles (c. 384-322 a.C.), relaciona o exercício da democracia ao exercício da liberdade. O segundo texto, matéria jornalística que trata sobre o direito de voto das mulheres sauditas, mostra-nos que, tal como na democracia ateniense, a cidadania continua restrita, em alguns países, a grupos específicos. Já a foto nos mostra o processo de campanha para eleições diretas, representando o modelo de democracia vigente na maioria dos países atualmente.
2. Apesar de vivermos, no Brasil, em um regime democrático pleno, o tamanho de nosso país impede que todos os cidadãos possam exercer a democracia direta em decisões do governo, e isso faz que sejamos obrigados a escolher nossos representantes. No entanto, nada impede os cidadãos de manifestarem-se em defesa da coletividade, desde que, como escreveu Aristóteles, o princípio da liberdade continue em vigor. Vale destacar que, de acordo com a Constituição brasileira, há formas de participação política semidireta por meio da iniciativa popular, instrumento que torna possível a apresentação de projetos de leis pela população. Um exemplo desse tipo de iniciativa é a Lei Complementar n. 135/2010, a “Lei da Ficha Limpa”. O exercício da democracia também pode ser realizado em organizações da sociedade civil, como sindicatos, ONGs, associações de bairro e outras. No aspecto social, apesar de vivermos em um Estado democrático de direito, em que todos os cidadãos gozam de suposta liberdade, podemos afirmar que nem todos usufruem dos mesmos direitos. Nesse sentido, o exercício pleno da cidadania ainda é restrito aos cidadãos mais ricos, que possuem meios financeiros de adquirir bens e serviços que deveriam ser disponíveis a todos. Em relação ao segundo texto, o Brasil pode orgulhar-se de ter sido um dos primeiros países do mundo a permitir o voto feminino. No entanto, a representatividade feminina nas instâncias de poder continua extremamente baixa se comparada ao percentual de mulheres existentes na sociedade brasileira. Apesar de representarem mais da metade do eleitorado nacional, o percentual de mulheres no Congresso não chega a 10%.

Trabalhando com fontes

92

1. O texto foi escrito pelo filósofo Aristóteles, que nasceu em Estagira, mas viveu boa parte de sua vida em Atenas, onde frequentou a Academia de Platão e, anos mais tarde, fundou o Liceu. De sua extensa obra escrita, sobreviveram apenas aquelas destinadas ao estudo de seus alunos, como a *Política*, da qual foi extraído o trecho escolhido para a atividade. Sugerimos solicitar a colaboração do professor de filosofia, que permitirá aos alunos avaliarem a importância do autor e reconhecerem, no texto, elementos de seu pensamento e de seu método

investigativo. Como complementação, informe os alunos algumas características das “escolas” atenienses, como a Academia e o Liceu: sem as formalidades das instituições de ensino atuais, as “aulas” transcorriam ao ar livre, geralmente pelos diálogos entre o mestre e seus alunos. Aristóteles, a pedido de Filipe da Macedônia, foi professor do jovem Alexandre. No entanto, Aristóteles discordou de suas ideias sobre a fusão entre a cultura grega e a oriental, pois considerava negativa a influência da segunda sobre a primeira.

- De acordo com o texto, faziam parte da família o homem, sua esposa, seus filhos e seus escravos. Ao homem cabiam: o comando, o poder de decisão, as virtudes éticas, a razão, a coragem, o respeito próprio, o senso de justiça. Tais atributos (ou “virtudes”, na linguagem aristotélica) cabiam em menores proporções às mulheres, às crianças e aos escravos. A capacidade de tomar decisões era tida como “inoperante” nas mulheres, pouco desenvolvida nas crianças e parcial nos escravos. Essas diferenças eram vistas como “naturais” e estariam relacionadas à função social de cada um, “apenas como deve ser exigido de cada um para sua função peculiar”.
- O autor considera a família parte constitutiva do Estado. Assim, a educação das mulheres e das crianças era fundamental para a pólis, pois as mulheres eram metade da população e as crianças do sexo masculino seriam os futuros cidadãos. A educação é vista, aí, como instrumento de manutenção do status sociopolítico da cidade.
- O trecho recomenda o silêncio para as mulheres e sugere que a palavra seria um privilégio masculino. A afirmação pode ser relacionada ao conceito de cidadão pleno em Atenas (reservado ao homem livre, filho de pai e mãe atenienses) e às suas atribuições na pólis: além da guerra e dos rituais religiosos, a política era a ocupação fundamental e obrigatória do cidadão. Para participar dos diferentes conselhos e tribunais da cidade e, principalmente, da Eclésia, os homens precisavam utilizar a palavra para fazer propostas e defender suas posições. A oratória era por isso muito valorizada, objeto de ensino aos meninos e cultivada entre amigos. O professor pode esclarecer também que, no caso ateniense, as mulheres ficavam restritas à vida doméstica, na parte da casa conhecida como gineceu, onde desenvolviam trabalhos como a fição e a tecelagem. A vida pública era um privilégio masculino.

◆ Atividades

100

Explorando o conhecimento

100

- De 2000 a 1400 a.C. desenvolveu-se a civilização cretense. Vestígios arqueológicos dessa civilização mostram que os cretenses dominaram o comércio marítimo no Mediterrâneo e estenderam sua influência à Grécia continental. A vida nos palácios era intensa: além de local de residência real, os palácios serviam de armazéns para a estocagem de produtos agrícolas. Acredita-se que a religião cretense tinha como base o culto à Grande Mãe, deusa da fertilidade. Especialistas dizem que o domínio de povos estrangeiros, como os aqueus, levou ao colapso da civilização cretense. Os aqueus centraram seu domínio na cidade de Micenas. Sob a hegemonia desse povo desenvolveu-se uma civilização de base agrícola.

A sociedade micênica também se centrava nos palácios, nos quais viviam os reis. Não se sabe ao certo as razões do fim da civilização micênica, mas é provável que desastres naturais ou uma grave crise econômica tenham provocado o colapso dessa cultura.

- Em Esparta, somente os esparciatas usufruíam de direitos políticos. Eram excluídos das decisões da pólis os periecos (que se dedicavam ao artesanato e ao comércio), os hilotas (servos que trabalhavam nas terras dos esparciatas) e as mulheres. O professor deve ressaltar, nesta questão, que, da mesma forma como a atividade militar era exclusiva da aristocracia espartana, o poder de participação e decisão na vida política de Esparta também era restrito à camada aristocrática.
 - Em Atenas eram considerados cidadãos o grupo dos eupátridas (membros da aristocracia), os georgói (camponeses) e os demiurgói (artesãos), ou seja, independentemente de sua origem social, todos os homens livres e nascidos na pólis ateniense eram considerados cidadãos. Eram excluídos do direito à cidadania os metecos (estrangeiros), os escravos e as mulheres. Entretanto, é importante ressaltar que o direito à cidadania somente alcançou essa configuração após as reformas implementadas por Sólon e por Clístenes.
- Sólon estabeleceu o fim da escravidão por dívidas e a consequente libertação dos devedores escravizados. Além disso, substituiu o critério de nascimento pelo censitário para a participação na política, classificando os cidadãos em quatro classes, de acordo com a riqueza. Com as reformas de Sólon, mesmo as classes mais baixas passaram a ter alguns direitos políticos.

Pensando criticamente

100

- Os atenienses consideravam os escravos seres inferiores, “bárbaros”, que tinham como função cumprir com os trabalhos para os quais estavam designados. Eram, portanto, apenas “instrumentos de trabalho vivos”.
 - A democracia em Atenas no período clássico era exercida de maneira direta, ou seja, todo cidadão tinha de participar pessoalmente das assembleias. Assim, a escravidão era o mecanismo fundamental para que a democracia funcionasse, na medida em que liberava os cidadãos das atividades de trabalho, executadas pelos escravos, para que pudessem participar das atividades públicas típicas da democracia direta.
- O objetivo desta questão é que os alunos interpretem o enunciado e o texto apresentados e reflitam sobre a organização da sociedade na pólis, que se dava quando das decisões tomadas pelos cidadãos, sobre diferentes assuntos, antecedidas de apresentação de propostas, debates, reflexões e votações. As discussões feitas nas assembleias se assemelhavam, no método, à atitude filosófica: exame rigoroso e crítico de um problema, indagação, argumentação, proposição.
- Diferentemente de Atenas, cujo sistema político caminhou para a democracia, Esparta manteve o regime de governo aristocrático. Neste sentido, o poder da palavra humana, da discussão e da argumentação foi exercido de maneira mais ampla em Atenas do que em Esparta. Contudo, ambas as pólis excluíam parte-

las da sociedade das discussões e decisões políticas. Esparta, mesmo sendo aristocrática, configurou-se como pólis (cidade autônoma política e economicamente) e foi governada pela lei dos homens.

6. A mensagem transmitida é a de que o sofrimento faz parte da existência humana e do destino que os deuses reservaram aos homens, mas que essa dor pode ser suportada e superada por meio da esperança. No entanto, a esperança também pode ser vista como um mal da humanidade, por prolongar o sofrimento humano em nome de um futuro melhor.

Investigando

100

7. As Olimpíadas são mais um elemento da herança cultural grega. Os primeiros registros oficiais dos Jogos Olímpicos são de 776 a.C. Os jogos eram um festival religioso e esportivo que ocorria a cada quatro anos na cidade de Olímpia, na costa ocidental do Peloponeso, realizado em honra a Zeus. Segundo a tradição, Zeus derrotou Cronos em Olímpia, e seu filho Héacles passou a celebrar jogos no local em comemoração à vitória de seu pai. Por esse motivo, as competições esportivas sempre ocorriam próximo ao templo de Zeus, na pólis olímpiana. Héacles teria, também, plantado uma oliveira no local, árvore da qual se retiravam os ramos utilizados na confecção das guirlandas oferecidas aos vencedores das provas. Todas as cidades-Estado da Grécia antiga participavam dos Jogos Olímpicos, enviando ao local seus melhores atletas para a disputa das competições. Durante sua realização era estabelecida uma trégua nas guerras entre as pólis, conhecida como *Trégua de Zeus*, o que demonstra a importância dos jogos para os gregos antigos. Na primeira edição da competição foi disputada apenas uma modalidade, a corrida de 200 metros, chamada *stadion*. Com o passar dos anos foram acrescentadas modalidades como o pentatlo (que incluía corrida, salto, luta, arremesso de lança e arremesso de disco), a corrida de bigas, o salto em distância e o pancrácio, mistura de pugilismo com luta olímpica assemelhado às atuais competições de “vale-tudo”.

Por ser considerada uma festa pagã, as Olimpíadas deixaram de acontecer no ano de 394 d.C., quando o cristianismo foi adotado como religião oficial de Roma, e só foram incorporadas à nossa cultura no fim do século XIX.

Capítulo 7 O esplendor de Roma e a civilização bizantina

102

◆ Conversando sobre

102

1. Permanência: ideia de família como uma relação que não depende exclusivamente do laço consanguíneo entre os indivíduos que fazem parte dela. Diferença: Roma antiga – eleição da família realizada de acordo com a vontade do cidadão romano, pai, homem. Brasil atual – formação da família pela convivência entre indivíduos e suas relações socioafetivas, podendo existir ou não o elemento masculino nessa unidade familiar.
2. A imagem da abertura mostra uma família protagonizada pela mãe, sem a presença de um homem na fotografia. Apesar de essa ser provavelmente uma re-

lação consanguínea, o que caracteriza a família nessa imagem é a afetividade entre seus membros. Assim, a foto pode ser usada como exemplo do conceito de família exposto no segundo texto, da advogada Laura Affonso da Costa Levy. A foto não poderia ser usada para ilustrar o conceito de família da Roma antiga, tratado no primeiro texto, pois as famílias romanas, apesar de também não serem consanguíneas, eram formadas em função, e para o proveito, do cidadão romano, o homem.

3. O objetivo da questão é promover a reflexão sobre as novas formações familiares e a importância de respeitar os direitos dos cidadãos independentemente do formato de sua família. No passado a estrutura familiar tradicional era baseada em uma união heterossexual estável com divisão clara de papéis: a mulher era encarregada dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, e o homem tinha a função de provedor da família. Atualmente, transformações sociais como a conquista do mercado de trabalho pelas mulheres, a legalização de uniões homoafetivas, o reconhecimento de uniões heterossexuais antes não reconhecidas (união estável, por exemplo) etc. possibilitaram a formação de novas estruturas familiares não baseadas na consanguinidade e novas possibilidades de famílias consanguíneas que não dependem da figura paterna ou materna (por exemplo, avós ou tios responsáveis pelas crianças; irmãos maiores de idade responsáveis pelos menores etc.).

◆ Texto complementar

118

1. O Império Bizantino e a Igreja Ortodoxa possuíam uma estreita relação de colaboração e apoio mútuo. Isso fica claro no texto nos seguintes trechos: “mosaicos nas paredes do templo mostram cenas de imperadores como Constantino e Justiniano fazendo doações à cidade de Constantinopla e ao próprio clero”; “entendimento mútuo entre os dois garantia ao soberano e ao próprio Império a proteção da bênção divina”; “imperador escolhia o patriarca a partir de uma lista de três nomes elaborada por um sínodo, espécie de conselho patriarcal”; “clérigos gozavam de privilégios como a isenção de certos impostos e a possibilidade de serem julgados pelo tribunal do bispado”, entre outros.
2. A Igreja conseguiu se estabelecer tanto financeiramente, pois os imperadores e a aristocracia bizantina lhe faziam doações, quanto hierarquicamente, com o ingresso de pessoas interessadas em servir às suas estruturas, muito em razão das regalias cedidas pelo Império aos clérigos da Igreja, como a redução de certos impostos. O Império, por sua vez, sentia-se abençoado pelo divino (que lhe conferia o status de validade espiritualmente perante os cidadãos bizantinos). Além disso, por meio da expansão da Igreja Ortodoxa, o Império conseguiu angariar para sua zona de influência regiões vizinhas a ele, como a Bulgária e a Rússia.
3. A doutrinação cristã dos povos vizinhos ao Império Bizantino se deu por meio da criação de um código que permitisse a transmissão da liturgia cristã na língua eslava. Como consequência dessa expansão, um novo sistema alfabético foi criado, o cirílico, ainda vigente em países da Europa Oriental, como a Rússia. Além do novo alfabeto, outra consequência dessa expansão cristã foi que os países dessa região da Europa e da

Ásia se converteram por meio do cristianismo ortodoxo e até hoje países como Rússia, Albânia, Sérvia, Bulgária etc. possuem população majoritariamente cristã ortodoxa.

4. De modo geral, as principais diferenças entre essas denominações cristãs são:

	Católicos	Ortodoxos
Papa	Autoridade máxima.	Não reconhecem sua autoridade.
Celibato clerical	Obrigatório para todo sacerdote.	Opcional para padre, obrigatório para bispo.
Culto	Sete sacramentos (batismo, confirmação ou crisma, eucaristia, reconciliação ou penitência, unção dos enfermos, ordem e matrimônio); uso de vestes litúrgicas nos seus cultos.	Sete sacramentos (os mesmos dos católicos); uso de vestes litúrgicas nos seus cultos.
Quaresma	Duração de 40 dias.	Duração de 47 dias.
Calendário	Gregoriano, com 365 dias.	Juliano, com uma diferença de 13 dias em relação ao gregoriano.
Natal	25 de dezembro.	7 de janeiro.
Imagens de santos	Não há restrições às pinturas e às estátuas.	Não adotam estátuas, somente pinturas.

Segundo o Censo 2010 publicado pelo IBGE, 123 milhões de brasileiros professam a religião católica apostólica romana, cerca de 64% da população. O número de ortodoxos é de 131 mil, ou seja, 0,07% da população. Para saber mais sobre a composição religiosa da população do país, sugerimos orientar os alunos a acessarem: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm>. Em relação ao mundo, segundo o Pew Research Center, em 2010, cerca de metade dos cristãos eram católicos apostólicos romanos (aproximadamente 1 bilhão de pessoas) e 12% eram ortodoxos (260 milhões de pessoas). Esses dados estão disponíveis em <www.globalreligiousfutures.org/religions/christians>. Acessos em 8 nov. 2015.

◆ Atividades

120

Explorando o conhecimento

120

1. Segundo a narrativa mitológica, os gêmeos Rômulo e Remo foram abandonados num cesto no Rio Tibre e encontrados por uma loba, que os amamentou. Recolhidos e criados por um pastor, cresceram e fundaram a cidade de Roma, sendo Rômulo seu primeiro rei. Pesquisas arqueológicas revelaram que no século VIII a.C. os chamados povos latinos (formados do encontro cultural entre os invasores indo-europeus e os grupos mediterrânicos) habitavam a região central da Península

Itálica. Esses povos se organizavam em uma pequena comunidade que deu origem à cidade de Roma. Outros povos viviam na Península Itálica além dos latinos, e o mais importante entre eles eram os etruscos. A atividade comercial entre esses povos propiciou um intercâmbio fundamental para o desenvolvimento de Roma.

2. a) Os conflitos ocorreram em razão da dificuldade de acesso dos plebeus às decisões políticas, uma vez que, no início do período republicano, a distinção entre os patrícios (provenientes de famílias de grandes proprietários de terra, que controlavam o Senado e detinham o poder político e religioso) e os plebeus (da camada considerada inferior, que não podiam participar dos cargos eletivos, embora engrossassem as fileiras do Exército) era muito demarcada.
- b) Entre as conquistas da plebe, podem-se destacar: o direito de eleger seus magistrados, os tribunos da plebe (494 a.C.); Leis das Doze Tábuas (450 a.C.), que asseguravam a igualdade jurídica entre patrícios e plebeus; Lei Canuleia (445 a.C.), que permitiu o casamento entre patrícios e plebeus; entre outras.
3. Na sociedade romana do período, os escravos formavam a base social, o que significa que, além de representarem um setor numeroso da população, formavam a camada inferior e sustentavam Roma por meio do seu trabalho. Os cavaleiros representavam uma parte menor da população e estavam diretamente relacionados com a expansão territorial e as vantagens obtidas com esse processo: conquista de terras, cobrança de impostos e obtenção de escravos. Conseqüentemente, os cavaleiros representavam a nova força econômica e política de Roma, aproximando-se da classe dos *nobilitas*. Plebeus e cidadãos livres romanos, como artesãos, comerciantes e pequenos proprietários de terra, diminuíram sua participação na composição social romana durante o período imperial, pois muitas das suas atividades foram incorporadas pelos escravos. No topo da hierarquia social estavam os patrícios, famílias nobres que, apesar de representarem uma pequena parcela da população, detinham a maior parte do poder político em Roma.

Pensando criticamente

120

4. a) Os combates entre gladiadores eram o espetáculo mais famoso das arenas romanas. Esses homens eram em sua maioria escravos. No entanto, ao analisar a imagem, é possível concluir que os homens representados não eram gladiadores, porque suas vestimentas, a falta de armas em suas mãos e seu porte físico, por exemplo, não se encaixam na descrição dos gladiadores. Além de gladiadores, escravos inimigos que não eram gladiadores e os cristãos também eram utilizados nas arenas. Os cristãos, que sofreram perseguições durante o Império Romano, tinham como uma das formas de punição enfrentar nas arenas de espetáculos, à vista e para o entretenimento da população romana, animais selvagens e guerreiros, resultando na morte quase certa dos cristãos.
- b) Espera-se que os alunos identifiquem a associação da eleição nos moldes dos sistemas democráticos contemporâneos ao cenário típico do Império Romano. Durante o Império Romano, os cargos do governo eram ocupados por pessoas indicadas pelo imperador.

As assembleias, representantes dos cidadãos romanos, não tinham poder efetivo. Espera-se também que os alunos identifiquem que o efeito humorístico da charge é resultado da relação de um elemento político contemporâneo, as eleições, ao contexto romano na Antiguidade, pois ela garante o efeito cômico da cena, na qual os homens na arena acreditavam ser bom viver em um regime não democrático, pois assim não seriam obrigados a participar de atividades cívicas, no caso, combater leões, a cada quatro anos.

5. a.

6. a) Significa que os bizantinos não eram um povo com a mesma origem, mas um conjunto de povos que compartilhavam uma língua, uma religião, adotavam símbolos e padrões de uma cultura própria e estavam sob um mesmo governo.

b) Parte do território do Império Bizantino foi conquistada durante a expansão militar da República romana. Quando o Império Romano foi dividido por Teodósio, Grécia, Egito e Anatólia já faziam parte do território que passou a ser conhecido como Império Bizantino e esses locais já possuíam uma grande diversidade de indivíduos de diferentes origens em seu interior. Além disso, o Império Bizantino, em especial a cidade de Constantinopla, ocupava um local geográfico estratégico, rota de comércio. Assim, comerciantes vindos de diversas localidades chegavam à cidade para ter acesso à variedade de produtos comercializados na região. Por causa dessa pungência, Constantinopla atraiu inúmeros estrangeiros, que passaram a residir aí. A desagregação do Império Romano do Ocidente pode ter contribuído também para atrair pessoas, uma vez que Bizâncio era um local de constância política e econômica em um mundo cada vez mais caótico e fragmentado.

Investigando

120

7. A parte da Constituição Brasileira de 1988 que se refere ao assunto é a seguinte:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...]

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política [...];

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; [...].”

Com base na leitura do documento, é possível iniciar um debate em sala de aula sobre a relação do Estado brasileiro

com as diversas religiões e a relação entre as diferentes religiões na sociedade brasileira, sempre buscando a promoção de uma atitude de respeito e tolerância.

◆ Questões do Enem e de vestibulares

122

1. a) A cidadania, como usufruto de direitos e prática de deveres, era restrita no período clássico. Para ser cidadão ateniense pleno era necessário ser homem, livre, maior de idade e filho de pais atenienses.

b) Os metecos tinham direitos e deveres limitados. Podem ser citados como parte de seus deveres: pagar impostos, servir no Exército e obedecer às leis da cidade. Entre os direitos, destacam-se o direito de exercer atividades comerciais e o de ter propriedades.

2. c.

3. d.

4. Soma: $02 + 04 + 16 = 22$.

5. a.

6. e.

7. a.

Capítulo 8

A Europa medieval e a civilização islâmica

124

◆ Conversando sobre

124

1. Tanto a imagem quanto o texto apresentam influências do mundo medieval no nosso cotidiano. O *boffering* é uma parte do *swordplay*, uma prática que simula duelos e combates medievais europeus: vestuário, posicionamento dos “combatentes”, armas (confeccionadas em PVC e espuma de alta densidade) etc. Por sua vez, o texto do historiador Hilário Franco Júnior apresenta práticas e criações medievais que permanecem no nosso cotidiano: contabilizar os anos a partir do nascimento de Cristo, o livro etc.

2. O objetivo da questão é que os alunos reflitam sobre a influência árabe e/ou islâmica no mundo ocidental, em geral pouco conhecida. Entre os argumentos possíveis, pode-se citar que muito dessa falta de reconhecimento se dá pela falta de informação, a não divulgação (seja pelas escolas, seja pela grande mídia) dessa contribuição ou de aspectos positivos relacionados ao mundo islâmico. Ao debater a questão sobre informação, vale esclarecer a diferença entre árabe e muçulmano. Além da falta de informação, é possível relacionar a falta de reconhecimento da influência islâmica na cultura Ocidental ao preconceito em relação aos muçulmanos. Preconceito que se acentuou quando dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e tem-se intensificado por causa das ações de grupos fundamentalistas islâmicos que praticam o terrorismo, como o Boko Haram, na Nigéria, e o Estado Islâmico, que atua no Iraque e na Síria. Vale destacar que os grupos extremistas não correspondem à maioria dos adeptos da religião. A grande mídia no Ocidente divulga principalmente notícias negativas relacionadas ao islã, intensificando o preconceito, o que alimenta a ideia do senso comum de que a cultura islâmica é atrasada e bárbara.

3. É provável que os alunos citem a influência da estética medieval na literatura, produções cinematográficas e jogos de videogame. O texto do professor Hilário Franco Júnior, disponível na íntegra na internet, fornece outros exemplos de criações medievais presentes no nosso cotidiano: cintos fechados com fivelas (antes eram amarrados), botões, óculos, roupas íntimas, entre outros. Quanto à influência islâmica, além da álgebra e dos alimentos citados no texto, podem-se citar os algarismos arábicos, a cartografia, estudos de óptica e astronomia, além dos estudos do médico, astrônomo e filósofo Averróis (1126-1198), que, além de ser o responsável pela retomada do pensamento aristotélico no Ocidente cristão, defendia a desvinculação entre religião e ciência.

◆ Trabalhando com fontes

141

- Trata-se de um documento iconográfico, uma iluminura, pintura produzida no século XV para ornamentar a página de um livro intitulado *Crônica universal*, de autoria de Jean de Courcy.
- Na parte superior da imagem é possível perceber que a pintura ocupa, provavelmente, a parte superior da página. Na parte inferior da imagem, é possível perceber as primeiras linhas do texto.
- a) No centro da imagem o artista representou o produto do saque, os tesouros (moedas, objetos de ouro) que os cruzados encontraram após conquistarem a cidade de Jerusalém em 1099, ao final da Primeira Cruzada.
b) Todas as personagens que podemos distinguir na cena são guerreiros europeus, o que é perceptível pelas suas vestes e armaduras. As roupas de alguns e as tendas ao fundo têm como ornamentação a flor-de-lis, um símbolo da monarquia francesa. É interessante notar a ausência dos moradores da cidade de Jerusalém na época, em sua maioria árabes e judeus.
c) A característica mais evidente é a fortificação da cidade: a muralha com torres delimita sua área. As inúmeras edificações representadas, muitas delas com torres, sugerem que se trate de uma cidade grande. Os detalhes dourados nas construções e os tesouros à porta da cidade são indícios da riqueza do lugar.
d) A busca por riquezas.

◆ Atividades

146

Explorando o conhecimento

146

1. À medida que a crise de Roma se aprofundava, iniciou-se a prática do colonato, que consistia em fixar trabalhadores livres em grandes propriedades. Os colonos perdiam a autonomia, pois não podiam deixar a propriedade, mas ganhavam proteção e garantiam a subsistência. Os romanos inspiraram a organização da hierarquia da Igreja Católica e também o ideal de Estado do Império Carolíngio: expansionismo e centralização do poder. Por sua vez, a tradição guerreira dos germanos, por exemplo, influenciou as relações (laços) entre senhores e guerreiros. As influências mútuas entre essas culturas deram origem ao sistema feudal.

2. O islã, ou islamismo, é uma religião monoteísta surgida no século VII, na Península Arábica, embasada nos ensinamentos do profeta Maomé. Os fundamentos do islamismo estão no *Alcorão*, livro sagrado no qual, segundo a tradição, estão registradas as revelações de Deus (*Allah*) feitas a Maomé pelo arcanjo Gabriel. A religião muçulmana tem cinco princípios fundamentais, os chamados cinco pilares, que devem ser seguidos por todos os seus fiéis: a crença no Deus único (*Allah*) e em Maomé como seu profeta, a oração cinco vezes ao dia, a caridade, o jejum no mês do Ramadã (mês sagrado) e a peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida (para aqueles que tiverem condições físicas e econômicas).

Pensando criticamente

146

3.e.

- a) Jerusalém é considerada uma cidade sagrada pelos cristãos, pois lá Jesus Cristo viveu os últimos anos de sua vida, peregrinou, foi julgado, condenado à morte na cruz e sepultado. Durante toda a Idade Média, e até o presente, é um importante centro de peregrinações dos cristãos. Esteve sob o domínio dos cristãos ortodoxos (Império Bizantino) até o século XI, quando a região foi conquistada pelos turcos seldjúcidas, o que motivou a organização de expedições militares no Ocidente cristão para recuperar a cidade.
b) O movimento das Cruzadas foi organizado sob o aval da Igreja Católica e teve como grande justificativa a reconquista da cidade de Jerusalém para a cristandade.
c) Além da reconquista de Jerusalém, a conquista de terras, honras e riquezas estimulavam os cruzados. Os mecanismos de transmissão hereditária de terras e títulos de nobreza medieval (ao filho primogênito) explicam em parte porque tantos aristocratas aventuravam-se nas Cruzadas, pois o movimento era uma oportunidade de conseguirem terras e títulos que não obteriam por não serem os herdeiros legítimos em seus feudos de origem.
- a) O texto permite identificar a rotação trienal de culturas, que previa deixar o terreno em descanso por um ano, adubado pelo esterco dos animais: “era essencial manter a sua fertilidade, deixando-o descansar de vez em quando, estrumá-lo e ará-lo”. O texto também faz referência aos animais de tração e ao arado, que estavam relacionados ao uso da charrua, outra inovação tecnológica do período.
b) Com o crescimento da produtividade, aumentou-se a oferta de alimento, favorecendo o crescimento populacional; além de gerar excedentes agrícolas que propiciaram a revitalização das atividades comerciais, dinamizando a economia e impulsionando a urbanização do Ocidente europeu.

Investigando

146

6. Segundo o último censo oficial realizado pelo IBGE, em 2010, a população brasileira era composta de 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens, ou seja, as mulheres superavam em mais de 3,9 milhões o número de homens no país. No entanto, no mesmo ano de 2010, apenas 44 dos 513 deputados federais eram mulheres. O número de senadoras era de 17, num total de 81 senadores. As

mulheres, apesar de serem a maioria da população, não são representadas por congressistas de seu próprio gênero. Partindo de um exemplo palpável como o anterior, a pesquisa é uma oportunidade para discutir o papel da mulher na sociedade. Assim, o objetivo da atividade é propor a reflexão de que a condição da mulher, em qualquer sociedade, não é proveniente da natureza, mas se trata de uma construção histórica. Segundo o historiador Michel Rouche, o olhar que a Igreja lançava sobre a sociedade revela o desejo de manter as pessoas tementes às leis do clero, o controle da conduta moral e a garantia da procriação de filhos legítimos, gerados dentro da sagrada instituição do casamento. Ainda hoje, no mundo contemporâneo, em muitos núcleos sociais, espera-se que a mulher obedeça a certos valores morais, que se case e seja boa mãe. Ainda hoje, as mulheres que priorizam o trabalho ou assumem sua liberdade sexual sofrem preconceitos, como se estivessem contra a natureza de ser mulher ou contra as leis divinas. Lamentavelmente, o preconceito é fator gerador de violência, inclusive dentro de casa. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon, seis em cada dez brasileiros conhecem alguma mulher vítima de violência doméstica (disponível em <<http://agenciapatriaciagalva.org.br/violencia/noticias-violencia/destaques-da-pesquisa-percepcoes-sobre-a-violencia-domestica-contra-a-mulher-no-brasil-instituto-avonipsos>>. Acesso em 5 dez. 2015.). A Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, entrou em vigor em setembro de 2006, prevenindo penas mais duras para os agressores de mulheres no âmbito doméstico. Quanto ao mercado de trabalho, apesar de avanços significativos nas últimas décadas, os índices ainda mostram desigualdade entre os gêneros. Segundo dados divulgados pelo IBGE em 2013, 62,2% das mulheres trabalhadoras tinham carteira de trabalho assinada e os homens, 65,7% (disponível em <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho/categoria-do-emprego-e-sexo.html>>. Acesso em 5 dez. 2015.). A socióloga Cristina Bruschini, renomada pesquisadora da área de estudos de gênero, que se dedicou ao estudo da mulher no mercado de trabalho brasileiro, apontou que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, entre outros fatores, deve-se às mudanças demográficas (queda da taxa de fecundidade, redução do tamanho das famílias e aumento de domicílios chefiados por mulheres), às alterações culturais e educacionais (expansão da escolaridade entre as mulheres, adoção de novos padrões de comportamento sexual, mobilização das cidadãs em defesa dos seus direitos) e também às mudanças econômicas (os rendimentos das mulheres tomaram-se cada vez mais importantes para os orçamentos familiares das camadas mais pobres). Segundo a pesquisadora, o perfil das trabalhadoras também foi se alterando. A partir da década de 1980, nota-se um aumento das trabalhadoras mais velhas. Contudo, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos. Para saber mais sobre o trabalho da socióloga, consulte o site <www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>, acesso em 5 dez. 2015. O tema das pesquisas pode ser dividido entre os grupos, e o trabalho pode ser desenvolvido em parceria com o professor de sociologia.

7. Atividade de pesquisa em grupo que pode ser trabalhada com o professor de biologia. Segundo o Ministério da Saúde, a dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima

que entre 50 e 100 milhões de pessoas infectam-se anualmente, em mais de 100 países, de todos os continentes, exceto a Europa. O Brasil alcançou o pico de casos notificados da doença em 2013, quando as notificações chegaram a mais de 1 milhão e 400 mil (disponível em <<http://portal.saude.gov.br/images/pdf/2015/julho/29/Dengue-at-2014.pdf>>. Acesso em 5 dez. 2015.), confirmando a tendência de aumento da incidência que é verificada desde o final da década de 1990 com a introdução de um novo sorotipo (dengue 3) e do aumento nos casos de febre hemorrágica de dengue (FHD). O controle da transmissão do vírus da dengue exige um esforço de toda a sociedade. Por isso, são prioritárias ações como a elaboração de programas permanentes, uma vez que não existe nenhuma evidência técnica de que a erradicação do mosquito seja possível a curto prazo. O combate deve englobar o desenvolvimento de campanhas de informação e mobilização das pessoas, de maneira que se crie o envolvimento de toda a sociedade na manutenção do ambiente doméstico livre de potenciais criadouros do vetor; a integração das ações de controle da dengue na atenção básica, com a mobilização dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e Programas de Saúde da Família (PSF); a utilização de instrumentos legais que facilitem o trabalho do poder público na eliminação de criadouros em imóveis comerciais, casas abandonadas etc. A doença não é transmitida de pessoa para pessoa. Seu principal vetor é o mosquito *Aedes aegypti*, que possui o seguinte ciclo de vida: a fêmea do mosquito deposita seus ovos em recipientes com água limpa e parada. Em poucos dias, os ovos dão origem a larvas, que se transformam em pupas e, posteriormente, em mosquitos adultos. Ao picar uma pessoa já contaminada com o vírus da doença, o mosquito infecta-se e passa a transmiti-lo a pessoas saudáveis. É importante lembrar-se de que apenas a fêmea pica, pois ela necessita de sangue para maturar seus ovos. Além disso, os ovos do *Aedes aegypti* podem suportar até 450 dias fora da água. Essa é uma das razões para a difícil erradicação do mosquito. Os sintomas da dengue são febre, dor de cabeça, no corpo, nas articulações e atrás dos olhos. Dificilmente a doença provoca a morte da pessoa infectada. No entanto, uma segunda infecção com outro tipo de vírus provoca a dengue hemorrágica, forma mais grave da doença, que pode levar à morte. O tratamento é de suporte, ou seja, de alívio dos sintomas da doença. A pessoa deve manter-se em repouso, beber muito líquido (inclusive soro caseiro) para evitar a desidratação e só usar medicamentos prescritos pelo médico para aliviar as dores e a febre. Ao ser observado o primeiro sintoma, deve-se buscar orientação médica no posto de saúde ou hospital mais próximo.

Capítulo 9 Consolidação das monarquias na Europa moderna

148

◆ Conversando sobre

148

1. Por ser uma monarquia parlamentarista, a rainha britânica exerce a função de chefe de Estado da Inglaterra e de vários outros países que compõem a Comunidade Britânica (entre eles o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul). Além disso, a rainha ainda ocupa as funções de chefe das Forças Armadas britânicas e chefe da Igreja Anglicana.

2. Resposta pessoal. A monarquia britânica é uma das mais antigas ainda em vigor no Ocidente. Entre os britânicos, ela é bastante popular – aprovada por cerca de 77% da população – e representa um símbolo de tradição e poder. O que torna a família real britânica tão popular e famosa em todo o mundo é a grande exposição na mídia mundial. Nos últimos tempos, o casamento do príncipe William, herdeiro do trono, e o nascimento de seus filhos, George e Charlotte, repercutiram em toda a imprensa mundial. E, apesar de gerar um enorme custo para os cofres públicos do país, a manutenção da monarquia gera dividendos ainda maiores; ou seja, para a Inglaterra, a manutenção do regime monárquico é, atualmente, um excelente negócio.

◆ Texto complementar

156

1. Anderson afirma que a classe dominante durante a fase inicial da época moderna era a mesma da época medieval: a aristocracia feudal, os “proprietários” das terras. Segundo ele, as mudanças ocorridas durante a transição do feudalismo para as monarquias nacionais absolutistas promoveram metamorfoses na nobreza feudal, sem, contudo, desalojá-la do poder.
2. O autor afirma que a ascensão de governos absolutistas promoveu a instauração de exércitos regulares, burocracia permanente, sistema tributário nacional, uniformização das leis e da justiça e os primórdios de um mercado unificado, medidas, segundo ele, eminentemente capitalistas que, em teoria, promoveriam mudanças nos círculos de poder. No entanto, Anderson afirma que, mesmo com essas mudanças, as relações feudais no campo não desapareceram. A dependência pessoal dos antigos servos em relação a seus senhores, a coerção econômica e a associação desses trabalhadores com seus instrumentos de produção, ou seja, suas ferramentas de trabalho, continuaram existindo. Mesmo com o fim dos impostos pagos em forma de trabalho – como a corveia –, transformados em pagamento em dinheiro, o trabalhador continuou vinculado à terra. Segundo o autor, como a posse da terra permaneceu nas mãos da aristocracia e o trabalhador rural seguiu “preso” a ela (mesmo após o fim do regime de servidão), as relações de trabalho permaneceram feudais, e a aristocracia permaneceu como classe social dominante.
3. De acordo com o autor, o Estado seria “um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado”, um instrumento de dominação com uma nova configuração política. Sua função, portanto, seria a mesma exercida pela nobreza durante a época medieval: manter as massas camponesas em sua posição social tradicional.

◆ Atividades

157

Explorando o conhecimento

157

1. a) O Estado nacional, também chamado Estado moderno, caracterizou-se pela associação entre o poder político soberano e um único Exército nacional, um sistema monetário único, uma legislação única, tendo em vista um território definido pelas fronteiras. Muitas vezes essa fronteira representa a unidade cultural (da língua e da religião) desse Estado.

- b) Poder soberano, território definido e moeda única.
 - c) No feudalismo, o poder político caracterizou-se pela fragmentação, resultado do equilíbrio de poder entre diversos senhores feudais, os quais, entretanto, não possuíam organização para impor um sistema político de Estado em seu território. Com o aparecimento dos Estados modernos, a maioria da população passou a se identificar com o poder soberano, surgindo a ideia de nacionalidade subordinada ao poder político.
2. O Estado é uma entidade política, pode ser composto de mais de uma nacionalidade. Já a nação é uma concepção que considera a identidade cultural de um povo, baseada em tradições, valores, história. Este povo pode ou não constituir um Estado, como era o caso das nações indígenas antes da chegada de Cabral.
 3. Para a burguesia o processo de centralização do poder significou a formulação de leis favoráveis, com a proteção ao desenvolvimento do comércio e maior segurança na circulação de mercadorias, além do investimento estatal em atividades mercantis, como foi o caso em Portugal. Para a nobreza, a centralização do poder permitia a repressão das revoltas camponesas e o início de uma vida cortesã, ligada a privilégios e cargos públicos.
 4. A luta dos cristãos para expulsar os muçulmanos da Península Ibérica engendrou a formação de reinos autônomos, como Portugal. Os reinos de Castela e Aragão, por exemplo, unificaram-se, por meio de casamentos entre seus soberanos, dando origem à Espanha.
 5. a) A Carta Magna – documento assinado em 1215 pelo rei João I, conhecido como João Sem Terra – estabelecia os limites do poder real, fixando os direitos e deveres da monarquia e de seus súditos. Os reis não poderiam aumentar impostos ou alterar as leis sem a aprovação do Grande Conselho, instituição que daria origem ao Parlamento no século XIII.
 - b) O Parlamento inglês era bicameral, constituído pela Câmara dos Lordes, que reunia membros da alta nobreza e do alto clero da Igreja, estes escolhidos pelo rei, e pela Câmara dos Comuns, formada por elementos da baixa nobreza (*gentry*) eleitos pelo voto censitário (voto vinculado à renda do eleitor).
 6. Alguns teóricos absolutistas defendiam a ideia de que a legitimação jurídica do poder dos reis estava assentada na religião. Segundo esses autores, o rei seria o representante de Deus na Terra, sendo, portanto, desnecessária a existência de qualquer outro órgão governamental, pois o rei possuía autoridade sobre todos os homens governados por ele. Os principais representantes dessa teoria são os franceses Jean Bodin e Jacques Bossuet.
 7. a) Para Maquiavel, o poder dos governantes era baseado na conciliação entre *virtù* e *fortuna*. Segundo Hobbes, era necessário estabelecer um contrato social, em que um governo forte seria capaz de manter a ordem e a segurança nacional. Para Bossuet, a legitimação do poder do governante era encontrada na teoria do direito divino, em que o monarca é o representante de Deus na Terra.

Pensando criticamente

157

b) Os governos absolutistas do passado eram legitimados por Deus, pela linhagem familiar dos nobres e, sobretudo, pelo poder autoritário dos reis. A atuação política se dava independentemente da vontade do povo. Nas sociedades democráticas contemporâneas, o poder do governo é legitimado pelo voto da população e a representação de seus interesses.

8. Esta atividade interdisciplinar deve associar a noção de transformação do espaço à construção histórica do homem. O ideal seria desenvolver a atividade com o professor de geografia, que poderá esclarecer aspectos da confecção de mapas: projeção cartográfica, definição de escalas, utilização de legendas etc. É importante orientar a pesquisa nos atlas geográfico e histórico, que serão utilizados como referências para a produção dos alunos. Eles devem compreender a importância da cartografia para a análise dos espaços, para a ação política dos governos, para a execução de projetos científicos, arquitetônicos, ambientais etc., assim como para a análise histórica, quando esses documentos servem de fontes. A análise solicitada nesta atividade aborda aspectos estudados neste capítulo e nos capítulos 7 “O esplendor de Roma e a civilização bizantina” e 8 “A Europa medieval e a civilização islâmica”, proporcionando uma visão integrada da história europeia e fornecendo elementos para a reflexão sobre a atual configuração social e política da Europa. O texto produzido pelos alunos deve abordar: a questão do poder político e militar do Império Romano, que ampliou suas fronteiras ao incorporar as províncias conquistadas, disseminando a cultura greco-romana; as conquistas de Carlos Magno, que, com o apoio da Igreja e de um estruturado Exército, redefiniu o território sob o poder dos francos; a fragmentação do Império Carolíngio após a morte de Carlos Magno; e as guerras entre os reinos durante a modernidade, que redefiniram mais uma vez as fronteiras europeias, resultando na formação de diversas nações, cujos povos apresentam uma identidade comum (história, língua, cultura).

Investigando 157

9. É importante que os grupos elejam vários países diferentes para perceber que o regime monárquico continua presente ainda hoje no mundo, mas com as mais variadas configurações. Eles poderão, portanto, escolher entre as monarquias parlamentares, como as europeias (Grã-Bretanha, Espanha, Holanda etc.); as monarquias “semiparlamentares”, como no Marrocos; as monarquias eletivas, como o Vaticano e a Malásia; e as “ainda” monarquias absolutistas, como a Arábia Saudita (que também é teocrática).

◆ Questões do Enem e de vestibulares 159

1. e.
2. c.
3. d.
4. d.
5. a) As Cruzadas tiveram múltiplas motivações. A questão solicita a identificação de motivações econômicas e

políticas. Entre as econômicas, poderiam ser mencionadas: a conquista de territórios, a abertura de rotas comerciais em direção ao Oriente e a realização de saques. Como motivações políticas, podiam ser citadas: a tentativa de fortalecimento do papado diante do Império Bizantino e do cristianismo ortodoxo; o estabelecimento do antagonismo religioso dos cristãos em relação ao poder islâmico; e as questões relacionadas à expansão demográfica, que demandava novos domínios territoriais.

b) O grupo social que liderou o movimento foi a nobreza e, valendo-se do relato do cronista, depreende-se que a vontade divina estaria sendo cumprida pela aplicação de castigos, punições e vingança contra os que teriam invadido os lugares considerados sagrados pelos cristãos e blasfemado contra sua fé.

6. a.
7. c.
8. c.
9. c.
10. b.
11. e.

Capítulo 10 Renascimento e as reformas religiosas 162

◆ Conversando sobre 162

1. O texto discute o fascínio que uma pintura produzida no início do século XVI, a *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci, desperta nas pessoas até os dias de hoje. A imagem mostra uma releitura dessa mesma pintura, um mosaico produzido no ano de 2011. Texto e imagem expressam, portanto, a popularidade da pintura de Leonardo da Vinci na atualidade.
2. O texto relaciona a popularidade da obra às técnicas inovadoras empregadas por Da Vinci em uma obra de dimensões relativamente pequenas (77 cm × 53 cm), o que a tornou uma referência da arte renascentista e um marco para a pintura. Entre essas técnicas, podemos citar a perspectiva, muito utilizada pelos artistas do Renascimento para produzir o efeito de profundidade, e o *sfumato*, técnica desenvolvida por Da Vinci que consiste em esfumçar os contornos das imagens, evitando a rigidez dos traços. Sobre a importância da técnica do *sfumato* para a arte, ver texto nas orientações específicas para o capítulo no Suplemento para o professor.
3. O texto refere-se ao Renascimento, um movimento cultural que gerou grandes transformações na Europa não apenas nas artes, mas também no campo das ciências e da política. Incentivar os alunos a recordar outros nomes de artistas renascentistas, possivelmente estudados ao longo do ensino fundamental, como Michelangelo, Rafael Sanzio etc.

◆ Trabalhando com fontes 171

1. Trata-se do trecho de um tratado teológico, retirado do livro *A instituição da religião cristã*. Ele foi escrito pelo líder

reformador João Calvino, publicado pela primeira vez em 1536, e revisado e ampliado em 1559.

2. O texto expressa a ideia de que a salvação da alma é uma graça divina. Não há nada que os fiéis possam fazer para obtê-la. Eles simplesmente foram, ou não, predestinados por Deus a alcançá-la. As boas obras e uma vida virtuosa são recomendadas aos fiéis, mas elas não garantem o acesso à vida eterna.
3. Segundo Calvino, os fiéis não devem se deixar levar pela curiosidade e procurar entender os desígnios de Deus, devem apenas aceitá-los. A procura do entendimento é vista como perigosa e danosa para a manutenção da fé. A predestinação deve permanecer como um mistério, pois seu conhecimento é uma prerrogativa divina.
4. O objetivo da proposta é comparar as religiões com base nos elementos do trecho selecionado. No texto é possível identificar algumas crenças fundamentais do cristianismo, e, portanto, comuns a todas elas: a existência de um único Deus, o mistério da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo); a ideia de que os homens são pecadores; a crença na possibilidade de salvação da alma; e o valor religioso das Sagradas Escrituras, a *Bíblia*. Em comum com o luteranismo podemos identificar, ainda, a valorização da palavra de Deus, expressa nas Sagradas Escrituras, como meio de manutenção da fé.
5. De acordo com o trecho selecionado, as Sagradas Escrituras foram inspiradas pelo Espírito Santo e contêm todo o conhecimento necessário aos fiéis. Tanto luteranos quanto calvinistas incentivaram a leitura da *Bíblia*, que foi traduzida do latim para as línguas locais com essa finalidade. Em ambos os casos essa preocupação resultou na fundação de escolas onde os fiéis eram alfabetizados. Já na tradição católica a interpretação do texto sagrado permaneceu como prerrogativa do clero, que intermediava as relações entre Deus e os homens.

◆ Atividades

174

Explorando o conhecimento

174

1. O Renascimento foi um movimento intelectual e artístico original, inspirado nos ideais humanistas que valorizavam a razão e retomavam os padrões estéticos da Antiguidade clássica greco-romana. A partir do início do século XIV, esses ideais provocaram grandes transformações nos campos das artes, da ciência e da política no continente europeu. Diversos fatores contribuíram para que o movimento se iniciasse na Península Itálica: as cidades italianas haviam sido especialmente beneficiadas pela expansão comercial e pelo renascimento urbano ocorrido na Baixa Idade Média; a presença de monumentos da Antiguidade clássica tornava a cultura antiga acessível ao interesse dos italianos; além disso, os artistas e filósofos, principais agentes do Renascimento, contaram com o financiamento de pessoas ricas e poderosas, os mecenas.
2. c) O classicismo expressava a retomada dos padrões estéticos greco-romanos. O racionalismo, por sua vez, consistia na busca da verdade por meio da investigação e da experiência.

3.

Fatores que contribuíram para seu surgimento.	Entre os aspectos gerais podemos citar a expansão da vida urbana e as mudanças de valores que propiciaram o surgimento de novas formas de pensamento, como o humanismo; a formação das monarquias modernas, que ocasionou conflitos de interesses entre o poder papal e os reis que pretendiam se fortalecer como autoridades centrais. Entre os fatores imediatos estão o descontentamento com algumas práticas da Igreja Católica, como a venda de indulgências para o perdão dos pecados, as negociações em torno dos cargos religiosos e o despreparo intelectual e a vida desregada de muitos sacerdotes.
Principais centros da Reforma Protestante na Europa.	No início do século XVI, o teólogo Martinho Lutero foi o primeiro a organizar um movimento bem-sucedido contra o clero católico em territórios do Sacro Império Romano Germânico. A reforma luterana influenciou outros movimentos, como o calvinismo na Suíça e a instituição da Igreja Anglicana na Inglaterra.
Ações adotadas pela Igreja Católica diante do avanço da Reforma Protestante.	A Igreja Católica adotou uma série de medidas que visavam combater o avanço do protestantismo e disciplinar o clero. Esse movimento, conhecido como Contrarreforma ou Reforma Católica, reorganizou o Tribunal do Santo Ofício para investigar e julgar os acusados de crimes contra a fé católica (Inquisição); realizou o Concílio de Trento, no qual foram estabelecidas normas para a formação dos clérigos e para coibir abusos; e estabeleceu uma lista de livros proibidos que relacionou obras de cientistas, filósofos, poetas, romancistas e teólogos.

Pensando criticamente

174

4. a) Lutero critica duramente a venda de indulgências pela Igreja Católica. Segundo ele, o papa não tinha poder para conceder o perdão aos fiéis, e a maioria do povo estaria sendo ludibriada pela oferta de indulgências.
- b) Para Lutero, os cristãos conseguiam obter o perdão pelo arrependimento de seus pecados. Isso pode ser percebido na passagem: “qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão plena de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência”.
- c) Segundo a doutrina luterana, a fé era a única fonte de salvação, e o dogma absoluto da Igreja eram os textos da *Bíblia*, que poderiam ser livremente interpretados e traduzidos para as línguas nacionais. A doutrina luterana previa, ainda, a abolição da hierarquia eclesiástica, a criação de igrejas nacionais, a manutenção de apenas dois sacramentos (batismo e eucaristia) e a negação da transubstanciação no sacramento da eucaristia, que passou a ser visto como uma bênção sagrada no pão e no vinho (consubstanciação).
5. O desenho de Leonardo da Vinci pode ser relacionado a diversas características do Renascimento. Assim como outros artistas desse período, Da Vinci inspirou-se em um estudo desenvolvido durante a Antiguidade clássica

(no caso, pelo arquiteto romano Marcos Vitruvius) para representar as proporções ideais do corpo humano. Nesse desenho, Leonardo representou o ser humano no centro, em duas posições, revelando outra característica fundamental, o antropocentrismo. Além disso, a imagem expressa a preocupação com as medidas e as proporções do corpo, elementos associados ao racionalismo. Por fim, é possível perceber o emprego da perspectiva, técnica difundida entre os artistas renascentistas para dar profundidade à imagem.

6. a) O texto aborda a teoria heliocêntrica. Segundo essa teoria, a Terra e os demais planetas giram (fazem revoluções) em torno do Sol. Desse modo, o Sol, e não a Terra, seria o centro do Universo.
- b) Para desenvolver a teoria heliocêntrica, Copérnico observou e calculou o movimento dos astros, construindo uma explicação lógica para os fenômenos que observava. Esses estudos tiveram como base o pensamento humanista, que se caracterizou pela valorização da razão e do espírito crítico, contribuindo, assim, para o desenvolvimento científico vivenciado no período renascentista.
- c) A Igreja Católica, contrária à teoria heliocêntrica, incluiu a obra de Copérnico na lista de livros proibidos aos fiéis. Tal reação, ocorrida no contexto da Contrarreforma, está relacionada ao fato de a teoria heliocêntrica contrapor-se ao geocentrismo, teoria defendida pela Igreja, segundo a qual o Sol girava em torno da Terra. Para a Igreja, ao questionar o geocentrismo, os defensores da teoria heliocêntrica estariam questionando a Bíblia e colocando em xeque a ordenação do Universo criada por Deus.

Investigando

174

7. O objetivo da atividade é incentivar os alunos a perceberem que a intolerância religiosa é um problema que persiste na atualidade e também a refletirem sobre a importância do respeito à diversidade religiosa em nosso país. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso VI, determina que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. A Lei n. 9.459/97 estabelece pena de um a três anos de prisão e multa para o crime de “discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Além disso, a Lei n. 11.635/07 instituiu o dia 21 de janeiro como o “Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa” e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/10) reafirmou “o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana [...]” (art. 24), estabelecendo que “o poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores [...]” (art. 26). Para acessar o texto integral dessas leis, recomendamos a consulta aos seguintes endereços eletrônicos: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm>, <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11635.htm> e <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Os alunos podem apresentar diversas propostas de combate à intolerância religiosa, como a

realização de campanhas de conscientização sobre o tema e de palestras com praticantes de diferentes religiões a fim de desfazer visões equivocadas e estereotipadas que, muitas vezes, embasam atos de intolerância, a denúncia sistemática deste crime e a aplicação das penas previstas na legislação etc.

Capítulo 11 A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo

176

◆ Conversando sobre

176

1. O texto ressalta que durante a expansão ultramarina os europeus levaram do continente americano muito mais que metais e pedras preciosas. Ao mencionar a transformação de hábitos alimentares europeus com a inclusão de gêneros alimentícios originários da América (como a batata, o milho e o cacau), o autor evidencia o processo de troca cultural entre Europa e América.
2. A imagem exemplifica a permanência de alimentos de origem americana introduzidos na dieta do europeu entre os séculos XV e XVI, tema do texto. Exemplificando que alguns hábitos europeus foram herdados do processo de troca cultural ocorrido durante a expansão ultramarina europeia e a colonização da América.
3. Para incentivar o diálogo, sugerimos pedir aos alunos que citem alimentos consumidos no seu dia a dia e tentem adivinhar a sua origem (se não a souberem). Como exemplos de hábitos alimentares incorporados, podemos citar as frutas de origens asiática (maçã, pêssego, laranja, limão, caqui), egípcia (melancia), europeia (morango); e os grãos de origens asiática (arroz) e europeia (trigo, aveia, cevada). Sobre a história da biodiversidade brasileira: MIRANDA, Evaristo Eduardo de. A invenção do Brasil. *National Geographic Brasil*, ed. 86. São Paulo: Abril, maio 2007. Disponível em <<http://viajeaquibril.com.br/materias/a-invencao-do-brasil>>. Acesso em 15 dez. 2015. Vale salientar que, além de aumentar a diversidade dos vegetais, os europeus introduziram no continente americano a pecuária. É oportuno também promover uma reflexão sobre os hábitos alimentares, valorizando o consumo de alimentos saudáveis. Para mais informações sobre o tema, sugerimos o *Guia alimentar para a população brasileira* (Ministério da Saúde, 2014), disponível em <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.

◆ Aprenda mais

184

1. No infográfico, é possível identificar o escambo e o uso de moeda-mercadoria. O escambo era, de modo geral, a troca de uma mercadoria por outra, considerando a equivalência entre o valor do produto produzido e o valor do produto a ser adquirido. A moeda-mercadoria também não envolve o uso de dinheiro na troca; porém, ao contrário do escambo, um produto é tomado como unidade de valor, cumprindo a função de moeda. Como exemplo de mercadoria usada como meio de troca, temos o sal.
2. Acredita-se que as primeiras moedas que circularam no Ocidente foram produzidas na Lídia (atual Turquia) entre os séculos VIII e VII a.C. Essas moedas passaram

a ser utilizadas pelos gregos, que difundiram seu uso. A adoção da moeda foi importante, pois instituiu-se uma medida de valor comum, o que facilitou as negociações, uma vez que não havia mais a necessidade de transportar grandes quantidades de produtos e negociar a proporcionalidade de valores. Essa nova modalidade de negociação aumentou o volume de negócios, ampliou mercados e possibilitou a criação de reservas. No período medieval, a moeda propiciou o estabelecimento de um único padrão para trocas, o que tornou possível o comércio eficaz entre pessoas de diferentes países, enriquecendo o comércio. Esse enriquecimento comercial beneficiou também a população europeia, que passou a adquirir produtos que não eram nativos de seu continente, dinamizando, por exemplo, sua alimentação e, conseqüentemente, sua saúde.

3. O uso de moeda na economia, já praticado de forma recorrente na Europa Ocidental desde a Idade Média, proporcionou a formação de fundos de reserva entre os burgueses e as Coroas europeias. Esse dinheiro de reserva foi utilizado para promover as Grandes Navegações, empreendimento que demandava grande aporte financeiro. Como desdobramento do processo, a descoberta de fontes de metais preciosos na América propiciou o acúmulo de metal, uma das bases do mercantilismo, além de possibilitar a ampliação do comércio internacional, que passou a incluir o Novo Mundo. O capital gerado, que foi acumulado por algumas nações europeias, viabilizou investimentos posteriores nas fábricas, possibilitando a Revolução Industrial e, conseqüentemente, a mudança do sistema capitalista.

◆ Texto complementar

189

1. O investimento da Escola de Sagres em estudos, na aplicação das tecnologias de navegação até então desenvolvidas, no planejamento de rotas e cumprimento dos planos.
2. Porque a expansão ultramarina portuguesa foi consequência de um projeto de longo prazo, que envolveu o estudo, o aprimoramento e a aplicação de tecnologias e conhecimentos científicos e a investigação para o desenvolvimento de rotas. Ao contrário dos espanhóis, que, segundo o autor, apenas aplicaram cálculos conhecidos para empreender uma aventura rumo ao inesperado.
3. Segundo o autor, as navegações foram obras do povo luso porque resultaram de processos que envolveram diversos setores da sociedade. Ou seja, uma empreitada coletiva. A monarquia e a nobreza patrocinaram o projeto da fundação da Escola de Sagres e a contratação de intelectuais da época para a construção das embarcações; dos muitos estudiosos da área que desenvolveram objetos e técnicas de navegação; dos capitães, geralmente nobres, dos marinheiros provenientes da população mais pobre; dos comerciantes que abasteciam os barcos com víveres e se beneficiavam dos produtos obtidos nas navegações. Portugal tornou-se um reino comercial próspero em razão do sucesso de seu projeto marítimo.
4. O Brasil não tem tradição em pesquisa científica financiada por capital privado. A maioria dos institutos de pesquisa tem algum vínculo com o Estado. Na página do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (<www.mct.gov.br/index.php/content/view/full/741.html?execview=>) há uma lista com as principais instituições de pesquisa

científica ligadas ao Ministério. Entre elas, podemos citar: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), entre outros. Clicando sobre o ícone de cada um desses projetos, obtêm-se um pequeno histórico da instituição, as atividades científicas desenvolvidas por ela e informações para contato, como o site próprio da instituição. Pode-se dividir a classe em grupos e determinar sobre que instituição cada grupo pesquisará. Ao final, os resultados podem ser apresentados à classe para que os grupos troquem informações. Exemplo:

Instituto: Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE (<www.cetene.gov.br>).

Áreas de atuação: Biotecnologia, Microeletrônica e Nanotecnologia. O instituto desenvolve projetos relacionados a biocombustíveis, integração de circuitos e sistemas, estudo de microrganismos e sistemas que usam nanotecnologia.

Áreas de atuação dos profissionais envolvidos: ciências biológicas, engenharia química, biomedicina, química, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e engenharia da computação.

Projetos em desenvolvimento: alguns exemplos retirados do site da instituição: 1. Aproveitamento de resíduos da agricultura para produção de biogás: contribuir com os levantamentos e a pesquisa de resíduos potencialmente produtores de biogás provenientes da agroindústria brasileira. 2. Aplicação de bactérias promotoras de crescimento na aclimatização de mudas micropropagadas de cana-de-açúcar: a cana-de-açúcar é uma cultura que demanda grande quantidade de fertilizante industrial, o que ocasiona o aumento considerável dos custos de produção. No entanto, é uma cultura que apresenta baixa resposta à adubação nitrogenada. A interação de alguns microrganismos com as plantas, a exemplo de algumas bactérias, é um sistema natural de reposição do nitrogênio que vem funcionando em substituição à adubação nitrogenada comercial em diferentes regiões produtoras de cana-de-açúcar no mundo. Esse projeto visa identificar isolados bacterianos potencialmente fixadores de nitrogênio para serem inoculados em mudas. 3. Estudo da corrosão influenciada por microrganismos (CIM) no complexo portuário de Suape (PE): visa avaliar os problemas causados por biocorrosão em substratos metálicos e a prospecção de biocidas alternativos (não poluentes) para utilização como medida de controle da corrosão influenciada por microrganismos no porto de Suape. 4. Sistemas auto-organizados como direcionadores da formação de nanopartículas metálicas em formulações para tratamento de cáries: visa à formação de nanopartículas metálicas em formulações odontológicas que possibilitem a liberação controlada de princípios ativos para o combate à cárie e outros problemas bucais. É possível identificar que todas essas pesquisas contribuem de alguma forma para a sociedade, seja pelo investimento em novas formas de bioenergia – reduzindo o efeito estufa por exemplo –, seja pelo tratamento de moléstias individuais, como a cárie.

Explorando o conhecimento

1. Para a Europa, a expansão ultramarina impulsionou o desenvolvimento comercial dos reinos atlânticos (Portugal, Espanha, França, Inglaterra), o declínio do comércio italiano, o desenvolvimento do mercantilismo, a introdução de gêneros alimentícios no continente, como a batata, o milho, entre outros. Para a América, o processo resultou na aculturação e na destruição das culturas ameríndias por meio de doenças e de guerras; a introdução de gêneros alimentícios, como cereais e frutas, e de animais, como o cavalo, a galinha e a cabra.
2. O Tratado foi um acordo entre Portugal e Espanha, mediado pela Igreja, sobre a divisão das terras do Novo Mundo. A Igreja, apesar de não ter mais o mesmo poder que tinha na Idade Média, ainda era a instituição mais forte da Europa, que validava a existência de diversos reinos europeus e de suas respectivas monarquias. Assim, coube à Igreja inferir sobre a disputa diplomática entre os dois reinos católicos: Espanha e Portugal, que disputavam a posse dos territórios recém-descobertos na América. Quanto à motivação do Reino de Portugal, atualmente alguns historiadores acreditam que o interesse dos portugueses residiria na manutenção do monopólio das rotas de navegação do Atlântico Sul, que acreditavam ser essenciais para o comércio com as Índias.

Pensando criticamente

3. a) O mapa destaca o contorno do litoral brasileiro, a foz e o Rio da Prata, as montanhas no canto esquerdo do mapa indicando o início das cordilheiras e o início do conjunto das ilhas caribenhas.
- b) O artista procurou representar os contornos das regiões de forma mais fidedigna possível. Também localizou corretamente a existência de florestas e das cordilheiras. Contudo, nota-se que a representação da fauna nativa reproduz relatos fantasiosos associados ao imaginário europeu. Essa representação do imaginário no mapa fica ainda mais evidente com a presença de elementos como monstros e bestas marinhas.
- c) Comparando o mapa do século XVI com um atual, é possível identificar que Diego Homem representou a costa do Brasil de forma mais precisa. Nesse mapa foi contemplada a região Nordeste do Brasil quase em sua totalidade. A região Sudeste e a Sul do Brasil atual também estão presentes, porém só seu litoral. Não existe divisão, nessa representação, entre Brasil e Uruguai. A divisão nesse mapa é física (Rio da Prata), e podemos visualizar o início do território da atual Argentina. A Amazônia também é representada no mapa, sem sua divisão política atual. Assim, o mapa de Diego Homem contempla os atuais: Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.
4. a) As péssimas condições sanitárias nos navios e a falta de alimentos, que, muitas vezes, eram consumidos em estado de decomposição.
- b) Escorbuto é uma doença causada pela deficiência de vitamina C (ácido ascórbico) no organismo. Os principais sintomas são inflamação e sangramento da gengiva, com consequente perda dos dentes, inflamação e dor nas articulações, queda de cabelos, entre outros. Em

muitos casos a doença desencadeia um quadro de anemia por causa das hemorragias. O tratamento é feito por meio da reposição de vitamina C no organismo. Porém, a quantidade pode variar bastante de caso a caso. A ingestão correta de ácido ascórbico precisa ser feita por cerca de um a três meses. Após esse período, muitos sintomas já começam a apresentar melhora.

- c) O objetivo da questão é provocar a reflexão acerca da importância de procedimentos relacionados à higiene e limpeza, que hoje consideramos comuns, mas que não faziam parte do cotidiano europeu dos séculos XV e XVI. Justamente por isso, é importante orientar os alunos para que não façam julgamento de valor. Produtos de limpeza como desinfetantes, utilizados de forma corriqueira hoje, mas inexistentes na época, ajudariam a conter a proliferação de germes e bactérias, e o ambiente limpo afastaria as pestes. Em relação à alimentação, produtos desenvolvidos com o advento da industrialização, como a geladeira, conservariam os alimentos *in natura* por grandes períodos e, dessa forma, os marinheiros não precisariam alimentar-se de biscoitos e produtos estragados.

5. a.

Investigando

6. O encontro entre o europeu e o indígena americano no contexto dos descobrimentos foi marcado, de modo geral, pelo estranhamento e pela intolerância. Naquele momento, para o europeu, existia apenas uma única verdade, Cristo. Aceitar que outros povos tivessem outra concepção de mundo era absolutamente impensável para o europeu da Idade Moderna. Assim, o europeu encarava o indígena de duas formas: ou como uma criança, que ainda seria instruída na verdade, encontrando Cristo e a salvação; ou como o demônio, o herege sem Deus. O processo de conversão do indígena era importante para os reinos europeus, pois tornava a conquista do continente legítima, assim como sua posse do novo território. Para a Igreja, a conquista era importante porque reforçava seu poder sobre a cristandade, ameaçada de forma considerável pela primeira vez pela Reforma Protestante. Se o catolicismo encontrava-se ameaçado na Europa, perdendo antigos fiéis para o protestantismo, a Igreja via na América a possibilidade de manter seu poder ao conquistar toda a população de novos fiéis. Para maiores informações sobre o assunto, indicamos os seguintes links: <www.seminariodehistoria.ufop.br/t/thiago_henrique_mota_da_silva.pdf> e <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000100002&script=sci_arttext>. Acessos em 16 dez. 2015. Em 2015, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), acredita-se que existiam pelo menos 77 grupos de índios isolados, todos vivendo na parte brasileira da floresta amazônica. Desses, 24 grupos já foram confirmados pela Funai. A maioria encontra-se no Acre e no sul do Amazonas. Além desses, imagens de satélite documentaram a existência de pelo menos 500 pessoas vivendo na fronteira amazônica do Brasil com o Peru. Mais informações por meio dos links: <www.survivalinternational.org/povos/indios-isolados-brasil>; <<http://pt.mongabay.com/2015/10/imagens-de-satelite-oferece-nova-visao-de-comunidades-amazonicas-isoladas>>. Acessos em 16 dez. 2015.

◆ Conversando sobre

192

1. Segundo estudiosos do tema, a perseguição a essas religiões tem origem em nosso passado escravista e seria reflexo, sobretudo, das políticas de embranquecimento da população brasileira promovidas pelo governo imperial e pelos primeiros governos republicanos, que desqualificavam tudo o que se referisse a tradições de origem africana presentes na cultura brasileira. Forçados a se converter ao catolicismo, africanos escravizados passaram a cultuar entidades e deuses de suas religiões tradicionais “disfarçados” de santos católicos, numa tentativa de preservar suas crenças e manter sua identidade. Ao longo do tempo, mudanças importantes ocorreram na sociedade brasileira, como o fim da escravidão, a laicização do Estado e a garantia de liberdade de culto a todos os seus cidadãos. No entanto, as religiões de matriz africana, por estarem associadas a pessoas pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, sobretudo ex-escravos, continuaram sendo vítimas de perseguição religiosa. Mesmo com a garantia da liberdade de culto assegurada pela Constituição de 1891, o primeiro Código Penal Republicano, de 1890, criminalizava e proibia, no capítulo “Dos crimes contra a saúde pública”, art. 157, “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública”. Esse artigo serviu de pretexto para a perseguição, prisão e, em alguns casos, a morte de pessoas, sobretudo por parte da polícia, ligadas a religiões de matriz africana. Nos últimos anos, a perseguição a seguidores dessas religiões vem aumentando de maneira significativa, principalmente por causa do desconhecimento de seus ritos e significados. Informações equivocadas fazem que seguidores de outras religiões, sobretudo de cultos neopentecostais, atribuam a divindades africanas significados demoníacos, promovendo perseguições a seus fiéis e ataques a seus locais de culto.
2. O objetivo da questão é propor uma reflexão a respeito da importância da propagação de uma cultura de paz, em que prevaleçam o respeito e a convivência pacífica entre os seguidores das diferentes religiões, e sobre o que podemos fazer para que isso ocorra. Além da ação dos órgãos públicos para que a lei seja cumprida, todos têm responsabilidade na construção de uma sociedade mais tolerante e pacífica.

◆ Trabalhando com fontes

197

1. Trata-se de um documento iconográfico, um detalhe do *Atlas catalão*, portulano atribuído ao judeu maiorquino Abraão Cresques, feito em 1375 e ofertado, como presente, pelo rei de Aragão ao rei da França. Os portulanos eram mapas produzidos entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, contendo informações sobre a direção, a localização e as distâncias dos principais portos europeus e africanos. Muitos desses mapas continham, também, apontamentos sobre ventos, correntes marítimas e, em alguns casos, informações sobre os locais referenciados.

2. Além do contorno do litoral noroeste africano, podemos observar que estão identificados alguns portos. As informações sobre a África aparecem na forma de desenhos e pequenos textos, escritos em língua catalã. Pequenas construções indicam a presença de cidades, e em algumas delas, podemos notar os contornos característicos da arquitetura árabe. Mais abaixo é possível ver outras cidades, um conjunto de tendas e duas figuras humanas: um homem em seu camelo (meio de transporte imprescindível nas rotas comerciais transaarianas) e um rei sentado em seu trono. As figuras em tamanho maior (o conjunto de tendas e os dois homens) provavelmente indicam sua importância para quem elaborou o mapa.
3. Mansa Musa está sentado em seu trono. Veste uma longa túnica; em sua representação se destacam uma coroa, sobre sua cabeça, um cetro em sua mão esquerda e uma pepita de ouro, na direita. Apesar da simplicidade de suas vestes e do fato de estar descalço, percebemos que o autor do atlas quis destacar as riquezas que Mansa Musa possuía. Interessante notar que o cetro, a coroa e o trono foram pintados à semelhança dos modelos europeus. A construção próxima a seus pés representa a cidade de Tímbuctu.
4. O objetivo da questão é fazer que os alunos ampliem o estudo com a pesquisa e produzam uma narrativa que sintetize o que foi estudado com base na fonte analisada. Mansa era o título dado aos reis do Mali. Sob o governo de Mansa Musa (1312-1337), os territórios do reino foram ampliados, a administração foi aperfeiçoada e o comércio, bastante desenvolvido. Nas rotas transaarianas, caravaneiros transportavam ouro, sal, escravos, marfim e noz-de-cola, entre outros produtos. Pagavam tributos ao rei, o que lhe permitia viver com luxo e manter um Exército. Musa conseguiu estabelecer o domínio sobre etnias variadas graças à religião muçulmana. Mandou construir mesquitas e escolas e, por isso, a cidade de Tímbuctu tornou-se importante centro de estudos islâmicos durante seu governo. Além das riquezas que controlava, a fama de Mansa Musa se deve à peregrinação que realizou a Meca, em 1324, acompanhado por um séquito de milhares de pessoas, que carregavam suas riquezas. Durante o trajeto, passou pelo Cairo, no Egito, causando forte impressão na população local ao distribuir grande quantidade de ouro. Provavelmente esses episódios estão na origem da fama do rei do Mali, que atravessou as fronteiras do continente africano e foi representada no atlas por Abraão Cresques.

◆ Atividades

203

Explorando o conhecimento

203

1. Os africanos que foram obrigados a vir para o Brasil na condição de escravos tiveram importante papel na formação da nossa cultura. Estima-se que aproximadamente 4 milhões de africanos escravizados tenham chegado ao Brasil entre os séculos XVI e XIX. Ao chegarem aqui, os diversos povos africanos estabeleceram contatos e trocas culturais entre si e com outros grupos que habitavam o Brasil. Desse intercâmbio entre povos africanos, europeus e indígenas surgiram diversas expressões daquilo que chamamos “cultura afro-brasileira”, que hoje está presente em praticamente todo o Brasil.
2. Os povos africanos valorizam a oralidade até hoje. É por meio da oralidade que muitas sociedades africanas

transmitem, de geração em geração, valores e tradições, mitos sobre a origem do mundo, conhecimentos sobre diversos assuntos e fatos relacionados à história de cada povo. A linguagem oral garante a preservação da memória e da identidade cultural das sociedades. Para alguns povos africanos, a palavra é algo muito importante, pois pode ser utilizada tanto para criar como para destruir, para trazer a guerra ou garantir a paz. Caso seja necessário relembrar com os alunos a importância dos griôs, retome os conteúdos estudados no capítulo 1, sobretudo o item “Tradição oral como fonte histórica”, da página 12.

3. Os reinos sudaneses mais importantes foram o Reino de Gana, o Reino do Mali e o Império Songhai. O desenvolvimento da região se deu em torno do comércio transaariano de cereais, ouro, marfim, pimenta, âmbar e escravos, que eram trocados por sal, conchas (moeda corrente em grande parte da África Ocidental), tâmaras e tecidos árabes.

Pensando criticamente 203

4. É possível que o manicongo tenha manifestado interesse genuíno pela doutrina cristã e por outros aspectos da cultura e da tecnologia dos portugueses. Outra hipótese, mais aceita no mundo acadêmico, vê o batismo de D. João I como um ato político que reforçaria os laços comerciais entre o Congo e Portugal. Essa hipótese encontra respaldo no fato de D. João I ter abandonado o cristianismo e voltado às práticas tradicionais após longos conflitos com membros da nobreza local, contrários à introdução do cristianismo no reino. O cristianizador do Congo foi, de fato, seu sucessor, D. Afonso I.

5. b.

6. a) Os africanos parecem surpreendidos especialmente com a tonalidade da pele do europeu. Além disso, mostram-se espantados também com os trajes, os costumes dos homens brancos e a presença do europeu em solo africano. Tal relato nos mostra que o estranhamento dos europeus em relação aos costumes africanos era recíproco.

b) Entre os objetivos dos europeus estavam a busca por riquezas e a incorporação de novas terras. O relato de Luís de Cadamosto destaca especialmente a busca por ouro e o interesse em encontrar o metal precioso entre os povos africanos que visitou.

7. a) Exu era um orixá mensageiro, encarregado de ouvir histórias de dificuldades, alegrias, tristezas, questões relacionadas ao cotidiano dos homens, das divindades, dos animais, ou seja, de todos os seres que habitavam a Terra.

b) O objetivo da questão é identificar e desconstruir os preconceitos que giram em torno do candomblé e da tradição mítica iorubá. Segundo essa tradição, cada orixá possui qualidades e defeitos, assim como os seres humanos. Exu é um orixá mensageiro, detentor de paixões como a raiva e a alegria, e também é o orixá que ludibria. Durante o contato dos missionários católicos com os iorubás, Exu foi equivocadamente identificado como o diabo, figura que representa o mal no cristianismo. Essa simplificação demonstra a falta de entendimento dos missionários sobre a cultura iorubá e traduz a política da Igreja Católica no processo de catequização e sujeição dos povos colonizados.

c) “Conta o mito que Exu foi aconselhado a ouvir do povo todas as histórias que falassem [...] da ventura e do sofrimento, das lutas vencidas e perdidas, das glórias alcançadas e dos insucessos sofridos, das dificuldades na luta pela manutenção da saúde contra os ataques da doença e da morte.” A oralidade é uma forma de preservar e transmitir os saberes acumulados por uma sociedade que não conhece ou não utiliza a escrita, como era o caso dos povos iorubás. Os relatos orais são fontes para o estudo da história tanto quanto os documentos escritos, o que muda é sua forma de preservação e transmissão. Isso significa que, para continuar existindo, esses relatos têm de fazer parte da vida das pessoas.

Investigando 203

8. Os ritmos citados no texto são originários de vários e diferentes países do continente americano. O samba, por exemplo, é o único dos ritmos citados originário do Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, onde, no início do século XX, a dança praticada por ex-escravos se misturou a outros ritmos africanos, como o lundu, adquirindo as características que o tornaram famoso em todo o mundo; a rumba, popular dança cubana, surgiu da mistura do flamenco espanhol com ritmos africanos oriundos de regiões habitadas pelos povos bantus; o calipso surgiu em Trinidad e Tobago, no século XIX, influenciando o surgimento do ska jamaicano, nos anos 1950; a salsa surgiu da mistura de inúmeros ritmos afro-caribenhos, como o mambo e a rumba cubanos, o cha-cha-mexicano, o merengue da República Dominicana e o calipso trinitino, e é um ritmo muito executado em países caribenhos, sobretudo a Colômbia; já o jazz surgiu nos Estados Unidos, mais precisamente em Nova Orleans, Louisiana, estado do sul dos Estados Unidos que recebeu grande número de escravos africanos durante o período em que a escravidão vigorou naquele país.

◆ Questões do Enem e de vestibulares 205

1. a) Ao citar a existência de redes comerciais, a organização de Estados, impérios e dinastias, assim como a organização militar e de defesa, o texto apresenta elementos que indicam algumas das dinâmicas das sociedades africanas antes da chegada dos portugueses, evidenciando o modo de organização complexo dessas sociedades.

b) A organização do tráfico negreiro pelos portugueses incluía o estabelecimento de feitorias para a obtenção de escravos na África, o estabelecimento de uma rede comercial atlântica que incluía Portugal, a América e a África (com suas dinâmicas internas) e a adoção do escambo como forma de comércio.

2. d.

3. c.

4. e.

5. a.

6. e.

7. e.

8. b.

9. e.

Para o professor

◆ Metodologia e ensino de história

- ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ABUD, Kátia. Conhecimento histórico e ensino de história: a produção de conhecimento escolar. In: *Encontro Regional de História: sujeitos na história; práticas e representações*. São Paulo: Edusc, 2001.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em formação. Série Ensino fundamental)
- _____. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLES, Maria Fernanda (Orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CENTRO de Estudos Educação e Sociedade. *A prática do ensino de história*. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 1994. (Caderno Cedes, v. 10)
- DIAS, Genebaldo F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1998.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História e ensino de história*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção História & reflexões)
- GRUN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papyrus, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- _____. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- MARTINS, Jorge Santos. *O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio*. Campinas: Papyrus, 2000.
- MARTINS, Maria do Carmo. Currículo e formação de professores de história: uma alegoria. *Educação em Revista*. Dossiê O campo do currículo hoje: debates em cena, n. 45. Belo Horizonte, jun. 2007.

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Como usar na sala de aula)
- OLIVEIRA, Juez de (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____; ELUF, Luiza. *Brasileiro(a) é assim mesmo: cidadania e preconceito*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2012. (Coleção Vivendo a história)
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004. (Coleção Pensamento e ação no magistério)
- SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)
- TERZI, Cleide do Amaral. *Temas transversais: um grande desafio*. São Paulo: Atual, 2000.
- VIEIRA, Maria do P. de Araújo (Org.). *A pesquisa em história*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

◆ Temas do livro 1

- ABUD, Katia Maria e outros. Ensino de história e cultura material. In: *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção Logos)
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ARMSTRONG, Karen. *O islã*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ASHERI, David. *O Estado Persa*. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Debates)
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BAHBOUT, Scialom. *Judaísmo*. São Paulo: Globo, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOWKER, John. *Para entender as religiões*. São Paulo: Ática, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *Memórias do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.
- BRUMEL, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Coleção Companhia de bolso)

- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *O Renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- BYINGTON, Elisa. *O projeto do Renascimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. (Coleção Arte)
- CARR, Edward H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CHOURAQUI, André. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CLÉMENT, Catherine. *A viagem de Théó*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COOK, Michael. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CORASSIN, Maria Luiza. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado da África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- _____. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos: dos primórdios até a formação do Estado*. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2010.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. *O conhecimento sagrado de todas as eras*. São Paulo: Mercury, 1995.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Coleção Descobrimos o Brasil)
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FISCHMANN, Roseli (Orgs.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FISK, Robert. *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*. São Paulo: Planeta, 2007.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é história)
- FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da história geral*. Bauru: Edusc, 2000.
- FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. 9. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, Valentin. *O Oriente Próximo asiático: impérios mesopotâmicos-Israel*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982. (Série Nova Clío: a história e seus problemas)
- GARRAFFONI, Renata Senna. *Técnica e destreza nas arenas romanas: uma leitura da gladiadura no apogeu do império*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- GIORDANI, Mario C. *História do Império Bizantino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.
- GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520. As origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Coleção Virando os séculos)
- GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Editora Teológica/Edições Loyola, 2005.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JOHNSON, Paul. *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2013.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 1.
- KRAMER, Samuel Noah. *A história começa na Suméria*. Lisboa: Edições Europa-América, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- _____. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- _____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____; SCHMITT, Jean Claude (Orgs.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006. v. 2.
- LEMOES, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros passos)
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2000.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 5. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

- MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- MICHELET, Jules. *Joana D'Arc*. São Paulo: Hedra, 2007.
- MINDLIN, Betty. *Diários da floresta*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio: Bases Legais*. Brasília: MEC, 1999.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 1999.
- MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 2.
- MORETTIN, E. V.; CAPELATO, M. H. R.; SALIBA, E. T.; NAPOLITANO, M. (Orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2010.
- MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1997.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1997.
- NEVES, Walter; PILÓ, Luís B. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da Pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salette (Orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006. v. 1 e 2.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 24. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando a história)
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção Polêmica)
- _____. *A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1789-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível?* Brasília: Editora UnB, 1997.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SALUM, Marta Heloísa Leuba. *África: culturas e sociedades*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), 1999. (Série Formas de humanidade)
- SCHIAVONE, Aldo. *Uma história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 2004. (Coleção Discutindo a história)
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- SILVA, Marcos A. *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Anpuh, 1984.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.
- STEFFOFF, Rebecca. *Charles Darwin: a revolução da evolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: séculos VIII-XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- VIANNA, Hermano. Diversidade e construção do futuro. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Diversidade cultural: globalização e culturas locais*. São Paulo: Escrituras/Pensarte, 2005. (Coleção Democracia cultural, 1)
- VIDAL NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999.

Para o aluno

- BELTRÃO, Claudia. *Os árabes na Idade Média*. São Paulo: FTD, 2001.
- BOFF, Leonardo. *O casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros passos)
- CARMO, João Clodomiro do. *O que é candomblé*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros passos)
- CORASSIN, Maria Luíza. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2001.
- ELIADE, Mircea. *O conhecimento sagrado de todas as eras*. São Paulo: Mercuryo, 1995.
- FARIA, Antonio Augusto. *Caravelas do Novo Mundo*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Coleção O cotidiano da história)
- FAUSTINO, Evandro. *A mentalidade da Grécia antiga: uma leitura de Édipo rei*. São Paulo: Moderna, 1999.
- FRANCO JR., Hilário. *As Cruzadas*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é história)
- _____. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Os antigos habitantes do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Coleção Nossa história)
- FUNARI, Raquel dos Santos. *O Egito dos faraós e sacerdotes: a vida e a morte na sociedade egípcia*. São Paulo: Atual, 2001.
- GRANT, Neil. *As conquistas romanas*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Guerras que mudaram o mundo)
- GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os povos bárbaros*. São Paulo: Ática, 1995.
- HADDAD, Jamil Almansur. *O que é islamismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros passos)
- HOMERO. *Odisseia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- MOKTEFI, Moktar; GEORGES, Véronique. *Os árabes na época de esplendor*. São Paulo: Augustus, 1993.
- MORLEY, Jacqueline. *Uma pirâmide egípcia*. São Paulo: Manole, 1993.
- NEVES, Ana Maria Bergamin; HUMBERG, Flávia Ricca. *Os povos da América: dos primeiros habitantes às primeiras civilizações urbanas*. São Paulo: Atual, 2003.

- MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- MICHELET, Jules. *Joana D'Arc*. São Paulo: Hedra, 2007.
- MINDLIN, Betty. *Diários da floresta*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio: Bases Legais*. Brasília: MEC, 1999.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 1999.
- MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África: África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 2.
- MORETTIN, E. V.; CAPELATO, M. H. R.; SALIBA, E. T.; NAPOLITANO, M. (Orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2010.
- MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1997.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1997.
- NEVES, Walter; PILÓ, Luís B. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da Pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salette (Orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006. v. 1 e 2.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 24. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando a história)
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção Polêmica)
- _____. *A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1789-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível?* Brasília: Editora UnB, 1997.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SALUM, Marta Heloísa Leuba. *África: culturas e sociedades*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), 1999. (Série Formas de humanidade)
- SCHIAVONE, Aldo. *Uma história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 2004. (Coleção Discutindo a história)
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- SILVA, Marcos A. *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Anpuh, 1984.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.
- STEFFOFF, Rebecca. *Charles Darwin: a revolução da evolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: séculos VIII-XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- VIANNA, Hermano. Diversidade e construção do futuro. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Diversidade cultural: globalização e culturas locais*. São Paulo: Escrituras/Pensarte, 2005. (Coleção Democracia cultural, 1)
- VIDAL NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999.

Para o aluno

- BELTRÃO, Claudia. *Os árabes na Idade Média*. São Paulo: FTD, 2001.
- BOFF, Leonardo. *O casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros passos)
- CARMO, João Clodomiro do. *O que é candomblé*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros passos)
- CORASSIN, Maria Luíza. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2001.
- ELIADE, Mircea. *O conhecimento sagrado de todas as eras*. São Paulo: Mercuryo, 1995.
- FARIA, Antonio Augusto. *Caravelas do Novo Mundo*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Coleção O cotidiano da história)
- FAUSTINO, Evandro. *A mentalidade da Grécia antiga: uma leitura de Édipo rei*. São Paulo: Moderna, 1999.
- FRANCO JR., Hilário. *As Cruzadas*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é história)
- _____. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Os antigos habitantes do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Coleção Nossa história)
- FUNARI, Raquel dos Santos. *O Egito dos faraós e sacerdotes: a vida e a morte na sociedade egípcia*. São Paulo: Atual, 2001.
- GRANT, Neil. *As conquistas romanas*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Guerras que mudaram o mundo)
- GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os povos bárbaros*. São Paulo: Ática, 1995.
- HADDAD, Jamil Almansur. *O que é islamismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros passos)
- HOMERO. *Odisseia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- MOKTEFI, Moktar; GEORGES, Véronique. *Os árabes na época de esplendor*. São Paulo: Augustus, 1993.
- MORLEY, Jacqueline. *Uma pirâmide egípcia*. São Paulo: Manole, 1993.
- NEVES, Ana Maria Bergamin; HUMBERG, Flávia Ricca. *Os povos da América: dos primeiros habitantes às primeiras civilizações urbanas*. São Paulo: Atual, 2003.

- PAIS, Marco Antonio Oliveira. *A formação da Europa: a Alta Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- PEREIRA, André. *O diário de bordo de Cristóvão Colombo*. São Paulo: Moderna, 1999.
- POUZADOUX, Claude. *Contos e lendas da mitologia grega*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 1997. (Coleção Que história é essa?)
- RIBEIRO, Daniel V. *A cristandade do Ocidente medieval*. São Paulo: Atual, 1998. (Coleção Discutindo a história)
- RODRIGUES, Rosicler Martins. *O homem na Pré-história*. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Desafios)
- SEFFNER, Fernando. *Da Reforma à Contrarreforma: o cristianismo em crise*. São Paulo: Atual, 1993.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. São Paulo: Agir, 2008.
- STEINMANN, Heloisa; OLMO, Maria José A. del. *No tempo do feudalismo*. São Paulo: Ática, 2004.
- TORT, Patrick. *Darwin e a ciência da evolução*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- TUBINO, Manoel. *O que é olimpismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros passos)
- TUFANO, Douglas. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Moderna, 1999.